
GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 06.164.253/0001-87

NIRE 35.300.314.441



PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO

**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 2025**

9 de maio de 2025

ÍNDICE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO	3
ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NA ASSEMBLEIA.....	7
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	12
ANEXO I INFORMAÇÕES RELATIVAS AO AUMENTO DE CAPITAL DA COMPANHIA.....	20
ANEXO II PARECER DO CONSELHO FISCAL	33
ANEXO III LAUDO DE AVALIAÇÃO DA PLANCONSULT PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA.	34
ANEXO IV LAUDO DE AVALIAÇÃO DA APSIS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA.	35
ANEXO V ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO CONTENDO AS ALTERAÇÕES PROPOSTAS	36
ANEXO VI JUSTIFICATIVAS E IMPACTOS DA ALTERAÇÃO AO ESTATUTO SOCIAL	59

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 06.164.253/0001-87
NIRE 35.300.314.441

**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 2025**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os acionistas da **GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.**, companhia aberta, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 06.164.253/0001-87 ("**Companhia**"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("**Lei das Sociedades por Ações**"), da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 80, de 29 de março de 2022, e da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("**Resolução CVM 81**"), convocados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 30 de maio de 2025, às 10:00 horas, **de forma exclusivamente presencial**, na Rua Verbo Divino, nº 1.661, 2º andar, Chácara Santo Antônio, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04719-002 ("**Assembleia**"), a fim de deliberar a respeito da ordem do dia exposta a seguir.

ESCLARECIMENTOS PRELIMINARES. As matérias objeto da ordem do dia da Assembleia serão deliberadas no contexto do procedimento judicial de reestruturação financeira de que trata o *Chapter 11* do *U.S. Bankruptcy Code*, iniciado pela Companhia e suas controladas, perante o *U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York* ("**Juízo do Chapter 11**" e "**Procedimento de Chapter 11**", respectivamente), em 25 de janeiro de 2024.

ORDEM DO DIA. Examinar, discutir e deliberar sobre:

- (i) o aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização de determinados créditos detidos contra a Companhia, no montante de, no mínimo, R\$5.343.282.140,17 (cinco bilhões, trezentos e quarenta e três milhões, duzentos e oitenta e dois mil, cento e quarenta reais e dezessete centavos) e, no máximo, R\$19.246.127.062,09 (dezenove bilhões, duzentos e quarenta e seis milhões, cento e vinte e sete mil e sessenta e dois reais e nove centavos), por meio da emissão de, no mínimo, 3.639.637.884.586 (três trilhões, seiscentos e trinta e nove bilhões, seiscentos e trinta e sete milhões, oitocentas e oitenta e quatro mil, quinhentas e oitenta e seis) ações ordinárias e 430.338.591.369 (quatrocentos e trinta bilhões, trezentos e trinta e oito milhões, quinhentas e noventa e um mil, trezentas e sessenta e nove) ações preferenciais, e, no máximo, 13.109.720.083.876 (treze trilhões, cento e nove bilhões, setecentos e vinte milhões, oitenta e três mil e oitocentas e setenta e seis) ações ordinárias e 1.550.049.387.611 (um trilhão, quinhentos e cinquenta bilhões, quarenta e nove milhões, trezentas e oitenta e sete mil, seiscentas e onze) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,0002857142 por ação ordinária e de R\$0,01 (um centavo de real) por ação preferencial, fixado na forma do artigo 170, parágrafo 1º, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações ("**Aumento de Capital**"), sendo certo que: (a) no Aumento de Capital, até R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) serão alocados à conta de "capital social" e o restante do montante total do Aumento de Capital será alocado à conta de "reserva de capital"; e (b) o Aumento

de Capital também será condicionado à verificação da eficácia do plano de reestruturação apresentado pela Companhia ao Juízo do *Chapter 11* no contexto do Procedimento de *Chapter 11* (“**Data de Eficácia**”), com delegação ao Conselho de Administração de poderes para verificar o montante dos referidos créditos em moeda corrente nacional, conforme atualizado na Data de Eficácia e, conseqüentemente, determinar o valor efetivo do Aumento de Capital, as alocações mencionados no item (a) e a quantidade de ações ordinárias e preferenciais efetivamente emitidas no âmbito do Aumento de Capital;

- (ii) a alteração do artigo 50, parágrafo 7º, do estatuto social da Companhia (“**Estatuto Social**”), bem como a consequente consolidação do Estatuto Social, com eficácia sujeita à aprovação da referida alteração, em sede de assembleia especial, pelos acionistas preferencialistas da Companhia; e
- (iii) a autorização à administração da Companhia a tomar as providências e praticar os atos necessários com relação à implementação das deliberações tomadas na Assembleia.

INSTRUÇÕES E INFORMAÇÕES GERAIS

A Assembleia será realizada de forma exclusivamente presencial, sendo admitido, ainda, o envio de boletim de voto a distância, nos termos da Resolução CVM 81 (“**Boletim de Voto**”), observada as orientações gerais descritas abaixo:

Participação presencial

Os acionistas da Companhia que queiram participar presencialmente da Assembleia deverão comparecer à Assembleia, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, munidos da cópia simples dos documentos listados abaixo ou, preferencialmente, enviar a cópia simples dos referidos documentos para o e-mail ri@voegol.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, em até 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 28 de maio de 2025:

- para pessoas físicas: (i) documento de identidade com foto do acionista ou do procurador, se for o caso; (ii) instrumento de mandato com a identificação clara do signatário, se for o caso, observado o disposto na legislação e na regulamentação aplicáveis; e (iii) comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia expedido pelo Escriturador (conforme abaixo definido) e/ou, com relação aos acionistas participantes da custódia fungível de ações de emissão da Companhia, o extrato contendo a respectiva participação acionária emitido pelo órgão competente datado de até 2 (dois) dias úteis antes da data de envio do documento para a Companhia;
- para pessoas jurídicas: (i) versão mais recente do estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem os poderes de representação legal do acionista, devidamente registrados perante a autoridade competente; (ii) documento de identidade com foto do representante legal ou do procurador, conforme o caso; (iii) instrumento de mandato com a identificação clara do signatário, se for o caso, observado o disposto na legislação e na regulamentação aplicáveis; e (iv) comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia expedido pelo Escriturador e/ou, com relação aos acionistas participantes da custódia fungível de ações de emissão da Companhia, o extrato contendo a respectiva participação acionária emitido pelo órgão competente datado de até 2 (dois) dias úteis antes da data de envio do documento para a Companhia;
- para fundos de investimento: (i) versão mais recente do regulamento consolidado do fundo, com comprovante de seu depósito no *website* da CVM, conforme aplicável; (ii) versão mais

recente do estatuto social ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo, e documentos societários que comprovem os poderes de representação, devidamente registrados perante a autoridade competente; (iii) documento de identidade com foto do representante legal ou do procurador, conforme o caso; (iv) instrumento de mandato com a identificação clara do signatário, se for o caso, observado o disposto na legislação e na regulamentação aplicáveis; e (v) comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia expedido pelo Escriturador e/ou, com relação aos acionistas participantes da custódia fungível de ações de emissão da Companhia, o extrato contendo a respectiva participação acionária emitido pelo órgão competente datado de até 2 (dois) dias úteis antes da data de envio do documento para a Companhia.

Para participação por meio de procurador, o instrumento de procuração devidamente regularizado na forma da lei deverá ter sido outorgado há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no artigo 654, parágrafo 1º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (“**Código Civil**”), a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos. Vale mencionar que (i) as pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) as pessoas jurídicas que forem acionistas da Companhia poderão, nos termos da decisão da CVM no âmbito do Processo CVM nº RJ2014/3578, julgado em 4 de novembro de 2014, ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista, advogado ou instituição financeira. Quando o acionista for representado por procurador, a regularidade e conformidade da procuração, bem como a comprovação de titularidade das ações da Companhia, serão examinadas previamente à Assembleia, conforme procedimentos descritos acima.

Participação por meio de Boletim de Voto

Sem prejuízo da possibilidade de participar e votar presencialmente, observados os procedimentos previstos na Resolução CVM 81 e as instruções descritas na Proposta da Administração (conforme definido abaixo), os acionistas poderão exercer o seu respectivo direito de voto na Assembleia por meio do preenchimento e entrega de Boletim de Voto, conforme modelo disponibilizado pela Companhia, que contemplará a transmissão de suas respectivas instruções de voto com relação às matérias constantes da ordem do dia, diretamente à Companhia, ao Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira contratada pela Companhia para prestação dos serviços de escrituração das ações de emissão da Companhia (“**Escriturador**”), ou, ainda, no caso de acionistas titulares de ações de emissão da Companhia depositadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”), às respectivas instituições e/ou corretoras responsáveis pela custódia de tais ações ou à Central Depositária de Ativos da B3. **Neste caso, os acionistas deverão assegurar que o Boletim de Voto seja recebido até 4 (quatro) dias antes da data da Assembleia (isto é, até o dia 26 de maio de 2025).**

A Companhia não exigirá reconhecimento de firma, notariação, consularização ou apostilamento, conforme aplicável, e tradução juramentada para português dos documentos originalmente lavrados em português, inglês ou espanhol. Para os demais idiomas, a Companhia exige o reconhecimento de firma, notariação, consularização ou apostilamento, conforme aplicável, e tradução juramentada para português dos documentos de representação dos acionistas. A

Companhia admitirá procurações outorgadas por meio eletrônico, desde que tais procurações sejam assinadas por meio de plataforma digital que assegure a autoria e integridade das procurações, ainda que tais assinaturas não sejam acompanhadas de certificado de assinatura digital credenciado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Documentos à disposição dos acionistas

A proposta da administração com relação às matérias constantes da ordem do dia acima, contemplando os documentos e as informações exigidas pela legislação e pela regulamentação aplicáveis com relação a tais matérias e, ainda, este edital de convocação e o manual para participação ("**Proposta da Administração**"), encontra-se à disposição dos acionistas para consulta na sede social da Companhia (localizada na Rua Verbo Divino, nº 1.661, 11º andar, Chácara Santo Antônio, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04719-002), bem como nos *websites* da Companhia (ri.voegol.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br).

São Paulo, 9 de maio de 2025.

Constantino de Oliveira Junior
Presidente do Conselho de Administração

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 06.164.253/0001-87
NIRE 35.300.314.441

**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 2025**

ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NA ASSEMBLEIA

A participação do acionista poderá ser **(i)** presencial, por meio de participação pessoal ou por procurador devidamente constituído; ou **(ii)** por meio do envio de Boletim de Voto (conforme abaixo definido) aos seus respectivos Agentes de Custódia (conforme definido abaixo), ao Escriturador (conforme definido abaixo), à Central Depositária de Ativos da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**” e “**Central Depositária**”, respectivamente) ou, ainda, diretamente à Companhia, de acordo com o previsto na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“**Resolução CVM 81**”).

Os acionistas da Companhia que queiram participar da Assembleia deverão comparecer à Assembleia, **de forma exclusivamente presencial**, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, munidos da cópia simples dos documentos mencionados abaixo ou, preferencialmente, enviar a cópia simples de tais documentos para o e-mail ri@voegol.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, em até 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia.

A Companhia entende que a forma exclusivamente presencial é a mais adequada para a realização desta Assembleia, conforme a prática já adotada pela Companhia em suas últimas assembleias.

1 PARTICIPAÇÃO PRESENCIAL

1.1 Participação pessoal

Os acionistas da Companhia poderão participar pessoalmente da Assembleia, comparecendo ao local da sua realização e declarando seu voto com relação às matérias a serem votadas. De acordo com o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas deverão comparecer à Assembleia apresentando os documentos indicados abaixo:

- para pessoas físicas: (i) documento de identidade com foto do acionista; e (ii) comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia expedido pelo Escriturador e/ou, com relação aos acionistas participantes da custódia fungível de ações de emissão da Companhia, o extrato contendo a respectiva participação acionária emitido pelo órgão competente datado de até 2 (dois) dias úteis antes da data de envio do documento para a Companhia;
- para pessoas jurídicas: (i) versão mais recente do estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem os poderes de representação legal do acionista, devidamente registrados perante a autoridade competente; (ii) documento de identidade com foto do representante legal; e (iii) comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia expedido pelo

Escriturador e/ou, com relação aos acionistas participantes da custódia fungível de ações de emissão da Companhia, o extrato contendo a respectiva participação acionária emitido pelo órgão competente datado de até 2 (dois) dias úteis antes da data de envio do documento para a Companhia; e

- para fundos de investimento: (i) versão mais recente do regulamento consolidado do fundo, com comprovante de seu depósito no *website* da CVM, conforme aplicável; (ii) versão mais recente do estatuto social ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo, e documentos societários que comprovem os poderes de representação, devidamente registrados perante a autoridade competente; (iii) documento de identidade com foto do representante legal; e (iv) comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia expedido pelo Escriturador e/ou, com relação aos acionistas participantes da custódia fungível de ações de emissão da Companhia, o extrato contendo a respectiva participação acionária emitido pelo órgão competente datado de até 2 (dois) dias úteis antes da data de envio do documento para a Companhia.

1.2 Participação por meio de procuradores

Para participação dos acionistas na Assembleia por meio de procurador, além dos documentos indicados no item 1 acima, deverão ser apresentados (i) o instrumento de procuração devidamente regularizado na forma da lei deverá ter sido outorgado há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) o documento de identidade com foto do representante legal.

Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no artigo 654, parágrafo 1º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (“**Código Civil**”), a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos.

Vale mencionar que (i) as pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) as pessoas jurídicas que forem acionistas da Companhia poderão, nos termos da decisão da CVM no âmbito do Processo CVM nº RJ2014/3578, julgado em 4 de novembro de 2014, ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista, advogado ou instituição financeira.

Quando o acionista for representado por procurador, a regularidade e conformidade da procuração, bem como a comprovação de titularidade das ações da Companhia, serão examinadas previamente à Assembleia, conforme procedimentos descritos acima.

2 PARTICIPAÇÃO POR MEIO DE BOLETIM DE VOTO

Nos termos da Resolução CVM 81, além da participação presencial, os acionistas poderão optar por votar em relação às matérias da Assembleia por meio do envio de boletim de voto a distância, nos termos da Resolução CVM 81 (“**Boletim de Voto**”), sendo certo que, neste caso, os acionistas deverão assegurar que o Boletim de Voto seja recebido até 4 (quatro) dias antes da data da Assembleia (ou seja, até o dia **26 de maio de 2025**). Nesse sentido, os acionistas que desejarem realizar a votação por meio do Boletim de Voto poderão

encaminhar suas instruções de voto em relação às matérias da Assembleia por uma das opções abaixo descritas.

Caso o acionista, após a transmissão da instrução de voto ou envio do Boletim de Voto, nos termos deste item 2, opte por participar presencialmente da Assembleia (pessoalmente ou por procurador), a referida instrução de voto ou Boletim de Voto poderá ser desconsiderada, caso solicite exercer o voto presencialmente antes do início da votação da primeira deliberação da Assembleia, desde que o acionista (ou seu respectivo representante legal ou procurador) compareça à Assembleia apresentando os documentos indicados no edital de convocação da Assembleia.

2.1 Mediante instruções de voto transmitidas pelos acionistas aos seus respectivos Agentes de Custódia

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos acionistas detentores de ações depositadas na B3. Nesse caso, o voto por meio do Boletim de Voto será exercido pelos acionistas de acordo com os procedimentos adotados pelas instituições e/ou corretoras responsáveis pela custódia das referidas ações ("**Agentes de Custódia**").

Sem prejuízo do disposto no item 2.2 abaixo, o acionista titular de ações depositadas na B3 que optar por exercer o seu direito de voto por meio do Boletim de Voto deverá fazê-lo mediante a transmissão de sua instrução de voto ao Agente de Custódia que mantém suas ações em custódia, observadas as regras determinadas pelo respectivo Agente de Custódia que, na sequência, deverá encaminhar tais manifestações de voto à Central Depositária da B3.

Como a prestação do serviço de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do Boletim de Voto é facultativa aos Agentes de Custódia, a Companhia recomenda que o acionista verifique se o seu Agente de Custódia está habilitado a prestar tal serviço e quais os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto, bem como os documentos e informações por ele exigidos.

2.2 Mediante instruções de voto transmitidas pelos acionistas à Central Depositária

Tendo em vista que as ações de emissão da Companhia estão admitidas à negociação na B3, os acionistas que possuírem ações depositadas junto à Central Depositária poderão transmitir suas instruções de voto diretamente ao referido depositário central, nos termos da Resolução CVM 81, por meio do canal "Área do Investidor", disponível em <www.investidor.b3.com.br>. A Companhia recomenda que os acionistas entrem em contato com a B3 para obter informações e orientações gerais de acesso, cadastro e transmissão de suas instruções de voto.

2.3 Mediante instruções de voto transmitidas pelos acionistas ao Escriturador

Neste caso, o acionista deverá transmitir a instrução de voto à Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira contratada pela Companhia para prestação dos serviços de escrituração das ações de emissão da Companhia ("**Escriturador**"), observado que os acionistas deverão realizar um cadastro e possuir certificado digital. Informações sobre o cadastro, emissão do certificado digital, demais documentos exigidos e procedimentos a serem observados encontram-se descritos no portal "Itaú Assembleia Digital", disponível no *website*

<<https://assembleiadigital.certificadodigital.com/itausecuritiesservices/artigo/home/assembleia-digital>>.

Em caso de dúvidas, o acionista poderá consultar o *website* <<https://assembleiadigital.certificadodigital.com/itausecuritiesservices/artigo/atendimento/perguntas-frequentes>> ou entrar em contato com a central de atendimento ao acionista, conforme abaixo:

Itaú Corretora de Valores S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar, Itaim Bibi, São Paulo, SP

Atendimento a acionistas:

Telefones: 3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas) / 0800 7209285 (demais localidades) – dias úteis, das 09:00 horas às 18:00 horas

E-mail: PreAtendimentoEscritural@itau-unibanco.com.br

2.4 Mediante encaminhamento de seu Boletim de Voto diretamente à Companhia

Nesse caso, o acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por meio do envio do Boletim de Voto diretamente à Companhia, deverá encaminhá-lo em conjunto com os documentos descritos no item 1 acima: (i) **preferencialmente**, para o endereço de e-mail ri@voegol.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento; ou (ii) para a sede social da Companhia (localizada na Rua Verbo Divino, nº 1.661, 11º andar, Chácara Santo Antônio, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04719-002), assegurando que a Companhia os receba até 4 (quatro) dias antes da data da Assembleia (ou seja, até o dia **26 de maio de 2025**).

É imprescindível que o Boletim de Voto seja preenchido com o nome (ou denominação social) completo do acionista e o número de inscrição no cadastro no Ministério da Fazenda, seja de pessoa jurídica (CNPJ/MF) ou de pessoa física (CPF/MF), além de um endereço de e-mail para eventual contato. Além disso, para que o Boletim de Voto seja considerado válido e os votos nele proferidos sejam contabilizados no quórum da Assembleia, as seguintes instruções deverão ser observadas: (i) os campos do Boletim de Voto deverão estar devidamente preenchidos; e (ii) o acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente, deverá(ão) assinar o Boletim de Voto.

O Boletim de Voto que estiver desacompanhado da documentação necessária à comprovação da condição de acionista ou à comprovação de sua representação não será considerado válido e, em consequência, não será processado pela Companhia, podendo, contudo, ser corrigido e reenviado pelo acionista à Companhia, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na Resolução CVM 81.

A Companhia comunicará o acionista se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido, em até 3 (três) dias do recebimento dos documentos.

O Boletim de Voto encontra-se disponível na sede social da Companhia (localizada na Rua Verbo Divino, nº 1.661, 11º andar, Chácara Santo Antônio, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04719-002), bem como nos *websites* da Companhia (ri.voegol.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br).

3 CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Companhia não exigirá reconhecimento de firma, notariação, consularização ou apostilamento, conforme aplicável, e tradução juramentada para português dos documentos originalmente lavrados em português, inglês ou espanhol. Para os demais idiomas, a Companhia exige o reconhecimento de firma, notariação, consularização ou

apostilamento, conforme aplicável, e tradução juramentada para português dos documentos de representação dos acionistas.

A Companhia admitirá procurações outorgadas por meio eletrônico, desde que tais procurações sejam assinadas por meio de plataforma digital que assegure a autoria e integridade das procurações, ainda que tais assinaturas não sejam acompanhadas de certificado de assinatura digital credenciado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 06.164.253/0001-87
NIRE 35.300.314.441

**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 2025**

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

A administração da **GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.** (“**GOL**” ou “**Companhia**”) submete à apreciação de V.Sas. a sua proposta relativa às seguintes matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de maio de 2025, às 10:00 horas (“**Assembleia**”), observadas as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“**Lei das Sociedades por Ações**”) e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 81, de 29 de março de 2022 (“**Resolução CVM 81**” e “**Proposta da Administração**”, respectivamente):

- (i) o aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização dos Créditos (conforme abaixo definido) no montante de, no mínimo, R\$5.343.282.140,17 (cinco bilhões, trezentos e quarenta e três milhões, duzentos e oitenta e dois mil, cento e quarenta reais e dezessete centavos) e, no máximo, R\$19.246.127.062,09 (dezenove bilhões, duzentos e quarenta e seis milhões, cento e vinte e sete mil e sessenta e dois reais e nove centavos), por meio da emissão de, no mínimo, 3.639.637.884.586 (três trilhões, seiscentos e trinta e nove bilhões, seiscentos e trinta e sete milhões, oitocentas e oitenta e quatro mil, quinhentas e oitenta e seis) ações ordinárias e 430.338.591.369 (quatrocentos e trinta bilhões, trezentos e trinta e oito milhões, quinhentas e noventa e um mil, trezentas e sessenta e nove) ações preferenciais, e, no máximo, 13.109.720.083.876 (treze trilhões, cento e nove bilhões, setecentos e vinte milhões, oitenta e três mil e oitocentas e setenta e seis) ações ordinárias e 1.550.049.387.611 (um trilhão, quinhentos e cinquenta bilhões, quarenta e nove milhões, trezentas e oitenta e sete mil, seiscentas e onze) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,0002857142 por ação ordinária e de R\$0,01 (um centavo de real) por ação preferencial, fixado na forma do artigo 170, parágrafo 1º, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações (“**Aumento de Capital**”), sendo certo que: (a) no Aumento de Capital, até R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) serão alocados à conta de “capital social” e o restante do montante total do Aumento de Capital será alocado à conta de “reserva de capital”; e (b) o Aumento de Capital também será condicionado à verificação da eficácia do Plano (conforme definido abaixo) (“**Data de Eficácia**”), com delegação ao Conselho de Administração de poderes para verificar o montante dos Créditos em moeda corrente nacional, conforme atualizado na Data de Eficácia e, consequentemente, determinar o valor efetivo do Aumento de Capital, as alocações mencionados no item (a) e a quantidade de ações ordinárias e preferenciais efetivamente emitidas no âmbito do Aumento de Capital.

Contexto e justificativa para o Aumento de Capital

Como é de conhecimento público, a Companhia e o setor como um todo enfrentaram um duplo desafio decorrente da pandemia de COVID-19, a crise de demanda e o impacto cambial, ambos exigindo uma adaptação rápida e estratégica para garantir a sobrevivência e a recuperação de seus negócios.

Em resposta à crise do setor, a Companhia procurou alternativas para restaurar sua estabilidade financeira, optando pela sua submissão ao procedimento judicial de reestruturação financeira de que trata o *Chapter 11* do *U.S. Bankruptcy Code* perante o *U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York* (“**Juízo do Chapter 11**” e “**Procedimento de Chapter 11**”, respectivamente), em 25 de janeiro de 2024, conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada na referida data.

Em 29 de janeiro de 2024, a GOL recebeu a aprovação do Juízo do *Chapter 11* para a reestruturação financeira legal da Companhia, incluindo o acesso a novos financiamentos, de modo que pudesse continuar oferecendo voos seguros e serviços confiáveis a baixo custo, proporcionando a melhor experiência de viagem a seus clientes.

Como parte do Procedimento de *Chapter 11*, a GOL e seus maiores credores, a Abra Group Limited e determinadas afiliadas (“**Abra**”), e o comitê de credores quirografários designado no procedimento de *Chapter 11* da GOL, firmaram um Acordo de Apoio ao Plano de Reestruturação (“**PSA**”), prevendo a apresentação de um plano de reorganização no âmbito do Procedimento de *Chapter 11* para viabilizar uma significativa redução de sua alavancagem e a conversão de parte da sua dívida em ações de emissão da Companhia (“**Plano**”).

O Plano foi apresentado perante o Juízo do *Chapter 11* em 9 de dezembro de 2024, em conjunto com a declaração de divulgação (*disclosure statement*) que resume o Plano, incluindo informações sobre o tratamento dos diversos grupos de credores da GOL no âmbito do Procedimento de *Chapter 11*, em conformidade com as disposições do PSA previamente anunciado, bem como outras informações relacionadas à GOL.

O Plano proporcionará que o passivo consolidado da Companhia, de aproximadamente R\$51,0 bilhões, ou aproximadamente US\$8,7 bilhões (data-base de 28 de fevereiro de 2025), seja materialmente reduzido, com a expectativa de que uma parcela de US\$2,7 bilhões (sujeito a alterações, em decorrência das negociações em curso no âmbito do Procedimento de *Chapter 11*) será convertida em ações, por meio do Aumento de Capital. Com uma dívida líquida superior a R\$31,4 bilhões, a GOL enfrenta restrições significativas à sua flexibilidade financeira, limitando sua capacidade de financiamento e comprometendo sua sustentabilidade.

Nesse contexto, na visão da administração, a conversão de parcela substancial da dívida da Companhia em capital social não apenas passa a ser elemento fundamental para a recuperação financeira e a continuidade operacional da Companhia, mas também se revela indispensável à própria sobrevivência da Companhia, na medida em que, sem tal conversão, a Companhia não será capaz de, por meio de sua geração de caixa, honrar suas obrigações financeiras.

Desse modo, a administração da Companhia propõe a V.Sas. a aprovação do Aumento de Capital, proposto no contexto do Procedimento de *Chapter 11*, com o objetivo de reduzir o

endividamento atual da Companhia e, conseqüentemente, viabilizar a continuidade das operações e atividades da Companhia.

Informações adicionais a respeito do Procedimento de *Chapter 11* estão disponíveis nos *websites* da Companhia (ri.voegol.com.br; e www.golfirstforall.com/pt).

Estrutura do Aumento de Capital

Observados os termos e condições previstos no Plano, para fins de governança e implementação de instâncias decisórias internas, determinados credores no contexto do Procedimento de *Chapter 11* concordaram em congregar seus interesses em uma sociedade constituída em Luxemburgo ("**Newco Lux**"). Tais credores aportarão seus respectivos créditos nesta sociedade, em troca de participação.

Com o intuito de reforçar a governança desses credores e melhor defender seus interesses em âmbito nacional, bem como conferir maior flexibilidade na captação de futuros investimentos estratégicos, em preparação ao Aumento de Capital, foi definido que a Newco Lux detivesse participação em uma sociedade constituída no Brasil ("**Newco Brazil**"). Na Data de Eficácia, os respectivos créditos aportados pelos credores na Newco Lux serão, por sua vez, aportados por essa sociedade ao capital social da Newco Brazil que, por fim, passará a ser titular, na Data de Eficácia, dos créditos em face da Companhia a serem capitalizados no contexto do Aumento de Capital ("**Créditos**").

Desse modo, o Aumento de Capital consistirá na capitalização dos Créditos, no valor de, no mínimo, R\$5.343.282.140,17 (cinco bilhões, trezentos e quarenta e três milhões, duzentos e oitenta e dois mil, cento e quarenta reais e dezessete centavos) e, no máximo, R\$19.246.127.062,09 (dezenove bilhões, duzentos e quarenta e seis milhões, cento e vinte e sete mil e sessenta e dois reais e nove centavos), sendo certo que: (a) no Aumento de Capital, até R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) serão alocados à conta de "capital social" e o restante do montante total do Aumento de Capital será alocado à conta de "reserva de capital"; e (b) será assegurado aos acionistas da Companhia o direito de preferência na subscrição das ações objeto do Aumento de Capital, nos termos do artigo 171, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações ("**Direito de Preferência**").

Tendo em vista que os Créditos a serem capitalizados no contexto do Aumento de Capital estão denominados em moeda estrangeira, o limite máximo do Aumento de Capital submetido à Assembleia considera uma parcela excedente ao valor atual máximo dos Créditos, razoavelmente determinada pela administração da Companhia com o objetivo de acomodar variações positivas da cotação do dólar norte-americano até a Data de Eficácia.

Nesse sentido, nos termos propostos pela administração da Companhia, a aprovação do Aumento de Capital pela Assembleia contempla a delegação de competência ao Conselho de Administração da Companhia, que deverá reunir-se ("**Reunião do Conselho**") para (a) verificar o montante dos Créditos aportados na Data de Eficácia; (b) verificar o valor de tais Créditos em moeda corrente nacional, conforme atualizado na Data de Eficácia; e (c) conseqüentemente, determinar o valor efetivo do Aumento de Capital e a quantidade de ações ordinárias e ações preferencias efetivamente emitidas no âmbito do Aumento de Capital, bem como a proporção de alocação entre as contas de "capital social" e "reserva de capital".

Por fim, tendo em vista que (i) o Aumento de Capital consiste na capitalização dos Créditos; e (ii) nos termos propostos, a aprovação do Aumento de Capital pela Assembleia contemplará a delegação ao Conselho de Administração dos poderes para verificar, na

Data de Eficácia, o valor em moeda corrente nacional dos Créditos e, consequentemente, determinar o valor efetivo do Aumento de Capital e a quantidade efetiva de ações objeto do Aumento de Capital, não há que se falar em homologação parcial ou sobras de ações, sendo o Aumento de Capital, para todos e quaisquer fins, considerando integralmente realizado na Data de Eficácia mediante deliberação do Conselho de Administração.

Justificativa do preço de emissão das ações objeto do Aumento de Capital

Com o objetivo de suportar a fixação do preço de emissão das ações objeto do Aumento de Capital com base na perspectiva de rentabilidade da Companhia, na forma do artigo 170, parágrafo 1º, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, foi preparado laudo de avaliação pela Planconsult Planejamento e Consultoria Ltda. constante do **Anexo III** a esta Proposta da Administração (**"Laudo Planconsult"**). Tendo em vista que o Laudo Planconsult não atribui um valor positivo para a Companhia, propõe-se que o preço de emissão seja fixado no valor de R\$0,01 (um centavo de real) por ação preferencial e, consequentemente, R\$0,0002857142 por ação ordinária (i.e. 1/35 do preço de emissão por ação preferencial), considerando que, nos termos do estatuto social da Companhia (**"Estatuto Social"**), cada ação preferencial possui direitos econômico-patrimoniais 35 (trinta e cinco) vezes superiores aos direitos econômico-patrimoniais atribuídos às ações ordinárias.

Adicionalmente, como medida adicional de governança com relação à verificação do *valuation* da Companhia, a administração solicitou a elaboração do laudo de avaliação adicional pela Apsis Consultoria Empresarial Ltda. constante do **Anexo IV** a esta Proposta da Administração, o qual também não atribui um valor positivo para a Companhia (**"Laudo Apsis"**) e, em conjunto com o Laudo Planconsult, **"Laudos de Avaliação"**).

Os valores atribuídos à Companhia nos Laudos de Avaliação refletem, de forma clara e consistente, o fato de o montante total da dívida da Companhia ser substancialmente superior ao valor de seu patrimônio (*equity value*), evidenciando o impacto da estrutura de capital nas métricas de avaliação da Companhia.

O valor apurado demonstra consistência com os múltiplos de mercado observados em empresas comparáveis do setor, reforçando a aderência do resultado aos parâmetros reconhecidos e amplamente aceitos em práticas de avaliação de empresas, conforme indicado abaixo:

Múltiplos de EBITDA de Mercado	2024 ⁽¹⁾	2025 ⁽²⁾
EV / EBITDA (média dos concorrentes)	5,82x	4,82x
EBITDA da Companhia	1.697	5.044
Enterprise Value (EV)	9.866	24.287
(-) Dívida bruta	22.625	18.566
(-) Passivo de arrendamentos	12.103	11.371
(+) Caixa e equivalentes de caixa	2.494	3.826
Equity Value	(22.368)	(1.824)
# de ações	420,4	420,4
Preço por ação (R\$)	(53,21)	(4,34)

⁽¹⁾ Com base nas demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

⁽²⁾ Com base nos valores previstos no plano de cinco anos da Companhia, nos termos do fato relevante divulgado em 15 de janeiro de 2025.

EV / EBITDA	2024	2025 ⁽¹⁾
Média dos Concorrentes	5,82x	4,82x
Azul	5,97x	4,90x
American	5,52x	6,30x
Delta	5,43x	4,93x
Latam	NM	4,09x
Southwest	6,34x	5,06x
Volaris	NM	3,61x

⁽¹⁾ Atualizado em 15 de abril de 2025.

Cabe ressaltar, ainda, que a cotação das ações da Companhia na B3 não pode ser utilizada como referência no contexto do Aumento de Capital, considerando a baixa liquidez das ações de sua emissão, evidenciada pelos seguintes fatores:

- o volume financeiro mensal negociado caiu de aproximadamente R\$315,5 milhões no período submissão ao Procedimento de *Chapter 11* (dezembro de 2023) para aproximadamente R\$38,2 milhões (fevereiro de 2025);
- o volume de negociação das ações reduziu-se de aproximadamente 35,2 milhões (dezembro de 2023) para aproximadamente 27,5 milhões (fevereiro de 2025), sendo importante destacar que, no mesmo período, a cotação das ações de emissão da Companhia sofreu uma queda expressiva, o que, por si só, tende a elevar a quantidade de ações negociadas sem necessariamente indicar um aumento da liquidez; e
- houve considerável redução da participação de investidores institucionais, de 64,56% (dezembro de 2023) para 12,62% (fevereiro de 2025), aliada ao aumento da participação de investidores pessoas físicas, de 35,44% (dezembro de 2023) para 87,38% (fevereiro de 2025).

Assim, no entendimento da administração da Companhia, o critério da perspectiva de rentabilidade é o mais adequado para a definição do preço das ações no contexto do Aumento de Capital, uma vez que:

- a Companhia possui um patrimônio líquido negativo de R\$27,7 bilhões (data-base em 28 de fevereiro de 2025); e
- a cotação das ações preferenciais de emissão da Companhia na B3 não reflete adequadamente o valor da Companhia, em razão (a) da reduzida liquidez e do baixo volume de negociação de seus papéis no mercado, substancialmente impactados pelo requerimento de submissão ao Procedimento de *Chapter 11*, seguido pela mudança relevante no perfil da base acionária da Companhia, com a saída de investidores institucionais e concentração de investidores individuais e/ou especulativos; e (b) de a cotação atual não refletir os efeitos da capitalização dos Créditos no âmbito do Aumento de Capital, comum em processos de reorganização

de empresas em crise financeira e cuja implementação, nos termos ora propostos, é indispensável para a própria continuidade das operações da Companhia.

Governança no contexto do Procedimento de *Chapter 11* e
da aprovação do Aumento de Capital

A avaliação, planejamento, supervisão, revisão e efetiva negociação dos temas relacionados ao Procedimento de *Chapter 11*, que levaram à finalização do Plano, foi conduzida pelo Comitê Especial Independente da Companhia, criado em 25 de janeiro de 2024 (“**Comitê**”).

O Comitê, visando dar cumprimento aos deveres fiduciários dos administradores previstos na Lei das Sociedades por Ações, e de forma análoga ao previsto no Parecer de Orientação CVM nº 35, de 1º de setembro de 2008, foi formado exclusivamente por membros independentes.

O Comitê, garantindo uma avaliação rigorosa e imparcial, liderou todo o processo de negociação e realizou um total de 82 reuniões, culminando com a aprovação do Plano pelo Conselho de Administração da GOL.

Os membros do Conselho de Administração da GOL indicados pela Abra Mobi LLP e/ou pela Abra Kingsland LLP se abstiveram de todas as etapas de discussão, revisão e votação dos atos relacionados ao Procedimento de *Chapter 11*, a fim de evitar quaisquer conflitos de interesse reais ou aparentes e preservar a integridade do processo de negociação.

Informações adicionais

Informações adicionais acerca do Aumento de Capital, incluindo os termos e condições a serem observados quando da subscrição e integralização das ações objeto do Aumento de Capital, bem como as informações exigidas nos termos do artigo 15 da Resolução CVM 81, na forma do Anexo C do referido normativo, constam do **Anexo I** a esta Proposta da Administração.

(ii) a alteração do artigo 50, parágrafo 7º, do Estatuto Social, bem como a consequente consolidação do Estatuto Social, com eficácia sujeita à aprovação da referida alteração, em sede de assembleia especial, pelos acionistas preferencialistas da Companhia

O artigo 50 do Estatuto Social prevê que qualquer pessoa ou grupo de pessoas que se torne titular de ações de emissão da Companhia que representem Participação nos Dividendos (conforme definido no artigo 53 do Estatuto Social) igual ou superior a 30%, terá a obrigação de efetivar uma oferta pública de ações, para a aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia (“**OPA de 30%**”), observadas as exceções previstas no parágrafo 7º, do artigo 50, do Estatuto Social.

Tendo em vista que a quantidade de ações a serem emitidas no contexto do Aumento de Capital será expressiva e considerando que tal evento ocorrerá para implementação dos passos previstos no Plano para viabilizar o soerguimento da Companhia no âmbito do Procedimento de *Chapter 11*, a administração da Companhia propõe a V.Sas. a aprovação da alteração do artigo 50, parágrafo 7º, do Estatuto Social, para esclarecer que eventual concentração de direitos econômicos decorrentes do Aumento de Capital ou de quaisquer obrigações adicionais previstas no Plano serão excetuadas das hipóteses de incidência do referido dispositivo estatutário, de forma que a realização da OPA de 30% não será

obrigatória, caso o atingimento da Participação nos Dividendos em montante igual ou superior a 30% decorra exclusivamente da implementação do Plano.

A administração da Companhia esclarece que a referida alteração é uma condição do Plano e se faz necessária para que o disposto no mesmo seja integralmente cumprido, sem a criação de obrigações e/ou ônus adicionais à Companhia e aos credores vinculados ao Plano, além daqueles expressamente previstos no Plano, aprovados e homologados pelo Juízo do *Chapter 11*.

Conforme descrito acima, a implementação do Plano é essencial para o soerguimento da Companhia no âmbito do Procedimento de *Chapter 11* e, portanto, necessária para a preservação de seu melhor interesse.

Nesse sentido, a administração da Companhia propõe a V.Sas a aprovação, de forma condicionada, conforme detalhado abaixo, da alteração do artigo 50, parágrafo 7º, do Estatuto Social, de forma que passe a vigorar com a seguinte redação:

“§7º - A obrigação de realização de OPA de 30% não se aplicará (i) ao Acionista Controlador, conforme apurado em 23 de março de 2015, bem como aos seus cotistas, sócios indiretos, herdeiros e sucessores, desde que tal Acionista Controlador ou os seus cotistas, sócios indiretos, herdeiros e sucessores, mantenham ininterruptamente a propriedade de ações de emissão da Sociedade que representem uma Participação nos Dividendos igual ou superior a 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) a partir de 23 de março de 2015 até a data em que venham a adquirir ou se torne, titular, por qualquer motivo, de ações de emissão da Sociedade que representem Participação nos Dividendos igual ou superior a 30% (trinta por cento), nos termos do caput deste Artigo 50; e/ou (ii) àqueles que se tornarem titulares de novas ações da Sociedade (incluindo seus respectivos cotistas, acionistas e/ou investidores diretos ou indiretos, bem como respectivos sucessores) em função da implementação do plano de reorganização de dívidas da Sociedade no âmbito do procedimento de Chapter 11, iniciado nos Estados Unidos da América pela Sociedade e por suas controladas, nos termos do U.S. Bankruptcy Code, inclusive por meio de aumento de capital mediante capitalização de créditos.”

A eficácia da alteração ora proposta estará condicionada à aprovação da referida alteração, em sede de assembleia especial, pelos acionistas preferencialistas da Companhia, nos termos do artigo 5º, parágrafo 5º, e do artigo 15, do Estatuto Social.

Adicionalmente, nos termos do artigo 5º, parágrafo 4º, do Estatuto Social, os acionistas titulares de ações preferenciais da Companhia também terão direito de voto, no âmbito desta Assembleia, exclusivamente na deliberação a respeito do item (ii) da ordem do dia, observado que cada 1 (uma) ação preferencial outorgará o direito a 1 (um) voto no âmbito da Assembleia. Em atenção ao artigo 12 da Resolução CVM 81, a administração apresenta, na forma do **Anexo V** e do **Anexo VI** desta Proposta da Administração, cópia do Estatuto Social contendo, em destaque, as alterações propostas e relatório detalhando a origem e justificativas das alterações relevantes, com análise dos seus efeitos jurídicos e econômicos.

(iii) a autorização à administração da Companhia a tomar as providências e praticar os atos necessários com relação à implementação das deliberações tomadas na Assembleia

A administração da Companhia propõe a V.Sas. que seja concedida autorização para que a administração tome todas as providências e pratique todos os atos necessários para implementar as deliberações tomadas na Assembleia, incluindo, sem limitação, a divulgação ou celebração de todos os documentos, a realização de todos os atos e, ainda, a deliberação sobre todas as matérias que se façam necessárias para a implementação, efetivação e conclusão do Aumento de Capital, nos termos acima propostos.

A esse respeito, a Companhia esclarece que, uma vez que o valor efetivo do Aumento de Capital e, conseqüentemente, a quantidade efetiva de ações emitidas no Aumento de Capital apenas serão conhecidos na Data de Eficácia com a confirmação do montante total dos Créditos aportados e o valor correspondente em moeda corrente nacional, não é possível, neste momento, aprovar a alteração do Estatuto Social decorrente do Aumento de Capital. Nesse sentido, a administração propõe que, sujeito à aprovação deste item da ordem do dia pela Assembleia, seja concedida a autorização para que o Conselho de Administração delibere, *ad referendum* da primeira Assembleia Geral da Companhia que venha a ser realizada após o encerramento do prazo para exercício do Direito de Preferência, sobre a alteração do Estatuto Social para refletir o Aumento de Capital.

Pelos motivos acima e em conformidade com a legislação e a regulamentação aplicáveis, a administração da Companhia recomenda à V.Sas. a aprovação das matérias acima elencadas na Assembleia.

Por fim, a administração esclarece que esta Proposta da Administração e toda a documentação a ela referente encontram-se disponíveis na sede social da Companhia (localizada na Rua Verbo Divino, nº 1.661, 11º andar, Chácara Santo Antônio, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04719-002), bem como nos *websites* da Companhia (ri.voegol.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br).

São Paulo, 9 de maio de 2025.

Constantino de Oliveira Junior
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO I – INFORMAÇÕES RELATIVAS AO AUMENTO DE CAPITAL DA COMPANHIA

(conforme artigo 15 da Resolução CVM 81)

1 Informar valor do aumento e do novo capital social

(i) valor do aumento de capital

Observado o disposto abaixo, o aumento de capital será de, no mínimo, R\$5.343.282.140,17 e, no máximo, R\$19.246.127.062,09, por meio da emissão de, no mínimo, 3.639.637.884.586 ações ordinárias e 430.338.591.369 ações preferenciais, e, no máximo, 13.109.720.083.876 ações ordinárias e 1.550.049.387.611 ações preferenciais ("**Aumento de Capital**"), sendo certo que: (a) no Aumento de Capital, até R\$1.000.000,00 serão alocados à conta de "capital social" e o restante do montante total do Aumento de Capital será alocado à conta de "reserva de capital", a ser efetivamente determinado pelo Conselho de Administração no exercício dos poderes a serem ele delegados pela Assembleia, com base no montante dos Créditos (conforme abaixo definido) em moeda corrente nacional, conforme atualizado na data de verificação da eficácia do Plano (conforme definido abaixo) ("**Data de Eficácia**").

(ii) novo capital social

Após o Aumento de Capital, o capital social da Companhia passará de R\$4.202.543.932,30, dividido em 3.202.276.835 ações, sendo 2.863.682.500 ações ordinárias e 338.594.335 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal para: (a) no mínimo, R\$4.203.543.932,30 (considerando a alocação de R\$1.000.000,00 à conta de "capital social"), dividido em 4.073.178.752.790 ações, sendo 3.642.501.567.086 ações ordinárias e 430.677.185.704,00 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal; e (b) no máximo, R\$4.203.543.932,30 (considerando a alocação de R\$1.000.000,00 à conta de "capital social"), dividido em 14.662.971.748.322 ações, sendo em 13.112.583.766.376 ações ordinárias e 1.550.387.981.946 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

2 Informar se o aumento será realizado mediante: (a) conversão de debêntures ou outros títulos de dívida em ações; (b) exercício de direito de subscrição ou de bônus de subscrição; (c) capitalização de lucros ou reservas; ou (d) subscrição de novas ações

O Aumento de Capital será realizado mediante a subscrição de novas ações ordinárias e ações preferenciais de emissão da Companhia.

3 Explicar, pormenorizadamente, as razões do aumento e suas consequências jurídicas e econômicas

Como é de conhecimento público, a Companhia e o setor como um todo enfrentaram um duplo desafio decorrente da pandemia de COVID-19, a crise de demanda e o impacto cambial, ambos exigindo uma adaptação rápida e estratégica para garantir a sobrevivência e a recuperação de seus negócios.

Em resposta à crise do setor, a Companhia procurou alternativas para restaurar sua estabilidade financeira, optando pela sua submissão ao procedimento judicial de

reestruturação financeira de que trata o *Chapter 11* do *U.S. Bankruptcy Code* perante o *U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York* (“**Juízo do Chapter 11**” e “**Procedimento de Chapter 11**”, respectivamente), em 25 de janeiro de 2024, conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada na referida data.

Em 29 de janeiro de 2024, a GOL recebeu a aprovação do Juízo do *Chapter 11* para a reestruturação financeira legal da Companhia, incluindo o acesso a novos financiamentos, de modo que pudesse continuar oferecendo voos seguros e serviços confiáveis a baixo custo, proporcionando a melhor experiência de viagem a seus clientes.

Como parte do Procedimento de *Chapter 11*, a GOL e seus maiores credores, a Abra e o comitê de credores quirografários designado no procedimento de *Chapter 11* da GOL, firmaram um Acordo de Apoio ao Plano de Reestruturação (“**PSA**”), prevendo a apresentação de um plano de reorganização no âmbito do Procedimento de *Chapter 11* para viabilizar uma significativa redução de sua alavancagem e a conversão de parte da sua dívida em ações de emissão da Companhia (“**Plano**”).

O Plano foi apresentado perante o Juízo do *Chapter 11* em 9 de dezembro de 2024, em conjunto com a declaração de divulgação (*disclosure statement*) que resume o Plano, incluindo informações sobre o tratamento dos diversos grupos de credores da GOL no âmbito do Procedimento de *Chapter 11*, em conformidade com as disposições do PSA previamente anunciado, bem como outras informações relacionadas à GOL.

O Plano proporcionará que o passivo consolidado da Companhia, de aproximadamente R\$51,0 bilhões, ou aproximadamente US\$8,7 bilhões (data-base de 28 de fevereiro de 2025), seja materialmente reduzido, com a expectativa de que uma parcela de US\$2,7 bilhões (sujeito a alterações, em decorrência das negociações em curso no âmbito do Procedimento de *Chapter 11*) será convertida em ações, por meio do Aumento de Capital. Com uma dívida líquida superior a R\$31,4 bilhões, a GOL enfrenta restrições significativas à sua flexibilidade financeira, limitando sua capacidade de financiamento e comprometendo sua sustentabilidade.

Nesse contexto, na visão da administração, a conversão de parcela substancial da dívida da Companhia em capital social não apenas passa a ser elemento fundamental para a recuperação financeira e a continuidade operacional da Companhia, mas também se revela indispensável à própria sobrevivência da Companhia, na medida em que, sem tal conversão, a Companhia não será capaz de, por meio de sua geração de caixa, honrar suas obrigações financeiras.

Desse modo, a administração da Companhia propõe a V.Sas. a aprovação do Aumento de Capital, proposto no contexto do Procedimento de *Chapter 11*, com o objetivo de reduzir o endividamento atual da Companhia e, consequentemente, viabilizar a continuidade das operações e atividades da Companhia.

Observados os termos e condições previstos no Plano, para fins de governança e implementação de instâncias decisórias internas, determinados credores no contexto do Procedimento de *Chapter 11* concordaram em congregar seus interesses em uma sociedade constituída em Luxemburgo (“**Newco Lux**”). Tais credores aportarão seus respectivos créditos nesta sociedade, em troca de participação.

Com o intuito de reforçar a governança desses credores e melhor defender seus interesses em âmbito nacional, bem como para assegurar a adoção dos passos relativos à oferta do

direito de preferência na subscrição das ações objeto do Aumento de Capital aos acionistas existentes e conferir maior flexibilidade na captação de futuros investimentos estratégicos, em preparação ao Aumento de Capital, foi definido que a Newco Lux detivesse participação em uma sociedade constituída no Brasil ("**Newco Brazil**"). Na Data de Eficácia, os respectivos créditos aportados pelos credores na Newco Lux serão, por sua vez, aportados por essa sociedade ao capital social da Newco Brazil que, por fim, passará a ser titular, na Data de Eficácia, dos créditos em face da Companhia a serem capitalizados no contexto do Aumento de Capital ("**Créditos**").

Desse modo, o Aumento de Capital consistirá na capitalização dos Créditos, no valor de, no mínimo, R\$5.343.282.140,17 e, no máximo, R\$19.246.127.062,09, sendo certo que: (a) no Aumento de Capital até R\$1.000.000,00 serão alocados à conta de "capital social" e o restante do montante total do Aumento de Capital será alocado à conta de "reserva de capital"; e (b) será assegurado aos acionistas da Companhia o direito de preferência na subscrição das ações objeto do Aumento de Capital, nos termos do artigo 171, parágrafo 2º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("**Lei das Sociedades por Ações**" e "**Direito de Preferência**", respectivamente).

Tendo em vista que os Créditos a serem capitalizados no contexto do Aumento de Capital estão denominados em moeda estrangeira, o limite máximo do Aumento de Capital submetido à Assembleia considera uma parcela excedente ao valor atual máximo dos Créditos, razoavelmente determinada pela administração da Companhia com o objetivo de acomodar variações positivas da cotação do dólar norte-americano até a Data de Eficácia.

Nesse sentido, nos termos propostos pela administração da Companhia, a aprovação do Aumento de Capital pela Assembleia contempla a delegação de competência ao Conselho de Administração da Companhia para verificar o montante dos Créditos em moeda corrente nacional, conforme atualizado na Data de Eficácia e, conseqüentemente, determinar o valor efetivo do Aumento de Capital e a quantidade de ações ordinárias e ações preferenciais efetivamente emitidas no âmbito do Aumento de Capital, bem como a proporção de alocação entre as contas de "capital social" e "reserva de capital".

4 Fornecer cópia do parecer do conselho fiscal, se aplicável

O Conselho Fiscal da Companhia emitiu parecer favorável, sem ressalvas, ao Aumento de Capital, em reunião de 8 de maio de 2025, cuja ata consta do **Anexo II** à esta Proposta.

5 Em caso de aumento de capital mediante subscrição de ações

(a) descrever a destinação dos recursos

Tendo em vista que o Aumento de Capital visa viabilizar a capitalização dos Créditos, os eventuais recursos recebidos pela Companhia em razão do exercício do Direito de Preferência serão entregues à Newco Brazil, em atenção ao artigo 171, parágrafo 2º, *in fine*, da Lei das Sociedades por Ações.

(b) informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe

No âmbito do Aumento de Capital, serão emitidas, no mínimo, 3.639.637.884.586 ações ordinárias e 430.338.591.369 ações preferenciais e, no máximo, 13.109.720.083.876 ações ordinárias e 1.550.049.387.611 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, observado que a quantidade efetiva de ações objeto do Aumento de Capital será determinada pelo Conselho de Administração na Data de Eficácia.

(c) descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas

As ações objeto do Aumento de Capital farão jus, em igualdade de condições com as já existentes, a todos os direitos concedidos a estas, incluindo a participação integral em eventuais distribuições de dividendos, juros sobre o capital próprio e remuneração de capital que vierem a ser declarados pela Companhia, tal como previstos na Lei das Sociedades por Ações, no Regulamento do Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e no estatuto social da Companhia (“**Estatuto Social**”).

(d) informar se a subscrição será pública ou particular

O Aumento de Capital contempla a subscrição particular de ações.

(e) em se tratando de subscrição particular, informar se partes relacionadas, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, subscreverão ações no aumento de capital, especificando os respectivos montantes, quando esses montantes já forem conhecidos

A Companhia esclarece que a Newco Brazil, que será detentora dos Créditos a serem capitalizados no âmbito do Aumento de Capital na Data de Eficácia, será controlada, indiretamente, pela Abra, acionista da Companhia e parte relacionada dos atuais controladores da Companhia. A Newco Brazil não detém, nesta data, quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia esclarece que Abra é uma sociedade sob controle comum ao da Companhia. Nesta data, a Abra detém direta ou indiretamente direitos econômicos relativos a 2.863.682.115 ações ordinárias de emissão da Companhia e 143.887.366 ações preferenciais de emissão da Companhia. A participação indireta acima mencionada é detida por meio da Abra Mobi LLP e da Abra Kingsland LLP.

A Abra é titular de créditos que serão capitalizados no contexto do Aumento de Capital no montante de US\$1.964.083.778,36 (data-base de 28 de fevereiro de 2025, acrescido da capitalização de juros estimada até 31 de maio de 2025), em cumprimento ao disposto no Plano. A Abra tem interesse na implementação dos passos previstos no Plano, com a aprovação do Aumento de Capital e a capitalização de créditos, etapa necessária para o cumprimento das disposições do Plano e soerguimento da Companhia no âmbito do Procedimento de *Chapter 11*.

Vale destacar que, conforme descrito nesta Proposta da Administração (especialmente no item 3 acima), a administração recomenda a aprovação do Aumento de Capital, considerando a sua relevância e imprescindibilidade no contexto do Procedimento de *Chapter 11*, nos termos do Plano. A administração destaca que o Plano foi e tem sido atenciosa e minuciosamente negociado entre a Companhia e seus credores, sob a supervisão do Juízo do *Chapter 11* e o Aumento de Capital é uma das transações essenciais para a implementação dos seus termos e condições e reestruturação do endividamento pela Companhia. Caso o Aumento de Capital não seja aprovado pela Assembleia até a Data de Eficácia, a Companhia não pode garantir que será capaz de renegociar os termos e condições do Plano. A administração reitera, por fim, que os termos e condições do Aumento de Capital foram estabelecidos de acordo e à luz das condições de mercado e à situação de

estresse econômico-financeiro em que a Companhia se insere. Para mais informações, veja o item 5(i) abaixo.

As acionistas Abra Mobi LLP, Abra Kingsland LLP e Abra manifestaram que renunciarão ao exercício do Direito de Preferência e/ou transferirão tal direito à Newco Brazil, de forma a permitir a imediata subscrição e entrega de ações objeto do Aumento de Capital à Newco Brazil proporcionalmente a tal Direito de Preferência.

A quantidade das demais ações objeto do Aumento de Capital a serem subscritas e entregues à Newco Brazil em razão da capitalização dos Créditos será determinada no término do Período do Direito de Preferência (conforme definido abaixo).

Exceto pelo acima mencionado, a Companhia não recebeu indicações formais adicionais de quaisquer partes relacionadas acerca do seu eventual interesse de participação no Aumento de Capital.

(f) informar o preço de emissão das novas ações ou as razões pelas quais sua fixação deve ser delegada ao conselho de administração, nos casos de distribuição pública

Propõe-se que o preço de emissão seja fixado em R\$0,0002857142 por ação ordinária e R\$0,01 por ação preferencial. Para informações acerca do critério de cálculo do referido preço de emissão, veja o item 5(i) abaixo.

(g) informar o valor nominal das ações emitidas ou, em se tratando de ações sem valor nominal, a parcela do preço de emissão que será destinada à reserva de capital

As ações de emissão da Companhia não possuem valor nominal. Do valor do Aumento de Capital, até R\$1.000.000,00 serão alocados à conta de "capital social" e o restante do montante total do Aumento de Capital será alocado à conta de "reserva de capital".

(h) fornecer opinião dos administradores sobre os efeitos do aumento de capital, sobretudo no que se refere à diluição provocada pelo aumento

Considerando o contexto de crise econômico-financeira da Companhia em que o Aumento de Capital se insere, como parte fundamental do processo de reestruturação da Companhia no âmbito do Plano, conforme descrito no item 3 acima, os administradores entendem que o Aumento de Capital se justifica como forma de reduzir de forma significativa o endividamento da Companhia, e representa um importante passo para a implementação da estratégia da Companhia para a sua saída do Procedimento de *Chapter 11*.

Ressalta-se que a avaliação, planejamento, supervisão, revisão e efetiva negociação dos temas relacionados ao Procedimento de *Chapter 11*, que levaram à finalização do Plano, foi conduzida pelo Comitê Especial Independente da Companhia, criado em 25 de janeiro de 2024 ("**Comitê**").

O Comitê, visando dar cumprimento aos deveres fiduciários dos administradores previstos na Lei das Sociedades por Ações, e de forma análoga ao previsto no Parecer de Orientação CVM nº 35, de 1º de setembro de 2008, foi formado exclusivamente por membros independentes.

O Comitê, garantindo uma avaliação rigorosa e imparcial, liderou todo o processo de negociação e realizou um total de 82 reuniões, culminando com a aprovação do Plano pelo Conselho de Administração da GOL.

Os membros do Conselho de Administração da GOL indicados pela Abra Mobi LLP e/ou pela Abra Kingsland LLP se abstiveram de todas as etapas de discussão, revisão e votação dos atos relacionados ao Procedimento de *Chapter 11*, a fim de evitar quaisquer conflitos de interesse reais ou aparentes e preservar a integridade do processo de negociação.

Adicionalmente, em atenção ao artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações serão diluídos em razão do Aumento de Capital apenas os acionistas que deixarem de exercer seu respectivo Direito de Preferência. Caso exerçam o Direito de Preferência integralmente, os acionistas manterão suas participações atuais no capital social total da Companhia.

Por fim, conforme mencionado no item 5(i) abaixo, o preço de emissão foi determinado com base na perspectiva de rentabilidade da Companhia, na forma do artigo 170, parágrafo 1º, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, sem diluição injustificada para os atuais acionistas da Companhia.

(i) informar o critério de cálculo do preço de emissão e justificar, pormenorizadamente, os aspectos econômicos que determinaram a sua escolha

Com o objetivo de suportar a fixação do preço de emissão das ações objeto do Aumento de Capital com base na perspectiva de rentabilidade da Companhia, na forma do artigo 170, parágrafo 1º, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, foi preparado laudo de avaliação pela Planconsult Planejamento e Consultoria Ltda. constante do **Anexo III** a esta Proposta da Administração (“**Laudo Planconsult**”). Tendo em vista que o Laudo Planconsult não atribui um valor positivo para a Companhia, propõe-se que o preço de emissão seja fixado no valor de R\$0,01 por ação preferencial e, consequentemente, R\$0,0002857142 por ação ordinária (i.e. 1/35 do preço de emissão por ação preferencial), considerando que, nos termos do estatuto social da Companhia (“**Estatuto Social**”), cada ação preferencial possui direitos econômico-patrimoniais 35 (trinta e cinco) vezes superiores aos direitos econômico-patrimoniais atribuídos às ações ordinárias.

Adicionalmente, como medida adicional de governança com relação à verificação do *valuation* da Companhia, a administração solicitou a elaboração do laudo de avaliação adicional pela Apsis Consultoria Empresarial Ltda. constante do **Anexo IV** a esta Proposta da Administração, o qual também não atribui um valor positivo para a Companhia (“**Laudo Apsis**” e, em conjunto com o Laudo Planconsult, “**Laudos de Avaliação**”).

Os valores atribuídos à Companhia nos Laudos de Avaliação refletem, de forma clara e consistente, o fato de o montante total da dívida da Companhia ser substancialmente superior ao valor de seu patrimônio (*equity value*), evidenciando o impacto da estrutura de capital nas métricas de avaliação da Companhia.

O valor apurado demonstra consistência com os múltiplos de mercado observados em empresas comparáveis do setor, reforçando a aderência do resultado aos

parâmetros reconhecidos e amplamente aceitos em práticas de avaliação de empresas, conforme indicado abaixo:

Múltiplos de EBITDA de Mercado	2024 ⁽¹⁾	2025 ⁽²⁾
EV / EBITDA (média dos concorrentes)	5,82x	4,82x
EBITDA da Companhia	1.697	5.044
Enterprise Value (EV)	9.866	24.287
(-) Dívida bruta	22.625	18.566
(-) Passivo de arrendamentos	12.103	11.371
(+) Caixa e equivalentes de caixa	2.494	3.826
Equity Value	(22.368)	(1.824)
# de ações	420,4	420,4
Preço por ação (R\$)	(53,21)	(4,34)

⁽¹⁾ Com base nas demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

⁽²⁾ Com base nos valores previstos no plano de cinco anos da Companhia, nos termos do fato relevante divulgado em 15 de janeiro de 2025.

EV / EBITDA	2024	2025 ⁽¹⁾
Média dos Concorrentes	5,82x	4,82x
Azul	5,97x	4,90x
American	5,52x	6,30x
Delta	5,43x	4,93x
Latam	NM	4,09x
Southwest	6,34x	5,06x
Volaris	NM	3,61x

⁽¹⁾ Atualizado em 15 de abril de 2025.

Cabe ressaltar, ainda, que a cotação das ações da Companhia na B3 não pode ser utilizada como referência no contexto do Aumento de Capital, considerando a baixa liquidez das ações de sua emissão, evidenciada pelos seguintes fatores:

- o volume financeiro mensal negociado caiu de aproximadamente R\$315,5 milhões no período submissão ao Procedimento de *Chapter 11* (dezembro de 2023) para aproximadamente R\$38,2 milhões (fevereiro de 2025);
- o volume de negociação das ações reduziu-se de aproximadamente 35,2 milhões (dezembro de 2023) para aproximadamente 27,5 milhões (fevereiro de 2025), sendo importante destacar que, no mesmo período, a cotação das ações de emissão da Companhia sofreu uma queda expressiva, o que, por si só, tende a elevar a quantidade de ações negociadas sem necessariamente indicar um aumento da liquidez; e
- houve considerável redução da participação de investidores institucionais, de 64,56% (dezembro de 2023) para 12,62% (fevereiro de 2025), aliada ao

aumento da participação de investidores pessoas físicas, de 35,44% (dezembro de 2023) para 87,38% (fevereiro de 2025).

Assim, no entendimento da administração da Companhia, o critério da perspectiva de rentabilidade é o mais adequado para a definição do preço das ações no contexto do Aumento de Capital, uma vez que:

- a Companhia possui um patrimônio líquido negativo de R\$27,7 bilhões (data-base em 28 de fevereiro de 2025); e
- a cotação das ações preferenciais de emissão da Companhia na B3 não reflete adequadamente o valor da Companhia, em razão (a) da reduzida liquidez e do baixo volume de negociação de seus papéis no mercado, substancialmente impactados pelo requerimento de submissão ao Procedimento de *Chapter 11*, seguido pela mudança relevante no perfil da base acionária da Companhia, com a saída de investidores institucionais e concentração de investidores individuais e/ou especulativos; e (b) de a cotação atual não refletir os efeitos da capitalização dos Créditos no âmbito do Aumento de Capital, comum em processos de reorganização de empresas em crise financeira e cuja implementação, nos termos ora propostos, é indispensável para a própria continuidade das operações da Companhia.

(j) caso o preço de emissão tenha sido fixado com ágio ou deságio em relação ao valor de mercado, identificar a razão do ágio ou deságio e explicar como ele foi determinado

Não aplicável, tendo em vista que o preço de emissão foi determinado com base em perspectiva de rentabilidade da Companhia.

(k) fornecer cópia de todos os laudos e estudos que subsidiaram a fixação do preço de emissão

Os Laudos de Avaliação, que subsidiaram a fixação do preço de emissão, nos termos do item 5(i) abaixo, constam do **Anexo III** e do **Anexo IV** a esta Proposta.

(l) informar os preços de emissão de ações em aumentos de capital realizados nos últimos 3 (três) anos

Data de emissão	Preço de emissão	Descrição da Operação
26/03/2024	R\$ 2,62 (PN)	Exercício de opções de compra de ações de emissão da Companhia
18/01/2024	R\$ 2,62 (PN)	Exercício de opções de compra de ações de emissão da Companhia
26/07/2023	R\$10,26 (PN) R\$8,44 (PN) R\$2,62 (PN)	Exercício de opções de compra de ações de emissão da Companhia
30/09/2022	R\$3,57 (PN)	Exercício de opções de compra de ações de emissão da Companhia
07/04/2022	R\$42,67 (PN)	Aumento de capital para subscrição privada
06/04/2022	R\$8,44 (PN)	Exercício de opções de compra de ações de emissão da Companhia

21/03/2022	R\$12,81 (PN) R\$12,76 (PN) R\$2,62 (PN)	Exercício de opções de compra de ações de emissão da Companhia
12/11/2021	R\$12,81 (PN) R\$2,62 (PN)	Exercício de opções de compra de ações de emissão da Companhia
29/07/2021	R\$12,81 (PN) R\$2,62 (PN) R\$8,44 (PN) R\$20,18 (PN) R\$25,40 (PN) R\$20,57 (PN)	Exercício de opções de compra de ações de emissão da Companhia
28/04/2021	R\$24,19 (PN) R\$0,6911 (ON)	Aumento de capital para subscrição privada
24/03/2021	R\$27,05 (PN) R\$5,11719919 (PN classe B) R\$18,50897794 (PN classe C)	Reorganização societária (incorporação de ações da Gol Linhas Aéreas S.A.)

(m) apresentar o percentual de diluição potencial resultante da emissão

O percentual de diluição societária potencial resultante da emissão das ações objeto do Aumento de Capital, para os acionistas que não subscreverem nenhuma ação será de até 99,9782% com relação às ações ordinárias, até 99,9782% com relação às ações preferenciais e até 99,9782% com relação ao total de ações, em todos os casos, considerando o limite máximo do Aumento de Capital a ser deliberado pela Assembleia.

(n) informar os prazos, condições e forma de subscrição e integralização das ações emitidas

(i) prazo de exercício do direito de preferência

Tendo em vista que o Aumento de Capital está condicionado à verificação da Data de Eficácia, o prazo para exercício do Direito de Preferência será oportunamente divulgado pela Companhia por meio de aviso aos acionistas (“**Período do Direito de Preferência**”).

(ii) condições e forma de integralização

Exceto com relação à Newco Brazil, que realizará sua subscrição e integralização mediante a capitalização dos Créditos, as ações objeto do Aumento de Capital subscritas mediante o exercício do Direito de Preferência serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, observadas as regras e os procedimentos próprios da Itaú Corretora de Valores S.A., na qualidade de instituição responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia (“**Escriturador**”), e da Central Depositária de Ativos da B3 (“**Central Depositária**”).

Considerando que o preço de emissão por ação ordinária no contexto do Aumento de Capital é inferior a R\$0,01 (um centavo), o valor a ser pago pelo subscritor, em decorrência de eventual exercício do Direito

de Preferência, será sempre arredondado para o centavo imediatamente superior.

Tendo em vista que o Aumento de Capital consiste na capitalização dos Créditos, os recursos recebidos pela Companhia em razão do exercício do Direito de Preferência serão entregues à Newco Brazil, em atenção ao artigo 171, parágrafo 2º, *in fine*, da Lei das Sociedades por Ações.

Os Créditos serão considerados integralmente capitalizados, para todos e quaisquer fins, na Data de Eficácia.

(iii) procedimento para subscrição

Os titulares de Direitos de Preferência custodiados na Central Depositária que desejarem exercer tais direitos deverão fazê-lo por meio das instituições e/ou corretoras responsáveis pela custódia das suas respectivas ações (“**Agentes de Custódia**”) e de acordo com as regras estipuladas pela própria Central Depositária.

Os titulares de Direitos de Preferência custodiados no Escriturador que desejarem exercer seus direitos deverão dirigir-se, dentro do Período do Direito de Preferência, a qualquer agência do Escriturador em território nacional. Os Direitos de Preferência serão exercidos mediante assinatura de boletim de subscrição, conforme modelo a ser disponibilizado pelo Escriturador, e a entrega da documentação relacionada no item 5(n)(v) abaixo, que deverá ser apresentada pelo acionista ou respectivo cessionário para o exercício de seu Direito de Preferência diretamente no Escriturador.

(iv) cessão de direitos

Os acionistas da Companhia que optarem por não exercer, total ou parcialmente, seus respectivos Direitos de Preferência poderão, total ou parcialmente, negociá-los ou, nos termos do artigo 171, parágrafo 6º, da Lei das Sociedades por Ações, cedê-los a terceiros, quer em ambiente de bolsa ou de negociação privada, durante o Período do Direito de Preferência, observados os prazos e procedimentos próprios estabelecidos pela Central Depositária e pelo Escriturador, conforme o caso.

Os titulares de Direitos de Preferência custodiados no Escriturador que desejarem ceder em ambiente escritural os seus Direitos de Preferência deverão preencher o formulário específico que estará disponível em qualquer agência do Escriturador. O referido formulário deverá ser assinado e as partes deverão apresentar a documentação de representação. Os titulares de Direitos de Preferência custodiados na Central Depositária que desejarem negociar seus Direitos de Preferência deverão procurar seus Agentes de Custódia.

(v) documentação para exercício ou cessão de direito de subscrição

Os titulares de direitos de subscrição custodiados na Central Depositária deverão exercer ou ceder seus Direitos de Preferência por meio de seus Agentes de Custódia, obedecidos os prazos estipulados pela B3 e as condições desta Proposta da Administração, apresentando a documentação requerida pelos seus respectivos Agentes de Custódia.

Os titulares de direitos de subscrição custodiados no Escriturador que desejarem exercer seu Direito de Preferência ou ceder tal direito, diretamente por meio do Escriturador, deverão apresentar os seguintes documentos:

- pessoa física: (a) documento de identidade (RG ou RNE); (b) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (“**CPF/MF**”); e (c) comprovante de residência; e
- pessoa jurídica ou fundo de investimento: (a) cópia autenticada do estatuto social, contrato social ou regulamento consolidado; da ata de eleição dos representantes legais; e dos demais documentos societários necessários para comprovação dos poderes do(s) signatário(s) do boletim de subscrição ou do formulário de cessão do Direito de Preferência; (b) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“**CNPJ/MF**”); (c) cópia autenticada do documento de identidade, do comprovante de inscrição no CPF/MF e do comprovante de residência do(s) signatário(s).

No caso de representação por procuração, deverá ser apresentado o instrumento público de mandato com poderes específicos, acompanhado dos documentos mencionados acima, conforme o caso, do outorgante e do procurador.

Investidores residentes no exterior podem ser obrigados a apresentar outros documentos de representação, nos termos da legislação aplicável.

Em caso de dúvidas, os acionistas poderão entrar em contato com o Escriturador, em dias úteis, das 9:00 horas às 18:00 horas, nos seguintes telefones: (i) capitais e regiões metropolitanas: +55 (11) 3003-9285; e (ii) demais localidades: 0800 720 9285.

A assinatura do boletim de subscrição representará manifestação de vontade irrevogável e irretratável do subscritor de subscrever ações no âmbito do Aumento de Capital, gerando ao subscritor a obrigação irrevogável e irretratável de integralizar tais ações, nos termos do item 5(n)(ii).

(vi) recibos de subscrição

Será atribuída aos acionistas que exercerem seus respectivos Direitos de Preferência a exata quantidade de ações por eles subscrita e integralizada, considerando que (1) o Aumento de Capital consiste na capitalização dos Créditos; (2) o valor efetivo do Aumento de Capital e a quantidade efetiva de ações objeto do Aumento de Capital será determinada pelo Conselho de Administração na Data de Eficácia no âmbito da delegação de poderes proposta à aprovação da Assembleia, com base no valor atualizado dos Créditos em moeda corrente nacional na Data de Eficácia; e, portanto, (3) os acionistas da Companhia terão direito de subscrever ações no limite dos seus respectivos Direitos de Preferência, considerando a quantidade efetiva

de ações objeto do Aumento de Capital determinada pelo Conselho de Administração.

A entrega das ações aos subscritores ocorrerá (1) em relação aos Direitos de Preferência exercidos junto ao Escriturador, na data do processamento pelo Escriturador do respectivo boletim de subscrição de ações no âmbito do Aumento de Capital, sem qualquer entrega de recibos de subscrição de ações; e (2) em relação aos Direitos de Preferência exercidos junto à Central Depositária, na data de encerramento do Período do Direito de Preferência, precedida da entrega dos correspondentes recibos de subscrição de ações, nos termos dos procedimentos próprios estipulados pela Central Depositária. Tais ações deverão ser passíveis de visualização pelos respectivos acionistas no prazo máximo previsto no item 5(n)(vii) abaixo.

Com relação à Newco Brazil, as ações objeto do Aumento de Capital serão a ela entregues na data do processamento pelo Escriturador do respectivo boletim de subscrição referente às ações que forem subscritas em razão da renúncia ao exercício do Direito de Preferência ou transferência de tal direito pela Abra, pela Abra Mobi LLP e pela Abra Kingsland LLP, nos termos do item 5(e) acima, ou após o encerramento do Período do Direito de Preferência, após a verificação do resultado da subscrição de ações pelos demais acionistas da Companhia.

(vii) crédito das ações

As ações subscritas e integralizadas no âmbito do Aumento de Capital deverão ser passíveis de visualização nos extratos de seus respectivos subscritores que exercerem seus respectivos direitos de preferência em até 3 (três) dias úteis a partir do encerramento do Período do Direito de Preferência.

(o) informar se os acionistas terão direito de preferência para subscrever as novas ações emitidas e detalhar os termos e condições a que está sujeito esse direito

Observados os procedimentos estabelecidos pelo Escriturador e pela Central Depositária, o Direito de Preferência consiste na atribuição aos acionistas da Companhia, assim registrados no fechamento do pregão da B3 do dia a ser oportunamente informado mediante a divulgação de aviso aos acionistas, considerando os negócios realizados em tal data (“**Data de Corte**”), do direito de subscrição das ações ordinárias e/ou ações preferenciais proporcionalmente à suas respectivas participações no capital social da Companhia (sem considerar ações mantidas em tesouraria) na Data de Corte, observados os percentuais a serem oportunamente divulgados por meio da divulgação de aviso aos acionistas.

As ações de emissão da Companhia passarão a ser negociadas ex-Direito de Preferência a partir do dia útil imediatamente posterior à Data de Corte (inclusive), a qual será informada na Reunião do Conselho.

As frações de ações decorrentes do cálculo do percentual do Direito de Preferência serão desconsideradas.

Os titulares de *American Deposit Receipts (ADRs)* representativos de ações de emissão da Companhia não terão Direito de Preferência para a subscrição de ações no contexto do Aumento de Capital.

(p) informar a proposta da administração para o tratamento de eventuais sobras

Tendo em vista que (i) o Aumento de Capital consiste em uma capitalização dos Créditos; e (ii) nos termos propostos, a aprovação do Aumento de Capital pela Assembleia contemplará a delegação ao Conselho de Administração dos poderes para verificar, na Data de Eficácia, o valor dos Créditos e, conseqüentemente, determinar o valor efetivo do Aumento de Capital e a quantidade efetiva de ações objeto do Aumento de Capital, não há que se falar em homologação parcial ou sobras de ações, sendo o Aumento de Capital, para todos e quaisquer fins, considerado integralmente realizado na Data de Eficácia mediante deliberação do Conselho de Administração.

(q) descrever, pormenorizadamente, os procedimentos que serão adotados, caso haja previsão de homologação parcial do aumento de capital

Não aplicável, conforme descrito no item 5(p) acima.

(r) caso o preço de emissão das ações possa ser, total ou parcialmente, realizado em bens: (i) apresentar descrição completa dos bens que serão aceitos; (ii) esclarecer qual a relação entre os bens e o seu objeto social; e (iii) fornecer cópia do laudo de avaliação dos bens, caso esteja disponível

Não aplicável.

- 6 Em caso de aumento de capital mediante capitalização de lucros ou reservas: (a) informar se implicará alteração do valor nominal das ações, caso existente, ou distribuição de novas ações entre os acionistas; (b) informar se a capitalização de lucros ou reservas será efetivada com ou sem modificação do número de ações, nas companhias com ações sem valor nominal; (c) em caso de distribuição de novas ações: (i) informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe; (ii) informar o percentual que os acionistas receberão em ações; (iii) descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas; (iv) informar o custo de aquisição, em reais por ação, a ser atribuído para que os acionistas possam atender ao art. 10 da Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995; e (v) informar o tratamento das frações, se for o caso; (d) informar o prazo previsto no § 3º do art. 169 da Lei nº 6.404, de 1976; e (e) informar e fornecer as informações e documentos previstos no item 5 acima, quando cabível**

Não aplicável.

- 7 Em caso de aumento de capital por conversão de debêntures ou outros títulos de dívida em ações ou por exercício de bônus de subscrição: (a) informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe; e (b) descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas**

Não aplicável.

ANEXO II - PARECER DO CONSELHO FISCAL

(Este anexo inicia-se na próxima página.)

(Restante da página intencionalmente deixado em branco.)

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 06.164.253/0001-87
NIRE 35.300.314.441

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
REALIZADA EM 8 DE MAIO DE 2025**

- I. **Data, Horário e Local**: Realizada no dia 8 de maio de 2025, às 17:00 horas, de forma exclusivamente digital, considerada como realizada na sede da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. ("**Companhia**"), na Praça Comandante Linneu Gomes, s/nº, Portaria 3, Jardim Aeroporto, CEP 04626-020, na cidade e estado de São Paulo.
- II. **Convocação e Presença**: Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho Fiscal da Companhia. Também estiveram presentes como convidados os Srs. Debora Aversoni Branco Pedro, Diretora de Controladoria da GOL, Renata Domingues da Fonseca Guinesi, Diretora Jurídica da GOL, Felipe Fieri, Gerente Jurídico da GOL, e Priscila da Silva de Sousa, Especialista Jurídica da GOL. Participaram, ainda, como integrantes do escritório Lefosse Advogados, os advogados Srs. Marcelo Tourinho e Leonardo Gaspar.
- III. **Mesa**: Presidente: Sr. Renato Chiodaro;
Secretário: Sr. Felipe Fieri Silva.
- IV. **Ordem do Dia**: Analisar e apreciar a proposta da administração da Companhia com relação ao Aumento de Capital (conforme abaixo definido).
- V. **Deliberação**: Validamente instalada a presente reunião, foram abertos os trabalhos e, após análise dos documentos pertinentes referentes à matéria constante da ordem do dia, os membros do Conselho Fiscal opinaram, por unanimidade de votos e sem ressalvas, favoravelmente à submissão à aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia da proposta de aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização de créditos, no montante de, no mínimo, R\$5.343.282.140,17 (cinco bilhões, trezentos e quarenta e três milhões, duzentos e oitenta e dois mil, cento e quarenta reais e dezessete centavos) e, no máximo, R\$19.246.127.062,09 (dezenove bilhões, duzentos e quarenta e seis milhões, cento e vinte e sete mil e sessenta e dois reais e nove centavos), por meio da emissão de, no mínimo, 3.639.637.884.586 (três trilhões, seiscentos e trinta e nove bilhões, seiscentos e trinta e sete milhões, oitocentas e oitenta e quatro mil, quinhentas e oitenta e seis) ações ordinárias e 430.338.591.369 (quatrocentos e trinta bilhões, trezentos e trinta e oito milhões, quinhentas e noventa e um mil, trezentas e sessenta e nove) ações preferenciais, e, no máximo,

13.109.720.083.876 (treze trilhões, cento e nove bilhões, setecentos e vinte milhões, oitenta e três mil e oitocentas e setenta e seis) ações ordinárias e 1.550.049.387.611 (um trilhão, quinhentos e cinquenta bilhões, quarenta e nove milhões, trezentas e oitenta e sete mil, seiscentas e onze) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,0002857142 por ação ordinária e de R\$0,01 (um centavo de real) por ação preferencial ("**Aumento de Capital**"), condicionado à verificação da eficácia do plano de reestruturação apresentado pela Companhia ao *U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York* no contexto do procedimento judicial de reestruturação financeira de que trata o *Chapter 11* do *U.S. Bankruptcy Code* ("**Data de Eficácia**"), com delegação ao Conselho de Administração de poderes para verificar o montante dos referidos créditos em moeda corrente nacional, conforme atualizado na Data de Eficácia e, conseqüentemente, determinar o valor efetivo do Aumento de Capital e a quantidade de ações ordinárias e preferenciais efetivamente emitidas no âmbito do Aumento de Capital. Com o objetivo de suportar a fixação do preço de emissão das ações objeto do Aumento de Capital com base na perspectiva de rentabilidade da Companhia, na forma do artigo 170, parágrafo 1º, inciso I, da Lei nº 6.404/1976, foi preparado laudo de avaliação pela Planconsult Planejamento e Consultoria Ltda. ("**Laudo Planconsult**"). Tendo em vista que o Laudo Planconsult não atribui um valor positivo para a Companhia, a proposta da administração contempla a fixação do preço de emissão em R\$0,01 (um centavo) por ação preferencial e, conseqüentemente, R\$0,0002857142 por ação ordinária (isto é, 1/35 do preço de emissão por ação preferencial), considerando que, nos termos do estatuto social da Companhia, cada ação preferencial possui direitos econômico-patrimoniais 35 (trinta e cinco) vezes superiores aos direitos econômico-patrimoniais atribuídos às ações ordinárias. Por fim, fica consignado que, como medida adicional de governança com relação à verificação do *valuation* da Companhia, a administração solicitou a elaboração de laudo de avaliação adicional pela Apsis Consultoria Empresarial Ltda., o qual também não atribui um valor positivo para a Companhia.

VI. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada pelo Presidente da Mesa, Sr. Renato Chiodaro, pelo Secretário da Mesa, Sr. Felipe Fieri Silva, bem como pelos Conselheiros Fiscais da Companhia presentes, Srs. Renato Chiodaro, Marcelo Amaral Moraes e Sra. Leticia Pedercini Issa.

São Paulo/SP, 8 de maio de 2025.

Mesa:

Renato Chiodaro

Felipe Fieri Silva

Presidente

Secretário

Membros do Conselho Fiscal presentes:

Renato Chiodaro

Marcelo Amaral Moraes

Leticia Pedercini Issa

**ANEXO III - LAUDO DE AVALIAÇÃO DA
PLANCONSULT PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA.**

(Este anexo inicia-se na próxima página.)

(Restante da página intencionalmente deixado em branco.)

PLANCONSULT

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

AVALIAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA DA EMPRESA

MÉTODO DO FLUXO DE CAIXA DESCONTADO

VOLUME ÚNICO

Data Base: 31/12/2024

RESUMO

A Planconsult Planejamento e Consultoria Ltda. (“Planconsult”), com sede na Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1327 4º andar conj. 41, CEP 04543-001 - São Paulo - SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.163.798/0001-23, foi contratada pela **Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.** para estabelecer o valor econômico da empresa, para fins societários, através da metodologia do fluxo de caixa descontado a valor presente, para a data-base de 31 de dezembro de 2024.

Método de avaliação e Taxa de desconto utilizada

A metodologia utilizada na avaliação da empresa foi a do Fluxo de Caixa Livre para o Acionista (FCFE), considerada a mais adequada à definição do preço justo (a valores de mercado) da GLAI, em face de análise comparativa com as outras metodologias previstas na Instrução 361 da CVM.

A taxa de desconto de 20,278% (taxa nominal Brasil), adotada no Fluxo de Caixa, foi calculada de acordo com a metodologia do CAPM (Capital Asset Pricing Model - Modelo de Precificação de Ativos).

Resumo de Valores apurados

	Valores em BRL MM	
	sem perpetuidade	com perpetuidade
Taxa de desconto adotada (% a.a.) = CAPM	20,278%	20,278%
VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA PROJETADO (5 ANOS)	5.336	5.336
(+) VALOR PRESENTE DA PERPETUIDADE	0	8.018
= VALOR TOTAL DO FLUXO DE CAIXA	5.336	13.354
(+) Ajustes ao Valor da Operação (dívida líquida na data-base)	-22.335	-22.335
(=) VALOR TOTAL PARA O ACIONISTA	-16.999	-8.981

O detalhamento da avaliação está demonstrado a seguir.

São Paulo, 7 de maio de 2025.

Planconsult Planejamento e Consultoria Ltda.

CREA: 21973 - SP

CRA: E-1256 - SP

CORECON: RE / 2849 - SP



EDGAR VICTOR SALEM

CREA: 0600461524

CRA: 12.500 - SP



MARCOS BENEDITO JORGE

CORECON: 17.198 - SP

SUMÁRIO

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	3
1.1 Principais informações e conclusões do laudo de avaliação	3
1.2 Critérios adotados e as principais premissas utilizadas	5
1.3 Método de avaliação.....	9
1.4 Taxa de desconto utilizada	10
1.5 Quadros de valores apurados e metodologia de avaliação utilizada	10
2. OBJETIVO DA AVALIAÇÃO.....	10
3. INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA AVALIADORA.....	11
3.1 Instituição responsável pela elaboração do laudo de avaliação.....	11
3.2 Descrição do processo interno de aprovação do laudo de avaliação pela Planconsult.....	15
3.3 Identificação e qualificação dos profissionais responsáveis pelo laudo de avaliação	15
3.4 Declaração do avaliador	15
3.5 Informações comerciais e creditícias de qualquer natureza que possam impactar o laudo de avaliação	16
3.6 Não existência de conflito de interesses	16
4. EMPRESA AVALIADA E CONTEXTO DO NEGÓCIO	17
4.1 Breve histórico da Empresa.....	17
4.2 Estrutura Societária	17
4.3 Breve análise do setor onde a empresa atua	18
4.4 Premissas macroeconômicas utilizadas na elaboração do laudo	28
4.5 Projetos de investimentos relevantes que tenham sido considerados na avaliação, com indicação dos valores envolvidos e do impacto financeiro.....	29
5. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO UTILIZADO	29
6. CONSIDERAÇÕES SOBRE A METODOLOGIA.....	29

7. PREMISSAS ADOTADAS PARA O FLUXO DE CAIXA.....	31
7.1 Horizonte Temporal	31
7.2 Taxa de desconto	31
7.3 Receita de Vendas	32
7.4 Custos Operacionais	33
7.5 Depreciações e amortizações	33
7.6 Resultado não operacional.....	33
7.7 Ajustes e Contingências	33
7.8 Investimentos.....	34
7.9 Impostos.....	34
7.10 Variação de Capital de Giro	34
7.11 Observações quanto à abrangência da avaliação.....	34
7.12 Eventos Subsequentes	34
7.13 Sumário das Projeções Operacionais e Financeiras	34
8. CONCLUSÃO	38
9. GLOSSÁRIO.....	39
10. ANEXOS.....	40

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

1.1 Principais informações e conclusões do laudo de avaliação

A Planconsult Planejamento e Consultoria Ltda. (“Planconsult”), foi contratada pela **Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. (“GLAI”)** para estabelecer o valor econômico da empresa, para fins societários, através da metodologia do fluxo de caixa descontado a valor presente.

O presente trabalho de avaliação baseia-se em documentos, informações e estimativas fornecidas pela direção da **GLAI**. Foram realizadas considerações sobre eventos futuros, que podem ser alterados, modificando as conclusões do trabalho.

O trabalho realizado pela Planconsult não se constituiu em uma auditoria das informações fornecidas pelos administradores da **GLAI**, que é auditada por auditores independentes.

As informações processadas não tiveram sua validade e eficácia jurídica analisadas pela Planconsult, pois tal análise foge ao seu âmbito profissional.

Não foram igualmente analisadas a validade e exequibilidade de eventuais ônus ou gravames sobre as propriedades da Empresa.

Como fato relevante, a **GOL Linhas Aéreas Inteligentes S.A. (B3: GOLL4)**, uma das principais companhias aéreas do Brasil, comunicou no dia 05 de maio de 2025 a atualização de suas projeções financeiras em apoio ao processo de financiamento da sua saída do *Chapter 11*. A Companhia informou que as projeções atualizadas servem como atualização ao Plano de 5 anos divulgado em 15 de janeiro de 2025. (Vide comunicado na íntegra no ANEXO E)

Contexto Operacional, Estrutura de Capital e Plano de Reorganização

A **GLAI** tem como objeto social o exercício do controle acionário da **GOL Linhas Aéreas S.A. (“GLA”)**, que presta serviços de transporte aéreo regular e não regular de passageiros e cargas, serviços de manutenção de aeronaves e componentes, desenvolvimento de programas de fidelidade, entre outros.

As ações da Companhia são registradas e negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob o *ticker* GOLL4. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía o registro na Bolsa de Valores de Nova Iorque - *New York Stock Exchange* (“NYSE”) sob o *ticker* GOL. Como resultado do pedido de reorganização voluntária perante o *United States Bankruptcy Court for the Southern District of New York*, pautadas nas regras do *Chapter 11 do United States Bankruptcy Code*, realizado em 25 de janeiro de 2024, a NYSE suspendeu e deslistou a negociação das *American Depositary Shares* (“ADSs”) da Companhia.

A Companhia adota as Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da B3 e integra os índices de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (“IGC”) e de Ações com *Tag Along* Diferenciado (“ITAG”), criados para distinguir as empresas que se comprometem com as práticas diferenciadas de governança corporativa.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta capital circulante líquido individual e consolidado negativo em R\$10.531.962 e R\$19.191.976, respectivamente (R\$798.994 e R\$9.973.340 negativo em 31 de dezembro de 2023). Isso se deve principalmente ao aumento de empréstimos, financiamentos e arrendamentos no âmbito do *Chapter 11*, além dos impactos da flutuação do câmbio, os quais espera-se que sejam substancialmente liquidados pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta ainda uma posição de patrimônio líquido negativo de R\$29.090.519 (negativo em R\$23.167.114 em 31 de dezembro de 2023).

As operações da Companhia são sensíveis ao cenário macroeconômico e à volatilidade do Real, dado que aproximadamente 96,83% do endividamento (empréstimos, financiamentos e arrendamentos) está negociado em dólar americano (“US\$”) e 40,3% dos custos também são atrelados à moeda americana, e sua capacidade de ajustar o preço das tarifas cobradas de seus clientes para recapturar a variação do dólar americano depende da capacidade racional (oferta) e comportamento dos concorrentes.

Em 25 de janeiro de 2024, a GOL e suas subsidiárias (em conjunto “devedores”) entraram com pedidos voluntários de reorganização perante o *United States Bankruptcy Court for the Southern District of New York* (“*Bankruptcy Court*”), pautadas nas regras do *Chapter 11 do United States Bankruptcy Code* (“*Bankruptcy Code*”). O *Chapter 11* é um processo de reorganização supervisionado pelo tribunal que as empresas utilizam para levantar capital, reestruturar suas finanças e fortalecer suas operações comerciais a longo prazo, enquanto continuam a operar normalmente.

A reorganização sob as regras do *Chapter 11* tem como objetivo permitir que a Companhia se reorganize e melhore a liquidez, encerre contratos não lucrativos e modifique seus acordos para possibilitar lucratividade sustentável. Como parte do processo, a Companhia continua a operar seus negócios no curso normal.

Após o início do *Chapter 11*, os devedores obtiveram alívio do *Bankruptcy Court* para operar seus negócios no curso normal e pagar ou de outra forma honrar, a critério dos devedores, certas obrigações anteriores à petição. Essas obrigações incluem, entre outras, determinados salários, benefícios e obrigações relacionadas a funcionários, impostos, seguros e o pagamento de certos fornecedores.

Em 26 de janeiro de 2024, a Nova York Stock Exchange (“NYSE”) suspendeu a negociação das *American Depositary Shares* da Companhia (“ADSs”) e solicitou à *Securities and Exchange Commission* o cancelamento da listagem dos ADSs, procedimento usual após a realização do protocolo sob o *Chapter 11*, de acordo com a Seção 802.01D do Manual de Empresas Listadas da NYSE (*NYSE Listed Company Manual*).

A GOL iniciou o processo legal nos Estados Unidos com um compromisso de financiamento de US\$950 milhões, na modalidade *Debtor in Possession*¹ (“DIP”) por membros do Grupo Ad Hoc de *Bondholders* da Abra e outros *Bondholders* da Abra, os quais foram aprovados pelo Tribunal dos EUA em 29 de janeiro de 2024. Nos dias 29 e 30 de janeiro de 2024, a Companhia recebeu a primeira parcela do DIP no valor total de US\$350 milhões. Em 28 de fevereiro de 2024, o *Bankruptcy Court* concedeu, a segunda parcela de US\$150 milhões, bem como o adicional de US\$50 milhões, de forma definitiva, totalizando US\$1 bilhão de financiamento *debtor-in-possession* (“DIP”) de certos detentores de títulos garantidos e/ou seus designados, a ser utilizado para, entre outras finalidades, despesas designadas de capital de giro, necessidades corporativas gerais e custos relacionados à reestruturação. Em 10 e 11 de abril de 2024, a Companhia recebeu a parcela final de US\$450 milhões relativos ao DIP. O financiamento DIP está sujeito a certos objetivos e acordos contratuais.

O financiamento, juntamente com o caixa gerado pelas operações em curso, tem fornecido liquidez para apoiar as operações, que seguem normalmente, durante o processo de reestruturação financeira. Com o suporte do processo supervisionado pelo Tribunal e com a liquidez adicional do financiamento DIP, os voos de passageiros da GOL, os voos de carga da GOLLOG, o programa de fidelidade Smiles e outras operações da Companhia continuam operando normalmente.

Imediatamente após o início do *Chapter 11*, uma suspensão automática global de ações adversas de cobrança e execução por parte dos credores entrou em vigor nos termos da seção 362 do Título 11 do *Bankruptcy Code* para evitar, entre outros efeitos, que os credores exerçam medidas com relação às obrigações prévias à petição dos devedores.

¹ Tipo de financiamento destinado a empresas em recuperação Judicial

Para que a Companhia obtenha êxito do processo de reestruturação do *Chapter 11*, é crucial obter a aprovação do *Bankruptcy Court* para um plano de reorganização. Um plano de reorganização determina os direitos e a satisfação de créditos de vários credores e partes interessadas e está sujeito ao resultado das negociações e decisões do *Bankruptcy Court* em curso até a data em que o plano de reorganização é confirmado e que podem produzir impactos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

A Companhia espera que qualquer plano proposto de reorganização endereçará, entre outras coisas, mecanismos para dirimir reivindicações de acionistas e atuais credores contra ela e, qualquer plano proposto de reorganização estará sujeito a revisões antes de ser submetido ao *Bankruptcy Court*, com base em discussões com os credores da Companhia e outras partes interessadas.

Em abril de 2024, foram submetidos à aprovação do Tribunal determinados termos e condições do acordo preliminar com os arrendadores de aeronaves. Os respectivos contratos de arrendamento estão sendo renegociados sob os termos da reestruturação global do *Chapter 11* e determinados termos contratuais foram modificados. Em junho de 2024, a Companhia iniciou a assinatura de alguns aditivos contratuais com arrendadores de aeronaves, os quais envolveram alterações nos fluxos de pagamentos de arrendamentos, arrendamentos suplementares (reserva de manutenção, depósitos de manutenção, depósitos para garantia, entre outros), troca de motores, rejeições e negociação de passivos não garantidos de aeronaves e motores.

Em setembro de 2024, a GOL concluiu as negociações comerciais com seus arrendadores de aeronaves e motores restantes e todos os acordos de reestruturação foram aprovados pelo *Bankruptcy Court*. No total, foram aprovados acordos de reestruturação para 139 aeronaves e 58 de motores sobressalentes, cujas assinaturas dos contratos definitivos estão em andamento.

Em 06 de novembro de 2024, a Companhia firmou um Acordo de Apoio ao Plano de Reestruturação (“PSA”) junto à Abra e determinadas afiliadas e o comitê de credores quirografários designado no processo do *Chapter 11*. Nos termos do PSA, em 09 de dezembro de 2024, a Companhia protocolou junto ao *Bankruptcy Court* um plano inicial de reestruturação que prevê, entre outros aspectos, significativa redução de sua alavancagem, extinguindo ou convertendo obrigações em capital da Companhia.

Como resultado do *Chapter 11*, as operações da Companhia e a capacidade de desenvolver e executar o seu plano de negócios, a sua condição financeira, liquidez e continuidade estão sujeitas a um elevado grau de risco e incerteza associados ao *Chapter 11*. O resultado do *Chapter 11* depende de fatores que estão fora do controle da Companhia, incluindo ações do *Bankruptcy Court*. Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas não incluem quaisquer ajustes que possam resultar do desfecho desta incerteza.

1.2 Critérios adotados e as principais premissas utilizadas

A presente avaliação foi desenvolvida sob um ambiente operacional, visando realizar uma estimativa do valor econômico-financeiro justo da GLAI, para a data base de 31/12/2024, a partir das atividades objeto da empresa.

A GLAI que tem por objeto o exercício do controle acionário da VRG Linhas Aéreas S.A. ou sua sucessora a qualquer título e, por intermédio de sociedades controladas ou coligadas, explorar também:

- a) serviços de transporte aéreo regular e não regular de passageiros, cargas ou malas postais, em âmbito nacional e internacional, na conformidade das concessões das autoridades competentes;
- b) atividades complementares de serviço de transporte aéreo por fretamento de passageiros, cargas e malas postais;

- c) a prestação de serviços de manutenção, reparo de aeronaves, próprias ou de terceiros, motores, partes e peças;
- d) a prestação de serviços de hangaragem de aviões;
- e) a prestação de serviço de atendimento de pátio e pista, abastecimento de comissaria de bordo e limpeza de aeronaves;
- f) o desenvolvimento de outras atividades conexas, correlatas ou complementares ao transporte aéreo e às demais atividades descritas acima; e
- g) a participação no capital de outras sociedades como sócia, quotista ou acionista.

O trabalho de avaliação da Planconsult utilizou como base as seguintes informações:

- Planejamento estratégico de 5 anos da **GLAI**, contendo todos os dados relativos a projeções de produção e venda (volumes, preços e custos unitários), despesas com vendas, despesas administrativas, impostos, endividamento, investimentos e indicadores macroeconômicos;
- Demonstrações Financeiras auditadas de 2021, 2022, 2023 e 31/12/2024, complementadas com informações gerenciais;
- Perspectivas de evolução dos mercados de atuação da Empresa, fornecidas por seus administradores;
- Discussões com executivos da **GLAI** em relação ao estágio atual da Empresa e às expectativas futuras.

Premissas Macroeconômicas do FCLA

As premissas macroeconômicas utilizadas para análise da projeção do Fluxo de Caixa Livre para o Acionista foram preparadas pela Planconsult em conjunto com a **GLAI**, com base em informações históricas e projeções, de fontes públicas disponíveis (BACEN e outras).

Base de Dados: 31dez24

	Fonte	Unidade	2025E	2026E	2027E	2028E	2029E
Taxa de Câmbio			em diante				
Média	Bacen	R\$/US\$	5,99	6,04	6,04	6,04	6,04
Final	Bacen	R\$/US\$	6,04	6,04	6,04	6,04	6,04
Inflação							
IPCA	Bacen	%	4,21%	3,83%	3,68%	3,62%	3,60%
US CPI	Gov	%	2,43%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
Diferencial de Inflação Brasil-US	Cálculo	%	1,73%	1,29%	1,15%	1,10%	1,07%
Taxa de Juros							
CDI (média)	Cetip	%	12,54%	11,52%	11,44%	11,59%	11,69%

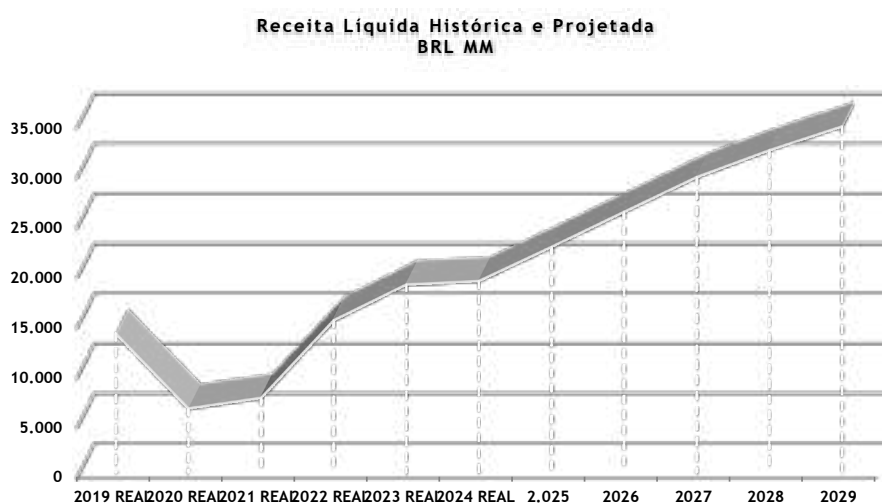
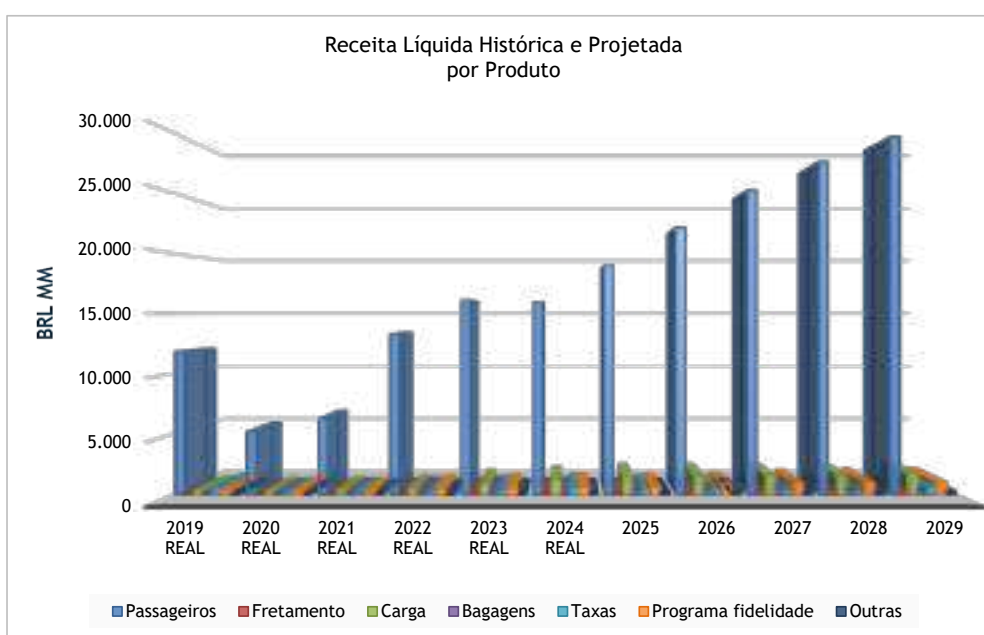
Na presente avaliação foi adotado valor na perpetuidade. A avaliação compreende o período explícito do fluxo de caixa entre 1º de janeiro de 2025 e 31 de dezembro de 2029, e depois a perpetuidade.

Receita de Vendas

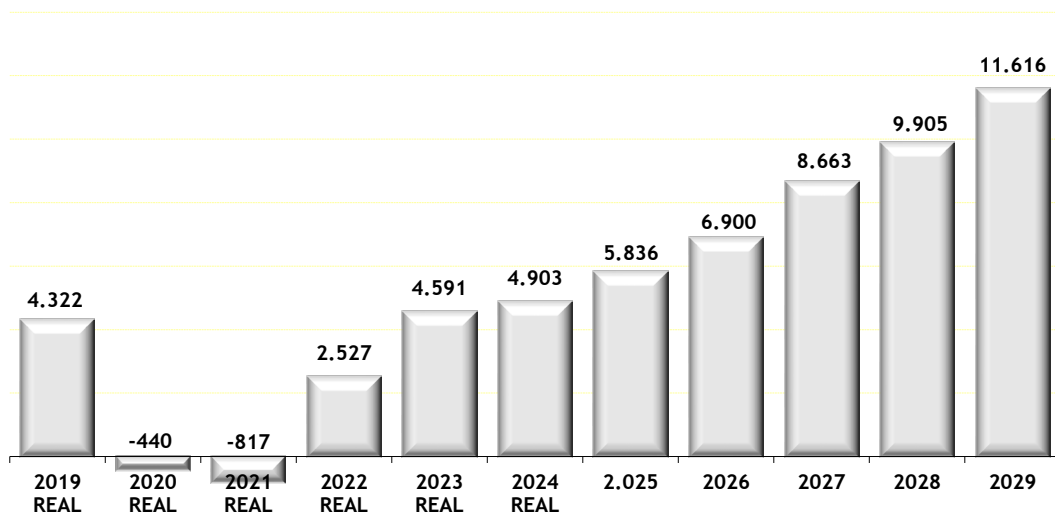
As receitas de vendas do período explícito do Fluxo de Caixa Livre foram projetadas com base em informações e premissas fornecidas pelos administradores da **GLAI**, que levam em conta a evolução média histórica, de acordo com os dados dos balanços, e a visão futura da companhia. Tais informações se baseiam nas práticas de mercado abrangidas pelo controle acionário da VRG Linhas Aéreas S.A. (e eventualmente sua sucessora), por intermédio de sociedades controladas ou coligadas, na exploração dos serviços de transporte aéreo regular e não regular de passageiros, cargas ou malas postais, em âmbito nacional e internacional, na conformidade das concessões das autoridades competentes; das atividades

complementares de serviço de transporte aéreo por fretamento de passageiros, cargas e malas postais; da prestação de serviços de manutenção, reparo de aeronaves, próprias ou de terceiros, motores, partes e peças; da prestação de serviços de hangaragem de aviões; da prestação de serviço de atendimento de pátio e pista, abastecimento de comissaria de bordo e limpeza de aeronaves; do desenvolvimento de outras atividades conexas, correlatas ou complementares ao transporte aéreo e às demais atividades descritas acima; e da participação no capital de outras sociedades como sócia, quotista ou acionista, em consonância com as perspectivas da economia para os próximos anos, considerando as dificuldades e possibilidades mercadológicas trazidas pela pandemia da Covid 19.

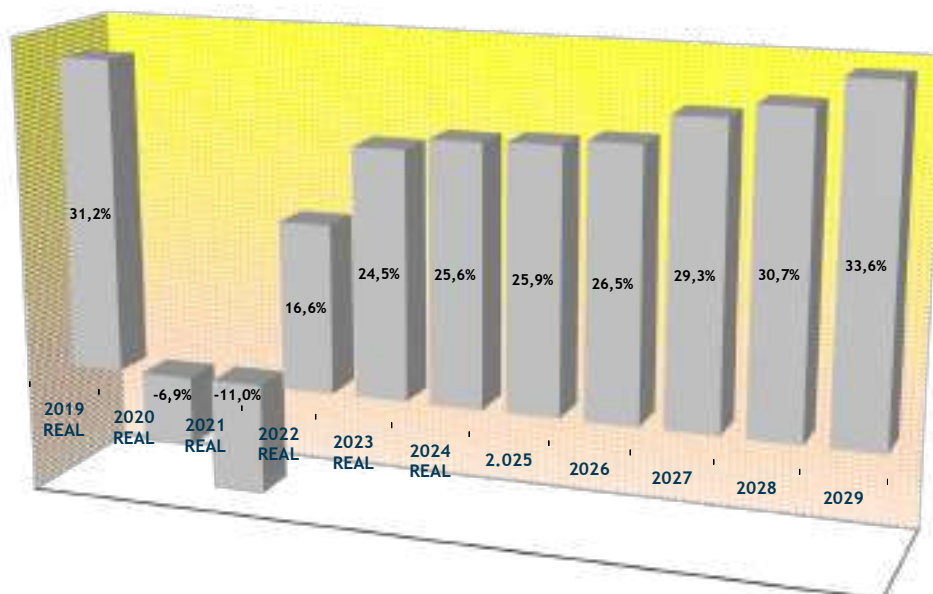
Os gráficos a seguir demonstram os resultados históricos (2019-2024) e projetados (2025-2029) de receita líquida por produto (BRL MM), Receita Líquida Total (BRL MM e evolução %) e resultado EBITDA (BRL MM e evolução %).



EBITDA em BRL MM



**EBITDA
% da Receita Operacional Líquida**



Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais, que envolvem as rubricas Salários, Encargos e Benefícios, Combustíveis, Taxas de Embarque e Desembarque, Custos e Despesas com Passageiros, Serviços, Manutenção e Reparos, Leasing, Vendas e Marketing, PDD e Outros, foram calculados com base nos dados quantitativos e valores unitários, conforme informado no Planejamento Estratégico e projeções da Companhia, levando em conta a parcela de custos atrelada a moedas estrangeiras, corrigida pela variação cambial (USD). As projeções de custos na moeda local têm como base os dados históricos até 31dez24, ajustadas de acordo com os consumos específicos e evolução de preços ao longo do horizonte considerado (2025 a 2029).

Impostos

- i. Impostos sobre vendas: foram considerados nas projeções os impostos inerentes ao negócio, conforme percentuais informados pelos administradores da GLAI. A Companhia faz uso no que dispõem a Lei 14.592/23, Art 2º, através da qual, a partir de 1º de janeiro de 2023, ficam reduzidas a 0% (zero por cento) as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre as receitas decorrentes da atividade de transporte aéreo regular de passageiros. Redução até 31/12/2026”
- ii. Imposto de Renda e Contribuição Social: o IR e CSLL foram calculados de acordo com a legislação vigente do regime de lucro real, considerando-se o pagamento no exercício de competência.

Resultado não operacional

Foram considerados os juros provenientes de aplicações ou captação de recursos para capital de giro, conforme os saldos de caixa operacional ao longo do período projetado.

Ajustes e Contingências

Foram efetuados ajustes ao valor presente final do fluxo de caixa, representado pela dívida líquida da GLAI, conforme dados das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 (data base do presente laudo). Portanto, os juros e amortizações de empréstimos não estão considerados no fluxo de caixa.

Observações quanto à abrangência da avaliação

Não foi considerada, no Fluxo de Caixa Livre em questão, a realização de ativos não operacionais, ou qualquer resultado de caixa oriundo de coligadas ou controladas sem lucros ou de pequeno patrimônio líquido.

1.3 Método de avaliação

Para determinar o valor da empresa GLAI foi utilizado o método do fluxo de caixa descontado a valor presente. O Fluxo de Caixa Livre para o Acionista (FCFE) é o método que foi utilizado por ser o mais adequado tendo em vista os seguintes aspectos: reflete a perspectiva de rentabilidade da empresa e a consequente geração de valor para seu acionista ou sócio quotista; elimina as distorções resultantes da baixa liquidez das ações ou quotas de capital e da volatilidade de curto prazo do mercado de capitais e considera o valor dos intangíveis da empresa.

1.4 Taxa de desconto utilizada

A taxa de desconto de 20,278% (taxa nominal Brasil), adotada no Fluxo de Caixa, foi calculada de acordo com a metodologia do CAPM (*Capital Asset Pricing Model* - Modelo de Precificação de Ativos).

1.5 Quadros de valores apurados e metodologia de avaliação utilizada

RESUMO DA AVALIAÇÃO DA GLAI

	Valores em BRL MM	
	sem perpetuidade	com perpetuidade
Taxa de desconto adotada (% a.a.) = CAPM	20,278%	20,278%
VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA PROJETADO (5 ANOS)	5.336	5.336
(+) VALOR PRESENTE DA PERPETUIDADE	0	8.018
= VALOR TOTAL DO FLUXO DE CAIXA	5.336	13.354
(+) Ajustes ao Valor da Operação (dívida líquida na data-base)	-22.335	-22.335
(=) VALOR TOTAL PARA O ACIONISTA	-16.999	-8.981

2. OBJETIVO DA AVALIAÇÃO

A Planconsult Planejamento e Consultoria Ltda. (Planconsult) foi contratada para realizar a avaliação econômico-financeira da empresa **GLAI** (a valores de mercado), na data de 31 de dezembro de 2024.

A avaliação foi conduzida com base na metodologia do fluxo de caixa descontado a valor presente, seguindo o que está determinado na Instrução CVM 361 e de seu anexo III, através do Fluxo de Caixa Livre para o Acionista - FCFE (Free Cash Flow to Equity), que utiliza como taxa desconto o CAPM (*Capital Asset Pricing Model* - Modelo de Precificação de Ativos).

3. INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA AVALIADORA

3.1 Instituição responsável pela elaboração do laudo de avaliação

A Planconsult é uma empresa que tem como foco clientes de médio e grande porte, **especializada em avaliação econômico-financeira de empresas, bem como avaliação e gestão de ativos imobilizados.**

Possui uma vasta experiência na avaliação de grandes empresas em que o conjunto de bens patrimoniais abrange um universo muito vasto, tanto em termos qualitativos como quantitativos.

A Planconsult é cadastrada em diversos órgãos públicos brasileiros para a avaliação de ativos fixos e avaliações econômico-financeiras de grandes empresas, estando os mesmos renovados e válidos. Também possuímos tradição na aprovação de nossos trabalhos junto à CVM (Comissão de Valores Mobiliários - Brasil), SEC (*Securities Exchange Commission* - EUA), USGAAP e IASC. Exemplos são os trabalhos no lançamento de ADRs da VCP, OPA da CIMPOR e da Construtora Adolfo Lindenberg, constituição das *holdings* da Telefônica e Portugal Telecom no Brasil, Avaliações Econômico-financeiras da CSN (Casa de Pedra), Metalúrgica Prada, NAMISA, SUZANO, VIVO e Telefônica, além da Avaliação de Patrimônio Líquido Real a Valor de Mercado (PLR) da VIVO, Telefônica PERDIGÃO, BATAVIA, ELEVA, BTG Pactual, entre outras.

Com mais de 49 anos de mercado, a Planconsult vem atendendo aos maiores grupos e empresas do país, dos mais variados ramos de atividades. Além de sua capacitação e "Know How", instalações, pessoal e sistemas de computadores próprios ("hardware e software") já desenvolvidos e comprovados, possui a necessária e imprescindível experiência no campo de avaliações econômico-financeiras, tendo realizado trabalhos dessa natureza para:

EMPRESA

- 1) Alicante Comércio, Importação e Exportação Ltda.
- 2) Allied S.A.
- 3) ARFRIO S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos
- 4) Aricanduva S.A.
- 5) Avianca Brasil, antiga OceanAir Linhas Aéreas
- 6) Banco do Brasil - BB - Banco de Investimentos S.A.
 - Brasilveículos Companhia de Seguros
 - Brasilcap Capitalização S.A.
 - Companhia de Seguros Aliança do Brasil
 - Brasilsaúde Companhia de Seguros
 - Brasilprev Seguros e Previdência S.A.
- 7) Banco Fibra S.A.
- 8) Banco Inter S.A.
- 9) Beneficência Médica Brasileira S/A - Hosp e Mat São Luiz
- 10) Braskem S.A.
- 11) BHG - Brazil Hospitality Group
- 12) BRF - Brasil Foods S.A.
- 13) BRINOX Metalúrgica Ltda.
- 14) BTG Pactual
- 15) Bunge Fertilizantes S/A
 - Fertilizantes Fosfatados S/A - Fosfertil
 - FosBrasil S/A.
- 16) CCL Label do Brasil
- 17) Companhia Siderúrgica de Mogi das Cruzes - COSIM
- 18) Construtora Norberto Odebrecht S.A.
- 19) CSN - Companhia Siderúrgica Nacional
 - Cia. Metalúrgica Prada
 - Mineração Casa de Pedra
- 20) CPFL Geração de Energia S.A.
- 21) Damovo do Brasil S.A.
- 22) DIPIL - Indústria Química Dipil Ltda.
- 23) Drogarias Farmabem Ltda.
- 24) Elektro
- 25) ENESA Engenharia S.A.
- 26) Elevadores Atlas Schindler S.A.
- 27) Empresas Perdigão (incluindo ELEVA)
- 28) Farmoquímica S.A.
- 29) FHV Participações e Empreendimentos S.A.
- 30) Fibra Experts Empreendimentos Imobiliários Ltda.
- 31) Foco DTVM Ltda.
- 32) GEP Indústria e Comércio Ltda.
- 33) Givaudan do Brasil Ltda.



EMPRESAS

- 34) Grupo Camargo Corrêa
 - Camargo Corrêa Industrial S.A.
- Cimento Cauê S.A. / Grupo Cimpor
- 35) Grupo CommCenter
- 36) Grupo Electrolux (Prosdócimo, Electrolux e WAP)
- 37) Grupo Eucatex
- 38) Grupo Julio Simões
- 39) Grupo Marchesan
 - Marchesan Implementos e Máquinas Agrícolas "Tatu" S/A
 - Marchesan Agro Industrial e Pastoril S/A
- 40) Grupo Votorantim
 - Companhia de Cimento Portland Itaú
 - Geral de Concreto S.A.
 - Votorantim Cimentos Ltda.
 - Votorantim Celulose e Papel S.A.
- 41) Grupo Telefônica
 - Telefônica do Brasil S.A.
 - TELESP - Telecomunicações de São Paulo S/A
 - TELERJ Celular S.A.
 - Tele Brasil Sul S.A.
 - Adquirã do Brasil Ltda.
 - Katalyx Cataloguing do Brasil Ltda.
 - Katalyx do Brasil Ltda.
 - Katalyx Transportation do Brasil Ltda.
- 42) Grupo TeleNorte Leste
- 43) GuardeAqui Self Storage
- 44) Global Village Telecom - GVT
- 45) Helbor Empreendimentos S.A.
- 46) Henkel do Brasil Indústrias Químicas Ltda.
- 47) Hispamar Satélites S/A
- 48) Hypera Pharma S.A
- 49) Hypermarchas S/A.
 - DM Farmacêutica Ltda.
 - Assolan
 - Quimivale Industrial Ltda.
 - Etti Produtos Alimentícios Ltda.
 - Sul Química Ltda.
 - FINN Administração de Marcas Ltda.
 - ÉH Cosméticos S.A.
- 50) IADB - Inter-American Development Bank
- 51) Ifood Agencia de Servicos de Restaurantes Ltda
- 52) Inbra Aerospace Indústria e Comércio de Compostos Aeronáuticos Ltda.
- 53) Indústrias Gessy Lever
- 54) Kone Sinalizações Viárias
- 55) Lindencorp Desenvolvimento Imobiliário S.A
- 56) LOCAR Transportes Intermodais S.A.



EMPRESAS

- 57) LOG-IN Logística Intermodal S/A
- 58) Lojas Americanas S.A.
- 59) Lubiani Transportes Ltda.
- 60) Machado Meyer Advogados
- 61) Maersk Brasil Brasmar Ltda.
- 62) MLS Wireless S.A.
- 63) Mondelli Ind. Alimentos S/A
- 64) NAMISA Nacional Minérios S/A
- 65) Nexus Investimentos, Participações e Locações Ltda.
- 66) Neoenergia S.A
- 67) Orema Indústria e Comércio Ltda.
- 68) Prevent Senior Operadora de Saúde Ltda.
- 69) Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A
- 70) ProPay S.A.
- 71) Qualcomm do Brasil Ltda.
- 72) PAV - Indústria e Comércio Ltda.
- 73) Polimix Concreto Ltda
- 74) Grupo Politenos:
 - Politenos Ind. e Com. S.A. e
 - Politenos Linear Ind. e Com. S.A.
- 75) PROGEN Projetos Gerenciamento e Engenharia Ltda.
- 76) Schneider Electric Participações Ltda.
- 77) Scopel Desenvolvimento Urbano S.A.
- 78) SIN - Sistema de Implante Nacional Ltda.
- 79) SONDA PROCWORK Informática Ltda.
- 80) Southern Cross do Brasil Consultoria Empresarial Ltda
- 81) Sumicity Telecomunicações S/A.
- 82) Sur Tec do Brasil Ltda.
- 83) Suzano Papel e Celulose
- 84) Tallento Engenharia Ltda.
- 85) Transportadora Grande ABC Ltda.
- 86) Tecipar Engenharia e Meio Ambiente
- 87) TRIKEM S.A. e Salgema Indústrias Químicas S.A.
- 88) Tópico Centro Logístico
- 89) Ultrafêtil S.A.
- 90) Usina São Martinho
- 91) Viel Participações S.A - Nova Cipasa
- 92) VIVO Telefonia Celular:
 - Tele Leste Celular Participações S.A.: Telebahia e Telergipe
 - Tele Sudeste Celular Participações S.A.: Telerj e Telest
 - Celular CRT Participações S.A.: CRT
 - Telesp Celular Participações S.A.: Telesp e Global Telecom
 - Tele Centro Oeste Participações S.A.: Telegoiás, Telemat, Telems, Teleron, Teleacre, NBT, TCO IP
 - Telemig Celular S.A. e Telemig Celular Participações S.A.
 - VIVO Celular S.A. e VIVO Participações S.A.




























EMPRESAS

- 93) Vista Real Estate
- 94) XP Investimentos
- 95) Willis Towers Watson



3.2 Descrição do processo interno de aprovação do laudo de avaliação pela Planconsult

O processo interno de avaliação e aprovação do trabalho ora apresentado deu-se através de um comitê formado por analistas, gerentes e sócios da Planconsult, além de consultores externos à empresa, com formação acadêmica nas áreas de administração de empresas, economia e contabilidade. Tal comitê aprovou o laudo em epígrafe a partir da exposição realizada pelos analistas, gerentes e o sócio-diretor responsável pela elaboração do trabalho.

3.3 Identificação e qualificação dos profissionais responsáveis pelo laudo de avaliação

Edgar Victor Salem Sócio-Diretor	Experiência profissional específica em avaliações, perícias de engenharia e estudos de viabilidade técnico-econômico-financeira. Na PLANCONSULT, como sócio-diretor e engenheiro responsável, tem participado ativamente das atividades desenvolvidas pela Empresa ao longo dos anos, como Avaliação de Ativos e Empresas, Projetos de Viabilidade, Privatização, Saneamento, e Gerenciamento de Empresas. É engenheiro industrial pela FEI, administrador pela FGV e realizou cursos de especialização pelo IBAPE. É ex-presidente do IBAPE.
Marcos Benedito Jorge Consultor Sênior	Atua como consultor sênior da PLANCONSULT em avaliações de empresas de médio e grande porte para fins diversos. Antes de ingressar na PLANCONSULT atuou durante quase 20 anos na área de Planejamento Estratégico de empresas de médio e grande porte. É economista pela Universidade de Mogi das Cruzes e pós graduado em elaboração e avaliação de projetos pela FNU.

3.4 Declaração do avaliador

Este Laudo de Avaliação Econômico-Financeira foi preparado pela Planconsult com base em informações fornecidas pelos administradores da **GLAI**, incluindo demonstrativos gerenciais contábeis e financeiros da empresa para a data base de 31 de dezembro de 2024. Não obstante, não há garantias de que tais informações sejam corretas e completas. Também foram consideradas informações públicas, tais como taxas de juros, premissas macroeconômicas, projeções de crescimento da empresa, etc.

A Planconsult não conduziu qualquer processo de auditoria legal, contábil ou qualquer outra nem investigou, de forma independente, as informações disponibilizadas para fins da elaboração do Laudo de Avaliação Econômico-Financeira. Assim sendo, os impactos de qualquer auditoria ou investigação não foram considerados neste trabalho e a Planconsult não assume qualquer responsabilidade pela veracidade, precisão ou extensão das informações obtidas, nem em relação à forma como elas foram elaboradas. A Planconsult foi verbalmente assegurada pela Companhia que todas as Informações fornecidas são completas, corretas e suficientes, que todas as Informações fornecidas foram preparadas

de forma razoável e que refletem as melhores estimativas e avaliações na época em que foram disponibilizadas e o melhor juízo por parte da administração da Companhia quanto ao seu desempenho financeiro futuro.

3.5 Informações comerciais e creditícias de qualquer natureza que possam impactar o laudo de avaliação

Foram feitas considerações sobre eventos futuros, que poderão sofrer alterações, modificando as conclusões do trabalho. Não há quaisquer garantias de que quaisquer das premissas, estimativas, projeções, resultados parciais ou totais ou conclusões utilizadas ou apresentadas neste Laudo de Avaliação Econômico-Financeira serão efetivamente alcançados ou virão a se verificar, total ou parcialmente. Os resultados finais verificados poderão ser diferentes das projeções, e estas diferenças podem ser significativas, podendo, ainda, ser impactados, entre outros, pelas condições de mercado. Portanto, não existe nenhuma garantia por parte da Planconsult quanto à concretização ou não das projeções presentes neste documento, especialmente aquelas cuja ocorrência depende de eventos futuros e incertos.

As informações processadas não tiveram sua validade e eficácia jurídica analisadas pela Planconsult, pois tal análise foge ao seu âmbito profissional. Não foram igualmente analisadas a validade e exequibilidade dos ônus ou gravames sobre as propriedades da Empresa.

A Planconsult, portanto, não assume qualquer responsabilidade sobre matéria legal, de engenharia ou finanças, além das implícitas no exercício de suas funções específicas no caso, precipuamente estabelecidas em leis, códigos ou regulamentos próprios.

A equipe da empresa ou qualquer um de seus controladores, de nenhum modo, direcionou, limitou, dificultou ou praticou quaisquer atos que tenham comprometido o acesso, a utilização ou o conhecimento de informações, bens, documentos ou metodologias de trabalho relevantes para a qualidade do trabalho, tendo declarado que todos os documentos, e/ou outras informações existentes para a realização dos trabalhos e qualidade das respectivas conclusões foram colocados à disposição da Planconsult.

Deve ser bem ressaltado que todos os valores considerados neste trabalho foram uniformizados como valores à vista, para a data-base de 31 de dezembro de 2024.

3.6 Não existência de conflito de interesses

A Planconsult, bem como seus sócios, diretores e demais funcionários não têm interesse direto ou indireto na GLAI, em relação à matéria envolvida neste Laudo de Avaliação e tampouco dele auferem qualquer vantagem, não havendo qualquer conflito ou comunhão de interesses, atual ou potencial, que lhe diminuam a independência necessária ao desempenho de suas funções ou que os impeça de preparar este laudo, incluindo, exemplificativamente, com os administradores da GLAI.

O Laudo de Avaliação apresenta todas as condições limitativas impostas pelas metodologias adotadas, que afetam as análises, opiniões e conclusões contidas nos mesmos.

Os honorários profissionais da Planconsult não estão, de forma alguma, sujeitos às conclusões deste Laudo de Avaliação.

Para elaboração deste Laudo de Avaliação, a Planconsult utilizou informações e dados auditados por terceiros, fornecidos por escrito, ou verbalmente, pela administração da empresa, ou obtidos das fontes mencionadas.

Sendo assim, a Planconsult, partiu do pressuposto que são verdadeiras as informações e dados gerenciais fornecidos pela GLAI, não tendo qualquer responsabilidade com relação à sua veracidade.

4. EMPRESA AVALIADA E CONTEXTO DO NEGÓCIO

4.1 Breve histórico da Empresa

A GLAI é uma Sociedade por ações, constituída em 12 de março de 2004 de acordo com as leis brasileiras, que se rege pelas leis e usos do comércio, por seu Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. A Sociedade tem sede e foro na Pça. Comandante Linneu Gomes, s/n, portaria 3, prédio 24, parte, Jardim Aeroporto, na Cidade e Estado de São Paulo, podendo criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior, sempre por deliberação do Conselho de Administração.

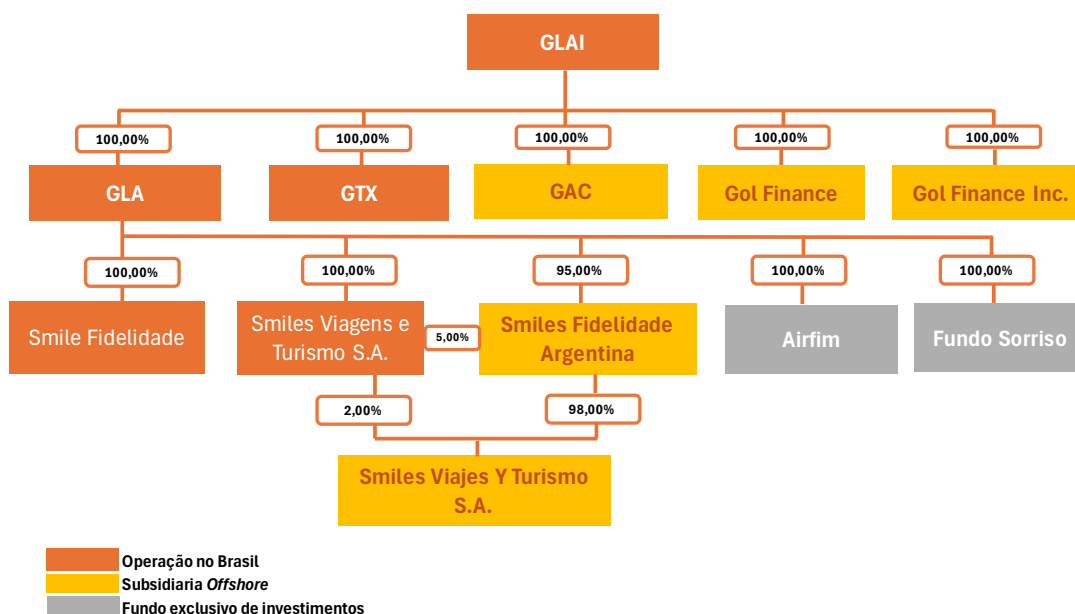
CNPJ: 06.164.253/0001-87

NIRE: 35.300.314.441

Com prazo de duração indeterminado, a Sociedade tem por objeto o exercício do controle acionário da VRG Linhas Aéreas S.A. ou sua sucessora a qualquer título e, por intermédio de sociedades controladas ou coligadas, explorar também: a) serviços de transporte aéreo regular e não regular de passageiros, cargas ou malas postais, em âmbito nacional e internacional, na conformidade das concessões das autoridades competentes; b) atividades complementares de serviço de transporte aéreo por fretamento de passageiros, cargas e malas postais; c) a prestação de serviços de manutenção, reparo de aeronaves, próprias ou de terceiros, motores, partes e peças; d) a prestação de serviços de hangaragem de aviões; e) a prestação de serviço de atendimento de pátio e pista, abastecimento de comissaria de bordo e limpeza de aeronaves; f) o desenvolvimento de outras atividades conexas, correlatas ou complementares ao transporte aéreo e às demais atividades descritas acima; e g) a participação no capital de outras sociedades como sócia, quotista ou acionista.

4.2 Estrutura Societária

A estrutura societária da Companhia e de suas controladas, em 31 de dezembro de 2024, está apresentada a seguir:



Participação societária da Companhia no capital social de suas controladas, em 31 de dezembro de 2024:

Entidade	Data de constituição	Localidade	Principal atividade	Tipo de controle	% de participação	
					31/12/2024	31/12/2023
GAC	23/03/2006	Eilat, Capras	Aquisição de aeronaves	Direta	100,00	100,00
Gol Finance Inc.	16/03/2006	Eilat, Capras	Captação de recursos	Direta	100,00	100,00
Gol Finance	21/06/2013	Luxemburgo	Captação de recursos	Direta	100,00	100,00
GLA	09/04/2007	Brasil	Transporte aéreo	Direta	100,00	100,00
GTX	08/02/2021	Brasil	Participação em sociedades	Direta	100,00	100,00
Smiles Fidelidade	06/02/2023	Brasil	Programa de fidelidade	Indireta	100,00	100,00
Smiles Viagens	10/08/2017	Brasil	Agência de turismo	Indireta	100,00	100,00
Smiles Fidelidade Argentina (a)	07/11/2018	Argentina	Programa de fidelidade	Indireta	100,00	100,00
Smiles Viajes Argentina (a)	20/11/2018	Argentina	Agência de turismo	Indireta	100,00	100,00
Airfim	07/11/2003	Brasil	Fundo de investimento	Indireta	100,00	100,00
Fundo Sorriso	14/07/2014	Brasil	Fundo de investimento	Indireta	100,00	100,00

(a) Empresas com moeda funcional em pesos argentinos (ARS).

As controladas GAC Inc., GOL Finance e GOL Finance Inc. são entidades constituídas com propósito específico de dar continuidade às operações de natureza financeira e relacionadas à frota da Companhia. Não apresentam um corpo diretivo próprio e não possuem autonomia na tomada de decisões, como consequência, os ativos e passivos dessas entidades estão apresentados na Controladora.

A GTX S.A., controlada direta pela Companhia, encontra-se em estágio pré-operacional e tem como objeto social a administração de bens próprios e participação no capital social de outras sociedades.

A Smiles Fidelidade, constituída em fevereiro de 2023, possui a titularidade de direitos de propriedade intelectual e ativos relacionadas a infraestrutura tecnológica e tem por objetivo o desenvolvimento e gerenciamento de programa de fidelização de clientes, próprio ou de terceiros; a comercialização de direitos de resgate de prêmios no âmbito do programa de fidelização de clientes; a prestação de serviços turísticos em geral, entre outros.

A Smiles Viagens e Turismo S.A. ("Smiles Viagens"), tem como propósito principal a intermediação de serviços de organização de viagens, envolvendo a reserva ou venda de bilhetes aéreos, hospedagens, pacotes de turismo, entre outros. As subsidiárias Smiles Fidelidade Argentina e Smiles Viajes Y Turismo S.A., ambas sediadas em Buenos Aires, na Argentina, tem como propósito fomentar as operações do Programa Smiles e a venda de passagens aéreas naquele país.

Os fundos de investimento Airfim e Fundo Sorriso, controlados pela GLA, possuem a característica de fundo exclusivo e atuam como extensão para execução de operações com derivativos e investimentos, de forma que a Companhia consolida os ativos e passivos destes fundos.

4.3 Breve análise do setor onde a empresa atua

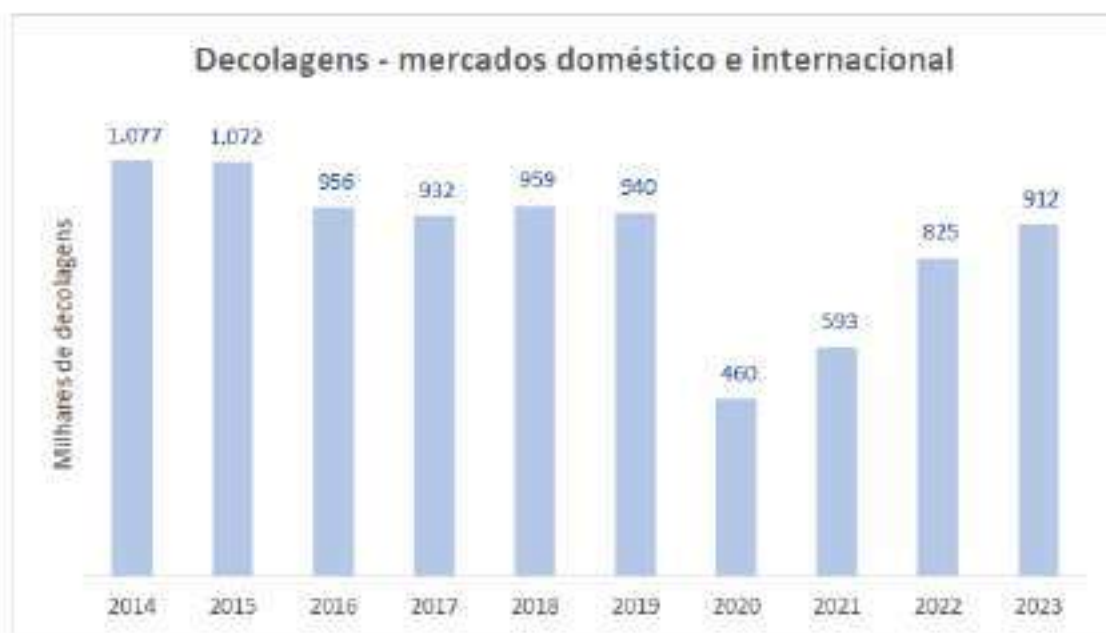
A GLAI recuperou sua posição no mercado doméstico brasileiro, alcançando 32% de participação em 2024, num momento em que o setor aéreo mostra sinais de forte recuperação, com um aumento na demanda e na taxa de ocupação.

A GLAI é a vice-líder entre as principais operadoras da aviação comercial do país, tendo a seguinte concentração de receita operacional:

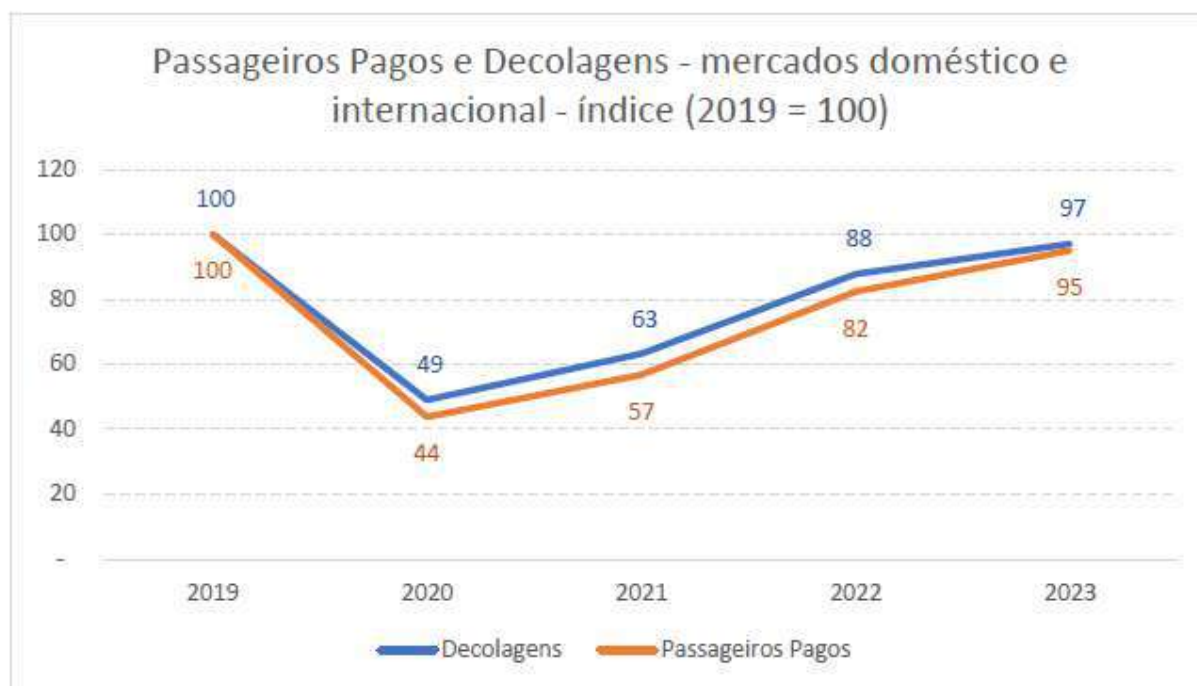
Segmentos de Mercado	Participação
Passageiros	85,0%
Carga	5,9%
Programa Fidelidade	3,2%
Taxas	2,4%
Bagagens	1,7%
Fretamento	1,2%
Outros	0,6%

Panorama do Mercado²

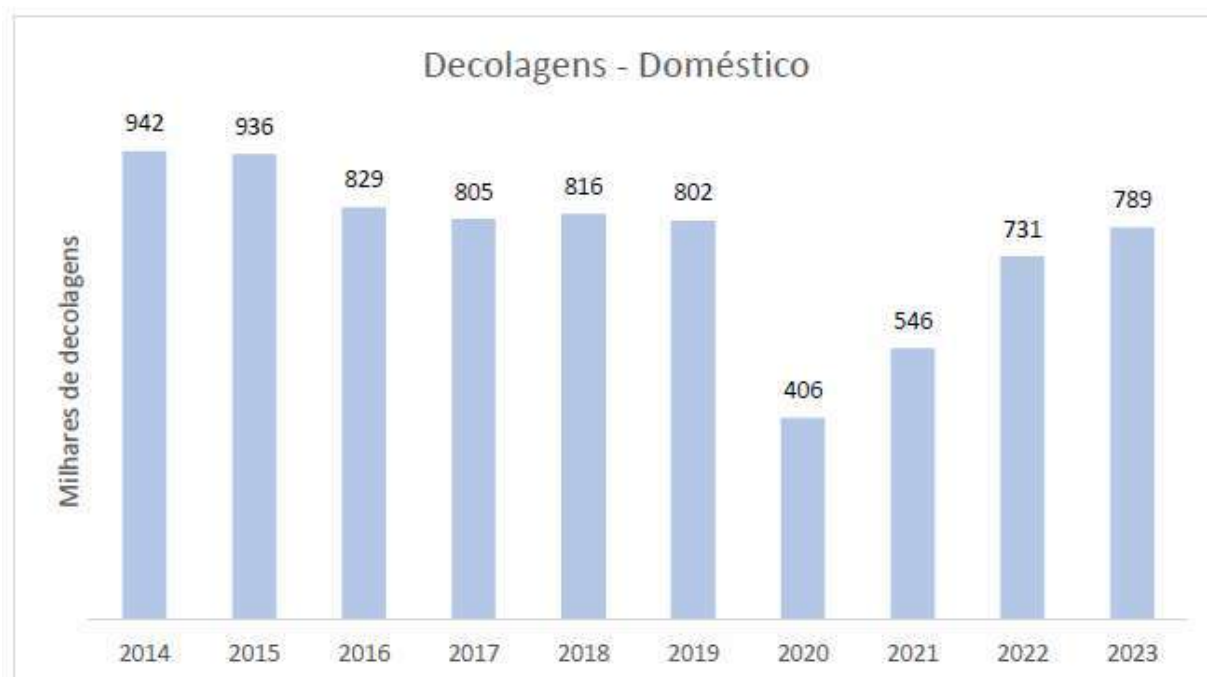
O mercado aéreo brasileiro seguiu apresentando recuperação de suas operações no ano de 2023, após a expressiva redução ocorrida em 2020 devido à pandemia de COVID 19. Somando-se os mercados doméstico e internacional, foram realizados mais de 911 mil voos regulares e não-regulares, representando aumento de 10,5% com relação a 2022 e 97% do nível de 2019. Foram transportados aproximadamente 112,7 milhões de passageiros domésticos e internacionais, representando um aumento de 15,4% sobre o valor de 2022 e 95% do observado em 2019.

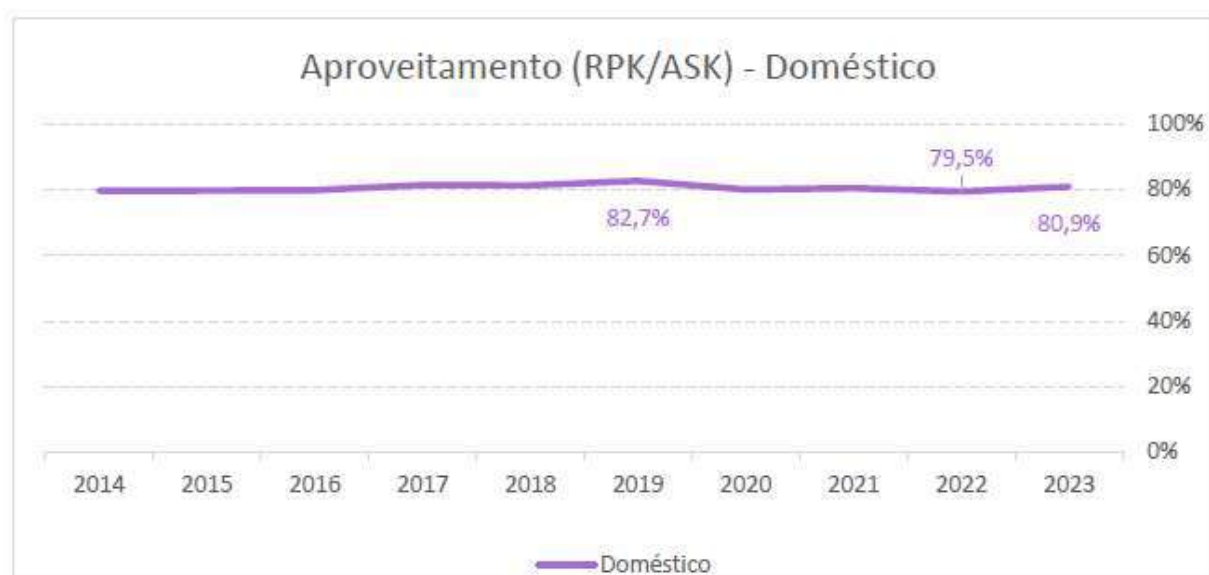
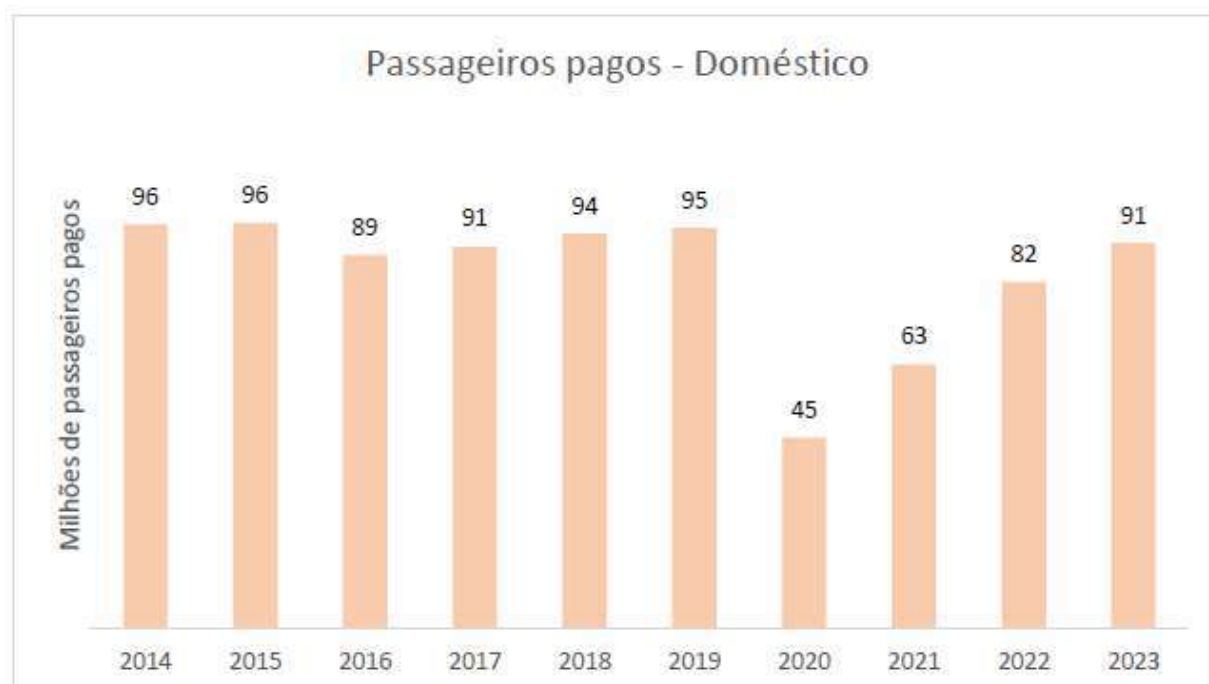


² Fonte de dados: ANAC Associação Nacional da Aviação Civil (anúário disponível 2023 até a presente data)

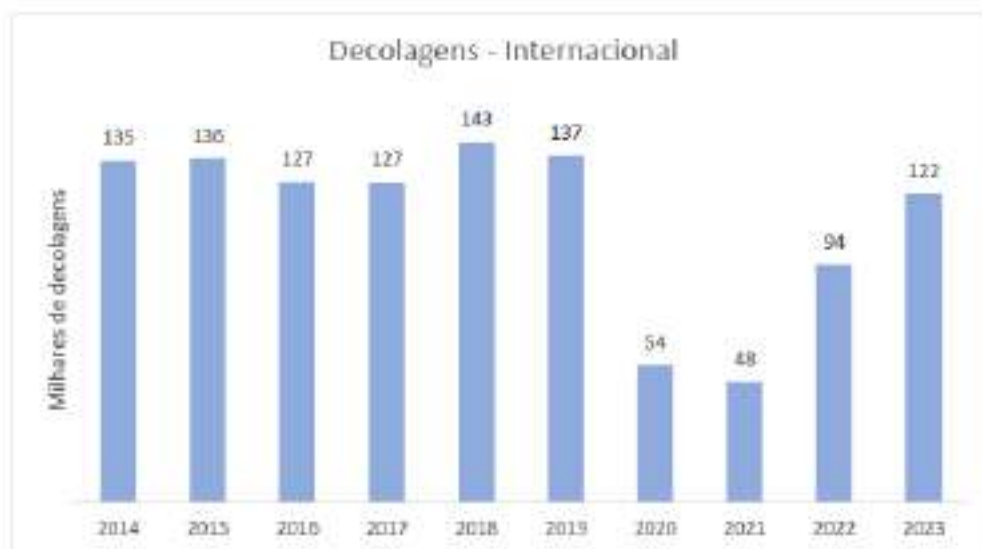


Conforme pode ser visto nos quadros a seguir, no mercado doméstico, foram realizados cerca de 789 mil voos em 2023 (aumento de 8% em relação a 2022) e transportados 91 milhões de passageiros (aumento de 11,2% em relação a 2022). O aproveitamento das aeronaves (RPK/ASK) ficou em 80,9%, aumento de 1,8% em relação ao observado em 2022.





Já o mercado internacional, mais fortemente impactado pela pandemia, realizou cerca de 122 mil voos em 2023, um aumento de 30,1% sobre os números de 2022, enquanto o número de passageiros transportados aumentou 37,6%, saltando de 15 para aproximadamente 21 milhões. No mesmo período, houve um aumento no aproveitamento (RPK/ASK) das aeronaves de 83,6% para 85,4%.



Em ambos os mercados se observa que o número de voos (oferta) e de passageiros (demanda) aproximaram-se do observado em 2019, no pré-pandemia. A recuperação dos indicadores superou 96% no mercado doméstico e ficou próxima de 90% no mercado internacional.



A participação das empresas brasileiras no transporte de passageiros internacionais apresentou crescimento em 2023, conforme quadro a seguir. Elas foram responsáveis por 31% dos passageiros internacionais transportados no ano, ante 27% em 2022. Em 2019, esse percentual foi de 38%.



As Receitas e os Custos e Despesas de voo aumentaram em 2023, em relação a 2022, na ordem de 17% e 7%, respectivamente. Já as Receitas por Assento-quilômetro ofertado (RASK) subiram 6% e os Custos e Despesas por Assento-quilômetro ofertado (CASK) caíram 3% no mesmo período considerado.



Observa-se, ainda, um aumento na participação das receitas com passageiros, que passou de 81% em 2022 para 86% em 2023, e uma queda na participação das receitas oriundas de carga e mala postal, passando de 10% para 6%.

Assim, as empresas brasileiras obtiveram, em 2023, somadas, um resultado líquido positivo, de 3,1 bilhões de reais.



Por fim, quanto à infraestrutura aeroportuária do país, foi possível observar um aumento da quantidade de aeroportos que receberam voos regulares* domésticos, que passaram de 150 em 2022 para 159 em 2023, um crescimento de 6%, com destaque para o aumento de 41% no número de aeroportos no Nordeste, passando de 29 para 41; no Norte, de 8%, passando de 39 para 42 aeroportos; e em Minas Gerais, de 71%, passando de 7 para 12 aeroportos. O mapa abaixo demonstra que houve um fortalecimento no processo de interiorização de aeroportos no país entre 2022 e 2023, onde os pontos laranja formam um caminho que passa por Minas Gerais, subindo pelo interior do Nordeste e entrando pelo Norte do Brasil, notadamente no Amazonas.



O Balanço de 2024 e as perspectivas para 2025 apresentadas pelo Ministério de Portos e Aeroportos estão apresentados a seguir, demonstrando serem favoráveis as condições de crescimento para o setor da aviação comercial:



Investimentos



MINISTÉRIO DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA



Entregas 2024

42 obras
nos aeroportos de todo o país

R\$ 3,2 bilhões

R\$ 2,7 bilhões de concessões e
R\$ 509,6 milhões de obras
com recurso público (FNAC e Infraero)



Rio Grande do Sul

Medidas emergenciais para garantir o acesso aéreo ao estado

- **Criação de malha aérea emergencial:** 175 voos semanais em aeródromos do interior (Caxias do Sul, Santo Ângelo, Passo Fundo, Pelotas, Santa Maria e Uruguaiana), a Base Aérea de Canoas, além de três aeroportos em Santa Catarina (Florianópolis, Jaguaruna e Chapecó)
- **Uso da Base aérea de Canoas para voos comerciais:** R\$ 6 milhões para operação emergencial
- **R\$ 426 milhões para reconstrução do Aeroporto Salgado Filho (crédito extraordinário)**
18/10 - Reabertura do Aeroporto Salgado Filho para voos nacionais
16/12 - Retomada total, com voos 24h e voos internacionais

MINISTÉRIO DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA



Ações de Destaque

Aeroporto de Congonhas/SP



Modernização e ampliação de todo o aeroporto com **R\$ 2,9 bilhões em obras**

R\$ 785 milhões serão executados até 2026

Aeroporto de Guarulhos/SP



Acordos TCU (Secex/Consenso) para reequilíbrio econômico-financeiro contratual **R\$ 1,4 bilhão para investimentos**

OOP 30



Antecipação de investimentos da fase 1-B no **Aeroporto de Belém/PA**, com estimativa de **R\$ 70 milhões em investimentos**



AmpliAR

Programa de Investimentos Privados em Aeroportos Regionais

- Atrair investimentos privados para terminais localizados em regiões estratégicas e com baixa conectividade
- Na fase inicial do programa: 50 aeródromos localizados na Amazônia Legal e no Nordeste e potencial de alcançar **R\$ 3,4 bilhões em investimentos**

Am: 2 aeroportos
Amazônia: 16 aeroportos
Pern: 11 aeroportos
Nordeste: 4 aeroportos
Tocantins: 1 aeroporto

Mato Grosso: 7 aeroportos
Mato Grosso do Sul: 3 aeroportos
Piauí: 1 aeroporto
Pernambuco: 3 aeroportos
Sul: 3 aeroportos



Ações Institucionais

Voa Brasil

Passagens a R\$ 200 para os aposentados que não viajaram nos últimos 12 meses. Em cinco meses, o programa colocou em operação o equivalente a **200 aeronaves** lotadas de aposentados, voando para todos os estados brasileiros.

2024

Plano de Transporte Aéreo de Animais (PATA):

Decreto regulamentou o transporte e plano define medidas de segurança, com padrão internacional

2024

Lançamento do Plano Aeroviário Nacional (PAN) 2024:

principal ferramenta de planejamento da Aviação Civil brasileira, responsável por analisar os cenários de crescimento e as demandas da aviação no País.

2024



Ações Institucionais

2024

Asas para todos:
Programa do MPor e ANAC para promover diversidade, inclusão e capacitação profissional no setor aéreo, priorizando mulheres e pessoas de baixa renda.

2024

Lançamento do **Programa de Acolhimento ao Passageiro com Transtorno do Espectro Autista**: instalação de 20 salas multisensoriais em aeroportos brasileiros até 2026. **2025: entrega de seis salas**

2024

Programa de Aceleração do Turismo Internacional (PATI):
Parceria público-privada com as companhias aéreas e aeroportos para a ampliação no número de assentos e voos internacionais com destino ao Brasil.
- Primeira fase: R\$ 3,2 milhões de investimentos e captação mais de 10 mil assentos
- Etapa Nordeste 2025: R\$ 24 milhões de investimentos e a captação de 250 mil novos assentos



Ações Institucionais

Lançamento do **Fórum Permanente dos Trabalhadores da Aviação Civil**

2025

Lançamento do **AmpliAR**, após resultados da consulta pública

2025

Política de Auxílio à Navegação: para aquisição de PAPI, instalações meteorológicas e outros equipamentos

2025

Acordo de Cooperação Técnica: inclusão do Módulo Aeroportuário no SICRO

2026

Cura de combate ao assédio no **Sector Aéreo**

2025



4.4 Premissas macroeconômicas utilizadas na elaboração do laudo

As premissas macroeconômicas utilizadas para análise da projeção do Fluxo de Caixa Livre para o Acionista foram preparadas pela Planconsult em conjunto com a GLAI, com base em informações históricas e projeções, de fontes públicas disponíveis (BACEN e outras).

Base de Dados: 31dez24

	Fonte	Unidade	2025E	2026E	2027E	2028E	2029E
Taxa de Câmbio							
Média	Bacen	R\$/US\$	5,99	6,04	6,04	6,04	6,04
Final	Bacen	R\$/US\$	6,04	6,04	6,04	6,04	6,04
Inflação							
IPCA	Bacen	%	4,21%	3,83%	3,68%	3,62%	3,60%
US CPI	Gov	%	2,43%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
Diferencial de Inflação Brasil-US/	Cálculo	%	1,73%	1,29%	1,15%	1,10%	1,07%
Taxa de Juros							
CDI (média)	Cetip	%	12,54%	11,52%	11,44%	11,59%	11,69%

Na presente avaliação foi adotado valor na perpetuidade. A avaliação compreende o período explícito do fluxo de caixa entre 1º de janeiro de 2025 e 31 de dezembro de 2029, e depois a perpetuidade.

4.5 Projetos de investimentos relevantes que tenham sido considerados na avaliação, com indicação dos valores envolvidos e do impacto financeiro

Os investimentos previstos ao longo do período de projeção do presente trabalho, no montante de BRL MM 14.198.1, se destinam a aquisição de motores, manutenção e melhorias das aeronaves, para manter as condições técnicas da frota da GLAI e permitir o atingimento de receitas operacionais durante o período 2025-2029.

5. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO UTILIZADO

Para determinar o valor da empresa GLAI foi utilizado o método do fluxo de caixa descontado a valor presente. O Fluxo de Caixa Livre para o Acionista (FCFE) - é o método que foi utilizado por ser o mais adequado tendo em vista os seguintes aspectos: reflete a perspectiva de rentabilidade da empresa e na consequente geração de valor para seu acionista ou sócio quotista; elimina as distorções resultantes da baixa liquidez das ações ou quotas de capital e da volatilidade de curto prazo do mercado de capitais e considera o valor dos intangíveis da empresa.

6. CONSIDERAÇÕES SOBRE A METODOLOGIA

A avaliação tem por objetivo determinar o valor econômico da GLAI com base no método do Fluxo de Caixa Descontado a valor presente.

O método do Fluxo de Caixa Descontado é utilizado para avaliar um empreendimento em função do valor presente do fluxo de caixa gerado pelo mesmo, realizado através da análise de todas as contas de resultado e de capital que influenciam nos resultados operacionais, bem como de ativos que não geram fluxos de caixa, mas que possuem valor de mercado passível de venda (realização).



Após a compreensão inicial do negócio (empresa com potencial de crescimento, estável, cíclica, com ativos úteis, em processo de reestruturação, etc.), consideramos os seus aspectos históricos e o cenário definido, projetamos o modelo de crescimento da empresa (estabilidade, crescimento em um, dois ou mais estágios) e as variáveis vendas, custos, novos investimentos necessários para a expansão e adequação tecnológica do negócio, bem como os investimentos de reposição operacional, e a recuperação de caixa da depreciação e amortização, e definimos os valores residuais dos ativos, quando aplicável.

A taxa de risco global (*business risk*) é determinada a partir do risco da natureza do negócio, o seu estágio de desenvolvimento ou maturação, as condições de competição decorrentes da estrutura da indústria (oligopólio ou situação concorrencial), e da globalização. Consideramos ainda a taxa de juros livre de risco na economia. De uma forma geral, a taxa de desconto reflete a expectativa baseada em oportunidades semelhantes de investimento no momento atual.

Se aplicável, ao longo do processo é considerada a existência de eventuais ativos não operacionais e sua realização, além da existência de excedente de caixa na data de início do projeto, bem como o valor residual dos ativos.

O prazo durante o qual se computa a geração de caixa é em geral aquele consistente com a vida dos ativos e a viabilidade tecnológica e mercadológica da empresa.

O trabalho de montagem da avaliação é desenvolvido a partir da identificação do modelo de negócio e posição de mercado da empresa, considerando, sempre que possível, o estágio atual de ajuste da empresa ao processo de globalização, em particular nos aspectos preço, custos e padrão de produtos e serviços.

Dois aspectos desse método merecem uma atenção especial: o horizonte temporal do Fluxo de Caixa Livre Descontado e a taxa de desconto, que reflete o Custo de Capital. Quanto ao horizonte temporal do fluxo, a avaliação do empreendimento foi realizada em dois períodos distintos, durante e após certo período explícito de projeção. Assim, tem-se:

$$\text{Valor da Empresa} = \text{Valor presente do fluxo de caixa durante o período explícito de projeção (Anuidades)} + \text{Valor presente do fluxo de caixa após o período explícito de projeção (Perpetuidade)}$$

Valor presente do Fluxo de Caixa Descontado (FCD) durante o período explícito de projeção: é o valor presente resultante dos fluxos de caixa operacionais durante certo período de tempo viável de projeções, de acordo com o tipo de atividade da empresa.

Valor na Perpetuidade: também definido por valor residual ou valor terminal, é o valor do período após o último ano do período explícito. É calculado a partir do resultado do FCD do período subsequente ao último período de projeção, dividido pela taxa de desconto adotada, deduzida da taxa de crescimento utilizada na perpetuidade, ou seja:

$$\text{Valor Terminal} = \frac{\text{FCD}_{n+1}}{(\text{taxa de desconto adotada}) - (\text{taxa de crescimento na perpetuidade})}$$

Onde:

n: representa o número de períodos na projeção.

A metodologia de Fluxo de Caixa Descontado a Valor Presente utilizada na presente avaliação, contemplou o cálculo de valor do Fluxo de Caixa para o Acionista - FCFE, adotando-se como taxa de desconto o custo do capital próprio (Ke), o qual utiliza a metodologia do CAPM para determinação do custo do capital, também demonstrado no item 7.2.

Todos os elementos do fluxo devem ser descontados até seus valores presentes e, ao somá-los, chega-se ao seu valor presente líquido, que reflete o valor de mercado da empresa, através do método do Fluxo de Caixa Descontado a valor presente.

O conceito de valor presente inclui a noção do custo de oportunidade do capital. A taxa de desconto reflete o retorno que os acionistas da empresa são capazes de obter no mercado, através de um investimento que apresente semelhante perfil de risco.

Observações importantes:

- Na presente avaliação estão apresentados valores com e sem a perpetuidade. A avaliação compreende o período explícito do fluxo de caixa entre o dia 01 de janeiro de 2025 e 31 de dezembro de 2029, e posteriormente a perpetuidade.
- A projeção foi construída em valores nominais, na moeda R\$, portanto contempla a inflação do período.

7. PREMISSAS ADOTADAS PARA O FLUXO DE CAIXA

As informações utilizadas na presente avaliação da GLAI tiveram como principal origem as Demonstrações Financeiras auditadas de 2019 a 2023; as Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas (ITR) em 31 de dezembro de 2024, auditadas; as projeções estratégicas contemplando investimentos, endividamento, impostos, despesas administrativas, despesas comerciais e previsão de evolução, todas elas informadas pelos administradores da Companhia, complementadas com entrevistas junto aos executivos da GLAI.

Na sequência são apresentadas as premissas operacionais utilizadas na projeção do fluxo de caixa.

7.1 Horizonte Temporal

O Fluxo de Caixa Descontado está projetado por um período explícito de **5 anos** (jan2025-dez/2029)

É importante observar que, conforme Instrução CVM 361 de 5 de março de 2002 em seu ANEXO III acrescentado pela Instrução CVM 436 de 5 de julho de 2006 que trata das disposições sobre laudos de avaliação, não há qualquer determinação com relação ao horizonte de tempo a ser adotado nas projeções. O prazo do período explícito das projeções usualmente utilizado nas avaliações econômico-financeiras pode variar entre, 5, 10 ou até 20 anos, dependendo da característica de cada negócio, e mais a perpetuidade.

7.2 Taxa de desconto

Com relação à taxa de desconto utilizada para descapitalizar os fluxos de caixa do acionista, adotou-se nesse trabalho um Custo de Capital Próprio de 20,278 % a.a. (taxa nominal), calculado através da metodologia *Capital Asset Pricing Model (CAPM)*, conforme a seguinte generalização matemática:

$$K_e = R_f + \beta * PR_m + PR_{te} + C_s),$$

onde:

K_e : *Cost of Equity*, é o custo do capital próprio (CAPM).

R_f : É a taxa livre de risco (Títulos do Tesouro Americano 10 anos), baseada no retorno que os acionistas ou sócios-quotistas esperam do negócio.

β (Beta): Quando aplicável é utilizado o Beta do negócio, baseado no Beta médio de empresas comparáveis. No Laudo em pauta, foi adotado Beta = 0,642, corresponde à média de empresas comparáveis no mercado brasileiro e internacional.

PR_m : Prêmio de Risco de mercado (Retorno histórico do S&P500 menos o retorno de títulos do governo norte-americano de longo prazo).

PR_{te} : Prêmio de Risco específico de tamanho e situação atual da empresa.

C_s : Risco Brasil (EMBI+Brasil - JP Morgan).

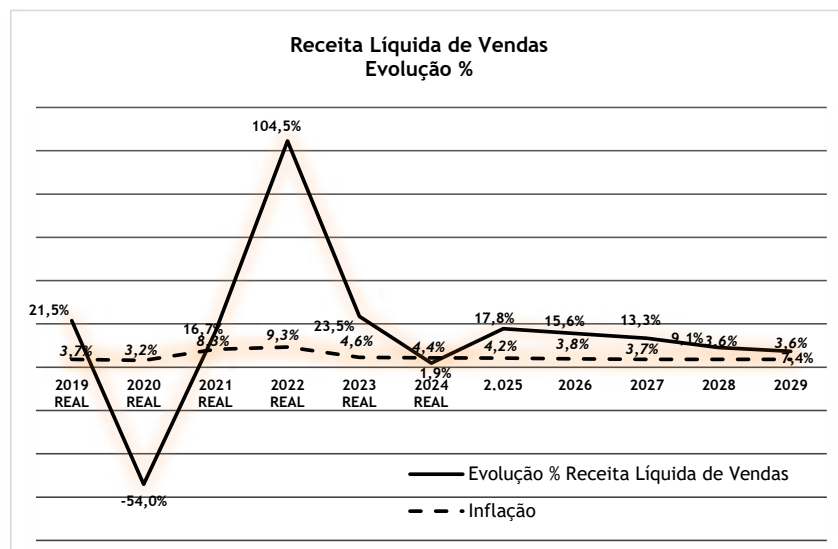
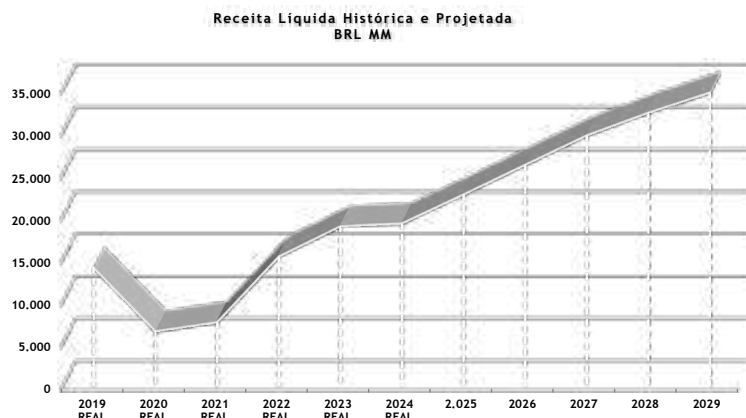
Todos os dados para o cálculo da taxa de desconto foram obtidos em conjunto pelos administradores da Empresa e pela Planconsult.

Todos os dados utilizados para o cálculo da taxa de desconto se baseiam em informações públicas.

7.3 Receita de Vendas

Conforme já citado anteriormente, as receitas de vendas do período explícito do Fluxo de Caixa Livre foram projetadas com base em informações e premissas fornecidas pelos administradores da GLAI, que levam em conta a evolução média histórica, de acordo com os dados dos balanços, e a visão futura da companhia. Tais informações se baseiam nas práticas de mercado abrangidas pelo controle acionário da VRG Linhas Aéreas S.A., por intermédio de sociedades controladas ou coligadas, na exploração dos serviços de transporte aéreo regular e não regular de passageiros, cargas ou malas postais, em âmbito nacional e internacional, na conformidade das concessões das autoridades competentes; das atividades complementares de serviço de transporte aéreo por fretamento de passageiros, cargas e malas postais; da prestação de serviços de manutenção, reparo de aeronaves, próprias ou de terceiros, motores, partes e peças; da prestação de serviços de hangaragem de aviões; da prestação de serviço de atendimento de pátio e pista, abastecimento de comissaria de bordo e limpeza de aeronaves; do desenvolvimento de outras atividades conexas, correlatas ou complementares ao transporte aéreo e às demais atividades descritas acima; e da participação no capital de outras sociedades como sócia, quotista ou acionista, em consonâncias com as perspectivas da economia para os próximos anos, considerando as dificuldades e possibilidades mercadológicas trazidas pela pandemia da Covid 19.

Nos quadros a seguir estão demonstradas graficamente a evolução percentual e a receita bruta nos períodos histórico (2019-2024) e projetado (2025-2029).



7.4 Custos Operacionais

Os custos e despesas operacionais, que envolvem as rubricas Salários, Encargos e Benefícios, Combustíveis, Taxas de Embarque e Desembarque, Custos e Despesas com Passageiros, Serviços, Manutenção e Reparos, Leasing, Vendas e Marketing, PDD e Outros, foram calculados com base nos dados quantitativos e valores unitários, conforme informado no Planejamento Estratégico e projeções da Companhia, levando em conta a parcela de custos atrelada a moedas estrangeiras, corrigida pela variação cambial (USD). As projeções de custos na moeda local têm como base os dados históricos até 31dez24, ajustadas de acordo com os consumos específicos e evolução de preços ao longo do horizonte considerado (2025 a 2029).

7.5 Depreciações e amortizações

a) Histórica

Calculada pelo saldo a depreciar, base 31 de dezembro de 2024, de acordo com as taxas pertinentes a cada conta do ativo imobilizado.

b) Investimentos

Os investimentos também são depreciados linearmente, a partir do ano de sua efetivação, de acordo com as taxas pertinentes a cada conta do ativo imobilizado.

7.6 Resultado não operacional

Foram considerados os juros provenientes de aplicações ou captação de recursos para capital de giro, conforme os saldos de caixa operacional ao longo do período projetado.

7.7 Ajustes e Contingências

Foram efetuados ajustes ao valor presente final do fluxo de caixa, representado pela dívida líquida da GLAI, conforme dados das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 (data base do presente laudo). Portanto, os juros e amortizações de empréstimos não estão considerados no fluxo de caixa. Foram também considerados os valores relativos a depósitos judiciais, depósitos em garantia e outros e contingências legais.

Em BRL MM	
Ajustes ao Valor da Operação	Valor de Mercado
Ativos	5.933
Disponibilidades	2.061
Aplicações Financeiras de Curto Prazo	274
Aplicações Financeiras de Longo Prazo	159
Adiantamentos/Depósitos Judiciais e outros	3.439
Passivos	(28.268)
Contingencias legais	(1.382)
Empréstimos e Financiamentos Curto Prazo	(11.664)
Empréstimos e Financiamentos Longo Prazo	(10.961)
Parte do ESSN 2028 como derivativos - Longo Prazo	(4.261)
Total de Ajustes em 31/12/2024	(22.335)

7.8 Investimentos

Conforme mencionado anteriormente, os investimentos previstos ao longo do período de projeção do presente trabalho, no montante de BRL MM 14.198.1, se destinam a aquisição de motores, manutenção e melhorias das aeronaves, para manter as condições técnicas da frota da GLAI e permitir o atingimento de receitas operacionais durante o período 2025-2029.

7.9 Impostos

- i. Impostos sobre vendas: foram considerados nas projeções os impostos inerentes ao negócio, conforme percentuais informados pelos administradores da GLAI. A Companhia faz uso no que dispõem a Lei 14.592/23, Art 2º, através da qual, a partir de 1º de janeiro de 2023, ficam reduzidas a 0% (zero por cento) as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre as receitas decorrentes da atividade de transporte aéreo regular de passageiros. Redução até 31/12/2026”
- ii. Imposto de Renda e Contribuição Social: o IR e CSLL foram calculados de acordo com a legislação vigente do regime de lucro real, considerando-se o pagamento no exercício de competência.

7.10 Variação de Capital de Giro

A variação da necessidade de capital de giro foi calculada com base nos prazos médios de recebimento da receita de vendas e prazos médios de pagamento dos custos e despesas operacionais da GLAI, informados por seus administradores.

7.11 Observações quanto à abrangência da avaliação

Não foi considerada, no fluxo de caixa em questão, a realização de ativos não operacionais, ou qualquer resultado de caixa oriundo de coligadas ou controladas sem lucros ou de pequeno patrimônio líquido.

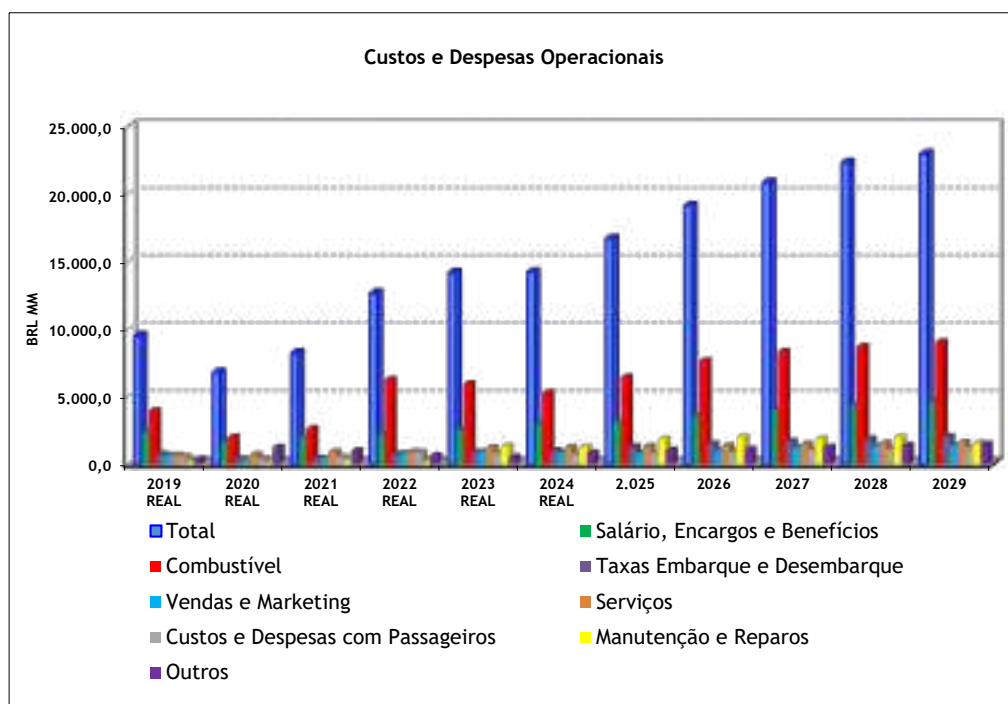
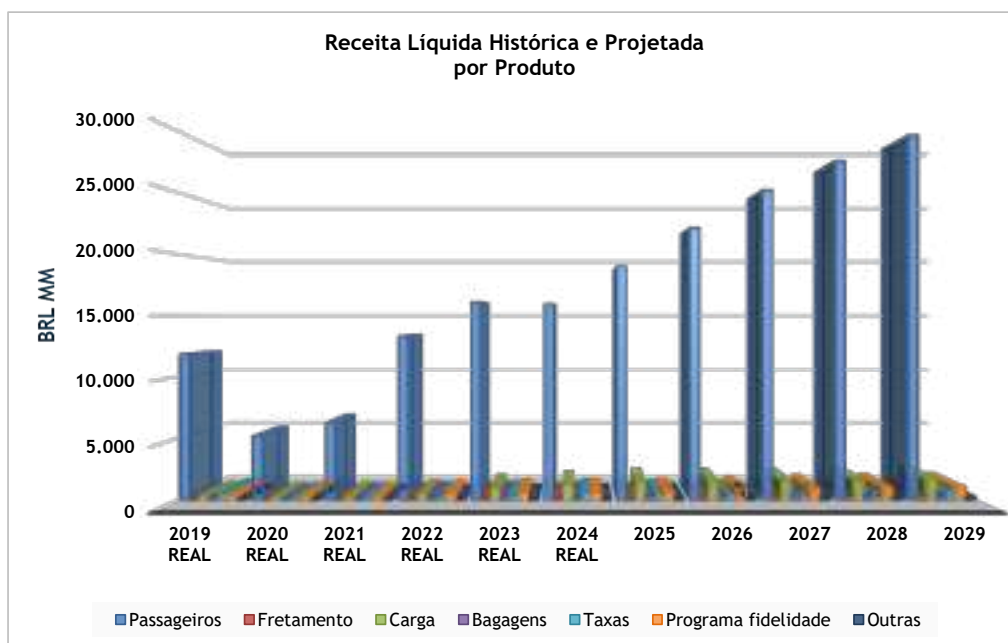
7.12 Eventos Subsequentes

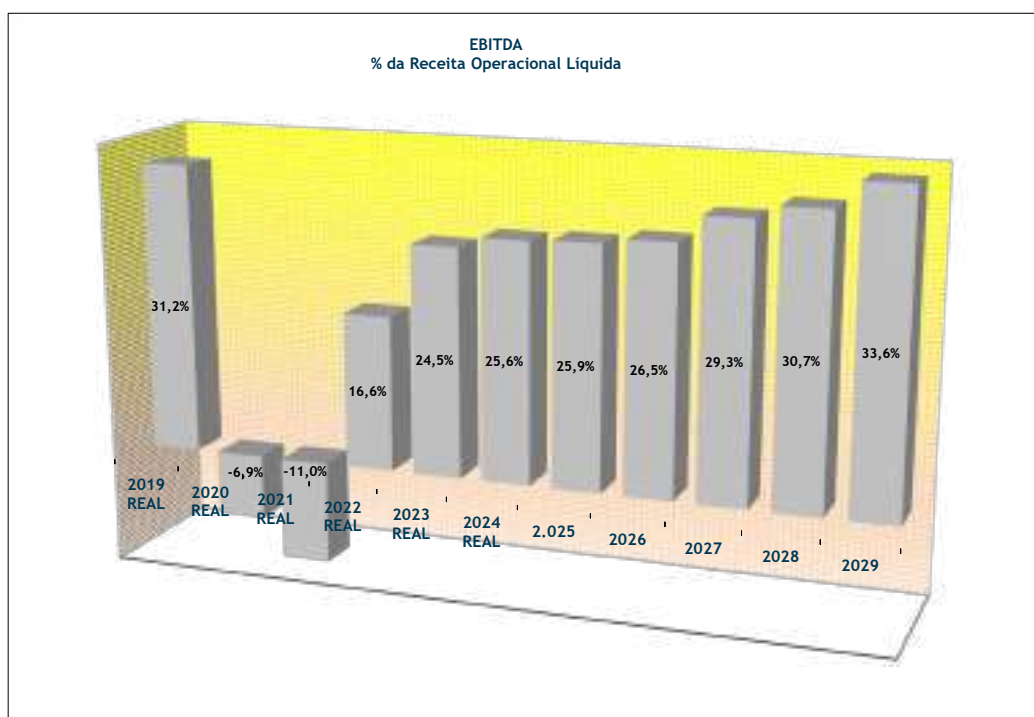
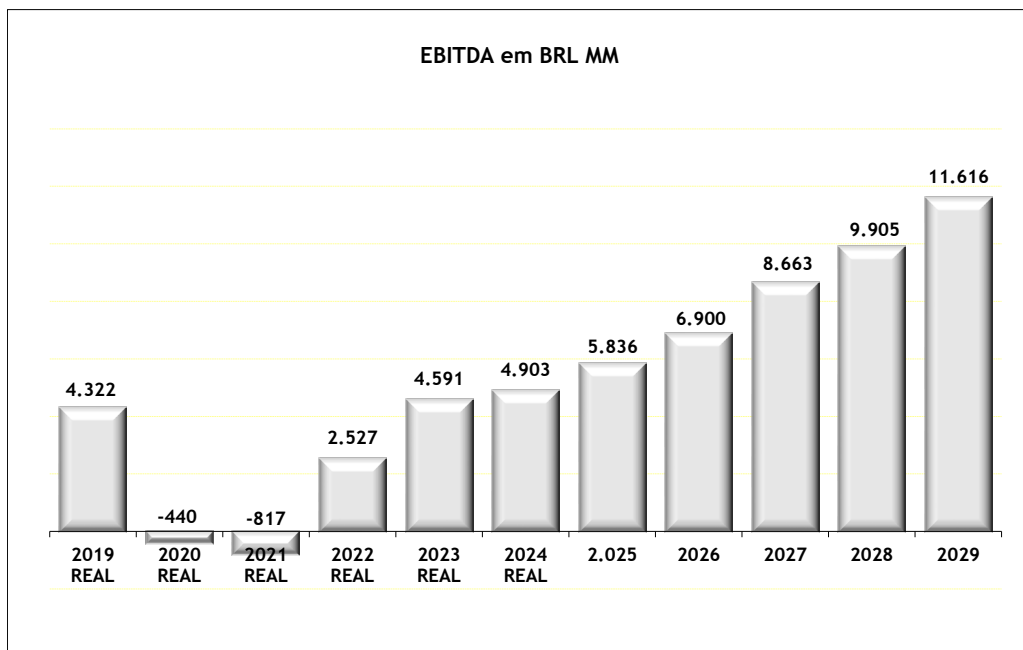
Esta avaliação não reflete outros eventos ocorridos após a data de emissão desse relatório. Eventuais fatos relevantes que tenham ocorrido entre a data-base da avaliação e a data de emissão deste documento não foram levados ao conhecimento da Planconsult.

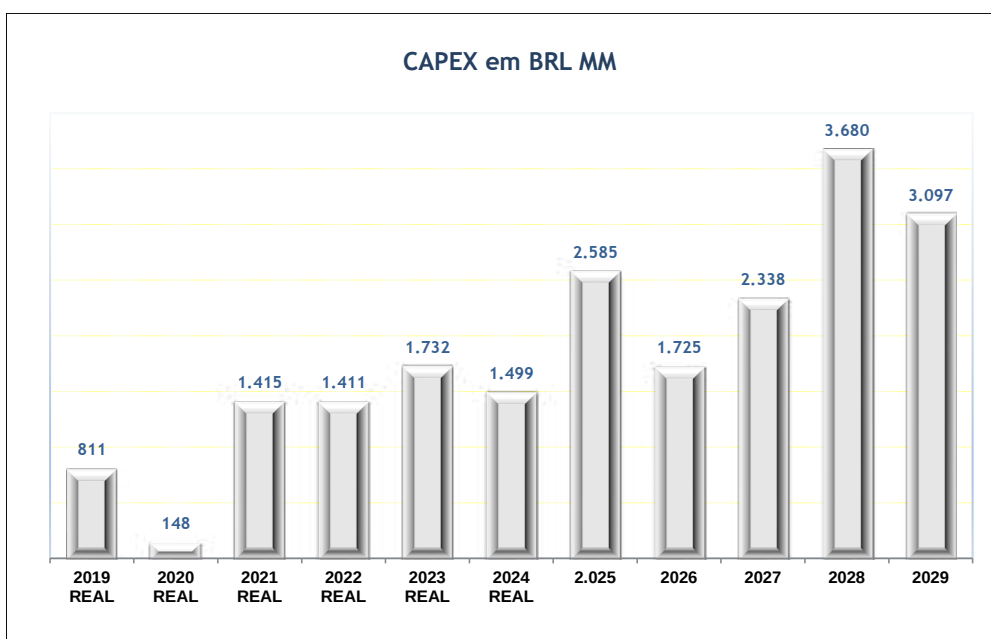
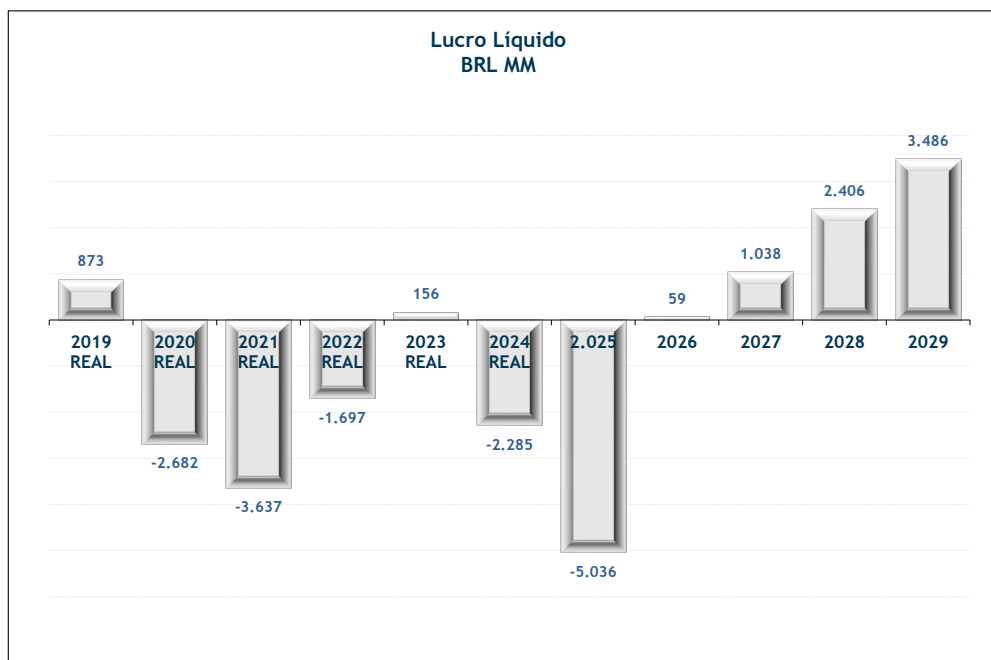
Até a data de emissão deste relatório, a Planconsult desconhece quaisquer outros eventos que possa alterar substancialmente o resultado desta avaliação.

7.13 Sumário das Projeções Operacionais e Financeiras

Na sequência são apresentados os gráficos representativos dos resultados das projeções operacionais e financeiras apurados na presente avaliação:







8. CONCLUSÃO

Desse modo, em **31 de dezembro de 2024**, o valor econômico financeiro atribuído à **GLAI** foi definido, segundo as premissas retro descritas, conforme resultados apresentados a seguir e demonstrados no Fluxo de Caixa disponível no ANEXO A:

	Valores em BRL MM	
	sem perpetuidade	com perpetuidade
Taxa de desconto adotada (% a.a.) = CAPM	20,278%	20,278%
VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA PROJETADO (5 ANOS)	5.336	5.336
(+) VALOR PRESENTE DA PERPETUIDADE	0	8.018
= VALOR TOTAL DO FLUXO DE CAIXA	5.336	13.354
(+) Ajustes ao Valor da Operação (dívida líquida na data-base)	-22.335	-22.335
(=) VALOR TOTAL PARA O ACIONISTA	-16.999	-8.981

A presente avaliação foi desenvolvida com base no critério de rentabilidade futura, através da metodologia do fluxo de caixa descontado, que estabeleceu o valor do Fluxo de Caixa para o Acionista (FCFE), com perpetuidade e sem perpetuidade. O valor resultante da **GLAI** para o seus Sócios, na data base de 31/12/2024, com a perpetuidade é de BRL MM 13.354 (treze bilhões, trezentos e cinquenta e quatro milhões de reais) e sem a perpetuidade é de BRL MM 5.336 (cinco bilhões, trezentos e trinta e seis milhões de reais).

No entanto, a Companhia possui, na data base do presente Laudo, uma dívida líquida de BRL MM 22.335 (vinte e dois bilhões, trezentos e trinta e cinco milhões de reais) que provoca, em consequência, um Ajuste ao Valor da Companhia. Com isso, o VALOR TOTAL PARA O ACIONISTA passa a ter valores negativos, com perpetuidade, em BRL MM 8.981 (oito bilhões, novecentos e oitenta e um milhões de reais) e, sem perpetuidade, em BRL MM 16.999 (dezesseis bilhões, novecentos e noventa e nove milhões de reais), na data base de 31/12/2024.

9. GLOSSÁRIO

A seguir apresentamos as siglas e termos técnicos apresentados no presente Laudo. Vale ressaltar que no corpo do Laudo procurou-se identificar no próprio local do texto o significado de cada termo, de natureza abreviada, ou mesmo de caráter técnico.

Abreviações	Significado
a.a.	ao ano
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
<i>Business Plan</i>	Plano de Negócios
CARG	<i>Compound Annual Growth Rate</i> = taxa composta de crescimento anual
CAPEX	<i>Capital Expenditure</i> = capital utilizado para adquirir ou melhorar os bens físicos de uma empresa, tais como equipamentos, propriedades e imóveis
CAPM (<i>Capital Asset Pricing Model</i>)	Modelo de "Precificação" de Ativos Financeiros
CIA.	Companhia
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CORECON	Conselho Regional de Economia
CRA	Conselho Regional de Administração
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura
CS	Contribuição Social
CR	<i>Country Risk Premium</i> = Prêmio de risco país, ou o custo adicional que um título de renda fixa do governo brasileiro, denominado em dólares, pago sobre a taxa livre de risco dos Estados Unidos
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DCF	<i>Discount Cash Flow</i> = Fluxo de Caixa Descontado
FCD	Fluxo de Caixa Descontado
EBIT	<i>Earning before interest and taxes</i> = lucro antes dos juros e do imposto de renda, ou seja o lucro operacional gerado pela empresa antes de juros e impostos
EBITDA	<i>Earning before interest and taxes, depreciation and amortization</i> = lucro antes dos juros, do imposto de renda, das despesas de depreciações e amortizações
EBT	<i>Earnings before taxes</i> = lucro antes do imposto de renda
EMBI+	<i>Emerging Markets Bonds Index</i>
FCFF	<i>Free Cash Flow to Firm (FCFF)</i> = Fluxo de Caixa para Empresa
FCFE	<i>Free Cash Flow to Equity (FCFE)</i> = Fluxo de Caixa para os Acionistas
FGV	Fundação Getúlio Vargas
INSS	Instituto Nacional da Seguridade Social
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IR	Imposto de Renda
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
ISO	<i>International Organization for Standardization</i> = Normas Internacionais de Padrões
ISS	Imposto Sobre Serviços
Kd	<i>Cost of Debt</i> = Custo Ponderado da Dívida
Ke	<i>Cost of Equity</i> = Custo do Capital Próprio
LAIR	Lucro Antes do Imposto de Renda
LTD.A.	Sociedade Limitada
NCG	Necessidade de Capital de Giro
NIRE	Número de Identificação no Registro de Empresas
OPA	Oferta Pública de Ações
PDD	Provisão para Devedores Duvidosos
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
PL	Patrimônio Líquido
PLR	Patrimônio Líquido Real
ref.	referente
rep.	reposição
Rf	<i>Risk Free Rate</i> = Taxa livre de risco
(Rm - Rf)	Excesso de retorno de mercado ou prêmio de risco do mercado em relação ao ativo livre de risco
S.A.	Sociedade Anônima
Selic	Sistema Especial e Liquidação e Custódia
SMC	Saldo Médio de Caixa
<i>Spread</i>	Diferença entre o preço de compra (demanda) e venda (oferta) de uma ação, título, ou transação monetária
β	Coefficiente que representa o risco do ativo em relação ao excesso de retorno do mercado

10. ANEXOS

ANEXO A - Fluxo de Caixa Livre para o Acionista - FCFE e Taxa de Desconto

ANEXO B - Projeções Financeiras 2025-2029

ANEXO C - Demonstrações Financeiras auditadas 2021, 2022, 2023 e 2024

ANEXO D - Contrato Social

ANEXO E - Fato Relevante - Atualização Projeções Financeiras - Saída do Chapter 11

A N E X O S

ANEXO A

Fluxo de Caixa Livre para o Acionista - FCFE e Taxa de Desconto

GOL Linhas Aéreas Inteligentes S.A.
Fluxo de Caixa Livre para o Acionista
Data-Base: 31/12/2024

Discriminação	Valores em BRL MM					ANO-BASE DA PERPETUIDADE
	2.025	2.026	2.027	2.028	2.029	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	22.544	26.056	29.530	32.217	34.600	34.600
(-) CUSTOS OPERACIONAIS	16.708	19.156	20.867	22.311	22.983	22.983
EBITDA - Lucro antes de Depreciações, Exaustões e Amortizações	5.836	6.900	8.663	9.905	11.616	11.616
(-) Depreciações, exaustões e amortizações	4.477	2.768	2.881	2.015	2.020	2.020
Depreciação imobilizado existente	4.477	2.468	2.064	854	391	391
Depreciação CAPEX	0	300	817	1.162	1.629	1.629
EBIT - Lucro antes de Juros e Impostos	1.359	4.133	5.780	7.890	9.596	9.596
Resultado Financeiro	-6.395	-4.044	-4.207	-4.244	-4.315	-4.315
EBT - Lucro antes do IR e Contribuição Social	-5.036	89	1.573	3.646	5.281	5.281
(-) IR e Contribuição Social	0	30	535	1.240	1.796	1.796
LUCRO LÍQUIDO	-5.036	59	1.038	2.406	3.486	3.486
EBITDA	5.836	6.900	8.663	9.905	11.616	11.616
(-) IR e CS	0	30	535	1.240	1.796	1.796
(-) Investimentos em CAPEX	2.585	1.725	2.338	3.680	3.097	3.097
(+) Variação do Capital de Giro	288	284	342	245	283	283
(-) Leasing	3.218	3.385	3.851	3.770	4.044	4.044
FLUXO DE CAIXA LIVRE PARA O ACIONISTA	322	2.044	2.281	1.460	2.963	2.963
x Multiplicador	0,9118	0,7581	0,6303	0,5240	0,4357	0,4357
VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA LIVRE PARA O ACIONISTA	293	1.549	1.438	765	1.291	

	sem perpetuidade	com perpetuidade
Taxa de desconto adotada (% a.a.) = CAPM	20,278%	20,278%
VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA PROJETADO (5 ANOS)	5.336	5.336
(+) VALOR PRESENTE DA PERPETUIDADE	0	8.018
= VALOR TOTAL DO FLUXO DE CAIXA	5.336	13.354
(+) Ajustes ao Valor da Operação (dívida líquida na data-base)	-22.335	-22.335
(=) VALOR TOTAL PARA O ACIONISTA	-16.999	-8.981

GOL Linhas Aéreas Inteligentes S.A.
Data-base: 31/12/2024

Custo do Capital Próprio - método CAPM

taxa nominal US\$

taxa nominal Brasil

CAPM = $K_e = R_f + \beta * PR_m + PR_{te} + C_s$ =====>

18,771%

20,278%

Rf

Taxa livre de risco (Títulos do Tesouro Americano 10 anos)

β

Beta desalavancado

Rm

Rendimento do S&P 500 (10 anos)

PRm

Prêmio de Risco de mercado (Retorno histórico do S&P500 menos retorno de títulos do governo americano de longo prazo)

PRte

Prêmio pelo Risco de tamanho da empresa (Risco relativo a particularidades de cada empreendimento - vide nota 4 abaixo)

Cs

Risco Brasil (EMBI+Brasil - JP Morgan).

4,580%

0,642

11,296%

6,716%

7,657%

2,220%

\$

\$

Os valores de Dívida (Debt) e Patrimônio Líquido (Equity) são contábeis.

31/dez/24

no longo prazo

Inflação Brasil

Inflação EUA

Diferencial de inflação Brasil-EUA

3,788%

2,487%

1,269%

Notas:

1. As taxas reais Brasil são obtidas através do seguinte cálculo:

taxa real Brasil = $((1 + \text{taxa nominal US\$}) \div (1 + \text{taxa de Inflação EUA}) \times (1 + \text{taxa de Inflação Brasil}) \div (1 + \text{taxa Inflação EUA})) - 1$

2. As taxas nominais Brasil são obtidas pelo diferencial de inflação Brasil-EUA, através do seguinte cálculo:

taxa nominal Brasil = $((1 + \text{taxa nominal US\$}) \times (1 + \text{taxa de Inflação Brasil}) \div (1 + \text{taxa Inflação EUA})) - 1$

3. Os indicadores internacionais (T-Bond e S&P 500) utilizados no cálculo do CAPM (que é taxa de desconto utilizada no FCFE - fluxo de caixa livre para o acionista), amplamente utilizados nas avaliações econômico-financeiras, dão ao acionista uma visão mais justa de valor, por se tratar de índices com baixa volatilidade. Os indicadores internacionais são ajustados à realidade brasileira pelo diferencial de inflação dos dois países: o de origem e o Brasil.

4. Risco pelo tamanho da empresa: risco não sistemático relativo a peculiaridades de cada empreendimento. Envolve aspectos qualitativos e quantitativos tais como, habilidades gerenciais, porte da companhia, diversidade de produtos e clientes, fornecedores e mercado altamente competitivo. É determinado através de cálculo associado entre o prêmio de risco de mercado (nas faixas de sensibilidade de -2% a +2%) e os percentuais da faixa de risco definidos na tabela a seguir:

Categoria	Características da Empresa	Nível de Risco	Faixa de Risco
1	Empresa já estabelecida no mercado com forte posição, boa administração, nível ótimo de financiamento, passado estável de lucros, perspectiva otimista de resultados futuros.	Muito Baixo	6,0%
2	Empresa já estabelecida no mercado em ambiente mais competitivo, bem financiada, boa administração, passado estável de lucros, resultados futuros incertos.	Baixo	9,0%
3	Empresa instalada em mercado altamente competitivo, pouco capital investido, administração regular, apesar de boa história de lucros passados.	Médio	14,0%
4	Pequena empresa que depende das habilidades gerenciais de uma ou duas pessoas, ou empresa de grande porte de natureza cíclica em seus negócios, resultados futuros incertos.	Alto	21,0%
5	Pequena empresa que depende de um único proprietário, lucros bastante incertos.	Muito Alto	30,0%

Fontes:

a)SCHILT, J. H. A rational approach to capitalization rates for discounting the futures income stream of closely held companies. The Financial Planner, Jan 1982;

b) COTNER, J.; FLETCHER, H. Computing the cost of capital for privately held firms, 1999.

ANEXO B

Projeções Financeiras 2025-2029

FINANCIAL PROJECTIONS	Support	Flags	Unit	2025	2026	2027	2028	2029
Macroeconomic and Statistics (BRL MM)				2025	2026	2027	2028	2029
CDI (p.m.)	Média		%	13%	12%	11%	12%	12%
Inflation BRL			%	4,2%	3,8%	3,7%	3,6%	3,6%
Inflation USD			%	2,4%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%
ASK (Million)			MM	49.350	56.991	62.986	66.436	69.656
RPK (Million)			MM	40.244	45.920	50.640	53.784	56.768
PAX			'000	32.614	36.800	39.584	42.197	43.969
Operational Aircraft (on-route)	Média		#	109	122	132	139	146
Departures			#	239.243	266.056	286.408	302.451	313.042
Total Flight Km			'000	283.793	327.075	360.236	379.259	396.881
Total Flight Hours			#	424.134	490.650	538.967	567.675	593.075
Total Block Hours			#	501.484	586.709	642.757	677.526	706.813
Available Seats			'000	42.032	46.334	50.064	53.008	54.958
Transported Tons			'000 Kg	145.740	150.443	152.579	154.751	156.964
Average Total Aircraft Stage			KM	1.176	1.220	1.250	1.247	1.261
Income Statement (BRL MM)				2025	2026	2027	2028	2029
Gross Revenue				22.778	26.343	30.662	33.446	35.916
Pax Revenue		Air Traffic Liability		18.355	21.475	25.142	27.514	29.552
Pax Revenue - Additional		Air Traffic Liability		845	889	1.046	1.132	1.224
Charter Revenue		Air Traffic Liability		214	301	347	383	418
Cargo				1.528	1.563	1.643	1.727	1.815
Baggage		Air Traffic Liability		382	468	549	594	642
Fees Revenue		Air Traffic Liability		538	547	642	695	751
Smiles Revenue				699	834	982	1.067	1.154
Other Revenues				218	268	310	334	359
Indirect Taxes				(235)	(287)	(1.132)	(1.229)	(1.316)
Net Revenue				22.544	26.056	29.530	32.217	34.600
Costs and Expenses				(17.359)	(18.960)	(20.636)	(22.105)	(22.731)
Personnel				(3.187)	(3.570)	(3.979)	(4.322)	(4.645)
Fuel				(6.467)	(7.677)	(8.339)	(8.739)	(9.057)
Leasing				(45)	(52)	(55)	(57)	(60)
Departure & Landing Fees				(1.281)	(1.502)	(1.714)	(1.888)	(2.053)
Sales & Marketing				(862)	(1.006)	(1.210)	(1.300)	(1.396)
Services				(1.713)	(1.344)	(1.474)	(1.558)	(1.626)
Pax Costs & Expenses				(825)	(933)	(1.023)	(1.106)	(1.169)
Maintenance & Repair				(1.994)	(2.106)	(1.868)	(2.025)	(1.538)
Other Revenues & Expenses				(985)	(770)	(974)	(1.110)	(1.190)
PIP Other Revenues & Expenses				(164)	(14)	(39)	(46)	-
Non Recurring				(651)	196	231	206	252
Accounting EBITDA				5.185	7.096	8.894	10.111	11.869
D&A				(2.843)	(3.161)	(3.248)	(3.626)	(4.329)
EBIT				2.341	3.935	5.646	6.486	7.539
Margin %				10%	15%	19%	20%	22%
Financial Expense				(5.241)	(4.103)	(4.260)	(4.263)	(4.357)
Financial Revenue				100	59	53	18	42
Derivative Financial Instruments				1	-	-	-	-
Exchange Variation				669	0	0	(0)	(0)
EBT				(4.054)	(109)	1.439	2.242	3.224
Taxes		Taxes payable		(151)	(78)	(358)	(547)	(718)
Net Income				(4.205)	(187)	1.081	1.695	2.506
Balance Sheet (BRL MM)			Driver	2025	2026	2027	2028	2029
Assets				27.965	29.740	33.097	35.772	38.799
Current				9.939	9.958	10.550	10.428	12.283
Cash		Cash		4.819	3.495	2.713	1.674	2.164
Cash Equivalents		N/A		50	50	50	50	50
Accounts receivables		WK		2.701	3.200	3.555	3.778	3.960
Factoring Amortization		WK		(34)	0	0	(14)	(16)
Inventories		N/A		416	416	416	416	416
Recoverable taxes		WK		-	-	-	-	-
Advance to ticket purchase		N/A		231	231	231	231	231
Derivative assets		N/A	Exchange	0	0	0	0	0
Interest on Equity Asset		N/A		-	-	-	-	-
Advance to suppliers and third parties		N/A		172	172	172	172	172
Security Deposits Current		N/A	Exchange	206	334	481	588	692
Maintenance Deposits Current		N/A	Exchange	10	10	(14)	(87)	(123)
Redelivery Deposits Current		N/A	Exchange	34	34	34	34	34
Maintenance Reserve Current		N/A	Exchange	505	1.141	1.976	2.611	3.682
Other assets		WK		568	614	675	714	761
Restricted cash		WK	Exchange	259	259	259	259	259

FINANCIAL PROJECTIONS	Support	Flags	Unit	2025	2026	2027	2028	2029
Non-current Assets				18.026	19.783	22.546	25.345	26.515
Security Deposits		N/A	Exchange	453	453	453	453	453
Judicial Deposits		N/A		648	648	648	648	648
Maintenance Deposits Non-current		N/A	Exchange	195	195	195	195	195
Redelivery Deposits Non-current		N/A	Exchange	627	627	627	627	627
Maintenance Reserve Non-current		N/A	Exchange	1.146	1.146	1.146	1.146	1.146
Other Deposits Non-current		N/A	Exchange	125	125	125	125	125
Advance to suppliers and third parties Non-current		N/A		15	15	15	15	15
Restricted cash Non-current		WK	Exchange	173	173	173	173	173
Other assets Non-current		WK		(12)	(12)	(12)	(12)	(12)
Property, plant and equipment		Fixed Assets		12.178	12.644	13.852	14.371	14.370
Property, plant and equipment New		Fixed Assets		2.040	3.428	5.130	7.429	8.683
Boeing Debt		Fixed Assets		437	340	193	174	91
Intangible assets		N/A		-	-	-	-	-
Liabilities				49.569	51.532	52.298	53.278	53.799
Current liabilities				26.347	27.851	28.709	29.575	30.701
Loans Current		Debt		9.947	9.527	8.281	7.982	7.687
Leasing Operational		Leasing		2.213	2.458	2.756	2.926	3.005
Suppliers		WK		3.803	4.333	4.556	4.305	4.340
Salaries		WK		674	725	784	849	916
Taxes payable		WK		224	179	331	441	486
Landing fees		WK		1.099	1.304	1.504	1.683	1.872
Air traffic liability		WK		3.864	4.367	5.053	5.410	5.827
Mileage program		WK		2.449	2.880	3.384	3.945	4.563
Advances from customers		N/A		127	127	127	127	127
Provisions		N/A	Exchange	1.243	1.243	1.243	1.243	1.243
Derivatives		N/A	Exchange	5	5	5	5	5
Other liabilities		WK		541	590	620	638	654
Non-current liabilities				23.222	23.681	23.589	23.703	23.098
Loans Non-current		Debt		9.223	8.834	7.679	7.401	7.128
Leasing Operational Non-current		Leasing		9.434	10.478	11.748	12.475	12.814
Provisions Non-current				3.046	2.886	2.744	2.490	1.906
Tax Transaction - Taxes payable Non-current		WK		542	432	322	212	102
Mileage program Non-current		WK		139	139	139	139	139
Other liabilities Non-current		WK		816	890	935	962	987
SSN28		N/A		22	22	22	22	22
Equity				(21.604)	(21.791)	(19.201)	(17.506)	(15.000)
Capital stock				4.203	4.203	4.203	4.203	4.203
Treasury shares				29	29	29	29	29
Capital reserves				972	972	972	972	972
Equity valuation adjustments				(1.236)	(1.236)	(1.236)	(1.236)	(1.236)
Current profits and losses				48	119	264	327	399
Accumulated profits and losses				(37.310)	(37.569)	(36.633)	(35.000)	(32.567)
Conversion to Claim				9.697	9.697	9.697	9.697	9.697
Equity Raise				1.993	1.993	3.503	3.503	3.503
Operational Cash Flow				6.034	7.264	8.980	9.307	10.354
Engine Maintenance Costs				(1.519)	(680)	(1.274)	(2.408)	(1.848)
Pre-Delivery Payments				1	-	-	-	-
Other Capex				(1.221)	(1.322)	(1.391)	(1.471)	(1.512)
Sale-Lease-Back Gains				153	277	327	199	263
CAPEX				(2.585)	(1.725)	(2.338)	(3.680)	(3.097)
Funding				20.472	84	1.510	-	-
Amortization				(15.379)	(1.344)	(2.909)	(875)	(706)
Interest				(1.480)	(2.425)	(2.313)	(2.059)	(2.001)
Other Financial Expenses				(1.397)	(18)	(35)	(65)	(120)
Financial Revenue				340	225	175	103	104
Restricted Cash				(55)	-	-	-	-
Leasing				(1.973)	(1.723)	(1.927)	(1.666)	(1.805)
Leasing Interest				(1.245)	(1.661)	(1.925)	(2.105)	(2.238)
Financial Cash Flow				(717)	(6.863)	(7.423)	(6.666)	(6.767)
Initial Balance				2.137	4.869	3.545	2.764	1.724
Free Cash Flow				2.732	(1.324)	(781)	(1.039)	490
Final Balance Ex Restricted Cash				4.869	3.545	2.764	1.724	2.214
Restricted Cash Balance				432	432	432	432	432
Final Balance				5.301	3.977	3.195	2.156	2.646

ANEXO C

Demonstrações Financeiras 2021, 2022, 2023 e 2024

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	7
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	17
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	18
Demonstração de Valor Adicionado	19

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	20

Notas Explicativas	27

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	98
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	101
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	102

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.863.682.710
Preferenciais	314.361.213
Total	3.178.043.923
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	7.934.342	6.291.096
1.01	Ativo Circulante	240.018	478.863
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	210.941	423.937
1.01.02	Aplicações Financeiras	4.377	4.430
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	4.377	4.430
1.01.02.01.03	Aplicações financeiras	4.377	4.430
1.01.06	Tributos a Recuperar	10.159	6.295
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	10.159	6.295
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	10.159	6.295
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	14.541	44.201
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	14.541	44.201
1.01.08.01.02	Outros Créditos	14.458	9.640
1.01.08.01.03	Adiantamento a fornecedores e terceiros	83	10.441
1.01.08.01.04	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	0	24.120
1.02	Ativo Não Circulante	7.694.324	5.812.233
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.243.004	5.168.856
1.02.01.07	Tributos Diferidos	75.560	53.492
1.02.01.07.01	Impostos Diferidos	75.560	53.492
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	7.008.275	4.897.331
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	7.008.275	4.897.331
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	159.169	218.033
1.02.01.10.03	Depósitos	47.534	118.261
1.02.01.10.04	Caixa Restrito	1	7
1.02.01.10.05	Impostos e contribuições a recuperar	4.464	12.102
1.02.01.10.07	Direitos com operações de derivativos	107.170	87.663
1.02.02	Investimentos	0	574.717
1.02.02.01	Participações Societárias	0	574.717
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	574.717
1.02.03	Imobilizado	451.320	68.660
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	451.320	68.660

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	7.934.342	6.291.096
2.01	Passivo Circulante	335.247	712.139
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	180	181
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	180	181
2.01.02	Fornecedores	84.335	72.702
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	52.079	48.345
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	32.256	24.357
2.01.03	Obrigações Fiscais	585	292
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	585	292
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	585	292
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	164.304	638.964
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	164.304	638.964
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	164.304	638.964
2.01.05	Outras Obrigações	85.843	0
2.01.05.02	Outros	85.843	0
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	85.843	0
2.02	Passivo Não Circulante	28.652.773	19.986.049
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	9.857.264	6.990.749
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	9.857.264	6.990.749
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	9.857.264	6.990.749
2.02.02	Outras Obrigações	502.631	324.821
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	6.692	8.791
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	6.692	8.791
2.02.02.02	Outros	495.939	316.030
2.02.02.02.03	Fornecedores	16	0
2.02.02.02.04	Outras Obrigações	495.923	316.030
2.02.04	Provisões	18.292.878	12.670.479
2.02.04.02	Outras Provisões	18.292.878	12.670.479
2.02.04.02.04	Provisão para Perda de Investimentos	18.292.878	12.670.479
2.03	Patrimônio Líquido	-21.053.678	-14.407.092
2.03.01	Capital Social Realizado	4.039.115	3.010.616
2.03.01.01	Capital Social	4.039.112	3.009.436
2.03.01.03	Ações a Emitir	3	1.180
2.03.02	Reservas de Capital	167.197	145.031
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	11.020	17.497
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	83.229	83.229
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-41.514	-62.215
2.03.02.07	Remuneração Baseada em Ações	114.462	106.520
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-24.206.908	-16.985.370
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-150.168	759.812
2.03.06.02	Alteração de Participação Societária	-150.168	759.812
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-902.914	-1.337.181
2.03.08.01	Resultado não realizado de hedge	-918.801	-1.311.076
2.03.08.02	Benefício pós- emprego	14.855	-26.669
2.03.08.03	Outros Resultados abrangentes	1.032	564

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.560.702	-4.991.944
3.04.01	Despesas com Vendas	-442	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-172.397	-44.506
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	6.299	379.133
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-6.394.162	-5.326.571
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-6.560.702	-4.991.944
3.06	Resultado Financeiro	-682.904	-986.547
3.06.01	Receitas Financeiras	356.644	430.862
3.06.01.01	Receitas Financeiras	156.377	130.596
3.06.01.02	Instrumentos financeiros derivativos	200.267	300.266
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.039.548	-1.417.409
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-787.217	-686.012
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	-252.331	-731.397
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-7.243.606	-5.978.491
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	22.068	-9.637
3.08.01	Corrente	0	-6.226
3.08.02	Diferido	22.068	-3.411
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-7.221.538	-5.988.128
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-7.221.538	-5.988.128
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,545	-0,481
3.99.01.02	PN	-19,157	-16,831
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,545	-0,481
3.99.02.02	PN	-19,157	-16,831

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	-7.221.538	-5.988.128
4.02	Outros Resultados Abrangentes	434.267	-766.093
4.02.01	Hedges de Fluxo de Caixa	392.275	-781.033
4.02.03	Perdas atuariais de benefícios pós-emprego	41.524	14.376
4.02.04	Ajuste acumulado de conversão em controladas	468	564
4.03	Resultado Abrangente do Período	-6.787.271	-6.754.221

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-438.330	-139.238
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	7.005.446	6.002.582
6.01.01.05	Impostos diferidos	-22.068	3.411
6.01.01.06	Equivalência Patrimonial	6.394.162	5.326.571
6.01.01.08	Variações cambiais e monetárias, líquidas	227.417	872.622
6.01.01.10	Juros sobre empréstimos, arrendamentos e outras operações	608.315	472.956
6.01.01.13	Resultado de derivativos reconhecidos no resultado	-200.267	-300.266
6.01.01.18	Sale-leaseback – Retroarrendamentos	-2.113	-372.712
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-222.238	-153.692
6.01.02.02	Aplicações financeiras	9.265	6.480
6.01.02.05	Depósitos	82.812	9.361
6.01.02.07	Fornecedores	11.387	53.682
6.01.02.12	Obrigações trabalhistas	-1	44
6.01.02.14	Impostos a recolher	293	372
6.01.02.15	Adiantamento a fornecedores e terceiros	10.358	-10.404
6.01.02.16	Outros créditos e obrigações, líquido	260.934	292.927
6.01.02.17	Juros pagos	-601.060	-515.278
6.01.02.18	Imposto de renda pago	0	-4.341
6.01.02.19	Impostos a recuperar	3.774	13.465
6.01.03	Outros	-7.221.538	-5.988.128
6.01.03.01	(Prejuízo) Lucro líquido do período	-7.221.538	-5.988.128
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.938.658	-97.032
6.02.01	Transações com Partes Relacionadas	-1.537.889	-680.441
6.02.02	Caixa Restrito	0	2.198
6.02.05	Recebimento de Dividendos e JSCP	287.128	69.548
6.02.06	Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada	-307.350	0
6.02.07	Adiantamento para aquisição de imobilizado, líquido	-382.660	0
6.02.08	Recebimento de vendas de aeronaves	2.113	448.482
6.02.10	Devolução de adiantamento de fornecedores	0	73.600
6.02.11	Aquisição de imobilizado	0	-10.419
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	2.190.231	-520.929
6.03.01	Captações de Empréstimos	2.267.646	2.357.656
6.03.05	Aumento de Capital	420.734	1.180
6.03.07	Ações a Emitir	926	674
6.03.08	Alienação de ações em tesouraria	588	0
6.03.09	Pagamento de Empréstimos	-499.663	-2.880.439
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-26.239	164.390
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-212.996	-592.809
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	423.937	1.016.746
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	210.941	423.937

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.010.616	145.031	0	-16.985.370	-577.369	-14.407.092
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.010.616	145.031	0	-16.985.370	-577.369	-14.407.092
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.028.499	22.166	0	0	-909.980	140.685
5.04.01	Aumentos de Capital	1.030.376	0	0	0	-909.980	120.396
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-1.877	0	0	0	0	-1.877
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	21.578	0	0	0	21.578
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	588	0	0	0	588
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-7.221.538	434.267	-6.787.271
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-7.221.538	0	-7.221.538
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	434.267	434.267
5.07	Saldos Finais	4.039.115	167.197	0	-24.206.908	-1.053.082	-21.053.678

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.008.762	122.733	0	-10.996.413	188.247	-7.676.671
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.008.762	122.733	0	-10.996.413	188.247	-7.676.671
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.854	22.298	0	-829	477	23.800
5.04.08	Aumento de capital por exercício de opção de compra de ações	674	0	0	0	0	674
5.04.10	Adiantamento para futuro aumento de capital	1.180	0	0	0	0	1.180
5.04.11	Opção de compra de ações	0	22.298	0	0	0	22.298
5.04.12	Efeitos em diluição de participação societária	0	0	0	-829	477	-352
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-5.988.128	-766.093	-6.754.221
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-5.988.128	0	-5.988.128
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-766.093	-766.093
5.05.02.06	Resultado não realizado de hedge	0	0	0	0	-781.033	-781.033
5.05.02.07	Benefício pós - emprego	0	0	0	0	14.376	14.376
5.05.02.08	Outros Resultados abrangentes	0	0	0	0	564	564
5.07	Saldos Finais	3.010.616	145.031	0	-16.985.370	-577.369	-14.407.092

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	6.669	379.133
7.01.02	Outras Receitas	6.669	379.133
7.01.02.02	Outras Receitas (Despesas) Operacionais	6.669	379.133
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-160.187	-32.357
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-159.818	-31.911
7.02.04	Outros	-369	-446
7.02.04.01	Comerciais e Publicidade	-369	-446
7.03	Valor Adicionado Bruto	-153.518	346.776
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-153.518	346.776
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-5.902.970	-4.793.648
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-6.394.162	-5.326.571
7.06.02	Receitas Financeiras	491.192	532.923
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-6.056.488	-4.446.872
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-6.056.488	-4.446.872
7.08.01	Pessoal	11.373	10.825
7.08.01.01	Remuneração Direta	11.373	10.824
7.08.01.02	Benefícios	0	1
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-16.687	15.580
7.08.02.01	Federais	-16.687	15.580
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.170.364	1.514.851
7.08.03.01	Juros	1.170.364	1.514.851
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-7.221.538	-5.988.128
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-7.221.538	-5.988.128

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	14.402.343	12.814.136
1.01	Ativo Circulante	2.688.041	3.245.351
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	486.258	662.830
1.01.02	Aplicações Financeiras	291.363	984.112
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	291.363	984.112
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	291.363	984.112
1.01.03	Contas a Receber	850.683	739.699
1.01.03.01	Clientes	850.683	739.699
1.01.04	Estoques	269.585	195.638
1.01.06	Tributos a Recuperar	176.391	186.955
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	176.391	186.955
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	176.391	186.955
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	613.761	476.117
1.01.08.03	Outros	613.761	476.117
1.01.08.03.01	Depósitos	191.184	0
1.01.08.03.03	Outros Créditos e valores	147.299	144.822
1.01.08.03.04	Direitos com Operações de Derivativos	4.936	12.526
1.01.08.03.05	Adiantamento a fornecedores e terceiros	270.342	318.769
1.02	Ativo Não Circulante	11.714.302	9.568.785
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.215.923	2.860.574
1.02.01.07	Tributos Diferidos	75.799	53.563
1.02.01.07.01	Impostos Diferidos	75.799	53.563
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.140.124	2.807.011
1.02.01.10.03	Aplicações Financeiras	82.326	189.830
1.02.01.10.04	Depósitos	1.757.842	2.058.455
1.02.01.10.05	Outros Créditos e Valores	41.718	34.338
1.02.01.10.06	Direitos com operações de derivativos	109.124	116.283
1.02.01.10.07	Impostos e contribuições a recuperar	72.976	318.404
1.02.01.10.08	Adiantamento a fornecedores e terceiros	76.138	89.701
1.02.02	Investimentos	0	815
1.02.02.01	Participações Societárias	0	815
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	0	815
1.02.03	Imobilizado	7.675.170	4.960.288
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.675.170	4.960.288
1.02.04	Intangível	1.823.209	1.747.108
1.02.04.01	Intangíveis	1.823.209	1.747.108
1.02.04.01.02	Intangível	1.823.209	1.747.108

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	14.402.343	12.814.136
2.01	Passivo Circulante	11.081.794	10.398.216
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	374.576	334.670
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	374.576	334.670
2.01.02	Fornecedores	1.820.056	1.612.536
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.322.179	1.131.535
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	497.877	481.001
2.01.03	Obrigações Fiscais	122.036	73.614
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	122.036	73.614
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a Recolher	122.036	73.614
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	634.614	2.353.279
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	525.095	1.912.361
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	48.239	239.615
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	476.856	1.672.746
2.01.04.02	Debêntures	109.519	440.918
2.01.04.02.01	Debêntures	109.519	440.918
2.01.05	Outras Obrigações	7.653.188	5.854.736
2.01.05.02	Outros	7.653.188	5.854.736
2.01.05.02.04	Taxas e Tarifas Aeroportuárias	911.174	907.958
2.01.05.02.05	Transportes a Executar	2.670.469	2.050.799
2.01.05.02.06	Programa de Milhagem	1.298.782	1.258.502
2.01.05.02.07	Adiantamentos de Clientes	237.092	27.897
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	455.251	287.275
2.01.05.02.09	Obrigações com operações de derivativos	0	5.297
2.01.05.02.10	Arrendamentos operacionais	2.057.687	1.317.008
2.01.05.02.11	Fornecedores - Risco Sacado	22.733	0
2.01.06	Provisões	477.324	169.381
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	477.324	169.381
2.01.06.01.05	Provisões para devolução de aeronaves e motores	477.324	169.381
2.02	Passivo Não Circulante	24.374.227	16.182.979
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	11.265.416	7.623.687
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	10.210.167	7.477.517
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	9.757	17.275
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	10.200.410	7.460.242
2.02.01.02	Debêntures	1.055.249	146.170
2.02.01.02.01	Debêntures	1.055.249	146.170
2.02.02	Outras Obrigações	9.998.402	6.986.143
2.02.02.02	Outros	9.998.402	6.986.143
2.02.02.02.03	Programa de Milhagem	318.349	322.460
2.02.02.02.04	Obrigações Fiscais	24.414	32.362
2.02.02.02.05	Outras obrigações	845.509	331.479
2.02.02.02.06	Obrigações Trabalhistas	25.919	0
2.02.02.02.07	Arrendamentos operacionais	8.705.297	6.267.184
2.02.02.02.08	Fornecedores	78.914	32.658
2.02.03	Tributos Diferidos	411	219.634
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	411	219.634

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020
2.02.04	Provisões	3.109.998	1.353.515
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	907.489	491.981
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	168.360	22.329
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	475.191	269.297
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	75.439	99.549
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	188.499	100.806
2.02.04.02	Outras Provisões	2.202.509	861.534
2.02.04.02.05	Provisões para devolução de aeronaves e motores	2.202.509	861.534
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-21.053.678	-13.767.059
2.03.01	Capital Social Realizado	4.039.115	3.010.616
2.03.01.01	Capital Social	4.039.112	3.009.436
2.03.01.02	Ações a Emitir	3	1.180
2.03.02	Reservas de Capital	167.197	145.031
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	11.020	17.497
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	83.229	83.229
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-41.514	-62.215
2.03.02.07	Remuneração Baseada em Ações	114.462	106.520
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-24.206.908	-16.985.370
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.054.114	-577.933
2.03.06.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-918.801	-1.311.076
2.03.06.02	Alteração de Participação Societária	-150.168	759.812
2.03.06.03	Benefício pós-emprego	14.855	-26.669
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	1.032	564
2.03.08.01	Outros Resultados Abrangentes	1.032	564
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	0	640.033

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	7.433.384	6.371.817
3.01.01	Transporte de Passageiros	6.880.135	5.783.323
3.01.02	Transporte de Cargas e Outros	553.249	588.494
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-8.593.696	-5.653.305
3.03	Resultado Bruto	-1.160.312	718.512
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.674.283	-1.670.356
3.04.01	Despesas com Vendas	-583.684	-465.898
3.04.01.01	Despesas Comerciais	-583.684	-465.898
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.051.376	-1.319.981
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-39.223	115.962
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	-439
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-3.834.595	-951.844
3.06	Resultado Financeiro	-3.541.632	-4.865.449
3.06.01	Receitas Financeiras	247.546	114.209
3.06.01.01	Receitas com Financeiras	48.794	187.990
3.06.01.02	Instrumentos financeiros derivativos	198.752	-73.781
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.789.178	-4.979.658
3.06.02.01	Variação Cambial Líquida	-1.588.133	-3.028.547
3.06.02.02	Despesas Financeiras	-2.201.045	-1.951.111
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-7.376.227	-5.817.293
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	192.423	-77.958
3.08.01	Corrente	-48.862	-95.537
3.08.02	Diferido	241.285	17.579
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-7.183.804	-5.895.251
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-7.183.804	-5.895.251
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-7.221.538	-5.988.128
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	37.734	92.877
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,545	-0,481
3.99.01.02	PN	-19,157	-16,831
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,545	-0,481
3.99.02.02	PN	-19,157	-16,831

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-7.183.804	-5.895.251
4.02	Outros Resultados Abrangentes	434.538	-766.102
4.02.01	Hedges de Fluxo de Caixa	392.275	-781.033
4.02.03	Perdas Atuariais de benefícios pós-emprego	41.524	13.921
4.02.04	Ajuste acumulado de conversão em controladas	739	1.010
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-6.749.266	-6.661.353
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-6.787.271	-6.754.221
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	38.005	92.868

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	705.562	753.936
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	6.674.627	7.079.372
6.01.01.01	Depreciação e amortização	1.335.813	1.870.552
6.01.01.02	Reversão de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	1.233	1.095
6.01.01.03	Baixa de imobilizado e intangível	3.881	96.594
6.01.01.04	Provisão para obsolescência de estoque	687	702
6.01.01.05	Provisão para perda com adiantamento de fornecedores	-4.364	31.486
6.01.01.06	Ajuste a valor presente de ativos e passivos	65.818	63.493
6.01.01.07	Impostos diferidos	-241.285	-17.579
6.01.01.08	Equivalência patrimonial	0	439
6.01.01.09	Remuneração baseada em ações	21.841	23.430
6.01.01.10	Perdas atuariais de benefício pós-emprego	0	10.677
6.01.01.11	Variações cambiais e monetárias, líquidas	1.462.918	3.114.032
6.01.01.12	Sale-leaseback – Retroarrendamentos	-5.913	-551.942
6.01.01.13	Juros sobre empréstimos, arrendamentos e outras	1.776.717	1.545.847
6.01.01.15	Reversão de provisão para reserva de manutenção	13.574	186.856
6.01.01.16	Resultados de derivativos reconhecidos no resultado	-131.144	357.404
6.01.01.17	Constituição (reversão) de provisão	2.408.648	230.101
6.01.01.18	Extinção de obrigação por redução de prazo	-27.701	-104.109
6.01.01.19	Provisão para obrigações trabalhistas	0	227.710
6.01.01.20	Outras	-6.096	-7.416
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.214.739	-430.185
6.01.02.01	Contas a receber	-111.571	498.901
6.01.02.02	Aplicações financeiras	50.832	-6.320
6.01.02.03	Impostos a recuperar	255.992	-21.543
6.01.02.04	Estoques	-74.634	2.873
6.01.02.05	Depósitos	159.896	-52.016
6.01.02.06	Arrendamentos variáveis	16.652	18.731
6.01.02.07	Fornecedores	241.800	392.236
6.01.02.08	Fornecedores – Risco sacado	22.733	-143.010
6.01.02.09	Transportes a executar	619.670	84.651
6.01.02.10	Programa de milhagem	36.169	400.288
6.01.02.11	Adiantamento de clientes	209.195	11.473
6.01.02.12	Obrigações trabalhistas	65.825	-289.050
6.01.02.13	Taxas e tarifas aeroportuárias	280.276	179.619
6.01.02.14	Impostos a recolher	83.430	82.716
6.01.02.15	Obrigações com operações de derivativos	128.415	-779.462
6.01.02.16	Imposto de renda pago	-42.956	-95.781
6.01.02.17	Adiantamento a fornecedores e terceiros	66.354	-238.627
6.01.02.18	Pagamentos de processos judiciais e devolução de aeronaves	-507.158	-301.297
6.01.02.19	Juros pagos	-704.409	-619.557
6.01.02.20	Outros créditos (obrigações)	418.228	444.990
6.01.03	Outros	-7.183.804	-5.895.251
6.01.03.01	Prejuízo Líquido do Período	-7.183.804	-5.895.251
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-179.622	31.770

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.02.01	Aplicações Financeiras da Subsidiária Smiles	594.300	171.634
6.02.02	Adiantamento para aquisição de imobilizado, líquido	-319.927	-96.537
6.02.06	Aquisição de imobilizado	-315.995	-501.416
6.02.07	Aquisição de intangível	-152.584	-63.993
6.02.08	Recebimento de venda de aeronaves	14.584	448.482
6.02.09	Devolução de adiantamento a fornecedores	0	73.600
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-672.023	-1.935.497
6.03.01	Captações de Empréstimos	2.893.170	2.933.529
6.03.03	Pagamentos de Empréstimos	-1.533.575	-3.748.239
6.03.04	Alienação de ações em tesouraria	588	0
6.03.05	Pagamentos de Arrendamentos	-1.449.285	-1.058.692
6.03.06	Dividendos e JSCP pagos a acionistas não controladores da Smiles	-260.131	-63.949
6.03.07	Aquisição de participação de não controladores	-744.450	0
6.03.08	Aumento de Capital de Acionistas não Controladores	420.734	1.180
6.03.13	Transações com partes relacionadas	926	674
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-30.489	167.196
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-176.572	-982.595
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	662.830	1.645.425
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	486.258	662.830

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.010.616	145.031	0	-16.985.370	-577.369	-14.407.092	640.033	-13.767.059
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.010.616	145.031	0	-16.985.370	-577.369	-14.407.092	640.033	-13.767.059
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.028.499	22.166	0	0	-909.980	140.685	-678.038	-537.353
5.04.01	Aumentos de Capital	1.030.376	0	0	0	-909.980	120.396	-441.309	-320.913
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-1.877	0	0	0	0	-1.877	0	-1.877
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	21.578	0	0	0	21.578	263	21.841
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	588	0	0	0	588	0	588
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-236.992	-236.992
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-7.221.538	434.267	-6.787.271	38.005	-6.749.266
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-7.221.538	0	-7.221.538	37.734	-7.183.804
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	434.267	434.267	271	434.538
5.07	Saldos Finais	4.039.115	167.197	0	-24.206.908	-1.053.082	-21.053.678	0	-21.053.678

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.008.762	122.733	0	-10.996.413	188.247	-7.676.671	571.254	-7.105.417
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.008.762	122.733	0	-10.996.413	188.247	-7.676.671	571.254	-7.105.417
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.854	22.298	0	-829	477	23.800	-24.089	-289
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	-25.573	-25.573
5.04.08	Aumento de capital por exercício de opção de compra de ações	674	0	0	0	0	674	0	674
5.04.09	Adiantamento para futuro aumento de capital	1.180	0	0	0	0	1.180	0	1.180
5.04.10	Opção de compra de ações	0	22.298	0	0	0	22.298	1.132	23.430
5.04.11	Efeitos em diluição de participação societária	0	0	0	-829	477	-352	352	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-5.988.128	-766.093	-6.754.221	92.868	-6.661.353
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-5.988.128	-766.093	-6.754.221	92.868	-6.661.353
5.05.02.06	Prejuízo do exercício	0	0	0	-5.988.128	0	-5.988.128	92.877	-5.895.251
5.05.02.07	Outros resultados abrangentes, líquidos	0	0	0	0	-766.093	-766.093	-9	-766.102
5.07	Saldos Finais	3.010.616	145.031	0	-16.985.370	-577.369	-14.407.092	640.033	-13.767.059

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	7.987.415	7.813.156
7.01.02	Outras Receitas	7.988.648	7.814.251
7.01.02.01	Transporte de passageiros, cargas e outras receitas de passageiros	7.784.944	6.663.416
7.01.02.02	Outras receitas operacionais	203.704	1.150.835
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.233	-1.095
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-8.056.535	-4.841.234
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.897.043	-2.375.632
7.02.04	Outros	-3.159.492	-2.465.602
7.02.04.01	Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	-2.697.791	-2.094.946
7.02.04.02	Seguros de aeronaves	-48.849	-34.592
7.02.04.03	Comerciais e publicidade	-412.852	-336.064
7.03	Valor Adicionado Bruto	-69.120	2.971.922
7.04	Retenções	-1.335.813	-1.870.552
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.335.813	-1.870.552
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-1.404.933	1.101.370
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	444.759	775.082
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	-439
7.06.02	Receitas Financeiras	444.759	775.521
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-960.174	1.876.452
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-960.174	1.876.452
7.08.01	Pessoal	1.774.086	1.537.260
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.485.392	1.264.112
7.08.01.02	Benefícios	207.339	180.770
7.08.01.03	F.G.T.S.	81.355	92.378
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	388.280	573.975
7.08.02.01	Federais	369.886	556.278
7.08.02.02	Estaduais	16.617	14.777
7.08.02.03	Municipais	1.777	2.920
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.061.264	5.660.468
7.08.03.01	Juros	3.956.461	5.580.156
7.08.03.02	Aluguéis	104.479	78.816
7.08.03.03	Outras	324	1.496
7.08.03.03.03	Outros	324	1.496
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-7.183.804	-5.895.251
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-7.221.538	-5.988.128
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	37.734	92.877

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Os resultados da GOL refletem o capital social que ela acumulou ao longo de duas décadas de colaboração com seus Clientes, Colaboradores, fornecedores e investidores.

Crescimento da demanda e das vendas com foco em margens

A GOL está totalmente comprometida com a expansão criteriosa de suas operações para atender à crescente demanda por viagens aéreas, mantendo seus custos controlados e capturando eficiências operacionais. As vendas brutas consolidadas da Companhia cresceram para R\$4,0 bilhões no 4T21, 1,1% superior ao observado no mesmo período em 2019. A média diária de vendas foi de R\$43,8 milhões, 59,6% e 63,3% acima do 3T21 e do 4T20, respectivamente.

A GOL inaugurou dois novos destinos domésticos no 4T21: Bonito/MS (BYO), o famoso destino para ecoturismo nacional, a partir de Congonhas/SP (CGH); e Pelotas (PET), no interior gaúcho, partindo de Guarulhos/SP (GRU). Em novembro, a Companhia retornou as operações para Montevidéu (MVD), Punta Cana (PUJ) e Cancún (CUN). A partir de dezembro, a GOL reativou os voos para Cabo-Frio (CFB), no litoral fluminense e destinos internacionais Buenos Aires (AEP), na Argentina e Paramaribo (PBM), no Suriname.

“Atendemos à atual retomada da demanda por viagens no trimestre com a nossa imutável disciplina na gestão da capacidade e dos *yields*, que superaram os patamares de 2019. Nós tivemos o melhor resultado trimestral desde o início da pandemia, atingindo 36% de margem EBITDA ajustado. A taxa de ocupação (82,6%) e a utilização de aeronaves (11,5 horas bloco/dia) melhoraram respectivamente 1,5 p.p. e 29,2% em relação ao 4T20, enquanto o número de voos diários aumentou de 403 para 492 dentro do trimestre. Continuamos bem-posicionados para capturar o retorno contínuo dos passageiros de negócios com eficiência”, disse Kakinoff.

Aceleração da transição para uma frota 737 MAX e sustentabilidade ambiental

A Companhia está acelerando sua transição para o 737-MAX, que representará 30% da sua frota total até o final de 2022. A GOL fechou uma operação de até US\$600 milhões para financiar 100% da aquisição de 12 novas aeronaves 737 MAX 8 (10 arrendamentos financeiros e dois sale-leasebacks), e para gerar linhas de créditos adicionais para sustentar a devolução das aeronaves 737 NGs.

“A aceleração na transformação de nossa frota para o 737 MAX nos posiciona de forma mais competitiva para crescer com mais flexibilidade na gestão de nossa capacidade, além de possibilitar a expansão de rotas e destinos, o que nos garantirá alta eficiência no atendimento às oscilações na demanda por viagens. O MAX é também um componente chave na nossa meta para atingir a neutralidade de carbono até 2050, já que essa aeronave consome 15% menos combustível, produz 16% menos emissões de carbono e 40% menos ruído, e possui maior alcance de voo do que o modelo NG,” destacou Celso Ferrer, Diretor Vice-Presidente de Operações.

Como resultado dessa aceleração, a Companhia revisou sua previsão dos custos associados à devolução de seus 737-NGs. Considerando as condições e projeções atuais, a GOL registrou uma provisão não recorrente e sem efeito caixa de R\$1,6 bilhão no resultado do trimestre, referente às devoluções contratuais de 737 NGs que ocorrerão até 2026. A Companhia estima que obterá uma redução na idade média de sua frota em mais de três anos e uma diminuição de aproximadamente 8% nos seus custos unitários. Como efeito desta aceleração na modernização da frota atual, a GOL deverá necessitar de poucas extensões contratuais, terá maior previsibilidade na execução de seu cronograma de devoluções de aeronaves 737 NGs, e obterá redução gradual nas despesas de manutenção nos próximos anos.

“Estamos em uma posição vantajosa para otimizar nossa estrutura de capital por meio de diversos acessos a fontes de financiamento disponíveis via agências de crédito de exportação, mercado de capitais, e arrendamentos operacionais e financeiros. Nós estamos aumentando o valor da Companhia para todos os *stakeholders* por meio de ganhos de eficiência que alcançaremos”, disse Richard Lark, Diretor Vice-Presidente Financeiro.

Gestão da liquidez e da estrutura de capital

A liquidez da GOL alcançou R\$3,7 bilhões ao final do 4T21. Após o refinanciamento de R\$1,2 bilhão de dívidas de curto prazo, anunciado em outubro passado, a Companhia encerra o ano de 2021 com R\$635 milhões de dívida de curto prazo, o menor nível em quatro anos. A GOL não possui amortizações significativas de dívidas nos próximos doze meses, e tem financiamentos de longo prazo suficientes para a aquisição de novas aeronaves 737 MAX, parte relevante do plano de transformação de frota.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

“Embora tenhamos passado por mais um ano desafiador, fomos capazes de honrar totalmente nossos compromissos com o mercado global de capitais e amortizar R\$525 milhões em obrigações de arrendamentos com os lessors, um montante 91,4% superior ao volume do 4T20, alcançando a menor alavancagem entre os nossos pares na indústria, e nossos fornecedores tem continuado a trabalhar construtivamente nesse período de dois anos de liquidez significativamente reduzida” concluiu Richard Lark.

Experiência do Cliente

As ações da GOL durante o 4T21 fortaleceram suas vantagens competitivas e melhoraram sua posição como marca de confiança. A Companhia foi a vencedora do prêmio Top of Mind da Folha pelo quinto ano consecutivo, ou seja, foi mais uma vez a aérea mais lembrada pelas pessoas na pesquisa realizada pelo Jornal Folha de São Paulo.

Em 15 de janeiro de 2022, a GOL completou 21 anos de atuação no mercado, e desde a sua fundação transportou mais de 480 milhões de passageiros em mais de 4,3 milhões de voos para destinos no Brasil, América Latina, Caribe e Estados Unidos. Ao longo destes 21 anos de operações, a Companhia contribuiu de maneira pioneira com a democratização do transporte aéreo no Brasil e, por meio do seu modelo de negócio eficiente de baixo custo e da adoção de iniciativas estratégicas nos momentos oportunos, tornou-se líder no mercado doméstico.

“Nossas inovações desde 2001 posicionam a GOL como a melhor empresa para viajar, trabalhar e investir. Hoje, junto com o nosso DNA tecnológico de inovação, nosso modelo de baixo custo é potencializado e reconhecido como referência dentro da indústria,” comentou Eduardo Bernardes, Diretor Vice-Presidente de Vendas, Marketing e Clientes.

Programa de Fidelidade (Smiles)

O faturamento bruto da Smiles atingiu R\$843 milhões no 4T21, um crescimento de 27,4% e 52,3% em relação aos 4T19 e 4T20, respectivamente. As milhas acumuladas no programa somaram 39,3 bilhões, um aumento de 34,6% e 56,4% em comparação aos 4T19 e 4T20, respectivamente, demonstrando o forte engajamento dos seus parceiros e a crescente participação desses no programa de milhagem.

Os benefícios econômicos oriundos da reincorporação da Smiles, estimados em R\$5 bilhões ao longo dos próximos 10 anos já estão sendo capturados pela Companhia. Isso inclui a gestão unificada e dinâmica dos *yields* e do inventário.

“A gestão integrada de receitas aumentou os volumes de resgates da Smiles. Desde que realinhamos a gestão de inventário no final de junho, a tarifa média dos resgates de nossos Clientes cresceu. Isso melhorou a margem de resgate em cerca de 15% e as margens consolidadas da GOL em cerca de 200 pontos base”, comentou Carla Fonseca, Diretor Vice-Presidente da Smiles.

Iniciativas ESG

A GOL tem investido em diversas iniciativas para reduzir seus impactos ambientais, com destaque para a gestão das emissões de gases de efeito estufa. A Companhia foi a primeira empresa aérea da América Latina a assumir o compromisso de atingir zero emissões líquidas de CO₂ até 2050. Como resultado a GOL recebeu em outubro, pontuação máxima no levantamento ESG realizado pela Revista Exame, tornando-se destaque em relação aos seus pares no setor de Transportes, Serviços e Logística.

Como parte de seu compromisso em atingir os objetivos ambientais, a GOL lançou mais uma rota carbono zero, no trecho Bonito (MS) para Congonhas (CGH), novamente em parceria com a Moss, assim como previamente feito na rota de Fernando de Noronha-Recife. Além disso, a Companhia iniciou a aceleração da transformação da sua frota para o 737-MAX, que produz 16% menos emissões de carbono quando comparado com o modelo 737-NG.

No ano de 2021, a GOL ultrapassou 33 mil horas de voo com o 737-MAX, contribuindo com uma economia de 16,2 milhões de litros de querosene de aviação e a redução de mais de 40,6 mil toneladas de emissão de GEEs (gases de efeito estufa).

Os resultados da GOL refletem o capital social que ela acumulou ao longo de duas décadas de colaboração com seus Clientes, Colaboradores, fornecedores e investidores.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Indicadores Operacionais e Financeiros

Dados de tráfego - GOL (em milhões)	4T21	4T20	% Var.	FY21	FY20	% Var.
RPK GOL - Total	7.281	6.242	16,6%	22.237	20.126	10,5%
RPK GOL - Mercado Doméstico	7.164	6.242	14,8%	22.119	18.837	17,4%
RPK GOL - Mercado Internacional	117	0	NM	117	1.290	-90,9%
ASK GOL - Total	8.817	7.698	14,5%	27.129	25.142	7,9%
ASK GOL - Mercado Doméstico	8.662	7.698	12,5%	26.974	23.358	15,5%
ASK GOL - Mercado Internacional	154	0	NM	154	1.784	-91,4%
Taxa de Ocupação GOL - Total	82,6%	81,1%	1,5 p.p.	82,0%	80,0%	2,0 p.p.
Taxa de Ocupação GOL - Mercado Doméstico	82,7%	81,1%	1,6 p.p.	82,0%	80,6%	1,4 p.p.
Taxa de Ocupação GOL - Mercado Internacional	76,0%	0,0%	NM	76,0%	72,3%	3,7 p.p.
Dados Operacionais	4T21	4T20	% Var.	FY21	FY20	% Var.
Passageiros Pagantes - Pax Transportados ('000)	6.558	5.199	26,1%	18.966	16.776	13,1%
Média de Utilização de Aeronaves (Horas/Dia)	11,5	8,9	29,2%	10,1	9,6	5,2%
Decolagens	45.227	37.088	21,9%	133.902	124.528	7,5%
Total de Assentos Disponibilizados ('000)	7.892	6.525	21,0%	23.538	21.540	9,3%
Etapas Média de Voo (km)	1.101	1.169	-5,8%	1.142	1.163	-1,8%
Litros Consumidos no Período (mm)	249	217	14,7%	751	723	3,9%
Funcionários (no Final do Período)	13.969	13.899	0,5%	13.969	13.899	0,5%
Frota Média Operacional ⁽⁵⁾	84	91	-7,7%	73	71	2,8%
Pontualidade	86,51%	92,5%	-6,0 p.p.	92,8%	93,2%	-0,4 p.p.
Regularidade	99,43%	99,2%	0,2 p.p.	99,0%	97,9%	1,1 p.p.
Reclamações de Passageiros (por 1.000 pax)	1,11	0,56	98,2%	1,13	0,92	22,8%
Perda de Bagagem (por 1.000 pax)	2,38	2,07	15,0%	2,06	2,10	-1,9%
Dados Financeiros	4T21	4T20	% Var.	FY21	FY20	% Var.
YIELD Líquido (R\$centavos)	38,58	27,55	40,0%	30,94	28,74	7,7%
PRASK Líquido (R\$centavos)	31,86	22,34	42,6%	25,36	23,00	10,3%
RASK Líquido (R\$centavos)	33,15	24,57	34,9%	27,40	25,34	8,1%
CASK (R\$centavos)	52,99	28,71	84,7%	41,54	29,13	42,6%
CASK Ex-Combustível (R\$centavos)	41,45	21,27	94,8%	31,83	21,07	50,7%
CASK ex-despesas não recorrentes e ociosidade (R\$centavos) ⁽⁴⁾	34,21	26,44	29,4%	33,46	25,42	31,6%
CASK ex-combustível, não recorrentes e ociosidade (R\$centavos) ⁽⁴⁾	22,67	19,00	19,3%	23,76	17,36	36,9%
CASK ajustado recorrente (cent. R\$) ⁽⁶⁾	23,43	20,06	16,8%	21,70	19,51	11,2%
CASK ajustado recorrente ex-combustível (cent. R\$) ⁽⁶⁾	11,92	13,72	-13,1%	12,20	12,33	-1,1%
Breakeven da Taxa de Ocupação Excluindo despesas não recorrentes	85,2%	87,2%	-2,0 p.p.	100,1%	80,3%	19,8 p.p.
Taxa de Câmbio Média ⁽¹⁾	5,5827	5,3921	3,5%	5,3950	5,1551	4,7%
Taxa de Câmbio no Final do Período ⁽¹⁾	5,5805	5,1967	7,4%	5,5805	5,1967	7,4%
WTI (Média por Barril, US\$) ⁽²⁾	77,19	41,44	86,3%	67,91	39,13	73,5%
Preço por Litro de Combustível (R\$) ⁽³⁾	4,17	2,32	79,7%	3,51	2,55	37,6%
Combustível Golfo do México (Média por Litro, US\$) ⁽²⁾	0,58	0,31	87,1%	0,49	0,29	69,0%

(1) Fonte: Banco Central do Brasil; (2) Fonte: Bloomberg; (3) Despesas com combustível excluindo resultados com hedge e créditos de PIS e COFINS/litros consumidos; (4) Não incluem custos de manutenção não recorrentes para transformação de frotas; (5) Frota média excluindo as aeronaves subarrendadas e em MRO. Alguns valores podem divergir das informações trimestrais - ITR devido a arredondamentos. (6) Considera as despesas estritamente relacionadas aos níveis de operação atuais.

Mercado doméstico

A demanda no mercado doméstico foi de 7.164 milhões de RPK, um aumento de 14,8%, enquanto a oferta apresentou aumento de 12,5% em comparação ao 4T20, e a taxa de ocupação chegou a 82,7% no trimestre. A Companhia transportou 6,5 milhões de Clientes no 4T21, um aumento de 26,1% comparado com o mesmo período de 2020.

Mercado internacional

A oferta internacional da GOL em ASK foi de 154 milhões e a demanda em RPK foi de 117 milhões. A taxa de ocupação da Companhia no 4T21 foi de 76%. Durante o trimestre, a Companhia transportou 39 mil passageiros no mercado internacional.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Volume de Decolagens e Total de Assentos

O volume total de decolagens da Companhia foi de 45.227, um acréscimo de 21,9% em comparação ao 4T20. O total de assentos disponibilizados ao mercado foi de 7,9 milhões no quarto trimestre de 2021, um aumento de 21,0% em relação ao mesmo período de 2020.

PRASK, Yield e RASK

O PRASK líquido aumentou 42,6% no 4T21 em relação ao 4T20, atingindo 31,86 centavos (R\$). O RASK líquido da GOL foi de 33,15 centavos (R\$) no 4T21, acréscimo de 34,9% em comparação ao 4T20. O yield líquido aumentou 40,0% em comparação ao 4T20, e apresentou aumento de 29,5% em relação ao 3T21, chegando a 38,58 centavos (R\$).

Frota

Ao final do 4T21, a frota total da GOL era de 135 aeronaves Boeing 737, sendo 112 NGs e 23 MAXs. No 4T20, a Companhia contava com 127 aeronaves, sendo sete MAX (não operacionais). A idade média da frota da empresa foi de 10,7 anos ao final do 4T21. A frota da GOL é 100% composta por aeronaves de médio porte (*narrowbody*) financiadas via arrendamentos operacionais.

Frota Total ao Final do Período	4T21	4T20	Var.	3T21	Var.
Boeing 737	135	127	8	129	6
737-700 NG	23	23	0	23	0
737-800 NG	89	97	-8	91	-2
737 MAX 8	23	7	16	15	8

Em 31/12/21, a GOL possuía 102 pedidos firmes para aquisição de aeronaves Boeing 737 MAX, sendo 80 de 737 MAX-8s e 22 pedidos de 737 MAX-10s.

Plano de Frota	2021	2022E	2023E	>2024E	Total
Frota Operacional Final do Exercício	97	122			
Compromissos com Aquisição de Aeronaves (R\$MM)	452,8	2.592,8	3.853,3	21.117,6	28.016,5

Recentemente a GOL assinou acordos para aquisição de 26 aeronaves adicionais Boeing 737 MAX-8. Essas 26 aeronaves 737 MAX 8 substituirão B 737-800 NGs. A Companhia opera atualmente 23 aeronaves 737 MAX e devolveu 16 B737 NGs nos últimos 18 meses. Como resultado dos novos acordos, até o final de 2022 a GOL deverá contar com 44 aeronaves 737 MAX (aproximadamente 32% da frota total). Com os atuais compromissos de compra do 737 MAX, a GOL espera ter uma frota 50% composta por MAXs até 2025.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Perspectivas

A GOL está atualizando suas projeções financeiras face aos aumentos esperados de aproximadamente 30% nos preços brasileiros de querosene de aviação desde o início do ano. Para 2022, a Companhia manterá o foco na transformação da frota e prevê, que até o final do ano, 44 aeronaves 737-MAX estejam em operação, representando cerca de 30% da frota total. Como resultado desse processo de modernização, a GOL espera redução de aproximadamente 8% no seu custo unitário (CASK).

Para ajudar investidores e analistas no entendimento de como a GOL aborda seu planejamento de curto-médio prazo, a Companhia compartilha os indicadores a seguir:

Projeções Financeiras	2022E Anteriores	2022E Atualizadas
Frota total (média)	135 - 140	130 - 140
Frota operacional (média trilho)	105 - 110	100 - 105
ASKs, Sistema (% variação a/a)	70 - 80%	65 - 75%
Assentos, Sistema (% variação)	80 - 90%	65 - 75%
Decolagens, Sistema (% variação)	80 - 90%	65 - 75%
Taxa de ocupação média (%)	-82%	-82%
Carga e outras receitas, líquida ¹ (R\$ bi)	-0,8	-0,8
Receita líquida total (R\$ bilhões)	-14,0	-13,7
CASK ex-combustível ² (US\$ centavos)	-3,3	-3,3
Combustível, litros consumidos (mm)	-1.295	-1.200
Emissões Globais Brutas do Escopo 1 (mil t CO ₂)	-3.289	-3.060
Combustível Total Consumido (litros, 1.000/RPK)	-34,6	-34,6
Emissões de Gases de Efeito Estufa/h voo (t CO ₂)	-8,4	-8,4
Preço do combustível (R\$/litro)	-3,8	-4,3
Margem EBITDA ² (%)	-25%	-24%
Margem EBIT ² (%)	-11%	-10%
Despesa Financeira Liq ³ (R\$ bilhões)	-1,8	-1,8
Margem LAIR ³ (%)	-1%	-0%
Taxa efetiva de IR/CS (%)	-11%	-0%
Capex (investimentos), líquido ⁴ (R\$mm)	-700	-700
Aquisição de Aeronaves MAX (R\$mm)	-1.100	-1.100
Dívida Aeronaves (7x Arrendamento Anual) (USD Bi)	-3,3	-3,3
Dívida Financeira (US\$ Bi)	-2,1	-2,1
Dívida Líquida ⁵ / EBITDA ² (x)	-7x	-8x
Média ponderada ações diluída ⁶ (mm)	-435	-435
Lucro por ação - diluído (R\$)	-0,26	-0
Média ponderada ADS diluída ⁶ (mm)	-217,5	-217,5
Lucro por ADS - diluído (US\$)	-0,10	-0

(1) Carga, fidelidade, compras à bordo, e outras receitas auxiliares; (2) Resultados operacionais recorrentes, não incluem custos de manutenção não recorrentes para transformação de frota; (3) Excluindo ganhos e perdas de variação cambial e perdas não realizadas no Exchangeable Senior Notes; (4) Capex, líquido é calculado como manutenção capitalizada, subtraído de financiamento para manutenção e custos de manutenção capitalizada; (5) Incluindo 7x Arrendamento de Aeronaves e excluindo os bônus perpétuos; (6) Considera os exercícios de opções de ações que podem ser emitidas provenientes do programa de stock option e relativas aos Exchangeable Senior Notes.

Relacionamento com auditores independentes

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes, a Companhia se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.

Embasado no Inciso III, artigo 2º da Instrução CVM nº381/03 a Companhia adota como procedimento formal, para a contratação de outros serviços profissionais que não os de auditoria contábil externa, consultar seu Comitê de Auditoria para assegurar-se de que a realização da prestação destes outros serviços não venha a afetar sua

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

independência e objetividade, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente. Adicionalmente são requeridas declarações formais destes mesmos auditores quanto à sua independência na realização de serviços não relacionados à auditoria.

A Companhia informa que seus auditores independentes, a Grant Thornton Auditores Independentes ("GT") na qualidade de auditor independente da Companhia para propósitos de cumprimento com as exigências da CVM e a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY") na qualidade de auditor independente da Companhia para propósitos de cumprimento com as exigências da U.S. Securities and Exchange Commission, não prestaram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, serviços adicionais não relacionados à auditoria.

Glossário de termos do setor aéreo

- **ARRENDAMENTO DE AERONAVES (AIRCRAFT LEASING):** contrato através do qual a arrendadora ou locadora (a empresa que se dedica à exploração de *leasing*) adquire um bem escolhido por seu cliente (o arrendatário, ou locatário) para, em seguida, alugá-lo a este último, por um prazo determinado.
- **ASSENTOS-QUILÔMETRO OFERECIDOS (ASK):** é a somatória dos produtos obtidos ao multiplicar-se o número de assentos disponíveis em cada etapa de voo pela distância da etapa.
- **BARRIL DE WTI (WEST TEXAS INTERMEDIATE):** petróleo intermediário do Texas, região que serve de referência ao nome por concentrar a exploração de petróleo nos EUA. O WTI é utilizado como ponto de referência em óleo para os mercados de derivados dos EUA.
- **BRENT:** refere-se ao óleo produzido no mar do Norte, negociado na bolsa de Londres. Serve de referência para os mercados de derivados da Europa e Ásia.
- **CAIXA TOTAL:** total de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo.
- **CUSTO OPERACIONAL POR ASSENTO DISPONÍVEL POR QUILOMETRO (CASK):** custo operacional dividido pelo total de assentos-quilômetro oferecidos.
- **CUSTO OPERACIONAL POR ASSENTO DISPONÍVEL POR QUILOMETRO EX-COMBUSTÍVEL (CASK EX-FUEL):** é o custo operacional dividido pelo total de assentos-quilômetro oferecidos excluindo despesas com combustível.
- **ETAPA MÉDIA OU DISTÂNCIA MÉDIA DE VOOS (AVERAGE STAGE LENGTH):** é o número médio de quilômetros voados por etapa realizada.
- **EXCHANGEABLE SENIOR NOTES (ESN):** títulos conversíveis em ações.
- **FRETAMENTO DE AERONAVES (CHARTER):** o voo operado por uma Companhia que fica fora da sua operação normal ou regular.
- **HORAS BLOCO (BLOCK HOURS):** tempo em que a aeronave está em voo, mais o tempo de taxiamento.
- **LESSOR:** alguém que aluga uma propriedade ou propriedade pessoal a outro, arrendador.
- **LONG-HAUL FLIGHTS:** voos de longa distância (para a GOL, voos com mais de 4 horas de duração).
- **PASSEGEIROS PAGANTES:** representa o número total de passageiros a bordo que pagaram acima de 25% da tarifa para uma etapa.
- **PASSEGEIROS-QUILOMETRO TRANSPORTADOS PAGOS (RPK):** é a somatória dos produtos obtidos ao multiplicar-se o número de passageiros pagantes em uma etapa de voo pela distância da etapa.
- **PDP:** crédito para financiamento de pagamentos antecipados para aquisição de aeronaves.
- **TAXA DE OCUPAÇÃO (LOAD FACTOR):** percentual da capacidade da aeronave que é utilizada em termos de assento (calculada pela divisão do RPK/ASK).
- **TAXA DE OCUPAÇÃO BREAK-EVEN (BREAK-EVEN LOAD FACTOR):** é a taxa de ocupação necessária para que as receitas operacionais auferidas correspondam as despesas operacionais incorridas.
- **TAXA DE UTILIZAÇÃO DA AERONAVE:** número médio de horas por dia em que a aeronave esteve em operação.
- **RECEITA DE PASSEGEIROS POR ASSENTOS-QUILOMETRO OFERECIDOS (PRASK):** é a receita de passageiros dividida pelo total de assentos-quilômetro disponíveis.
- **RECEITA OPERACIONAL POR ASSENTOS-QUILOMETRO OFERECIDOS (RASK):** é a receita operacional dividida pelo total de assentos-quilômetro oferecidos.
- **SALE-LEASEBACK:** é uma transação financeira, onde um vende um recurso e o aluga de volta por um longo prazo. Assim ele continua a poder usar o recurso, não sendo o proprietário dele.
- **SLOT:** é o direito de decolar ou pousar uma aeronave em determinado aeroporto durante determinado período de tempo.
- **SUB-LEASE (SUBARRENDAMENTO):** é uma sublocação; um arranjo onde o locatário em um aluguel, atribui esse a um quarto, fazendo desse modo, o antigo locatário, um sublessor.
- **TAXA DE OCUPAÇÃO DA CARGA (FLF):** é a medida da utilização da capacidade (% de AFTKs utilizados). Calculada dividindo-se o FTK pelo AFTK.
- **TONELADA-QUILOMETRO DE FRETE (FTK):** é a demanda por transporte de carga, calculada como o peso da carga em toneladas multiplicado pela distância total percorrida.
- **TONELADAS-QUILOMETRO OFERECIDAS DE FRETE (AFTK):** peso da carga em toneladas multiplicado pelos quilômetros voados.
- **YIELD POR PASSEGEIRO QUILOMETRO:** representa o valor médio pago por um passageiro para voar um quilômetro.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Sobre a GOL Linhas Aéreas Inteligentes S.A.

A GOL é a maior companhia aérea do Brasil, líder nos segmentos corporativo e de lazer. Desde sua fundação em 2001, ela é a empresa de mais baixo custo unitário na América Latina, o que possibilitou a democratização do transporte aéreo. A Companhia mantém alianças com a American Airlines e a Air FranceKLM, e disponibiliza aos Clientes diversos acordos de codeshare e interline, trazendo mais conveniência e facilidade nas conexões para qualquer lugar atendido por essas parcerias. Com o propósito de “Ser a Primeira para Todos”, a GOL oferece a melhor experiência de viagem aos seus passageiros, incluindo: a maior oferta de assentos e mais espaço entre as poltronas; a mais completa plataforma com internet, filmes e TV ao vivo; e o melhor programa de fidelidade, SMILES. No transporte de cargas, a GOLLOG possibilita a entrega de encomendas para diversas regiões no Brasil e no exterior. A Companhia conta com uma equipe de 15 mil profissionais da aviação altamente qualificados e focados na Segurança, valor número um da GOL, e opera uma frota padronizada de 127 aeronaves Boeing 737. As ações da Companhia são negociadas na B3 (GOLL4) e na NYSE (GOL). Para mais informações, visite www.voegol.com.br/ri.

Aviso legal

O relatório da Administração contém considerações futuras referentes às perspectivas do negócio, estimativas de resultados operacionais e financeiros, e às perspectivas de crescimento da GOL e que são, por natureza, sujeitas a riscos significativos e incertezas. As estimativas e projeções contidas neste documento envolvem riscos conhecidos e desconhecidos, incertezas, contingências e outros fatores, muitos dos quais estão além do controle da GOL, e que podem fazer com que os resultados, performances ou eventos sejam substancialmente diferentes daqueles expressos ou implícitos nessas declarações. As declarações prospectivas constantes neste documento são baseadas em inúmeras premissas relacionadas às estratégias de negócios atuais e futuras da GOL e ao ambiente no qual a GOL atuará no futuro e não são garantia de performance futura. A GOL não emite qualquer declaração ou fornece qualquer garantia de que os resultados antecipados pelas estimativas constantes deste documento serão equivalentes aos efetivamente alcançados pela GOL. Ainda que a GOL acredite que as estimativas apresentadas sejam razoáveis, as mesmas poderão se mostrar incorretas e os resultados finais podem se mostrar diferentes. Estas são apenas estimativas e projeções e, como tais, baseiam-se exclusivamente nas expectativas da Administração da GOL. Tais considerações futuras dependem, substancialmente, de fatores externos, além dos riscos apresentados nos documentos de divulgação arquivados pela GOL, se aplicam exclusivamente à data em que foram dadas e estão, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

Medidas não contábeis

Consistentemente com práticas de mercado, a Companhia divulga medidas não contábeis (não-GAAP) que não são reconhecidas sob IFRS ou outros padrões contábeis, inclusive "Dívida Líquida", "Liquidez Total" e "EBITDA". A Administração da GOL acredita que a divulgação dessas medidas não contábeis fornece informações úteis para seus investidores, analistas de mercado e o público em geral para comparar seu desempenho operacional com o de outras companhias aéreas e em demais setores. Entretanto, estas medidas não contábeis não têm significados e metodologias padronizadas e podem não ser diretamente comparáveis com métricas de nome igual ou similar publicadas por outras companhias. Destaca-se que potenciais investidores não devem basear sua decisão de investimento em informações não contábeis como um substituto para as medidas contábeis como rentabilidade ou liquidez.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. (“Companhia” ou “GOL”) é uma sociedade por ações constituída em 12 de março de 2004 de acordo com as leis brasileiras. O estatuto social da Companhia dispõe que a mesma tem como objeto social o exercício do controle acionário da GOL Linhas Aéreas S.A. (“GLA”), que presta serviços de transporte aéreo regular e não regular de passageiros e cargas, serviços de manutenção de aeronaves e componentes, desenvolvimento de programas de fidelidade, entre outros.

As ações da Companhia são negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e na Bolsa de Valores de Nova Iorque - *New York Stock Exchange* (“NYSE”) sob o *ticker* GOLL4 e GOL, respectivamente. A Companhia adota as Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da B3 e integra os índices de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (“IGC”) e de Ações com *Tag Along* Diferenciado (“ITAG”), criados para distinguir as empresas que se comprometem com as práticas diferenciadas de governança corporativa.

A sede oficial da Companhia está localizada na Praça Comandante Linneu Gomes, s/n, portaria 3, prédio 24, Jardim Aeroporto, São Paulo, Brasil.

1.1. Ações tomadas pela Administração frente à Covid-19

A Covid-19 impactou significativamente a economia mundial nos anos de 2020 e 2021. Em resposta ao avanço de casos e óbitos, muitos governos impuseram proibições de viagens a milhões de pessoas e, além disso, pessoas em muitos locais estão sujeitas a medidas de quarentena. A pandemia da Covid-19 também resultou em uma volatilidade significativa nos mercados financeiros e de commodities em todo o mundo.

Ao longo deste período, a Administração manteve a disciplina na gestão de capacidade e no equilíbrio do capital de giro da Companhia de forma a garantir a sustentabilidade do negócio, considerando seu posicionamento no mercado doméstico e a posição financeira da Companhia.

Desde o início da pandemia, a GOL, por meio da readequação de sua malha aérea, manteve uma consistência de taxas de ocupação no patamar próximo a 80%, tendo atingido 82,6% no quarto trimestre de 2021, com 97 aeronaves operacionais em 31 de dezembro de 2021. O modelo de negócios flexível com base em um único tipo de frota é fundamental para acompanhar as oscilações na demanda, observadas em períodos de maior volatilidade e restrição de circulação em função da pandemia.

Com o avanço na vacinação e redução no número de óbitos devido à pandemia deflagrada pela Covid-19, a demanda por passagens aéreas nos mercados de lazer e corporativo apresentou recuperação significativa no segundo semestre de 2021 com incremento nos indicadores de vendas e procura por voos nas plataformas de busca. Atualmente, mais de 70% população brasileira encontra-se totalmente imunizada, de acordo com dados do Our World In Data, e doses de reforço estão sendo aplicadas na rede pública de saúde.

Alinhando demanda por viagens e equilíbrio financeiro, ao longo do ano de 2021 as operações da GOL cresceram e no último trimestre atingiram o patamar de mais de 45 mil decolagens, em comparação com aproximadamente 33 mil decolagens no primeiro trimestre do ano. O quarto trimestre marcou ainda a retomada das operações internacionais com destino a Cancún, Punta Cana, Montevideu e Buenos Aires, bem como abertura de novo destino doméstico, Bonito (MS).

Notas Explicativas

A Companhia por meio de seu Comitê Executivo, que conta com a participação de todo seu corpo diretivo, atua tempestivamente no apoio à sociedade, monitoramento da demanda e definição de estratégias financeiras e operacionais. Seguindo as diretrizes da OMS, a Companhia atua neste momento, junto ao seu ecossistema, para contribuir com a evolução no calendário de vacinação no Brasil, através do qual espera-se a retomada da atividade econômica e também dos mercados corporativos de transporte aéreo brasileiro.

Em 2021 a GOL manteve a iniciativa de transportar gratuitamente as vacinas da Covid-19, em conjunto com a GOLLOG, e os profissionais de saúde para atuar diretamente no combate a pandemia, além de creditar 1.000 milhas Smiles a cada trecho GOL voado sem custo algum. Os rígidos protocolos de higienização das aeronaves e segurança e saúde também seguem ativos, em conjunto das ações que visam a redução do contato humano ao longo de toda a cadeia.

1.1.1 Impactos nas demonstrações financeiras consolidadas

Conforme citado, os impactos causados pela pandemia foram imediatos e severos à Companhia, tendo como principal consequência ajustes na malha operacional, em resposta à queda na demanda e disponibilidade de tripulação, a qual pode ser verificada pela redução na receita líquida e nas margens da Companhia no comparativo com os períodos pré-pandemia.

A tabela abaixo contempla o detalhamento dos ajustes e reclassificações efetuadas ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que se relacionam diretamente à pandemia de Covid-19:

		Consolidado
		31/12/2021
Renegociação de contratos de arrendamento - IFRS 16	(a)	27.701
Benefício pós emprego	(b)	41.524
Gastos com pessoal - ociosidade	(c)	394
Depreciação de equipamentos de voo - ociosidade	(c)	239.255

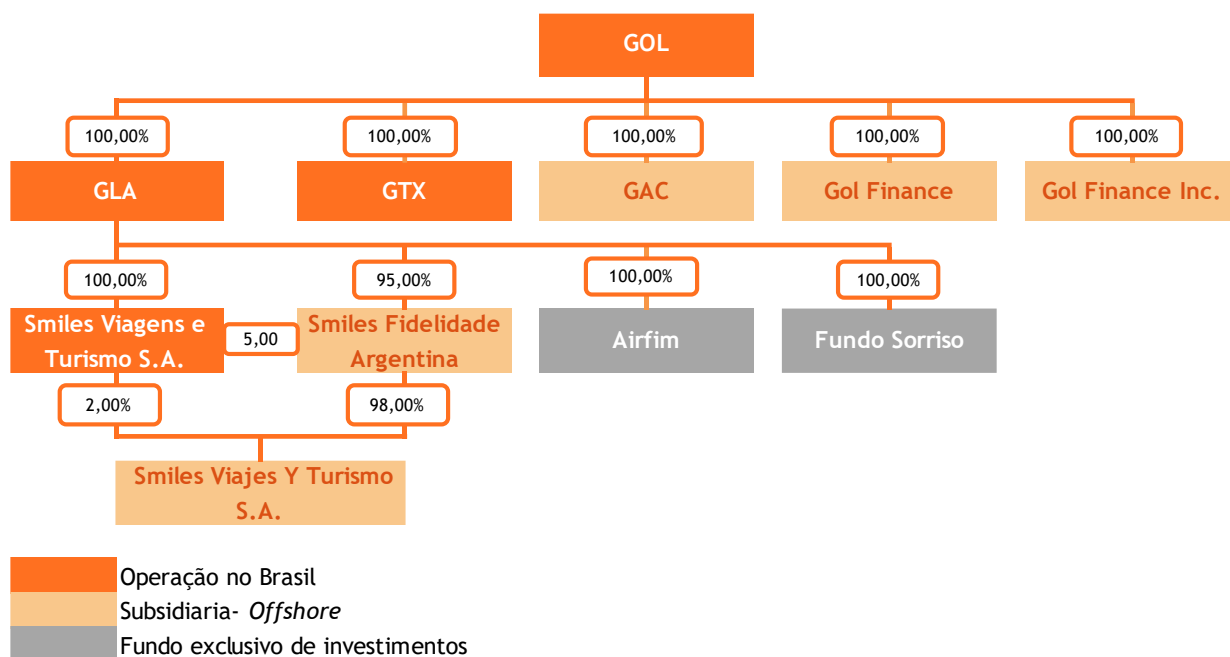
- (a) A Companhia celebrou renegociações de seus contratos de arrendamentos de aeronaves e motores operacionais, sem opção de compra, incluindo postergação e diferimento de pagamentos, extensão de prazos e modificação de valores de contraprestação, os quais resultaram no aumento dos direitos de uso no ativo imobilizado e das obrigações de arrendamento em R\$776.867 e R\$749.166, respectivamente, com ganho de R\$27.701.
- (b) Diante das mudanças abruptas no cenário macroeconômico a Companhia atualizou os estudos atuariais que determinam as obrigações decorrentes de benefício pós-emprego, e principalmente em função do aumento na taxa de juros de longo prazo e perda de experiência, o saldo referente a tais obrigações foi reduzido em R\$41.524 em contrapartida de Outros resultados abrangentes. Para maiores detalhes, vide nota explicativa 23.
- (c) Como consequência na redução na quantidade de voos operados e suspensão de contratos de trabalho, nos quais a Companhia incorreu com ônus do decurso do tempo e arcou com parte da remuneração de pessoal, por analogia aos dispositivos do CPC 16 (R1) - Estoques, equivalente ao IAS 2, os gastos com depreciação de equipamentos de voo e pessoal não relacionados direta ou indiretamente com as receitas geradas no exercício, denominados ociosidade, foram reclassificados do grupo de custos dos serviços prestados para o grupo de outras receitas e despesas, líquidas.

Notas Explicativas

Assim como todas as demais organizações empresariais, a Companhia é incapaz de prever a duração dos efeitos da pandemia e profundidade dos contínuos impactos causados por ela sobre os negócios, resultados e geração de caixa futuros. Por isto na elaboração dessas demonstrações financeiras, a Administração considerou as projeções mais recentes disponíveis, devidamente refletidas nos planos de negócios da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foi necessário efetuar qualquer ajuste de redução ao valor recuperável dos tributos a recuperar, tributos diferidos ativos, imobilizado e intangível da Companhia.

1.2. Estrutura societária

A estrutura societária da Companhia e de suas controladas, em 31 de dezembro de 2021, está apresentada a seguir:



A participação societária da Companhia no capital social de suas controladas, em 31 de dezembro de 2021, está apresentada a seguir:

Entidade	Data de constituição	Localidade	Principal atividade	Tipo de controle	% de participação	
					31/12/2021	31/12/2020
GAC	23/03/2006	Ilhas Cayman	Aquisição de aeronaves	Direto	100,00	100,00
Gol Finance Inc.	16/03/2006	Ilhas Cayman	Captação de recursos	Direto	100,00	100,00
Gol Finance	21/06/2013	Luxemburgo	Captação de recursos	Direto	100,00	100,00
GLA	09/04/2007	Brasil	Transporte aéreo	Direto	100,00	100,00
GTX	08/02/2021	Brasil	Participação em sociedades	Direto	100,00	-
Smiles Fidelidade (c)	01/08/2011	Brasil	Programa de fidelidade	(c)	-	52,60
Smiles Viagens	10/08/2017	Brasil	Agência de turismo	Indireto	100,00	52,60
Smiles Fidelidade Argentina (a)	07/11/2018	Argentina	Programa de fidelidade	Indireto	100,00	52,60
Smiles Viajes Argentina (a)	20/11/2018	Argentina	Agência de turismo	Indireto	100,00	52,60
AirFim	07/11/2003	Brasil	Fundo de investimento	Indireto	100,00	100,00
Fundo Sorriso	14/07/2014	Brasil	Fundo de investimento	Indireto	100,00	52,60
Sociedade em conta de participação:						
SCP Trip (b)	27/04/2012	Brasil	Revista de bordo	-	-	60,00

(a) Empresas com moeda funcional em pesos argentinos (ARS).

(b) A GLA descontinuou o investimento mantido na SCP Trip em fevereiro de 2021.

(c) Em maio de 2021, a GOL transferiu o controle direto (52,60% do capital) da Smiles Fidelidade para sua controlada GLA. Em junho de 2021, a Companhia concluiu a operação societária para aquisição da participação de minoritários. Em 1º de setembro a Smiles Fidelidade foi incorporada pela GLA, vide nota 1.4

As controladas GAC Inc., GOL Finance e GOL Finance Inc. são entidades constituídas com propósito específico de dar continuidade às operações de natureza financeira e relacionadas à

Notas Explicativas

frota da Companhia. Não apresentam um corpo diretivo próprio e não possuem autonomia na tomada de decisões, como consequência, os ativos e passivos dessas entidades estão consolidados na Controladora.

A GTX S.A., controlada direta pela Companhia, encontra-se em estágio pré-operacional e tem como objeto social a administração de bens próprios e participação no capital social de outras sociedades.

A Smiles Viagens e Turismo S.A. ("Smiles Viagens"), tem como propósito principal a intermediação de serviços de organização de viagens, envolvendo a reserva ou venda de bilhetes aéreos, hospedagens, pacotes de turismo, entre outros. As subsidiárias Smiles Fidelidade Argentina e Smiles Viajes Y Turismo S.A., ambas sediadas em Buenos Aires, na Argentina, tem como propósito fomentar as operações do Programa Smiles e a venda de passagens aéreas naquele país.

Os fundos de investimento Airfim e Fundo Sorriso, controlados pela GLA, possuem a característica de fundo exclusivo e atuam como extensão para execução de operações com derivativos e investimentos, de forma que a Companhia consolida os ativos e passivos deste fundo.

1.3. Estrutura de capital e capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresenta capital circulante líquido consolidado negativo em R\$8.393.753 (R\$7.152.865 negativo em 31 de dezembro de 2020). Apesar da renegociação dos empréstimos e financiamentos de curto prazo, houve um aumento no capital circulante líquido negativo em função dos novos contratos e diferimentos de arrendamento, desembolsos efetuados para aquisição da participação dos minoritários da Smiles, além dos investimentos e obrigações com clientes relacionados à preparação para alta temporada, com projeção de crescimento da operação nos próximos meses. Do capital circulante líquido negativo consolidado, em 31 de dezembro de 2021, R\$3.969.251 refere-se a transportes a executar e programa de milhagem (R\$3.309.301 em 31 de dezembro de 2020), os quais espera-se que sejam substancialmente realizados com serviços prestados pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta ainda uma posição de patrimônio líquido negativo atribuído aos acionistas controladores de R\$21.053.678 (negativo em R\$14.407.092 em 31 de dezembro de 2020). A variação observada se dá principalmente devido aos impactos referentes a pandemia sobre as operações da Companhia e sobre o câmbio, com a desvalorização do real brasileiro.

As operações da Companhia são sensíveis ao cenário macroeconômico e à volatilidade do Real, dado que aproximadamente 94,4% do endividamento (empréstimos e financiamentos e arrendamentos) está negociado em dólar americano ("US\$") e 46,7% dos custos também são atrelados à moeda americana, e sua capacidade de ajustar o preço das tarifas cobradas de seus clientes para recapturar a variação do dólar americano depende da capacidade racional (oferta) e comportamento dos concorrentes.

Ao longo dos últimos cinco anos a Administração tomou uma série de medidas para adequar o tamanho de sua frota à demanda, de modo a equiparar a oferta de assentos com o patamar da demanda e assim manter altas taxas de ocupação, reduzir de custos e adequar sua estrutura de capital.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia concluiu importantes iniciativas de fortalecimento em sua estrutura de capital, como:

- a aquisição da participação dos acionistas não controladores da Smiles;
- emissões complementares de Senior Secured Notes de US\$450 milhões adicionais;

Notas Explicativas

- aumento de capital de R\$423 milhões, liderada pelos acionistas controladores da Companhia e com participação na subscrição por parte de acionistas minoritários;
- pagamento integral do saldo remanescente de sua principal dívida amortizável, financiamento garantido, no montante R\$410 milhões de principal e juros, com a liberação de ativos em garantia;
- conclusão do refinanciamento da dívida de curto prazo com os bancos locais.

Além disso, a Companhia firmou acordo de *codeshare* exclusivo com a American Airlines com aporte previsto no capital da Companhia de US\$ 200 milhões cujos efeitos deverão ser refletidos nas informações financeiras no primeiro semestre de 2022 com a conclusão da operação, vide nota explicativa 35.

Estas medidas resultaram em upgrade do rating de crédito da Companhia pela agência Fitch para B- e alteração na perspectiva de nota de crédito da Standard & Poor's de estável para positiva, além disso, propiciaram uma melhor flexibilidade financeira e sustentação da liquidez com o crescimento no volume das operações durante a alta temporada.

Nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas em uma base contábil de continuidade, que contempla a realização dos ativos e a satisfação dos passivos e compromissos no curso normal dos negócios, em conformidade com o plano de negócios elaborado pela Administração, revisado e aprovado pelo Conselho de Administração no dia 18 de fevereiro de 2022.

Embora ainda haja uma incerteza significativa sobre quanto tempo será necessário para que a indústria aérea se recupere, e isso leve a uma incerteza relevante sobre nossa capacidade de continuar em operação, em 31 de dezembro de 2021 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não incluem quaisquer ajustes que possam resultar da incapacidade de continuar em operação.

1.4. Incorporação da Smiles Fidelidade

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia concluiu a incorporação das ações da Smiles Fidelidade comunicada em 7 de dezembro de 2020.

Como resultado da implementação da proposta de incorporação de ações aprovada pelos acionistas da Smiles e GOL, em 04 de junho de 2021 a Smiles Fidelidade tornou-se uma subsidiária integral da GLA, e em 1º de setembro de 2021 foi incorporada pela GLA.

Notas Explicativas

A incorporação compreendeu os seguintes passos:

- exercício do direito de recesso, o qual foi exercido sobre 176 ações preferenciais da GOL e 28.220 ações ordinárias da Smiles, cujo valor total de R\$299 foi liquidado em 12 de maio de 2021;
- transferência do controle da Smiles Fidelidade S.A. para a GLA, mediante aumento de capital no valor de R\$350.075;
- incorporação de ações da Smiles Fidelidade pela GLA, com a emissão de ações PN e ações PN Resgatáveis da GLA para os acionistas da Smiles Fidelidade, seguida da incorporação de ações da GLA pela Companhia, com a emissão de 22.433.975 novas ações preferenciais, 25.707.301 ações preferenciais classe B e 33.113.683 ações preferenciais classe C, totalizando R\$1.351.289 referente a contraprestação transferida para aquisição da participação dos minoritários no montante de R\$441.309;
- resgate de ações PNs Resgatáveis da GLA e da Companhia, com pagamento em caixa com base no resgate das ações PNs Resgatáveis da Companhia aos acionistas da Smiles Fidelidade pelo valor total de R\$744.450; e
- conclusão da operação com incorporação da Smiles Fidelidade pela GLA em 1º de setembro de 2021.

1.5. Programa de compliance

Desde 2016, adotamos diversas medidas para fortalecer e ampliar nossos programas de controle interno e *compliance*, que incluem:

- contratação de empresas especializadas para avaliação de riscos e revisão de controles internos relacionados a fraudes e corrupção;
- integração das funções de *compliance* e controles internos no mesmo departamento, com reporte direto ao nosso diretor-presidente e acesso independente ao Conselho de Administração e Comitê de Auditoria Estatutário;
- monitoramento de transações envolvendo pessoas politicamente expostas;
- aprimoramento dos procedimentos de fiscalização da execução dos serviços contratados de terceiros;
- atualização de nossas políticas de contratação e gestão de nossos fluxos de contratos; e
- revisão do Código de ética, Manual de conduta e diversas políticas de *compliance* da Companhia, incluindo a política de treinamento obrigatório.

A Administração reforça constantemente o compromisso com a melhoria contínua dos programas de controles internos e *compliance* junto aos colaboradores, clientes e fornecedores.

Em dezembro de 2016, a GOL firmou um acordo junto ao Ministério Público Federal, no qual concordou em pagar multas no valor de R\$12 milhões e aperfeiçoar seu programa de *compliance*. Por sua vez, o Ministério Público Federal concordou em não propor ações criminais ou cíveis relacionadas a atividades que sejam objeto do acordo. Além disso, a Companhia pagou multas no montante de R\$4,2 milhões às autoridades fiscais brasileiras.

A Companhia informou voluntariamente o Departamento de Justiça (“DOJ”) dos Estados Unidos da América (“EUA”), a *Securities and Exchange Commission* (“SEC”) e a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) sobre a investigação externa e independente que foi contratada pela Companhia, e sobre o acordo com o Ministério Público Federal.

A investigação externa independente, concluída em abril de 2017, revelou que foram efetuados pagamentos imateriais a pessoas politicamente expostas. Nenhum dos atuais funcionários, representantes ou membros de Conselho de Administração ou Administração da Companhia sabiam de qualquer propósito ilegal por trás de qualquer uma das transações identificadas, ou de qualquer benefício ilícito para a Companhia decorrente das transações investigadas.

A Companhia relatou as conclusões da investigação às autoridades competentes e continuará

Notas Explicativas

comunicando quaisquer desdobramentos do tema, além de colaborar e discutir sua análise com essas autoridades, as quais podem impor multas significativas e possivelmente outras sanções.

1.6. Aquisição da MAP Transportes Aéreos

Em 8 de junho de 2021, a GOL celebrou um acordo para a aquisição da MAP Transportes Aéreos Ltda., uma empresa aérea brasileira doméstica com rotas para destinos regionais a partir do Aeroporto de Congonhas em São Paulo, considerando o compromisso da Companhia em expandir a demanda brasileira por transporte aéreo e consolidar-se de forma racional no mercado local, à medida que a economia do país se recupera da Covid-19.

A MAP será adquirida por R\$28 milhões, a ser pago somente após o cumprimento de todas as condições precedentes, através de 100.000 ações preferenciais (GOLL4) a R\$28,00 por ação e R\$25 milhões em dinheiro em 24 parcelas mensais. No fechamento, a Companhia assumirá até R\$100 milhões de compromissos financeiros da MAP.

Espera-se que esta transação traga como principais benefícios: (i) expansão para novas rotas; (ii) maior densidade de oferta de assentos a mercados historicamente sub-ofertados; e (iii) aperfeiçoamento de operações eficientes.

Em 30 de dezembro de 2021, através do Despacho SG nº1929/2021, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a operação sem restrições. A conclusão da transação está condicionada a outras condições precedentes, que ainda não foram cumpridas, portanto, em 31 de dezembro de 2021 não há impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

1.7. Plano de aceleração da transformação de frota

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia iniciou a execução do plano de aceleração na transformação de frota, que tem como objetivo a substituição das aeronaves Boeing 737 NG para aeronaves Boeing 737-MAX.

O Boeing 737-MAX consome cerca de 15% menos combustível e produz aproximadamente 16% menos de emissão de carbono e 40% menos ruído, além de possuir maior alcance de voo quando comparado as aeronaves Boeing 737-NG.

Com a recuperação da demanda observada, a aceleração no plano de imunização com vacinas em vários estados e mercados, retomada do nível de operação para patamares próximos aos níveis pré-pandemia e aumento expressivo nas variáveis macroeconômicas relacionados aos custos atrelados ao câmbio e principalmente o preço do querosene de aviação, observa-se uma maior necessidade de acelerar a substituição da frota existente de 737 NG com o objetivo de ganhos de eficiência operacional.

Além disso, a Companhia teve a oportunidade de obter acordos de aquisição de novas aeronaves 737 MAX com condições mais favoráveis em comparação ao período pré-pandemia, em combinação à novas alternativas de linhas de crédito para financiamento destas aeronaves, de forma a permitir o balanceamento do portfólio de financiamento da Companhia.

Notas Explicativas

Como consequência da aceleração da transformação da frota, a Companhia espera devolver aeronaves 737-NG, para as quais são estimados desembolsos futuros relevantes, conforme divulgado na nota explicativa 23.2, que poderão ser compensados com depósitos divulgados na nota explicativa 12. A Companhia classificou como ativo circulante os depósitos que espera realizar no decurso normal das operações até doze meses após a data do balanço.

2. Declaração da Administração, base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, supracitadas, e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas com base no Real (“R\$”) como moeda funcional e de apresentação, estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira. Os itens divulgados em outras moedas estão devidamente identificados, quando aplicável.

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros.

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas de forma contínua.

A Administração, ao elaborar estas demonstrações financeiras, utilizou-se dos seguintes critérios de divulgação: (i) requerimentos regulatórios; (ii) relevância e especificidade da informação das operações da Companhia aos usuários; (iii) necessidades informacionais dos usuários das demonstrações financeiras; e (iv) informações provenientes de outras entidades inseridas no mesmo setor, principalmente no mercado internacional.

A Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela no desenvolvimento de suas atividades de gestão dos negócios.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo;
- instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e
- investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

Notas Explicativas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas com base no pressuposto de sua continuidade operacional, o qual contempla a realização de ativos e a liquidação de passivos no curso normal dos negócios. Vide detalhes na nota explicativa nº1.3 quanto a incerteza significativa sobre nossa capacidade de continuidade operacional.

A Companhia revisou agregações na apresentação de itens pontuais nos saldos relativos a 31 de dezembro de 2021 e, dessa forma, reclassificou os mesmos itens nos saldos relativos a 31 de dezembro de 2020, a fim de aprimorar a compreensibilidade da informação e comparabilidade entre os períodos, em concordância com o disposto no CPC 26 (R1) - “Apresentação das Demonstrações Contábeis”, equivalente ao IAS 1. Tais reclassificações afetaram as rubricas de Aplicações financeiras e Resultado financeiro, e foram refletidas no balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração do fluxo de caixa, demonstração do valor adicionado e nas respectivas notas explicativas.

3. Aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A aprovação e autorização para a emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ocorreram na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de março de 2022.

4. Resumo das principais práticas contábeis

4.1. Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das subsidiárias nas quais detenha o controle de forma direta ou indireta. O controle é obtido quando a Companhia:

- tem poder sobre a investida;
- está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia detem menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida. A Companhia reavalia se mantém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. A variação na participação societária em controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com as utilizadas na controladora e adotadas no exercício anterior. Todas as transações e saldos entre a GOL e suas controladas foram eliminados na consolidação, bem como os lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, incluindo encargos e tributos. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas da controladora e aos não controladores, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Notas Explicativas

4.2. Investimentos

Os investimentos em coligadas são reconhecidos inicialmente pelo custo e posteriormente ajustados pelo método da equivalência patrimonial. Caso a investida gere perdas operacionais que façam com que o patrimônio líquido seja negativo, a Companhia adota as disposições previstas no CPC 18 (R2) - “Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto”, equivalente ao IAS 28, e não realiza registros adicionais, sendo o resultado de equivalência novamente registrado quando a investida recuperar a totalidade de perdas acumuladas.

4.3. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia classifica neste grupo os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras automáticas e títulos de liquidez imediata que, conforme análises são considerados prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado, e serão utilizadas pela Companhia em curto intervalo de tempo.

4.4. Aplicações financeiras

Na apresentação e mensuração dos ativos financeiros, a Companhia considera as disposições do CPC 48 - “Instrumentos Financeiros”, equivalente ao IFRS 9, que determina que os ativos financeiros devem ser inicialmente mensurados a valor justo deduzido dos custos diretamente atribuíveis a sua aquisição. Por sua vez, a mensuração subsequente é dividida em duas categorias:

4.4.1. Custo amortizado

As aplicações financeiras são mensuradas pelo custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- a Companhia planeja deter o ativo financeiro de forma a coletar os fluxos de caixa previstos contratualmente; e
- os fluxos de caixa contratuais representam apenas o pagamento de juros e principal (“SPPI”).

Notas Explicativas

4.4.2. Valor justo

As aplicações financeiras mensuradas a valor justo são divididas em duas categorias:

- por meio do resultado abrangente: esta categoria é aplicável quando ambas das seguintes condições forem atendidas: (i) a Companhia planeja deter o ativo financeiro de forma a coletar os fluxos de caixa previstos contratualmente e vender o ativo; e (ii) os fluxos de caixa contratuais representam SPPI;
- por meio do resultado: é considerada uma categoria residual, ou seja, se a Companhia não planeja deter o ativo financeiro de forma a coletar os fluxos de caixa previstos contratualmente e/ou vender o ativo, este deve ser mensurado pelo valor justo por meio do resultado. A Companhia pode ainda optar, no reconhecimento inicial, pela designação do ativo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado, de forma a eliminar ou reduzir significativamente inconsistências de mensuração ou reconhecimento, denominadas “descasamento contábil”. Os instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado são para eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil, sendo desta forma avaliados a valor de mercado.

As aplicações financeiras cedidas como garantias vinculadas a instrumentos financeiros de curto e longo prazo, depósitos para operações de arrendamento e outras operações passivas são divulgadas na nota explicativa nº6.

4.5. Contas a receber

São mensuradas com base no valor faturado, líquido das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, e se aproximam do valor justo dado sua natureza de curto prazo. Em aderência ao CPC 48 - “Instrumentos Financeiros”, equivalente ao IFRS 9, a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi mensurada através da aplicação da abordagem simplificada, considerando os dados históricos e projetando a perda esperada ao longo da vida do contrato, por meio da segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento conforme os respectivos prazos de vencimento. Adicionalmente, para determinados casos, a Companhia efetua análises individuais para a avaliação dos riscos de recebimento.

4.6. Estoques

Os saldos de estoques compreendem principalmente materiais para manutenção e reposição de peças. Os estoques são mensurados pelo custo médio de aquisição acrescidos de gastos tais como impostos não recuperáveis e despesas aduaneiras incorridos na aquisição e nos gastos com transportes até a localização atual dos itens. As provisões para obsolescência dos estoques são constituídas para aqueles itens que não possuem expectativa de realização.

4.7. Imposto de renda e contribuição social

4.7.1. Impostos correntes

No Brasil, compreende o imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro (“CSLL”), que são calculados mensalmente com base no lucro tributável, após compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, aplicando-se a essa base a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% para o IRPJ e 9% para a CSLL.

Notas Explicativas

4.7.2. Impostos diferidos

Os impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base fiscal e a contábil. Os ativos e passivos de impostos e contribuições diferidos são classificados como não circulante.

Uma perda para realização desses ativos é reconhecida quando os estudos internos da Companhia indicarem que a utilização futura desses créditos não é provável.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de compensar os passivos fiscais com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável, portanto, para fins de apresentação, os saldos de ativo e passivo fiscal, que não atendem ao critério legal de realização, estão sendo divulgados separadamente. Os ativos e passivos fiscais diferidos foram mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas e legislação fiscal vigentes na data das demonstrações financeiras.

As projeções de lucros tributáveis futuros sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são preparadas com base nos planos de negócio e são revisadas e aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia.

4.8. Direitos e obrigações com instrumentos financeiros derivativos

Variações nas taxas de juros, no câmbio e nos preços do combustível de aviação expõem a Companhia e suas controladas a riscos que podem afetar seus desempenhos financeiros. Com o objetivo de mitigar tais riscos, a Companhia por meio de suas subsidiárias contrata instrumentos financeiros derivativos que podem ou não ser designados para *hedge accounting* e, se designados, são classificados como *hedge* de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados a valor justo no reconhecimento e nos períodos subsequentes.

4.8.1. Instrumentos financeiros derivativos não designados como *hedge accounting*

A Companhia pode contratar instrumentos financeiros derivativos que não sejam designados para *hedge accounting* quando os objetivos da Gestão de Risco não necessitem de tal classificação. As operações não designadas como *hedge accounting* apresentam a variação de seu valor justo contabilizadas diretamente no resultado financeiro.

4.8.2. Instrumentos derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa

Os instrumentos designados como *hedge* de fluxo de caixa visam proteger resultados futuros decorrentes das variações das taxas de juros, do preço de combustível e do câmbio. A efetividade das variações é estimada com base em métodos estatísticos de correlação e pela proporção entre os ganhos e perdas do *hedge* e a variação dos custos e despesas protegidos. As variações efetivas do valor justo são contabilizadas no patrimônio líquido em “Outros resultados abrangentes”, até o reconhecimento do resultado do objeto do *hedge*. As ineficácias verificadas em cada período de reporte são reconhecidas no resultado financeiro. As transações de *hedge* contabilizadas em “Outros resultados abrangentes” apresentam-se líquidas dos efeitos de impostos.

4.8.3. Desreconhecimento e baixa de instrumentos financeiros derivativos

A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente quando a Companhia e suas

Notas Explicativas

controladas (i) cancelam a relação de proteção; (ii) o instrumento derivativo vence ou é vendido, rescindido ou executado, (iii) quando há baixa previsibilidade de realização do objeto de *hedge*, ou (iv) quando não se qualifica mais como *hedge accounting*. Caso a operação seja descontinuada, quaisquer ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” e acumulados no patrimônio líquido até aquela data são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício.

4.9. Depósitos

4.9.1. Depósitos para manutenção de aeronaves e motores

Referem-se a pagamentos efetuados em dólar norte-americano aos arrendadores para futura manutenção de aeronaves e motores. A realização desses ativos acontece, substancialmente, na utilização do depósito para o pagamento à oficina quando a manutenção é realizada ou por meio de recebimentos de recursos financeiros, de acordo com as negociações efetuadas com os arrendadores. A variação cambial destes pagamentos é reconhecida como despesa ou receita no resultado financeiro. A Administração efetua análises regulares da recuperabilidade desses depósitos com base na elegibilidade de aplicação de tais valores em eventos de manutenção futuros e acredita que os valores refletidos no balanço são realizáveis.

Alguns dos contratos preveem que, caso não haja eventos de manutenção com possibilidade de utilização dos depósitos, os valores depositados para esta operação não são reembolsáveis. Tais valores são retidos pelo arrendador e representam pagamentos realizados em função da utilização dos componentes até a data de devolução. Dessa forma, os valores enquadrados nesta categoria, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício na rubrica de “Material de manutenção e reparo”, considerando as análises regulares de recuperabilidade ou no momento da devolução do bem.

4.9.2. Depósitos judiciais

No decurso das ações impetradas contra a Companhia e sobre as quais esta questiona a legitimidade das reclamações, pode ocorrer que a Companhia seja requerida a efetuar depósitos recursais e/ou judiciais de forma a dar continuidade a sua estratégia de defesa. Tais valores são corrigidos monetariamente em sua maioria pelos índices inflacionários e caracterizam-se como recursos não disponíveis imediatamente para a Companhia, pendentes de decisão judicial.

4.9.3. Depósitos em garantia de contratos de arrendamento

Os depósitos e cauções são denominados em dólar norte-americano e atualizados mensalmente pela variação do câmbio, sem rendimento de juros e são reembolsáveis à Companhia ao término dos contratos de arrendamento.

4.10. Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado, incluindo os componentes *rotables* (peças de reposição), são registrados pelo custo de aquisição e/ou construção. Juros e encargos financeiros diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um bem que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do ativo correspondente.

Cada componente do imobilizado que possui um custo significativo em relação ao total do bem é depreciado separadamente. A vida útil econômica estimada dos itens do imobilizado, para fins de depreciação, está demonstrada na nota explicativa nº14.

Notas Explicativas

O valor de mercado estimado ao final de sua vida útil é a premissa para determinação do valor residual dos itens imobilizados da Companhia. O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados anualmente pela Companhia. Eventuais mudanças em função da alteração da expectativa de utilização de tais itens resultam em alterações prospectivas.

O valor contábil do imobilizado é analisado para verificar possível perda no valor recuperável quando fatos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil é maior que o valor recuperável estimado. O valor contábil das aeronaves é testado para identificação de perdas no valor recuperável anualmente, mesmo que não haja circunstâncias que indiquem a existência de perdas.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item são determinados pela diferença entre o valor recebido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Adicionalmente, a Companhia adota o seguinte tratamento para os grupos abaixo:

4.10.1. Adiantamentos para aquisição de aeronaves

Referem-se a pré-pagamentos em dólar norte-americano efetuados junto à Boeing para aquisição de aeronaves 737-MAX. Os adiantamentos são convertidos pela taxa histórica.

4.10.2. Contratos de arrendamento

Os contratos de arrendamento são reconhecidos, mensurados, apresentados e divulgados de acordo com a norma vigente, o CPC 06 (R2) - “Arrendamentos”, equivalente ao IFRS 16. A Companhia aplica as isenções de reconhecimento para os arrendatários, previstas na norma, para arrendamentos de curto prazo e de ativos de “baixo valor”.

4.10.2.1. Ativo de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. A mensuração inicial de um ativo de direito de uso também contempla uma estimativa dos custos a serem incorridos pela Companhia na devolução do ativo subjacente, restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento. A Companhia incorre na obrigação por esses custos, seja na data de início ou como consequência de ter utilizado o ativo subjacente durante a vigência do contrato.

Notas Explicativas

Após a data de início, os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

4.10.2.2. Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece a valor presente os pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento de acordo com o fluxo programado. Os pagamentos do arrendamento incluem: (i) pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa; e (iii) valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, caso o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção de rescindir o arrendamento por parte da Companhia.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início, quando a taxa de juros implícita no arrendamento não puder ser determinada imediatamente.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que ocasiona tais pagamentos.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o decurso do tempo e, conseqüentemente, o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação no arrendamento, considerando mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia reavalia o passivo do arrendamento sempre que ocorrem determinados eventos e reconhece o valor de remensuração deste passivo como um ajuste ao ativo de direito de uso. Contudo, se o valor contábil do ativo de direito de uso for reduzido a zero e houver uma redução adicional na mensuração do passivo de arrendamento, a Companhia reconhece qualquer valor remanescente da remensuração no resultado.

4.10.2.3. Transações de venda e retroarrendamento - *Sale-leaseback*

A determinação do reconhecimento do resultado de transações de *sale-leaseback* utiliza como referência o valor justo do bem negociado. A fonte de informação para obtenção do valor justo são cotações de mercado para itens de natureza semelhante, considerando as condições do bem.

Notas Explicativas

Uma vez definido o valor justo, os ganhos ou perdas são inicialmente calculados com base na diferença entre o valor justo e o valor contábil dos ativos e posteriormente ajustados de acordo com a proporcionalidade do direito de uso transferido ao arrendador (sendo esse último o valor efetivo reconhecido em resultado como ganho ou perda).

O cálculo da proporcionalidade é realizado considerando o valor presente dos pagamentos do arrendamento ajustado pelos pagamentos antecipados ou financiamentos adicionais.

4.10.3. Capitalização de gastos com grandes manutenções de motores, aeronaves, trem de pouso e APU's (*Auxiliary Power Unit*)

Os gastos com grandes manutenções, que incluem substituições de peças e mão de obra, são capitalizados somente quando há o prolongamento da vida útil estimada do ativo correspondente. Tais custos são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado a incorrer até a próxima data para grande manutenção ou a devolução do bem, o que ocorrer antes. Gastos incorridos que não prolongam a vida útil dos ativos são reconhecidos diretamente no resultado.

4.11. Ativos intangíveis

4.11.1. Vida útil definida

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custo de desenvolvimento, não são capitalizados e os gastos são refletidos na demonstração do resultado no exercício em que foram incorridos.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis de vida útil definida são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indício de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

4.11.2. Vida útil indefinida

4.11.2.1. Ágio por expectativa de rentabilidade futura

Nessa categoria estão registrados os valores correspondentes ao ágio decorrente das combinações de negócios efetuadas pela Companhia e suas controladas. O valor do ágio é testado anualmente através da comparação do valor contábil com o valor recuperável da unidade geradora de caixa. A Administração realiza julgamentos e estabelece premissas para avaliar o impacto das mudanças macroeconômicas e operacionais, a fim de estimar os fluxos de caixa futuros e mensurar o valor recuperável dos ativos.

Notas Explicativas

4.11.2.2. Direitos de operações em aeroportos (“slots”)

Na combinação de negócios da GLA e da Webjet, foram adquiridos *slots* que foram reconhecidos pelos seus valores justo na data da aquisição e não são amortizados. A vida útil estimada destes direitos foi considerada indefinida devido a diversos fatores e considerações, incluindo requerimentos e autorizações de permissão para operar no Brasil e limitada disponibilidade de direitos de usos nos mais importantes aeroportos em termo de volume de tráfego aéreo. O valor contábil desses direitos é avaliado anualmente, com base na unidade geradora de caixa quanto a seu valor recuperável ou em casos de mudanças nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

4.12. Perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

A Companhia realiza anualmente a revisão das fontes internas e externas de informação, a fim de avaliar eventos ou mudanças nas condições econômicas, tecnológicas, ou em operações que possam indicar a desvalorização de um ativo ou unidade geradora de caixa.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o seu valor justo, deduzindo os custos de venda, e seu valor em uso. Quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa (“UGC”) excede o seu valor recuperável, uma provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”) é reconhecida.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa estimados futuros são descontados a valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a UGC.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidade Geradora de Caixa - “UGC”).

Uma perda por *impairment* anteriormente reconhecida é revertida, exceto sobre o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), apenas em situações que há uma mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo.

4.13. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, com exceção do derivativo contratado atrelado ao *Exchangeable Senior Notes*, que está mensurado a valor justo por meio do resultado.

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer prêmio, deságio ou ágio na contratação e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado, exceto quando sujeitos à capitalização.

4.14. Fornecedores e outras obrigações

São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

4.14.1. Fornecedores - risco sacado

A Administração promoveu uma negociação junto aos fornecedores com o objetivo de alongar os prazos de pagamentos. Dessa forma a Companhia assinou um convênio junto a instituições financeiras que permite a antecipação do contas a receber de seus fornecedores. Considerando que a antecipação desse recebimento junto às instituições financeiras é uma opção dos fornecedores, como também, a Companhia não é ressarcida e/ou beneficiada pela instituição financeira de descontos por pagamento executado antes da data de vencimento acordada junto ao fornecedor, não há alteração do grau de subordinação do título em caso de execução judicial.

4.15. Transportes a executar

Representa as obrigações da Companhia de prestação de serviços de transporte aéreo e outros serviços auxiliares à obrigação principal junto a seus clientes, líquida da receita de *breakage* já reconhecida no resultado, conforme detalhado na nota explicativa nº4.18.1.

4.16. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, formalizada ou não, em consequência de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor desta possa ser feita.

4.16.1. Provisão para devolução de aeronaves e motores

Os contratos de arrendamento de aeronaves regularmente preveem obrigações contratuais estabelecendo condições para devolução. A Companhia provisiona os custos de devolução, uma vez que se tratam de obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e que irão gerar desembolsos futuros, no momento em que a mensuração possa ser feita com razoável segurança.

Os gastos previstos no momento inicial referem-se basicamente a reconfiguração de aeronaves (interior e exterior), obtenção de licenças e certificações técnicas, *checks* de devolução, pintura, entre outros, conforme estabelecido em contrato. O custo estimado é registrado a valor presente em contrapartida do ativo imobilizado. Após o registro inicial, o passivo é atualizado de acordo com a taxa de remuneração de capital estimada pela Companhia, com contrapartida no resultado financeiro. Eventuais alterações na estimativa de gastos a incorrer são registradas de forma prospectiva.

Além dos gastos previstos de reconfiguração da aeronave, os contratos de arrendamento preveem as condições de preservação e vida útil dos componentes da aeronave a serem observadas no momento da devolução. Esta provisão depende de fatores que envolvem a utilização efetiva das aeronaves e motores, eventos de manutenção durante o período contratual, entre outras variáveis, sendo assim, é registrada a partir do momento em que a Companhia possui os elementos necessários para estimar de forma confiável o valor dos gastos a serem incorridos, considerando o período em que se torna uma obrigação presente pelas condições dos motores e componentes. A Companhia estima a provisão para devolução das aeronaves e motores a valor presente quando o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante, baseado no fim do contrato de arrendamento, momento no qual o desembolso se fará necessário.

4.16.2. Provisão para riscos tributários, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, principalmente no Brasil, cujas avaliações de probabilidades de perdas incluem a análise das evidências disponíveis, a

Notas Explicativas

hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A Companhia classifica os riscos de perda nos processos legais como prováveis, possíveis ou remotos. A provisão registrada em relação a tais processos reflete razoavelmente as perdas prováveis estimadas. Caso a Companhia possua demandas judiciais cujos valores não são conhecidos ou razoavelmente estimáveis, mas a probabilidade de perda seja provável, estas demandas têm sua natureza divulgada.

As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.17. Benefício pós-emprego

A Companhia reconhece ativos e passivos atuariais relacionados a benefício de plano médico oferecido a seus colaboradores de acordo com o CPC 33 (R1) - “Benefícios a Empregados”, equivalente ao IAS 19. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes tendo como base o relatório atuarial preparado por especialistas independentes, enquanto os benefícios pagos diretamente pela Companhia, o custo do serviço corrente e o custo dos juros são reconhecidos no resultado do exercício.

4.18. Reconhecimento de receita

4.18.1. Receita de passageiros, cargas e serviços auxiliares

A receita de passageiros é reconhecida quando o transporte aéreo é efetivamente prestado. Os bilhetes vendidos, mas ainda não utilizados são registrados na rubrica de transportes a executar, representando uma receita diferida de bilhetes vendidos a serem transportados em data futura, líquida da estimativa de receita de *breakage*.

A receita de *breakage* consiste no cálculo, com base histórica, de bilhetes emitidos que expirarão pela não utilização, ou seja, passageiros que adquiriram bilhetes e que apresentam grande probabilidade de não utilizá-los. Ao menos anualmente os cálculos são revisados com objetivo de refletir e capturar mudanças no comportamento dos clientes em relação à expiração de bilhetes. Cabe ressaltar que eventos futuros podem alterar significativamente o perfil dos clientes e seu comportamento histórico.

Receitas originadas de embarque de cargas são reconhecidas quando as obrigações de desempenho serão atendidas.

Outras receitas que incluem serviços fretados, serviços de venda a bordo, tarifas de remarcação de voos, despacho de bagagem e outros serviços adicionais são reconhecidos junto com a obrigação principal de transporte de passageiro.

Notas Explicativas

4.18.2. Receita de milhas

O Programa Smiles tem o objetivo de fidelizar seus clientes por meio da concessão de créditos de milhas aos participantes. A obrigação gerada pela emissão de milhas é mensurada com base no preço pelo qual as milhas foram vendidas aos parceiros aéreos e não aéreos da Smiles, considerados como o valor justo da transação.

Até 31 de agosto de 2021, a Smiles atuava como agente e cumpria com a sua obrigação de desempenho no momento do resgate das milhas pelos participantes do programa Smiles na troca de prêmios com seus parceiros com o reconhecimento da receita nas informações financeiras individuais. Sob a perspectiva das demonstrações financeiras consolidadas o ciclo de reconhecimento de receitas com relação à troca de milhas do Programa Smiles por passagens aéreas apenas se completava quando os passageiros eram efetivamente transportados, de forma que os lucros não realizados eram devidamente eliminados, conforme previsto no ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

A partir da incorporação da Smiles Fidelidade pela GOL Linhas Aéreas (GLA) em 1º de setembro de 2021, as receitas provenientes do programa de milhagem com produtos e serviços aéreos, os quais são ofertados pela própria entidade, passaram a ser reconhecidas apenas no momento do transporte, visto que a obrigação de desempenho da entidade se torna exclusivamente o transporte aéreo e serviços relacionados, sendo a GLA a entidade que controla o serviço especificado antes que este seja transferido ao cliente. Para as trocas de prêmios com serviços e produtos não vinculados a entidade do mesmo grupo econômico, a GLA, enquanto entidade responsável pelo programa de fidelidade, se manteve como agente e a obrigação de desempenho é cumprida no momento do resgate das milhas pelos participantes do programa Smiles.

Em decorrência de suas características o programa de milhas também propicia a possibilidade de se reconhecer uma receita de *breakage*. A Companhia calcula a estimativa de *breakage* por meio da probabilidade das milhas que têm chances significativas de expiração devido à não utilização, considerando o histórico comportamental dos participantes do Programa Smiles.

Cabe ressaltar que eventos futuros podem alterar significativamente o perfil dos clientes e seu padrão histórico do resgate de milhas. Tais alterações podem resultar em mudanças significativas no saldo de receita diferida, assim como no reconhecimento da receita de *breakage*, revisado anualmente.

4.18.3. Adoção de *hedge accounting* para proteção de receitas de passageiros e serviços auxiliares futuros

No curso regular de suas operações a Companhia realiza vendas recorrentes em dólares norte-americanos (“US\$”) principalmente em decorrência das rotas internacionais na América do Sul, Central e do Norte. Em 1º de agosto de 2019 a Administração adotou o *hedge accounting*, modalidade fluxo de caixa, como forma a reduzir a volatilidade dessas receitas futuras em moeda estrangeira (objeto de *hedge*), consideradas altamente prováveis, conforme previsto e expresso no parágrafo 6.3.1 do CPC 48 - “Instrumentos financeiros”, utilizando como instrumentos de *hedge* contratos de arrendamento registrados como dívida em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) - “Arrendamentos”.

Notas Explicativas

Com a adoção do *hedge accounting*, os ganhos e perdas cambiais oriundos dos contratos de arrendamento (instrumento de *hedge*) serão acumulados em conta do patrimônio líquido, “Ajuste de avaliação patrimonial”, sendo apropriados ao resultado da Companhia no momento da realização das receitas oriundas de vendas em US\$.

O *hedge accounting* deriva do *hedge* natural das operações da Companhia, retratada pelo fluxo de caixa (receitas e amortizações de dívida em US\$) e não representa aumento de custos financeiros, possibilitando a eliminação parcial da volatilidade cambial dos resultados da Companhia. A posição final do patrimônio líquido não é afetada pela adoção desta prática contábil.

Os elementos do *hedge accounting* são: (1) objeto de *hedge*: receita altamente provável de vendas em US\$; (2) instrumento de *hedge*: contratos de arrendamento atrelados ao US\$; (3) montante designado: 60 meses de receitas consideradas altamente prováveis, perfazendo um *notional* no momento da adoção inicial no montante de US\$903,102; (4) natureza do risco coberto: variação cambial; (5) especificação do risco coberto: câmbio *spot* USD/BRL; (6) tipo de relação de *hedge*: fluxo de caixa.

4.19. Remuneração baseada em ações

4.19.1. Opções de compra de ações

A Companhia oferece a seus executivos planos de opção de compra de ações. A Companhia reconhece como despesa, em base linear, o valor justo das opções ou ações, calculadas pelo método de Black-Scholes, apurado na data da outorga, durante o período de serviço exigido pelo plano em contrapartida ao patrimônio líquido. A despesa acumulada reconhecida reflete a melhor estimativa da Companhia sobre o número de ações que serão adquiridas. A despesa ou receita da movimentação ocorrida no exercício é reconhecida na demonstração do resultado.

O efeito das opções em aberto é refletido como diluição adicional no cálculo do lucro por ação diluído, quando aplicável.

4.19.2. Ações restritas

A Companhia também pode oferecer a seus executivos um plano de transferência de ações restritas que se realiza ao término do prazo estipulado a partir da data de concessão, conforme definido no plano de cada programa, na condição de que o beneficiário tenha mantido seu vínculo empregatício durante esse período. Tal transferência se dá preferencialmente através de ações mantidas em tesouraria.

O impacto de eventual revisão das quantidades de ações restritas que não serão adquiridas em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido.

4.20. Participação dos colaboradores e administradores nos lucros

Os colaboradores da Companhia têm direito a uma participação nos lucros com base em determinadas metas acordadas anualmente, e os administradores com base nas disposições estatutárias, propostas pelo Conselho de Administração e aprovadas pelos acionistas. O montante da participação é reconhecido no resultado do exercício em que as metas são atingidas.

4.21. Receitas e despesas financeiras

Notas Explicativas

Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos, variações cambiais sobre ativos e passivos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos e perdas nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado, juros sobre empréstimos e financiamentos, comissões e despesas bancárias, entre outros. As receitas e as despesas com juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

4.22. Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado através da divisão do resultado líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores da Companhia pela quantidade média ponderada de todas as classes de ações em circulação durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, a menos que esses ajustes não sejam diluidores.

4.23. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorrer em despesas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para tomada de decisão. A Administração da Companhia identificou apenas um segmento operacional, o transporte aéreo, que atenda aos parâmetros quantitativos e qualitativos de divulgação.

A partir da incorporação da Smiles Fidelidade, as receitas provenientes do programa de milhagem com produtos e serviços aéreos passaram a ser reconhecidas apenas no momento do transporte aéreo, visto que a obrigação de desempenho se torna exclusivamente o transporte aéreo, sendo o programa de milhagem caracterizado como uma forma de estímulo ao transporte aéreo. Ademais, a Administração não realiza a avaliação separada dos resultados financeiros do programa de milhagem.

Assim, a Administração da Companhia identificou apenas um segmento operacional, o transporte aéreo, que atende aos parâmetros quantitativos e qualitativos de divulgação.

As operações deste segmento têm origem principalmente na controlada GLA, pela prestação de serviços de transporte aéreo de passageiros e os principais ativos geradores de receitas são suas aeronaves. As outras receitas são originadas principalmente das operações de cargas, programa de fidelidade, manutenção de aeronaves de terceiros e serviços correlacionados como de despacho de bagagem, multas por remarcação e cancelamento de bilhetes, entre outros.

4.24. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registradas à taxa de câmbio vigente da data em que as operações ocorrem. Ativos e passivos monetários designados em moeda estrangeira são apurados com base na taxa de câmbio vigente da data do balanço, e qualquer diferença resultante da conversão de moedas é registrada na rubrica de “Variação cambial, líquida” na demonstração de resultado do exercício.

Notas Explicativas

As taxas de câmbio em reais em vigor na data base destas demonstrações financeiras são as seguintes:

	Taxa final		Taxa média	
	2021	2020	2021	2020
Dólar americano	5,5805	5,1967	5,3956	5,1425
Peso argentino	0,0543	0,0617	0,0568	0,0622

4.25. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Tem a finalidade de evidenciar a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada pela Companhia conforme requerido pela legislação societária brasileira como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar às demonstrações financeiras para as normas do IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas nos registros contábeis, seguindo as disposições contidas no CPC 09 - “Demonstração valor adicionado”.

4.26. Novas normas e pronunciamentos contábeis adotados no exercício corrente

As normas listadas na sequência tornaram-se válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

4.26.1. Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A Companhia pretende adotar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

4.26.2. Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2), equivalente ao IFRS 16, sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Notas Explicativas

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas com a continuidade do impacto da pandemia do Covid-19, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. A Companhia optou por avaliar as alterações nos contratos como modificação do contrato de arrendamento e não aplicou tal expediente.

4.27. Principais estimativas contábeis e premissas utilizadas

Conforme divulgado na nota explicativa nº2, a Administração fez julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, a saber:

- receita de breakage de passagens e milhas (nota explicativa nº4.18.1 e 4.18.2);
- perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº7);
- análise anual do valor recuperável de impostos diferidos (nota explicativa nº11);
- análise de recuperabilidade de depósitos para manutenção (nota explicativa nº12);
- vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida (notas explicativas nº14 e nº15);
- análise do valor recuperável de ágio e slots (nota explicativa nº15);
- provisão para devolução de aeronaves e motores (nota explicativa nº23);
- provisões para benefício pós-emprego (nota explicativa nº23);
- provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº23);
- transações com remuneração baseada em ações (nota explicativa nº27);
- direitos e obrigações com operações de derivativos (nota explicativa nº32); e
- valor justo de instrumentos financeiros (nota explicativa nº32).

A Companhia revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis. O efeito das revisões das estimativas contábeis é reconhecido nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas.

4.28. Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

4.28.1. Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26 (R1) - “Apresentação das Demonstrações Contábeis”, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

Notas Explicativas

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia se tais alterações terão impacto na prática atual e se os contratos de empréstimos e financiamentos existentes podem exigir renegociação.

4.28.2. Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8, norma correlata ao CPC 23, no qual introduz a definição de estimativas contábeis. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis, nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e *inputs* para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

4.28.3. Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1, correlato ao CPC 26 (R1), e IFRS Practice Statement 2 *Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações têm o intuito de ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

Atualmente a Companhia avalia os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e depósitos bancários	2.981	374.271	116.123	428.812
Equivalentes de caixa	207.960	49.666	370.135	234.018
Total	210.941	423.937	486.258	662.830

Notas Explicativas

A composição do saldo de equivalentes de caixa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Moeda nacional				
Títulos privados	207.656	49.014	329.235	170.359
Aplicações automáticas	304	652	40.873	59.936
Total moeda nacional	207.960	49.666	370.108	230.295
Moeda estrangeira				
Títulos privados	-	-	27	3.723
Total moeda estrangeira	-	-	27	3.723
Total	207.960	49.666	370.135	234.018

6. Aplicações financeiras

		Controladora		Consolidado	
Rentabilidade média ponderada (a.a.)		2021	2020	2021	2020
Moeda nacional					
Títulos públicos	99,8% do CDI	-	-	2.042	22.465
Títulos privados	98,1% do CDI			288.056	468.895
Fundos de investimento	55,4% do CDI	4.378	4.437	12.042	612.507
Total moeda nacional		4.378	4.437	302.140	1.103.867
Moeda estrangeira					
Títulos privados	0,2%	-	-	33.570	33.620
Fundos de investimento	29,6%	-	-	37.979	36.455
Total moeda estrangeira		-	-	71.549	70.075
Total		4.378	4.437	373.689	1.173.942
Circulante		4.377	4.430	291.363	984.112
Não circulante		1	7	82.326	189.830

Do montante total registrado na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2021, R\$4.123 e R\$333.984 (R\$4.301 e R\$544.607 em 31 de dezembro de 2020), respectivamente, referem-se a aplicações utilizadas como garantias vinculadas a depósitos para operações de arrendamentos, instrumentos financeiros derivativos, processos judiciais e empréstimos e financiamentos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia utilizou o montante de R\$198.270 das aplicações vinculadas ao financiamento de importação e empréstimo para capital de giro para pagamento previstos contratualmente destas operações.

Notas Explicativas

7. Contas a receber

	Consolidado	
	2021	2020
Moeda nacional		
Administradoras de cartões de crédito	200.601	318.869
Agências de viagens	439.698	266.086
Agências de cargas	27.418	29.902
Companhias aéreas parceiras	11.921	8.877
Outros	18.852	13.845
Total moeda nacional	698.490	637.579
Moeda estrangeira		
Administradoras de cartões de crédito	77.379	77.616
Agências de viagens	38.999	13.960
Agências de cargas	211	122
Companhias aéreas parceiras	27.863	19.464
Outros	27.021	9.005
Total moeda estrangeira	171.473	120.167
Total	869.963	757.746
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(19.280)	(18.047)
Total líquido	850.683	739.699

A composição de contas a receber por idade de vencimento, líquida de provisões para crédito de liquidação duvidosa, é como segue:

	Consolidado	
	2021	2020
A vencer		
Até 30 dias	607.968	459.338
De 31 a 60 dias	82.132	88.893
De 61 a 90 dias	55.265	33.121
De 91 a 180 dias	33.491	54.832
De 181 a 360 dias	1.096	41.484
Acima de 360 dias	379	256
Total a vencer	780.331	677.924
Vencidas		
Até 30 dias	31.302	10.278
De 31 a 60 dias	5.722	21.677
De 61 a 90 dias	2.172	13.501
De 91 a 180 dias	7.566	11.474
De 181 a 360 dias	8.911	785
Acima de 360 dias	14.679	4.060
Total vencidas	70.352	61.775
Total	850.683	739.699

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Consolidado	
	2021	2020
Saldo no início do exercício	(18.047)	(16.952)
(Adições) Reversões	(1.233)	(1.095)
Saldo no final do exercício	(19.280)	(18.047)

Notas Explicativas

8. Estoques

	Consolidado	
	2021	2020
Materiais de consumo	20.585	14.533
Peças e materiais de manutenção	201.470	181.105
Adiantamentos a fornecedores	47.530	-
Total	269.585	195.638

A movimentação da provisão para obsolescência de estoques é conforme segue:

	Consolidado	
	2021	2020
Saldos no início do exercício	(12.862)	(14.302)
Adições	(687)	(702)
Baixas	7.373	2.142
Saldos no final do exercício	(6.176)	(12.862)

9. Adiantamento a fornecedores e terceiros

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Adiantamento a fornecedores nacional	-	-	255.024	290.664
Adiantamento a fornecedores internacional	32	10.441	42.524	68.873
Adiantamento para materiais e reparos	51	-	48.932	48.933
Total	83	10.441	346.480	408.470
Circulante	83	10.441	270.342	318.769
Não circulante	-	-	76.138	89.701

10. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Antecipações de IRPJ e CSLL a recuperar	14.575	18.335	51.282	109.231
PIS e COFINS a recuperar (*)	-	-	185.827	387.033
Imposto de valor agregado (IVA) no exterior	-	-	4.035	3.998
Outros	48	62	8.223	5.097
Total	14.623	18.397	249.367	505.359
Circulante	10.159	6.295	176.391	186.955
Não circulante	4.464	12.102	72.976	318.404

(*) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a controlada GLA apurou créditos fiscais extemporâneos de PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social), no montante total de R\$57.422 (R\$126.675 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas

11. Impostos diferidos

11.1. Impostos diferidos ativos (passivos)

As posições de ativos e passivos diferidos estão apresentadas a seguir e observam os direitos legais exequíveis de compensação que consideram impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributária.

	Controladora			Consolidado			
	31/12/2020	Resultado	31/12/2021	31/12/2020	Resultado	Patrimônio líquido e outros ^(*)	31/12/2021
Diferido ativo							
Prejuízos fiscais	37.921	12.464	50.385	37.921	12.464	-	50.385
Base negativa de contribuição social	13.650	4.487	18.137	13.650	4.487	-	18.137
Diferenças temporárias							
Provisão para perda com outros créditos	2.004	5.128	7.132	2.004	5.128	-	7.132
Provisão para processos judiciais e obrigações fiscais	(83)	(11)	(94)	(83)	(11)	-	(94)
Outros	-	-	-	71	(7)	175	239
Total dos impostos diferidos ativos	53.492	22.068	75.560	53.563	22.061	175	75.799
Diferido passivo							
Diferenças temporárias							
Direitos de voo	-	-	-	(353.226)	-	-	(353.226)
Depreciação de motores e peças de manutenção de aeronaves	-	-	-	(194.789)	(7.733)	-	(202.522)
Provisão para <i>breakage</i>	-	-	-	(193.498)	(3.748)	-	(197.246)
Amortização do ágio para fins fiscais	-	-	-	(127.659)	(15.638)	-	(143.297)
Operações com derivativos	-	-	-	(28.902)	28.400	-	(502)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa e outros créditos	-	-	-	201.446	7.695	-	209.141
Provisão para devolução de aeronaves e motores	-	-	-	190.778	119.968	-	310.746
Provisão para processos judiciais e obrigações fiscais	-	-	-	124.723	119.103	-	243.826
Operações de arrendamento de aeronaves e outros	-	-	-	10.586	73.914	-	84.500
Lucros não realizados	-	-	-	69.843	(69.843)	-	-
Outros	-	-	-	81.064	(32.895)	-	48.169
Total dos impostos diferidos - Passivo	-	-	-	(219.634)	219.223	-	(411)
Total do efeito dos impostos diferidos no resultado	-	22.068	-	-	241.285	-	-

(*) Variação cambial reconhecida em outros resultados abrangentes.

Notas Explicativas

A Administração considera que os ativos e passivos diferidos registrados em 31 de dezembro de 2021 decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da realização de suas bases e da expectativa de resultados futuros.

A Administração estima que os créditos fiscais diferidos ativos, constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, poderão ser realizados conforme abaixo:

Ano	Valor
2022	7.156
2023	26.511
2024	18.581
2025	16.274
Total	68.522

A controlada direta GLA possui prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social na apuração do lucro tributável, a compensar com 30% dos lucros tributários futuros anuais, sem prazo para prescrição, não registrados no balanço patrimonial, nos seguintes montantes:

	GLA	
	2021	2020
Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL	12.076.378	8.401.388
Crédito tributário potencial	4.105.969	2.856.472

A conciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(7.243.606)	(5.978.491)	(7.376.227)	(5.817.293)
Alíquota fiscal nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	2.462.826	2.032.687	2.507.917	1.977.880
Ajustes para o cálculo da alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(2.174.015)	(1.811.034)	-	(149)
Diferença de alíquota sobre resultado de controladas	(157.614)	(29.562)	(171.981)	(4.734)
Despesas não tributáveis, líquidas	(24.656)	(1.028)	(118.734)	(124.577)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(84.473)	(191.052)	(82.085)	(174.151)
Juros sobre o capital próprio	-	(9.648)	-	8.693
Benefício (não constituído) constituído sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias	-	-	(1.942.695)	(1.760.920)
Imposto de renda e contribuição social total	22.068	(9.637)	192.422	(77.958)
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	-	(6.226)	(48.862)	(95.537)
Diferido	22.068	(3.411)	241.284	17.579
Total imposto de renda e contribuição social	22.068	(9.637)	192.422	(77.958)

Notas Explicativas

12. Depósitos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Depósito para manutenção	-	-	1.000.995	1.032.418
Depósitos judiciais	44.744	49.838	575.917	667.565
Depósito em garantia de contratos de arrendamento	2.790	68.423	372.114	358.472
Total	47.534	118.261	1.949.026	2.058.455
Circulante	-	-	191.184	-
Não circulante	47.534	118.261	1.757.842	2.058.455

12.1. Depósitos para manutenção

A Companhia efetua depósitos em dólar norte-americano para manutenção de aeronaves e motores, que serão utilizados em eventos futuros conforme estabelecido em determinados contratos de arrendamento mercantil. A Companhia detém o direito de escolher realizar as manutenções internamente ou através de seus fornecedores.

Os depósitos para manutenção não isentam a Companhia, como arrendatária, das obrigações contratuais relativas às manutenções ou ao risco associado às atividades operacionais. Estes depósitos podem ser substituídos por garantias bancárias ou cartas de crédito (SBLC - *stand by letter of credit*) de acordo com as condições estabelecidas no contrato de arrendamento da aeronave. As cartas de crédito podem ser executadas pelos arrendadores caso as manutenções das aeronaves e motores não ocorram de acordo com o cronograma de revisão. Em 31 de dezembro de 2021, nenhuma carta de crédito havia sido executada contra a Companhia.

A Companhia possui duas categorias de depósitos para manutenção:

- **Garantia de manutenção:** refere-se a depósitos pontuais que são reembolsados ao final do contrato de arrendamento, e podem também ser utilizados em eventos de manutenção, a depender de negociações com arrendadores. O saldo destes depósitos em 31 de dezembro de 2021 era de R\$262.061 (R\$273.311 em 31 de dezembro de 2020).
- **Reserva de manutenção:** refere-se a valores pagos mensalmente com base na utilização dos componentes e podem ser utilizados em eventos de manutenção conforme determinação contratual. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo referente a tais reservas era de R\$738.934 (R\$759.108 em 31 de dezembro de 2020).

12.2. Depósitos judiciais

Os depósitos e bloqueios judiciais representam garantias de processos judiciais tributários, cíveis e trabalhistas, mantidos em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados. Parte dos depósitos judiciais referem-se a processos de ações cíveis e trabalhistas decorrentes de pedidos de sucessão em processos movidos contra Varig S.A. ou, ainda, a processos trabalhistas movidos por colaboradores que não pertencem à GLA ou a qualquer parte relacionada. Tendo em vista que a Companhia não é parte legítima para figurar no polo passivo de referidas ações judiciais, sempre que bloqueios ocorrem, é demandada sua exclusão e respectiva liberação dos recursos retidos. Em 31 de dezembro de 2021, os valores bloqueados referentes a processos de sucessão da Varig S.A. e a processos de terceiros eram de R\$59.990 e R\$104.043, respectivamente (R\$77.564 e R\$105.320 em 31 de dezembro de 2020), os demais valores referem-se a processos judiciais cuja Companhia é parte principal.

Notas Explicativas

12.3. Depósitos em garantia de contratos de arrendamento

Conforme requerido pelos contratos de arrendamento mercantil, a Companhia realiza depósitos em garantia (em dólar norte-americano) às empresas arrendadoras, que podem ser resgatáveis mediante a substituição por outras garantias bancárias ou resgatáveis integralmente no vencimento dos contratos.

13. Investimentos

13.1. Composição dos investimentos

As informações dos investimentos estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado
	GLA	Smiles Fidelidade ⁽¹⁾	SCP Trip ⁽²⁾
Informações relevantes das controladas em 31 de dezembro de 2021			
Quantidade total de ações	2.762.566.614	-	-
Capital social	5.511.194	-	-
Percentual de participação	100,00%	-	-
Patrimônio líquido (negativo)	(18.292.878)	-	-
Lucros não realizados (a)	-	-	-
Patrimônio líquido ajustado (b)	(18.292.878)	-	-
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(6.431.865)	57.753	-
Lucros não realizados do exercício (a)	-	7.324	-
Resultado líquido do exercício ajustado (b)	(6.431.865)	37.703	-
Informações relevantes das controladas em 31 de dezembro de 2020			
Quantidade total de ações	5.262.335.049	124.158.953	-
Capital social	4.554.280	254.610	1.318
Percentual de participação	100,0%	52,60%	60,0%
Patrimônio líquido (negativo)	(12.670.479)	1.350.329	1.359
Lucros não realizados (a)	-	(135.578)	-
Patrimônio líquido ajustado (b)	(12.670.479)	574.717	815
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(5.426.288)	195.957	(732)
Lucros não realizados do exercício (a)	-	(3.363)	-
Resultado líquido do exercício ajustado (b)	(5.426.288)	99.717	(439)

(1) Em maio de 2021, a Companhia transferiu o controle da Smiles Fidelidade para sua controlada GLA, conforme demonstrado no mapa abaixo. Ademais, em 1º de setembro de 2021, a Smiles Fidelidade foi incorporada pela GLA. Desta forma, não foram apresentadas as informações referentes a posição acionária e patrimônio líquido em 30 de setembro de 2021. O resultado do exercício, lucros não realizados e resultado líquido ajustado em questão contemplam apenas os valores de janeiro a abril de 2021, considerando a participação de 52,60% no capital detida diretamente pela Companhia.

(2) A GLA descontinuou o investimento mantido na Trip em 2021.

(a) Corresponde a transações envolvendo a receita do resgate de milhas por passagens aéreas pelos participantes do Programa Smiles que, para fins de demonstrações consolidadas, apenas se realizam quando os participantes do programa são efetivamente transportados pela GLA.

(b) O (prejuízo) lucro líquido do exercício ajustado corresponde ao percentual sobre o (prejuízo) lucro do exercício líquido dos lucros não realizados. As informações relativas a Smiles Fidelidade contemplam apenas os valores de janeiro a abril de 2021, considerando a participação de 52,60% no capital detida diretamente pela Companhia.

Notas Explicativas

13.2. Movimentação dos investimentos

	Controladora			Consolidado
	GLA	Smiles Fidelidade	Total	SCP Trip
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(12.670.479)	574.717	(12.095.762)	815
Resultado de equivalência patrimonial	(6.431.865)	37.703	(6.394.162)	-
Resultados não realizados de <i>hedge</i>	392.275	-	392.275	-
Variação cambial de conversão de investimento no exterior	38	430	468	-
Remuneração baseada em ações	21.345	233	21.578	-
Ganhos atuariais de benefício pós-emprego	41.524	-	41.524	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	307.350	-	307.350	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	(263.008)	(263.008)	-
Baixa de investimentos	-	-	-	(815)
Transferência de controle Smiles Fidelidade (a)	350.075	(350.075)	-	-
Transação com acionistas não controladores - Aumento de capital (b)	1.351.289	-	1.351.289	-
Transação com acionistas não controladores - Ajuste de avaliação patrimonial (b)	(909.980)	-	(909.980)	-
Resgate de ações preferenciais - Reorganização societária (c)	(744.450)	-	(744.450)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(18.292.878)	-	(18.292.878)	-

- (a) Em 25 de maio de 2021, a Companhia transferiu para a GLA o controle da Smiles Fidelidade S.A. mediante aumento de capital no valor de R\$350.075.
- (b) Em 04 junho de 2021, a Companhia concluiu a etapa de reorganização societária para aquisição dos acionistas minoritários da Smiles. Esta transação envolveu uma contraprestação de R\$1.351.289 (sendo R\$606.839 em ações preferencias e R\$744.450 em ações preferenciais resgatáveis). O valor contábil desta aquisição foi de R\$441.309, o que resultou em registro de ajuste de avaliação patrimonial no montante de R\$909.980, reconhecido diretamente no patrimônio líquido da controlada.
- (c) As ações preferenciais resgatáveis foram liquidadas em caixa no dia 23 de junho de 2021.

14. Imobilizado

14.1. Controladora

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo do imobilizado era de R\$451.320 na controlada GAC (R\$68.660 em 31 de dezembro de 2020), relacionado principalmente a adiantamento para aquisição de aeronaves.

Notas Explicativas

14.2. Consolidado

		31/12/2020							31/12/2021		
	Taxa média ponderada (a.a.)	Custo histórico	Depreciação acumulada	Saldo inicial líquido	Adições	Alteração contratual	Depreciação	Baixas	Saldo final líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada
Equipamentos de voo											
Aeronaves - ROU ⁽¹⁾ sem opção de compra	17,00%	4.020.709	(1.420.648)	2.600.061	2.446.548	776.867	(654.599)	(4)	5.168.873	7.127.628	(1.958.755)
Peças e motores sobressalentes - próprios ^{(3) (4)}	7,00%	1.964.411	(837.048)	1.127.363	106.343	-	(131.887)	(3.122)	1.098.697	2.062.646	(963.949)
Peças e motores sobressalentes - ROU	25,91%	84.329	(47.940)	36.389	48.532	-	(18.606)	-	66.315	129.223	(62.908)
Benfeitorias em aeronaves e motores	44,14%	3.206.385	(2.282.042)	924.343	266.584	-	(418.170)	(76)	772.681	3.143.372	(2.370.691)
Ferramentas	10,00%	55.821	(28.697)	27.124	1.238	-	(3.843)	(20)	24.499	56.826	(32.327)
		9.331.655	(4.616.375)	4.715.280	2.869.245	776.867	(1.227.105)	(3.222)	7.131.065	12.519.695	(5.388.630)
Imobilizado não aeronáutico											
Veículos	20,00%	11.264	(9.572)	1.692	382	-	(551)	(362)	1.161	11.076	(9.915)
Máquinas e equipamentos	10,00%	62.841	(48.417)	14.424	148	-	(2.529)	(30)	12.013	62.837	(50.824)
Móveis e utensílios	10,00%	32.790	(20.483)	12.307	195	-	(1.959)	(59)	10.484	32.508	(22.024)
Computadores, periféricos e equipamentos	13,33%	49.775	(37.740)	12.035	505	-	(3.755)	(18)	8.767	49.636	(40.869)
Computadores, periféricos e equipamentos - ROU	33,29%	21.992	(15.460)	6.532	1.218	-	(4.791)	-	2.959	23.210	(20.251)
Benfeitoria em propriedade de terceiros	16,18%	183.351	(156.965)	26.386	45	-	(9.904)	(14)	16.513	183.345	(166.832)
Imóveis de terceiros - ROU	35,68%	27.867	(15.834)	12.033	-	1.512	(8.781)	(131)	4.633	28.819	(24.186)
Obras em andamento		14.837	-	14.837	573	-	-	-	15.410	15.410	-
		404.717	(304.471)	100.246	3.066	1.512	(32.270)	(614)	71.940	406.841	(334.901)
Perdas por redução ao valor recuperável ⁽²⁾	-	(34.330)	-	(34.330)	7.476	-	-	-	(26.854)	(26.854)	-
Total do imobilizado em uso		9.702.042	(4.920.846)	4.781.196	2.879.787	778.379	(1.259.375)	(3.836)	7.176.151	12.899.682	(5.723.531)
Adiantamento a fornecedores	-	179.092	-	179.092	331.517	-	-	(11.590)	499.019	499.019	-
Total		9.881.134	(4.920.846)	4.960.288	3.211.304	778.379	(1.259.375)	(15.426)	7.675.170	13.398.701	(5.723.531)

(1) *Right of Use* ("ROU") - Direito de uso.(2) Saldo referente a perdas por redução ao valor recuperável para itens *rotables* (peças de reposição), classificados na rubrica de "Peças e motores sobressalentes", constituído pela Companhia de forma que os ativos sejam apresentados pela sua real capacidade de geração de benefício futuro esperado.(3) Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de peças sobressalentes está concedido em garantia ao *Senior Secured Notes 2026*, conforme nota explicativa 16.(4) Em 31 de dezembro de 2021, 19 motores da Companhia estão concedidos em garantia ao *Spare Engine Facility* e ao *Loan Facility*, conforme nota explicativa 16.

Notas Explicativas

15. Intangível

A composição e a movimentação do ativo intangível estão apresentadas a seguir:

	Taxa média ponderada (a.a.)	Consolidado								
		31/12/2020						31/12/2021		
		Custo histórico	Amortização acumulada	Saldo inicial líquido	Adições	Baixas	Amortização	Saldo final líquido	Custo histórico	Amortização acumulada
Ágio	-	542.302	-	542.302	-	-	-	542.302	542.302	-
Slots	-	1.038.900	-	1.038.900	-	-	-	1.038.900	1.038.900	-
Softwares	38,28%	507.734	(345.661)	162.073	152.584	(45)	(74.438)	240.174	508.650	(268.476)
Outros	20,00%	10.000	(6.167)	3.833	-	-	(2.000)	1.833	10.000	(8.167)
Total		2.098.936	(351.828)	1.747.108	152.584	(45)	(76.438)	1.823.209	2.099.852	(276.643)

Os saldos de ágio e dos direitos de operação em aeroportos (*slots*) foram submetidos a teste de recuperabilidade em 31 de dezembro de 2021 e 2020 por meio do fluxo de caixa descontado para cada unidade geradora de caixa, dando origem ao valor em uso.

Para a determinação do valor contábil de cada UGC, a Companhia considera não somente os intangíveis registrados, bem como todos os ativos tangíveis necessários para a condução dos negócios, pois é apenas por meio da utilização deste conjunto que a Companhia obterá geração de benefício econômico.

Notas Explicativas

No período comparativo a Companhia realizava a alocação do ágio considerando a existência de duas unidades geradoras de caixa: GLA e Smiles. A partir da incorporação da Smiles Fidelidade pela GLA, as receitas provenientes do programa de milhagem com produtos e serviços aéreos passaram a ser reconhecidas apenas no momento do transporte, visto que a obrigação de desempenho da entidade se torna exclusivamente o transporte aéreo e serviços relacionados, sendo o programa de milhagem caracterizado como uma forma de estímulo ao transporte aéreo e de melhoria nos fluxos financeiros de recursos para a GOL. Desta forma, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia opera uma única unidade geradora de caixa, considerando que a receita depende de diferentes ativos que não podem ser avaliados isoladamente para mensuração do valor em uso.

Transporte aéreo	
31 de dezembro de 2021	
Valor contábil	3.544.950
Valor em uso	36.535.754
Taxa de desconto	14,84%
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,18%
Teste de sensibilidade	
10% variação	
Valor em uso	30.481.528
Alteração do valor em uso	(6.054.226)
25% variação	
Valor em uso	23.706.460
Alteração do valor em uso	(12.829.294)

	Goodwill		
	GLA	Smiles	Slots
31 de dezembro de 2020			
Valor contábil	325.381	216.921	1.038.900
Valor em uso	20.784.520	6.771.427	21.064.362
Taxa de desconto	13,98%	14,72%	12,20%
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,25%	3,25%	3,25%
Teste de sensibilidade			
10% variação			
Valor em uso	17.956.770	6.266.730	19.032.099
Alteração do valor em uso	(2.827.750)	(504.697)	(2.032.263)
25% variação			
Valor em uso	14.520.245	5.655.353	16.572.033
Alteração do valor em uso	(6.264.275)	(1.116.074)	(4.492.329)

Os resultados obtidos foram comparados com o valor contábil da unidade geradora de caixa e, como resultado, a Companhia não reconheceu perdas em relação ao valor recuperável de suas UGCs. Nenhuma perda de valor recuperável foi registrada até a presente data.

As premissas adotadas nos testes de redução ao valor recuperável dos intangíveis estão de acordo com as projeções internas para o período de cinco anos. Para o período após cinco anos aplica-se a extrapolação utilizando uma taxa de crescimento de perpetuidade. O fluxo de caixa descontado que determinou o valor em uso da unidade geradora de caixa foi preparado de acordo com o plano de negócios da Companhia e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Notas Explicativas

As principais premissas consideradas pela Companhia para a determinação do valor em uso da unidade geradora de caixa são:

- Capacidade e frota: considera a utilização, a capacidade da aeronave utilizada em cada trecho e a projeção de tamanho da frota em operação.
- Demanda: a eficiência de mercado é o principal *input* para a projeção de crescimento da demanda da Companhia. A Administração considera que a eficiência de mercado é a razão entre sua participação no mercado (*market share*) e sua participação na oferta (*seat share*). Este indicador reflete o quão eficientemente a Companhia emprega a sua participação na oferta total do mercado em função de sua captura de demanda por transporte aéreo.
- Receita por passageiro: considera o preço médio praticado pela GLA e considera efeitos de variáveis de mercado (vide variáveis utilizadas abaixo).
- Custos operacionais associados ao negócio: baseados em seu custo histórico e atualizados por indicadores, como inflação, relação com a oferta, demanda e variação da moeda norte-americana.

A Companhia também considerou variáveis de mercado tais como PIB (fonte: Banco Central do Brasil), dólar norte-americano (fonte: Banco Central do Brasil), barril de querosene (fonte: Agência Nacional de Petróleo Brasileira - “ANP”) e taxa de juros (fonte: Bloomberg).

Notas Explicativas

16. Empréstimos e financiamentos

A composição e a movimentação dos empréstimos e financiamentos estão apresentadas a seguir:

Controladora														
31/12/2020													31/12/2021	
Vencimento	Taxa de juros a.a.	Circulante	Não circulante	Total	Captações	Resultado não realizado do ESN	Pagamento de principal	Juros incorridos	Juros pagos	Variação cambial	Amortizações de custos e ágio	Total	Circulante	Não circulante
Contratos em moeda estrangeira														
Financiamento garantido														
(a)	06/2021	9,50%	484.113	-	484.113	-	-	(499.663)	17.000	(17.745)	16.295	-	-	-
ESN 2024 ⁽¹⁾ (b)	07/2024	3,75%	37.960	1.896.854	1.934.814	-	(186.804)	-	200.401	(84.449)	123.690	575	1.988.227	40.764
Senior Notes 2025 (c)	01/2025	7,00%	98.521	3.340.316	3.438.837	-	-	-	245.419	(241.093)	252.421	9.194	3.704.778	105.797
Senior Secured Notes 2026 (d)	06/2026	8,00%	1.848	953.802	955.650	2.267.646	-	-	184.034	(184.906)	201.439	28.114	3.451.977	-
Bônus perpétuos (e)	-	8,75%	16.522	799.777	816.299	-	-	-	72.648	(72.867)	60.506	-	876.586	17.743
Total			638.964	6.990.749	7.629.713	2.267.646	(186.804)	(499.663)	719.502	(601.060)	654.351	37.883	10.021.568	164.304

⁽¹⁾ Exchangeable Senior Notes vide nota explicativa 32.2.

- (a) Financiamento garantido captado pela controlada Gol Finance em agosto de 2020, junto à Delta Airlines, garantido através de ações Smiles e outros ativos, integralmente liquidado em 2021 com liberação das garantias.
- (b) Emissão do Exchangeable Senior Notes (“ESN”) pela controlada Gol Finance em março, abril e julho de 2019, no montante total de US\$425 milhões com vencimento em 2024, cujos detentores dos títulos terão o direito de permutá-los por American Depositary Shares (“ADSs”) da Companhia.
- (c) Emissões de Senior Notes 2025 pela controlada Gol Finance em dezembro de 2017 e em fevereiro de 2018, para recompra de Sênior Notes e propósitos gerais da Companhia.
- (d) Emissões de Senior Secured Notes 2026 pela controlada Gol Finance em dezembro de 2020, maio e setembro de 2021, no total de US\$650 milhões, com vencimento em 2026.
- (e) Emissão do Bônus Perpétuos pela controlada Gol Finance em abril de 2006 para financiamentos de aquisição de aeronaves.

Notas Explicativas

			Consolidado												
			31/12/2020									31/12/2021			
	Venci- mento	Taxa de juros a.a.	Circulante	Não circulante	Total	Captações	Resultado não realizado do ESN	Pagamento de principal	Juros incor- ridos	Juros pagos	Variação cambial	Amortização de custos e ágio	Total	Circulante	Não circulante
Contratos em moeda nacional															
Debêntures (a)	10/2024	14,06%	440.918	146.170	587.088	574.572	-	(28.333)	60.174	(36.048)	-	7.315	1.164.768	109.519	1.055.249
Capital de giro (b)	10/2025	15,47%	239.615	17.275	256.890	40.000	-	(237.588)	17.964	(19.270)	-	-	57.996	48.239	9.757
Contratos em moeda estrangeira															
Financiamento garantido (c)	06/2021	9,50%	484.113	-	484.113	-	-	(499.663)	17.000	(17.745)	16.295	-	-	-	-
Financiamento de importação (d)	07/2022	7,77%	783.659	-	783.659	-	-	(699.899)	27.701	(32.451)	59.024	-	138.034	138.034	-
Financiamento com garantia Ex- Im Bank (e)	12/2022	2,73%	194.786	49.958	244.744	-	-	(157.641)	2.653	(2.904)	8.132	4.412	99.396	99.396	-
ESN 2024 ⁽¹⁾ (f)	07/2024	3,75%	37.960	1.896.854	1.934.814	-	(186.804)	-	200.401	(84.449)	123.690	575	1.988.227	40.764	1.947.463
Spare Engine Facility (g)	09/2024	2,44%	22.771	197.009	219.780	-	-	(86.020)	5.447	(5.374)	15.642	282	149.757	24.651	125.106
Senior Notes 2025 (h)	01/2025	7,00%	98.521	3.340.316	3.438.837	-	-	-	245.419	(241.093)	252.421	9.194	3.704.778	105.797	3.598.981
Senior Secured Notes 2026 (i)	06/2026	8,00%	1.848	953.802	955.650	2.267.646	-	-	184.034	(184.906)	201.439	28.114	3.451.977	-	3.451.977
Loan Facility (j)	03/2028	4,11%	32.566	233.135	265.701	-	-	(22.701)	12.559	(7.584)	20.281	255	268.511	50.471	218.040
Bônus perpétuos ⁽²⁾ (k)	-	8,75%	16.522	789.168	805.690	10.952	-	-	72.592	(72.585)	59.937	-	876.586	17.743	858.843
Total			2.353.279	7.623.687	9.976.966	2.893.170	(186.804)	(1.731.845)	845.944	(704.409)	756.861	50.147	11.900.030	634.614	11.265.416

⁽¹⁾ Exchangeable Senior Notes vide nota explicativa 32.2.

⁽²⁾ Em 31 de dezembro de 2020, contempla eliminação de partes relacionadas, considerando títulos desta emissão, efetuada pela Gol Finance, detidos pela GLA no valor de R\$10.609. Estes títulos foram revendidos, logo não há eliminação no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

- (a) As debêntures, perfazem o montante de R\$1,2 bilhão, considerando as seguintes emissões: (i) 7ª emissão: 88.750 títulos pela controlada GLA em outubro de 2018, com a finalidade de liquidação integral antecipada da 6ª emissão; e (ii) 8ª emissão: 610.217 títulos pela controlada GLA em outubro de 2021 destinada ao refinanciamento de dívida de curto prazo. Ambas emissões possuem taxa de juros de CDI+4,5% a.a. As debêntures têm garantias fidejussórias da Companhia e garantia real prestada pela GLA na forma de cessão fiduciária de determinados recebíveis de cartão de crédito, com a preservação dos direitos de antecipação dos recebíveis dessas garantias.
- (b) Emissão de operações que tem o objetivo de manutenção e gestão de capital de giro da Companhia.
- (c) Financiamento garantido captado pela controlada Gol Finance em agosto de 2020, junto à Delta Airlines, garantido através de ações Smiles e outros ativos, integralmente liquidado em 2021.
- (d) Linhas de crédito junto a bancos privados, utilizadas para financiamento de importação de peças de reposição e equipamentos aeronáuticos. As taxas de juros negociadas são Libor 3m+4,40% a.a. e Libor 1m+3,25% a.a.
- (e) Financiamento para realização de serviços de manutenção de motores com garantia do Ex-Im Bank, composta por 4 operações, sendo 3 operações com vencimentos em 2021, devidamente liquidadas, e 1 operação com vencimento em 2022.
- (f) Emissão do Exchangeable Senior Notes ("ESN") pela controlada Gol Finance em março, abril e julho de 2019, no montante total de US\$425 milhões com vencimento em 2024, cujos detentores dos títulos terão o direito de permutá-los por American Depositary Shares ("ADSs") da Companhia.
- (g) Empréstimo com garantia de motores próprios da Companhia, com vencimento em 2024.
- (h) Emissões de Senior Notes 2025 pela controlada Gol Finance em dezembro de 2017 e em fevereiro de 2018, para recompra de Sênior Notes e propósitos gerais da Companhia.
- (i) Emissões de Senior Secured Notes 2026 pela controlada Gol Finance em dezembro de 2020, maio e setembro de 2021, no total de US\$650 milhões, com vencimento em 2026.
- (j) Empréstimos com garantia de 5 motores no total, realizado em junho de 2018. As taxas contratadas variam entre Libor 6m+2,35% a.a. até Libor 6m+4,25% a.a.
- (k) Emissão do Bônus Perpétuos pela controlada Gol Finance em abril de 2006 para financiamentos de aquisição de aeronaves.

Notas Explicativas

O total de empréstimos e financiamentos individual e consolidado em 31 de dezembro de 2021 inclui custos de captação, prêmios, ágio e deságio no importe de R\$210.902 e R\$250.393, respectivamente (R\$215.312 e R\$231.421 em 31 de dezembro de 2020) que serão amortizados ao longo da vigência dos respectivos empréstimos e financiamentos. O total inclui ainda o valor justo do instrumento financeiro derivativo, referente à conversibilidade do ESN, no montante de R\$162.568 em 31 de dezembro de 2021 (R\$346.030 em 31 de dezembro de 2020).

16.1. Novas captações de empréstimos e financiamentos realizados durante exercício findo em 31 de dezembro de 2021

As renegociações detalhadas na sequência foram avaliadas de acordo com o CPC 48 - “Instrumentos financeiros”, equivalente ao IFRS 9, e não se enquadraram nas definições de desreconhecimento de passivo (com a extinção do passivo financeiro original e reconhecimento de um novo passivo financeiro).

16.1.1. Debêntures

16.1.1.1. 7ª emissão

Em 26 de março de 2021 em Assembleia Geral de Debenturistas foi decidida a postergação do pagamento da Terceira Série com vencimento em 28 de março de 2021 para 07 de abril de 2021, no montante de R\$147.913 e concedida a suspensão de vencimento antecipado da parcela da Primeira Série com vencimento também em 28 de março de 2021 no montante de R\$147.920.

Em 06 de abril de 2021 foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas que deliberou a transferência da parcela da Primeira Série que venceu em março de 2021 para a Terceira Série, além da postergação do vencimento da Terceira Série de 07 de abril de 2021 para 12 de maio de 2021 com nova remuneração de CDI + 4,90%, na totalidade de R\$295.833.

Em 11 de maio de 2021 foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas para a alteração do vencimento da Terceira Série com vencimento em 12 de maio de 2021 para 26 de junho de 2021.

Em 25 de junho de 2021 foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas que deliberou a alteração do vencimento da Terceira Série de 26 de junho de 2021 para 10 de agosto de 2021.

Em 09 de agosto de 2021 foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas que deliberou a alteração do vencimento da Terceira Série com vencimento em 10 de agosto de 2021 para 25 de agosto de 2021.

Em 24 de agosto de 2021 foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas que deliberou a alteração de vencimento da Terceira Série de 25 de agosto de 2021 para 28 de setembro de 2021.

Em 27 de setembro de 2021 foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas que deliberou a alteração do vencimento da Primeira Série e da Terceira Série de 28 de setembro de 2021 para 13 de outubro de 2021.

Em 11 de outubro de 2021, uma nova Assembleia Geral de Debenturistas deliberou a alteração do vencimento da Primeira Série e da Terceira Série de 13 de outubro de 2021 para 27 de outubro de 2021.

Notas Explicativas

Em 25 de outubro de 2021 foi realizada a Assembleia Geral de Debenturistas que deliberou a alteração do vencimento da Primeira Série, Segunda Série e Terceira Série de 27 de outubro de 2021 para 27 de outubro de 2024, com nova remuneração de CDI + 4,50% a.a., na totalidade de R\$591.666.

Em 26 de outubro de 2021 foi realizada a recompra de 4.250 debêntures, totalizando o valor de R\$28.333.

16.1.1.2. 8ª emissão

Em 25 de outubro de 2021 foi realizada a 8ª emissão de debêntures utilizados integralmente para refinarçar a dívida de curto prazo de linhas de crédito de financiamento de importação e para capital de giro, no importe de R\$620.217 e remuneração de CDI + 4,50% a.a. com As debêntures terão vencimento em 27 de outubro de 2024 e os pagamentos de principal e juros serão mensais, após período de carência de 1 (um) ano para principal e de 6 (seis) meses para juros.

Data da Operação	R\$ mil		Taxa de juros (a.a.)	Data de Vencimento
	Principal	Custos e deságio		
25/10/2021	610.217	35.645	CDI + 4,50%	27/10/2024

16.1.2. Capital de giro

Em outubro de 2021, a Companhia, por meio de sua controlada GLA, captou recursos nesta modalidade, com o objetivo de manutenção e gestão de capital de giro da companhia. As informações acerca de tais financiamentos estão apresentadas a seguir:

Data da Operação	R\$ mil		Taxa de juros (a.a.)	Data de vencimento
	Principal			
15/10/2021	40.000		CDI + 6,80%	13/04/2022

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia, por meio de sua controlada GLA, renegociou vencimentos de contratos desta modalidade, com a manutenção das garantias das operações, tais renegociações tiveram como principal alteração a data de vencimento e taxa de juros, divulgados junto ao quadro de movimentação.

16.1.3. Financiamentos de importação

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia, por meio de sua controlada GLA, renegociou postergação de vencimentos de contratos desta modalidade, com alterações na taxa de juros, divulgados no quadro acima, e a manutenção de garantias das operações. Tais operações têm o objetivo de financiar a manutenção de motores, compra de peças de reposição e equipamentos aeronáuticos.

16.1.4. Spare Engine Facility

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia, por meio de sua controlada GLA, renegociou alterações nos fluxos de pagamento dos contratos desta modalidade, sem encargos adicionais.

Notas Explicativas

16.1.5. Senior Secured Notes 2026

Em maio e setembro de 2021, a Companhia realizou duas novas captações de *Senior Secured Notes*, como emissões adicionais e consolidadas das *Senior Secured Notes* emitidas em dezembro de 2020, com juros de 8,00% a.a. e vencimento em junho de 2026.

Data da Operação	Principal		Custos, prêmios e ágio		Taxa de juros (a.a.)	Data de vencimento
	(US\$ mil)	(R\$ mil)	(US\$ mil)	(R\$ mil)		
11/05/2021	300.000	1.569.660	11.997	62.784	8,00%	30/06/2026
28/09/2021	150.000	815.910	10.210	55.140	8,00%	30/06/2026

16.1.6. Loan Facility

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia, por meio de sua controlada GLA, renegociou alterações nos fluxos de pagamento dos contratos desta modalidade, com um custo adicional para as parcelas postergadas de 5,90% a.a.

16.2. Empréstimos e financiamentos - não circulante

Em 31 de dezembro de 2021, os vencimentos dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante estão apresentados a seguir:

	2023	2024	2025	2026	Após 2026	Sem vencimento	Total
Controladora							
Em moeda estrangeira							
ESN 2024	-	1.947.463	-	-	-	-	1.947.463
Senior Notes 2025	-	-	3.598.981	-	-	-	3.598.981
Senior Secured Notes 2026	-	-	-	3.451.977	-	-	3.451.977
Bônus perpétuos	-	-	-	-	-	858.843	858.843
Total	-	1.947.463	3.598.981	3.451.977	-	858.843	9.857.264
Consolidado							
Em moeda nacional							
Debêntures	575.591	479.658	-	-	-	-	1.055.249
Capital de giro	4.752	2.500	2.505	-	-	-	9.757
Em moeda estrangeira							
ESN 2024	-	1.947.463	-	-	-	-	1.947.463
Spare Engine Facility	24.595	100.511	-	-	-	-	125.106
Senior Notes 2025	-	-	3.598.981	-	-	-	3.598.981
Senior Secured Notes 2026	-	-	-	3.451.977	-	-	3.451.977
Loan Facility	34.312	35.476	36.727	78.469	33.056	-	218.040
Bônus perpétuos	-	-	-	-	-	858.843	858.843
Total	639.250	2.565.608	3.638.213	3.530.446	33.056	858.843	11.265.416

Notas Explicativas

16.3. Valor justo

Os valores justos dos empréstimos, em 31 de dezembro de 2021, são conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	Contábil (*)	Valor justo	Contábil (*)	Valor justo
Debêntures	-	-	1.164.768	1.201.883
ESN 2024	1.988.227	2.063.123	1.988.227	2.063.123
Senior Notes 2025	3.704.778	3.317.285	3.704.778	3.317.285
Senior Secured Notes 2026	3.451.977	3.435.149	3.451.977	3.435.149
Bônus perpétuos	876.586	706.803	876.586	706.803
Demais empréstimos	-	-	713.694	713.694
Total	10.021.568	9.522.360	11.900.030	11.437.937

(*) Valor líquido dos custos de captação.

16.4. Condições contratuais restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas (*covenants*) nas Debêntures e na *Senior Secured Notes* 2026.

Após a renegociação das debêntures, a obrigatoriedade de mensuração dos indicadores previstos nas escrituras da 7ª e 8ª emissão será a partir de dezembro de 2022.

No âmbito do *Senior Secured Notes* 2026, a Companhia possui a observância de cumprir com condições de garantias relacionadas a peças de estoque e propriedade intelectual. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía peças e equipamentos da GLA em garantia referente a esse contrato que satisfaziam as condições contratuais.

Notas Explicativas

17. Arrendamentos a pagar

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de arrendamentos a pagar é composto por: (i) R\$28.440 referente a pagamentos variáveis e arrendamentos de curto prazo, os quais se enquadram na isenção prevista no CPC 06 (R2) - Arrendamentos, equivalente ao IFRS 16 (R\$16.252 em 31 de dezembro de 2020); e (ii) R\$10.734.544 referente ao valor presente nesta data dos pagamentos futuros de arrendamentos (R\$7.567.940 em 31 de dezembro de 2020).

A composição e a movimentação do valor presente dos pagamentos futuros de arrendamentos estão apresentadas a seguir:

		Consolidado											
	Taxa média ponderada (a.a.)	31/12/2020					31/12/2021						
		Circulante	Não circulante	Total	Adições	Alteração contratual	Pagamentos	Compensação com depósitos	Juros Incorridos	Variação cambial	Total	Circulante	Não circulante
Arrendamentos direito de uso - sem opção de compra													
Contratos em moeda nacional	11,56%	32.530	14.985	47.515	1.218	1.512	(17.596)	-	5.359	-	38.008	29.456	8.552
Contratos em moeda estrangeira	10,00%	1.268.226	6.252.199	7.520.425	2.503.750	749.166	(1.431.689)	(37.565)	875.267	517.182	10.696.536	1.999.791	8.696.745
Total		1.300.756	6.267.184	7.567.940	2.504.968	750.678	(1.449.285)	(37.565)	880.626	517.182	10.734.544	2.029.247	8.705.297

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu diretamente no custo dos serviços prestados, o montante de R\$48.289 referente a arrendamentos de curto prazo e pagamentos variáveis.

Notas Explicativas

Os pagamentos futuros de contraprestações dos contratos de arrendamento estão detalhados a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
2021	-	2.102.771
2022	2.977.345	1.982.685
2023	2.370.391	1.642.264
2024	1.970.832	1.260.405
2025	1.673.635	1.018.896
2026	1.360.011	823.049
Após 2026	4.610.635	1.878.460
Total de pagamentos mínimos de arrendamento	14.962.849	10.708.530
Menos total de juros	(4.199.865)	(3.124.338)
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamentos	10.762.984	7.584.192
Menos parcela do circulante	(2.057.687)	(1.317.008)
Parcela do não circulante	8.705.297	6.267.184

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia celebrou renegociações de seus contratos de arrendamentos de aeronaves e motores operacionais, sem opção de compra, que resultaram em modificações contratuais relacionadas a extensões de prazo e valores de contraprestação mensais em comparação aos termos originais dos contratos de arrendamento. A Companhia registrou a atualização dessas renegociações e remensurou o passivo de arrendamento uma vez que o diferimento das parcelas ocorrerá com base em novos fluxos de pagamentos, taxa de desconto e taxa de câmbio na data da modificação contratual, conforme previsto na norma vigente. Os efeitos acumulados apurados e atualizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram divulgados na nota explicativa 1.1.1.

17.1. Transações de sale-leaseback

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apurou ganho líquido de R\$2.113 na controladora e R\$5.913 no consolidado decorrente de transações de *sale-leaseback* de 1 aeronave e 2 motores (R\$372.312 e R\$551.942 na controladora e consolidado, respectivamente, decorrente de operações de *sale leaseback* de 11 aeronaves negociada no exercício findo em 31 de dezembro de 2020) reconhecido no resultado na rubrica de “Transações de *sale-leaseback*” no grupo de outras receitas e despesas operacionais, líquidas vide nota explicativa 29.

18. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Moeda nacional	52.079	48.345	1.401.093	1.164.193
Moeda estrangeira	32.272	24.357	497.877	481.001
Total	84.351	72.702	1.898.970	1.645.194
Circulante	84.335	72.702	1.820.056	1.612.536
Não circulante	16	-	78.914	32.658

19. Fornecedores - Risco sacado

A Companhia possui contratos que possibilitam aos fornecedores anteciparem os seus recebíveis com instituição financeira. Em 31 de dezembro de 2021, o montante registrado no passivo circulante decorrente das operações de risco sacado era de R\$22.733 (em 31 de dezembro de 2020 não havia passivo decorrente de operações desta natureza).

Notas Explicativas**20. Impostos a recolher**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
PIS e COFINS	510	216	71.515	23.647
Parcelamentos	-	-	34.213	41.641
IRRF sobre salários	43	43	32.940	33.011
ICMS	-	-	244	472
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	366	13
Outros	32	33	7.172	7.192
Total	585	292	146.450	105.976
Circulante	585	292	122.036	73.614
Não circulante	-	-	24.414	32.362

21. Transportes a executar

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de transportes a executar classificado no passivo circulante era de R\$2.670.469 (R\$2.050.799 em 31 de dezembro de 2020) e está representado por 7.004.554 cupons de bilhetes vendidos e ainda não utilizados (6.691.911 em 31 de dezembro de 2020) com prazo médio de utilização de 126 dias (102 dias em 31 de dezembro de 2020).

Os saldos de transportes a executar são apresentados líquidos do *breakage* correspondente a R\$226.905 em 31 de dezembro de 2021 (R\$299.188 em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui reembolsos a pagar referentes a transportes não executados no montante de R\$369.638 (R\$253.963 em 31 de dezembro de 2020), registrados como Outras obrigações no passivo circulante.

22. Programa de milhagem

	Consolidado	
	2021	2020
Programa de milhas	2.097.432	2.150.914
<i>Breakage</i>	(480.301)	(569.952)
Total	1.617.131	1.580.962
Circulante	1.298.782	1.258.502
Não circulante	318.349	322.460

O *breakage* consiste na estimativa de milhas que apresentam alto potencial de expiração devido à sua expectativa de não utilização. O CPC 47, equivalente ao IFRS 15, prevê o reconhecimento da receita pela estimativa (*breakage*) ao longo do período contratual, portanto, antes do resgate das milhas, haja visto que este não é esperado antes da expiração.

Notas Explicativas

23. Provisões

	Consolidado			
	Benefício pós-emprego	Provisões para devolução de aeronaves e motores	Processos judiciais (a)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	99.549	1.030.915	392.432	1.522.896
Constituição (reversão) de provisão	9.581	1.799.280	659.806	2.468.667
Provisões utilizadas	(9)	(288.531)	(218.618)	(507.158)
Alteração de premissas	(32.562)	-	-	(32.562)
Experiência do plano	(8.962)	-	-	(8.962)
Ajuste a valor presente	7.842	57.976	-	65.818
Variação cambial	-	80.193	(1.570)	78.623
Saldos em 31 de dezembro de 2021	75.439	2.679.833	832.050	3.587.322
Em 31 de dezembro de 2021				
Circulante	-	477.324	-	477.324
Não circulante	75.439	2.202.509	832.050	3.109.998
Total	75.439	2.679.833	832.050	3.587.322
Em 31 de dezembro de 2020				
Circulante	-	169.381	-	169.381
Não circulante	99.549	861.534	392.432	1.353.515
Total	99.549	1.030.915	392.432	1.522.896

(a) As provisões utilizadas consideram baixas por reavaliação de estimativa e processos liquidados.

23.1. Benefício pós-emprego

A Companhia oferece aos seus colaboradores planos de assistência médica que em decorrência da observação da legislação vigente gera obrigações com benefícios pós-emprego.

O aumento das taxas indicativas dos títulos públicos federais atrelados à inflação (NTN-B), com vencimentos longos utilizados para definição da taxa de desconto na determinação do passivo pós-emprego, conforme determinado pelas normas contábeis aplicáveis, gerou uma redução no valor da obrigação. Além disso, a Companhia apurou ganho de experiência decorrente do aumento dos custos médicos em 2021 abaixo do esperado, conforme as hipóteses atuariais. Os montantes referentes a alteração da taxa de desconto e experiência do plano foram contabilizados em outros resultados abrangentes.

Notas Explicativas

As premissas atuariais aplicadas na mensuração do benefício pós-emprego estão apresentadas a seguir:

Premissas atuariais	Consolidado	
	2021	2020
Média ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido		
Taxa nominal de desconto (a.a.)	10,59%	7,88%
Taxa real de desconto (a.a.)	5,30%	4,23%
Taxa de inflação estimada no longo prazo (a.a.)	5,02%	3,00%
HCCTR - Taxa de inflação médica nominal (a.a.)	8,43%	6,35%
HCCTR - Taxa de inflação médica real (a.a.)	3,25%	3,25%
Tábua de mortalidade	AT-2000 suavizada em 10%	AT-2000 suavizada em 10%
Média ponderada de premissas para determinar o custo (receita) do benefício definido		
Taxa nominal de desconto (a.a.)	7,88%	7,23%
Taxa real de desconto (a.a.)	5,30%	4,23%
Taxa de inflação estimada no longo prazo (a.a.)	3,50%	3,50%
HCCTR - Taxa de inflação médica nominal (a.a.)	6,86%	6,86%
HCCTR - Taxa de inflação médica real (a.a.)	3,25%	3,25%
Tábua de mortalidade	AT-2000 suavizada em 10%	AT-2000 suavizada em 10%

23.2. Provisões para devolução de aeronaves e motores

Tais provisões consideram os custos que atendem as condições contratuais de devolução de aeronaves e motores mantidos sob arrendamento sem direito de compra, bem como para os custos a incorrer de reconfiguração de aeronaves, quando da sua devolução, conforme condições estabelecidas nos contratos de arrendamento.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia iniciou a execução do plano de aceleração na transformação de frota, conforme descrito na nota explicativa 1.7, desta forma, a Companhia revisou a estimativa relacionada a provisão de devolução de aeronaves e motores e realizou o reconhecimento de provisão adicional no montante de R\$1.622.956, considerando as condições atuais das aeronaves e motores e a previsão de utilização até a efetiva devolução. As referidas provisões são mensurados a valor presente e serão desembolsadas até a devolução das aeronaves e motores.

23.3. Processos judiciais

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em determinados assuntos legais oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos cíveis, administrativos, tributários, previdenciários e trabalhistas.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, constituída de acordo com o CPC 25 - “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”, equivalente ao IAS 37, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

	Consolidado			
	Perda provável		Perda possível	
	2021	2020	2021	2020
Cíveis	188.500	100.806	55.193	64.181
Trabalhistas	475.191	269.297	102.216	238.702
Tributários	168.360	22.329	701.556	574.356
Total	832.051	392.432	858.965	877.239

As provisões são revisadas com base na evolução dos processos e no histórico de perdas através da melhor estimativa corrente. A variação apresentada no exercício refere-se,

Notas Explicativas

substancialmente, a alteração no prognóstico de perda das contingências.

As ações de natureza cível são relacionadas principalmente às ações indenizatórias em geral relacionadas a atrasos e cancelamentos de voos, extravios e danos a bagagens. As ações de natureza trabalhista consistem, essencialmente, em temas relacionados a horas extras, adicional de periculosidade, adicional de insalubridade e diferenças salariais.

Em setembro de 2020, uma ação coletiva foi movida nos tribunais federais de Nova York contra a Companhia e a administração senior da Companhia. Os autores alegam supostos prejuízos resultantes de uma suposta divulgação enganosa. A Companhia está contestando face às alegações serem infundadas. Consequentemente, não existem provisões relacionadas a este tema contabilizadas.

A Companhia discute a não incidência do adicional de alíquota de 1% de COFINS sobre importações de aeronaves, partes e componentes no montante de R\$145.986 (R\$94.790 em 31 de dezembro de 2020). No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, diante das decisões proferidas pelos Tribunais Superiores considerando a legalidade da cobrança do adicional de alíquota nas importações realizadas por empresas aéreas, a Companhia reavaliou o prognóstico de perda, o que resultou na reclassificação de perda possível para provável dos débitos relacionados.

Os processos de natureza tributária apresentadas abaixo foram avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo relevantes e de risco possível em 31 de dezembro de 2021:

- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), montante de R\$29.812 (R\$25.655 em 31 de dezembro de 2020) decorrentes de Autos de Infração lavrados pela Prefeitura do Município de São Paulo contra a Companhia, no período de Janeiro de 2007 a Dezembro de 2010, referente a uma possível incidência de ISS sobre contratos celebrados com parceiros. A classificação de risco possível decorre do fato de que as matérias em discussão são interpretativas, além de envolverem discussões de matérias fático-probatórias, bem como não havendo posicionamento final dos Tribunais Superiores.
- Multa aduaneira no montante de R\$68.917 (R\$66.091 em 31 de dezembro de 2020) referentes aos Autos de Infração lavrados contra a Companhia por suposto descumprimento de normas aduaneiras referentes a processos de importação temporária de aeronaves. A classificação de risco possível decorre do fato de não haver posicionamento final dos Tribunais Superiores sobre a matéria.
- Ágio BSSF Air Holdings (“BSSF”), no montante de R\$66.757 (R\$65.611 em 31 de dezembro de 2020) decorrentes de Auto de Infração lavrado em função da dedutibilidade de ágio alocado como rentabilidade futura. A classificação de risco possível decorre do fato de não haver posicionamento final dos Tribunais Superiores.
- Ágio GLA (decorrente da aquisição da antiga VRG) no montante de R\$90.716 (R\$88.631 em 31 de dezembro de 2020) decorrentes de Auto de Infração lavrado em função da dedutibilidade de ágio alocado como rentabilidade futura. A classificação de risco possível decorre do fato de não haver posicionamento final dos Tribunais Superiores.
- Em 2018, a incorporada Smiles recebeu um Auto de Infração relativo aos anos de 2014 e 2015, lavrado em função: (i) da dedutibilidade do ágio alocado como rentabilidade futura após o processo de incorporação da GA Smiles pela Smiles S.A. em 31 de dezembro de 2013 e (ii) da dedutibilidade das despesas financeiras das debêntures emitidas em

Notas Explicativas

junho de 2014. O montante de R\$130.132 em 31 de dezembro de 2021 (R\$126.410 em 31 de dezembro de 2020) foi avaliado pela Administração e pelos assessores jurídicos como de risco possível, uma vez que há argumentos de defesa em sede de recurso administrativo.

- Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a incorporada Smiles recebeu um Auto de Infração relativo aos anos de 2016 e 2017, lavrado em função da dedutibilidade do ágio alocado como rentabilidade futura após o processo de incorporação da GA Smiles pela Smiles S.A. em 31 de dezembro de 2013. O montante de R\$55.428 em 31 de dezembro de 2021 foi avaliado pela Administração e pelos assessores jurídicos como de risco possível, uma vez que há argumentos de defesa em sede de recurso administrativo.
- Ainda em 2021, a Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos em face da Companhia relativos a não homologação da compensações de créditos de contribuição previdenciária do período de agosto de 2018 a novembro de 2020. O montante de R\$110.915 em 31 de dezembro de 2021 foi avaliado pela Administração e pelos assessores jurídicos como de risco possível, uma vez que há argumentos de defesa em sede de recurso administrativo.

Existem outros processos de natureza tributária avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$148.879 (R\$108.515 em 31 de dezembro de 2020) que somados com os processos acima totalizam o montante de R\$701.556 em 31 de dezembro de 2021 (R\$574.356 em 31 de dezembro de 2020).

24. Patrimônio líquido

24.1. Capital social

No dia 04 de junho de 2021, o Conselho de Administração da Companhia deliberou pelo aumento do capital social no valor de R\$606.839, como resultado da reorganização societária para incorporação da Smiles, com a emissão, pela Companhia, de 22.433.975 novas ações preferenciais, 25.707.301 ações preferenciais classe B e 33.113.683 ações preferenciais classe C, sendo que as ações classes B e C foram resgatadas ainda no mês de junho, no âmbito da proposta de incorporação aprovada.

No dia 15 de junho de 2021, o Conselho de Administração homologou o aumento de capital, no montante de R\$422.611 com a emissão de 171.136.137 ações ordinárias e 12.581.185 ações preferenciais, com custos incorridos de R\$1.877. Neste mesmo ato, as 171.136.137 ações ordinárias foram convertidas em 4.889.603 ações preferenciais de emissão da Companhia, à razão de 35 ações ordinárias para 1 ação preferencial.

Por fim, nos dias 28 de julho e 8 de novembro de 2021, o Conselho de administração da Companhia homologou os aumentos de capital, no montante R\$2.088 e R\$15 com a emissão de 430.333 e 1.860 ações preferenciais todas nominativas e sem valor nominal, respectivamente, referente ao exercício de opções de ações detidas pelos colaboradores elegíveis ao plano, conforme nota explicativa 26.1.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia era de R\$4.039.112 (R\$3.009.436 em 31 de dezembro de 2020), representado por 3.178.043.923 ações, sendo 2.863.682.710 ações ordinárias e 314.361.213 ações preferenciais (3.137.706.967 ações, sendo 2.863.682.710 ações ordinárias e 274.024.257 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2020). O capital social indicado acima encontra-se reduzido dos custos com emissão de ações no valor de R\$157.495 em 31 de dezembro de 2021 (R\$155.618 em 31 de dezembro de 2020).

A composição acionária da Companhia está apresentada a seguir:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Fundo Volluto ⁽²⁾	-	-	-	100,00%	-	23,00%
MOBI ^{(1) (2)}	100,00%	32,81%	46,69%	-	37,57%	28,93%
Airfrance - KLM	-	1,35%	1,07%	-	1,55%	1,19%
Path Brazil ⁽²⁾	-	3,45%	2,74%	-	-	-
Outros	-	1,54%	1,22%	-	1,91%	1,47%
Mercado	-	60,85%	48,28%	-	58,97%	45,41%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(1) No contexto do *Exchangeable senior notes*, emitido em 2019, o MOBI concedeu 14.000.000 ADSs lending facility ao Bank of America Corporation, que opera a linha de empréstimo de ADSs, a fim de facilitar as transações de derivativos negociados de forma privada ou outras atividades de hedge relacionadas às *Exchangeable senior notes*. As ADSs serão devolvidas ao MOBI no vencimento do *Exchangeable senior notes* ou no término do contrato de empréstimo.

(2) Refere-se a entidades jurídicas controladas pelos acionistas controladores (família Constantino). No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o fundo Volluto transferiu as ações ordinárias de sua titularidade para o MOBI.

O capital social autorizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$6 bilhões. Dentro do limite autorizado, a Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária, mediante a emissão de ações, sem guardar proporção entre as diferentes espécies de ações. Nos termos da Lei, nos casos de aumento de capital dentro do limite autorizado, o Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

24.2. Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía 1.217.285 ações em tesouraria, totalizando R\$41.514 (1.824.034 ações no valor de R\$62.215 em 31 de dezembro de 2020). Em 31 de dezembro de 2021, a cotação de fechamento de mercado das ações da Companhia era de R\$17,03 (R\$24,94 em 31 de dezembro de 2020).

24.3. Dividendos intermediários - Acionistas não controladores

Em 25 de março de 2021, o Conselho de Administração da Smiles Fidelidade deliberou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$500.000, dos quais R\$263.008 foram pagos para a Companhia e R\$236.992 foram destinados aos acionistas minoritários e liquidados integralmente em 16 de abril de 2021.

Notas Explicativas

25. Resultado por ação

Embora existam diferenças entre as ações ordinárias e as preferenciais quanto ao direito de voto e preferência em caso de liquidação, as ações preferenciais da Companhia não concedem o direito de recebimento de dividendos fixos. As ações preferenciais possuem poder econômico e o direito de recebimento de dividendos 35 vezes maior do que as ações ordinárias. Dessa forma, a Companhia considera que o poder econômico das ações preferenciais é superior às ações ordinárias. Sendo assim, o resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores é alocado de forma proporcional em relação à participação econômica total do montante de ações ordinárias e preferenciais.

O resultado básico por ação é calculado através da divisão do resultado líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores da Companhia pela quantidade média ponderada de todas as classes de ações em circulação durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui apenas uma categoria de ações potencialmente dilutivas (opção de compra de ações), conforme descrito na nota explicativa nº26. Em razão dos prejuízos apurados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, estes instrumentos emitidos pela controladora possuem efeito não dilutivo e, portanto, não foram considerados na quantidade total de ações em circulação para determinação do prejuízo diluído por ação.

O resultado por ação da Companhia foi determinado conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado					
	2021			2020		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador						
Prejuízo líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores	(1.560.971)	(5.660.567)	(7.221.538)	(1.377.078)	(4.611.050)	(5.988.128)
Denominador						
Média ponderada de ações em circulação (em milhares)	2.863.683	295.486		2.863.683	273.967	
Média ponderada ajustada de ações em circulação e conversões presumidas diluídas (em milhares)	2.863.683	295.486		2.863.683	273.967	
Prejuízo básico por ação	(0,545)	(19,157)		(0,481)	(16,831)	
Prejuízo diluído por ação	(0,545)	(19,157)		(0,481)	(16,831)	

26. Remuneração baseada em ações

A Companhia possui dois planos de remuneração adicional a seus executivos: o Plano de opção de compra de ações ("Plano de opções") e o Plano de ações restritas, ambos visam estimular e promover o alinhamento dos objetivos da Companhia, dos administradores e dos empregados, e mitigar os riscos na geração de valor da Companhia pela perda de seus executivos, fortalecendo o comprometimento e a produtividade desses nos resultados de longo prazo.

Notas Explicativas

26.1. Plano de opção de compra de ações - GOL

Os beneficiários das opções de ações poderão adquirir as ações pelo preço estabelecido na data da outorga após o período de 3 ou 4 anos da data de concessão, na condição de que o beneficiário tenha mantido seu vínculo empregatício durante esse período.

As opções exercíveis em 3 anos tornam-se exercíveis à taxa de 20% no primeiro ano, 30% adicionais no segundo e 50% remanescentes no terceiro ano. Para os planos de opções de ações exercíveis em 4 anos os beneficiários poderão exercer 20% no primeiro ano, 20% no segundo ano, 30% no terceiro ano e 30% no quarto ano.

Em todos os casos, as opções podem ser exercidas em até 10 anos após a data da concessão. Em todos os planos de opções, a volatilidade esperada baseia-se na volatilidade histórica dos 252 dias úteis das ações da Companhia negociadas na B3.

Ano da opção	Data da aprovação	Total de opções outorgadas	Total de opções em circulação	Preço de exercício da opção (em Reais)	Valor justo médio na data da concessão (em Reais)	Volatilidade estimada do preço da opção	Dividendo esperado	Taxa de retorno livre de risco	Maturidade remanescente média em anos
2012	19/10/2012	778.912	189.324	12,81	5,32 (a)	52,25%	2,26%	9,00%	0,7
2013	13/05/2013	802.296	211.663	12,76	6,54 (b)	46,91%	2,00%	7,50%	1,2
2014	12/08/2014	653.130	197.661	11,31	7,98 (c)	52,66%	3,27%	11,00%	2,5
2015	11/08/2015	1.930.844	541.160	9,35	3,37 (d)	55,57%	5,06%	13,35%	3,5
2016	30/06/2016	5.742.732	2.626.473	2,62	1,24 (e)	98,20%	6,59%	14,25%	4,4
2017	08/08/2017	947.767	497.638	8,44	7,91 (f)	80,62%	1,17%	11,25%	5,5
2018	24/05/2018	718.764	470.544	20,18	12,68 (g)	55,58%	0,60%	6,50%	6,3
2019	28/10/2019	1.749.223	1.470.356	25,40	12,10 (h)	61,98%	3,17%	9,00%	7,8
2020	30/07/2020	760.986	614.535	20,57	14,44 (i)	71,37%	0,92%	6,24%	8,6
2021	28/07/2021	658.189	613.307	21,05	14,44 (i)	74,34%	0,00%	8,85%	9,6
Total		14.742.843	7.432.661	12,90					

(a) Valor justo calculado pela média dos valores R\$6,04, R\$5,35 e R\$4,56 para os respectivos períodos de *vesting* (2012, 2013 e 2014).

(b) Valor justo calculado pela média dos valores R\$7,34, R\$6,58 e R\$5,71 para os respectivos períodos de *vesting* (2013, 2014 e 2015).

(c) Valor justo calculado pela média dos valores R\$8,20, R\$7,89 e R\$7,85 para os respectivos períodos de *vesting* (2014, 2015 e 2016).

(d) Valor justo calculado pela média dos valores R\$3,61, R\$3,30 e R\$3,19 para os respectivos períodos de *vesting* (2015, 2016 e 2017).

(e) Em 27 de julho de 2016 foi realizada a outorga de 900.000 ações em complemento ao plano de 2016. O valor justo foi calculado pela média dos valores R\$1,29, R\$1,21 e R\$1,22 para os respectivos períodos de *vesting* (2017, 2018 e 2019).

(f) Valor justo calculado pela média dos valores R\$8,12, R\$7,88 e R\$7,72 para os respectivos períodos de *vesting* (2017, 2018 e 2019).

(g) Valor justo calculado pela média dos valores R\$13,26, R\$12,67 e R\$12,11 para os respectivos períodos de *vesting* (2018, 2019 e 2020).

(h) Valor justo calculado pela média dos valores R\$12,90, R\$12,32 e R\$11,65 para os respectivos períodos de *vesting* (2019, 2020 e 2021).

(i) Valor justo calculado pela média dos valores R\$15,39, R\$14,89, R\$14,31 e R\$13,64 para os respectivos períodos de *vesting* (2020, 2021, 2022 e 2023).

O valor da ação da Companhia negociada na B3 em 31 de dezembro de 2021 era de R\$17,03 (R\$24,94 em 31 de dezembro de 2020).

A movimentação das opções de ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está demonstrada a seguir:

	Total de opções de ações	Preço médio ponderado de período
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2020	7.529.612	11,59
Opções concedidas	658.189	21,05
Opções exercidas	(140.718)	6,96
Opções canceladas e ajustes na estimativa de direitos expirados	(614.422)	20,79
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2021	7.432.661	12,90
Quantidade de opções exercíveis em:		
31 de dezembro de 2020	5.752.726	10,32
31 de dezembro de 2021	6.407.403	12,62

Notas Explicativas

A despesa reconhecida no resultado do exercício correspondente aos planos de opções de ações no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$11.482 (R\$12.063 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

26.2. Plano de ações restritas - GOL

O Plano de ações restritas da Companhia foi aprovado em 19 de outubro de 2012 na Assembleia Geral Extraordinária, e as primeiras outorgas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração neste mesmo ano. O quadro abaixo apresenta os planos que possuem ações transferíveis em 31 de dezembro de 2021.

Ano da ação	Data da aprovação	Total de ações outorgadas	Total de ações transferíveis	Preço médio na data da concessão
2016	30/06/2016	4.007.081	-	2,62
2017	08/08/2017	1.538.213	-	8,44
2018	24/05/2018	773.463	-	20,18
2020	30/07/2020	801.311	746.694	20,57
2021	30/04/2021	858.068	799.556	21,05
Total	31/12/2021	7.978.136	1.546.250	

A movimentação do total das ações restritas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está demonstrada a seguir:

	Total de ações restritas
Ações restritas em 31 de dezembro de 2020	1.203.483
Ações transferidas (*)	(595.976)
Outorgas concedidas	858.068
Ações canceladas e ajustes na estimativa de direitos expirados	80.675
Ações restritas em 31 de dezembro de 2021	1.546.250

(*) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia transferiu 581.499 ações via instrumentos patrimoniais (ações em tesouraria) e o restante, equivalente a 14.477 ações, foi devidamente liquidado.

A despesa reconhecida no resultado do exercício correspondente aos planos de opções de ações no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$9.469 (R\$8.976 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

27. Transações com partes relacionadas

27.1. Contratos de mútuos - ativo e passivo não circulante

A Controladora mantém mútuos ativos e passivos com a controlada GLA, sem avais e garantias, conforme quadro a seguir:

Credor	Devedor	Tipo de operação	Taxa de juros (a.a.)	Ativo		Passivo	
				2021	2020	2021	2020
GOL	GLA	Mútuo	3,42%	903.297	915.226	-	-
GAC	GLA	Mútuo	(*)	1.257.057	1.347.546	6.692	8.791
Gol Finance	GLA	Mútuo	4,06%	4.847.921	2.634.559	-	-
Total				7.008.275	4.897.331	6.692	8.791

(*) Conforme legislação local, a Companhia aplica juros simbólicos.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possui saldo de dividendos e juros sobre capital próprio a receber (R\$24.120 em 31 de dezembro de 2020).

Além dos valores acima, o quadro a seguir demonstra os demais saldos entre as Companhias eliminados no Consolidado:

Saldos

Notas Explicativas

Credor	Devedor	Tipo de operação	Vencimento dos contratos	Taxa de juros (a.a.)	31/12/2021	31/12/2020
Gol Finance	GOL	Bônus de subscrição(*)	07/2024	-	602.350	602.350
Gol Finance Inc.	GAC	Mútuo	01/2023	8,64%	1.269.464	1.149.501
Gol Finance	GAC	Mútuo	03/2025	3,83%	1.181.126	1.157.009
Gol Finance	Gol Finance Inc.	Mútuo	04/2023	1,92%	557.544	305.702
Gol Finance Inc.	Gol Finance	Mútuo	07/2020	11,70%	1.938	1.805
Smiles Fidelidade	GLA	Compra antecipada de passagens	-	-	-	2.011.291
Smiles Fidelidade	GLA	Venda de milhas	-	-	-	9.627
Smiles Fidelidade	GLA	Taxa de administração	-	-	-	308
Smiles Fidelidade	GLA	Carta acordo de indenização	-	-	-	530
GLA	Smiles Fidelidade	Serviços compartilhados	-	-	-	6.363
GLA	Smiles Fidelidade	Repasse	-	-	-	15.683
GLA (**)	Smiles Viagens	Dividendos	-	-	267	267
Smiles Viagens	GLA (**)	Repasses	-	-	687	414
Smiles Argentina	GLA (**)	Repasses	-	-	4.466	5.152
Total					3.617.842	5.266.002

(*) A controlada Gol Finance, por meio da Gol Equity Finance, adquiriu o bônus de subscrição emitido pela Companhia no âmbito do *Exchangeable Senior Notes*.

(**) Com a incorporação da Smiles Fidelidade para a GLA em 1º de setembro de 2021, os créditos (obrigações) foram transferidos para a incorporadora.

27.2. Serviços de transporte e de consultoria

No decorrer de suas operações, a Companhia, por si e por meio de suas subsidiárias celebrou contratos com as empresas listadas a seguir, parte do mesmo grupo econômico da Companhia:

- **Expresso Caxiense S.A.:** Prestação de serviços de transporte de passageiros na ocorrência de voo interrompido, com vigência até 09/03/2023; e
- **Viação Piracicabana Ltda.:** Prestação de serviços de transporte de passageiros, bagagens, tripulantes e colaboradores entre aeroportos, com vigência até 30 de setembro de 2026.

Em 31 de dezembro de 2021 a controlada GLA reconheceu uma despesa total referente a esses serviços de R\$4.712 (R\$5.779 em 31 de dezembro de 2020). Na mesma data, o saldo a ser pago na rubrica de fornecedores às empresas ligadas era de R\$3.397 (R\$3.344 em 31 de dezembro de 2020), e refere-se substancialmente a serviços de transportes junto à Viação Piracicabana Ltda e Expresso Caxiense S.A.

Notas Explicativas

27.3. Contratos de abertura de conta UATP (“Universal Air Transportation Plan”) com concessão de limite de crédito

A controlada GLA celebrou contratos de abertura de conta UATP com as partes relacionadas indicadas a seguir: Aller Participações S.A.; BR Mobilidade Baixada Santista S.A. SPE; Breda Transportes e Serviços S.A.; Comporte Participações S.A.; Empresa Cruz de Transportes Ltda.; Empresa de Ônibus Pássaro Marrom S.A.; Empresa Princesa do Norte S.A.; Expresso Itamarati S.A.; Expresso Maringá do Vale S.A.; Expresso União Ltda.; Glarus Serviços Tecnologia e Participações S.A.; Limmat Participações S.A.; Quality Bus Comércio de Veículos S.A.; Super Quadra Empreendimentos Imobiliários S.A.; Thurgau Participações S.A.; Transporte Coletivo Cidade Canção Ltda.; Turb Transporte Urbano S.A.; Vaud Participações S.A.; e Viação Piracicabana Ltda.; com prazo indeterminado, cuja finalidade é a emissão de créditos para a compra de passagens aéreas emitidas pela Companhia. A conta UATP (cartão virtual) é aceita como meio de pagamento na compra de passagens aéreas e serviços relacionados, buscando simplificar o faturamento e viabilizar o pagamento entre as companhias participantes.

As empresas indicadas acima são de propriedade das pessoas físicas que detém o controle do FIP Volutto e Mobi FIA, principais acionistas da Companhia.

27.4. Contratos de parceria comercial estratégica e manutenção

Em 19 de fevereiro de 2014, a Companhia assinou um acordo de parceria estratégica de cooperação comercial junto à AirFrance-KLM. Em 1º de janeiro de 2017 foi celebrada uma ampliação do escopo para inclusão de serviços de manutenção. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os gastos com manutenção de componentes realizadas junto à oficina da AirFrance-KLM foram de R\$81.264 (R\$171.290 em 31 de dezembro de 2020). Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui R\$99.976 na rubrica de “Fornecedores” no passivo circulante (R\$72.519 em 31 de dezembro de 2020).

27.5. Contrato de remuneração por prestação de garantia

Em 27 de outubro de 2020, a Companhia, por meio de sua controlada Gol Finance, emitiu uma dívida (financiamento garantido) no valor de US\$250 milhões, para a qual detém garantia de ativos concedidos pelo Mobi FIA, por meio da celebração do Contrato de Penhor de Ações, Bens e Direitos Creditórios e em contraprestação receberá remuneração da Companhia, conforme os termos acordados em contrato. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 esta dívida foi integralmente quitada e as garantias foram liberadas de seu penhor.

27.6. Remuneração do pessoal-chave da Administração

	Consolidado	
	2021	2020
Salários, bônus e benefícios (*)	45.014	35.147
Encargos sociais	11.981	13.454
Remuneração baseada em ações	21.798	15.509
Total	78.793	64.110

(*) Inclui remuneração de membros da administração e comitê de auditoria.

Notas Explicativas

28. Receita de vendas

	Consolidado	
	2021	2020
Transporte de passageiros (*)	7.119.086	5.958.848
Transporte de cargas	361.648	316.318
Receita de milhas	267.344	341.197
Outras receitas	36.866	47.053
Receita bruta	7.784.944	6.663.416
Impostos incidentes	(351.560)	(291.599)
Receita líquida	7.433.384	6.371.817

(*) Do montante total, o valor de R\$210.018 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é composto por receitas de não comparecimento de passageiros, remarcação, cancelamento de passagens (R\$252.730 para exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as receitas auferidas no mercado internacional representam menos de 10% da receita total.

29. Custos dos serviços prestados e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Custos dos serviços prestados				
Pessoal	-	-	(1.261.674)	(1.018.411)
Combustíveis e lubrificantes	-	-	(2.631.900)	(2.025.701)
Material de manutenção e reparo	-	-	(2.200.678)	(335.868)
Gastos com passageiros	-	-	(549.517)	(389.998)
Prestação de serviços	-	-	(178.437)	(183.687)
Tarifas de pouso e decolagem	-	-	(456.006)	(411.065)
Depreciação e amortização	-	-	(988.504)	(1.041.782)
Outros custos operacionais	-	-	(326.980)	(246.793)
Total custos dos serviços prestados	-	-	(8.593.696)	(5.653.305)
Despesas comerciais				
Pessoal	-	-	(28.429)	(27.039)
Prestação de serviços	-	-	(114.016)	(83.595)
Comerciais e publicidade	(369)	-	(406.553)	(324.185)
Outras despesas comerciais	(73)	-	(34.686)	(31.079)
Total despesas comerciais	(442)	-	(583.684)	(465.898)
Despesas administrativas				
Pessoal (a)	(11.819)	(11.418)	(743.572)	(558.977)
Prestação de serviços	(82.501)	(25.066)	(622.920)	(455.962)
Depreciação e amortização	-	-	(108.054)	(37.352)
Outras despesas administrativas (b)	(78.077)	(8.022)	(576.830)	(267.690)
Total despesas administrativas	(172.397)	(44.506)	(2.051.376)	(1.319.981)
Outras (despesas) receitas operacionais				
Transações de <i>sale-leaseback</i> (d)	2.113	372.712	5.913	551.942
Recuperação de despesas acordo Boeing	-	-	23.725	193.503
Recuperação de tributos pagos	-	-	78.920	225.385
Ociosidade - depreciação e amortização (c)	-	-	(239.255)	(765.456)
Ociosidade - pessoal (c)	-	-	(394)	(161.201)
Outras despesas operacionais	4.186	6.421	91.868	71.789
Total outras receitas e (despesas) operacionais, líquidas	6.299	379.133	(39.223)	115.962
Total	(166.540)	334.627	(11.267.979)	(7.323.222)

- (a) A Companhia reconhece as despesas com o Comitê de Auditoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal na rubrica de "Pessoal".
 (b) O aumento destas despesas no exercício está substancialmente vinculado a provisões para processos judiciais, vide nota explicativa 23.3.
 (c) Vide nota explicativa 1.1
 (d) Vide nota explicativa 17.1

Notas Explicativas

30. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras				
Ganhos sobre aplicações financeiras	9.432	5.448	36.982	117.564
Outros (a) (b)	146.945	125.148	11.812	70.426
Total receitas financeiras	156.377	130.596	48.794	187.990
Despesas financeiras				
Juros e custos sobre empréstimos e financiamentos	(757.385)	(608.717)	(896.091)	(727.318)
Juros de operações de arrendamento	-	-	(880.626)	(818.529)
Juros sobre provisão para devolução de aeronaves	-	-	(57.976)	(67.609)
Comissões, despesas bancárias e juros sobre outras operações	(21.313)	(54.733)	(318.570)	(229.024)
Outros	(8.519)	(22.562)	(47.782)	(108.631)
Total despesas financeiras	(787.217)	(686.012)	(2.201.045)	(1.951.111)
Instrumentos financeiros derivativos				
Direito de conversão e derivativos - ESN, líquido (c)	200.267	300.266	200.267	300.266
Outros instrumentos financeiros derivativos, líquido	-	-	(1.515)	(374.047)
Total instrumentos financeiros derivativos	200.267	300.266	198.752	(73.781)
Variação monetárias e cambiais	(252.331)	(731.397)	(1.588.133)	(3.028.547)
Total	(682.904)	(986.547)	(3.541.632)	(4.865.449)

- (a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, do montante total individual e consolidado, R\$2.886 e R\$16.791, respectivamente, referem-se ao PIS e COFINS incidentes sobre receitas financeiras auferidas, de acordo com o Decreto nº8.426 de 1º de abril de 2015 (R\$4.558 e R\$38.553 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).
- (b) O montante registrado em Outros na Controladora inclui juros de mútuo no montante de R\$149.830 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$135.213 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).
- (c) Vide nota 32.2 (ESN e Capped call).

31. Compromissos

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui 103 pedidos firmes (95 em 31 de dezembro de 2020) junto a Boeing para aquisição de aeronaves. Estes compromissos de compra de aeronaves incluem estimativas para aumentos contratuais dos preços durante a fase de construção. O valor presente dos pedidos firmes em 31 de dezembro de 2021, considerando uma estimativa dos descontos contratuais, corresponde a aproximadamente R\$21.947.804 (R\$16.636.198 em 31 de dezembro de 2020), equivalente a US\$3.932.946 (US\$3.201.301 em 31 de dezembro de 2020), e estão segregados conforme abaixo:

	Consolidado	
	2021	2020
2022	2.805.899	-
2023	3.384.587	2.707.544
2024	6.101.396	5.110.707
2025	6.428.138	5.801.193
2026	3.227.784	3.016.754
Total	21.947.804	16.636.198

Notas Explicativas

Do total de compromissos apresentados acima, a Companhia deverá desembolsar o montante de R\$6.989.381 (correspondendo a US\$1.252.465 em 31 de dezembro de 2021) a título de adiantamentos para aquisição de aeronaves, conforme fluxo financeiro abaixo:

	Consolidado	
	2021	2020
2021	-	171.935
2022	248.109	1.130.099
2023	1.174.768	2.159.742
2024	2.145.764	2.183.366
2025	2.279.227	837.921
2026	1.141.513	56.283
Total	6.989.381	6.539.346

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía ainda compromissos relacionados à aquisição da MAP Transportes Aéreos, conforme divulgado na nota explicativa 1.6.

32. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

As atividades operacionais expõem a Companhia e suas controladas aos riscos financeiros de mercado, de crédito e de liquidez. Tais riscos podem ser mitigados através da utilização de derivativos do tipo *swaps*, contratos futuros e opções, no mercado de petróleo, dólar e juros.

A gestão dos instrumentos financeiros é efetuada pelo Comitê de Política Financeira (“CPF”) em consonância com as Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Comitê de Políticas de Riscos (“CPR”) e submetidas ao Conselho de Administração. O CPR estabelece as diretrizes, limites e acompanha os controles, incluindo os modelos matemáticos adotados para o monitoramento contínuo das exposições e possíveis impactos financeiros, além de coibir a exploração de operações de natureza especulativa com instrumentos financeiros.

A Companhia não contrata instrumentos de proteção para a totalidade da exposição de riscos, estando, portanto, sujeita às variações de mercado para uma parcela significativa de seus ativos e passivos expostos aos riscos supracitados. As decisões sobre a parcela a ser protegida consideram os riscos financeiros e os custos de tal proteção e são determinadas e revisadas no mínimo mensalmente, em consonância com as estratégias do CPR. Os resultados auferidos das operações e a aplicação dos controles para o gerenciamento de riscos fazem parte do monitoramento feito pelo Comitê e têm sido satisfatórios aos objetivos propostos.

O setor aéreo permanece exposto aos riscos associados a evolução da pandemia e novas cepas do vírus e à possíveis novas restrições impostas pelas autoridades governamentais para conter a proliferação da doença, de forma que os resultados financeiros da Companhia podem sofrer impactos. Embora se espere que a pandemia, em particular o prolongamento desta e suas incertezas, tenha consequências para os resultados financeiros das empresas aéreas em geral, os riscos associados à Companhia devem ser mensurados à luz de sua posição financeira.

Notas Explicativas

32.1. Classificação contábil de instrumentos financeiros

As classificações contábeis dos instrumentos financeiros consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão identificadas a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	Mensurados a valor justo por meio de resultado		Custo amortizado		Mensurados a valor justo por meio de resultado		Custo Amortizado	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Ativo								
Caixa e depósitos bancários	2.981	374.271	-	-	116.123	428.812	-	-
Equivalentes de caixa	207.960	49.666	-	-	370.135	234.018	-	-
Aplicações financeiras	4.378	4.437	-	-	373.689	1.173.942	-	-
Contas a receber	-	-	-	-	-	-	850.683	739.699
Direitos com operações de derivativos	107.170	87.663	-	-	114.060	128.809	-	-
Depósitos (a)	-	-	2.790	68.423	-	-	1.373.109	1.390.890
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	-	-	-	24.120	-	-	-	-
Créditos com empresas relacionadas	-	-	7.008.275	4.897.331	-	-	-	-
Outros créditos e valores	-	-	14.458	9.640	-	-	189.017	179.160
Passivo								
Empréstimos e financiamentos (b)	162.568	346.030	9.859.000	7.283.683	162.568	346.030	11.737.462	9.630.936
Arrendamentos a pagar	-	-	-	-	-	-	10.762.984	7.584.192
Fornecedores	-	-	84.351	72.702	-	-	1.898.970	1.645.194
Fornecedores - Risco sacado	-	-	-	-	-	-	22.733	-
Obrigações com operações de derivativos	-	-	-	-	-	5.297	-	-
Obrigações com partes relacionadas	-	-	6.692	8.791	-	-	-	-
Outras obrigações	-	-	581.767	316.030	-	-	1.023.700	618.754

(a) Excluem-se os depósitos judiciais, demonstrados na nota explicativa nº12.

(b) Os montantes em 31 de dezembro de 2021 e 2020 classificados como mensurado ao valor justo por meio do resultado referem-se ao derivativo contratado atrelado ao *Exchangeable Senior Notes*.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve reclassificação entre as categorias de instrumentos financeiros.

Notas Explicativas

32.2. Instrumentos financeiros derivativos e não derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia foram registrados nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

	Derivativos					Não derivative	
	Combustível	Taxa de juros	Câmbio	Capped call	ESN 2024	Hedge de receita	Total
Variações no valor justo							
Direitos (obrigações) com derivativos em 31 de dezembro de 2020	34.166	-	1.683	87.663	(346.030)	-	(222.518)
Ganhos (perdas) reconhecidos no resultado	-	-	635	19.507	183.462	-	203.604
Ganhos reconhecidos em ajuste de avaliação patrimonial	98.821	-	-	-	-	-	98.821
Recebimentos durante o exercício	(126.097)	-	(2.318)	-	-	-	(128.415)
Direitos (obrigações) com derivativos em 31 de dezembro de 2021	6.890	-	-	107.170	(162.568)	-	(48.508)
Direitos com operações de derivativos - circulante	4.936	-	-	-	-	-	4.936
Direitos com operações de derivativos - não circulante	1.954	-	-	107.170	-	-	109.124
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(162.568)	-	(162.568)
Movimentação de ajuste de avaliação patrimonial							
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(164.789)	(303.207)	-	-	-	(843.080)	(1.311.076)
Ajustes de valor justo durante o exercício	98.821	-	-	-	-	-	98.821
Ajustes de hedge accounting de receita	-	-	-	-	-	222.873	222.873
Reversões líquidas para o resultado	56.740	6.378	-	-	-	7.463	70.581
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(9.228)	(296.829)	-	-	-	(612.744)	(918.801)
Efeitos no resultado	(56.740)	(6.378)	635	19.507	183.462	(230.336)	(89.850)
Receita líquida	-	-	-	-	-	(6.640)	(6.640)
Custo dos serviços prestados	(60.968)	-	-	-	-	-	(60.968)
Resultado financeiro - Instrumentos financeiros derivativos	4.228	(6.378)	635	13.463	186.804	-	198.752
Resultado financeiro - Variações monetárias e cambiais	-	-	-	6.044	(3.342)	(223.696)	(220.994)

Notas Explicativas

A Companhia pode adotar *hedge accounting* como prática de contabilização dos derivativos que são contratados para proteção de fluxo de caixa e que se qualificam para tal classificação de acordo com o CPC 48 - “Instrumentos Financeiros”, equivalente ao IFRS 9.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia adota como *hedge* de fluxo de caixa para proteção de taxa de juros (predominantemente Libor), para proteção de combustível aeronáutico e receita futura em dólar.

O cronograma de realização do saldo de ajustes de avaliação patrimonial em 31 de dezembro de 2021, referente aos hedges de fluxo de caixa, é como segue:

	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026
Combustível	(9.228)	-	-	-	-	-
Taxa de juros	(7.160)	(28.027)	(32.775)	(34.413)	(34.246)	(160.208)
Hedge de receita	(153.258)	(252.662)	(206.824)	-	-	-
Total	(169.646)	(280.689)	(239.599)	(34.413)	(34.246)	(160.208)

32.3. Riscos de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os principais preços de mercado com impacto sobre a Companhia são: preço de combustível, taxa de câmbio e taxa de juros.

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros foi elaborada com o objetivo de estimar o impacto no lucro (prejuízo) antes dos impostos e patrimônio líquido sobre a: posição de derivativos em aberto, exposição cambial e às taxas de juros em 31 de dezembro de 2021 para os riscos de mercado considerados relevantes pela Administração da Companhia.

No cenário provável, na avaliação da Companhia, considerou-se a manutenção dos níveis de mercado, de forma que não há impactos sobre o lucro (prejuízo) antes dos impostos e patrimônio líquido. A Companhia considerou ainda os seguintes cenários na variável de risco:

- deterioração de 10% (cenário adverso I);
- deterioração de 25% (cenário adverso II).

As estimativas apresentadas não refletem necessariamente os montantes a serem apurados nas próximas demonstrações financeiras. O uso de metodologias diferentes pode ter um efeito material sobre as estimativas apresentadas.

32.3.1. Combustível

O preço do combustível de aeronaves varia em função da volatilidade do preço do petróleo cru e de seus derivados. A Companhia pode utilizar diferentes instrumentos para proteger a exposição ao preço do combustível, a escolha depende de fatores como liquidez no mercado, valor de mercado dos componentes, níveis de volatilidade, disponibilidade e depósito de margem. Os principais instrumentos são futuros, *calls*, *calls spreads*, *collars* e *swaps*.

A estratégia de Gerenciamento de Risco de Combustíveis da Companhia é baseada em modelos estatísticos. Através de modelo desenvolvido, a Companhia é capaz de (i) medir a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o objeto de *hedge*, visando avaliar se a relação entre o preço do combustível de aviação e o preço do combustível internacional se comporta dentro do esperado; e (ii) definir adequadamente o índice de *hedge* a fim de determinar o volume adequado a ser contratado para proteger a quantidade de litros de combustíveis que será consumido em um determinado período.

Os modelos da Companhia consideram os potenciais fatores de ineficácia que podem impactar

Notas Explicativas

nas estratégias de gestão de risco, tais como, alteração na precificação do querosene de aviação por parte dos fornecedores e o descasamento de prazo do instrumento de *hedge* e do objeto de *hedge*.

A Companhia tem protegido por contratos de hedge aproximadamente 2.2% do seu consumo de combustível para o ano de 2022, 1.7% para o ano de 2023.

O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade considerando oscilação dos preços do barril de combustível aeronáutico cotado em dólar americano, tomando como base o preço do barril em 31 de dezembro de 2021 cotado a US\$75,21:

	Combustível	
	Cotação do barril (em USD)	Impacto (em milhares de reais)
Queda nos preços/barril (-25%)	51,17	(4.361)
Queda nos preços/barril (-10%)	67,69	(1.760)
Aumento nos preços/barril (+10%)	82,37	1.621
Aumento nos preços/barril (+25%)	85,29	3.701

32.3.2. Taxa de juros

A estratégia de gerenciamento de risco de juros da Companhia combina taxas de juros fixas e flutuantes, e determina se será necessário ampliar ou reduzir as exposições às taxas de juros. A Companhia gerencia sua exposição através da apuração do *Basis Point Value* (“BPV”) de cada contrato, e utiliza volumes que equivalem à quantidade de BPVs necessários para atingir os objetivos propostos na Gestão de Riscos para a contratação de derivativos.

Através de modelos estatísticos, a Companhia comprova a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o objeto de *hedge*, considerando potenciais fatores de inefetividade, tais como o descasamento de prazo do Instrumento de *hedge* e do objeto de *hedge*.

A Companhia está exposta a operações futuras de arrendamento mercantil, cujas parcelas a serem pagas estão expostas à variação da taxa de juros até o recebimento da aeronave. Para mitigar tais riscos, a Companhia pode utilizar instrumentos financeiros derivativos. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas não possuem contratos de derivativos de juros em aberto.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia detinha aplicações e dívidas financeiras com diversos tipos de taxas. Na análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos, foi considerado o impacto nos juros anuais apenas sobre as posições com valores significativos em 31 de dezembro de 2021 e expostos às oscilações nas taxas de juros, conforme os cenários demonstrados a seguir. Os valores demonstram os impactos no resultado de acordo com os cenários aplicados:

Risco	Aplicações financeiras líquidas de dívidas financeiras (a)	
	Aumento da taxa CDI	Aumento da taxa Libor
Taxas referenciais	9,15%	0,17%
Valores expostos (b)	(550.971)	(2.544.529)
Cenário favorável remoto (-25%)	14.406	1.113
Cenário favorável possível (-10%)	5.762	445
Cenário adverso possível (+10%)	(5.762)	(445)
Cenário adverso remoto (+25%)	(14.406)	(1.113)

(a) Refere-se à soma dos valores aplicados e captados no mercado financeiro e indexados à taxa CDI e a Libor.

(b) Saldos contábeis registrados em 31 de dezembro de 2021.

32.3.3. Câmbio

O risco de câmbio decorre da possibilidade de variação cambial desfavorável às quais o passivo ou o fluxo de caixa da Companhia estão expostos. A Companhia possui essencialmente exposição de variação do dólar norte-americano.

A exposição patrimonial ao câmbio está sumarizada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativos				
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	3.626	374.979	153.040	491.258
Contas a receber	-	-	171.473	120.167
Depósitos	2.790	68.423	1.373.109	1.390.890
Direitos com operações de derivativos	107.170	87.663	114.060	128.809
Total do ativo	113.586	531.065	1.811.682	2.131.124
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	(10.021.568)	(7.629.713)	(10.677.266)	(9.132.988)
Arrendamentos a pagar	-	-	(10.724.976)	(7.536.677)
Fornecedores	(32.272)	(24.357)	(497.877)	(481.001)
Provisão para devolução de aeronaves e motores	-	-	(2.679.833)	(1.030.915)
Obrigações com operações de derivativos	-	-	-	(5.297)
Total do passivo	(10.053.840)	(7.654.070)	(24.579.952)	(18.186.878)
Total da exposição cambial passiva	(9.940.254)	(7.123.005)	(22.768.270)	(16.055.754)
Compromissos não registrados no balanço				
Obrigações futuras decorrentes de pedidos firmes para compra de aeronaves	(21.947.804)	(23.269.198)	(21.947.804)	(23.269.198)
Total	(21.947.804)	(23.269.198)	(21.947.804)	(23.269.198)
Total da exposição cambial R\$	(31.888.058)	(30.392.203)	(44.716.074)	(39.324.952)
Total da exposição cambial US\$	(5.714.194)	(5.848.366)	(8.012.915)	(7.567.293)
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	5,5805	5,1967	5,5805	5,1967

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia adotou a taxa de câmbio de R\$5,5805/US\$1,00, correspondente à taxa de fechamento do mês divulgada pelo Banco Central do Brasil como cenário provável. O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade e o efeito no resultado da oscilação do câmbio no valor exposto em 31 de dezembro de 2021:

	Taxa de câmbio	Efeito no resultado	
		Controladora	Consolidado
Passivo líquido exposto ao risco de valorização do dólar norte-americano	5,5805	9.940.254	22.768.270
Desvalorização do dólar (-25%)	4,1854	2.485.064	5.692.068
Desvalorização do dólar (-10%)	5,0225	994.025	2.276.827
Valorização do dólar (+10%)	6,1386	(994.025)	(2.276.827)
Valorização do dólar (+25%)	6,9756	(2.485.064)	(5.692.068)

32.3.4. Capped call

A Companhia, por meio da Gol Equity Finance, no contexto da precificação do ESN emitidas em 26 de março, em 17 de abril e 17 de julho de 2019, realizou operações privadas de derivativos (*Capped call*) com parte dos subscritores das *Notes* com o objetivo de minimizar a potencial diluição das ações preferenciais e das ADSs da Companhia.

32.4. Riscos de crédito

O risco de crédito é inerente às atividades operacionais e financeiras da Companhia, principalmente presente nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. Os ativos financeiros classificados como caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras são depositados em contrapartes que possuem *rating* mínimo de *investment grade* na avaliação feita pelas agências S&P ou Moody's (entre AAA e AA-), conforme estabelecido por políticas de gestão de risco.

Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação e os valores contábeis representam a exposição máxima do risco de crédito. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são monitorados frequentemente pela Companhia.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados em mercado de balcão (OTC), junto a contrapartes com *rating* mínimo de *investment grade*, ou em bolsa de valores de mercadorias e futuros (B3 e NYMEX), o que mitiga substancialmente o risco de crédito. A Companhia tem como obrigação avaliar os riscos das contrapartes em instrumentos financeiros e diversificar a exposição periodicamente.

32.5. Risco de liquidez

A Companhia está exposta ao risco de liquidez de duas formas distintas: (i) risco de liquidez de mercado, que varia de acordo com os tipos de ativos e mercados em que os ativos são negociados, e (ii) liquidez do fluxo de caixa, relacionado com o surgimento de dificuldades para cumprir com as obrigações operacionais contratadas nas datas previstas. A fim de atendimento da gestão de risco de liquidez, a Companhia aplica seus recursos em ativos líquidos (títulos públicos federais, CDBs e fundos de investimento com liquidez diária) e a Política de Gestão de Caixa estabelece que o prazo médio ponderado da dívida deva ser maior que o prazo médio ponderado do portfólio de investimento.

Notas Explicativas

Os cronogramas de vencimento dos passivos financeiros consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são como segue:

	Controladora				Total
	Menos de 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	164.304	-	8.998.421	858.843	10.021.568
Fornecedores	84.335	-	16	-	84.351
Obrigações com partes relacionadas	-	-	6.692	-	6.692
Outras obrigações	85.843	-	495.923	-	581.766
Em 31 de dezembro de 2021	334.482	-	9.501.052	858.843	10.694.377
Empréstimos e financiamentos	638.965	-	6.201.580	789.168	7.629.713
Fornecedores	72.702	-	-	-	72.702
Obrigações com partes relacionadas	8.791	-	-	-	8.791
Outras obrigações	-	-	316.030	-	316.030
Em 31 de dezembro de 2020	720.458	-	6.517.610	789.168	8.027.236

	Consolidado				Total
	Menos de 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	478.566	156.048	10.373.517	891.899	11.900.030
Arrendamentos a pagar	1.209.215	848.472	5.159.608	3.545.689	10.762.984
Fornecedores	1.820.056	-	78.914	-	1.898.970
Fornecedores - Risco sacado	22.733	-	-	-	22.733
Outras obrigações	455.251	-	568.449	-	1.023.700
Em 31 de dezembro de 2021	3.985.821	1.004.520	16.180.488	4.437.588	25.608.417
Empréstimos e financiamentos	2.120.462	232.817	6.804.167	819.520	9.976.966
Arrendamentos a pagar	647.850	669.158	4.763.614	1.503.570	7.584.192
Fornecedores	1.612.536	-	32.658	-	1.645.194
Obrigações com operações de derivativos	5.297	-	-	-	5.297
Outras obrigações	287.275	-	331.479	-	618.754
Em 31 de dezembro de 2020	4.673.420	901.975	11.931.918	2.323.090	19.830.403

32.6. Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Visando atender as exigências de divulgação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo, a Companhia e suas controladas devem fazer o agrupamento desses instrumentos nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

- Nível 1: Mensurações de valor justo são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: Mensurações de valor justo são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: Mensurações de valor justo são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem para ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Notas Explicativas

A tabela abaixo demonstra um resumo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas mensurados a valor justo com suas respectivas classificações dos métodos de valoração, em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Controladora					
2021					
2020					
	Hierarquia de valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	3.285	3.285	652	652
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	207.656	207.656	49.014	49.014
Aplicações financeiras	Nível 2	4.378	4.378	236	236
Direitos com operações de derivativos	Nível 2	107.170	107.170	87.663	87.663
Empréstimos e financiamentos	Nível 1	(162.568)	(162.568)	(346.030)	(346.030)

Consolidado					
2021					
2020					
	Hierarquia de valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	156.996	156.996	59.936	59.936
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	329.262	329.262	170.359	170.359
Aplicações financeiras	Nível 1	2.042	2.042	22.465	22.465
Aplicações financeiras	Nível 2	83.592	83.592	1.151.477	1.151.477
Direitos com operações de derivativos	Nível 2	114.060	114.060	128.809	128.809
Empréstimos e financiamentos	Nível 1	(162.568)	(162.568)	(346.030)	(346.030)
Obrigações com operações de derivativos	Nível 2	-	-	(5.297)	(5.297)

O valor justo dos instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado não foi divulgado uma vez que o valor justo se aproxima do seu valor contábil com base nas condições estabelecidas, principalmente em função o curto prazo do vencimento destes ativos e passivos. Os valores justos para empréstimos e financiamentos, que diferem dos saldos contábeis, por sua vez, encontram-se divulgados na nota explicativa 16.

32.7. Gerenciamento de capital

A Companhia busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura de capital que considera parâmetros adequados para os custos financeiros e os prazos de vencimento das captações e suas garantias. A Companhia acompanha seu grau de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida, incluindo empréstimos de curto e longo prazo. A tabela a seguir demonstra a alavancagem financeira:

Consolidado		
	2021	2020
Total dos empréstimos e financiamentos	11.900.030	9.976.966
Total de arrendamentos a pagar	10.762.984	7.584.192
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(486.258)	(662.830)
(-) Aplicações financeiras	(373.689)	(1.173.942)
Dívida líquida	21.803.067	15.724.386

Notas Explicativas**33. Transações que não afetaram o caixa**

	Controladora	
	2021	2020
JSCP a distribuir, líquido de impostos (investimentos / JSCP)	-	24.120
Remuneração baseada em ações (Investimentos / reserva de capital)	21.578	(22.298)
Efeitos de alteração de participação societária (investimentos / reservas de capital)	-	352
Resultado não realizado de derivativos (investimentos / ajuste de avaliação patrimonial)	328.955	(781.033)
Perdas atuariais de benefício pós-emprego de controlada (investimentos / ajuste de avaliação patrimonial)	41.524	14.376
Aumento de capital com emissão de ações para acionistas não controladores (investimentos / capital social)	606.839	-
Resultado na alienação de ações em tesouraria (ações em tesouraria / reserva de capital)	279	-
Transferência de ações em tesouraria (ações em tesouraria / reserva de capital)	19.834	-

	Consolidado	
	2021	2020
Amortização de dívida com aplicações vinculadas (aplicações financeiras / empréstimos e financiamentos)	198.270	-
Depósitos aplicados (depósitos / arrendamentos a pagar)	41.974	77.009
Risco sacado (Risco sacado / empréstimos)	-	411.457
Aquisição de imobilizado por meio de financiamentos (imobilizado / empréstimos e financiamentos)	-	25.974
Depósitos capitalizados (depósitos / imobilizado)	-	39.729
Direito de uso de equipamentos de voo (imobilizado / arrendamentos a pagar)	2.295.903	165.146
Renegociação contratual de arrendamento financeiro (imobilizado / arrendamentos a pagar)	778.379	221.248
Retroarrendamento (imobilizado / arrendamentos a pagar)	209.065	289.102
Provisão para devolução de aeronaves (imobilizado / provisões)	27.024	-
Perdas atuariais de benefício pós-emprego (provisões / ajuste de avaliação patrimonial)	41.524	13.921
Resultado não realizado de derivativos (direito com derivativos / ajuste de avaliação patrimonial)	328.955	-
Aumento de capital com emissão de ações para acionistas não controladores (capital social / participação de não controladores)	606.839	-
Constituição de reserva de capital	744.450	-
Resultado na alienação de ações em tesouraria (ações em tesouraria / reserva de capital)	279	-
Transferência de ações em tesouraria (ações em tesouraria / reserva de capital)	19.834	-
Efeitos de alteração de participação societária (reservas de capital / participação de minoritários)		(352)
JSCP a distribuir, líquido de impostos		23.139

34. Passivos de atividades de financiamento

34.1. Controladora

	2020						
				Ajuste ao lucro			
	Saldo inicial	Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	Caixa líquido gerado pelas nas atividades operacionais	Variações Cambiais, líquidas	Provisão de juros e amortização de custos	Resultados não realizados de derivativos	Saldo final
Empréstimos e financiamentos	6.595.140	(522.783)	(515.278)	1.838.911	608.717	(374.994)	7.629.713

Notas Explicativas

34.2. Consolidado

	2021										
	Transações não caixa								Ajustes ao lucro		
	Saldo Inicial	Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	Aquisição de imobilizado por novos contratos e alteração contratual	Transação com acionistas não controladores, ações a emitir e alienação/transferência de ações em tesouraria	Amortização com ativos vinculados	Distribuição de dividendos intermediários	Variações cambiais, líquidas	Provisão de juros e amortização de custos	Resultados não realizados de derivativos	Saldo final
Empréstimos e financiamentos	9.976.966	1.359.595	(704.409)	-	-	(198.270)	-	756.861	896.091	(186.804)	11.900.030
Arrendamentos a pagar	7.584.192	(1.449.285)	16.652	3.255.646	-	(41.973)	-	517.126	880.626	-	10.762.984
Dividendos e JSCP a pagar ⁽¹⁾	23.139	(260.131)	-	-	-	-	236.992	-	-	-	-
Capital social	3.009.436	420.734	-	-	608.942	-	-	-	-	-	4.039.112
Ações a emitir	1.180	926	-	-	(2.103)	-	-	-	-	-	3
Ações em tesouraria	(62.215)	588	-	-	20.113	-	-	-	-	-	(41.514)
Reservas de capital	207.246	(744.450)	21.578	-	724.337	-	-	-	-	-	208.711

(1) O montante encontra-se registrado no grupo de Outras obrigações, no passivo circulante.

	2020												
	Transações não caixa								Ajuste ao lucro				
	Saldo Inicial	Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	Aquisição de imobilizado por meio de financiamentos	Risco sacado	Variação do passivo de arrendamentos variáveis e de curto prazo	Depósito em garantia	Baixas	Variações cambiais, líquidas	Provisão de juros e amortização de custos	Alteração Contratual	Resultados não realizados de derivativos	Saldo final
Empréstimos e financiamentos	8.409.841	(814.710)	(615.027)	25.974	411.457	-	-	-	2.207.107	727.318	-	(374.994)	9.976.966
Arrendamentos a pagar	6.052.780	(1.058.692)	(4.530)	454.248	-	18.731	(47.215)	(704.164)	1.833.257	818.529	221.248	-	7.584.192

Notas Explicativas

35. Eventos subsequentes

35.1. Acordo de investimento American Airlines

Em fevereiro de 2022, a GOL e a American Airlines formalizaram compromissos definitivos por meio de acordo de investimento para expansão de sua cooperação comercial e um investimento no montante de US\$200 milhões pela American em 22,2 milhões de novas ações preferenciais a serem emitidas pela Companhia em um aumento de capital, representando uma participação de 5,2% nos direitos econômicos derivadas das ações da Companhia. O fechamento da transação, incluindo a emissão e o pagamento pelas novas ações preferenciais a serem emitidas da GOL, está sujeito a condições precedentes usuais para este tipo de transação, dentre elas está a aprovação do CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica no Brasil.

35.2. Financiamento para transformação da frota

A Companhia firmou em janeiro de 2022 contrato de financiamento de até US\$600 milhões com a Castlake LP para financiar a aquisição de novas aeronaves 737 MAX 8. A transação contemplará 10 arrendamentos com opção de compra, com taxa de juros de aproximadamente 6% a.a., e 2 transações de sale-leasebacks. Os recursos originados pela transação cobrirão 100% do custo de aquisição das novas aeronaves e proverão recursos adicionais que serão direcionados para obrigações e custos de devolução das aeronaves 737 NG da GOL. Até o momento a GOL já recebeu duas aeronaves deste contrato.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da GOL Linhas Aéreas Inteligentes S.A. São Paulo – SP

Opinião Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GOL Linhas Aéreas Inteligentes S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GOL Linhas Aéreas Inteligentes S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da GOL Linhas Aéreas Inteligentes S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional Chamamos a atenção para a Nota Explicativa no 2, que menciona que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto da continuidade operacional. Adicionalmente, conforme descrito na Nota Explicativa no 1, a Companhia tem adotado ações visando ao enfrentamento da pandemia da Covid-19 (como a readequação de sua malha aérea e o fortalecimento de sua estrutura de capital). Em 31 de dezembro de 2021, o prejuízo do exercício da Companhia foi de R\$ 7.222 milhões (controladora) e R\$ 7.184 milhões (consolidado), aliado à deficiência de capital circulante líquido e patrimônio líquido negativo naquela data que, juntamente com outros eventos e condições, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Os planos e ações que estão sendo desenvolvidos pela administração para o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e da posição patrimonial da Companhia estão descritos na Nota Explicativa no 1. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas não incluem nenhum ajuste que possa surgir do resultado dessa incerteza. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

1. Receitas de transporte de passageiros (Notas Explicativas nos 4.18.1, 7 e 28) Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria Em 31 de dezembro de 2021, as receitas da Companhia decorrentes da prestação de serviços de transporte de passageiros, no montante de R\$ 7.119 milhões, são reconhecidas quando o serviço de transporte é prestado. O processo de reconhecimento dessa receita é altamente dependente de sistemas de tecnologia da informação, além de considerar outros processos internos complexos que podem afetar seu reconhecimento, tais como o registro de bilhetes vendidos e não voados (e respectivo passivo), entre outros. Como consequência, este assunto foi, novamente, considerado como principal assunto de auditoria e uma área de risco em nossa auditoria do exercício corrente, em adição à sua relevância no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, já que a auditoria das receitas de transporte de passageiros, incluindo as respectivas informações geradas pelo ambiente de tecnologia de informação citado anteriormente, requereu a realização de procedimentos de auditoria com envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação que, entre outros procedimentos, examinaram o desenho e efetuaram avaliação e testes da integridade do ambiente de tecnologia da informação, objetivando verificar sua suficiência no reconhecimento das receitas de transportes de passageiros. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- com o envolvimento de nossos especialistas em auditoria de sistemas, identificamos os sistemas relevantes que suportam o processo de reconhecimento de receitas de passageiros da Companhia e o processo de reconhecimento do respectivo passivo (bilhetes vendidos e não voados), avaliamos o desenho dos controles gerais do ambiente de processamento e testamos a efetividade operacional desses controles, incluindo, quando necessário, os testes de controles compensatórios relacionados com a operação, segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas relevantes voltados ao citado processo;
- revisamos o desenho dos controles e realizamos procedimentos de auditoria para testar os registros obtidos dos sistemas de tecnologia da informação relacionados com os registros de transações de bilhetes vendidos, bilhetes voados, respectivo reconhecimento de receita e do respectivo passivo (bilhetes vendidos e não voados);
- realizamos testes substantivos de detalhes nas respectivas transações através de exame de evidências dos serviços prestados e respectivos recebimentos dos bilhetes;
- procedemos com testes nas reconciliações entre os registros financeiros e contábeis preparados pela Companhia, avaliando os itens de conciliação e se estavam adequadamente suportados;
- avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. Adicionalmente realizamos, como parte de nossos procedimentos de auditoria, testes sobre determinadas transações de vendas ocorridas durante o exercício, com o objetivo de confirmarmos a consistência da aplicação da política contábil de reconhecimento de receitas relacionada ao processo de precificação de bilhetes emitidos em determinadas condições operacionais e ao processo de fechamento de voo de forma manual referente a trechos não operados pela Companhia. Como resultado, identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de estorno de determinadas receitas da Companhia durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o qual não foi ajustado pela administração em decorrência de sua imaterialidade, em termos quantitativo e qualitativo, em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. As deficiências significativas no desenho e na operação dos controles internos relativos ao processo de reconhecimento de receitas, identificadas durante nossos trabalhos e mencionadas anteriormente, alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e ampliaram a extensão de nossos procedimentos substantivos de auditoria planejados para obtermos evidências apropriadas e suficientes de auditoria referentes ao reconhecimento das receitas. Considerando tais

aspectos e, com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados e ampliados, consideramos os critérios utilizados pela Companhia para reconhecimento das receitas e passivos relacionados a bilhetes vendidos voados e não voados como aceitáveis, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

2. Provisão para devoluções de aeronaves e motores (Notas Explicativas nos 4.16.1 e 23.2) Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da provisão para devoluções de aeronaves e motores da Companhia referentes a contratos de arrendamentos era de R\$ 2.680 milhões. Conforme mencionado nas Notas Explicativas no 4.16.1 e 23.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, determinados contratos de arrendamentos contém cláusulas de obrigações da Companhia para cumprimento de certas condições de devolução ao final dos respectivos contratos. A Companhia estima os custos de devolução das aeronaves e motores referentes a contratos de arrendamentos levando em consideração a utilização efetiva das aeronaves e motores, eventos de manutenção durante o período contratual, entre outras variáveis, sendo registrada a partir do momento em que a Companhia possui os elementos necessários para ser capaz de estimar de forma confiável o valor dos gastos a serem incorridos, considerando o período em que se torna uma obrigação presente pelas condições dos motores e componentes. Os procedimentos de auditoria sobre a provisão para devoluções de aeronaves e motores envolveram julgamentos significativos de nossa parte devido à incerteza e complexidade existentes para estimar os valores que seriam devidos quando da devolução, que levam em consideração padrões de utilização dos equipamentos e respectivos custos para quantificação da provisão. Em decorrência desses aspectos, esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em nossa auditoria do exercício corrente. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- entendemos e avaliamos o desenho dos controles implementados pela administração da Companhia para a mensuração da provisão para devoluções de aeronaves e motores (incluindo os respectivos padrões de utilização e custos antecipados de devolução);
- avaliamos a estimativa considerada pela administração da Companhia para registrar a provisão para devoluções de aeronaves e motores através do teste de uma amostra de contratos de arrendamentos com cláusulas de condições de devolução, efetuando comparação dos planos da administração para utilização futura das aeronaves e motores com os respectivos padrões históricos de utilização (bem como avaliamos a razoabilidade da estimativa dos respectivos custos pela revisão de informações de preços de mercado);
- desafiamos as premissas utilizadas pela administração, visando corroborar se existiriam premissas não consistentes ou não consideradas pela administração e/ou que deveriam ser revisadas;
- analisamos e avaliamos as divulgações requeridas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, se estavam consistentes com as informações e representações obtidas da administração. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia em sua estimativa da provisão para devoluções de aeronaves e motores, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Standards Accounting Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- avaliamos a

adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;• concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;• avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;• obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que alguma lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 14 de março de 2022 Octavio Zampirolo Neto CT CRC 1SP-289.095/O-3 Grant Thornton Auditores Independentes CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras Em observância as disposições constantes da Instrução CVM nº480/09, os diretores declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. São Paulo, 14 de março de 2022. Paulo Sérgio Kakinoff Diretor Presidente Richard Freeman Lark Jr. Diretor Vice-Presidente Financeiro e DRI

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos diretores sobre o relatório do auditor independente Em observância as disposições constantes da Instrução CVM nº480/09, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com a opinião expressa pela Grant Thornton Auditores Independentes no relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. São Paulo, 14 de março de 2022. Paulo Sérgio Kakinoff Diretor Presidente Richard Freeman Lark Jr. Diretor Vice-Presidente Financeiro e DRI

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	10
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	11
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	12
Demonstração de Valor Adicionado	13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
Balanço Patrimonial Passivo	16
Demonstração do Resultado	19
Demonstração do Resultado Abrangente	21
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	22

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	25
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	26
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	27
Demonstração de Valor Adicionado	28

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	30

Notas Explicativas	37

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	111
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	115
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	116
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	118

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

119

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.863.682.710
Preferenciais	336.833.571
Total	3.200.516.281
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	1.140.940
Total	1.140.940

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	7.752.912	7.934.342	6.291.096
1.01	Ativo Circulante	109.822	240.018	478.863
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	179	210.941	423.937
1.01.02	Aplicações Financeiras	4.814	4.377	4.430
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	4.814	4.377	4.430
1.01.02.01.03	Aplicações financeiras	4.814	4.377	4.430
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.975	10.159	6.295
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.975	10.159	6.295
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	3.975	10.159	6.295
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	100.854	14.541	44.201
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	100.854	14.541	44.201
1.01.08.01.02	Outros Créditos	63.858	14.458	9.640
1.01.08.01.03	Adiantamento a fornecedores e terceiros	36.996	83	10.441
1.01.08.01.04	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	0	0	24.120
1.02	Ativo Não Circulante	7.643.090	7.694.324	5.812.233
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.226.742	7.243.004	5.168.856
1.02.01.07	Tributos Diferidos	76.907	75.560	53.492
1.02.01.07.01	Impostos Diferidos	76.907	75.560	53.492
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	7.084.848	7.008.275	4.897.331
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	7.084.848	7.008.275	4.897.331
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	64.987	159.169	218.033
1.02.01.10.03	Depósitos	45.042	47.534	118.261
1.02.01.10.04	Aplicação Financeiras	1	1	7
1.02.01.10.05	Impostos e contribuições a recuperar	12.925	4.464	12.102
1.02.01.10.06	Outros Créditos e Valores	17	0	0
1.02.01.10.07	Direitos com operações de derivativos	7.002	107.170	87.663
1.02.02	Investimentos	0	0	574.717
1.02.02.01	Participações Societárias	0	0	574.717
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	0	574.717

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02.03	Imobilizado	416.348	451.320	68.660
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	416.348	451.320	68.660

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	7.752.912	7.934.342	6.291.096
2.01	Passivo Circulante	654.475	335.247	712.139
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	132	180	181
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	132	180	181
2.01.02	Fornecedores	41.520	84.335	72.702
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	16.951	52.079	48.345
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	24.569	32.256	24.357
2.01.03	Obrigações Fiscais	478	585	292
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	478	585	292
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	478	585	292
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	274.733	164.304	638.964
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	274.733	164.304	638.964
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	274.733	164.304	638.964
2.01.05	Outras Obrigações	337.612	85.843	0
2.01.05.02	Outros	337.612	85.843	0
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	337.612	85.843	0
2.02	Passivo Não Circulante	28.457.252	28.652.773	19.986.049
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	10.149.073	9.857.264	6.990.749
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	10.149.073	9.857.264	6.990.749
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	10.149.073	9.857.264	6.990.749
2.02.02	Outras Obrigações	397.195	502.631	324.821
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	145.434	6.692	8.791
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	145.434	6.692	8.791
2.02.02.02	Outros	251.761	495.939	316.030
2.02.02.02.03	Fornecedores	0	16	0
2.02.02.02.04	Outras Obrigações	251.761	495.923	316.030
2.02.04	Provisões	17.910.984	18.292.878	12.670.479
2.02.04.02	Outras Provisões	17.910.984	18.292.878	12.670.479
2.02.04.02.04	Provisão para Perda de Investimentos	17.910.984	18.292.878	12.670.479

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.03	Patrimônio Líquido	-21.358.815	-21.053.678	-14.407.092
2.03.01	Capital Social Realizado	4.040.397	4.039.115	3.010.616
2.03.01.01	Capital Social	4.040.397	4.039.112	3.009.436
2.03.01.03	Ações a Emitir	0	3	1.180
2.03.02	Reservas de Capital	1.139.658	167.197	145.031
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	955.744	11.020	17.497
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	83.229	83.229	83.229
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-38.910	-41.514	-62.215
2.03.02.07	Remuneração Baseada em Ações	139.595	114.462	106.520
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-25.768.381	-24.206.908	-16.985.370
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-150.168	-150.168	759.812
2.03.06.02	Alteração de Participação Societária	-150.168	-150.168	759.812
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-620.321	-902.914	-1.337.181
2.03.08.01	Resultado não realizado de hedge	-613.353	-918.801	-1.311.076
2.03.08.02	Benefício pós- emprego	-2.659	14.855	-26.669
2.03.08.03	Outros Resultados abrangentes	-4.309	1.032	564

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.212.255	-6.560.702	-4.991.944
3.04.01	Despesas com Vendas	-324	-442	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-53.553	-172.397	-44.506
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-102.928	6.299	379.133
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.055.450	-6.394.162	-5.326.571
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-1.212.255	-6.560.702	-4.991.944
3.06	Resultado Financeiro	-350.565	-682.904	-986.547
3.06.01	Receitas Financeiras	232.642	356.644	430.862
3.06.01.01	Receitas Financeiras	190.617	156.377	130.596
3.06.01.02	Instrumentos financeiros derivativos	42.025	200.267	300.266
3.06.02	Despesas Financeiras	-583.207	-1.039.548	-1.417.409
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-847.108	-787.217	-686.012
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	263.901	-252.331	-731.397
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.562.820	-7.243.606	-5.978.491
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.347	22.068	-9.637
3.08.01	Corrente	0	0	-6.226
3.08.02	Diferido	1.347	22.068	-3.411
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.561.473	-7.221.538	-5.988.128
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-1.561.473	-7.221.538	-5.988.128
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,109	-0,545	-0,481
3.99.01.02	PN	-3,822	-19,157	-16,831
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-0,109	-0,545	-0,481
3.99.02.02	PN	-3,822	-19,157	-16,831

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	-1.561.473	-7.221.538	-5.988.128
4.02	Outros Resultados Abrangentes	282.593	434.267	-766.093
4.02.01	Hedges de Fluxo de Caixa	305.448	392.275	-781.033
4.02.03	Perdas atuariais de benefícios pós-emprego	-17.514	41.524	14.376
4.02.04	Ajuste acumulado de conversão em controladas	-5.341	468	564
4.03	Resultado Abrangente do Período	-1.278.880	-6.787.271	-6.754.221

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-930.467	-438.330	-139.238
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.333.040	7.005.446	6.002.582
6.01.01.05	Impostos diferidos	-1.347	-22.068	3.411
6.01.01.06	Equivalência Patrimonial	1.055.450	6.394.162	5.326.571
6.01.01.08	Variações cambiais e monetárias, líquidas	-249.286	227.417	872.622
6.01.01.10	Juros sobre empréstimos, arrendamentos e outras operações	674.959	608.315	472.956
6.01.01.13	Resultado de derivativos reconhecidos no resultado	-42.025	-200.267	-300.266
6.01.01.18	Sale-leaseback – Retroarrendamentos	-104.711	-2.113	-372.712
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-702.034	-222.238	-153.692
6.01.02.02	Aplicações financeiras	-437	9.265	6.480
6.01.02.05	Depósitos	2.311	82.812	9.361
6.01.02.07	Fornecedores	-43.073	11.387	53.682
6.01.02.12	Obrigações trabalhistas	-48	-1	44
6.01.02.14	Impostos a recolher	5	293	372
6.01.02.15	Adiantamento a fornecedores e terceiros	-36.913	10.358	-10.404
6.01.02.16	Outros créditos e obrigações, líquido	44.090	260.934	292.927
6.01.02.17	Juros pagos	-665.580	-601.060	-515.278
6.01.02.18	Imposto de renda pago	-112	0	-4.341
6.01.02.19	Impostos a recuperar	-2.277	3.774	13.465
6.01.03	Outros	-1.561.473	-7.221.538	-5.988.128
6.01.03.01	(Prejuízo) Lucro líquido do período	-1.561.473	-7.221.538	-5.988.128
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-375.792	-1.938.658	-97.032
6.02.01	Transações com Partes Relacionadas	766.753	-1.537.889	-680.441
6.02.02	Caixa Restrito	0	0	2.198
6.02.05	Recebimento de Dividendos e JSCP	69.819	287.128	69.548
6.02.06	Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada	0	-307.350	0
6.02.07	Adiantamento para aquisição de imobilizado, líquido	-83.797	-382.660	0
6.02.08	Recebimento de vendas de aeronaves	0	2.113	448.482
6.02.09	Aporte de capital em controlada	-1.128.567	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.02.10	Devolução de adiantamento de fornecedores	0	0	73.600
6.02.11	Aquisição de imobilizado	0	0	-10.419
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.082.811	2.190.231	-520.929
6.03.01	Captações de Empréstimos	0	2.267.646	2.357.656
6.03.05	Aumento de Capital	947.543	420.734	1.180
6.03.07	Ações a Emitir	0	926	674
6.03.08	Alienação de ações em tesouraria	16	588	0
6.03.09	Pagamento de Empréstimos	0	-499.663	-2.880.439
6.03.12	Mútuos com partes relacionadas	135.252	0	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	12.686	-26.239	164.390
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-210.762	-212.996	-592.809
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	210.941	423.937	1.016.746
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	179	210.941	423.937

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.039.115	167.197	0	-24.206.908	-1.053.082	-21.053.678
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.039.115	167.197	0	-24.206.908	-1.053.082	-21.053.678
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.282	972.461	0	0	0	973.743
5.04.01	Aumentos de Capital	1.282	946.261	0	0	0	947.543
5.04.08	Opção de Compra de Ações	0	26.184	0	0	0	26.184
5.04.09	Venda de Ações em Tesouraria	0	16	0	0	0	16
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.561.473	282.593	-1.278.880
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.561.473	0	-1.561.473
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	282.593	282.593
5.07	Saldos Finais	4.040.397	1.139.658	0	-25.768.381	-770.489	-21.358.815

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.010.616	145.031	0	-16.985.370	-577.369	-14.407.092
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.010.616	145.031	0	-16.985.370	-577.369	-14.407.092
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.028.499	22.166	0	0	-909.980	140.685
5.04.01	Aumentos de Capital	1.030.376	0	0	0	-909.980	120.396
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-1.877	0	0	0	0	-1.877
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	21.578	0	0	0	21.578
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	588	0	0	0	588
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-7.221.538	434.267	-6.787.271
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-7.221.538	0	-7.221.538
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	434.267	434.267
5.07	Saldos Finais	4.039.115	167.197	0	-24.206.908	-1.053.082	-21.053.678

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.008.762	122.733	0	-10.996.413	188.247	-7.676.671
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.008.762	122.733	0	-10.996.413	188.247	-7.676.671
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.854	22.298	0	-829	477	23.800
5.04.08	Aumento de capital por exercício de opção de compra de ações	674	0	0	0	0	674
5.04.10	Adiantamento para futuro aumento de capital	1.180	0	0	0	0	1.180
5.04.11	Opção de compra de ações	0	22.298	0	0	0	22.298
5.04.12	Efeitos em diluição de participação societária	0	0	0	-829	477	-352
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-5.988.128	-766.093	-6.754.221
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-5.988.128	0	-5.988.128
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-766.093	-766.093
5.05.02.06	Resultado não realizado de hedge	0	0	0	0	-781.033	-781.033
5.05.02.07	Benefício pós - emprego	0	0	0	0	14.376	14.376
5.05.02.08	Outros Resultados abrangentes	0	0	0	0	564	564
5.07	Saldos Finais	3.010.616	145.031	0	-16.985.370	-577.369	-14.407.092

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	109.331	6.669	379.133
7.01.02	Outras Receitas	109.331	6.669	379.133
7.01.02.02	Outras Receitas (Despesas) Operacionais	109.331	6.669	379.133
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-259.949	-160.187	-32.357
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-259.664	-159.818	-31.911
7.02.04	Outros	-285	-369	-446
7.02.04.01	Comerciais e Publicidade	-285	-369	-446
7.03	Valor Adicionado Bruto	-150.618	-153.518	346.776
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-150.618	-153.518	346.776
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-806.287	-5.902.970	-4.793.648
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.055.450	-6.394.162	-5.326.571
7.06.02	Receitas Financeiras	207.138	290.925	232.657
7.06.03	Outros	42.025	200.267	300.266
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-956.905	-6.056.488	-4.446.872
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-956.905	-6.056.488	-4.446.872
7.08.01	Pessoal	5.205	11.373	10.825
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.205	11.373	10.824
7.08.01.02	Benefícios	0	0	1
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.474	-16.687	15.580
7.08.02.01	Federais	4.474	-16.687	15.580
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	594.889	1.170.364	1.514.851
7.08.03.01	Juros	594.849	1.170.364	1.514.851
7.08.03.03	Outras	40	0	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.561.473	-7.221.538	-5.988.128
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.561.473	-7.221.538	-5.988.128

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	16.970.285	14.402.343	12.814.136
1.01	Ativo Circulante	2.993.543	2.688.041	3.245.351
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	169.035	486.258	662.830
1.01.02	Aplicações Financeiras	404.113	291.363	984.112
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	404.113	291.363	984.112
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	404.113	291.363	984.112
1.01.03	Contas a Receber	887.734	850.683	739.699
1.01.03.01	Clientes	887.734	850.683	739.699
1.01.04	Estoques	438.865	269.585	195.638
1.01.06	Tributos a Recuperar	195.175	176.391	186.955
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	195.175	176.391	186.955
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	195.175	176.391	186.955
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	898.621	613.761	476.117
1.01.08.03	Outros	898.621	613.761	476.117
1.01.08.03.01	Depósitos	380.267	191.184	0
1.01.08.03.03	Outros Créditos e valores	199.446	147.299	144.822
1.01.08.03.04	Direitos com Operações de Derivativos	16.250	4.936	12.526
1.01.08.03.05	Adiantamento a fornecedores e terceiros	302.658	270.342	318.769
1.02	Ativo Não Circulante	13.976.742	11.714.302	9.568.785
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.525.057	2.215.923	2.860.574
1.02.01.07	Tributos Diferidos	77.251	75.799	53.563
1.02.01.07.01	Impostos Diferidos	77.251	75.799	53.563
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.447.806	2.140.124	2.807.011
1.02.01.10.03	Aplicações Financeiras	19.305	82.326	189.830
1.02.01.10.04	Depósitos	2.279.503	1.757.842	2.058.455
1.02.01.10.05	Outros Créditos e Valores	33.187	41.718	34.338
1.02.01.10.06	Direitos com operações de derivativos	13.006	109.124	116.283
1.02.01.10.07	Impostos e contribuições a recuperar	53.107	72.976	318.404
1.02.01.10.08	Adiantamento a fornecedores e terceiros	49.698	76.138	89.701

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02.02	Investimentos	0	0	815
1.02.02.01	Participações Societárias	0	0	815
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	0	0	815
1.02.03	Imobilizado	9.588.696	7.675.170	4.960.288
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9.588.696	7.675.170	4.960.288
1.02.04	Intangível	1.862.989	1.823.209	1.747.108
1.02.04.01	Intangíveis	1.862.989	1.823.209	1.747.108
1.02.04.01.02	Intangível	1.862.989	1.823.209	1.747.108

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	16.970.285	14.402.343	12.814.136
2.01	Passivo Circulante	13.861.247	11.081.794	10.398.216
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	600.451	374.576	334.670
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	600.451	374.576	334.670
2.01.02	Fornecedores	2.274.503	1.820.056	1.612.536
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.813.369	1.322.179	1.131.535
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	461.134	497.877	481.001
2.01.03	Obrigações Fiscais	258.811	122.036	73.614
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	258.811	122.036	73.614
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a Recolher	258.811	122.036	73.614
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.126.629	634.614	2.353.279
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	486.583	525.095	1.912.361
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	76.710	48.239	239.615
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	409.873	476.856	1.672.746
2.01.04.02	Debêntures	640.046	109.519	440.918
2.01.04.02.01	Debêntures	640.046	109.519	440.918
2.01.05	Outras Obrigações	8.966.033	7.653.188	5.854.736
2.01.05.02	Outros	8.966.033	7.653.188	5.854.736
2.01.05.02.04	Taxas e Tarifas Aeroportuárias	1.173.158	911.174	907.958
2.01.05.02.05	Transportes a Executar	3.502.556	2.670.469	2.050.799
2.01.05.02.06	Programa de Milhagem	1.576.849	1.298.782	1.258.502
2.01.05.02.07	Adiantamentos de Clientes	354.904	237.092	27.897
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	379.848	455.251	287.275
2.01.05.02.09	Obrigações com operações de derivativos	519	0	5.297
2.01.05.02.10	Arrendamentos operacionais	1.948.258	2.057.687	1.317.008
2.01.05.02.11	Fornecedores - Risco Sacado	29.941	22.733	0
2.01.06	Provisões	634.820	477.324	169.381
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	634.820	477.324	169.381
2.01.06.01.05	Provisões para devolução de aeronaves e motores	634.820	477.324	169.381

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02	Passivo Não Circulante	24.467.853	24.374.227	16.182.979
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	10.858.262	11.265.416	7.623.687
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	10.426.289	10.210.167	7.477.517
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	39.071	9.757	17.275
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	10.387.218	10.200.410	7.460.242
2.02.01.02	Debêntures	431.973	1.055.249	146.170
2.02.01.02.01	Debêntures	431.973	1.055.249	146.170
2.02.02	Outras Obrigações	10.678.254	9.998.402	6.986.143
2.02.02.02	Outros	10.678.254	9.998.402	6.986.143
2.02.02.02.03	Programa de Milhagem	292.455	318.349	322.460
2.02.02.02.04	Obrigações Fiscais	265.112	24.414	32.362
2.02.02.02.05	Outras obrigações	530.799	845.509	331.479
2.02.02.02.06	Obrigações Trabalhistas	285.736	25.919	0
2.02.02.02.07	Arrendamentos operacionais	9.258.701	8.705.297	6.267.184
2.02.02.02.08	Fornecedores	45.451	78.914	32.658
2.02.03	Tributos Diferidos	36.354	411	219.634
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	36.354	411	219.634
2.02.04	Provisões	2.894.983	3.109.998	1.353.515
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	928.608	907.489	491.981
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	224.025	168.360	22.329
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	425.711	475.191	269.297
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	113.397	75.439	99.549
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	165.475	188.499	100.806
2.02.04.02	Outras Provisões	1.966.375	2.202.509	861.534
2.02.04.02.05	Provisões para devolução de aeronaves e motores	1.966.375	2.202.509	861.534
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-21.358.815	-21.053.678	-13.767.059
2.03.01	Capital Social Realizado	4.040.397	4.039.115	3.010.616
2.03.01.01	Capital Social	4.040.397	4.039.112	3.009.436
2.03.01.02	Ações a Emitir	0	3	1.180

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.03.02	Reservas de Capital	1.139.658	167.197	145.031
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	955.744	11.020	17.497
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	83.229	83.229	83.229
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-38.910	-41.514	-62.215
2.03.02.07	Remuneração Baseada em Ações	139.595	114.462	106.520
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-25.768.381	-24.206.908	-16.985.370
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-150.168	-1.054.114	-577.933
2.03.06.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	-918.801	-1.311.076
2.03.06.02	Alteração de Participação Societária	-150.168	-150.168	759.812
2.03.06.03	Benefício pós-emprego	0	14.855	-26.669
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-620.321	1.032	564
2.03.08.01	Outros Resultados Abrangentes	-613.353	1.032	564
2.03.08.02	Benefício pós- emprego	-2.659	0	0
2.03.08.03	Outros Resultados abrangentes	-4.309	0	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	0	0	640.033

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	15.198.725	7.433.384	6.371.817
3.01.01	Transporte de Passageiros	14.153.076	6.880.135	5.783.323
3.01.02	Transporte de Cargas e Outros	1.045.649	553.249	588.494
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-12.048.951	-8.593.696	-5.653.305
3.03	Resultado Bruto	3.149.774	-1.160.312	718.512
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.592.660	-2.674.283	-1.670.356
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.105.732	-583.684	-465.898
3.04.01.01	Despesas Comerciais	-1.105.732	-583.684	-465.898
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.646.182	-2.051.376	-1.319.981
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	159.254	-39.223	115.962
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0	-439
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	557.114	-3.834.595	-951.844
3.06	Resultado Financeiro	-2.074.789	-3.541.632	-4.865.449
3.06.01	Receitas Financeiras	113.891	247.546	114.209
3.06.01.01	Receitas com Financeiras	116.517	48.794	187.990
3.06.01.02	Instrumentos financeiros derivativos	-2.626	198.752	-73.781
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.188.680	-3.789.178	-4.979.658
3.06.02.01	Variação Cambial Líquida	1.328.204	-1.588.133	-3.028.547
3.06.02.02	Despesas Financeiras	-3.516.884	-2.201.045	-1.951.111
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.517.675	-7.376.227	-5.817.293
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-43.798	192.423	-77.958
3.08.01	Corrente	-9.302	-48.862	-95.537
3.08.02	Diferido	-34.496	241.285	17.579
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.561.473	-7.183.804	-5.895.251
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-1.561.473	-7.183.804	-5.895.251
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-1.561.473	-7.221.538	-5.988.128
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	37.734	92.877
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.99.01.01	ON	-0,109	-0,545	-0,481
3.99.01.02	PN	-3,822	-19,157	-16,831
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-0,109	-0,545	-0,481
3.99.02.02	PN	-3,822	-19,157	-16,831

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-1.561.473	-7.183.804	-5.895.251
4.02	Outros Resultados Abrangentes	282.593	434.538	-766.102
4.02.01	Hedges de Fluxo de Caixa	305.448	392.275	-781.033
4.02.03	Perdas Atuariais de benefícios pós-emprego	-17.514	41.524	13.921
4.02.04	Ajuste acumulado de conversão em controladas	-5.341	739	1.010
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-1.278.880	-6.749.266	-6.661.353
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-1.278.880	-6.787.271	-6.754.221
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	38.005	92.868

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.168.772	705.562	753.936
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.266.973	6.674.627	7.079.372
6.01.01.01	Depreciação e amortização	1.720.134	1.335.813	1.870.552
6.01.01.02	Reversão de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	3.268	1.233	1.095
6.01.01.03	Baixa de imobilizado e intangível	68.276	3.881	96.594
6.01.01.04	Provisão para obsolescência de estoque	4.876	687	702
6.01.01.05	Provisão para perda com adiantamento de fornecedores	-1.091	-4.364	31.486
6.01.01.06	Ajuste a valor presente de ativos e passivos	239.777	65.818	63.493
6.01.01.07	Impostos diferidos	34.496	-241.285	-17.579
6.01.01.08	Equivalência patrimonial	0	0	439
6.01.01.09	Remuneração baseada em ações	26.184	21.841	23.430
6.01.01.10	Perdas atuariais de benefício pós-emprego	0	0	10.677
6.01.01.11	Variações cambiais e monetárias, líquidas	-1.327.272	1.462.918	3.114.032
6.01.01.12	Sale-leaseback – Retroarrendamentos	-140.368	-5.913	-551.942
6.01.01.13	Juros sobre empréstimos, arrendamentos e outras	2.409.208	1.776.717	1.545.847
6.01.01.15	Reversão de provisão para reserva de manutenção	-37.005	13.574	186.856
6.01.01.16	Resultados de derivativos reconhecidos no resultado	172.506	-131.144	357.404
6.01.01.17	Constituição (reversão) de provisão	278.382	2.408.648	230.101
6.01.01.18	Extinção de obrigação por redução de prazo	-176.667	-27.701	-104.109
6.01.01.19	Provisão para obrigações trabalhistas	0	0	227.710
6.01.01.20	Outras	-7.731	-6.096	-7.416
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	463.272	1.214.739	-430.185
6.01.02.01	Contas a receber	-44.458	-111.571	498.901
6.01.02.02	Aplicações financeiras	-98.500	50.832	-6.320
6.01.02.03	Impostos a recuperar	1.085	255.992	-21.543
6.01.02.04	Estoques	-174.156	-74.634	2.873
6.01.02.05	Depósitos	-307.819	159.896	-52.016
6.01.02.06	Arrendamentos variáveis	2.399	16.652	18.731
6.01.02.07	Fornecedores	445.787	241.800	392.236

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01.02.08	Fornecedores – Risco sacado	7.208	22.733	-143.010
6.01.02.09	Transportes a executar	832.087	619.670	84.651
6.01.02.10	Programa de milhagem	252.173	36.169	400.288
6.01.02.11	Adiantamento de clientes	117.812	209.195	11.473
6.01.02.12	Obrigações trabalhistas	485.692	65.825	-289.050
6.01.02.13	Taxas e tarifas aeroportuárias	203.383	280.276	179.619
6.01.02.14	Impostos a recolher	378.030	83.430	82.716
6.01.02.15	Obrigações com operações de derivativos	-53.200	128.415	-779.462
6.01.02.16	Imposto de renda pago	-557	-42.956	-95.781
6.01.02.17	Adiantamento a fornecedores e terceiros	-4.785	66.354	-238.627
6.01.02.18	Pagamentos de processos judiciais e devolução de aeronaves	-444.358	-507.158	-301.297
6.01.02.19	Juros pagos	-971.008	-704.409	-619.557
6.01.02.20	Outros créditos (obrigações)	-163.543	418.228	444.990
6.01.03	Outros	-1.561.473	-7.183.804	-5.895.251
6.01.03.01	Prejuízo Líquido do Período	-1.561.473	-7.183.804	-5.895.251
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-787.510	-179.622	31.770
6.02.01	Aplicações Financeiras da Subsidiária Smiles	0	594.300	171.634
6.02.02	Adiantamento para aquisição de imobilizado, líquido	-92.811	-319.927	-96.537
6.02.06	Aquisição de imobilizado	-645.056	-315.995	-501.416
6.02.07	Aquisição de intangível	-119.462	-152.584	-63.993
6.02.08	Recebimento de venda de aeronaves	69.819	14.584	448.482
6.02.09	Devolução de adiantamento a fornecedores	0	0	73.600
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.673.546	-672.023	-1.935.497
6.03.01	Captações de Empréstimos	110.000	2.893.170	2.933.529
6.03.03	Pagamentos de Empréstimos	-373.764	-1.533.575	-3.748.239
6.03.04	Alienação de ações em tesouraria	16	588	0
6.03.05	Pagamentos de Arrendamentos	-2.357.341	-1.449.285	-1.058.692
6.03.06	Dividendos e JSCP pagos a acionistas não controladores da Smiles	0	-260.131	-63.949
6.03.07	Aquisição de participação de não controladores	0	-744.450	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.03.08	Aumento de Capital de Acionistas não Controladores	947.543	420.734	1.180
6.03.13	Transações com partes relacionadas	0	926	674
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-24.939	-30.489	167.196
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-317.223	-176.572	-982.595
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	486.258	662.830	1.645.425
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	169.035	486.258	662.830

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.039.115	167.197	0	-24.206.908	-1.053.082	-21.053.678	0	-21.053.678
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.039.115	167.197	0	-24.206.908	-1.053.082	-21.053.678	0	-21.053.678
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.282	972.461	0	0	0	973.743	0	973.743
5.04.01	Aumentos de Capital	1.282	946.261	0	0	0	947.543	0	947.543
5.04.08	Opção de Compra de Ações	0	26.184	0	0	0	26.184	0	26.184
5.04.09	Venda de Ações em Tesouraria	0	16	0	0	0	16	0	16
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.561.473	282.593	-1.278.880	0	-1.278.880
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.561.473	0	-1.561.473	0	-1.561.473
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	282.593	282.593	0	282.593
5.07	Saldos Finais	4.040.397	1.139.658	0	-25.768.381	-770.489	-21.358.815	0	-21.358.815

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.010.616	145.031	0	-16.985.370	-577.369	-14.407.092	640.033	-13.767.059
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.010.616	145.031	0	-16.985.370	-577.369	-14.407.092	640.033	-13.767.059
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.028.499	22.166	0	0	-909.980	140.685	-678.038	-537.353
5.04.01	Aumentos de Capital	1.030.376	0	0	0	-909.980	120.396	-441.309	-320.913
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-1.877	0	0	0	0	-1.877	0	-1.877
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	21.578	0	0	0	21.578	263	21.841
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	588	0	0	0	588	0	588
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-236.992	-236.992
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-7.221.538	434.267	-6.787.271	38.005	-6.749.266
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-7.221.538	0	-7.221.538	37.734	-7.183.804
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	434.267	434.267	271	434.538
5.07	Saldos Finais	4.039.115	167.197	0	-24.206.908	-1.053.082	-21.053.678	0	-21.053.678

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.008.762	122.733	0	-10.996.413	188.247	-7.676.671	571.254	-7.105.417
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.008.762	122.733	0	-10.996.413	188.247	-7.676.671	571.254	-7.105.417
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.854	22.298	0	-829	477	23.800	-24.089	-289
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	-25.573	-25.573
5.04.08	Aumento de capital por exercício de opção de compra de ações	674	0	0	0	0	674	0	674
5.04.09	Adiantamento para futuro aumento de capital	1.180	0	0	0	0	1.180	0	1.180
5.04.10	Opção de compra de ações	0	22.298	0	0	0	22.298	1.132	23.430
5.04.11	Efeitos em diluição de participação societária	0	0	0	-829	477	-352	352	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-5.988.128	-766.093	-6.754.221	92.868	-6.661.353
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-5.988.128	-766.093	-6.754.221	92.868	-6.661.353
5.05.02.06	Prejuízo do exercício	0	0	0	-5.988.128	0	-5.988.128	92.877	-5.895.251
5.05.02.07	Outros resultados abrangentes, líquidos	0	0	0	0	-766.093	-766.093	-9	-766.102
5.07	Saldos Finais	3.010.616	145.031	0	-16.985.370	-577.369	-14.407.092	640.033	-13.767.059

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	16.303.561	7.987.415	7.813.156
7.01.02	Outras Receitas	16.306.829	7.988.648	7.814.251
7.01.02.01	Transporte de passageiros, cargas e outras receitas de passageiros	15.782.523	7.784.944	6.663.416
7.01.02.02	Outras receitas operacionais	524.306	203.704	1.150.835
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-3.268	-1.233	-1.095
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-11.787.988	-8.056.535	-4.841.234
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.897.234	-4.897.043	-2.375.632
7.02.04	Outros	-7.890.754	-3.159.492	-2.465.602
7.02.04.01	Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	-7.022.730	-2.697.791	-2.094.946
7.02.04.02	Seguros de aeronaves	-45.405	-48.849	-34.592
7.02.04.03	Comerciais e publicidade	-822.619	-412.852	-336.064
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.515.573	-69.120	2.971.922
7.04	Retenções	-1.720.134	-1.335.813	-1.870.552
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.720.134	-1.335.813	-1.870.552
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.795.439	-1.404.933	1.101.370
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	145.250	444.759	775.082
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0	-439
7.06.02	Receitas Financeiras	147.876	246.007	849.302
7.06.03	Outros	-2.626	198.752	-73.781
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.940.689	-960.174	1.876.452
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.940.689	-960.174	1.876.452
7.08.01	Pessoal	1.935.169	1.774.086	1.537.260
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.592.698	1.485.392	1.264.112
7.08.01.02	Benefícios	221.790	207.339	180.770
7.08.01.03	F.G.T.S.	120.681	81.355	92.378
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	274.397	388.280	573.975
7.08.02.01	Federais	249.469	369.886	556.278
7.08.02.02	Estaduais	22.964	16.617	14.777
7.08.02.03	Municipais	1.964	1.777	2.920

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.292.596	4.061.264	5.660.468
7.08.03.01	Juros	1.983.084	3.956.461	5.580.156
7.08.03.02	Aluguéis	110.355	104.479	78.816
7.08.03.03	Outras	199.157	324	1.496
7.08.03.03.03	Outros	199.157	324	1.496
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.561.473	-7.183.804	-5.895.251
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.561.473	-7.221.538	-5.988.128
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	0	37.734	92.877

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No ano passado, a GOL iniciou uma nova fase caracterizada por alta eficiência e menores custos. O 4T22 foi marcado pelo maior *yield* da história da Companhia e pela maior margem operacional desde o início da pandemia. A GOL registrou uma forte recuperação na demanda por viagens aéreas em todos os segmentos, transportando mais de 7,7 milhões de passageiros no trimestre, elevando o total de viajantes em 2022 para aproximadamente 27,3 milhões. Posteriormente, a Companhia expandiu o Assento-Quilômetro Ofertado em 29% no 4T22, em comparação com o 4T21.

Ao mesmo tempo, a GOL permaneceu comprometida com o seu modelo de negócios de baixo custo e alta produtividade, adotando uma abordagem racional para as rotas operacionais. Os níveis de utilização de aeronaves da Companhia estão entre os mais altos da indústria - uma vantagem competitiva que reduz os custos unitários e impulsiona a geração de caixa. Esse modelo de negócios é apoiado ainda mais pela otimização da frota da GOL, com a conversão de aeronaves não operacionais em cargueiros e a substituição dos 737 NG por novas aeronaves MAX 737. No quarto trimestre, a GOL adicionou uma nova aeronave MAX-8, totalizando 38 aeronaves MAX que representavam 26% da frota total no final de 2022.

Em dezembro, a GOL emitiu *Secured Amortizing Notes* no valor de aproximadamente US\$200 milhões, visando estender certas obrigações diferidas de arrendamento em um ano adicional até 2026 e reduzir o desembolso com pagamentos de arrendamento ao longo de 2023, devido ao período de carência de 12 meses. Essas Notes têm garantia de recebíveis não onerados, um custo médio de capital para GOL de 4,3% a.a. e representam uma nova e inovadora iniciativa para o programa de *liability management* da Companhia. Esse financiamento foi obtido com sucesso em um ambiente de mercado de capitais pouco propício a novas emissões, refletindo assim a confiança na força dos negócios da GOL e na sua Administração.

Esses resultados puderam ser alcançados graças à excelência do Time de Águias, em conjunto com contínuos investimentos em tecnologia e na melhoria da experiência dos Clientes, além da confiança de nossos Clientes, parceiros, fornecedores e acionistas.

Recorde de Receita e Faturamento

No 4T22 a GOL alcançou receita operacional líquida de R\$4,7 bilhões - a maior da história da Companhia. A GOL se concentrou em várias iniciativas estratégicas importantes durante o trimestre, tais como: assegurando uma malha aérea mais ampla para destinos de lazer no Nordeste, a introdução de novos mercados regionais, a retomada dos mercados corporativos nas rotas RJ-SP, e a melhoria nos canais digitais da Companhia. Combinadas, essas iniciativas ajudaram a aumentar significativamente o RASK em 25,3% e o *yield* em 24,8%, comparativamente ao 4T21.

A Companhia também alcançou o maior patamar de vendas em um trimestre, gerando cerca de R\$5,4 bilhões. Isso foi conquistado pela gestão eficiente do estoque de tickets e pelo crescimento das unidades de negócio SMILES e GOLLOG, que expandiram 25% e 18% respectivamente em relação ao 4T21, e registraram um faturamento conjunto de aproximadamente R\$1,3 bilhão. Em novembro, mês caracteristicamente forte para as vendas devido à Black Friday, a GOL superou os patamares diários de venda versus o 4T19, mesmo com a desaceleração observada no varejo no Brasil.

“O crescimento dos *yields* ao longo dos últimos trimestres demonstra a força de nossa malha aérea altamente atraente aos viajantes de *bleisure*. Esperamos que a recuperação do mercado corporativo no quarto trimestre continue a se intensificar durante 2023 e a contribuir para a expansão do mercado de aviação em geral. Apesar do maior custo de vida, os brasileiros desejam viajar. A GOL permanece comprometida em controlar os custos e oferecer uma excelente experiência para melhor atender seus Clientes,” comentou Eduardo Bernardes, Chief Revenue Officer (CRO).

Capacidade, Produtividade e Diluição de Custos

Neste trimestre, a GOL avançou na retomada de capacidade (ASKs), atingindo cerca de 86% do patamar do 4T19, com pico de 88,5% em dezembro. A gestão da oferta da Companhia busca maximizar a rentabilidade de cada voo. Apesar da GOL ter permanecido como a única aérea no mercado com capacidade inferior aos patamares de 2019, ela já atingiu o custo unitário excluindo combustível do período pré-pandêmico (19,09 centavos (R\$)). A Companhia espera reduzir continuamente o seu custo unitário excluindo combustível, à medida que retoma toda a sua capacidade nos próximos trimestres.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A utilização da frota operacional no 4T22 atingiu 11,6 horas por dia, um aumento de cerca de 1% comparativamente ao trimestre anterior. É importante ressaltar que outros indicadores de produtividade também apresentaram evolução, alcançando patamares superiores quando comparados a 2019, como o ASK por número de Colaboradores, em 0,81 (+28,3% vs. 4T21 e estável em relação ao 4T19), e o consumo de combustível por hora-bloco operada, em 2,7 (-3,7% vs. 4T21 e -7,3% vs. 4T19).

Unidades de Negócio SMILES e GOLLOG como Alavancas de Receita Auxiliar

As Receitas Auxiliares, principalmente de SMILES e GOLLOG, triplicaram para R\$340,7 milhões no 4T22, representando cerca de 7,2% da receita líquida total da GOL.

A SMILES encerrou o 4T22 com 20,9 milhões de Clientes (6% acima do 4T21) e quase 1 bilhão de milhas resgatadas (26% superior ao 4T21), atestando sua posição de liderança no mercado como o melhor programa de milhagem da região. O faturamento foi de R\$1,1 bilhão no trimestre, e os ganhos provenientes da sinergia após a incorporação pela GOL continuaram a ser capturados, demonstrando a força dos investimentos realizados pela Companhia e a consolidação de um forte instrumento de capital de giro.

A GOLLOG, em parte pelo seu contrato de operação dedicada com a MELI até o momento para duas aeronaves, elevou seu faturamento para R\$189 milhões, o maior patamar histórico trimestral. O contrato junto ao MELI prevê uma operação de até seis aeronaves para o ano de 2023, com opção para adição de outras seis, e será um importante fator no aumento da presença da GOL no mercado de transporte de cargas, que possui demanda crescente nos últimos anos.

Expansão da Malha e Recuperação do Mercado Corporativo

O quarto trimestre foi caracterizado pela forte demanda por voos de lazer no início da alta temporada do Brasil. A GOL expandiu a conectividade de sua malha aérea internacional, oferecendo voos adicionais entre Brasília e Orlando, além de inaugurar voos entre o aeroporto de Galeão, no Rio de Janeiro, conectando-se à capital do Uruguai, Montevideú. Durante este trimestre, a Companhia também reativou rotas para as cidades de Córdoba e Rosario na Argentina, servindo 100% de seus destinos pré-pandêmicos naquele país. Finalmente, em dezembro, a GOL fez seus voos inaugurais entre Manaus e Miami com o Boeing 737-MAX 8, conectando o norte do Brasil aos Estados Unidos.

No mercado doméstico, em resposta à recuperação da demanda corporativa, a Companhia aumentou em 40% a oferta para o Rio de Janeiro e atingiu recorde de assentos em Congonhas. A GOL está se preparando para ofertar novos destinos a partir do primeiro trimestre de 2023, além dos seis aeroportos que passaram a ser atendidos a partir de outubro: Santa Maria (RIA), São José do Rio Preto (SJP), Uberaba (UBA), Uruguaiana (URG), Ipatinga - Vale do Aço (IPN), Araçatuba (ARU) e Juiz de Fora - Zona da Mata Mineira (IZA), que são operados por meio do acordo com a Voepass.

Em novembro, a GOL anunciou a ampliação das operações no Centro-Oeste, conectando capitais da região em voos diretos para o Sul e Nordeste durante a alta temporada. Ainda em novembro, a GOL inaugurou o voo entre Salvador e Lençóis. No Sul, a Companhia também consolidou sua presença por meio de voos inaugurais entre Santa Maria e São Paulo, além de novas rotas que ligam Curitiba a Florianópolis e Porto Alegre.

“Temos adotado uma abordagem cuidadosa e planejada para aumentar a capacidade e retomar as rotas nos mercados domésticos e internacionais. Queremos garantir que a demanda realmente exista, além de buscar otimizar a utilização de aeronaves e reduzir o custo unitário, excluindo combustível. Temos a flexibilidade necessária para retornar a outros mercados corporativos em 2023, se e quando a demanda estiver presente, por meio da combinação de uma frota eficiente com a alta produtividade,” concluiu Celso Ferrer.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Plano de Transformação de Frota

No 4T22, a Companhia recebeu uma aeronave nova do modelo Boeing 737-MAX 8, totalizando 38 737-MAX 8 ao final de 2022, o que representou 26% da sua frota. A Companhia devolveu duas aeronaves Boeing 737-NG no trimestre.

Em 2023, e apesar dos impactos nas cadeias logísticas globais, a Companhia espera receber 15 novas aeronaves, elevando para 53 o total de aeronaves Boeing 737-MAX 8 em sua frota.

Investimentos para Melhorar a Experiência do Cliente

Nos últimos três meses findos em dezembro de 2022, a Companhia inaugurou iniciativas importantes visando o aperfeiçoamento da experiência dos seus Clientes, que vão desde o novo serviço da GOLLOG (CHEGOL), que auxilia Clientes com itens esquecidos em voos, até a estreia de operação de ‘ponte aérea’ entre Buenos Aires e São Paulo, em conjunto com a parceira Aerolíneas Argentinas, promovendo maior flexibilidade para os Clientes visitarem a capital Argentina.

Em outubro, a Companhia foi reconhecida pelo Jornal Folha de São Paulo, pela quinta vez consecutiva, como a marca *Top of Mind* na categoria empresas aéreas. Em novembro, a GOL novamente recebeu da APEX (*Airline Passenger Experience Association*) o prêmio *Four Star Low Cost Carrier*, um reconhecimento aos esforços da Companhia em oferecer o melhor produto aos Clientes por meio do ‘Jeito GOL de Servir’. Por fim, em dezembro, a GOL foi premiada como a marca de aérea mais admirada pelos cariocas, em pesquisa realizada pelo jornal O Globo em parceria com a Troiano Branding.

“Buscamos oferecer um produto diferenciado para os nossos Clientes, principalmente no segmento corporativo. Nosso produto é o somatório de serviço de bordo, opções de voos, flexibilidade, tecnologia para a jornada do Cliente, e um programa de milhagem consistente e com benefícios tangíveis. Buscamos a excelência em todas essas áreas. No centro disso está a história de GOL como pioneira na aviação e seu investimento contínuo no engajamento e na alavancagem do nosso Time de Águias para ir ao alto e além,” disse Carla Fonseca, Diretora de Experiência do Cliente e Presidente da SMILES.

Desenvolvimentos em ESG

No 4T22, a GOL recebeu a certificação IenVA Estágio 2 e registrou uma melhora no seu índice CDP, agora com rating B-. Por intermédio da MOSS, a GOL já oferece aos seus Clientes a possibilidade de neutralização de carbono na compra de passagens aéreas. Em novembro, a GOL e a GLOBO firmaram nova parceria para também neutralizar emissões em viagens corporativas essenciais, uma medida inédita na indústria. Em dezembro, a segunda rota 100% Carbono Neutro do Brasil, que conecta Congonhas a Bonito, também completou um ano de existência, neutralizando um total de 2.700 toneladas de CO2 em mais de 210 voos de ida e volta.

A Companhia criou e consolidou grupos de Diversidade e Inclusão para atender a pluralidade do seu Time de Águias, abordando temas como: Equidade Racial, Equidade de Gênero, LGBT+, Acessibilidade, Gerações e Ambiental. Este grupo está responsável pela criação de indicadores de desempenho e por suportar a evolução da Companhia nestes assuntos. No Instituto GOL, a Companhia registrou 19 instituições que foram apoiadas diretamente, fortalecendo o seu pilar Educacional.

Grupo Abra Limited

Em 1º de março de 2023, o acionista controlador da GOL, o Mobi Fundo de Investimento em Ações Investimento no Exterior (“Mobi”) anunciou que o Mobi e alguns dos principais investidores da Avianca assinaram naquela data um aditivo ao Contrato de Contribuição Principal (“Contrato de Contribuição Principal”) que foi objeto de fato relevante da Companhia em 11 de maio de 2022. Como parte da implementação da transação prevista no Contrato de Contribuição Principal, conforme alterado, o Mobi foi transferido para o Grupo ABRA Limited, uma empresa incorporada sob as leis da Inglaterra e no País de Gales (“Abra”), todas as ações emitidas pela empresa realizada pela Mobi.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Após a transferência de ações descritas acima, as ações emitidas pela Companhia mantidas pela Abra serão transferidas para duas empresas incorporadas sob as leis da Inglaterra e do País de Gales, denominadas Abra Mobi LLP e Abra Kingsland LLP. A Abra Mobi LLP, juntamente com os irmãos Constantino, manterá o controle de voto de 50% das ações ordinárias emitidas pela GOL (“ações ordinárias”); e a Abra Kingsland LLP manterá o controle de voto de 50% das Ações Ordinárias. A Abra Mobi LLP será controlada diretamente por Mobi (irmãos Constantino) e a Abra Kingsland LLP será controlada diretamente por Kingsland. Após a implementação dessas etapas, os irmãos Constantino e Kingsland, por meio de suas participações diretas e indiretas, conforme aplicável, manterão cada um 50% das Ações Ordinárias e a Abra manterá 100% dos direitos econômicos sobre as ações da emissão da Companhia contribuído pela Mobi para a capital das Sub-Holdings.

As partes do Contrato de Contribuição Principal entrarão em um Acordo de Acionistas para governar seus direitos e obrigações como acionistas da Abra, com o Mobi (e, indiretamente, os irmãos Constantino) e os principais investidores da Avianca se tornando co-controladores de Abra. A Transação não implica a necessidade de realização de uma oferta pública.

Refinanciamento Transformacional

Em 3 de março de 2023, a GOL emitiu *Senior Secured Notes* com vencimento em 2028 no valor de até US\$1,4 bilhão em uma colocação privada para o Grupo Abra Limited, acionista controlador da GOL. As Notes têm uma taxa de juros de 18%, dos quais 4,5% serão pagos em dinheiro e 13,5% serão *payment-in-kind*, garantidos pela propriedade intelectual e pela marca da Smiles, o programa de fidelidade líder da Companhia, e também um gravame *pari-passu* sobre a propriedade intelectual, marca e peças de reposição da GOL.

A emissão é composta de até US\$451 milhões em dinheiro para usos específicos, sujeitos a determinadas condições e aprovações, e a contribuição e recompra de US\$1.077 milhões em valor nominal dos títulos em circulação da GOL, representando 83% dos títulos que vencem em 2024, 47% dos títulos com vencimento em 2025, 61% dos títulos que vencem em 2026, e 10% dos bônus perpétuos. Esses títulos foram cancelados representando um desconto ao par de US\$312,6 milhões. Pro-forma para essa operação, a dívida líquida da GOL será reduzida em mais de US\$100 milhões e resultará em mais de US\$30 milhões de economias anuais em pagamentos de juros.

A transação representa uma das maiores operações de refinanciamento amplo e de *liability management* tanto na indústria de empresas aéreas como em mercados emergentes. Ela também representa a décima operação de *liability management* ou aumento de capital que a GOL completou desde o início da pandemia de Covid-19.

Como resultado dessa eficiente gestão de passivos, a GOL obteve diversos benefícios importantes em sua estrutura de capital e melhoria significativa em seu perfil de crédito, aumentando a maturidade média de seus títulos de 2,5 para 4,4 anos, acessando US\$451 milhões em recursos monetários, e reduzindo significativamente os pagamentos anuais de juros.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Indicadores Operacionais e Financeiros

Dados de tráfego - GOL (em milhões)	4T22	4T21	% Var.
RPK GOL - Total	9.107	7.281	25,1%
RPK GOL - Mercado Doméstico	8.208	7.164	14,6%
RPK GOL - Mercado Internacional	899	117	NM
ASK GOL - Total	11.375	8.817	29,0%
ASK GOL - Mercado Doméstico	10.185	8.662	17,6%
ASK GOL - Mercado Internacional	1.189	154	NM
Taxa de Ocupação GOL - Total	80,1%	82,6%	(2,5 p.p.)
Taxa de Ocupação GOL - Mercado Doméstico	80,6%	82,7%	(2,1 p.p.)
Taxa de Ocupação GOL - Mercado Internacional	75,6%	76,0%	-0,4 p.p.
Dados Operacionais	4T22	4T21	% Var.
Passageiros Pagantes - Pax Transportados ('000)	7.776	6.558	18,6%
Média de Utilização de Aeronaves (Horas/Dia)	11,6	11,5	0,9%
Decolagens	57.166	45.227	26,4%
Total de Assentos Disponibilizados ('000)	9.958	7.892	26,2%
Etapa Média de Voo (km)	1.130	1.101	2,6%
Litros Consumidos no Período (mm)	315	249	26,5%
Funcionários (no Final do Período)	14.048	13.969	0,6%
Frota Média Operacional ⁽⁴⁾	110	84	31,0%
Pontualidade	79,0%	86,5%	(7,5 p.p.)
Regularidade	98,3%	99,4%	(1,1 p.p.)
Reclamações de Passageiros (por 1.000 pax)	0,79	1,11	(28,8%)
Perda de Bagagem (por 1.000 pax)	2,66	2,38	11,8%
Dados Financeiros	4T22	4T21	% Var.
YIELD Líquido (R\$ centavos)	48,16	38,58	24,8%
PRASK Líquido (R\$ centavos)	38,56	31,86	21,0%
RASK Líquido (R\$ centavos)	41,55	33,15	25,3%
CASK (R\$ centavos)	36,00	52,99	(32,1%)
CASK Ex-Combustível (R\$ centavos)	19,75	41,45	(52,3%)
CASK recorrente (R\$ centavos) ⁽⁵⁾	35,35	34,66	2,0%
CASK recorrente ex-combustível (R\$ centavos) ⁽⁵⁾	19,09	23,12	(17,4%)
Breakeven da Taxa de Ocupação Recorrente	68,1%	86,4%	(18,3 p.p.)
Taxa de Câmbio Média ⁽¹⁾	5,26	5,58	(5,9%)
Taxa de Câmbio no Final do Período ⁽¹⁾	5,22	5,58	(6,5%)
WTI (Média por Barril, US\$) ⁽²⁾	82,64	77,19	7,1%
Preço por Litro de Combustível (R\$) ⁽³⁾	5,99	4,17	43,6%
Combustível Golfo do México (Média por Litro, US\$) ⁽²⁾	0,86	0,58	48,3%

(1) Fonte: Banco Central do Brasil; (2) Fonte: Bloomberg; (3) Despesas com combustível excluindo resultados com hedge e créditos de PIS e COFINS/litros consumidos; (4) Frota média excluindo as aeronaves subarrendadas e em MRO. Alguns valores podem divergir das informações trimestrais - ITR devido a arredondamentos. (5) Exclui despesas não-recorrentes

Mercado doméstico

A demanda no mercado doméstico atingiu 8.208 milhões de RPK, um aumento de 14,6% comparado ao 4T21, e 85% do RPK registrado no 4T19.

A oferta no mercado doméstico por sua vez atingiu 10.185 milhões de ASK, representando um aumento de 17,6% comparado ao 4T21, e 87% dos níveis atingidos no 4T19.

A taxa de ocupação foi de 80,6% e a Companhia transportou cerca de 7,4 milhões de Clientes no 4T22, um incremento de 22,4% comparativamente ao mesmo trimestre do ano anterior.

Mercado internacional

A oferta no mercado internacional, medida em ASK, foi de 1.189 milhões, e a demanda (em RPK) foi de 899 milhões. No comparativo com o 4T21, a comparação percentual fica distorcida pelo fato da base anterior ser praticamente nula.

Neste período a GOL transportou cerca de 348 mil de passageiros nesse mercado.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Volume de Decolagens e Total de Assentos

No 4T22, o volume total de decolagens da Companhia foi de 57.166, representando um acréscimo de 26,4% comparativamente ao 4T21. O total de assentos disponibilizados no mercado foi de 9,9 milhões, representando um acréscimo de 26,2% comparativamente ao mesmo período de 2021.

PRASK, RASK e Yield

O PRASK líquido no 4T22 foi 21% maior comparado ao 4T21, atingindo 38,56 centavos (R\$). O RASK líquido da Companhia foi de 41,55 centavos (R\$), representando um incremento de 25,3% também comparado ao mesmo período do ano anterior. O *yield* líquido registrado no 4T22 foi de 48,16 centavos (R\$), resultando em um acréscimo de 24,8% comparado ao 4T21.

Todos os indicadores de rentabilidade do trimestre, acima descritos, apresentaram evolução significativa também comparativamente ao mesmo período de 2019, demonstrando a contínua e eficiente gestão de capacidade e precificação da Companhia.

Frota

No final do 4T22, a frota total da GOL era de 146 aeronaves Boeing 737, sendo 106 NGs, 38 MAXs e 2 NGs Cargueiros. A frota da Companhia é 100% composta por aeronaves de médio porte (narrowbody), sendo 97% financiada via arrendamento mercantil operacional e 3% financiada via arrendamento financeiro.

Frota Total ao Final do Período	4T22	4T21	Var.	3T22	Var.
Boeing 737	146	135	11	147	-1
737-700 NG	20	23	-3	21	-1
737-800 NG	86	89	-3	87	-1
737-800 NG Cargueiro	2	-	2	2	0
737-MAX 8	38	23	15	37	1

Em 31/12/22, a GOL possuía 91 pedidos firmes para aquisição de aeronaves Boeing 737-MAX, sendo 66 do modelo 737-MAX 8 e 25 do modelo 737-MAX 10. O plano de frota da Companhia prevê a devolução de cerca de 17 aeronaves operacionais até o final de 2023, com a flexibilidade de acelerar ou reduzir o volume de devoluções caso necessário.

Glossário de Termos do Setor Aéreo

- **ARRENDAMENTO DE AERONAVES (AIRCRAFT LEASING):** contrato através do qual a arrendadora ou locadora (a empresa que se dedica à exploração de *leasing*) adquire um bem escolhido por seu cliente (o arrendatário, ou locatário) para, em seguida, alugá-lo a este último, por um prazo determinado.
- **ASSENTOS-QUILÔMETRO OFERECIDOS (ASK):** é a somatória dos produtos obtidos ao multiplicar-se o número de assentos disponíveis em cada etapa de voo pela distância da etapa.
- **BARRIL DE WTI (WEST TEXAS INTERMEDIATE):** petróleo intermediário do Texas, região que serve de referência ao nome por concentrar a exploração de petróleo nos EUA. O WTI é utilizado como ponto de referência em óleo para os mercados de derivados dos EUA.
- **BRENT:** refere-se ao óleo produzido no mar do Norte, negociado na bolsa de Londres. Serve de referência para os mercados de derivados da Europa e Ásia.
- **CAIXA TOTAL:** total de caixa, aplicações financeiras e caixa restrito de curto e longo prazo.
- **CUSTO OPERACIONAL POR ASSENTO DISPONÍVEL POR QUILÔMETRO (CASK):** custo operacional dividido pelo total de assentos-quilômetro oferecidos.
- **CUSTO OPERACIONAL POR ASSENTO DISPONÍVEL POR QUILÔMETRO EX-COMBUSTÍVEL (CASK EX-FUEL):** é o custo operacional dividido pelo total de assentos-quilômetro oferecidos excluindo despesas com combustível.
- **ETAPA MÉDIA OU DISTÂNCIA MÉDIA DE VOOS (AVERAGE STAGE LENGTH):** é o número médio de quilômetros voados por etapa realizada.
- **EXCHANGEABLE SENIOR NOTES (ESN):** títulos conversíveis em ações.
- **FRETAMENTO DE AERONAVES (CHARTER):** o voo operado por uma Companhia que fica fora da sua operação normal ou regular.
- **HORAS BLOCO (BLOCK HOURS):** tempo em que a aeronave está em voo, mais o tempo de taxiamento.
- **LESSOR:** alguém que aluga uma propriedade ou propriedade pessoal a outro, arrendador.
- **LONG-HAUL FLIGHTS:** voos de longa distância (para a GOL, voos com mais de 4 horas de duração).
- **PASSEGEIROS PAGANTES:** representa o número total de passageiros a bordo que pagaram acima de 25% da tarifa para

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

uma etapa.

- **PASSAGEIROS-QUILÔMETRO TRANSPORTADOS PAGOS (RPK):** é a somatória dos produtos obtidos ao multiplicar-se o número de passageiros pagantes em uma etapa de voo pela distância da etapa.
- **PDP:** crédito para financiamento de pagamentos antecipados para aquisição de aeronaves.
- **TAXA DE OCUPAÇÃO (LOAD FACTOR):** percentual da capacidade da aeronave que é utilizada em termos de assento (calculada pela divisão do RPK/ASK).
- **TAXA DE OCUPAÇÃO BREAK-EVEN (BREAK-EVEN LOAD FACTOR):** é a taxa de ocupação necessária para que as receitas operacionais auferidas correspondam as despesas operacionais incorridas.
- **TAXA DE UTILIZAÇÃO DA AERONAVE:** número médio de horas por dia em que a aeronave esteve em operação.
- **RECEITA DE PASSAGEIROS POR ASSENTOS-QUILÔMETRO OFERECIDOS (PRASK):** é a receita de passageiros dividida pelo total de assentos-quilômetro disponíveis.
- **RECEITA OPERACIONAL POR ASSENTOS-QUILÔMETRO OFERECIDOS (RASK):** é a receita operacional dividida pelo total de assentos-quilômetro oferecidos.
- **SALE-LEASEBACK:** é uma transação financeira, onde um vende um recurso e o aluga de volta por um longo prazo. Assim ele continua a poder usar o recurso, não sendo o proprietário dele.
- **SLOT:** é o direito de decolar ou pousar uma aeronave em determinado aeroporto durante determinado período de tempo.
- **SUB-LEASE (SUBARRENDAMENTO):** é uma sublocação; um arranjo onde o locatário em um aluguel, atribui esse a um quarto, fazendo desse modo, o antigo locatário, um sublessor.
- **TAXA DE OCUPAÇÃO DA CARGA (FLF):** é a medida da utilização da capacidade (% de AFTKs utilizados). Calculada dividindo-se o FTK pelo AFTK.
- **TONELADA-QUILÔMETRO DE FRETE (FTK):** é a demanda por transporte de carga, calculada como o peso da carga em toneladas multiplicado pela distância total percorrida.
- **TONELADAS-QUILÔMETRO OFERECIDAS DE FRETE (AFTK):** peso da carga em toneladas multiplicado pelos quilômetros voados.
- **YIELD POR PASSAGEIRO KILÔMETRO:** representa o valor médio pago por um passageiro para voar um quilômetro.

Notas Explicativas

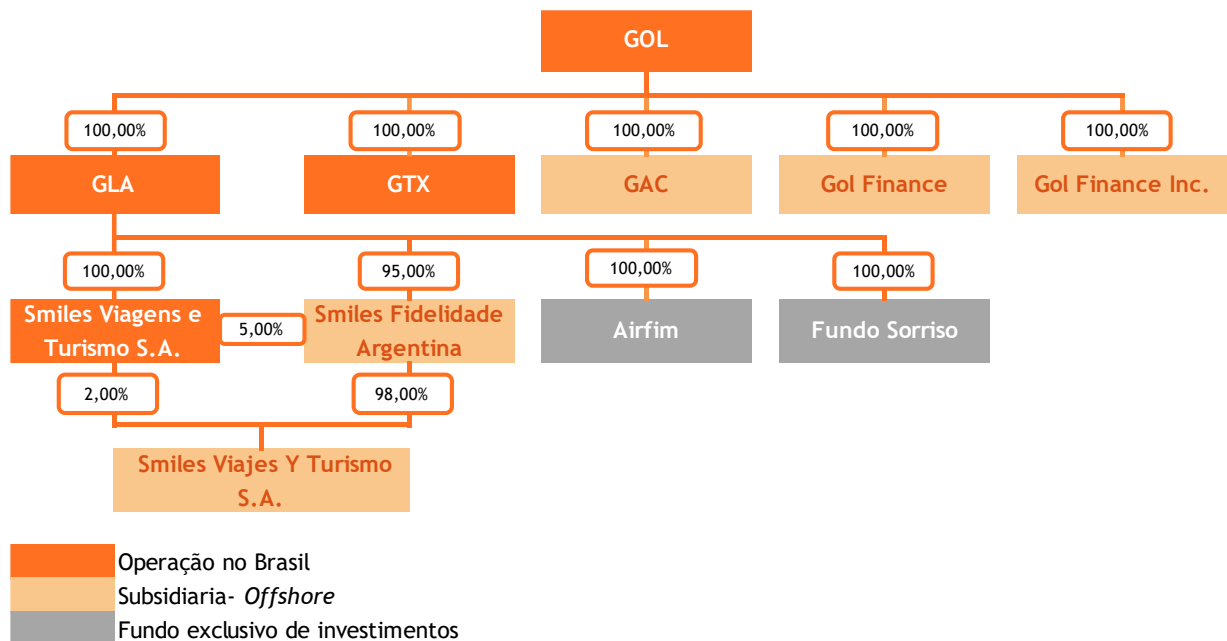
A Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. (“Companhia” ou “GOL”) é uma sociedade por ações constituída em 12 de março de 2004 de acordo com as leis brasileiras. O estatuto social da Companhia dispõe que a mesma tem como objeto social o exercício do controle acionário da GOL Linhas Aéreas S.A. (“GLA”), que presta serviços de transporte aéreo regular e não regular de passageiros e cargas, serviços de manutenção de aeronaves e componentes, desenvolvimento de programas de fidelidade, entre outros.

As ações da Companhia são negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e na Bolsa de Valores de Nova Iorque - *New York Stock Exchange* (“NYSE”) sob o *ticker* GOLL4 e GOL, respectivamente. A Companhia adota as Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da B3 e integra os índices de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (“IGC”) e de Ações com *Tag Along* Diferenciado (“ITAG”), criados para distinguir as empresas que se comprometem com as práticas diferenciadas de governança corporativa.

A sede oficial da Companhia está localizada na Praça Comandante Linneu Gomes, s/n, portaria 3, prédio 24, Jardim Aeroporto, São Paulo, Brasil.

1.1. Estrutura societária

A estrutura societária da Companhia e de suas controladas, em 31 de dezembro de 2022, está apresentada a seguir:



Notas Explicativas

A participação societária da Companhia no capital social de suas controladas, em 31 de dezembro de 2022, está apresentada a seguir:

Entidade	Data de constituição	Localidade	Principal atividade	Tipo de controle	% de participação	
					2022	2021
GAC	23/03/2006	Ilhas Cayman	Aquisição de aeronaves	Direto	100,00	100,00
Gol Finance Inc.	16/03/2006	Ilhas Cayman	Captação de recursos	Direto	100,00	100,00
Gol Finance	21/06/2013	Luxemburgo	Captação de recursos	Direto	100,00	100,00
GLA	09/04/2007	Brasil	Transporte aéreo	Direto	100,00	100,00
GTX	08/02/2021	Brasil	Participação em sociedades	Direto	100,00	100,00
Smiles Viagens	10/08/2017	Brasil	Agência de turismo	Indireto	100,00	100,00
Smiles Fidelidade Argentina (a)	07/11/2018	Argentina	Programa de fidelidade	Indireto	100,00	100,00
Smiles Viajes Argentina (a)	20/11/2018	Argentina	Agência de turismo	Indireto	100,00	100,00
AirFim	07/11/2003	Brasil	Fundo de investimento	Indireto	100,00	100,00
Fundo Sorriso	14/07/2014	Brasil	Fundo de investimento	Indireto	100,00	100,00

(a) Empresas com moeda funcional em pesos argentinos (ARS).

As controladas GAC Inc., GOL Finance e GOL Finance Inc. são entidades constituídas com propósito específico de dar continuidade às operações de natureza financeira e relacionadas à frota da Companhia. Não apresentam um corpo diretivo próprio e não possuem autonomia na tomada de decisões, como consequência, os ativos e passivos dessas entidades estão consolidados na Controladora.

A GTX S.A., controlada direta pela Companhia, encontra-se em estágio pré-operacional e tem como objeto social a administração de bens próprios e participação no capital social de outras sociedades.

A Smiles Viagens e Turismo S.A. ("Smiles Viagens"), tem como propósito principal a intermediação de serviços de organização de viagens, envolvendo a reserva ou venda de bilhetes aéreos, hospedagens, pacotes de turismo, entre outros. As subsidiárias Smiles Fidelidade Argentina e Smiles Viajes Y Turismo S.A., ambas sediadas em Buenos Aires, na Argentina, tem como propósito fomentar as operações do Programa Smiles e a venda de passagens aéreas naquele país.

Os fundos de investimento Airfim e Fundo Sorriso, controlados pela GLA, possuem a característica de fundo exclusivo e atuam como extensão para execução de operações com derivativos e investimentos, de forma que a Companhia consolida os ativos e passivos deste fundo.

1.2. Impactos e ações tomadas pela Administração frente à Covid-19 e a invasão da Ucrânia pela Rússia

Os primeiros dias de 2022 foram marcados pelo crescimento expressivo no número de casos de Covid-19, com a disseminação da variante "Ômicron", o que levou ao cancelamento de voos por diversas companhias no Brasil e no mundo. A GOL por meio do seu modelo de negócios flexível com base em um único tipo de frota não observou impactos em sua operação no período, com a manutenção de regularidade superior a 99% e grande relevância no mercado doméstico.

Em fevereiro de 2022, a Rússia iniciou uma invasão militar na Ucrânia, marcando uma escalada acentuada do conflito existente entre estes países e gerando impactos de redução nos investimentos globais e na oferta de produção de petróleo em função das sanções impostas pela comunidade internacional para a Rússia. Como consequência, os preços do petróleo Brent e WTI, bem como os diferenciais para os destilados Heating Oil e Jet Fuel apresentaram alta expressiva durante boa parte do ano de 2022, superior aos valores do período anterior e resultaram no nível recorde histórico de preço de querosene de aviação para o terceiro trimestre de 2022, conforme verificado no aumento dos custos desta natureza na nota

Notas Explicativas

explicativa 29. Face tal aumento, a Companhia utiliza-se da sua gestão de capacidade para otimizar a precificação de suas tarifas, aumento de produtividade e mitigar o aumento de custos, além de avaliar estratégias de proteção da exposição futura e participar de negociações setoriais, no intuito de mitigar o impacto sobre a margem operacional.

Os resultados do exercício demonstram uma consistente recuperação da demanda, com planejamento de retomada aos patamares anteriores à pandemia nos próximos trimestres, tendo a Companhia aumentado a oferta doméstica, medida pelo ASK, em 40,2% neste período no comparativo com o mesmo período no ano de 2021 e observado um incremento de 36,7% na demanda doméstica, medida pelo RPK seguindo o mesmo comparativo.

De forma a acompanhar a retomada da demanda e aumentar o posicionamento no regional, a Companhia além da inauguração de novas rotas neste mercado, também assinou acordos com novos parceiros e ampliou a frequências em rotas já operadas anteriormente.

1.2.1. Impactos nas demonstrações financeiras consolidadas

Ao longo do ano de 2022 observa-se a retomada da malha operacional e normalização da oferta em patamares próximos aos de 2019, tendo atingido no quarto trimestre de 2022 86% da oferta equivalente ao mesmo período do ano de 2019. Contudo o resultado do exercício carrega impactos do período de pandemia que acarretou redução na malha. Em resposta à queda na demanda e disponibilidade de tripulação, realizou-se a reclassificação, de custos para outras despesas operacionais, dos gastos com depreciação de equipamentos de voo não relacionados diretamente com as receitas geradas no exercício.

A tabela abaixo contempla o detalhamento das reclassificações efetuadas ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que se relacionam diretamente à pandemia de Covid-19:

Demonstração de resultado - Reclassificações		Consolidado	
		Custos dos serviços prestados	Outras receitas e despesas, líquidas
Ociosidade de equipamentos de voo	(a)	108.706	(108.706)

(a) Como consequência na redução na quantidade de voos operados, onde a Companhia incorreu com ônus do decurso do tempo, por analogia aos dispositivos do CPC 16 (R1) - Estoques, equivalente ao IAS 2, os gastos com depreciação de equipamentos de voo não relacionados diretamente com as receitas geradas no exercício, denominados ociosidade, foram reclassificados do grupo de custos dos serviços prestados para o grupo de outras receitas e despesas, líquidas.

Na elaboração destas demonstrações financeiras, a Administração considerou as projeções mais recentes disponíveis, devidamente refletidas nos planos de negócios da Companhia.

1.3. Estrutura de capital e capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresenta capital circulante líquido individual e consolidado negativo em R\$544.653 e R\$10.867.704, respectivamente (R\$95.229 e R\$8.393.753 negativo em 31 de dezembro de 2021). A variação está relacionada principalmente pelo aumento dos saldos de transportes a executar e programa de milhagem, em 31 de dezembro de 2022 o montante dessas obrigações é R\$5.079.405 (R\$3.969.251 em 31 de dezembro de 2021), os quais espera-se que sejam substancialmente realizados com serviços prestados pela Companhia.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta ainda uma posição de patrimônio líquido negativo atribuído aos acionistas controladores de R\$21.358.815 (negativo em R\$21.053.678 em 31 de dezembro de 2021). A variação observada se dá principalmente devido ao prejuízo do exercício, parcialmente compensado pelo aumento de capital realizado no contexto do acordo de investimento com a American Airlines (Nota 1.4).

As operações da Companhia são sensíveis ao cenário macroeconômico e à volatilidade do Real, dado que aproximadamente 93,7% do endividamento (empréstimos e financiamentos e arrendamentos) está negociado em dólar americano ("US\$") e 47,8% dos custos também são atrelados à moeda americana, e sua capacidade de ajustar o preço das tarifas cobradas de seus clientes para recapturar a variação do dólar americano depende da capacidade racional (oferta) e comportamento dos concorrentes.

Ao longo dos últimos cinco anos a Administração tomou uma série de medidas para adequar o tamanho de sua frota à demanda, de modo a equiparar a oferta de assentos com o patamar da demanda e assim manter altas taxas de ocupação, reduzir de custos e adequar sua estrutura de capital com destaque para a emissão das *Senior Secured Amortizing Notes*, no valor de US\$ 196 milhões (Nota 1.9) em 2022, e em 2023 o fechamento da transação relacionada a emissão de *Senior Secured Notes* com vencimento em 2028, no valor de US\$ 1,4 bilhão (Nota 1.7 e 35.2). Estas medidas propiciarão uma melhora da estrutura de capital e na liquidez da Companhia.

Nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas em uma base contábil de continuidade, que contempla a realização dos ativos e a satisfação dos passivos e compromissos no curso normal dos negócios, em conformidade com o plano de negócios elaborado pela Administração, revisado e aprovado pelo Conselho de Administração.

Embora ainda haja uma incerteza significativa sobre quanto tempo será necessário para que a indústria aérea se recupere, e isso leve a uma incerteza relevante sobre nossa capacidade de continuar em operação, em 31 de dezembro de 2022 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não incluem quaisquer ajustes que possam resultar da incapacidade de continuar em operação.

1.4. Acordo de investimento American Airlines

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a GOL e a American Airlines formalizaram o acordo para expansão de sua cooperação comercial, com investimento de R\$948.320, integralizados em caixa pela American Airlines por 22.224.513 ações preferenciais da Companhia. A partir desta transação a American Airlines passou a deter o direito de indicar um membro para o Conselho de Administração da Companhia pelos próximos 3 anos, tendo nomeado o Sr. Anmol Bhargava.

O acordo de *codeshare* exclusivo aprofunda o relacionamento entre as duas empresas aéreas, com maiores oportunidades de viagens aos passageiros e melhoria na experiência do cliente e na posição competitiva da GOL em rotas que conectam as Américas do Sul e do Norte. O contrato de investimento, prevê além dos termos de confidencialidade, exclusividade e cooperação, determinadas restrições acerca de movimentações no capital da Companhia.

Notas Explicativas

1.5. Plano de aceleração da transformação de frota

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia recebeu 15 aeronaves Boeing 737-MAX, em continuidade ao plano de aceleração na transformação de frota, que tem como objetivo a substituição das aeronaves Boeing 737 NG para aeronaves Boeing 737-MAX.

O Boeing 737-MAX consome cerca de 15% menos combustível e produz aproximadamente 16% menos de emissão de carbono e 40% menos ruído, além de possuir maior alcance de voo quando comparado as aeronaves Boeing 737-NG.

Com a recuperação da demanda observada, a aceleração no plano de imunização com vacinas em vários mercados, retomada do nível de operação para patamares próximos aos níveis pré-pandemia e aumento expressivo nas variáveis macroeconômicas principalmente o preço do barril de petróleo, observa-se uma maior necessidade de acelerar a substituição da frota existente de 737-NG.

Além disso, a Companhia teve a oportunidade de obter acordos de aquisição de novas aeronaves 737 MAX com condições mais favoráveis em comparação ao período pré-pandemia, em combinação a novas alternativas de linhas de crédito para financiamento destas aeronaves, de forma a permitir o balanceamento do portfólio de financiamento da Companhia.

Como consequência da aceleração da transformação da frota, a Companhia espera devolver aeronaves 737-NG, para as quais são estimados desembolsos futuros relevantes, conforme divulgado na nota explicativa 22.2, que poderão ser compensados com depósitos divulgados na nota explicativa 9.

1.6. Contrato de serviços de cargas e logística

Em abril de 2022 a Companhia assinou um contrato de prestação de serviços de carga de 10 anos com o Mercado Livre. Este contrato prevê uma frota dedicada de cargueiros composta por 6 (seis) Boeing 737-800 BCF, com possibilidade de inclusão de outras 6 aeronaves de carga até 2025. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia recebeu 2 aeronaves cargueiras, tendo a operação iniciada em setembro de 2022.

O contrato da GOL com o Mercado Livre é parte do investimento da Companhia para atender as necessidades do crescente mercado brasileiro de e-commerce. Com isso, a Companhia planeja expandir sua gama de serviços e aumentar significativamente a capacidade de transporte de cargas disponível em toneladas durante 2023 para geração receita incremental.

1.7. Acordo entre o acionista controlador e principais investidores da Avianca

Em 11 de maio de 2022, a Companhia recebeu correspondência do seu acionista controlador MOBI Fundo de Investimento em Ações Investimento no Exterior (“MOBI FIA”) com a comunicação de celebração de *Master Contribution Agreement* com os principais acionistas do Investment Vehicle 1 Limited (“Avianca Holding”), incluindo Kingsland International Group S.A., Elliott International L.P. e South Lake One LLC.

Nos termos do *Master Contribution Agreement*, o MOBI FIA contribuirá com suas ações da GOL e os principais investidores da Avianca Holding contribuirão com suas ações da Avianca Holding para criação de uma sociedade de capital fechado, constituída sob as leis da Inglaterra e do País de Gales. GOL e Avianca continuarão operando de forma independente e mantendo suas respectivas marcas e culturas.

Em 1º de março de 2023, o acionista controlador da Companhia, MOBI FIA, anunciou a conclusão da operação societária prevista no *Master Contribution Agreement*, nessa data transferiu para a Abra Group Limited, sociedade constituída de acordo com as leis da Inglaterra e do País de

Notas Explicativas

Gales (“Abra”) a totalidade das ações de emissão da Companhia detidas por MOBI FIA. Em 3 de março de 2023 a Companhia anunciou o fechamento da colocação privada com os investidores da Abra e concomitantemente a Companhia realizou o fechamento do investimento privado da Abra na Companhia através de Senior Secured Notes com vencimento em 2028 que serão emitidos no valor de US\$1,4 bilhão.

O *Master Contribution Agreement* prevê que os principais investidores da Avianca e outras partes do *Master Contribution Agreement* contribuirão as suas ações de emissão da Avianca à Abra, em troca de ações ordinárias de emissão da Abra, o que é esperado que seja concluído até o final do mês de março. As partes do *Master Contribution Agreement* celebrarão um Acordo de Acionistas para reger seus direitos e obrigações como acionistas da Abra, passando o MOBI FIA (e, indiretamente, os irmãos Constantino) e os Principais Investidores da Avianca a ser cocontroladores da Abra.

1.8. MAP Transportes Aéreos

Em 8 de junho de 2021, a GOL celebrou um acordo para a aquisição da MAP Transportes Aéreos Ltda., uma empresa aérea brasileira doméstica com rotas para destinos regionais a partir do Aeroporto de Congonhas em São Paulo, considerando o compromisso da Companhia em expandir a demanda brasileira por transporte aéreo e consolidar-se de forma racional no mercado local, à medida que a economia do país se recupera da Covid-19.

Em 30 de dezembro de 2021, através do Despacho SG nº1929/2021, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a operação sem restrições. A conclusão da transação está condicionada a outras condições precedentes, que ainda não foram cumpridas, portanto, em 31 de dezembro de 2022 não há impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

A MAP poderá ser adquirida por R\$28 milhões, a ser pago somente após o cumprimento de todas as condições precedentes, através de 100.000 ações preferenciais (GOLL4) a R\$28,00 por ação e R\$25 milhões em dinheiro em 24 parcelas mensais. No fechamento da transação, a Companhia assumirá até R\$100 milhões de compromissos financeiros da MAP.

Espera-se que esta transação traga como principais benefícios: (i) expansão para novas rotas; (ii) maior densidade de oferta de assentos a mercados historicamente sub-ofertados; e (iii) aperfeiçoamento de operações eficientes.

1.9. Emissão de Senior Secured Amortizing Notes

Em 30 de dezembro de 2022 a GOL, por meio de sua subsidiária GOL Finance, emitiu *Senior Secured Amortizing Notes* com remuneração de 5,00% a.a. e vencimento em 2026 (Série A) e *Subordinated Secured Amortizing Notes* com remuneração de 3,00% a.a. e vencimento em 2025 (Série B), em um volume total de US\$196 milhões.

As Notes foram emitidas em troca do cumprimento integral, a 100% do valor de face, de certas obrigações de pagamento de arrendamento de aeronaves que estão sob acordos de diferimento, entre outras obrigações que os arrendadores de aeronaves participantes optaram por trocar por Notes.

As Notes têm um período médio de carência de 12 meses. Após o período de carência, as Notes de Série A serão amortizadas em dez parcelas trimestrais iguais, assim como, as Notes de Série B serão amortizadas em nove parcelas trimestrais iguais e estarão contratualmente subordinadas às Notes da Série A. As Notes podem ser resgatadas pela GOL, a qualquer momento a valor de face e estão garantidas por cessão fiduciária de recebíveis não onerados pela GOL Linhas Aéreas S.A. (“GLA”).

Notas Explicativas

1.10. Programa de compliance

Em 15 de setembro de 2022, a Companhia celebrou acordo com a Controladoria Geral da União do Brasil ("CGU"), com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos ("DoJ") e com U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC") para encerrar as investigações sobre pagamentos feitos pela GOL, entre os anos de 2012 e 2013, à pessoas politicamente expostas, incluindo funcionários do governo brasileiro, resultantes de um reporte da GOL em dezembro de 2016 à SEC e à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Nos termos dos acordos celebrados, as autoridades reconheceram os programas de *Compliance*, controles internos, e procedimentos anticorrupção da Companhia: (a) a GOL acordou em pagar a quantia total de US\$3,4 milhões para a CGU, a ser deduzido dos pagamentos devidos ao DoJ e à SEC, conforme descrito a seguir; (b) o DoJ acordou pelo arquivamento da acusação (*Deferred Prosecution Agreement* - "DPA"), através do qual foi determinado que nenhum monitoramento de *Compliance* será requerido e que a Companhia acordou em reportar anualmente, por três anos, ao DoJ remediações e implementações de medidas de *Compliance* relacionadas a políticas, procedimentos e práticas anti-corrupção; (c) a GOL concordou em pagar US\$17,0 milhões ao DoJ e US\$24,5 milhões à SEC em multas, restituição e juros relacionados a reduções de tributos sobre a folha de pagamento e sobre combustíveis em 2012 e 2013 que beneficiaram a Companhia juntamente com outras companhias aéreas e empresas, dos quais US\$20,25 milhões foram pagos ao DoJ e à SEC, sendo pago US\$12,6 em setembro de 2022 e US\$7,65 em dezembro de 2022. O restante será pago nos próximos dois anos; e (d) o pagamento de US\$3,4 milhões pela GOL à CGU, que, conforme descrito acima, será creditado pelo DoJ e pela SEC e poderá ser deduzido dos pagamentos que lhes são devidos.

2. Declaração da Administração, base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas com base no Real ("R\$") como moeda funcional e de apresentação, estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira. Os itens divulgados em outras moedas estão devidamente identificados, quando aplicável.

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros.

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas de forma contínua.

A Administração, ao elaborar estas demonstrações financeiras, utilizou-se dos seguintes critérios de divulgação: (i) requerimentos regulatórios; (ii) relevância e especificidade da informação das operações da Companhia aos usuários; (iii) necessidades informacionais dos usuários das demonstrações financeiras; e (iv) informações provenientes de outras entidades inseridas no mesmo setor, principalmente no mercado internacional.

Notas Explicativas

A Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela no desenvolvimento de suas atividades de gestão dos negócios.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo;
- instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e
- investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas com base no pressuposto de sua continuidade operacional, o qual contempla a realização de ativos e a liquidação de passivos no curso normal dos negócios. Vide detalhes na nota explicativa 1.3, quanto a incerteza significativa sobre nossa capacidade de continuidade operacional.

3. Aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A aprovação e autorização para a emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ocorreram na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 21 de março de 2023.

4. Resumo das principais práticas contábeis

4.1. Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia detém menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida. A Companhia reavalia se mantém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais elementos de controle relacionados anteriormente.

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. A variação na participação societária em controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com as utilizadas na controladora e adotadas no exercício anterior. Todas as transações e saldos entre a GOL e suas controladas foram eliminados na consolidação, bem como os lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, incluindo encargos e tributos. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas da controladora e aos não controladores, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Notas Explicativas

4.2. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia classifica neste grupo os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras automáticas e títulos de liquidez imediata que, conforme análises são considerados prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado, e serão utilizadas pela Companhia em curto intervalo de tempo.

4.3. Aplicações financeiras

Na apresentação e mensuração dos ativos financeiros, a Companhia considera as disposições do CPC 48 - “Instrumentos Financeiros”, equivalente ao IFRS 9, que determina que os ativos financeiros devem ser inicialmente mensurados a valor justo deduzido dos custos diretamente atribuíveis a sua aquisição. Por sua vez, a mensuração subsequente é dividida em duas categorias:

4.3.1. Custo amortizado

As aplicações financeiras são mensuradas pelo custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- a Companhia planeja deter o ativo financeiro de forma a coletar os fluxos de caixa previstos contratualmente; e
- os fluxos de caixa contratuais representam apenas o pagamento de juros e principal (“SPPI”).

4.3.2. Valor justo

As aplicações financeiras mensuradas a valor justo são divididas em duas categorias:

- por meio do resultado abrangente: esta categoria é aplicável quando ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) a Companhia planeja deter o ativo financeiro de forma a coletar os fluxos de caixa previstos contratualmente e vender o ativo; e (ii) os fluxos de caixa contratuais representam SPPI;
- por meio do resultado: é considerada uma categoria residual, ou seja, se a Companhia não planeja deter o ativo financeiro de forma a coletar os fluxos de caixa previstos contratualmente e/ou vender o ativo, este deve ser mensurado pelo valor justo por meio do resultado. A Companhia pode ainda optar, no reconhecimento inicial, pela designação do ativo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado, de forma a eliminar ou reduzir significativamente inconsistências de mensuração ou reconhecimento, denominadas “descasamento contábil”. Os instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado são para eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil, sendo desta forma avaliados a valor de mercado.

As aplicações financeiras cedidas como garantias vinculadas a instrumentos financeiros de curto e longo prazo, depósitos para operações de arrendamento e outras operações passivas são divulgadas na nota explicativa 6.

Notas Explicativas

4.4. Contas a receber

São mensuradas com base no valor faturado, líquido das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, e se aproximam do valor justo dado sua natureza de curto prazo. Em aderência ao CPC 48 - “Instrumentos Financeiros”, equivalente ao IFRS 9, a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi mensurada através da aplicação da abordagem simplificada, considerando os dados históricos e projetando a perda esperada ao longo da vida do contrato, por meio da segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento conforme os respectivos prazos de vencimento. Adicionalmente, para determinados casos, a Companhia efetua análises individuais para a avaliação dos riscos de recebimento.

4.5. Estoques

Os saldos de estoques compreendem principalmente materiais para manutenção e reposição de peças. Os estoques são mensurados pelo custo médio de aquisição acrescidos de gastos tais como impostos não recuperáveis e despesas aduaneiras incorridos na aquisição e nos gastos com transportes até a localização atual dos itens. As provisões para obsolescência dos estoques são constituídas para aqueles itens que não possuem expectativa de realização.

4.6. Imposto de renda e contribuição social

4.6.1. Impostos correntes

No Brasil, compreende o imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro (“CSLL”), que são calculados mensalmente com base no lucro tributável, após compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, aplicando-se a essa base a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% para o IRPJ e 9% para a CSLL.

4.6.2. Impostos diferidos

Os impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base fiscal e a contábil. Os ativos e passivos de impostos e contribuições diferidos são classificados como não circulante.

Uma perda para realização desses ativos é reconhecida quando os estudos internos da Companhia indicarem que a utilização futura desses créditos não é provável.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de compensar os passivos fiscais com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável, portanto, para fins de apresentação, os saldos de ativo e passivo fiscal, que não atendem ao critério legal de realização, estão sendo divulgados separadamente. Os ativos e passivos fiscais diferidos foram mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas e legislação fiscal vigentes na data das demonstrações financeiras.

As projeções de lucros tributáveis futuros sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são preparadas com base nos planos de negócio e são revisadas e aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia.

Notas Explicativas

4.7. Direitos e obrigações com instrumentos financeiros derivativos

Variações nas taxas de juros, no câmbio e nos preços do combustível de aviação expõem a Companhia e suas controladas a riscos que podem afetar seus desempenhos financeiros. Com o objetivo de mitigar tais riscos, a Companhia por meio de suas subsidiárias contrata instrumentos financeiros derivativos que podem ou não ser designados para *hedge accounting* e, se designados, são classificados como *hedge* de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados a valor justo no reconhecimento e nos períodos subsequentes.

4.7.1. Instrumentos financeiros derivativos não designados como *hedge accounting*

A Companhia pode contratar instrumentos financeiros derivativos que não sejam designados para *hedge accounting* quando os objetivos da Gestão de Risco não necessitem de tal classificação. As operações não designadas como *hedge accounting* apresentam a variação de seu valor justo contabilizadas diretamente no resultado financeiro.

4.7.2. Instrumentos derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa

Os instrumentos designados como *hedge* de fluxo de caixa visam proteger resultados futuros decorrentes das variações das taxas de juros, do preço de combustível e do câmbio. A efetividade das variações é estimada com base em métodos estatísticos de correlação e pela proporção entre os ganhos e perdas do *hedge* e a variação dos custos e despesas protegidos. As variações efetivas do valor justo são contabilizadas no patrimônio líquido em “Outros resultados abrangentes”, até o reconhecimento do resultado do objeto do *hedge*. As ineficácias verificadas em cada período de reporte são reconhecidas no resultado financeiro. As transações de *hedge* contabilizadas em “Outros resultados abrangentes” apresentam-se líquidas dos efeitos de impostos.

4.7.3. Desreconhecimento e baixa de instrumentos financeiros derivativos

A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente quando a Companhia e suas controladas (i) cancelam a relação de proteção; (ii) o instrumento derivativo vence ou é vendido, rescindido ou executado, (iii) quando há baixa previsibilidade de realização do objeto de *hedge*, ou (iv) quando não se qualifica mais como *hedge accounting*. Caso a operação seja descontinuada, quaisquer ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” e acumulados no patrimônio líquido até aquela data são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício.

4.8. Depósitos

4.8.1. Depósitos para manutenção de aeronaves e motores

Referem-se a pagamentos efetuados em dólar norte-americano aos arrendadores para futura manutenção de aeronaves e motores. A realização desses ativos acontece, substancialmente, na utilização do depósito para o pagamento à oficina quando a manutenção é realizada ou por meio de recebimentos de recursos financeiros, de acordo com as negociações efetuadas com os arrendadores. A variação cambial destes pagamentos é reconhecida como despesa ou receita no resultado financeiro. A Administração efetua análises regulares da recuperabilidade desses depósitos com base na elegibilidade de aplicação de tais valores em eventos de manutenção futuros e acredita que os valores refletidos no balanço são realizáveis.

Alguns dos contratos preveem que, caso não haja eventos de manutenção com possibilidade de utilização dos depósitos, os valores depositados para esta operação não são reembolsáveis. Tais

Notas Explicativas

valores são retidos pelo arrendador e representam pagamentos realizados em função da utilização dos componentes até a data de devolução. Dessa forma, os valores enquadrados nesta categoria, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício na rubrica de “Material de manutenção e reparo”, considerando as análises regulares de recuperabilidade ou no momento da devolução do bem.

4.8.2. Depósitos judiciais

No decurso das ações impetradas contra a Companhia e sobre as quais esta questiona a legitimidade das reclamações, pode ocorrer que a Companhia seja requerida a efetuar depósitos recursais e/ou judiciais de forma a dar continuidade a sua estratégia de defesa. Tais valores são corrigidos monetariamente em sua maioria pelos índices inflacionários e caracterizam-se como recursos não disponíveis imediatamente para a Companhia, pendentes de decisão judicial.

4.8.3. Depósitos em garantia de contratos de arrendamento

Os depósitos e cauções são denominados em dólar norte-americano e atualizados mensalmente pela variação do câmbio. Os depósitos são reembolsáveis à Companhia ao término dos contratos de arrendamento ou compensados com obrigações futuras formalizadas no momento da devolução do ativo arrendado.

4.9. Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado, incluindo os componentes *rotables* (peças de reposição), são registrados pelo custo de aquisição e/ou construção. Juros e encargos financeiros diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um bem que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do ativo correspondente.

Cada componente do imobilizado que possui um custo significativo em relação ao total do bem é depreciado separadamente. A vida útil econômica estimada dos itens do imobilizado, para fins de depreciação, está demonstrada na nota explicativa 13.

O valor de mercado estimado ao final de sua vida útil é a premissa para determinação do valor residual dos itens imobilizados da Companhia. O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados anualmente pela Companhia. Eventuais mudanças em função da alteração da expectativa de utilização de tais itens resultam em alterações prospectivas.

O valor contábil do imobilizado é analisado para verificar possível perda no valor recuperável quando fatos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil é maior que o valor recuperável estimado. O valor contábil das aeronaves é testado para identificação de perdas no valor recuperável anualmente, mesmo que não haja circunstâncias que indiquem a existência de perdas.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item são determinados pela diferença entre o valor recebido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Adicionalmente, a Companhia adota o seguinte tratamento para os grupos abaixo:

Notas Explicativas

4.9.1. Adiantamentos para aquisição de aeronaves

Referem-se a pré-pagamentos em dólar norte-americano efetuados junto à Boeing para aquisição de aeronaves 737-MAX. Os adiantamentos são convertidos pela taxa histórica.

4.9.2. Contratos de arrendamento

Os contratos de arrendamento são reconhecidos, mensurados, apresentados e divulgados de acordo com a norma vigente, o CPC 06 (R2) - “Arrendamentos”, equivalente ao IFRS 16. A Companhia aplica as isenções de reconhecimento para os arrendatários, previstas na norma, para arrendamentos de curto prazo e de ativos de “baixo valor”.

4.9.2.1. Ativo de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. A mensuração inicial de um ativo de direito de uso também contempla uma estimativa dos custos a serem incorridos pela Companhia na devolução do ativo subjacente, restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento. A Companhia incorre na obrigação por esses custos, seja na data de início ou como consequência de ter utilizado o ativo subjacente durante a vigência do contrato.

Após a data de início, os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

4.9.2.2. Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece a valor presente os pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento de acordo com o fluxo programado. Os pagamentos do arrendamento incluem: (i) pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa; e (iii) valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, caso o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção de rescindir o arrendamento por parte da Companhia.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início, quando a taxa de juros implícita no arrendamento não puder ser determinada imediatamente.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que ocasiona tais pagamentos.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o decurso do tempo e, consequentemente, o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de

Notas Explicativas

arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação no arrendamento, considerando mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia reavalia o passivo do arrendamento sempre que ocorrem determinados eventos e reconhece o valor de remensuração deste passivo como um ajuste ao ativo de direito de uso. Contudo, se o valor contábil do ativo de direito de uso for reduzido a zero e houver uma redução adicional na mensuração do passivo de arrendamento, a Companhia reconhece qualquer valor remanescente da remensuração no resultado.

4.9.2.3. Transações de venda e retroarrendamento - *Sale-leaseback*

As transações de *sale-leaseback* ocorrem quando a Companhia vende um ativo e o arrenda de volta. Estas transações são inicialmente analisadas dentro do escopo do CPC 47 - “Receita de Contrato com Cliente”, equivalente ao IFRS 15, com objetivo de verificar se a obrigação de desempenho foi satisfeita, e, portanto, contabilizar a venda do bem.

Uma vez atendido tal requerimento, a determinação do reconhecimento do resultado de transações de *sale-leaseback* utiliza como referência o valor justo do bem negociado. Para bens novos, a fonte de informação para obtenção do valor justo são cotações de mercado para itens de natureza semelhante, considerando as condições do bem. Caso o item já pertença a Gol, o cálculo para determinação do valor justo é realizado através de metodologia interna, baseado na metodologia aplicada no mercado.

Após a definição o valor justo, os ganhos ou perdas são inicialmente calculados com base na diferença entre o valor justo e o valor contábil dos ativos e posteriormente ajustados de acordo com a proporcionalidade do direito de uso transferido ao arrendador (sendo esse último o valor efetivo reconhecido em resultado como ganho ou perda).

O cálculo da proporcionalidade é realizado considerando o valor presente dos pagamentos do arrendamento ajustado pelos pagamentos antecipados ou financiamentos adicionais.

4.9.3. Capitalização de gastos com grandes manutenções de motores, aeronaves, trem de pouso e APU's (*Auxiliary Power Unit*)

Os gastos com grandes manutenções, que incluem substituições de peças e mão de obra, são capitalizados somente quando há o prolongamento da vida útil estimada do ativo correspondente. Tais custos são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado a incorrer até a próxima data para grande manutenção ou a devolução do bem, o que ocorrer antes. Gastos incorridos que não prolongam a vida útil dos ativos são reconhecidos diretamente no resultado.

4.10. Ativos intangíveis

4.10.1. Vida útil definida

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custo de desenvolvimento, não são capitalizados e os gastos são refletidos na demonstração do resultado no exercício em que foram incorridos.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis de vida útil definida são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando

Notas Explicativas

aplicável. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indício de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

4.10.2. Vida útil indefinida

4.10.2.1. Ágio por expectativa de rentabilidade futura

Nessa categoria estão registrados os valores correspondentes ao ágio decorrente das combinações de negócios efetuadas pela Companhia e suas controladas. O valor do ágio é testado anualmente através da comparação do valor contábil com o valor recuperável da unidade geradora de caixa. A Administração realiza julgamentos e estabelece premissas para avaliar o impacto das mudanças macroeconômicas e operacionais, a fim de estimar os fluxos de caixa futuros e mensurar o valor recuperável dos ativos.

4.10.2.2. Direitos de operações em aeroportos (“slots”)

Na combinação de negócios da GLA e da Webjet, foram adquiridos *slots* que foram reconhecidos pelos seus valores justo na data da aquisição e não são amortizados. A vida útil estimada destes direitos foi considerada indefinida devido a diversos fatores e considerações, incluindo requerimentos e autorizações de permissão para operar no Brasil e limitada disponibilidade de direitos de usos nos mais importantes aeroportos em termo de volume de tráfego aéreo. O valor contábil desses direitos é avaliado anualmente, com base na unidade geradora de caixa quanto a seu valor recuperável ou em casos de mudanças nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

4.11. Perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

A Companhia realiza anualmente a revisão das fontes internas e externas de informação, a fim de avaliar eventos ou mudanças nas condições econômicas, tecnológicas, ou em operações que possam indicar a desvalorização de um ativo ou unidade geradora de caixa.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o seu valor justo, deduzindo os custos de venda, e seu valor em uso. Quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa (“UGC”) excede o seu valor recuperável, uma provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”) é reconhecida.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa estimados futuros são descontados a valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a UGC.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidade Geradora de Caixa - “UGC”).

Uma perda por *impairment* anteriormente reconhecida é revertida, exceto sobre o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), apenas em situações que há uma mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo.

Notas Explicativas

4.12. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, com exceção do derivativo contratado atrelado ao *Exchangeable Senior Notes*, que está mensurado a valor justo por meio do resultado.

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer prêmio, deságio ou ágio na contratação e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado, exceto quando sujeitos à capitalização.

4.13. Fornecedores e outras obrigações

São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras.

4.13.1. Fornecedores - risco sacado

A Administração promoveu uma negociação junto aos fornecedores com o objetivo de alongar os prazos de pagamentos. Dessa forma a Companhia assinou um convênio junto a instituições financeiras que permite a antecipação do contas a receber de seus fornecedores. Considerando que a antecipação desse recebimento junto às instituições financeiras é uma opção dos fornecedores, como também, a Companhia não é ressarcida e/ou beneficiada pela instituição financeira de descontos por pagamento executado antes da data de vencimento acordada junto ao fornecedor, não há alteração do grau de subordinação do título em caso de execução judicial (vide nota explicativa 18).

4.14. Transportes a executar

Representa as obrigações da Companhia de prestação de serviços de transporte aéreo e outros serviços auxiliares à obrigação principal junto a seus clientes, líquida da receita de *breakage* já reconhecida no resultado, conforme detalhado na nota explicativa 4.17.1.

4.15. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, formalizada ou não, em consequência de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor desta possa ser feita.

4.15.1. Provisão para devolução de aeronaves e motores

Os contratos de arrendamento de aeronaves regularmente preveem obrigações contratuais estabelecendo condições para devolução. A Companhia provisiona os custos de devolução, uma vez que se tratam de obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e que irão gerar desembolsos futuros, no momento em que a mensuração possa ser feita com razoável segurança.

Os gastos previstos no momento inicial referem-se basicamente a reconfiguração de aeronaves (interior e exterior), obtenção de licenças e certificações técnicas, *checks* de devolução, pintura, entre outros, conforme estabelecido em contrato. O custo estimado é registrado a valor presente em contrapartida do ativo imobilizado. Após o registro inicial, o passivo é

Notas Explicativas

atualizado de acordo com a taxa de remuneração de capital estimada pela Companhia, com contrapartida no resultado financeiro. Eventuais alterações na estimativa de gastos a incorrer são registradas de forma prospectiva.

Além dos gastos previstos de reconfiguração da aeronave, os contratos de arrendamento preveem as condições de preservação e vida útil dos componentes da aeronave a serem observadas no momento da devolução. Esta provisão depende de fatores que envolvem a utilização efetiva das aeronaves e motores, eventos de manutenção durante o período contratual, entre outras variáveis, sendo assim, é registrada a partir do momento em que a Companhia possui os elementos necessários para estimar de forma confiável o valor dos gastos a serem incorridos, considerando o período em que se torna uma obrigação presente pelas condições dos motores e componentes. A Companhia estima a provisão para devolução das aeronaves e motores a valor presente quando o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante, baseado no fim do contrato de arrendamento, momento no qual o desembolso se fará necessário.

4.15.2. Provisão para riscos tributários, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, principalmente no Brasil, cujas avaliações de probabilidades de perdas incluem a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A Companhia classifica os riscos de perda nos processos legais como prováveis, possíveis ou remotos. A provisão registrada em relação a tais processos reflete razoavelmente as perdas prováveis estimadas. Caso a Companhia possua demandas judiciais cujos valores não são conhecidos ou razoavelmente estimáveis, mas a probabilidade de perda seja provável, estas demandas têm sua natureza divulgada.

As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.16. Benefício pós-emprego

A Companhia reconhece ativos e passivos atuariais relacionados a benefício de plano médico oferecido a seus colaboradores de acordo com o CPC 33 (R1) - “Benefícios a Empregados”, equivalente ao IAS 19. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes tendo como base o relatório atuarial preparado por especialistas independentes, enquanto os benefícios pagos diretamente pela Companhia, o custo do serviço corrente e o custo dos juros são reconhecidos no resultado do exercício.

4.17. Reconhecimento de receita

4.17.1. Receita de passageiros, cargas e serviços auxiliares

A receita de passageiros é reconhecida quando o transporte aéreo é efetivamente prestado. Os bilhetes vendidos, mas ainda não utilizados são registrados na rubrica de transportes a executar, representando uma receita diferida de bilhetes vendidos a serem transportados em data futura, líquida da estimativa de receita de *breakage*.

A receita de *breakage* consiste no cálculo, com base histórica, de bilhetes emitidos que expirarão pela não utilização, ou seja, passageiros que adquiriram bilhetes e que apresentam grande probabilidade de não utilizá-los. Ao menos anualmente os cálculos são revisados com objetivo de refletir e capturar mudanças no comportamento dos clientes em relação à

Notas Explicativas

expiração de bilhetes. Cabe ressaltar que eventos futuros podem alterar significativamente o perfil dos clientes e seu comportamento histórico.

Receitas originadas de embarque de cargas são reconhecidas quando as obrigações de desempenho serão atendidas.

Outras receitas que incluem serviços fretados, serviços de venda a bordo, tarifas de remarcação de voos, despacho de bagagem e outros serviços adicionais são reconhecidos junto com a obrigação principal de transporte de passageiro.

4.17.2. Receita de milhas

O Programa Smiles tem o objetivo de fidelizar seus clientes por meio da concessão de créditos de milhas aos participantes. A obrigação gerada pela emissão de milhas é mensurada com base no preço pelo qual as milhas foram vendidas aos parceiros aéreos e não aéreos da Smiles, considerados como o valor justo da transação.

Até 31 de agosto de 2021, a Smiles atuava como agente e cumpria com a sua obrigação de desempenho no momento do resgate das milhas pelos participantes do programa Smiles na troca de prêmios com seus parceiros com o reconhecimento da receita nas informações financeiras individuais. Sob a perspectiva das demonstrações financeiras consolidadas o ciclo de reconhecimento de receitas com relação à troca de milhas do Programa Smiles por passagens aéreas apenas se completava quando os passageiros eram efetivamente transportados, de forma que os lucros não realizados eram devidamente eliminados, conforme previsto no ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

A partir da incorporação da Smiles Fidelidade pela GOL Linhas Aéreas (GLA) em 1º de setembro de 2021, as receitas provenientes do programa de milhagem com produtos e serviços aéreos, os quais são ofertados pela própria entidade, passaram a ser reconhecidas apenas no momento do transporte, visto que a obrigação de desempenho da entidade se torna exclusivamente o transporte aéreo e serviços relacionados, sendo a GLA a entidade que controla o serviço especificado antes que este seja transferido ao cliente. Para as trocas de prêmios com serviços e produtos não vinculados a entidade do mesmo grupo econômico, a GLA, enquanto entidade responsável pelo programa de fidelidade, se manteve como agente e a obrigação de desempenho é cumprida no momento do resgate das milhas pelos participantes do programa Smiles.

Em decorrência de suas características o programa de milhas também propicia a possibilidade de se reconhecer uma receita de *breakage*. A Companhia calcula a estimativa de *breakage* por meio da probabilidade das milhas que têm chances significativas de expiração devido à não utilização, considerando o histórico comportamental dos participantes do Programa Smiles.

Cabe ressaltar que eventos futuros podem alterar significativamente o perfil dos clientes e seu padrão histórico do resgate de milhas. Tais alterações podem resultar em mudanças significativas no saldo de receita diferida, assim como no reconhecimento da receita de *breakage*, revisado anualmente.

4.17.3. Adoção de *hedge accounting* para proteção de receitas de passageiros e serviços auxiliares futuros

No curso regular de suas operações a Companhia realiza vendas recorrentes em dólares norte-americanos ("US\$") principalmente em decorrência das rotas internacionais na América do Sul, Central e do Norte. Em 1º de agosto de 2019 a Administração adotou o *hedge accounting*, modalidade fluxo de caixa, como forma a reduzir a volatilidade dessas receitas futuras em

Notas Explicativas

moeda estrangeira (objeto de *hedge*), consideradas altamente prováveis, conforme previsto e expresso no parágrafo 6.3.1 do CPC 48 - “Instrumentos financeiros”, utilizando como instrumentos de *hedge* contratos de arrendamento registrados como dívida em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) - “Arrendamentos”.

Com a adoção do *hedge accounting*, os ganhos e perdas cambiais oriundos dos contratos de arrendamento (instrumento de *hedge*) serão acumulados em conta do patrimônio líquido, “Ajuste de avaliação patrimonial”, sendo apropriados ao resultado da Companhia no momento da realização das receitas oriundas de vendas em US\$.

O *hedge accounting* deriva do *hedge* natural das operações da Companhia, retratada pelo fluxo de caixa (receitas e amortizações de dívida em US\$) e não representa aumento de custos financeiros, possibilitando a eliminação parcial da volatilidade cambial dos resultados da Companhia. A posição final do patrimônio líquido não é afetada pela adoção desta prática contábil.

Os elementos do *hedge accounting* são: (1) objeto de *hedge*: receita altamente provável de vendas em US\$; (2) instrumento de *hedge*: contratos de arrendamento atrelados ao US\$; (3) montante designado: 60 meses de receitas consideradas altamente prováveis, perfazendo um *notional* no momento da adoção inicial no montante de US\$903,102; (4) natureza do risco coberto: variação cambial; (5) especificação do risco coberto: câmbio *spot* USD/BRL; (6) tipo de relação de *hedge*: fluxo de caixa.

4.18. Remuneração baseada em ações

4.18.1. Opções de compra de ações

A Companhia oferece a seus executivos planos de opção de compra de ações. A Companhia reconhece como despesa, em base linear, o valor justo das opções ou ações, calculadas pelo método de Black-Scholes, apurado na data da outorga, durante o período de serviço exigido pelo plano em contrapartida ao patrimônio líquido. A despesa acumulada reconhecida reflete a melhor estimativa da Companhia sobre o número de ações que serão adquiridas. A despesa ou receita da movimentação ocorrida no exercício é reconhecida na demonstração do resultado.

O efeito das opções em aberto é refletido como diluição adicional no cálculo do lucro por ação diluído, quando aplicável.

4.18.2. Ações restritas

A Companhia também pode oferecer a seus executivos um plano de transferência de ações restritas que se realiza ao término do prazo estipulado a partir da data de concessão, conforme definido no plano de cada programa, na condição de que o beneficiário tenha mantido seu vínculo empregatício durante esse período. Tal transferência se dá preferencialmente através de ações mantidas em tesouraria.

O impacto de eventual revisão das quantidades de ações restritas que não serão adquiridas em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

4.19. Participação dos colaboradores e administradores nos lucros

Os colaboradores da Companhia têm direito a uma participação nos lucros com base em determinadas metas acordadas anualmente, e os administradores com base nas disposições estatutárias, propostas pelo Conselho de Administração e aprovadas pelos acionistas. O montante da participação é reconhecido no resultado do exercício em que as metas são atingidas.

4.20. Receitas e despesas financeiras

Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos, variações cambiais sobre ativos e passivos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos e perdas nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado, juros sobre empréstimos e financiamentos, comissões e despesas bancárias, entre outros. As receitas e as despesas com juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

4.21. Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado através da divisão do resultado líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores da Companhia pela quantidade média ponderada de todas as classes de ações em circulação durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, a menos que esses ajustes não sejam diluidores.

Embora existam diferenças entre as ações ordinárias e as preferenciais quanto ao direito de voto e preferência em caso de liquidação, as ações preferenciais da Companhia não concedem o direito de recebimento de dividendos fixos. As ações preferenciais possuem poder econômico e o direito de recebimento de dividendos 35 vezes maior do que as ações ordinárias. Dessa forma, a Companhia considera que o poder econômico das ações preferenciais é superior às ações ordinárias. Sendo assim, o resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores é alocado de forma proporcional em relação à participação econômica total do montante de ações ordinárias e preferenciais.

4.22. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorrer em despesas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para tomada de decisão. A Administração da Companhia identificou apenas um segmento operacional, o transporte aéreo, que atenda aos parâmetros quantitativos e qualitativos de divulgação.

As operações deste segmento têm origem principalmente na controlada GLA, pela prestação de serviços de transporte aéreo de passageiros e os principais ativos geradores de receitas são suas aeronaves. As outras receitas são originadas principalmente das operações de cargas, programa de fidelidade, manutenção de aeronaves de terceiros e serviços correlacionados como de despacho de bagagem, multas por remarcação e cancelamento de bilhetes, entre outros.

Notas Explicativas

4.23. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registradas à taxa de câmbio vigente da data em que as operações ocorrem. Ativos e passivos monetários designados em moeda estrangeira são apurados com base na taxa de câmbio vigente da data do balanço, e qualquer diferença resultante da conversão de moedas é registrada na rubrica de “Variação cambial, líquida” na demonstração de resultado do exercício.

As taxas de câmbio em reais em vigor na data base destas demonstrações financeiras são as seguintes:

	Taxa final		Taxa média	
	2022	2021	2022	2021
Dólar americano	5,2177	5,5805	5,1630	5,3956
Peso argentino	0,0295	0,0543	0,0406	0,0568

4.24. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Tem a finalidade de evidenciar a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada pela Companhia conforme requerido pela legislação societária brasileira como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar às demonstrações financeiras para as normas do IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas nos registros contábeis, seguindo as disposições contidas no CPC 09 - “Demonstração valor adicionado”.

4.25. Novas normas e pronunciamentos contábeis adotados no exercício corrente

As normas listadas na sequência tornaram-se válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2022 ou após essa data.

4.25.1. Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1)

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020 emitidas em maio de 2020. As alterações aplicáveis à Companhia e suas controladas estão abaixo:

- Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato;
- Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido; e
- Referências à Estrutura conceitual.

4.25.1.1. Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato

Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a Companhia não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos.

O IASB publicou alterações ao IAS 37, equivalente ao CPC 25, a fim de especificar que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.

Notas Explicativas

As alterações devem ser aplicadas aos contratos para os quais não cumpriu todas as suas obrigações no início do período de reporte da data de sua adoção inicial.

As alterações não tiveram efeito nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, uma vez que a Companhia e suas controladas não possuíam contratos onerosos no período aplicável.

4.25.1.2. Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido

A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos das vendas dos itens, e os custos de produzir tais itens, na demonstração do resultado.

De acordo com as regras de transição, da Companhia aplica as alterações retrospectivamente apenas aos itens de imobilizado disponível para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado quando a entidade aplica a alteração pela primeira vez (a data da aplicação inicial).

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia já que não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado.

4.25.1.3. Referências à estrutura conceitual

Em maio de 2020, o IASB publicou alterações ao IFRS 3, equivalente ao CPC 15 (R1), que substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos.

As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento do IFRS 3/CPC 15 (R1) - “Combinação de negócios” para evitar o reconhecimento de potenciais ganhos ou perdas do ‘dia 2’ decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37/CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou IFRIC 21, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição.

As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial).

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período.

Notas Explicativas

4.25.2. IFRS 9 *Financial Instruments* - Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros)

A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro.

De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplicou as alterações aos passivos financeiros que foram modificados ou trocados em ou após 1º de janeiro de 2022.

4.26. Principais estimativas contábeis e premissas utilizadas

Conforme divulgado na nota explicativa 2, a Administração fez julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, a saber:

- receita de *breakage* de passagens e milhas (nota explicativa 4.17.1 e 4.17.2);
- perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa 7);
- análise anual do valor recuperável de impostos diferidos (nota explicativa 12);
- análise de recuperabilidade de depósitos para manutenção (nota explicativa 9);
- vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida (notas explicativas 13 e 14);
- análise do valor recuperável de ágio e slots (nota explicativa 14);
- provisão para devolução de aeronaves e motores (nota explicativa 22);
- provisões para benefício pós-emprego (nota explicativa 22);
- provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota explicativa 22);
- transações com remuneração baseada em ações (nota explicativa 26);
- direitos e obrigações com operações de derivativos (nota explicativa 32); e
- valor justo de instrumentos financeiros (nota explicativa 32).

A Companhia revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis. O efeito das revisões das estimativas contábeis é reconhecido nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas.

4.27. Alterações de novas normas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, de Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

4.27.1. Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações no IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Qual o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação;

Notas Explicativas

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

4.27.2. Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8, norma correlata ao CPC 23, no qual introduz a definição de estimativas contábeis. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis, nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

4.27.3. Alterações ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2*: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1, correlato ao CPC 26 (R1), e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações têm o intuito de ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações também trazem que, em algumas circunstâncias, informações padronizadas da política contábil da entidade podem ser necessárias para que os usuários entendam outras informações relevantes nas demonstrações financeiras.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

Atualmente a Companhia avalia os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

4.27.4. Alterações ao IAS 12 Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação

Em maio de 2021, o IASB divulgou as alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

As alterações requerem que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica as transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de restaurações, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais adicionais.

As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado e serão vigentes para períodos iniciados

Notas Explicativas

em, ou após, 1º de janeiro de 2023. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento.

Atualmente a Companhia avalia os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

4.27.5. Alterações à IFRS 16: Passivo de arrendamento em transação de *sale and leaseback*

Em setembro de 2022, o Conselho Federal de Contabilidade emitiu a alteração à IFRS 16 que especifica os requisitos que um vendedor-arrendatário usa ao mensurar o passivo de arrendamento decorrente de uma transação de *sale and leaseback*, para garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém.

Após a data de início de uma transação de *sale and leaseback*, o vendedor-arrendatário aplica os parágrafos 29 a 35 do IFRS 16 ao ativo de direito de uso decorrente do retroarrendamento e os parágrafos 36 a 46 da IFRS 16 ao passivo de locação decorrente do retroarrendamento. Ao aplicar os parágrafos 36 a 46, o arrendatário vendedor determina 'pagamentos de arrendamento' ou 'pagamentos de arrendamento revisados' de forma que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer valor de ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário. A aplicação desses requisitos não impede que o vendedor-arrendatário reconheça, no resultado, qualquer ganho ou perda relacionado à rescisão parcial ou total de um arrendamento, conforme exigido pelo parágrafo 46(a) da IFRS 16.

As alterações não prescrevem requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento decorrentes de uma relocação. A mensuração inicial do passivo de arrendamento decorrente de uma relocação pode resultar em um vendedor-arrendatário determinando 'pagamentos de arrendamento' que são diferentes da definição geral de pagamentos de arrendamento no Apêndice A do IFRS 16. O vendedor-arrendatário precisará desenvolver e aplicar uma política contábil que resulta em informações relevantes e confiáveis de acordo com a IAS 8.

As alterações são efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024 e a Companhia avaliará os possíveis impactos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

Notas Explicativas

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e depósitos bancários	47	2.981	121.660	116.123
Equivalentes de caixa	132	207.960	47.375	370.135
Total	179	210.941	169.035	486.258

A composição do saldo de equivalentes de caixa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Moeda nacional				
Títulos privados	-	207.656	10	329.235
Aplicações automáticas	132	304	47.334	40.873
Total moeda nacional	132	207.960	47.344	370.108
Moeda estrangeira				
Títulos privados	-	-	31	27
Total moeda estrangeira	-	-	31	27
Total	132	207.960	47.375	370.135

6. Aplicações financeiras

	Rentabilidade média ponderada (a.a.)	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Moeda nacional					
Títulos públicos	100,1% do CDI	-	-	3.880	2.042
Títulos privados	98,1% do CDI	753	-	253.386	288.056
Fundos de investimento	78,3% do CDI	4.062	4.378	10.576	12.042
Total moeda nacional		4.815	4.378	267.842	302.140
Moeda estrangeira					
Títulos privados		-	-	-	33.570
Fundos de investimento	20%	-	-	155.576	37.979
Total moeda estrangeira		-	-	155.576	71.549
Total		4.815	4.378	423.418	373.689
Circulante		4.814	4.377	404.113	291.363
Não circulante		1	1	19.305	82.326

Do montante total registrado na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2022, R\$4.701 e R\$266.553 (R\$4.123 e R\$333.984 em 31 de dezembro de 2021), respectivamente, referem-se a aplicações utilizadas como garantias vinculadas a depósitos para operações de arrendamentos, instrumentos financeiros derivativos, processos judiciais e empréstimos e financiamentos.

Notas Explicativas

7. Contas a receber

	Consolidado	
	2022	2021
Moeda nacional		
Administradoras de cartões de crédito	287.754	200.601
Agências de viagens	317.487	439.698
Agências de cargas	45.986	27.418
Companhias aéreas parceiras	12.465	11.921
Outros	31.477	18.852
Total moeda nacional	695.169	698.490
Moeda estrangeira		
Administradoras de cartões de crédito	80.812	77.379
Agências de viagens	83.517	38.999
Agências de cargas	968	211
Companhias aéreas parceiras	33.075	27.863
Outros	16.741	27.021
Total moeda estrangeira	215.113	171.473
Total	910.282	869.963
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(22.548)	(19.280)
Total líquido	887.734	850.683

A composição de contas a receber por idade de vencimento, líquida das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, é como segue:

	Consolidado	
	2022	2021
A vencer		
Até 30 dias	722.923	607.968
De 31 a 60 dias	48.923	82.132
De 61 a 90 dias	16.681	55.265
De 91 a 180 dias	381	33.491
De 181 a 360 dias	23.590	1.096
Acima de 360 dias	7	379
Total a vencer	812.505	780.331
Vencidas		
Até 30 dias	46.856	31.302
De 31 a 60 dias	9.321	5.722
De 61 a 90 dias	3.383	2.172
De 91 a 180 dias	9.845	7.566
De 181 a 360 dias	2.598	8.911
Acima de 360 dias	3.226	14.679
Total vencidas	75.229	70.352
Total	887.734	850.683

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo no início do exercício	(19.280)	(18.047)
(Adições) Reversões	(3.268)	(1.233)
Saldo no final do exercício	(22.548)	(19.280)

Notas Explicativas

8. Estoques

	Consolidado	
	2022	2021
Materiais de consumo	26.494	20.585
Peças e materiais de manutenção	365.659	201.470
Adiantamentos a fornecedores	46.712	47.530
Total	438.865	269.585

A movimentação da provisão para obsolescência de estoques é conforme segue:

	Consolidado	
	2022	2021
Saldos no início do exercício	(6.176)	(12.862)
Adições	(4.876)	(687)
Baixas	1.441	7.373
Saldos no final do exercício	(9.611)	(6.176)

9. Depósitos

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Depósitos judiciais	45.042	44.744	591.177	575.917
Depósito em garantia de contratos de arrendamento	-	2.790	934.204	372.114
Depósito para manutenção	-	-	1.134.389	1.000.995
Total	45.042	47.534	2.659.770	1.949.026
Circulante	-	-	380.267	191.184
Não circulante	45.042	47.534	2.279.503	1.757.842

9.1. Depósitos para manutenção

A Companhia efetua depósitos em dólar norte-americano para manutenção de aeronaves e motores, que serão utilizados em eventos futuros conforme estabelecido em determinados contratos de arrendamento mercantil. A Companhia detém o direito de escolher realizar as manutenções internamente ou através de seus fornecedores.

Os depósitos para manutenção não isentam a Companhia, como arrendatária, das obrigações contratuais relativas às manutenções ou ao risco associado às atividades operacionais. Estes depósitos podem ser substituídos por garantias bancárias ou cartas de crédito (SBLC - *stand by letter of credit*) de acordo com as condições estabelecidas no contrato de arrendamento da aeronave. As cartas de crédito podem ser executadas pelos arrendadores caso as manutenções das aeronaves e motores não ocorram de acordo com o cronograma de revisão. Em 31 de dezembro de 2022, nenhuma carta de crédito havia sido executada contra a Companhia.

A Companhia possui duas categorias de depósitos para manutenção:

- **Garantia de manutenção:** refere-se a depósitos pontuais que são reembolsados ao final do contrato de arrendamento, e podem também ser utilizados em eventos de manutenção, a depender de negociações com arrendadores. O saldo destes depósitos em 31 de dezembro de 2022 era de R\$231.222 (R\$262.061 em 31 de dezembro de 2021).
- **Reserva de manutenção:** refere-se a valores pagos mensalmente com base na utilização dos componentes e podem ser utilizados em eventos de manutenção conforme determinação contratual. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo referente a tais reservas era de R\$903.167 (R\$738.934 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

9.2. Depósitos judiciais

Os depósitos e bloqueios judiciais representam garantias de processos judiciais tributários, cíveis e trabalhistas, mantidos em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados. Parte dos depósitos judiciais referem-se a processos de ações cíveis e trabalhistas decorrentes de pedidos de sucessão em processos movidos contra Varig S.A. ou, ainda, a processos trabalhistas movidos por colaboradores que não pertencem à GLA ou a qualquer parte relacionada. Tendo em vista que a Companhia não é parte legítima para figurar no polo passivo de referidas ações judiciais, sempre que bloqueios ocorrem, é demandada sua exclusão e respectiva liberação dos recursos retidos. Em 31 de dezembro de 2022, os valores bloqueados referentes a processos de sucessão da Varig S.A. e a processos de terceiros eram de R\$51.577 e R\$100.427, respectivamente (R\$59.990 e R\$104.043 em 31 de dezembro de 2021), os demais valores referem-se a processos judiciais cuja Companhia é parte principal.

9.3. Depósitos em garantia de contratos de arrendamento

Conforme requerido pelos contratos de arrendamento, a Companhia realiza depósitos em garantia (em dólar norte-americano) às empresas arrendadoras, que podem ser resgatáveis mediante a substituição por outras garantias bancárias ou resgatáveis integralmente no vencimento dos contratos.

Conforme descrito na nota explicativa 1.9, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a GOL por meio de sua subsidiária GOL Finance, emitiu *Senior Secured Amortizing Notes* em troca do cumprimento integral, a 100% do valor de face, de certas obrigações de pagamento de arrendamento de aeronaves. Desta transação, o montante de R\$486.239 referente a antecipações que serão aplicados na devolução das aeronaves foi registrado como depósito em garantia.

10. Adiantamento a fornecedores e terceiros

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Adiantamento a fornecedores nacional	-	32	227.036	255.024
Adiantamento a fornecedores internacional	1.208	51	65.141	42.524
Adiantamento para materiais e reparos	35.788	-	60.179	48.932
Total adiantamento a fornecedores	36.996	83	352.356	346.480
Circulante	36.996	83	302.658	270.342
Não circulante	-	-	49.698	76.138

11. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
IRPJ e CSLL a recuperar	16.900	14.575	36.249	51.282
PIS e COFINS a recuperar	-	-	187.322	185.827
Imposto de valor agregado (IVA), no exterior	-	-	6.037	4.035
Outros	-	48	18.674	8.223
Total	16.900	14.623	248.282	249.367
Circulante	3.975	10.159	195.175	176.391
Não circulante	12.925	4.464	53.107	72.976

Notas Explicativas

12. Impostos diferidos

12.1. Impostos diferidos ativos (passivos)

As posições de ativos e passivos diferidos estão apresentadas a seguir e observam os direitos legais exequíveis de compensação que consideram impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributária.

	Controladora				
	2020	Resultado	2021	Resultado	2022
Diferido ativo					
Prejuízos fiscais	37.921	12.464	50.385	4.534	54.919
Base negativa de contribuição social	13.650	4.487	18.137	1.633	19.770
Diferenças temporárias					
Provisão para perda com outros créditos	2.004	5.128	7.132	(4.958)	2.174
Provisão para processos judiciais e obrigações fiscais	(83)	(11)	(94)	138	44
Total dos impostos diferidos ativos	53.492	22.068	75.560	1.347	76.907

	Consolidado						
	2020	Resultado	Patrimônio líquido (*)	2021	Resultado	Patrimônio líquido (*)	2022
Diferido ativo (passivo) - GOL e Smiles Argentina							
Prejuízos fiscais	37.921	12.464	-	50.385	4.534	-	54.919
Base negativa de contribuição social	13.650	4.487	-	18.137	1.633	-	19.770
Diferenças temporárias:						-	
Provisão para perda com outros créditos	2.004	5.128	-	7.132	(4.958)	-	2.174
Provisão para processos judiciais e obrigações fiscais	(83)	(11)	-	(94)	139	-	45
Outros	71	(7)	175	239	99	5	343
Total dos impostos diferidos ativos	53.563	22.061	175	75.799	1.447	5	77.251
Diferido ativo (passivo) - GLA							
Diferenças temporárias:							
Direitos de voo	(353.226)	-	-	(353.226)	-	-	(353.226)
Depreciação de motores e peças de manutenção de aeronaves	(194.789)	(7.732)	-	(202.522)	(25.356)	-	(227.878)
Provisão para <i>breakage</i>	(193.498)	(3.748)	-	(197.246)	(102.783)	-	(300.029)
Amortização do ágio para fins fiscais	(127.659)	(15.638)	-	(143.297)	(46.914)	-	(190.211)
Operações com derivativos	(28.902)	28.400	-	(502)	22.687	-	22.185
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - contas a receber e outros créditos	201.446	7.695	-	209.141	(8.351)	-	200.790
Provisão para devolução de aeronaves e motores	190.778	119.968	-	310.746	(4.597)	-	306.149
Provisão para processos judiciais e obrigações fiscais	124.723	119.103	-	243.826	31.057	-	274.883
Operações de arrendamento de aeronaves e outros	10.586	73.914	-	84.500	102.755	-	187.255
Lucros não realizados	69.843	(69.843)	-	-	-	-	-
Outros	81.064	(32.895)	-	48.169	(4.441)	-	43.728
Total dos impostos diferidos passivos	(219.634)	219.224	-	(411)	(35.943)	-	(36.354)
Total do efeito dos impostos diferidos no resultado	-	241.285	-	-	(34.496)	-	-

(*) Variação cambial reconhecida em outros resultados abrangentes.

A Administração considera que os ativos e passivos diferidos registrados em 31 de dezembro de 2022 decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da realização de suas bases e da expectativa de resultados futuros.

Notas Explicativas

A Administração estima que os créditos fiscais diferidos ativos, constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, poderão ser realizados conforme abaixo:

Ano	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
2022	-	7.156
2023	14.571	26.511
2024	21.648	18.581
2025	21.579	16.274
2026	16.891	-
Total	74.689	68.522

A controlada direta GLA possui prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social na apuração do lucro tributável, a compensar com 30% dos lucros tributários futuros anuais, sem prazo para prescrição, não registrados no balanço patrimonial, nos seguintes montantes:

	GLA	
	2022	2021
Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL	14.989.912	12.076.378
Crédito tributário potencial	5.096.570	4.105.969

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal nominal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(1.562.820)	(7.243.606)	(1.517.675)	(7.376.227)
Alíquota fiscal nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	531.359	2.462.826	516.010	2.507.917
Ajustes para o cálculo da alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(358.853)	(2.174.015)	-	-
Diferença de alíquota sobre resultado de controladas	(185.008)	(157.614)	(26.841)	(171.981)
Receitas (despesas) não tributáveis, líquidas	(80.340)	(24.656)	(270.066)	(118.734)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	94.189	(84.473)	46.239	(82.085)
Benefício fiscal	-	-	194.588	-
Benefício não constituído sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias	-	-	(503.728)	(1.942.695)
Imposto de renda e contribuição social total	1.347	22.068	(43.798)	192.422
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	-	-	(9.302)	(48.862)
Diferido	1.347	22.068	(34.496)	241.284
Total imposto de renda e contribuição social	1.347	22.068	(43.798)	192.422

13. Imobilizado

13.1. Controladora

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo do imobilizado era de R\$416.348 na controlada GAC (R\$451.320 em 31 de dezembro de 2021), relacionado principalmente a adiantamento para aquisição de aeronaves.

Notas Explicativas

13.2. Consolidado

		2021								2022		
	Taxa média ponderada (a.a.)	Custo histórico	Depreciação acumulada	Saldo inicial líquido	Adições	Alteração contratual	Depreciação	Baixas e transferências	Saldo final líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	
Equipamentos de voo												
Aeronaves - RoU ⁽¹⁾ com opção de compra	10,66%	-	-	-	1.406.085	-	(69.869)	-	1.336.216	1.406.085	(69.869)	
Aeronaves - RoU ⁽¹⁾ sem opção de compra	16,69%	7.127.628	(1.958.755)	5.168.873	1.337.200	(186.580)	(987.591)	(10.536)	5.321.366	8.148.917	(2.827.551)	
Peças e motores sobressalentes - próprios ^{(3) (4)}	7,21%	2.062.646	(963.949)	1.098.697	208.237	-	(144.843)	(35.466)	1.126.625	2.188.299	(1.061.674)	
Peças e motores sobressalentes - RoU ⁽¹⁾	30,35%	129.223	(62.908)	66.315	17.343	(378)	(28.169)	-	55.111	146.188	(91.077)	
Benfeitorias em aeronaves e motores	37,41%	3.143.372	(2.370.691)	772.681	604.953	-	(363.149)	(19.931)	994.554	3.447.804	(2.453.250)	
Ferramentas	10,00%	56.826	(32.327)	24.499	6.407	-	(4.024)	(25)	26.857	63.183	(36.326)	
		12.519.695	(5.388.630)	7.131.065	3.580.225	(186.958)	(1.597.645)	(65.958)	8.860.729	15.400.476	(6.539.747)	
Imobilizado não aeronáutico												
Veículos	20,00%	11.076	(9.915)	1.161	920	-	(434)	-	1.647	11.996	(10.349)	
Máquinas e equipamentos	10,00%	62.837	(50.824)	12.013	1.341	-	(1.928)	(14)	11.412	62.926	(51.514)	
Móveis e utensílios	10,00%	32.508	(22.024)	10.484	1.778	-	(1.937)	(4)	10.321	33.870	(23.549)	
Computadores, periféricos e equipamentos	19,72%	49.636	(40.869)	8.767	4.937	-	(3.785)	(16)	9.903	52.220	(42.317)	
Computadores, periféricos e equipamentos - RoU ⁽¹⁾	49,69%	23.210	(20.251)	2.959	10.308	-	(5.328)	-	7.939	33.518	(25.579)	
Benfeitoria em propriedade de terceiros	20,32%	183.345	(166.832)	16.513	3	-	(9.683)	2.356	9.189	185.621	(176.432)	
Imóveis de terceiros - RoU ⁽¹⁾	13,13%	28.819	(24.186)	4.633	171.084	54.720	(19.910)	-	210.527	254.130	(43.603)	
Obras em andamento		15.410	-	15.410	1.402	-	-	(2.356)	14.456	14.456	-	
		406.841	(334.901)	71.940	191.773	54.720	(43.005)	(34)	275.394	648.737	(373.343)	
Perdas por redução ao valor recuperável ⁽²⁾	-	(26.854)	-	(26.854)	6.366	-	-	-	(20.488)	(20.488)	-	
Total do imobilizado em uso		12.899.682	(5.723.531)	7.176.151	3.778.364	(132.238)	(1.640.650)	(65.992)	9.115.635	16.028.725	(6.913.090)	
Adiantamento a fornecedores	-	499.019	-	499.019	92.811	-	-	(118.769)	473.061	473.061	-	
Total		13.398.701	(5.723.531)	7.675.170	3.871.175	(132.238)	(1.640.650)	(184.761)	9.588.696	16.501.786	(6.913.090)	

Notas Explicativas

		2020								2021	
	Taxa média ponderada (a.a.)	Custo histórico	Depreciação acumulada	Saldo inicial líquido	Adições	Alteração contratual	Depreciação	Baixas e transferências	Saldo final líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada
Equipamentos de voo											
Aeronaves - RoU ⁽¹⁾ sem opção de compra	17,00%	4.020.709	(1.420.648)	2.600.061	2.446.548	776.867	(654.599)	(4)	5.168.873	7.127.628	(1.958.755)
Peças e motores sobressalentes - próprios ^{(3) (4)}	7,00%	1.964.411	(837.048)	1.127.363	106.343	-	(131.887)	(3.122)	1.098.697	2.062.646	(963.949)
Peças e motores sobressalentes - RoU ⁽¹⁾	25,91%	84.329	(47.940)	36.389	48.532	-	(18.606)	-	66.315	129.223	(62.908)
Benfeitorias em aeronaves e motores	44,14%	3.206.385	(2.282.042)	924.343	266.584	-	(418.170)	(76)	772.681	3.143.372	(2.370.691)
Ferramentas	10,00%	55.821	(28.697)	27.124	1.238	-	(3.843)	(20)	24.499	56.826	(32.327)
		9.331.655	(4.616.375)	4.715.280	2.869.245	776.867	(1.227.105)	(3.222)	7.131.065	12.519.695	(5.388.630)
Imobilizado não aeronáutico											
Veículos	20,00%	11.264	(9.572)	1.692	382	-	(551)	(362)	1.161	11.076	(9.915)
Máquinas e equipamentos	10,00%	62.841	(48.417)	14.424	148	-	(2.529)	(30)	12.013	62.837	(50.824)
Móveis e utensílios	10,00%	32.790	(20.483)	12.307	195	-	(1.959)	(59)	10.484	32.508	(22.024)
Computadores, periféricos e equipamentos	13,33%	49.775	(37.740)	12.035	505	-	(3.755)	(18)	8.767	49.636	(40.869)
Computadores, periféricos e equipamentos - RoU ⁽¹⁾	33,29%	21.992	(15.460)	6.532	1.218	-	(4.791)	-	2.959	23.210	(20.251)
Benfeitoria em propriedade de terceiros	16,18%	183.351	(156.965)	26.386	45	-	(9.904)	(14)	16.513	183.345	(166.832)
Imóveis de terceiros - RoU ⁽¹⁾	35,68%	27.867	(15.834)	12.033	-	1.512	(8.781)	(131)	4.633	28.819	(24.186)
Obras em andamento		14.837	-	14.837	573	-	-	-	15.410	15.410	-
		404.717	(304.471)	100.246	3.066	1.512	(32.270)	(614)	71.940	406.841	(334.901)
Perdas por redução ao valor recuperável ⁽²⁾	-	(34.330)	-	(34.330)	7.476	-	-	-	(26.854)	(26.854)	-
Total do imobilizado em uso		9.702.042	(4.920.846)	4.781.196	2.879.787	778.379	(1.259.375)	(3.836)	7.176.151	12.899.682	(5.723.531)
Adiantamento a fornecedores	-	179.092	-	179.092	331.517	-	-	(11.590)	499.019	499.019	-
Total		9.881.134	(4.920.846)	4.960.288	3.211.304	778.379	(1.259.375)	(15.426)	7.675.170	13.398.701	(5.723.531)

(1) *Right of Use* ("RoU") - Direito de uso.

(2) Saldo referente a perdas por redução ao valor recuperável para itens *rotables* (peças de reposição), classificados na rubrica de "Peças e motores sobressalentes", constituído pela Companhia de forma que os ativos sejam apresentados pela sua real capacidade de geração de benefício futuro esperado.

(3) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de peças sobressalentes está concedido em garantia ao *Senior Secured Notes* 2026, conforme nota explicativa 15.

(4) Em 31 de dezembro de 2022 17 motores (19 motores em 31 de dezembro de 2021), da Companhia estão concedidos em garantia ao *Spare Engine Facility* e ao *Loan Facility*, conforme nota explicativa 15.

Notas Explicativas

14. Intangível

A composição e a movimentação do ativo intangível estão apresentadas a seguir:

	Consolidado									
	Taxa média ponderada (a.a.)	2021			Adições	Amortização	Baixas e transferências	2022		
		Custo histórico	Amortização acumulada	Saldo inicial líquido				Saldo final líquido	Custo histórico	Amortização acumulada
Ágio	-	542.302	-	542.302	-	-	-	542.302	542.302	-
Slots	-	1.038.900	-	1.038.900	-	-	-	1.038.900	1.038.900	-
Softwares	26,41%	508.650	(268.476)	240.174	119.462	(77.651)	(198)	281.787	554.939	(273.152)
Outros	20,00%	10.000	(8.167)	1.833	-	(1.833)	-	-	10.000	(10.000)
Total		2.099.852	(276.643)	1.823.209	119.462	(79.484)	(198)	1.862.989	2.146.141	(283.152)

	Consolidado									
	Taxa média ponderada (a.a.)	2020			Adições	Amortização	Baixas e transferências	2021		
		Custo histórico	Amortização acumulada	Saldo inicial líquido				Saldo final líquido	Custo histórico	Amortização acumulada
Ágio	-	542.302	-	542.302	-	-	-	542.302	542.302	-
Slots	-	1.038.900	-	1.038.900	-	-	-	1.038.900	1.038.900	-
Softwares	38,28%	507.734	(345.661)	162.073	152.584	(74.438)	(45)	240.174	508.650	(268.476)
Outros	20,00%	10.000	(6.167)	3.833	-	(2.000)	-	1.833	10.000	(8.167)
Total		2.098.936	(351.828)	1.747.108	152.584	(76.438)	(45)	1.823.209	2.099.852	(276.643)

Os saldos de ágio e dos direitos de operação em aeroportos (*slots*) foram submetidos a teste de recuperabilidade em 31 de dezembro de 2022 e 2021 por meio do fluxo de caixa descontado para cada unidade geradora de caixa, dando origem ao valor em uso.

Para a determinação do valor contábil de cada UGC, a Companhia considera não somente os intangíveis registrados, bem como todos os ativos tangíveis necessários para a condução dos negócios, pois é apenas por meio da utilização deste conjunto que a Companhia obterá geração de benefício econômico.

Notas Explicativas

A Companhia opera uma única unidade geradora de caixa, considerando que a receita depende de diferentes ativos que não podem ser avaliados isoladamente para mensuração do valor em uso. Os quadros a seguir demonstram a sensibilidade de variação do resultado do valor em uso calculado para comparação com o valor contábil:

Transporte aéreo	
31 de dezembro de 2022	
Valor contábil	3.803.774
Valor em uso	34.224.861
Taxa de desconto	15,79%
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,37%
Teste de sensibilidade	
10% variação	
Valor em uso	28.513.408
Alteração do valor em uso	(5.711.453)
25% variação	
Valor em uso	21.713.858
Alteração do valor em uso	(12.511.003)
Transporte aéreo	
31 de dezembro de 2021	
Valor contábil	3.544.950
Valor em uso	36.535.754
Taxa de desconto	14,84%
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,18%
Teste de sensibilidade	
10% variação	
Valor em uso	30.481.528
Alteração do valor em uso	(6.054.226)
25% variação	
Valor em uso	23.706.460
Alteração do valor em uso	(12.829.294)

Os resultados obtidos foram comparados com o valor contábil da unidade geradora de caixa e, como resultado, a Companhia não reconheceu perdas em relação ao valor recuperável de sua UGC. Nenhuma perda de valor recuperável foi registrada até a presente data.

As premissas adotadas nos testes de redução ao valor recuperável dos intangíveis estão de acordo com as projeções internas para o período de cinco anos. Para o período após cinco anos aplica-se a extrapolação utilizando uma taxa de crescimento de perpetuidade. O fluxo de caixa descontado que determinou o valor em uso da unidade geradora de caixa foi preparado de acordo com o plano de negócios da Companhia e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

As principais premissas consideradas pela Companhia para a determinação do valor em uso da unidade geradora de caixa são:

Notas Explicativas

- Capacidade e frota: considera a utilização, a capacidade da aeronave utilizada em cada trecho e a projeção de tamanho da frota em operação.
- Demanda: a eficiência de mercado é o principal *input* para a projeção de crescimento da demanda da Companhia. A Administração considera que a eficiência de mercado é a razão entre sua participação no mercado (*market share*) e sua participação na oferta (*seat share*). Este indicador reflete o quão eficientemente a Companhia emprega a sua participação na oferta total do mercado em função de sua captura de demanda por transporte aéreo.
- Receita por passageiro: considera o preço médio praticado pela GLA e considera efeitos de variáveis de mercado (vide variáveis utilizadas abaixo).
- Custos operacionais associados ao negócio: baseados em seu custo histórico e atualizados por indicadores, como inflação, relação com a oferta, demanda e variação da moeda norte-americana.

A Companhia também considerou variáveis de mercado tais como PIB (fonte: Banco Central do Brasil), dólar norte-americano (fonte: Banco Central do Brasil), barril de querosene (fonte: Agência Nacional de Petróleo Brasileira - "ANP") e taxa de juros (fonte: Bloomberg).

Notas Explicativas

15. Empréstimos e financiamentos

A composição e a movimentação dos empréstimos e financiamentos estão apresentadas a seguir:

		Controladora											
		2021						2022					
Vencimento	Taxa de juros a.a.	Circulante	Não circulante	Total	Captações	Resultado não realizado do ESN	Juros incorridos	Juros pagos	Variação cambial	Amortizações de custos e ágio	Total	Circulante	Não circulante
Contratos em moeda estrangeira													
ESN 2024 ⁽¹⁾ (b)	07/2024	3,75%	40.764	1.947.463	1.988.227	- (132.626)	207.028	(84.037)	(128.292)	7.129	1.857.429	38.114	1.819.315
Senior Notes 2025 (c)	01/2025	7,00%	105.797	3.598.981	3.704.778	-	234.900	(239.917)	(237.683)	9.194	3.471.272	98.919	3.372.353
Senior Secured Notes 2026 (d)	06/2026	8,00%	-	3.451.977	3.451.977	-	268.457	(271.848)	(232.429)	56.072	3.272.229	-	3.272.229
Senior Secured Amortizing Notes (f)	06/2026	4,76%	-	-	-	1.003.279	-	-	-	-	1.003.279	121.111	882.168
Bônus perpétuos (e)	-	8,75%	17.743	858.843	876.586	-	69.533	(69.778)	(56.744)	-	819.597	16.589	803.008
Total			164.304	9.857.264	10.021.568	1.003.279	(132.626)	779.918	(665.580)	(655.148)	72.395	10.423.806	10.149.073

			Controladora												
			2020						2021						
Vencimento	Taxa de juros a.a.		Circulante	Não circulante	Total	Captações	Resultado não realizado do ESN	Pagamento de principal	Juros incorridos	Juros pagos	Variação cambial	Amortizações de custos e ágio	Total	Circulante	Não circulante
Contratos em moeda estrangeira															
Financiamento garantido (a)	06/2021	9,50%	484.113	-	484.113	-	-	(499.663)	17.000	(17.745)	16.295	-	-	-	-
ESN 2024 ⁽¹⁾ (b)	07/2024	3,75%	37.960	1.896.854	1.934.814	-	(186.804)	-	200.401	(84.449)	123.690	575	1.988.227	40.764	1.947.463
Senior Notes 2025 (c)	01/2025	7,00%	98.521	3.340.316	3.438.837	-	-	-	245.419	(241.093)	252.421	9.194	3.704.778	105.797	3.598.981
Senior Secured Notes 2026 (d)	06/2026	8,00%	1.848	953.802	955.650	2.267.646	-	-	184.034	(184.906)	201.439	28.114	3.451.977	-	3.451.977
Bônus perpétuos (e)	-	8,75%	16.522	799.777	816.299	-	-	-	72.648	(72.867)	60.506	-	876.586	17.743	858.843
Total			638.964	6.990.749	7.629.713	2.267.646	(186.804)	(499.663)	719.502	(601.060)	654.351	37.883	10.021.568	164.304	9.857.264

⁽¹⁾ Exchangeable Senior Notes vide nota explicativa 32.2.

- (a) Financiamento garantido captado pela controlada Gol Finance em agosto de 2020, junto à Delta Airlines, garantido através de ações Smiles e outros ativos, integralmente liquidado em 2021 com liberação das garantias.
- (b) Emissão do Exchangeable Senior Notes ("ESN") pela controlada Gol Finance em março, abril e julho de 2019, no montante total de US\$425 milhões com vencimento em 2024, cujos detentores dos títulos terão o direito de permutá-los por American Depositary Shares ("ADSs") da Companhia, vide nota explicativa 32.
- (c) Emissões de Senior Notes 2025 pela controlada Gol Finance em dezembro de 2017 e em fevereiro de 2018, para recompra de Sênior Notes e propósitos gerais da Companhia, com vencimento em 2025.
- (d) Emissões de Senior Secured Notes 2026 pela controlada Gol Finance em dezembro de 2020, maio e setembro de 2021, no total de US\$650 milhões, com vencimento em 2026.
- (e) Emissão do Bônus Perpétuos pela controlada Gol Finance em abril de 2006 para financiamentos de aquisição de aeronaves.
- (f) Emissão de Senior Secured Amortizing Notes pela controlada Gol Finance, em dezembro de 2022 no montante total de US\$196 milhões, com vencimento em 2026, vide nota explicativa 1.9.

Notas Explicativas

			Consolidado												
			2021					2022							
	Vencimento	Taxa de juros a.a.	Circulante	Não circulante	Total	Captações	Resultado não realizado do ESN	Pagamento de principal	Juros incorridos	Juros pagos	Variação cambial	Amortização de custos e ágio	Total	Circulante	Não circulante
Contratos em moeda nacional															
Debêntures (a)	10/2024	18,76%	109.519	1.055.249	1.164.768	-	-	(82.574)	187.332	(211.713)	-	14.206	1.072.019	640.046	431.973
Capital de giro (b)	10/2025	18,84%	48.239	9.757	57.996	110.000	-	(51.383)	10.447	(11.279)	-	-	115.781	76.710	39.071
Contratos em moeda estrangeira															
Financiamento com garantia Ex-lm Bank (e)	10/2022	3,56%	99.396	-	99.396	-	-	(91.231)	1.415	(988)	(9.931)	1.339	-	-	-
Financiamento de importação (d)	03/2023	11,59%	138.034	-	138.034	-	-	(51.889)	8.780	(8.669)	(9.063)	-	77.193	77.193	-
ESN 2024 (f)	07/2024	3,75%	40.764	1.947.463	1.988.227	-	(132.626)	-	207.028	(84.037)	(128.292)	7.129	1.857.429	38.114	1.819.315
Spare Engine Facility (g)	09/2024	6,00%	24.651	125.106	149.757	-	-	(17.321)	4.848	(3.478)	(9.860)	282	124.228	30.265	93.963
Senior Notes 2025 (h)	01/2025	7,00%	105.797	3.598.981	3.704.778	-	-	-	234.900	(239.917)	(237.683)	9.194	3.471.272	98.919	3.372.353
Senior Secured Notes 2026 (i)	06/2026	8,00%	-	3.451.977	3.451.977	-	-	-	268.457	(271.848)	(232.429)	56.072	3.272.229	-	3.272.229
Senior Secured Amortizing Notes (l)	06/2026	4,76%	-	-	-	1.003.279	-	-	-	-	-	-	1.003.279	121.111	882.168
Loan Facility (j)	03/2028	7,11%	50.471	218.040	268.511	-	-	(79.366)	11.372	(10.944)	(17.964)	255	171.864	27.682	144.182
Bônus perpétuos (k)	-	8,75%	17.743	858.843	876.586	-	-	-	69.533	(69.778)	(56.744)	-	819.597	16.589	803.008
Total			634.614	11.265.416	11.900.030	1.113.279	(132.626)	(373.764)	1.004.112	(912.651)	(701.966)	88.477	11.984.891	1.126.629	10.858.262

Notas Explicativas

Consolidado															
2020						2021									
	Venci- mento	Taxa de juros a.a.	Circulante	Não circulante	Total	Captações	Resultado não realizado do ESN	Pagamento de principal	Juros incor- ridos	Juros pagos	Variação cambial	Amortização de custos e ágio	Total	Circulante	Não circulante
Contratos em moeda nacional															
Debêntures (a)	10/2024	14,06%	440.918	146.170	587.088	574.572	-	(28.333)	60.174	(36.048)	-	7.315	1.164.768	109.519	1.055.249
Capital de giro (b)	10/2025	15,47%	239.615	17.275	256.890	40.000	-	(237.588)	17.964	(19.270)	-	-	57.996	48.239	9.757
Contratos em moeda estrangeira															
Financiamento garantido (c)	06/2021	9,50%	484.113	-	484.113	-	-	(499.663)	17.000	(17.745)	16.295	-	-	-	-
Financiamento de importação (d)	07/2022	7,77%	783.659	-	783.659	-	-	(699.899)	27.701	(32.451)	59.024	-	138.034	138.034	-
Financiamento com garantia Ex-Im Bank (e)	12/2022	2,73%	194.786	49.958	244.744	-	-	(157.641)	2.653	(2.904)	8.132	4.412	99.396	99.396	-
ESN 2024 ⁽¹⁾ (f)	07/2024	3,75%	37.960	1.896.854	1.934.814	-	(186.804)	-	200.401	(84.449)	123.690	575	1.988.227	40.764	1.947.463
Spare Engine Facility (g)	09/2024	2,44%	22.771	197.009	219.780	-	-	(86.020)	5.447	(5.374)	15.642	282	149.757	24.651	125.106
Senior Notes 2025 (h)	01/2025	7,00%	98.521	3.340.316	3.438.837	-	-	-	245.419	(241.093)	252.421	9.194	3.704.778	105.797	3.598.981
Senior Secured Notes 2026 (i)	06/2026	8,00%	1.848	953.802	955.650	2.267.646	-	-	184.034	(184.906)	201.439	28.114	3.451.977	-	3.451.977
Loan Facility (j)	03/2028	4,11%	32.566	233.135	265.701	-	-	(22.701)	12.559	(7.584)	20.281	255	268.511	50.471	218.040
Bônus perpétuos ⁽²⁾ (k)	-	8,75%	16.522	789.168	805.690	10.952	-	-	72.592	(72.585)	59.937	-	876.586	17.743	858.843
Total			2.353.279	7.623.687	9.976.966	2.893.170	(186.804)	(1.731.845)	845.944	(704.409)	756.861	50.147	11.900.030	634.614	11.265.416

⁽¹⁾ Exchangeable Senior Notes vide nota explicativa 32.2.

⁽²⁾ Em 31 de dezembro de 2020, contempla eliminação de partes relacionadas, considerando títulos desta emissão, efetuada pela Gol Finance, detidos pela GLA no valor de R\$10.609. Estes títulos foram revendidos, logo não há eliminação no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

- (a) As debêntures, perfazem o montante de R\$1,2 bilhão, considerando as seguintes emissões: (i) 7ª emissão: 88.750 títulos pela controlada GLA em outubro de 2018, com a finalidade de liquidação integral antecipada da 6ª emissão; e (ii) 8ª emissão: 610.217 títulos pela controlada GLA em outubro de 2021 destinada ao refinanciamento de dívida de curto prazo. Ambas emissões possuem taxa de juros de CDI+4,5% a.a. As debêntures têm garantias fidejussórias da Companhia e garantia real prestada pela GLA na forma de cessão fiduciária de determinados recebíveis de cartão de crédito, com a preservação dos direitos de antecipação dos recebíveis dessas garantias.
- (b) Emissão de operações que tem o objetivo de manutenção e gestão de capital de giro da Companhia.
- (c) Financiamento garantido captado pela controlada Gol Finance em agosto de 2020, junto à Delta Airlines, garantido através de ações Smiles e outros ativos, integralmente liquidado em 2021.
- (d) Linhas de crédito junto a bancos privados, utilizadas para financiamento de importação de peças de reposição e equipamentos aeronáuticos. As taxas de juros negociadas são Libor 6m+7,50% a.a.
- (e) Financiamento para realização de serviços de manutenção de motores com garantia do Ex-Im Bank, composta por 4 operações, sendo 3 operações com vencimentos em 2021, devidamente liquidadas, e 1 operação com vencimento em 2022, integralmente liquidado até Agosto de 2022.
- (f) Emissão do Exchangeable Senior Notes ("ESN") pela controlada Gol Finance em março, abril e julho de 2019, no montante total de US\$425 milhões com vencimento em 2024, cujos detentores dos títulos terão o direito de permutá-los por American Depositary Shares ("ADSs") da Companhia.
- (g) Empréstimo com garantia de motores próprios da Companhia, com vencimento em 2024. A taxa contratada é de Libor 3m+2,25%a.a..
- (h) Emissões de Senior Notes 2025 pela controlada Gol Finance em dezembro de 2017 e em fevereiro de 2018, para recompra de Senior Notes e propósitos gerais da Companhia.
- (i) Emissões de Senior Secured Notes 2026 pela controlada Gol Finance em dezembro de 2020, maio e setembro de 2021, no total de US\$650 milhões, com vencimento em 2026.
- (j) Empréstimos com garantia de 5 motores no total, realizado entre 2017 e 2020. As taxas contratadas variam entre Libor 1m+2,35% a.a. até Libor 1m+4,40% a.a.
- (k) Emissão do Bônus Perpétuos pela controlada Gol Finance em abril de 2006 para financiamentos de aquisição de aeronaves.
- (l) Emissão do Senior Secured Amortizing Notes pela controlada Gol Finance em dezembro de 2022 no montante total de US\$ 196 milhões, com vencimento em 2026, vide nota explicativa.1.9.

Notas Explicativas

O total de empréstimos e financiamentos individual e consolidado em 31 de dezembro de 2022 inclui custos de captação, prêmios, ágio e deságio no importe de R\$155.969 e R\$178.706, respectivamente (R\$210.902 e R\$250.393 em 31 de dezembro de 2021) que serão amortizados ao longo da vigência dos respectivos empréstimos e financiamentos. O total inclui ainda o valor justo do instrumento financeiro derivativo, referente à conversibilidade do ESN, no montante de R\$17.753 em 31 de dezembro de 2022 (R\$162.568 em 31 de dezembro de 2021).

15.1. Novas captações e renegociações de empréstimos e financiamentos realizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

As renegociações detalhadas na sequência foram avaliadas de acordo com o CPC 48 - "Instrumentos financeiros", equivalente ao IFRS 9, e não se enquadraram nas definições de desconhecimento de passivo (com a extinção do passivo financeiro original e reconhecimento de um novo passivo financeiro).

15.1.1 Debentures

15.1.1.1 7ª e 8ª emissão

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram realizadas Assembleias Geral dos Debenturistas que deliberaram:

- A postergação do pagamento da parcela da amortização extraordinária obrigatória do dia 13 de outubro de 2022, para o dia 27 de fevereiro de 2023; e
- A postergação do pagamento da parcela de amortização corrente, além da composição de garantia obrigatória, do dia 27 de novembro de 2022 e para o dia 12 de dezembro de 2022, e de 27 de dezembro de 2022, para o dia 15 de janeiro de 2023.

15.1.2 Capital de giro

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia, por meio de sua controlada GLA, negociou novos contratos desta modalidade. Tais operações, cujas características estão apresentadas na sequência, tem o objetivo de manutenção e gestão de capital de giro da Companhia.

Data da Operação	Montante (R\$ mil)	Taxa de juros (a.a.)	Data de Vencimento
31/08/2022	70.000	CDI + 4,70%	29/02/2024
20/09/2022	40.000	18,53%	20/09/2024
Total	110.000		

15.1.3 Financiamento com garantia Ex-Im Bank

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a GLA renegociou ainda vencimentos de contratos desta modalidade, com impacto na taxa de juros, divulgados no quadro acima. As demais condições desta operação permaneceram inalteradas. Todos os contratos desta modalidade foram liquidados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Notas Explicativas

15.1.4 Financiamento de importação

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a GLA renegociou ainda vencimentos de contratos desta modalidade, com impacto na taxa de juros, divulgados no quadro acima. As demais condições desta operação permaneceram inalteradas. Tais operações fazem parte de uma linha de crédito para financiamento de importações, com o objetivo de manutenção de motores, compra de peças de reposição e equipamentos aeronáuticos.

15.1.5 Senior Secured Amortizing Notes

Conforme descrito na nota explicativa 1.9, em 30 de dezembro de 2022 a Companhia emitiu *Senior Secured Amortizing Notes* e *Subordinated Secured Amortizing Notes*.

Série	Principal		Custos, prêmios e ágio		Taxa de juros (a.a.)	Data de vencimento
	(US\$ mil)	(R\$ mil)	(US\$ mil)	(R\$ mil)		
A	125.700	655.865	3.124	16.303	5,0%	30/06/2026
B	70.078	365.645	370	1.928	3,0%	30/06/2025
Total	195.778	1.021.510	3.494	18.231		

15.2. Empréstimos e financiamentos - não circulante

Em 31 de dezembro de 2022, os vencimentos dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante estão apresentados a seguir:

	2024	2025	2026	2027	Após 2027	Sem vencimento	Total
Controladora							
Contratos em moeda estrangeira							
ESN 2024	1.819.315	-	-	-	-	-	1.819.315
Senior Notes 2025	-	3.372.353	-	-	-	-	3.372.353
Senior Secured Notes 2026	-	-	3.272.229	-	-	-	3.272.229
Senior Secured Amortizing Notes	407.395	343.600	131.173	-	-	-	882.168
Bônus Perpétuos	-	-	-	-	-	803.008	803.008
Total	2.226.710	3.715.953	3.403.402	-	-	803.008	10.149.073
Consolidado							
Contratos em moeda nacional							
Debêntures	431.973	-	-	-	-	-	431.973
Capital de giro	36.988	2.083	-	-	-	-	39.071
Contratos em moeda estrangeira							
ESN 2024	1.819.315	-	-	-	-	-	1.819.315
Spare Engine Facility	93.963	-	-	-	-	-	93.963
Senior Notes 2025	-	3.372.353	-	-	-	-	3.372.353
Senior Secured Notes 2026	-	-	3.272.229	-	-	-	3.272.229
Senior Secured Amortizing Notes	407.395	343.600	131.173	-	-	-	882.168
Loan Facility	23.583	24.177	66.260	4.568	25.594	-	144.182
Bônus Perpétuos	-	-	-	-	-	803.008	803.008
Total	2.813.217	3.742.213	3.469.662	4.568	25.594	803.008	10.858.262

Notas Explicativas

15.3. Valor justo

Os valores justos dos empréstimos, em 31 de dezembro de 2022, são conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	Contábil (*)	Valor justo	Contábil (*)	Valor justo
Debêntures	-	-	1.072.019	1.090.976
ESN 2024	1.857.429	1.105.629	1.857.429	1.105.629
Senior Notes 2025	3.471.272	1.608.715	3.471.272	1.608.715
Senior Secured Notes 2026	3.272.229	2.027.204	3.272.229	2.027.204
Senior Secured Amortizing Notes	1.003.279	1.021.510	1.003.279	1.021.510
Bônus Perpétuos	819.597	345.695	819.597	345.695
Demais empréstimos	-	-	489.066	489.066
Total	10.423.806	6.108.753	11.984.891	7.688.795

(*) Valor líquido dos custos de captação.

15.4. Condições contratuais restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas (*covenants*) nas Debêntures, no *Senior Secured Notes 2026* e no *Senior Secured Amortizing Notes*.

Em 09 de dezembro de 2022, em Assembleia Geral de Debenturistas foi concedido *waiver* prévio em relação ao não atendimento, pela Emissora, do índice financeiro Dívida Líquida / EBITDA a ser calculado com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. Os demais índices financeiros satisfaziam as condições contratuais para 31 de dezembro de 2022.

No âmbito das *Senior Secured Notes 2026*, a Companhia possui a observância de cumprir com condições de garantias relacionadas a peças de estoque (semestral) e propriedade intelectual da Companhia (anual). Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía peças e equipamentos da GLA em garantia referente a esse contrato que satisfaziam as condições contratuais.

Na operação do *Senior Secured Amortizing Notes*, a Companhia possui a observância de cumprir com condições de garantias relacionadas a recebíveis trimestralmente. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía recebíveis da GLA em garantia referente a esse contrato que satisfaziam as condições contratuais.

Notas Explicativas

16. Arrendamentos a pagar

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de arrendamentos a pagar é composto por: (i) R\$15.670 referente a pagamentos variáveis e arrendamentos de curto prazo, os quais se enquadram na isenção prevista no CPC 06 (R2) - Arrendamentos, equivalente ao IFRS 16 (R\$28.440 em 31 de dezembro de 2021); e (ii) R\$11.191.289 referente ao valor presente nesta data dos pagamentos futuros de arrendamentos (R\$10.734.544 em 31 de dezembro de 2021).

A composição e a movimentação do valor presente dos pagamentos futuros de arrendamentos estão apresentadas a seguir:

	Taxa média ponderada (a.a.)	Consolidado													
		2021											2022		
		Circulante	Não circulante	Total	Adições	Baixas	Alterações contratuais	Pagamentos ⁽¹⁾	Compensações com depósitos	Juros incorridos	Juros pagos	Variação cambial	Total	Circulante	Não circulante
Contratos em moeda nacional															
Com opção de compra	17,47%	-	-	-	10.308	-	-	(1.959)	-	505	(505)	-	8.349	5.036	3.313
Sem opção de compra	10,52%	29.456	8.552	38.008	171.084	(242)	54.720	(38.257)	-	33.248	-	-	258.561	37.219	221.342
Contratos em moeda estrangeira															
Com opção de compra	7,24%	-	-	-	1.552.433	-	-	(178.415)	-	64.821	(57.852)	10.095	1.391.082	133.884	1.257.198
Sem opção de compra	11,75%	1.999.791	8.696.745	10.696.536	1.334.588	2.328	(363.625)	(2.600.276)	(23.707)	1.218.045	-	(730.592)	9.533.297	1.756.449	7.776.848
Total		2.029.247	8.705.297	10.734.544	3.068.413	2.086	(308.905)	(2.818.907)	(23.707)	1.316.619	(58.357)	(720.497)	11.191.289	1.932.588	9.258.701

(1) Inclui o montante de R\$461.566 pago com a emissão das *Senior Secured Amortizing Notes* descritas na nota 1.9

		Consolidado											
		2020					2021						
	Taxa média ponderada (a.a.)	Circulante	Não circulante	Total	Adições	Alteração contratual	Pagamentos	Compensação com depósitos	Juros incorridos	Variação cambial	Total	Circulante	Não circulante
Contratos em moeda nacional													
Sem opção de compra	11,56%	32.530	14.985	47.515	1.218	1.512	(17.596)	-	5.359	-	38.008	29.456	8.552
Contratos em moeda estrangeira													
Sem opção de compra	10,00%	1.268.226	6.252.199	7.520.425	2.503.750	749.166	(1.431.689)	(37.565)	875.267	517.182	10.696.536	1.999.791	8.696.745
Total		1.300.756	6.267.184	7.567.940	2.504.968	750.678	(1.449.285)	(37.565)	880.626	517.182	10.734.544	2.029.247	8.705.297

Notas Explicativas

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu diretamente no custo dos serviços prestados, o montante de R\$26.914 e R\$48.289, respectivamente, referente a arrendamentos de curto prazo e pagamentos variáveis.

No contexto das operações divulgadas na nota explicativa 1.6, o subarrendamento das aeronaves cargueiras dedicadas ao Mercado Livre resultou no reconhecimento de receita em 2022 no montante de R\$6.663.

Os pagamentos futuros de contraprestações dos contratos de arrendamento estão detalhados a seguir:

	2022	2021
2022	-	2.977.345
2023	3.059.448	2.370.391
2024	2.325.227	1.970.832
2025	2.055.173	1.673.635
2026	1.798.293	1.360.011
2027	1.624.277	1.005.917
Após 2027	5.974.709	3.604.718
Total de pagamentos mínimos de arrendamento	16.837.127	14.962.849
Menos total de juros	(5.630.167)	(4.199.865)
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamentos	11.206.960	10.762.984
Menos parcela do circulante	(1.948.259)	(2.057.687)
Parcela do não circulante	9.258.701	8.705.297

16.1. Transações de sale-leaseback

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou 10 operações de sale-leaseback (8 aeronaves e 2 motores) e apurou um ganho líquido de R\$104.711 e R\$140.368 na controladora e no consolidado, respectivamente (R\$2.113 e R\$5.913 na controladora e no consolidado, respectivamente, referente a 1 aeronave e 2 motores durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021), reconhecido no resultado na rubrica de "Transações de sale-leaseback" no grupo de Outras receitas e despesas operacionais, líquidas, vide nota explicativa 29.

17. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Moeda nacional	16.951	52.079	1.858.820	1.401.093
Moeda estrangeira	24.569	32.272	461.134	497.877
Total	41.520	84.351	2.319.954	1.898.970
Circulante	41.520	84.335	2.274.503	1.820.056
Não circulante	-	16	45.451	78.914

18. Fornecedores - Risco sacado

A Companhia possui contratos que possibilitam aos fornecedores anteciparem os seus recebíveis com instituição financeira. As operações de risco sacado não implicam em qualquer alteração dos títulos emitidos pelos seus fornecedores, sendo mantidas as condições originais de negociação, incluindo vencimentos e valores. Em 31 de dezembro de 2022, o montante registrado no passivo circulante decorrente das operações de risco sacado era de R\$29.941 (R\$22.733 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas**19. Impostos a recolher**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
PIS e COFINS	421	510	91.316	71.515
Parcelamentos (a)	-	-	341.756	34.213
IRRF sobre salários	20	43	54.364	32.940
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	22.125	366
Outros	37	32	14.362	7.416
Total	478	585	523.923	146.450
Circulante	478	585	258.811	122.036
Não circulante	-	-	265.112	24.414

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia realizou duas adesões de parcelamento tributário federal simplificado de PIS e COFINS, ambas possuem o prazo de vencimento de 5 anos.

20. Transportes a executar

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de transportes a executar classificado no passivo circulante era de R\$3.502.556 (R\$2.670.469 em 31 de dezembro de 2021) e está representado por 8.828.006 cupons de bilhetes vendidos e ainda não utilizados (7.004.554 em 31 de dezembro de 2021) com prazo médio de utilização de 56 dias (126 dias em 31 de dezembro de 2021).

Os saldos de transportes a executar são apresentados líquidos do *breakage* correspondente a R\$232.752 em 31 de dezembro de 2022 (R\$226.905 em 31 de dezembro de 2021).

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui reembolsos a pagar referentes a transportes não executados no montante de R\$48.566 (R\$369.638 em 31 de dezembro de 2021), registrados como Outras obrigações no passivo circulante.

21. Programa de milhagem

	Consolidado	
	2022	2021
Programa de milhas	2.533.410	2.097.432
<i>Breakage</i>	(664.106)	(480.301)
Total	1.869.304	1.617.131
Circulante	1.576.849	1.298.782
Não circulante	292.455	318.349

O *breakage* consiste na estimativa de milhas que apresentam alto potencial de expiração devido à sua expectativa de não utilização. O CPC 47, equivalente ao IFRS 15, prevê o reconhecimento da receita pela estimativa (*breakage*) ao longo do período contratual, portanto, antes do resgate das milhas, haja visto que este não é esperado antes da expiração.

Notas Explicativas

22. Provisões

	Consolidado			Total
	Benefício pós-emprego	Devolução de aeronaves e motores	Processos judiciais (a)	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	99.549	1.030.915	392.432	1.522.896
Constituição (reversão) de provisão	9.581	1.799.280	659.806	2.468.667
Provisões utilizadas	(9)	(288.531)	(218.618)	(507.158)
Alteração de premissas	(32.562)	-	-	(32.562)
Experiência do plano	(8.962)	-	-	(8.962)
Ajuste a valor presente	7.842	57.976	-	65.818
Variação monetária e cambial	-	80.193	(1.570)	78.623
Saldos em 31 de dezembro de 2021	75.439	2.679.833	832.050	3.587.322
Constituição (reversão) de provisão	12.562	35.450	296.524	344.536
Provisões utilizadas	(97)	(166.816)	(315.731)	(482.644)
Alteração de premissas	(28.290)	-	-	(28.290)
Experiência do plano	45.806	-	-	45.806
Ajuste a valor presente	7.977	231.800	-	239.777
Variação monetária e cambial	-	(179.072)	2.368	(176.704)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	113.397	2.601.195	815.211	3.529.803
Em 31 de dezembro de 2022				
Circulante	-	634.820	-	634.820
Não circulante	113.397	1.966.375	815.211	2.894.983
Total	113.397	2.601.195	815.211	3.529.803
Em 31 de dezembro de 2021				
Circulante	-	477.324	-	477.324
Não circulante	75.439	2.202.509	832.050	3.109.998
Total	75.439	2.679.833	832.050	3.587.322

(a) As provisões utilizadas consideram baixas por reavaliação de estimativa e processos liquidados.

22.1. Benefício pós-emprego

A Companhia oferece aos seus colaboradores planos de assistência médica que em decorrência da observação da legislação vigente gera obrigações com benefícios pós-emprego.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apurou perda de experiência decorrente no aumento do subsídio da GOL aos ativos e aumento dos custos médicos em 2022 acima do esperado, conforme as hipóteses atuariais. Os montantes referentes a alteração da taxa de desconto e experiência do plano foram contabilizados em outros resultados abrangentes

As premissas atuariais aplicadas na mensuração do benefício pós-emprego estão apresentadas a seguir:

Notas Explicativas

	Consolidado	
Premissas atuariais	2022	2021
Média ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido		
Taxa nominal de desconto (a.a.)	11,62%	10,59%
Taxa real de desconto (a.a.)	5,97%	5,30%
Taxa de inflação estimada no longo prazo (a.a.)	5,33%	5,02%
HCCTR - Taxa de inflação médica nominal (a.a.)	8,75%	8,43%
HCCTR - Taxa de inflação médica real (a.a.)	3,25%	3,25%
Tábua de mortalidade	AT-2000 suavizada em 10%	AT-2000 suavizada em 10%
Média ponderada de premissas para determinar o custo (receita) do benefício definido		
Taxa nominal de desconto (a.a.)	10,59%	7,88%
Taxa real de desconto (a.a.)	5,97%	5,30%
Taxa de inflação estimada no longo prazo (a.a.)	5,02%	3,50%
HCCTR - Taxa de inflação médica nominal (a.a.)	8,43%	6,86%
HCCTR - Taxa de inflação médica real (a.a.)	3,25%	3,25%
Tábua de mortalidade	AT-2000 suavizada em 10%	AT-2000 suavizada em 10%

22.2. Provisões para devolução de aeronaves e motores

Tais provisões consideram os custos que atendem as condições contratuais de devolução de aeronaves e motores arrendados sem opção de compra, bem como para os custos a incorrer de reconfiguração de aeronaves, quando da sua devolução, conforme condições estabelecidas nos contratos de arrendamento. A constituição inicial é registrada em contrapartida ao imobilizado, na rubrica de “Benfeitorias em aeronaves e motores”.

A Companhia possui ainda provisão de devolução de aeronaves e motores registrada em contrapartida do custo dos serviços prestados, considerando as condições atuais das aeronaves e motores e a previsão de utilização até a efetiva devolução. As referidas provisões são mensuradas a valor presente e serão desembolsadas até a devolução das aeronaves e motores.

22.3. Processos judiciais

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em determinados assuntos legais oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos cíveis, administrativos, tributários, previdenciários e trabalhistas.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, constituída de acordo com o CPC 25 - “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”, equivalente ao IAS 37, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

	Consolidado			
	Perda provável		Perda possível	
	2022	2021	2022	2021
Cíveis	165.475	188.500	74.212	55.193
Trabalhistas	425.711	475.191	137.245	102.216
Tributários	224.025	168.359	1.247.288	701.556
Total	815.211	832.050	1.458.745	858.965

As provisões são revisadas com base na evolução dos processos e no histórico de perdas através da melhor estimativa corrente. A variação apresentada no exercício refere-se, substancialmente, a alteração no prognóstico de perda das contingências.

No âmbito dos processos judiciais tributários, a principal discussão em andamento é a não incidência do adicional de alíquota de 1% de COFINS sobre importações de aeronaves, partes e

Notas Explicativas

componentes no montante de R\$160.424 (R\$145.986 em 31 de dezembro de 2021). No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, diante das decisões proferidas pelos Tribunais Superiores considerando a legalidade da cobrança do adicional de alíquota nas importações realizadas por empresas aéreas, a Companhia reavaliou o prognóstico de perda, o que resultou na reclassificação de perda possível para provável dos débitos relacionados.

A Companhia discute a não incidência de contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, diante de decisão desfavorável à GOL proferida pelo TRF da 1ª Região e, ainda, do posicionamento dos Tribunais Superiores sobre a matéria, a Companhia reavaliou o prognóstico de perda, o que resultou na classificação de risco provável dos débitos relacionados.

Os processos de natureza tributária apresentadas abaixo foram avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo relevantes e de risco possível em 31 de dezembro de 2022:

- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), montante de R\$34.265 (R\$29.812 em 31 de dezembro de 2021) decorrentes de Autos de Infração lavrados pela Prefeitura do Município de São Paulo contra a Companhia, no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2010, referente a uma possível incidência de ISS sobre contratos celebrados com parceiros. A classificação de risco possível decorre do fato de que as matérias em discussão são interpretativas, além de envolverem discussões de matérias fático-probatórias, bem como não havendo posicionamento final dos Tribunais Superiores.
- Multa aduaneira no montante de R\$ 71.888 (R\$68.917 em 31 de dezembro de 2021) referentes aos Autos de Infração lavrados contra a Companhia por suposto descumprimento de normas aduaneiras referentes a processos de importação temporária de aeronaves. A classificação de risco possível decorre do fato de não haver posicionamento final dos Tribunais Superiores sobre a matéria.
- Ágio BSSF Air Holdings (“BSSF”), no montante de R\$69.932 (R\$66.757 em 31 de dezembro de 2021) decorrentes de Auto de Infração lavrado em função da dedutibilidade de ágio alocado como rentabilidade futura. A classificação de risco possível decorre do fato de não haver posicionamento final dos Tribunais Superiores.
- Em 2018, a incorporada Smiles recebeu um Auto de Infração relativo aos anos de 2014 e 2015, lavrado em função: (i) da dedutibilidade do ágio alocado como rentabilidade futura após o processo de incorporação da GA Smiles pela Smiles S.A. em 31 de dezembro de 2013 e (ii) da dedutibilidade das despesas financeiras das debêntures emitidas em junho de 2014. O montante de R\$141.454 em 31 de dezembro de 2022 (R\$130.132 em 31 de dezembro de 2021) foi avaliado pela Administração e pelos assessores jurídicos como de risco possível, uma vez que há argumentos de defesa em sede de recurso administrativo.
- Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a incorporada Smiles recebeu um Auto de Infração relativo aos anos de 2016 e 2017, lavrado em função da dedutibilidade do ágio alocado como rentabilidade futura após o processo de incorporação da GA Smiles pela Smiles S.A. em 31 de dezembro de 2013. O montante de R\$61.031 em 31 de dezembro de 2022 (R\$55.428 em 31 de dezembro de 2021) foi avaliado pela Administração e pelos assessores jurídicos como de risco possível, uma vez que há argumentos de defesa em sede de recurso administrativo.

Notas Explicativas

- Ainda em 2021, a Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos em face da Companhia relativos a não homologação de compensações de créditos de contribuição previdenciária do período de agosto de 2018 a novembro de 2020. O montante de R\$122.901 em 31 de dezembro de 2022 (R\$110.915 em 31 de dezembro de 2021) foi avaliado pela Administração e pelos assessores jurídicos como de risco possível, uma vez que há argumentos de defesa em sede de recurso administrativo.
- Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Gol recebeu, como sucessora da Smiles, Auto de Infração relativo aos anos de 2017 a 2019 lavrado em função: (i) da dedutibilidade do ágio alocado como rentabilidade futura após o processo de incorporação da GA Smiles em 31 de dezembro de 2013 e (ii) compensação de prejuízo fiscal da Webjet. O montante de R\$534.659 em 31 de dezembro de 2022 foi avaliado pela Administração e pelos assessores jurídicos como de risco possível, uma vez que há argumentos de defesa em sede de recurso administrativo.

Existem outros processos de natureza tributária avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$211.157 (R\$148.879 em 31 de dezembro de 2021) que somados com os processos acima totalizam o montante de R\$1.247.287 em 31 de dezembro de 2022 (R\$701.556 em 31 de dezembro de 2021).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, tivemos uma mudança na estimativa de probabilidade de perda de possível para remoto referente ao processo de Ágio da GLA (decorrente da aquisição da antiga VRG) no montante de R\$96.490 (R\$90.716 em 31 de dezembro de 2021) decorrentes de Auto de Infração lavrado em função da dedutibilidade de ágio alocado como rentabilidade futura. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Câmara Superior de Recursos Fiscais proferiu decisão favorável à Companhia, reconhecendo a dedutibilidade da despesa de amortização do ágio gerado na aquisição da antiga VRG, o que resultou na mudança da estimativa.

As ações de natureza cível são relacionadas principalmente às ações indenizatórias em geral relacionadas a atrasos e cancelamentos de voos, extravios e danos a bagagens. As ações de natureza trabalhista consistem, essencialmente, em temas relacionados a horas extras, adicional de periculosidade, adicional de insalubridade e diferenças salariais.

Em setembro de 2020, uma ação coletiva foi movida nos tribunais federais de Nova York contra a Companhia e a administração sênior da Companhia. Os autores alegam supostos prejuízos resultantes de uma suposta divulgação enganosa. Em março de 2022, o tribunal de Nova York decidiu por arquivar o caso. Consequentemente, não existem provisões relacionadas a este tema contabilizadas.

22.3.1. Processos ativos

Em 2007, a Companhia iniciou uma arbitragem perante a Corte Internacional de Arbitragem ("ICC") contra os vendedores da VRG e seus acionistas controladores relacionada ao ajuste de preço de compra. Em janeiro de 2011, o ICC decidiu de forma favorável à GOL. Deu-se início então ao processo de execução da sentença arbitral, perante o Tribunal de Cayman, jurisdição de um dos réus, o qual decidiu em maio de 2022 em favor da GOL, confirmando que a sentença pode ser integralmente executada. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi assinado um acordo entre as partes, no qual a GOL receberá 42 milhões de dólares para a resolução final da arbitragem. Em 31 de dezembro de 2022, o ativo contingente não foi reconhecido devido a existência de condições precedentes.

Notas Explicativas

23. Provisões para perdas em investimentos

23.1. Composição dos investimentos

As informações dos investimentos estão demonstradas a seguir:

	Controladora	
	2022	2021
GOL Linhas Aéreas (GLA)		
Quantidade total de ações	4.198.483.614	2.762.566.614
Capital social	6.947.111	5.511.194
Percentual de participação	100%	100,00%
Patrimônio líquido (negativo)	(17.910.984)	(18.292.878)
Prejuízo do exercício	(1.055.450)	(6.431.865)

23.2. Movimentação dos investimentos

	GLA
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(18.292.878)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.055.450)
Resultados não realizados de <i>hedge</i>	305.448
Variação cambial de conversão de investimento no exterior	(5.341)
Perdas atuariais de benefício pós-emprego	(17.514)
Remuneração baseada em ações	26.184
Aumento de capital (a)	1.128.567
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(17.910.984)

(a) Em 29 de dezembro de 2022 a controlada GLA realizou através de AGE o aumento de capital. O aumento mencionado no item foi realizado com base nos adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) que já tinham sido realizados pela Companhia em 2021 e 2022. O saldo de AFAC em 31 de dezembro de 2021 era R\$307.350.

	Controladora		
	GLA	Smiles Fidelidade	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(12.670.479)	574.717	(12.095.762)
Resultado de equivalência patrimonial	(6.431.865)	37.703	(6.394.162)
Resultados não realizados de <i>hedge</i>	392.275	-	392.275
Variação cambial de conversão de investimento no exterior	38	430	468
Remuneração baseada em ações	21.345	233	21.578
Ganhos atuariais de benefício pós-emprego	41.524	-	41.524
Adiantamento para futuro aumento de capital	307.350	-	307.350
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	(263.008)	(263.008)
Baixa de investimentos	-	-	-
Transferência de controle Smiles Fidelidade (a)	350.075	(350.075)	-
Transação com acionistas não controladores - Aumento de capital (b)	1.351.289	-	1.351.289
Transação com acionistas não controladores - Ajuste de avaliação patrimonial (b)	(909.980)	-	(909.980)
Resgate de ações preferenciais - Reorganização societária (c)	(744.450)	-	(744.450)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(18.292.878)	-	(18.292.878)

(a) Em 25 de maio de 2021, a Companhia transferiu para a GLA o controle da Smiles Fidelidade S.A. mediante aumento de capital no valor de R\$350.075.

(b) Em 04 junho de 2021, a Companhia concluiu a etapa de reorganização societária para aquisição dos acionistas minoritários da Smiles. Esta transação envolveu uma contraprestação de R\$1.351.289 (sendo R\$606.839 em ações preferencias e R\$744.450 em ações preferenciais resgatáveis). O valor contábil desta aquisição foi de R\$441.309, o que resultou em registro de ajuste de avaliação patrimonial no montante de R\$909.980, reconhecido diretamente no patrimônio líquido da controlada.

(c) As ações preferenciais resgatáveis foram liquidadas em caixa no dia 23 de junho de 2021.

Notas Explicativas

24. Patrimônio líquido

24.1. Capital social

Nos dias 14 de março, 06 de abril e 30 de setembro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia homologou os aumentos do capital social nos valores de R\$352, R\$342 e R\$591, com a emissão de 35.673, 40.513 e 165.566 ações preferenciais, respectivamente, todas nominativas e sem valor nominal, decorrentes do exercício de opção de compra de ações outorgadas aos colaboradores elegíveis no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações.

No âmbito do acordo de investimentos firmado entre a GOL e a American Airlines e considerando os acionistas que exerceram seu direito de preferência, em 20 de maio de 2022, o Conselho de Administração homologou novo aumento de capital com a emissão de 22.230.606 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal, perfazendo o total de R\$948.580 menos custos incorridos de R\$2.319, sendo R\$1,00 (um real) destinado ao capital social e o restante destinado a reserva de capital.

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia era de R\$4.040.397 (R\$4.039.112 em 31 de dezembro de 2021), representado por 3.200.516.281 ações, sendo 2.863.682.710 ações ordinárias e 336.833.571 ações preferenciais (3.178.043.923 ações, sendo 2.863.682.710 ações ordinárias e 314.361.213 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2021). O capital social indicado acima encontra-se reduzido dos custos com emissão de ações no valor de R\$157.495 em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

A composição acionária da Companhia está apresentada a seguir:

	2022			2021		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
MOBI ^{(1) (2)}	100,00%	38,93%	50,87%	100,00%	32,81%	46,69%
American Airlines Inc.	-	6,60%	5,31%	-	-	-
Path Brazil ⁽²⁾	-	3,22%	2,59%	-	3,45%	2,74%
Outros	-	1,41%	1,14%	-	1,54%	1,22%
Mercado	-	49,84%	40,09%	-	62,20%	49,35%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(1) No contexto do *Exchangeable senior notes*, emitido em 2019, o MOBI concedeu 14.000.000 ADSs lending facility ao Bank of America Corporation, que opera a linha de empréstimo de ADSs, a fim de facilitar as transações de derivativos negociados de forma privada ou outras atividades de hedge relacionadas às *Exchangeable senior notes*. As ADSs serão devolvidas ao MOBI no vencimento do *Exchangeable senior notes* ou no término do contrato de empréstimo.

(2) Refere-se a entidades jurídicas controladas pelos acionistas controladores (família Constantino).

O capital social autorizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$6 bilhões. Dentro do limite autorizado, a Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária, mediante a emissão de ações, sem guardar proporção entre as diferentes espécies de ações. Nos termos da Lei, nos casos de aumento de capital dentro do limite autorizado, o Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

24.2. Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía 1.140.940 ações em tesouraria, totalizando R\$38.910 (1.217.285 ações no valor de R\$41.514 em 31 de dezembro de 2021). Em 31 de dezembro de 2022, a cotação de fechamento de mercado das ações da Companhia era de R\$7,34 (R\$17,03 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

25. Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado através da divisão do resultado líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores da Companhia pela quantidade média ponderada de todas as classes de ações em circulação durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui apenas uma categoria de ações potencialmente dilutivas (opção de compra de ações), conforme descrito na nota explicativa 26. Em razão dos prejuízos apurados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, estes instrumentos emitidos pela controladora possuem efeito não dilutivo e, portanto, não foram considerados na quantidade total de ações em circulação para determinação do prejuízo diluído por ação.

O resultado por ação da Companhia foi determinado conforme demonstrado a seguir:

			Controladora e Consolidado					
			2022			2021		
			Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador								
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas controladores			(311.590)	(1.249.883)	(1.561.473)	(1.560.971)	(5.660.567)	(7.221.538)
Denominador								
Média ponderada de ações em circulação (em milhares)			2.863.683	327.062		2.863.683	295.486	
Média ponderada ajustada de ações em circulação e conversões presumidas diluídas (em milhares)			2.863.683	327.062		2.863.683	295.486	
Prejuízo básico por ação			(0,109)	(3,822)		(0,545)	(19,157)	
Prejuízo diluído por ação			(0,109)	(3,822)		(0,545)	(19,157)	

26. Remuneração baseada em ações

A Companhia possui dois planos de remuneração adicional a seus executivos: o Plano de opção de compra de ações ("Plano de opções") e o Plano de ações restritas, ambos visam estimular e promover o alinhamento dos objetivos da Companhia, dos administradores e dos empregados, e mitigar os riscos na geração de valor da Companhia pela perda de seus executivos, fortalecendo o comprometimento e a produtividade desses nos resultados de longo prazo.

Notas Explicativas

26.1. Plano de opção de compra de ações - GOL

Os beneficiários das opções de ações poderão adquirir as ações pelo preço estabelecido na data da outorga após o período de 3 ou 4 anos da data de concessão, na condição de que o beneficiário tenha mantido seu vínculo empregatício durante esse período.

As opções exercíveis em 3 anos tornam-se exercíveis à taxa de 20% no primeiro ano, 30% adicionais no segundo e 50% remanescentes no terceiro ano. Para os planos de opções de ações exercíveis em 4 anos os beneficiários poderão exercer 20% no primeiro ano, 20% no segundo ano, 30% no terceiro ano e 30% no quarto ano.

Em todos os casos, as opções podem ser exercidas em até 10 anos após a data da concessão. Em todos os planos de opções, a volatilidade esperada baseia-se na volatilidade histórica dos 252 dias úteis das ações da Companhia negociadas na B3.

Ano da opção	Data da aprovação	Total de opções outorgadas	Total de opções em circulação	Preço de exercício da opção (em Reais)	Valor justo médio na data da concessão (em Reais)	Volatilidade estimada do preço da opção	Dividendo esperado	Taxa de retorno livre de risco	Maturidade remanescente média em anos
2013	13/05/2013	802.296	27.503	12,76	6,54 (a)	46,91%	2,00%	7,50%	0,2
2014	12/08/2014	653.130	77.791	11,31	7,98 (b)	52,66%	3,27%	11,00%	1,5
2015	11/08/2015	1.930.844	47.811	9,35	3,37 (c)	55,57%	5,06%	13,25%	2,5
2016	30/06/2016	5.742.732	1.230.190	2,62	1,24 (d)	98,20%	6,59%	14,25%	3,4
2017	08/08/2017	947.767	255.596	8,44	7,91 (e)	80,62%	1,17%	11,25%	4,5
2018	24/05/2018	718.764	381.597	20,18	12,68 (f)	55,58%	0,60%	6,50%	5,3
2019	28/10/2019	1.749.223	1.152.512	25,40	12,10 (g)	61,98%	3,17%	9,00%	6,8
2020	30/07/2020	760.986	496.230	20,57	14,44 (h)	71,37%	0,92%	6,24%	7,5
2021	28/07/2021	658.189	508.917	21,05	14,44 (h)	74,34%	0,00%	8,85%	8,6
2022	26/10/2022	4.168.040	3.894.617	10,26	6,23(i)	75,23%	0,00%	12,76%	9,8
Total		18.131.971	8.072.765	13,00					20,65

(a) Valor justo calculado pela média dos valores R\$7,34, R\$6,58 e R\$5,71 para os respectivos períodos de *vesting* (2013, 2014 e 2015).

(b) Valor justo calculado pela média dos valores R\$8,20, R\$7,89 e R\$7,85 para os respectivos períodos de *vesting* (2014, 2015 e 2016).

(c) Valor justo calculado pela média dos valores R\$3,61, R\$3,30 e R\$3,19 para os respectivos períodos de *vesting* (2015, 2016 e 2017).

(d) Valor justo foi calculado pela média dos valores R\$1,29, R\$1,21 e R\$1,22 para os respectivos períodos de *vesting* (2016, 2017 e 2018).

(e) Valor justo calculado pela média dos valores R\$8,12, R\$7,88 e R\$7,72 para os respectivos períodos de *vesting* (2017, 2018 e 2019).

(f) Valor justo calculado pela média dos valores R\$13,26, R\$12,67 e R\$12,11 para os respectivos períodos de *vesting* (2018, 2019 e 2020).

(g) Valor justo calculado pela média dos valores R\$12,90, R\$12,32 e R\$11,65 para os respectivos períodos de *vesting* (2019, 2020 e 2021).

(h) Valor justo calculado pela média dos valores R\$15,39, R\$14,89, R\$14,31 e R\$13,64 para os respectivos períodos de *vesting* (2020, 2021, 2022 e 2023).

(i) Valor justo calculado pela média dos valores R\$6,79, R\$6,50, R\$6,15 e R\$5,74 para os respectivos períodos de *vesting* (2021, 2022, 2023 e 2024).

O valor da ação da Companhia negociada na B3 em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 7,34 (R\$17,03 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

A movimentação das opções de ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está demonstrada a seguir:

	Total de opções de ações	Preço médio ponderado de período
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2020	7.529.612	11,59
Opções concedidas	658.189	21,05
Opções exercidas	(140.718)	6,96
Opções canceladas e ajustes na estimativa de direitos expirados	(614.422)	20,79
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2021	7.432.661	12,90
Opções concedidas	4.168.040	10,26
Opções exercidas	(207.179)	4,52
Opções canceladas e ajustes na estimativa de direitos expirados	(3.320.757)	20,78
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2022	8.072.765	13,00
Quantidade de opções exercíveis em:		
31 de dezembro de 2021	6.407.403	12,62
31 de dezembro de 2022	5.166.147	14,64

A despesa reconhecida no resultado do exercício correspondente aos planos de opções de ações no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$14.102 (R\$11.482 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

26.2. Plano de ações restritas - GOL

O quadro abaixo apresenta os planos que possuem ações transferíveis em 31 de dezembro de 2022.

Ano da ação	Data da aprovação	Total de ações outorgadas	Total de ações transferíveis	Preço médio na data da concessão
2018	24/05/2018	773.463	-	20,18
2020	30/07/2020	801.311	742.621	20,57
2021	30/04/2021	858.068	797.278	21,05
2022	26/10/2022	637.830	595.988	10,26
Total		3.070.672	2.135.887	

A movimentação do total das ações restritas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está demonstrada a seguir:

	Total de ações restritas
Ações restritas em 31 de dezembro de 2020	1.203.483
Ações transferidas (*)	(595.976)
Outorgas concedidas	858.068
Ações canceladas e ajustes na estimativa de direitos expirados	80.675
Ações restritas em 31 de dezembro de 2021	1.546.250
Ações transferidas	(75.232)
Ações canceladas e ajustes na estimativa de direitos expirados	27.039
Outorgas concedidas	637.830
Ações restritas em 31 de dezembro de 2022	2.135.887

(*) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia transferiu 581.499 ações via instrumentos patrimoniais (ações em tesouraria) e o restante, equivalente a 14.477 ações, foi devidamente liquidado.

A despesa reconhecida no resultado do exercício correspondente aos planos de opções de ações no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$12.082 (R\$9.469 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas**27. Transações com partes relacionadas****27.1. Contratos de mútuos - ativo e passivo não circulante**

A Controladora mantém mútuos ativos e passivos com a controlada GLA, sem avais e garantias, conforme quadro a seguir:

Credor	Devedor	Tipo de operação	Taxa de juros (a.a.)	Controladora			
				Ativo		Passivo	
				2022	2021	2022	2021
GOL	GLA	Mútuo	3,19%	765.933	903.297	-	-
GAC	GLA	Mútuo	1,00%	1.099.740	1.257.057	145.434	6.692
Gol Finance	GLA	Mútuo	3,81%	5.219.175	4.847.921	-	-
Total				7.084.848	7.008.275	145.434	6.692

Além dos valores acima, o quadro a seguir demonstra os demais saldos entre as Companhias eliminados no Consolidado:

Credor	Devedor	Tipo de operação	Vencimento dos contratos	Taxa de juros (a.a.)	Saldos	
					2022	2021
Gol Finance	GOL	Bônus de subscrição (*)	07/2024	-	602.350	602.350
Gol Finance Inc.	GAC	Mútuo	01/2023	8,64%	1.179.279	1.269.464
Gol Finance	GAC	Mútuo	02/2025	3,83%	999.717	1.181.126
Gol Finance	Gol Finance Inc.	Mútuo	01/2024	1,44%	523.746	557.544
Gol Finance Inc.	Gol Finance	Mútuo	03/2020	11,70%	1.812	1.938
GLA	Smiles Viagens	Dividendos	-	-	-	267
Smiles Viagens	GLA	Repasse	-	-	3.501	687
Smiles Argentina	GLA	Repasse	-	-	5.013	4.466
Total					3.315.418	3.617.842

(*) A controlada Gol Finance, por meio da Gol Equity Finance, adquiriu o bônus de subscrição emitido pela Companhia no âmbito do *Exchangeable Senior Notes*.

27.2. Serviços de transporte e de consultoria

No decorrer de suas operações, a Companhia, por si e por meio de suas subsidiárias celebrou contratos com as empresas listadas a seguir, que são de propriedade dos principais acionistas da Companhia:

- **Expresso Caxiense S.A.:** Prestação de serviços de transporte de passageiros na ocorrência de voo interrompido, com vigência até março de 2023; e
- **Viação Piracicabana Ltda.:** Prestação de serviços de transporte de passageiros, bagagens, tripulantes e colaboradores entre aeroportos, com vigência até setembro de 2026.

Esses contratos foram celebrados em condições de mercado, em linha com as que prevalecem em transações que a Companhia contrataria com terceiros. Em 31 de dezembro de 2022 a controlada GLA reconheceu uma despesa total referente a esses serviços de R\$6.455 (R\$4.712 em 31 de dezembro de 2021). Na mesma data, o saldo a ser pago na rubrica de fornecedores às empresas ligadas era de R\$737 (R\$3.397 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

27.3. Contratos de abertura de conta UATP (“Universal Air Transportation Plan”) com concessão de limite de crédito

A controlada GLA celebrou contratos de abertura de conta UATP com as partes relacionadas indicadas a seguir: Aller Participações S.A.; BR Mobilidade Baixada Santista S.A. SPE; Breda Transportes e Serviços S.A.; Comporte Participações S.A. (“Comporte”); Empresa Cruz de Transportes Ltda.; Empresa de Ônibus Pássaro Marrom S.A.; Empresa Princesa do Norte S.A.; Expresso Itamarati S.A.; Expresso Maringá do Vale S.A.; Expresso União Ltda.; Glarus Serviços Tecnologia e Participações S.A.; Limmatt Participações S.A.; Quality Bus Comércio de Veículos S.A.; Super Quadra Empreendimentos Imobiliários S.A.; Thurgau Participações S.A.; Transporte Coletivo Cidade Canção Ltda.; Turb Transporte Urbano S.A.; Vaud Participações S.A.; e Viação Piracicabana Ltda.; com prazo indeterminado, cuja finalidade é a emissão de créditos para a compra de passagens aéreas emitidas pela Companhia. A conta UATP (cartão virtual) é aceita como meio de pagamento na compra de passagens aéreas e serviços relacionados, buscando simplificar o faturamento e viabilizar o pagamento entre as companhias participantes.

Esses contratos foram celebrados em condições de mercado, em linha com as que prevalecem em transações que a Companhia contrataria com terceiros. As empresas indicadas acima são de propriedade dos principais acionista da Companhia.

27.4. Acordo de parceria comercial de transportes multimodal

A controlada GLA celebrou um Acordo de parceria comercial com empresas União Transporte, Itamarati Express e Cruz Encomendas (em conjunto, “Grupo Comporte”), Tex Transportes e Expresso Luxo, com vigência até janeiro de 2024, cuja finalidade é a prestação de serviços de transporte multimodal, incluindo o transporte rodoviário de cargas pelas Parceiras e os serviços de transporte aéreo pela GLA. Para a consecução do Acordo a GLA celebrou com cada uma das empresas um Contrato de prestação de serviços de transportes multimodal. As partes serão remuneradas pelo valor do serviço relativo ao trecho operado por cada parte, mediante emissão do respectivo CTe, de acordo com os valores estabelecidos nas tabelas de preços praticados por cada Parte.

Esses contratos foram celebrados em condições de mercado, em linha com as que prevalecem em transações que a Companhia contrataria com terceiros. As empresas indicadas acima são de propriedade dos principais acionista da Companhia.

27.5. Acordo de parceria comercial Pagol

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia firmou dois contratos com a parte relacionada Pagol Participações Societárias Ltda (“Pagol”).

O primeiro contrato celebrou um acordo comercial para divulgação dos produtos financeiros ofertados pela Pagol para os clientes, fornecedores e colaboradores da Companhia, com a possibilidade de receber uma receita de comissão, que será negociada entre as partes de acordo com o mix de produtos ofertados. Este Acordo tem vigência de 10 anos e sua implementação depende de condições precedentes estabelecidas em contrato.

No âmbito do acordo comercial, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia firmou um convênio para Intermediação de Operações de Cessão de Crédito, que possibilita que os fornecedores da Companhia antecipem seus recebíveis com a Pagol. Em 31 de dezembro de 2022 a controlada GLA realizou transações referente a esses serviços que totalizaram de R\$3.735 e não existiam saldos em aberto no final do período.

Em novembro de 2022 a Companhia firmou um acordo para associação da Pagol ao Programa Smiles, para aquisição e concessão dos direitos de resgates consubstanciados nas milhas Smiles

Notas Explicativas

aos seus clientes, como forma de incentivo à aquisição dos produtos/serviços oferecidos pela Pagol. O valor será pago pela Pagol, mensalmente, correspondente as milhas adquiridas no período. Este Acordo tem vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura, podendo o prazo ser prorrogado mediante mútuo acordo entre as Partes.

Esses contratos foram celebrados em condições de mercado, em linha com as que prevalecem em transações que a Companhia contrataria com terceiros. A empresa indicada acima é de propriedade dos principais acionistas da Companhia.

27.6. Acordo de parceria comercial Comporte

Em dezembro de 2022 a Companhia firmou um acordo com a parte relacionada Comporte Participações S.A, cujo objeto é a venda antecipada de milhas Smiles para a Comporte ofertar a seus clientes direta ou indiretamente.

O contrato firmou a venda antecipada de milhas Smiles no valor de R\$70.000 que foram pagos e em dezembro de 2022 estão registrados no grupo de Adiantamentos de clientes. Este Acordo tem vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura ou quando o lote de Milhas Smiles adquiridas se acabarem, o que ocorrer primeiro, podendo o prazo ser prorrogado mediante mútuo acordo entre as Partes. O saldo recebido foi reconhecido como adiantamento de clientes no passivo circulante.

Esse contrato foi celebrado em condições de mercado, em linha com as que prevalecem em transações que a Companhia contrataria com terceiros. A empresa indicada acima é de propriedade dos principais acionistas da Companhia.

27.7. Acordo de investimento American Airlines

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a GOL e a American Airlines formalizaram o acordo para expansão de sua cooperação comercial, com investimento de R\$948.320, integralizados em caixa pela American Airlines por 22.224.513 ações preferenciais da Companhia, vide nota explicativa 1.4.

27.8. Remuneração do pessoal-chave da Administração

	Consolidado	
	2022	2021
Salários, bônus e benefícios (*)	48.061	45.014
Encargos sociais	12.760	11.981
Remuneração baseada em ações	19.106	21.798
Total	79.927	78.793

(*) Inclui remuneração de membros da administração e comitê de auditoria.

Notas Explicativas**28. Receita de vendas**

	Consolidado	
	2022	2021
Transporte de passageiros (*)	14.621.481	7.119.086
Transporte de cargas	530.578	361.648
Receita de milhas	546.104	267.344
Outras receitas	84.360	36.866
Receita bruta	15.782.523	7.784.944
Impostos incidentes	(583.798)	(351.560)
Receita líquida	15.198.725	7.433.384

(*) Do montante total, o valor de R\$272.807 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é composto por receitas de não comparecimento de passageiros, remarcação, cancelamento de passagens (R\$210.018 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

A receita por localidade geográfica é como segue:

	2022	%	2021	%
Doméstico	13.411.513	88,2	7.174.373	96,5
Internacional	1.787.212	11,8	259.011	3,5
Receita líquida	15.198.725	100,0	7.433.384	100,0

Notas Explicativas

29. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Custos dos serviços prestados				
Pessoal	-	-	(1.567.767)	(1.261.674)
Combustíveis e lubrificantes (c)	-	-	(6.288.371)	(2.631.900)
Material de manutenção e reparo	-	-	(461.612)	(2.200.678)
Gastos com passageiros	-	-	(882.842)	(549.517)
Prestação de serviços	-	-	(209.583)	(178.437)
Tarifas de pouso e decolagem	-	-	(777.349)	(456.006)
Depreciação e amortização	-	-	(1.489.577)	(988.504)
Outros custos operacionais	-	-	(371.850)	(326.980)
Total custos dos serviços prestados	-	-	(12.048.951)	(8.593.696)
Despesas comerciais				
Pessoal	-	-	(37.046)	(28.429)
Prestação de serviços	-	-	(185.267)	(114.016)
Comerciais e publicidade	(285)	(369)	(817.404)	(406.553)
Outras despesas comerciais	(39)	(73)	(66.015)	(34.686)
Total despesas comerciais	(324)	(442)	(1.105.732)	(583.684)
Despesas administrativas				
Pessoal (a)	(5.719)	(11.819)	(674.010)	(743.572)
Prestação de serviços	(23.054)	(82.501)	(527.516)	(622.920)
Depreciação e amortização	-	-	(121.851)	(108.054)
Outras despesas administrativas	(24.780)	(78.077)	(322.805)	(576.830)
Total despesas administrativas	(53.553)	(172.397)	(1.646.182)	(2.051.376)
Outras receitas (despesas) operacionais				
Transações de <i>sale-leaseback</i> (d)	104.711	2.113	140.368	5.913
Recuperação de despesas acordo Boeing	-	-	-	23.725
Recuperação de tributos pagos	-	-	45.954	78.920
Ociosidade - depreciação e amortização (b)	-	-	(108.706)	(239.255)
Outras receitas (despesas) operacionais (e)	(207.639)	4.186	81.638	91.474
Total outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(102.928)	6.299	159.254	(39.223)
Total	(156.805)	(166.540)	(14.641.611)	(11.267.979)

(a) A Companhia reconhece as despesas com o Comitê de Auditoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal na rubrica de "Pessoal".

(b) Vide nota explicativa 1.2.1

(c) Vide nota explicativa 1.2

(d) Vide nota explicativa 16.1

(e) Inclui os valores referentes à multa referenciada na nota explicativa 1.10. No Consolidado inclui ganhos, com destaque para alteração dos contratos de arrendamento no montante de R\$176.667, dentre outros.

Notas Explicativas

30. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras				
Ganhos sobre aplicações financeiras	15.860	9.432	90.552	36.982
Outros (a) (b)	174.757	146.945	25.965	11.812
Total receitas financeiras	190.617	156.377	116.517	48.794
Despesas financeiras				
Juros e custos sobre empréstimos e financiamentos	(825.571)	(757.385)	(1.063.118)	(896.091)
Juros de operações de arrendamento	-	-	(1.316.619)	(880.626)
Juros sobre provisão para devolução de aeronaves	-	-	(231.800)	(57.976)
Comissões, despesas bancárias e juros sobre outras operações (d)	(12.058)	(21.313)	(589.002)	(318.570)
Outros	(9.479)	(8.519)	(316.345)	(47.782)
Total despesas financeiras	(847.108)	(787.217)	(3.516.884)	(2.201.045)
Instrumentos financeiros derivativos				
Direito de conversão e derivativos - ESN, líquido (c)	42.025	200.267	42.025	200.267
Outros instrumentos financeiros derivativos, líquido	-	-	(44.651)	(1.515)
Total instrumentos financeiros derivativos	42.025	200.267	(2.626)	198.752
Variações monetárias e cambiais, líquidas	263.901	(252.331)	1.328.204	(1.588.133)
Total	(350.565)	(682.904)	(2.074.789)	(3.541.632)

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, do montante total controladora e consolidado, R\$3.303 e R\$16.864, respectivamente, referem-se ao PIS e COFINS incidentes sobre receitas financeiras auferidas, de acordo com o Decreto nº8.426 de 1º de abril de 2015 (R\$2.886 e R\$16.791 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

(b) O montante registrado em Outros na Controladora inclui juros de mútuo no montante de R\$178.060 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$149.830 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

(c) Vide nota 32.2 (ESN e Capped call).

(d) O aumento dessas despesas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está substancialmente vinculado aos juros sobre antecipação de recebíveis com o crescimento das vendas.

31. Compromissos

31.1. Compromisso de compra de aeronaves

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui 91 pedidos firmes (103 em 31 de dezembro de 2021) junto a Boeing para aquisição de aeronaves. Estes compromissos de compra de aeronaves incluem estimativas para aumentos contratuais dos preços durante a fase de construção. O valor presente dos pedidos firmes em 31 de dezembro de 2022, considerando uma estimativa dos descontos contratuais, corresponde a aproximadamente R\$20.574.804 (R\$21.947.804 em 31 de dezembro de 2021), equivalente a US\$3.943.271 (US\$3.932.946 em 31 de dezembro de 2021), e estão segregados conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
2022	-	2.805.899
2023	4.234.480	3.384.587
2024	5.847.873	6.101.396
2025	6.970.535	6.428.138
2026	3.521.916	3.227.784
Total	20.574.804	21.947.804

Do total de compromissos apresentados acima, a Companhia deverá desembolsar o montante de R\$7.170.725 (correspondendo a US\$1.374.308 em 31 de dezembro de 2022) a título de adiantamentos para aquisição de aeronaves, conforme fluxo financeiro abaixo:

Notas Explicativas

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
2022	-	248.109
2023	1.642.175	1.174.768
2024	1.990.773	2.145.764
2025	2.355.513	2.279.227
2026	1.182.264	1.141.513
Total	7.170.725	6.989.381

31.2. Compromisso de compra de combustível

A Companhia possui compromisso de aquisição futura de combustível aeronáutico com preço fixo para utilização na sua operação. Em 31 de dezembro de 2022, os compromissos de compra até 2023 totalizam R\$860.442.

32. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

As atividades operacionais expõem a Companhia e suas controladas aos riscos financeiros de mercado, de crédito e de liquidez. Tais riscos podem ser mitigados através da utilização de operações de compra de combustível antecipada com o distribuidor ("contrato de preço fixo") e derivativos do tipo *swaps*, contratos futuros e opções, no mercado de petróleo, dólar e juros.

A gestão dos instrumentos financeiros é efetuada pelo Comitê de Política Financeira ("CPF") em consonância com as Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Comitê de Políticas de Riscos ("CPR") e submetidas ao Conselho de Administração. O CPR estabelece as diretrizes, limites e acompanha os controles, incluindo os modelos matemáticos adotados para o monitoramento contínuo das exposições e possíveis impactos financeiros, além de coibir a exploração de operações de natureza especulativa com instrumentos financeiros.

A Companhia não contrata instrumentos de proteção para a totalidade da exposição de riscos, estando, portanto, sujeita às variações de mercado para uma parcela significativa de seus ativos e passivos expostos aos riscos supracitados. As decisões sobre a parcela a ser protegida consideram os riscos financeiros e os custos de tal proteção e são determinadas e revisadas no mínimo mensalmente, em consonância com as estratégias do CPR. Os resultados auferidos das operações e a aplicação dos controles para o gerenciamento de riscos fazem parte do monitoramento feito pelo Comitê e têm sido satisfatórios aos objetivos propostos.

O setor aéreo permanece exposto aos riscos associados a evolução da pandemia e novas cepas do vírus e à possíveis novas restrições impostas pelas autoridades governamentais para conter a proliferação da doença, de forma que os resultados financeiros da Companhia podem sofrer impactos. Embora se espere que a pandemia, em particular o prolongamento desta e suas incertezas, tenha consequências para os resultados financeiros das empresas aéreas em geral, os riscos associados à Companhia devem ser mensurados à luz de sua posição financeira.

Notas Explicativas

32.1. Classificação contábil de instrumentos financeiros

As classificações contábeis dos instrumentos financeiros consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 31 dezembro de 2021 estão identificadas a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	Mensurados a valor justo por meio de resultado		Custo amortizado		Mensurados a valor justo por meio de resultado		Custo amortizado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Ativo								
Caixa e depósitos bancários	47	2.981	-	-	168.994	116.123	-	-
Equivalentes de caixa	132	207.960	-	-	41	370.135	-	-
Aplicações financeiras	4.815	4.378	-	-	423.418	373.689	-	-
Contas a receber	-	-	-	-	-	-	887.734	850.683
Depósitos (a)	-	-	-	2.790	-	-	2.068.593	1.373.109
Direitos com operações de derivativos	7.002	107.170	-	-	29.256	114.060	-	-
Créditos com empresas relacionadas	-	-	7.084.848	7.008.275	-	-	-	-
Outros créditos e valores	-	-	63.875	14.458	-	-	232.633	189.017
Passivo								
Empréstimos e financiamentos (b)	17.753	162.568	10.406.053	9.859.000	17.753	162.568	11.967.138	11.737.462
Arrendamentos a pagar	-	-	-	-	-	-	11.206.959	10.762.984
Fornecedores	-	-	41.520	84.351	-	-	2.319.954	1.898.970
Fornecedores - Risco sacado	-	-	-	-	-	-	29.941	22.733
Obrigações com operações de derivativos	-	-	-	-	536	-	-	-
Obrigações com partes relacionadas	-	-	145.434	6.692	-	-	-	-
Outras obrigações	-	-	589.373	581.767	-	-	692.171	1.023.700

(a) Excluem-se os depósitos judiciais, demonstrados na nota explicativa 9.

(b) Os montantes em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 classificados como mensurado ao valor justo por meio do resultado referem-se ao derivativo contratado atrelado ao *Exchange Senior Notes*.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve reclassificação entre as categorias de instrumentos financeiros.

Notas Explicativas

32.2. Instrumentos financeiros derivativos e não derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia foram registrados nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

	Derivativos					Não derivativo	Total
	Combustível	Taxa de juros	Câmbio	Capped call	ESN 2024	Hedge de receita	
Variações no valor justo							
Direitos (obrigações) com derivativos em 31 de dezembro de 2020	34.166	-	1.683	87.663	(346.030)	-	(222.518)
Ganhos (perdas) reconhecidos no resultado	-	-	635	19.507	183.462	-	203.604
Ganhos reconhecidos em ajuste de avaliação patrimonial	98.821	-	-	-	-	-	98.821
Recebimentos durante o exercício	(126.097)	-	(2.318)	-	-	-	(128.415)
Direitos (obrigações) com derivativos em 31 de dezembro de 2021	6.890	-	-	107.170	(162.568)	-	(48.508)
Ganhos (Perdas) reconhecidos no resultado	-	(688)	417	(100.168)	144.815	-	44.376
Ganhos reconhecidos em ajuste de avaliação patrimonial	(38.100)	-	-	-	-	-	(38.100)
Pagamentos (Recebimentos) durante o exercício	53.465	152	(417)	-	-	-	53.200
Direitos (obrigações) com derivativos em 31 de dezembro de 2022	22.255	(536)	-	7.002	(17.753)	-	10.968
Direitos com operações de derivativos - Circulante	9.248	-	-	7.002	-	-	16.250
Direitos com operações de derivativos - Não circulante	13.006	-	-	-	-	-	13.006
Obrigações com operações de derivativos - Circulante	-	(519)	-	-	-	-	(519)
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(17.753)	-	(17.753)
Obrigações com operações de derivativos - Não circulante	-	(17)	-	-	-	-	(17)
Movimentação de ajuste de avaliação patrimonial							
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(164.789)	(303.207)	-	-	-	(843.080)	(1.311.076)
Ajustes de valor justo durante o exercício	98.821	-	-	-	-	-	98.821
Ajustes de hedge accounting de receita	-	-	-	-	-	222.873	222.873
Reversões líquidas para o resultado	56.740	6.378	-	-	-	7.463	70.581
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(9.228)	(296.829)	-	-	-	(612.744)	(918.801)
Ajustes de valor justo durante o exercício	(38.100)	-	-	-	-	-	(38.100)
Ajustes de hedge accounting de receita	-	-	-	-	-	175.675	175.675
Reversões líquidas para o resultado	47.328	6.280	-	-	-	114.265	167.873
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	(290.549)	-	-	-	(322.804)	(613.353)
Efeitos no resultado	(47.328)	(6.968)	417	(100.168)	144.815	(289.940)	(299.172)
Receita líquida	-	-	-	-	-	(119.180)	(119.180)
Custo dos serviços prestados	(9.228)	-	-	-	-	-	(9.228)
Resultado financeiro - Instrumentos financeiros derivativos	(38.100)	(6.968)	417	(90.601)	132.626	-	(2.626)
Resultado financeiro - Variações monetárias e cambiais	-	-	-	(9.567)	12.189	(170.760)	(168.138)

A Companhia pode adotar *hedge accounting* como prática de contabilização dos derivativos que são contratados para proteção de fluxo de caixa e que se qualificam para tal classificação de acordo com o CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", equivalente ao IFRS 9.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia adota como *hedge* de fluxo de caixa para proteção de taxa de juros (predominantemente Libor), para proteção de combustível aeronáutico e receita futura em dólar.

O cronograma de realização do saldo de ajustes de avaliação patrimonial em 31 de dezembro de 2022, referente aos hedges de fluxo de caixa, é como segue:

	2023	2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
Taxa de juros	(20.397)	(34.691)	(36.490)	(36.317)	(35.661)	(126.993)	(290.549)
Hedge de receita	(199.933)	(122.871)	-	-	-	-	(322.804)
Total	(220.330)	(157.562)	(36.490)	(36.317)	(35.661)	(126.993)	(613.353)

Notas Explicativas

32.3. Riscos de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os principais preços de mercado com impacto sobre a Companhia são: preço de combustível, taxa de câmbio e taxa de juros.

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros foi elaborada com o objetivo de estimar o impacto no lucro (prejuízo) antes dos impostos e patrimônio líquido sobre a: posição de derivativos em aberto, exposição cambial e às taxas de juros em 31 de dezembro de 2021 para os riscos de mercado considerados relevantes pela Administração da Companhia.

No cenário provável, na avaliação da Companhia, considerou-se a manutenção dos níveis de mercado, de forma que não há impactos sobre o lucro (prejuízo) antes dos impostos e patrimônio líquido. A Companhia considerou ainda os seguintes cenários na variável de risco:

- deterioração de 10% (cenário adverso I);
- deterioração de 25% (cenário adverso II).

As estimativas apresentadas não refletem necessariamente os montantes a serem apurados nas próximas demonstrações financeiras. O uso de metodologias diferentes pode ter um efeito material sobre as estimativas apresentadas.

32.3.1. Combustível

O preço do combustível de aeronaves varia em função da volatilidade do preço do petróleo cru e de seus derivados. A Companhia pode utilizar diferentes instrumentos para proteger a exposição ao preço do combustível, a escolha depende de fatores como liquidez no mercado, valor de mercado dos componentes, níveis de volatilidade, disponibilidade e depósito de margem. Os principais instrumentos são futuros, *calls*, *calls spreads*, *collars* e *swaps*.

A estratégia de Gerenciamento de Risco de Combustíveis da Companhia é baseada em modelos estatísticos. Através de modelo desenvolvido, a Companhia é capaz de (i) medir a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o objeto de *hedge*, visando avaliar se a relação entre o preço do combustível de aviação e o preço do combustível internacional se comporta dentro do esperado; e (ii) definir adequadamente o índice de *hedge* a fim de determinar o volume adequado a ser contratado para proteger a quantidade de litros de combustíveis que será consumido em um determinado período.

Os modelos da Companhia consideram os potenciais fatores de ineficácia que podem impactar nas estratégias de gestão de risco, tais como, alteração na precificação do querosene de aviação por parte dos fornecedores e o descasamento de prazo do instrumento de *hedge* e do objeto de *hedge*.

A Companhia tem protegido por contratos de hedge aproximadamente 1,7% para o ano de 2023. Além disso, a Companhia está protegida por compromissos de compra de combustível a preço fixo, conforme descrito na nota 31.2.

Notas Explicativas

O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade considerando oscilação dos preços do barril de combustível aeronáutico cotado em dólar americano, tomando como base o preço do barril em 31 de dezembro de 2022 cotado a US\$80,45:

	Combustível	
	US\$/bbl (WTI)	Impacto (em milhares de R\$)
Queda nos preços/barril (-25%)	60,34	(18.121)
Queda nos preços/barril (-10%)	72,41	(10.192)
Aumento nos preços/barril (+10%)	88,50	11.042
Aumento nos preços/barril (+25%)	100,56	38.703

32.3.2. Taxa de juros

A estratégia de gerenciamento de risco de juros da Companhia combina taxas de juros fixas e flutuantes, e determina se será necessário ampliar ou reduzir as exposições às taxas de juros. A Companhia gerencia sua exposição através da apuração do *Basis Point Value* ("BPV") de cada contrato, e utiliza volumes que equivalem à quantidade de BPVs necessários para atingir os objetivos propostos na Gestão de Riscos para a contratação de derivativos.

Através de modelos estatísticos, a Companhia comprova a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o objeto de *hedge*, considerando potenciais fatores de inefetividade, tais como o descasamento de prazo do Instrumento de *hedge* e do objeto de *hedge*.

A Companhia está exposta a operações futuras de arrendamento mercantil, cujas parcelas a serem pagas estão expostas à variação da taxa de juros até o recebimento da aeronave. Para mitigar tais riscos, a Companhia pode utilizar instrumentos financeiros derivativos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia detinha aplicações e dívidas financeiras com diversos tipos de taxas. Na análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos, foi considerado o impacto nos juros anuais apenas sobre as posições com valores significativos em 31 de dezembro de 2022 e expostos às oscilações nas taxas de juros, conforme os cenários demonstrados a seguir. Os valores demonstram os impactos no resultado de acordo com os cenários aplicados:

Risco	Aplicações financeiras líquidas de dívidas financeiras (a)	
	Aumento da taxa CDI	Aumento da taxa Libor
Taxas referenciais	13,65%	4,32%
Valores expostos (cenário provável) (b)	(872.649)	(2.230.646)
Cenário favorável remoto (-25%)	31.335	24.080
Cenário favorável possível (-10%)	12.534	9.632
Cenário adverso possível (+10%)	(12.534)	(9.632)
Cenário adverso remoto (+25%)	(31.335)	(24.080)

(a) Refere-se à soma dos valores aplicados e captados no mercado financeiro e indexados à taxa CDI e a Libor.

(b) Saldos contábeis patrimoniais registrados em 31 de dezembro de 2022.

32.3.3. Câmbio

O risco de câmbio decorre da possibilidade de variação cambial desfavorável às quais o passivo ou o fluxo de caixa da Companhia estão expostos. A Companhia possui essencialmente exposição de variação do dólar norte-americano.

Notas Explicativas

A exposição patrimonial ao câmbio está sumarizada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativos				
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	696	3.626	274.186	153.040
Contas a receber	-	-	215.113	171.473
Depósitos	-	2.790	2.068.593	1.373.109
Direitos com operações de derivativos	7.002	107.170	29.256	114.060
Total do ativo	7.698	113.586	2.587.148	1.811.682
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	(10.423.806)	(10.021.568)	(10.797.091)	(10.677.266)
Arrendamentos a pagar	-	-	(10.940.049)	(10.724.976)
Fornecedores	(24.569)	(32.272)	(461.134)	(497.877)
Provisão para devolução de aeronaves e motores	-	-	(2.601.195)	(2.679.833)
Total do passivo	(10.448.375)	(10.053.840)	(24.799.469)	(24.579.952)
Total da exposição cambial passiva	(10.440.677)	(9.940.254)	(22.212.321)	(22.768.270)
Compromissos não registrados no balanço				
Obrigações futuras decorrentes de pedidos firmes para compra de aeronaves	(20.574.804)	(21.947.804)	(20.574.804)	(21.947.804)
Total	(20.574.804)	(21.947.804)	(20.574.804)	(21.947.804)
Total da exposição cambial (em R\$)	(31.015.481)	(31.888.058)	(42.787.125)	(44.716.074)
Total da exposição cambial (em US\$)	(5.944.282)	(5.714.194)	(8.200.380)	(8.012.915)
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	5,2177	5,5805	5,2177	5,5805

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia adotou a taxa de câmbio de R\$ 5,2177/US\$1,00, correspondente à taxa de fechamento do mês divulgada pelo Banco Central do Brasil como cenário provável. O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade e o efeito no resultado da oscilação do câmbio no valor exposto em 31 de dezembro de 2022:

	Taxa de câmbio	Efeito no resultado	
		Controladora	Consolidado
Passivo líquido exposto ao risco de valorização do dólar norte-americano	5,2177	10.440.677	22.212.321
Desvalorização do dólar (-25%)	3,9133	2.610.169	5.553.080
Desvalorização do dólar (-10%)	4,6959	1.044.068	2.221.232
Valorização do dólar (+10%)	5,7395	(1.044.068)	(2.221.232)
Valorização do dólar (+25%)	6,5221	(2.610.169)	(5.553.080)

32.3.4. Capped call

A Companhia, por meio da Gol Equity Finance, no contexto da precificação do ESN emitidas em 26 de março, em 17 de abril e 17 de julho de 2019, realizou operações privadas de derivativos (*Capped call*) com parte dos subscritores das *Notes* com o objetivo de minimizar a potencial diluição das ações preferenciais e das ADSs da Companhia.

Notas Explicativas

32.4. Riscos de crédito

O risco de crédito é inerente às atividades operacionais e financeiras da Companhia, principalmente presente nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. Os ativos financeiros classificados como caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras são depositados em contrapartes que possuem *rating* mínimo de *investment grade* na avaliação feita pelas agências S&P ou Moody's (entre AAA e AA-), conforme estabelecido por políticas de gestão de risco.

Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação e os valores contábeis representam a exposição máxima do risco de crédito. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são monitorados frequentemente pela Companhia.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados em mercado de balcão (OTC), junto a contrapartes com *rating* mínimo de *investment grade*, ou em bolsa de valores de mercadorias e futuros (B3 e NYMEX), o que mitiga substancialmente o risco de crédito. A Companhia tem como obrigação avaliar os riscos das contrapartes em instrumentos financeiros e diversificar a exposição periodicamente.

32.5. Riscos de liquidez

A Companhia está exposta ao risco de liquidez de duas formas distintas: (i) risco de liquidez de mercado, que varia de acordo com os tipos de ativos e mercados em que os ativos são negociados, e (ii) liquidez do fluxo de caixa, relacionado com o surgimento de dificuldades para cumprir com as obrigações operacionais contratadas nas datas previstas. A fim de atendimento da gestão de risco de liquidez, a Companhia aplica seus recursos em ativos líquidos (títulos públicos federais, CDBs e fundos de investimento com liquidez diária) e a Política de Gestão de Caixa estabelece que o prazo médio ponderado da dívida deva ser maior que o prazo médio ponderado do portfólio de investimento.

Os cronogramas de vencimento dos passivos financeiros consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são como segue:

	Controladora				Total
	Menos de 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	193.864	80.869	9.346.064	803.009	10.423.806
Fornecedores	41.520	-	-	-	41.520
Obrigações com partes relacionadas	-	-	145.434	-	145.434
Outras obrigações	188.272	149.340	251.761	-	589.373
Em 31 de dezembro de 2022	423.656	230.209	9.743.259	803.009	11.200.133
Empréstimos e financiamentos	164.304	-	8.998.421	858.843	10.021.568
Fornecedores	84.335	-	16	-	84.351
Obrigações com partes relacionadas	-	-	6.692	-	6.692
Outras obrigações	85.843	-	495.923	-	581.766
Em 31 de dezembro de 2021	334.482	-	9.501.052	858.843	10.694.377

Notas Explicativas

	Consolidado				
	Menos de 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	723.756	402.873	10.055.253	803.009	11.984.891
Arrendamentos a pagar	1.210.715	737.543	4.886.666	4.372.035	11.206.959
Fornecedores	2.274.503	-	45.451	-	2.319.954
Fornecedores - Risco sacado	29.941	-	-	-	29.941
Obrigações com operações de derivativos	260	259	17	-	536
Outras obrigações	225.752	154.096	312.323	-	692.171
Em 31 de dezembro de 2022	4.464.927	1.294.771	15.299.710	5.175.044	26.234.452
Empréstimos e financiamentos	478.566	156.048	10.373.517	891.899	11.900.030
Arrendamentos a pagar	1.209.215	848.472	5.159.608	3.545.689	10.762.984
Fornecedores	1.820.056	-	78.914	-	1.898.970
Fornecedores - Risco sacado	22.733	-	-	-	22.733
Outras obrigações	455.251	-	568.449	-	1.023.700
Em 31 de dezembro de 2021	3.985.821	1.004.520	16.180.488	4.437.588	25.608.417

32.6. Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Visando atender as exigências de divulgação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo, a Companhia e suas controladas devem fazer o agrupamento desses instrumentos nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

- Nível 1: Mensurações de valor justo são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: Mensurações de valor justo são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: Mensurações de valor justo são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem para ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A tabela abaixo demonstra um resumo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas mensurados a valor justo com suas respectivas classificações dos métodos de valoração, em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

		Controladora			
		2022		2021	
	Hierarquia de valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	47	47	3.285	3.285
Equivalentes de caixa	Nível 2	132	132	207.656	207.656
Aplicações financeiras	Nível 2	4.815	4.815	4.378	4.378
Direitos com operações de derivativos	Nível 2	7.002	7.002	107.170	107.170
Empréstimos e financiamentos	Nível 1	(17.753)	(17.753)	(162.568)	(162.568)

Notas Explicativas

		Consolidado			
		2022		2021	
	Hierarquia de valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	168.994	168.994	156.996	156.996
Equivalentes de caixa	Nível 2	41	41	329.262	329.262
Aplicações financeiras	Nível 1	-	-	2.042	2.042
Aplicações financeiras	Nível 2	423.418	423.418	83.592	83.592
Direitos com operações de derivativos	Nível 2	29.256	29.256	114.060	114.060
Empréstimos e financiamentos	Nível 1	(17.753)	(17.753)	(162.568)	(162.568)
Obrigações com operações de derivativos	Nível 2	(536)	(536)	-	-

O valor justo dos instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado não foi divulgado uma vez que o valor justo se aproxima do seu valor contábil com base nas condições estabelecidas, principalmente em função o curto prazo do vencimento destes ativos e passivos. Os valores justos para empréstimos e financiamentos, que diferem dos saldos contábeis, por sua vez, encontram-se divulgados na nota explicativa 15.

32.7. Gerenciamento de capital

A Companhia busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura de capital que considera parâmetros adequados para os custos financeiros e os prazos de vencimento das captações e suas garantias. A Companhia acompanha seu grau de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida, incluindo empréstimos de curto e longo prazo. A tabela a seguir demonstra a alavancagem financeira:

	Consolidado	
	2022	2021
Total dos empréstimos e financiamentos	11.984.891	11.900.030
Total de arrendamentos a pagar	11.206.959	10.762.984
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(169.035)	(486.258)
(-) Aplicações financeiras	(423.418)	(373.689)
Dívida líquida	22.599.397	21.803.067

Notas Explicativas

33. Transações que não afetaram o caixa

	Controladora	
	2022	2021
Remuneração baseada em ações (investimentos / reservas de capital)	26.184	21.578
Resultado não realizado de derivativos (investimentos / ajuste de avaliação patrimonial)	305.488	328.955
Perdas atuariais de benefício pós-emprego de controlada (investimentos / ajuste de avaliação patrimonial)	17.516	41.524
Aumento de capital com emissão de ações para acionistas não controladores	-	606.839
Resultado na alienação de ações em tesouraria	21	279
Transferência de ações em tesouraria	2.567	19.834
Emissão <i>Senior Secured Amortizing Notes</i>	1.003.279	-

	Consolidado	
	2022	2021
Amortização de dívida com caixa restrito (caixa restrito / empréstimos e financiamentos)	-	198.270
Amortização de dívida com depósitos aplicados (depósitos / arrendamentos a pagar)	23.707	41.974
Direito de uso de equipamentos de voo (imobilizado / arrendamentos a pagar)	613.879	2.295.903
Direito de uso de ativos não aeronáuticos (imobilizado / arrendamentos a pagar)	181.392	-
Renegociação contratual de arrendamento financeiro (imobilizado / arrendamentos a pagar)	163.925	778.379
Baixa de contratos de arrendamentos (Arrendamentos a pagar / outras receitas)	2.328	-
Retroarrendamento (Imobilizado / arrendamentos)	2.454.034	209.065
Provisão para devolução de aeronaves (imobilizado / provisões)	66.154	27.024
Perdas atuariais de benefício pós-emprego (provisões / ajuste de avaliação patrimonial)	17.516	41.524
Resultado não realizado de derivativos (direito com derivativos / ajuste de avaliação patrimonial)	305.488	328.955
Aumento de capital com emissão de ações para acionistas não controladores	-	606.839
Constituição de reserva de capital	-	744.450
Resultado na alienação de ações em tesouraria (ações em tesouraria / reserva de capital)	21	279
Transferência de ações em tesouraria (ações em tesouraria / reserva de capital)	2.567	19.834
Depósitos em garantia	38.931	-
Emissão <i>Senior Secured Amortizing Notes</i> (depósitos / arrendamentos a pagar / empréstimos e financiamentos)	1.003.279	-

Notas Explicativas

34. Passivos de atividades de financiamento

As movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 dos passivos das atividades de financiamento da Companhia estão demonstradas a seguir:

34.1. Controladora

	2022										
	Ajuste ao lucro					Transações não caixa					Saldo final
	Saldo inicial	Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	Variações cambiais, líquidas	Provisão de juros e amortizaçã o de custos	Resultados não realizados de derivativos	Senior Secured Amortizing Notes	Remuneração baseada em ações	Transferência de ações em tesouraria	Integralização com emissão de ações	
Empréstimos e financiamentos	10.021.568	-	(665.580)	(655.148)	852.313	(132.626)	1.003.279	-	-	-	
Obrigações com partes relacionadas	6.692	135.252	-	3.490	-	-	-	-	-	-	145.434
Capital social	4.039.112	694	-	-	-	-	-	-	-	591	4.040.397
Ações a emitir	3	588	-	-	-	-	-	-	-	(591)	-
Ações em tesouraria	(41.514)	16	-	-	-	-	-	-	2.588	-	(38.910)
Reserva de capital	208.711	946.261	-	-	-	-	-	26.184	(2.588)	-	1.178.568
	2021										
	Ajuste ao lucro					Transações não caixa					Saldo final
	Saldo inicial	Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	Caixa líquido aplicados nas atividades operacionais	Variações cambiais, líquidas	Provisão de juros e amortização de custos	Resultados não realizados de derivativos	Aumento de capital de acionistas não controladores	Aumento de capital com ações a emitir	Resultado na alienação e transferência de ações em tesouraria		
Empréstimos e financiamentos	7.629.713	1.767.983	(601.060)	654.351	757.385	(186.804)	-	-	-	10.021.568	
Capital social	3.009.436	420.734	-	-	-	-	606.839	2.103	-	4.039.112	
Ações a emitir	1.180	926	-	-	-	-	-	(2.103)	-	3	
Acões em tesouraria	(62.215)	588	-	-	-	-	-	-	20.113	(41.514)	

34.2. Consolidado

	2022											
	Transações não caixa							Ajustes ao lucro				
		Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	Aquisição de imobilizado por novos contratos e alteração contratual	Baixa de arrendamento ou Secured Amortizing Notes	Transferência de ações em tesouraria	Integralização com emissão de ações	Variações cambiais, líquidas	Provisão de juros e amortização de custos	Resultados não realizados de derivativos	Remuneração baseada em ações	Saldo final
	Saldo Inicial											
Empréstimos e financiamentos	11.900.030	(263.764)	(912.651)	-	1.003.279	-	-	(701.966)	1.092.589	(132.626)	-	11.984.891
Arrendamentos a pagar	10.762.984	(2.357.341)	(58.357)	2.723.031	(459.480)	-	-	(720.497)	1.316.619	-	-	11.206.959
Capital social	4.039.112	694	-	-	-	-	591	-	-	-	-	4.040.397
Ações a emitir	3	588	-	-	-	-	(591)	-	-	-	-	-
Ações em tesouraria	(41.514)	16	-	-	-	2.588	-	-	-	-	-	(38.910)
Reservas de capital	208.711	946.261	-	-	-	(2.588)	-	-	-	-	26.184	1.178.568

	2021										
	Transações não caixa							Ajustes ao lucro			
		Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	Aquisição de imobilizado por novos contratos e alteração contratual	Transação com acionistas não controladores, ações a emitir e alienação/transferência de ações em tesouraria	Amortização com ativos vinculados	Distribuição de dividendos intermediários	Variações cambiais, líquidas	Provisão de juros e amortização de custos	Resultados não realizados de derivativos	Saldo final
	Saldo Inicial										
Empréstimos e financiamentos	9.976.966	1.359.595	(704.409)	-	-	(198.270)	-	756.861	896.091	(186.804)	11.900.030
Arrendamentos a pagar	7.584.192	(1.449.285)	16.652	3.255.646	-	(41.973)	-	517.126	880.626	-	10.762.984
Dividendos e JSCP a pagar ⁽¹⁾	23.139	(260.131)	-	-	-	-	236.992	-	-	-	-
Capital social	3.009.436	420.734	-	-	608.942	-	-	-	-	-	4.039.112
Ações a emitir	1.180	926	-	-	(2.103)	-	-	-	-	-	3
Ações em tesouraria	(62.215)	588	-	-	20.113	-	-	-	-	-	(41.514)
Reservas de capital	207.246	(744.450)	21.578	-	724.337	-	-	-	-	-	208.711

(1) O montante encontra-se registado no grupo de Outras obrigações, no passivo circulante.

Notas Explicativas

35. Eventos subsequentes

35.1. Decisão definitiva (coisa julgada) - STF

Em 8 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, considerou que uma decisão definitiva (coisa julgada) sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário em momento posterior. Sob a ótica do disposto nesta decisão e considerando as políticas contábeis da Companhia, bem como o Ofício-Circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia avaliou seus processos judiciais transitados em julgado e não identificou impacto relevante nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

35.2. Transação de financiamento e *Support Agreement*

Em 3 de março de 2023, a Abra Group Limited ("Abra"), nova holding criada para controlar as operações da GOL e da Avianca Group International Limited ("Avianca") realizou o fechamento da colocação privada com os investidores da Abra e concomitantemente a GOL realizou o fechamento do investimento privado da Abra na GOL através de *Senior Secured Notes* ("GOL SSNs com vencimento em 2028") as quais podem ser substituídas, mediante solicitação da Abra, por *Exchangeable Senior Secured Notes* ("GOL ESSNs com vencimento em 2028"). As GOL SSNs com vencimento em 2028 são garantidas pela propriedade intelectual e marca da Smiles, o programa de fidelidade da GOL e um penhor compartilhado sobre a propriedade intelectual, marca e peças sobressalentes da GOL. Uma parte do investimento na Abra provém de membros do Grupo Ad-Hoc titulares de *bonds* garantidos e não garantidos da GOL (o "Grupo Ad-Hoc"), que assinaram um acordo de apoio (o "*Support Agreement*" ou "SA") em 7 de fevereiro de 2023, e uma parte do investimento provém de titulares de *bonds* da GOL fora do Grupo Ad-Hoc (o "Grupo Não AHC"), que assinaram termos de adesão ao *Support Agreement*.

Termos Finais de Financiamento da Companhia:

- A Abra celebrou os documentos definitivos em relação a (i) investimento, sujeito a certas condições e aprovações, de até US\$451 milhões em dinheiro, (ii) contribuição de US\$1.077 milhões de valor nominal de *bonds* da GOL com um desconto de US\$312,6 milhões de valor nominal, e (iii) receber como contrapartida as GOL SSNs com vencimento em 2028.
- Os US\$1.077 milhões de valor nominal de *bonds* da GOL serão cancelados após o fechamento.
- Os termos das GOL SSNs com vencimento em 2028 a serem emitidas para Abra incluem:
 - o Montante total do principal: até US\$1,4 bilhão
 - o Prazo: 2 de março de 2028
 - o Juros: 18%, dos quais, 4,5% serão pagos em dinheiro e 13,5% serão capitalizados
 - o Desconto de emissão original (OID): 15 pontos
 - o Pagamento antecipado: sem possibilidade, observado que as GOL SSNs com vencimento em 2028 podem ser recompradas por meio da emissão dos GOL ESSNs com vencimento em 2028
 - o Garantias: (i) gravame sobre a marca Smiles, propriedade intelectual, listas de clientes, marcas registradas, contratos relacionados à infraestrutura da plataforma principal e outros acordos ("Garantias PI da Smiles"), incluindo por meio de cessão fiduciária e por transferência de determinados ativos para uma subsidiária integral, cujo capital social será empenhado em garantia das GOL SSNs com vencimento em 2028 e das GOL ESSNs com vencimento em 2028; (ii) um penhor dos créditos relacionados aos financiamentos entre a GOL de suas subsidiárias e coligadas, e (ii) compartilhamento de garantias em relação à propriedade intelectual, marca e peças de reposição da GOL dadas em garantia às GOL SSNs com vencimento em 2026, com

Notas Explicativas

- juros remuneratórios de 8,0% (“GOL SSNs com vencimento em 2026”) (“Garantias GOL”)
 - o IPCo: a Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. irá transferir as Garantias PI da Smiles disponíveis para uma subsidiária integral brasileira (“IPCo”), sendo que as Garantias PI da Smiles remanescentes e disponíveis serão transferidas para IPCo até 31 de dezembro de 2023 e a GOL entrará em determinados contratos com a Abra e a IPCo que determinarão que a Smiles seja o único e exclusivo programa de fidelidade da GOL
 - o *Covenants*: outros *covenants* protetivos para uma emissão de valores mobiliários desta natureza, em linha com os *covenants* das dívidas da GOL atualmente existentes
- Sujeito a certas condições e aprovações, a Abra poderá solicitar a permuta de GOL SSNs com vencimento em 2028 por GOL ESSNs com vencimento em 2028. Os termos das GOL ESSNs com vencimento em 2028 são:
 - o Montante total do principal: equivalente ao das GOL SSNs com vencimento em 2028
 - o Prazo: 2º de março de 2028
 - o Juros: 18%, dos quais, 4,5% serão pagos em dinheiro e 13,5% capitalizados
 - o Prêmio de conversão: 35% que mediante a satisfação de certas condições pode ser reduzido para 15%
 - o Garantias: As mesmas que garantem as GOL SSNs com vencimento em 2028 o Vencimento antecipado: em 2024 ou 2025, previamente às datas de vencimento das GOL *Exchangable Senior Notes* com vencimento em 2024 com juros remuneratórios de 3,75% (“GOL SENS com vencimento em 2024”), das GOL *Senior Notes* com vencimento em 2025 com juros remuneratórios de 7,0% (“GOL SNs com vencimento em 2025”) e das GOL *Senior Secured Notes* com vencimento em 2026 (“GOL SSNs com vencimento em 2026”), respectivamente, em cada caso, se restar em circulação mais de 10% de tais *bonds*
 - o *Covenants*: mesmos *covenants* protetivos aplicáveis às GOL SSNs com vencimento em 2028

Resultados do *Support Agreement*

- Certos acionistas da Abra investiram US\$172,5 milhões em dinheiro, o Grupo Ad-Hoc investiu US\$329,9 milhões em dinheiro e o Grupo Não AHC investiu US\$49,5 milhões em dinheiro para apoiar a transação, representando, em conjunto, um investimento em dinheiro de US\$551,9 milhões.
- O Grupo Ad-Hoc e o Grupo Não AHC entregaram US\$1.077 milhões de valor nominal em *bonds* de emissão da GOL à Abra a um preço médio de 71 centavos de dólar norte-americanos.
- Os *bonds* da GOL entregues pelos membros do Grupo Ad-Hoc e do Grupo Não AHC representam 83% das GOL SENS com vencimento em 2024, 47% das GOL SNs com vencimento em 2025, 61% das GOL SSNs com vencimento em 2026 e 10% dos Bônus Perpétuos da GOL.
- Os montantes acima mencionados satisfizeram integralmente as condições precedentes associadas ao requisito mínimo de caixa e ao requisito mínimo de *bonds* entregues, conforme previsto no *Support Agreement*, e atende aos limites exigidos para eliminar certos *covenants* e modificar a escritura de emissão referente às GOL SSNs com vencimento em 2026 no que diz respeito à mesma, para encerrar a transação.
- Além disso, os montantes investidos estão em conformidade com o limite máximo de aquisição previsto no *Support Agreement*, conforme alterado.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que, conforme balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava patrimônio líquido negativo, individual e consolidado, de R\$21.359 milhões, bem como o passivo circulante excedeu o total do ativo circulante, individual e consolidado, em R\$545 milhões e R\$10.868 milhões, respectivamente. Conforme apresentado na nota explicativa 1.3, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa 1.3, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

• Receitas de transporte de passageiros

Conforme mencionado na nota explicativa 28 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as receitas da Companhia decorrentes da prestação de serviços de transporte de passageiros foram de R\$14.621 milhões. Conforme divulgado na nota explicativa 4.17.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as receitas decorrentes da prestação de serviços de transporte de passageiros são reconhecidas quando o serviço de transporte é prestado.

O processo de reconhecimento da receita oriunda do transporte de passageiros é altamente dependente de sistemas de tecnologia da informação e ocorre em grande volume. Esse processo também considera outros aspectos complexos que podem afetar o reconhecimento de receita, tais como o registro de bilhetes vendidos e não voados, créditos aos passageiros referentes às passagens não utilizadas, registro da obrigação de desempenho do programa de fidelidade, entre outros. Portanto, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, execução de procedimentos de auditoria para teste dos registros contábeis oriundos de transações obtidas dos sistemas de tecnologia da informação; execução de procedimentos de análise de dados, incluindo a correlação entre receitas e o caixa auferido; realização de testes de detalhes; teste da reconciliação dos registros contábeis com os relatórios de receitas de transporte de passageiros voados e passivos relacionados a bilhetes vendidos e não voados. Avaliamos também a adequação das divulgações nas respectivas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2022.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados para o reconhecimento de receitas decorrentes do serviço de transporte de passageiros e os passivos relacionados a bilhetes vendidos não voados, consideramos que os critérios adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 4.17.1 e 28, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

- Provisão para devolução de aeronaves e motores

Conforme mencionado na nota explicativa 22 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2022, o saldo da provisão para devoluções de aeronaves e motores da Companhia referentes à contratos de arrendamentos era de R\$2.601 milhões. Conforme descrito nas notas explicativas 4.15.1 e 22.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, determinados contratos de arrendamentos contêm cláusulas de obrigações da Companhia para cumprimento de certas condições de devolução ao final dos respectivos contratos de arrendamento. A Companhia estima os custos de devolução das aeronaves e motores referentes aos contratos de arrendamentos levando em consideração a utilização efetiva das aeronaves e motores, eventos de manutenção durante o período contratual, entre outras variáveis.

Os procedimentos de auditoria sobre a provisão para devoluções de aeronaves e motores envolveram julgamentos significativos de nossa parte devido à incerteza e complexidade existentes para estimar os valores que seriam devidos quando da devolução, que levam em consideração padrões de utilização dos equipamentos e respectivos custos para mensuração da provisão. Portanto, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, avaliação da estimativa considerada pela Companhia para registrar a provisão para devoluções de aeronaves e motores através do teste de uma amostra de contratos de arrendamentos com cláusulas de condições de devolução; comparação dos planos da administração para utilização futura das aeronaves e motores com os respectivos padrões históricos de utilização; avaliação do processo de estimativa dos custos de manutenção de aeronaves e motores, conforme seus preços de mercado; avaliação da adequação das divulgações nas respectivas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2022.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para devoluções de aeronaves e motores, que está consistente com a avaliação da Companhia, consideramos que os critérios e premissas utilizados para a determinação da referida provisão adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 4.15.1, 22 e 22.2, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 14 de março de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no

trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de março de 2023.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Uilian Dias Castro de Oliveira
Contador CRC SP-223185/O

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e as respectivas Notas Explicativas, individuais e consolidados, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, e acompanhado pelo relatório dos Auditores Independentes, é de opinião que as citadas peças refletem adequadamente a situação patrimonial e a posição econômico-financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, reconhecendo que estão em condições de serem deliberadas pela Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 21 de março de 2023.

Renato Chiodaro
Presidente do Conselho Fiscal

Marcelo Moraes
Membro do Conselho Fiscal

Carla Andrea Furtado Coelho
Membro do Conselho Fiscal

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") é um órgão estatutário vinculado ao Conselho de Administração da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. ("Companhia"), sendo composto por três membros independentes que integram o Conselho de Administração, os quais são eleitos pelos conselheiros anualmente, sendo um desses membros qualificado como Especialista Financeiro. O CAE tem como principais funções, nos termos do seu regimento interno: supervisionar a qualidade e a integridade dos relatórios e demonstrações financeiras, a aderência às normas legais, regulatórias e estatutárias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos, políticas e procedimentos de controles internos e as atividades dos auditores internos. Adicionalmente, o CAE supervisiona os trabalhos dos auditores independentes, incluindo a sua independência, a qualidade e a adequação dos serviços prestados, além de eventuais divergências de opiniões com a administração e aprova os honorários cobrados por esses. Fiscaliza a disposição dos auditores independentes sobre o seu registro e o exercício da atividade de auditoria no âmbito do mercado brasileiro de valores mobiliários (CVM), além de desempenhar a função de Audit Committee, atendendo ao disposto na Sarbanes Oxley Act, a qual a Companhia está sujeita por ser uma sociedade registrada na Securities and Exchange Commission ("SEC"). As transações com as partes relacionadas, as atividades relacionadas ao monitoramento de riscos e "compliance" e o funcionamento do canal de reclamações e denúncias instalado também são supervisionados pelo CAE.

As atividades desenvolvidas pelo CAE, por meio da realização de 6 reuniões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 compreendem:

- O coordenador do CAE estabeleceu as pautas e presidiu as reuniões do CAE;
- Avaliou o plano anual de trabalho e discutiu os resultados das atividades desempenhadas pelos auditores independentes referentes ao exercício de 2022;
- Supervisionou as atividades e o desempenho da auditoria interna da Companhia, analisando o plano anual de trabalho, discutindo o resultado das atividades desempenhadas e das revisões efetuadas. Os assuntos levantados pela auditoria interna sobre melhorias no ambiente de controles internos são discutidos com os gestores/diretores responsáveis com o objetivo de serem implementadas melhorias contínuas.
- Supervisionou e analisou a eficácia, qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos, a fim de, entre outros, monitorar o cumprimento das disposições relacionadas à integridade das demonstrações financeiras, incluindo as informações financeiras trimestrais e outras demonstrações intermediárias;
- Supervisionou em conjunto com a Administração e a auditoria interna os contratos de naturezas diversas entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e o acionista controlador, de outro lado, para verificar adequação às políticas e controles da Companhia com relação às operações com partes relacionadas;
- Reuniu-se com os auditores independentes, Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., para propósitos de cumprimento com as exigências da CVM e da U.S. Securities and Exchange Commission, tendo sido tratados, dentre outros, os seguintes temas: a contratação, o relacionamento e a comunicação entre o CAE e os auditores externos, escopo dos trabalhos dos auditores, bem como as conclusões apresentadas por meio da execução do plano de trabalho dos auditores independentes; e
- Elaborou o relatório de atividades e o funcionamento do CAE durante o ano de 2022, seguindo as boas práticas de governança corporativa bem como a regulamentação aplicável.

Sistemas de Controles Internos

Com base na agenda definida para o exercício de 2022, o CAE tratou dos principais temas relacionados aos controles internos da Companhia, avaliando as ações de mitigação de riscos e o comprometimento dos integrantes da alta administração com o seu aperfeiçoamento contínuo.

Como resultado das reuniões com as áreas internas da Companhia, o Comitê de Auditoria Estatutário teve a oportunidade de oferecer ao Conselho de Administração sugestões de melhoria nos processos, supervisionando os resultados já obtidos em 2022.

Com base nos trabalhos desenvolvidos ao longo do ano, o CAE julga que o sistema de controles internos da Companhia e de suas controladas é adequado ao porte e complexidade de seus negócios e estruturado de modo a garantir a eficiência das suas operações, dos sistemas que geram os relatórios financeiros, bem como a observância às normas internas e externas aplicáveis.

Gerenciamento de Riscos Corporativos

Os membros do CAE, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, receberam informações da Administração sobre os riscos corporativos relevantes, inclusive os riscos de continuidade, fazendo as suas avaliações e recomendações para aumentar a eficácia dos processos de gestão de risco, diretamente nas reuniões do Conselho de Administração, contribuindo e ratificando as ações implementadas em 2022.

Conclusão

O CAE julgou adequados os fatos que lhe foram submetidos por ocasião dos trabalhos executados e descritos no presente Relatório, recomendando, em seu parecer, a aprovação das demonstrações financeiras auditadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 21 de março de 2023.

Germán Pasquale Quiroga Vilardo
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

Marcela de Paiva Bomfim Teixeira
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

Philipp Schiemer
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância as disposições constantes da Resolução CVM nº80/2022, os diretores declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 21 de março de 2023.

Celso Ferrer
Diretor Presidente

Richard Freeman Lark Jr.
Diretor Vice-Presidente Financeiro e DRI

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância as disposições constantes da Resolução CVM nº80/2022, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com a opinião expressa pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., no relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 21 de março de 2023.

Celso Ferrer
Diretor Presidente

Richard Freeman Lark Jr.
Diretor Vice-Presidente Financeiro e DRI

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	10
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	11
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	12
Demonstração de Valor Adicionado	13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
Balanço Patrimonial Passivo	16
Demonstração do Resultado	19
Demonstração do Resultado Abrangente	21
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	22

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	25
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	26
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	27
Demonstração de Valor Adicionado	28

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	30

Notas Explicativas	34

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	115
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	119
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	120
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	122

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	123

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.863.682.500
Preferenciais	336.919.404
Total	3.200.601.904
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	50.112
Total	50.112

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	8.432.674	7.752.912	7.934.342
1.01	Ativo Circulante	336.451	109.822	240.018
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	214.347	179	210.941
1.01.02	Aplicações Financeiras	3.826	4.814	4.377
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	3.826	4.814	4.377
1.01.02.01.03	Aplicações financeiras	3.826	4.814	4.377
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.222	3.975	10.159
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.222	3.975	10.159
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	1.222	3.975	10.159
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	117.056	100.854	14.541
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	116.976	100.854	14.541
1.01.08.01.02	Outros Créditos	102.473	63.858	14.458
1.01.08.01.03	Adiantamento a fornecedores e terceiros	14.503	36.996	83
1.01.08.03	Outros	80	0	0
1.01.08.03.02	Direitos com Operações de Derivativos	80	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	8.096.223	7.643.090	7.694.324
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.622.986	7.226.742	7.243.004
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	76.907	75.560
1.02.01.07.01	Impostos Diferidos	0	76.907	75.560
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	7.581.253	7.084.848	7.008.275
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	7.581.253	7.084.848	7.008.275
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	41.733	64.987	159.169
1.02.01.10.03	Depósitos	41.305	45.042	47.534
1.02.01.10.04	Aplicação Financeiras	0	1	1
1.02.01.10.05	Impostos e contribuições a recuperar	0	12.925	4.464
1.02.01.10.06	Outros Créditos e Valores	428	17	0
1.02.01.10.07	Direitos com operações de derivativos	0	7.002	107.170
1.02.03	Imobilizado	473.237	416.348	451.320

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	473.237	416.348	451.320

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	8.432.674	7.752.912	7.934.342
2.01	Passivo Circulante	1.135.445	654.475	335.247
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	15	132	180
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	15	132	180
2.01.02	Fornecedores	85.004	41.520	84.335
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	61.228	16.951	52.079
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	23.776	24.569	32.256
2.01.03	Obrigações Fiscais	279	478	585
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	279	478	585
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	279	478	585
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	758.410	274.733	164.304
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	758.410	274.733	164.304
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	758.410	274.733	164.304
2.01.05	Outras Obrigações	291.737	337.612	85.843
2.01.05.02	Outros	291.737	337.612	85.843
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	291.737	337.612	85.843
2.02	Passivo Não Circulante	30.464.343	28.457.252	28.652.773
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	8.800.461	10.149.073	9.857.264
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	8.800.461	10.149.073	9.857.264
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	8.800.461	10.149.073	9.857.264
2.02.02	Outras Obrigações	5.287.788	397.195	502.631
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	136.763	145.434	6.692
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	136.763	145.434	6.692
2.02.02.02	Outros	5.151.025	251.761	495.939
2.02.02.02.03	Fornecedores	0	0	16
2.02.02.02.04	Outras Obrigações	140.516	251.761	495.923
2.02.02.02.05	Obrigações com Operações de Derivativos	5.010.509	0	0
2.02.04	Provisões	16.376.094	17.910.984	18.292.878

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2.02.04.02	Outras Provisões	16.376.094	17.910.984	18.292.878
2.02.04.02.04	Provisão para Perda de Investimentos	16.376.094	17.910.984	18.292.878
2.03	Patrimônio Líquido	-23.167.114	-21.358.815	-21.053.678
2.03.01	Capital Social Realizado	4.042.131	4.040.397	4.039.115
2.03.01.01	Capital Social	4.040.661	4.040.397	4.039.112
2.03.01.03	Ações a Emitir	1.470	0	3
2.03.02	Reservas de Capital	398.129	1.139.658	167.197
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	82.356	955.744	11.020
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	178.065	83.229	83.229
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-1.709	-38.910	-41.514
2.03.02.07	Remuneração Baseada em Ações	139.417	139.595	114.462
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-26.990.640	-25.768.381	-24.206.908
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-150.168	-150.168	-150.168
2.03.06.02	Alteração de Participação Societária	-150.168	-150.168	-150.168
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-466.566	-620.321	-902.914
2.03.08.01	Resultado não realizado de hedge	-360.777	-613.353	-918.801
2.03.08.02	Benefício pós- emprego	-37.162	-2.659	14.855
2.03.08.03	Outros Resultados abrangentes	-68.627	-4.309	1.032

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.516.332	-1.212.255	-6.560.702
3.04.01	Despesas com Vendas	-261	-324	-442
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-122.500	-53.553	-172.397
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	266.135	-102.928	6.299
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.372.958	-1.055.450	-6.394.162
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.516.332	-1.212.255	-6.560.702
3.06	Resultado Financeiro	-2.648.290	-350.565	-682.904
3.06.01	Receitas Financeiras	-1.257.426	232.642	356.644
3.06.01.01	Receitas Financeiras	509.393	190.617	156.377
3.06.01.02	Instrumentos financeiros derivativos	-1.766.819	42.025	200.267
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.390.864	-583.207	-1.039.548
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-1.696.004	-847.108	-787.217
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	305.140	263.901	-252.331
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.131.958	-1.562.820	-7.243.606
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-90.301	1.347	22.068
3.08.01	Corrente	-13.394	0	0
3.08.02	Diferido	-76.907	1.347	22.068
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.222.259	-1.561.473	-7.221.538
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-1.222.259	-1.561.473	-7.221.538
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,083	-0,109	-0,545
3.99.01.02	PN	-2,92	-3,822	-19,157
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-0,083	-0,109	-0,545
3.99.02.02	PN	-2,92	-3,822	-19,157

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	-1.222.259	-1.561.473	-7.221.538
4.02	Outros Resultados Abrangentes	153.755	282.593	434.267
4.02.01	Hedges de Fluxo de Caixa	252.576	305.448	392.275
4.02.03	Perdas atuariais de benefícios pós-emprego	-34.503	-17.514	41.524
4.02.04	Ajuste acumulado de conversão em controladas	-64.318	-5.341	468
4.03	Resultado Abrangente do Período	-1.068.504	-1.278.880	-6.787.271

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-774.900	-930.467	-438.330
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.630.973	1.333.040	7.005.446
6.01.01.05	Impostos diferidos	76.907	-1.347	-22.068
6.01.01.06	Equivalência Patrimonial	-1.372.958	1.055.450	6.394.162
6.01.01.08	Variações cambiais e monetárias, líquidas	-307.530	-249.286	227.417
6.01.01.10	Juros sobre empréstimos, arrendamentos e outras operações	1.679.597	674.959	608.315
6.01.01.13	Resultado de derivativos reconhecidos no resultado	1.592.775	-42.025	-200.267
6.01.01.17	Deságio em recompra de títulos	-37.818	0	0
6.01.01.18	Sale-leaseback – Retroarrendamentos	0	-104.711	-2.113
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.183.614	-702.034	-222.238
6.01.02.02	Aplicações financeiras	1.470	-437	9.265
6.01.02.05	Depósitos	3.737	2.311	82.812
6.01.02.07	Fornecedores	-46.733	-43.073	11.387
6.01.02.12	Obrigações trabalhistas	-117	-48	-1
6.01.02.14	Impostos a recolher	-199	5	293
6.01.02.15	Adiantamento a fornecedores e terceiros	22.493	-36.913	10.358
6.01.02.16	Outros créditos e obrigações, líquido	-196.145	44.090	260.934
6.01.02.17	Juros pagos	-983.798	-665.580	-601.060
6.01.02.18	Imposto de renda pago	0	-112	0
6.01.02.19	Impostos a recuperar	15.678	-2.277	3.774
6.01.03	Outros	-1.222.259	-1.561.473	-7.221.538
6.01.03.01	(Prejuízo) Lucro líquido do período	-1.222.259	-1.561.473	-7.221.538
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-823.188	-375.792	-1.938.658
6.02.01	Recebimento (pagamento) de mútuo de partes relacionadas	-744.661	766.753	-1.537.889
6.02.05	Recebimento de recursos pela operação retroarrendamento	0	69.819	287.128
6.02.06	Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada	0	0	-307.350
6.02.07	Adiantamento para aquisição de imobilizado, líquido	0	-83.797	-382.660
6.02.08	Recebimento de vendas de aeronaves	0	0	2.113

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.02.09	Aporte de capital em controlada	0	-1.128.567	0
6.02.11	Aquisição de imobilizado	-78.527	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.822.573	1.082.811	2.190.231
6.03.01	Captações de Empréstimos e Financiamentos	1.886.294	0	2.267.646
6.03.03	Emissão de bônus de subscrição	94.836	0	0
6.03.05	Aumento de Capital	1.734	947.543	420.734
6.03.07	Ações a Emitir	0	0	926
6.03.08	Alienação de ações em tesouraria	0	16	588
6.03.09	Pagamento de Empréstimos	-161.868	0	-499.663
6.03.12	Mútuos com partes relacionadas	1.577	135.252	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-10.317	12.686	-26.239
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	214.168	-210.762	-212.996
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	179	210.941	423.937
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	214.347	179	210.941

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.040.397	1.139.658	0	-25.768.381	-770.489	-21.358.815
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-1.222.259	0	-1.222.259
5.02.01	Prejuízo do exercício	0	0	0	-1.222.259	0	-1.222.259
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.040.397	1.139.658	0	-26.990.640	-770.489	-22.581.074
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.734	8.177	0	0	0	9.911
5.04.08	Aumento de capital por exercício de opção de compra de ações	1.734	0	0	0	0	1.734
5.04.11	Opção de compra de ações	0	8.177	0	0	0	8.177
5.05	Resultado Abrangente Total	0	-844.542	0	0	153.755	-690.787
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-844.542	0	0	153.755	-690.787
5.05.02.08	Outros Resultados abrangentes	0	0	0	0	153.755	153.755
5.05.02.09	Resultado de valor justo em transação com acionista controlador	0	-844.542	0	0	0	-844.542
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	94.836	0	0	0	94.836
5.06.04	Bônus de subscrição	0	94.836	0	0	0	94.836
5.07	Saldos Finais	4.042.131	398.129	0	-26.990.640	-616.734	-23.167.114

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.039.115	167.197	0	-24.206.908	-1.053.082	-21.053.678
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.039.115	167.197	0	-24.206.908	-1.053.082	-21.053.678
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.282	972.461	0	0	0	973.743
5.04.01	Aumentos de Capital	1.282	946.261	0	0	0	947.543
5.04.08	Opção de Compra de Ações	0	26.184	0	0	0	26.184
5.04.09	Venda de Ações em Tesouraria	0	16	0	0	0	16
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.561.473	282.593	-1.278.880
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.561.473	0	-1.561.473
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	282.593	282.593
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.040.397	1.139.658	0	-25.768.381	-770.489	-21.358.815

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.010.616	145.031	0	-16.985.370	-577.369	-14.407.092
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.010.616	145.031	0	-16.985.370	-577.369	-14.407.092
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.028.499	22.166	0	0	-909.980	140.685
5.04.01	Aumentos de Capital	1.030.376	0	0	0	-909.980	120.396
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-1.877	0	0	0	0	-1.877
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	21.578	0	0	0	21.578
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	588	0	0	0	588
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-7.221.538	434.267	-6.787.271
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-7.221.538	0	-7.221.538
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	434.267	434.267
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.039.115	167.197	0	-24.206.908	-1.053.082	-21.053.678

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	273.965	109.331	6.669
7.01.02	Outras Receitas	273.965	109.331	6.669
7.01.02.02	Outras Receitas (Despesas) Operacionais	273.965	109.331	6.669
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-124.713	-259.949	-160.187
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-124.452	-259.664	-159.818
7.02.04	Outros	-261	-285	-369
7.02.04.01	Comerciais e Publicidade	-261	-285	-369
7.03	Valor Adicionado Bruto	149.252	-150.618	-153.518
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	149.252	-150.618	-153.518
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-42.326	-806.287	-5.902.970
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.372.957	-1.055.450	-6.394.162
7.06.02	Receitas Financeiras	351.536	207.138	290.925
7.06.03	Outros	-1.766.819	42.025	200.267
7.06.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	-1.766.819	42.025	200.267
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	106.926	-956.905	-6.056.488
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	106.926	-956.905	-6.056.488
7.08.01	Pessoal	4.113	5.205	11.373
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.113	5.205	11.373
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	94.802	4.474	-16.687
7.08.02.01	Federais	94.802	4.474	-16.687
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.230.270	594.889	1.170.364
7.08.03.01	Juros	1.230.264	594.849	1.170.364
7.08.03.03	Outras	6	40	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.222.259	-1.561.473	-7.221.538
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.222.259	-1.561.473	-7.221.538

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	16.726.194	16.970.285	14.402.343
1.01	Ativo Circulante	3.028.253	2.993.543	2.688.041
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	323.928	169.035	486.258
1.01.02	Aplicações Financeiras	315.901	404.113	291.363
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	315.901	404.113	291.363
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	315.901	404.113	291.363
1.01.03	Contas a Receber	825.196	887.734	850.683
1.01.03.01	Clientes	825.196	887.734	850.683
1.01.04	Estoques	397.216	438.865	269.585
1.01.06	Tributos a Recuperar	165.157	195.175	176.391
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	165.157	195.175	176.391
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	165.157	195.175	176.391
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.000.855	898.621	613.761
1.01.08.03	Outros	1.000.855	898.621	613.761
1.01.08.03.01	Depósitos	264.524	380.267	191.184
1.01.08.03.03	Outros Créditos e valores	304.385	199.446	147.299
1.01.08.03.04	Direitos com Operações de Derivativos	810	16.250	4.936
1.01.08.03.05	Adiantamento a fornecedores e terceiros	431.136	302.658	270.342
1.02	Ativo Não Circulante	13.697.941	13.976.742	11.714.302
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.572.441	2.525.057	2.215.923
1.02.01.07	Tributos Diferidos	155	77.251	75.799
1.02.01.07.01	Impostos Diferidos	155	77.251	75.799
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.572.286	2.447.806	2.140.124
1.02.01.10.03	Aplicações Financeiras	142.636	19.305	82.326
1.02.01.10.04	Depósitos	2.291.413	2.279.503	1.757.842
1.02.01.10.05	Outros Créditos e Valores	22.645	33.187	41.718
1.02.01.10.06	Direitos com operações de derivativos	0	13.006	109.124
1.02.01.10.07	Impostos e contribuições a recuperar	14.077	53.107	72.976

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1.02.01.10.08	Adiantamento a fornecedores e terceiros	101.515	49.698	76.138
1.02.03	Imobilizado	9.187.700	9.588.696	7.675.170
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9.187.700	9.588.696	7.675.170
1.02.04	Intangível	1.937.800	1.862.989	1.823.209
1.02.04.01	Intangíveis	1.937.800	1.862.989	1.823.209
1.02.04.01.02	Intangível	1.937.800	1.862.989	1.823.209

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	16.726.194	16.970.285	14.402.343
2.01	Passivo Circulante	13.001.593	13.861.247	11.081.794
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	647.729	600.451	374.576
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	647.729	600.451	374.576
2.01.02	Fornecedores	2.000.079	2.274.503	1.820.056
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.672.615	1.813.369	1.322.179
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	327.464	461.134	497.877
2.01.03	Obrigações Fiscais	205.261	258.811	122.036
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	205.261	258.811	122.036
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a Recolher	205.261	258.811	122.036
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.261.554	1.126.629	634.614
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	913.940	486.583	525.095
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	36.632	76.710	48.239
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	877.308	409.873	476.856
2.01.04.02	Debêntures	347.614	640.046	109.519
2.01.04.02.01	Debêntures	347.614	640.046	109.519
2.01.05	Outras Obrigações	8.149.334	8.966.033	7.653.188
2.01.05.02	Outros	8.149.334	8.966.033	7.653.188
2.01.05.02.04	Taxas e Tarifas Aeroportuárias	1.018.915	1.173.158	911.174
2.01.05.02.05	Transportes a Executar	3.130.772	3.502.556	2.670.469
2.01.05.02.06	Programa de Milhagem	1.765.664	1.576.849	1.298.782
2.01.05.02.07	Adiantamentos de Clientes	148.712	354.904	237.092
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	296.823	379.848	455.251
2.01.05.02.09	Obrigações com operações de derivativos	8.929	519	0
2.01.05.02.10	Arrendamentos operacionais	1.739.642	1.948.258	2.057.687
2.01.05.02.11	Fornecedores - Risco Sacado	39.877	29.941	22.733
2.01.06	Provisões	737.636	634.820	477.324
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	737.636	634.820	477.324

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2.01.06.01.05	Provisões para devolução de aeronaves e motores	737.636	634.820	477.324
2.02	Passivo Não Circulante	26.891.715	24.467.853	24.374.227
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	9.322.035	10.858.262	11.265.416
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	8.802.604	10.426.289	10.210.167
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.143	39.071	9.757
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	8.800.461	10.387.218	10.200.410
2.02.01.02	Debêntures	519.431	431.973	1.055.249
2.02.01.02.01	Debêntures	519.431	431.973	1.055.249
2.02.02	Outras Obrigações	14.690.972	10.678.254	9.998.402
2.02.02.02	Outros	14.690.972	10.678.254	9.998.402
2.02.02.02.03	Programa de Milhagem	239.209	292.455	318.349
2.02.02.02.04	Obrigações Fiscais	338.551	265.112	24.414
2.02.02.02.05	Outras obrigações	206.313	312.323	568.449
2.02.02.02.06	Obrigações Trabalhistas	495.968	285.736	25.919
2.02.02.02.07	Arrendamentos operacionais	7.701.733	9.258.701	8.705.297
2.02.02.02.08	Fornecedores	93.162	45.451	78.914
2.02.02.02.09	Taxas e tarifas aeroportuárias	605.527	218.459	277.060
2.02.02.02.10	Obrigações com operações de derivativos	5.010.509	17	0
2.02.03	Tributos Diferidos	198.517	36.354	411
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	198.517	36.354	411
2.02.04	Provisões	2.680.191	2.894.983	3.109.998
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.029.118	928.608	907.489
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	246.449	224.025	168.360
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	442.768	425.711	475.191
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	170.584	113.397	75.439
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	169.317	165.475	188.499
2.02.04.02	Outras Provisões	1.651.073	1.966.375	2.202.509
2.02.04.02.05	Provisões para devolução de aeronaves e motores	1.651.073	1.966.375	2.202.509

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-23.167.114	-21.358.815	-21.053.678
2.03.01	Capital Social Realizado	4.042.131	4.040.397	4.039.115
2.03.01.01	Capital Social	4.040.661	4.040.397	4.039.112
2.03.01.02	Ações a Emitir	1.470	0	3
2.03.02	Reservas de Capital	398.129	1.139.658	167.197
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	82.356	955.744	11.020
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	178.065	83.229	83.229
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-1.709	-38.910	-41.514
2.03.02.07	Remuneração Baseada em Ações	139.417	139.595	114.462
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-26.990.640	-25.768.381	-24.206.908
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-150.168	-150.168	-1.054.114
2.03.06.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-918.801
2.03.06.02	Alteração de Participação Societária	-150.168	-150.168	-150.168
2.03.06.03	Benefício pós-emprego	0	0	14.855
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-466.566	-620.321	1.032
2.03.08.01	Resultado não realizado de hedge	-360.777	-613.353	1.032
2.03.08.02	Benefício pós- emprego	-37.162	-2.659	0
2.03.08.03	Outros Resultados abrangentes	-68.627	-4.309	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	18.774.024	15.198.725	7.433.384
3.01.01	Transporte de Passageiros	17.251.510	14.153.076	6.880.135
3.01.02	Transporte de Cargas e Outros	1.522.514	1.045.649	553.249
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-12.978.655	-12.048.951	-8.593.696
3.03	Resultado Bruto	5.795.369	3.149.774	-1.160.312
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.456.391	-2.592.660	-2.674.283
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.258.243	-1.105.732	-583.684
3.04.01.01	Despesas Comerciais	-1.258.243	-1.105.732	-583.684
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.093.369	-1.646.182	-2.051.376
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	895.221	159.254	-39.223
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.338.978	557.114	-3.834.595
3.06	Resultado Financeiro	-4.295.759	-2.074.789	-3.541.632
3.06.01	Receitas Financeiras	-1.228.069	113.891	247.546
3.06.01.01	Receitas com Financeiras	572.261	116.517	48.794
3.06.01.02	Instrumentos financeiros derivativos	-1.800.330	-2.626	198.752
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.067.690	-2.188.680	-3.789.178
3.06.02.01	Variação Cambial Líquida	1.177.292	1.328.204	-1.588.133
3.06.02.02	Despesas Financeiras	-4.244.982	-3.516.884	-2.201.045
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-956.781	-1.517.675	-7.376.227
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-265.478	-43.798	192.423
3.08.01	Corrente	-23.317	-9.302	-48.862
3.08.02	Diferido	-242.161	-34.496	241.285
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.222.259	-1.561.473	-7.183.804
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-1.222.259	-1.561.473	-7.183.804
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-1.222.259	-1.561.473	-7.221.538
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	0	37.734
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.99.01.01	ON	-0,083	-0,109	-0,545
3.99.01.02	PN	-2,92	-3,822	-19,157
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-0,083	-0,109	-0,545
3.99.02.02	PN	-2,92	-3,822	-19,157

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-1.222.259	-1.561.473	-7.183.804
4.02	Outros Resultados Abrangentes	153.755	282.593	434.538
4.02.01	Hedges de Fluxo de Caixa	252.576	305.448	392.275
4.02.03	Perdas Atuariais de benefícios pós-emprego	-34.503	-17.514	41.524
4.02.04	Ajuste acumulado de conversão em controladas	-64.318	-5.341	739
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-1.068.504	-1.278.880	-6.749.266
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-1.068.504	-1.278.880	-6.787.271
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	0	38.005

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.821.748	2.168.772	705.562
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	5.972.936	3.266.973	6.674.627
6.01.01.01	Depreciação e amortização	1.667.259	1.720.134	1.335.813
6.01.01.02	Reversão de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	-3.386	3.268	1.233
6.01.01.03	Baixa de imobilizado e intangível	8.012	68.276	3.881
6.01.01.04	Provisão para obsolescência de estoque	597	4.876	687
6.01.01.05	Provisão para perda com adiantamento de fornecedores	0	-1.091	-4.364
6.01.01.06	Ajuste a valor presente de ativos e passivos	106.570	239.777	65.818
6.01.01.07	Impostos diferidos	242.161	34.496	-241.285
6.01.01.09	Remuneração baseada em ações	8.177	26.184	21.841
6.01.01.11	Variações cambiais e monetárias, líquidas	-1.184.466	-1.327.272	1.462.918
6.01.01.12	Sale-leaseback – Retroarrendamentos	-428.578	-140.368	-5.913
6.01.01.13	Juros sobre empréstimos, arrendamentos e outras	2.929.316	2.409.208	1.776.717
6.01.01.14	Deságio em recompra de títulos	-37.818	0	0
6.01.01.15	Reversão de provisão para reserva de manutenção	0	-37.005	13.574
6.01.01.16	Resultados de derivativos reconhecidos no resultado	1.722.816	172.506	-131.144
6.01.01.17	Constituição (reversão) de provisão	969.091	278.382	2.408.648
6.01.01.18	Alteração contratual de arrendamentos	3.593	-176.667	-27.701
6.01.01.20	Outras Provisões	-30.408	-7.731	-6.096
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.928.929	463.272	1.214.739
6.01.02.01	Contas a receber	63.309	-44.458	-111.571
6.01.02.02	Aplicações financeiras	-125.736	-98.500	50.832
6.01.02.03	Impostos a recuperar	69.048	1.085	255.992
6.01.02.04	Estoques	-241.298	-174.156	-74.634
6.01.02.05	Depósitos	-57.172	-307.819	159.896
6.01.02.06	Arrendamentos variáveis	-522	2.399	16.652
6.01.02.07	Fornecedores	-275.859	445.787	241.800
6.01.02.08	Fornecedores – Risco sacado	9.936	7.208	22.733

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01.02.09	Transportes a executar	-371.784	832.087	619.670
6.01.02.10	Programa de milhagem	135.569	252.173	36.169
6.01.02.11	Adiantamento de clientes	-206.192	117.812	209.195
6.01.02.12	Obrigações trabalhistas	257.510	485.692	65.825
6.01.02.13	Taxas e tarifas aeroportuárias	232.825	203.383	280.276
6.01.02.14	Impostos a recolher	19.889	378.030	83.430
6.01.02.15	Obrigações com operações de derivativos	-5.702	-53.200	128.415
6.01.02.16	Imposto de renda pago	0	-557	-42.956
6.01.02.17	Adiantamento a fornecedores e terceiros	-180.295	-4.785	66.354
6.01.02.18	Provisões	-1.077.881	-444.358	-507.158
6.01.02.19	Juros pagos	-1.104.003	-971.008	-704.409
6.01.02.20	Outros créditos (obrigações)	-70.571	-163.543	418.228
6.01.03	Outros	-1.222.259	-1.561.473	-7.183.804
6.01.03.01	Prejuízo Líquido do Período	-1.222.259	-1.561.473	-7.183.804
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-871.989	-787.510	-179.622
6.02.01	Aplicações Financeiras da Subsidiária Smiles	0	0	594.300
6.02.02	Adiantamento para aquisição de imobilizado, líquido	0	-92.811	-319.927
6.02.06	Aquisição de imobilizado	-703.972	-645.056	-315.995
6.02.07	Aquisição de intangível	-168.017	-119.462	-152.584
6.02.08	Recebimento de venda de aeronaves	0	69.819	14.584
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-626.458	-1.673.546	-672.023
6.03.01	Captações de Empréstimos	1.990.671	110.000	2.893.170
6.03.03	Pagamentos de Empréstimos	-665.633	-373.764	-1.533.575
6.03.04	Alienação de ações em tesouraria	0	16	588
6.03.05	Pagamentos de Arrendamentos	-2.048.066	-2.357.341	-1.449.285
6.03.06	Dividendos e JSCP pagos a acionistas não controladores da Smiles	0	0	-260.131
6.03.07	Aquisição de participação de não controladores	0	0	-744.450
6.03.08	Aumento de Capital de Acionistas não Controladores	1.734	947.543	420.734

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.03.10	Bônus de Subscrição	94.836	0	0
6.03.13	Transações com partes relacionadas	0	0	926
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-168.408	-24.939	-30.489
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	154.893	-317.223	-176.572
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	169.035	486.258	662.830
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	323.928	169.035	486.258

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.040.397	1.139.658	0	-25.768.381	-770.489	-21.358.815	0	-21.358.815
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-1.222.259	0	-1.222.259	0	-1.222.259
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.040.397	1.139.658	0	-26.990.640	-770.489	-22.581.074	0	-22.581.074
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.734	8.177	0	0	0	9.911	0	9.911
5.04.08	Aumento de capital por exercício de opção de compra de ações	1.734	0	0	0	0	1.734	0	1.734
5.04.10	Opção de compra de ações	0	8.177	0	0	0	8.177	0	8.177
5.05	Resultado Abrangente Total	0	-844.542	0	0	153.755	-690.787	0	-690.787
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-844.542	0	0	153.755	-690.787	0	-690.787
5.05.02.08	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	153.755	153.755	0	153.755
5.05.02.09	Resultado de valor justo em transação com acionista controlador	0	-844.542	0	0	0	-844.542	0	-844.542
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	94.836	0	0	0	94.836	0	94.836
5.06.04	Bônus de subscrição	0	94.836	0	0	0	94.836	0	94.836
5.07	Saldos Finais	4.042.131	398.129	0	-26.990.640	-616.734	-23.167.114	0	-23.167.114

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.039.115	167.197	0	-24.206.908	-1.053.082	-21.053.678	0	-21.053.678
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.039.115	167.197	0	-24.206.908	-1.053.082	-21.053.678	0	-21.053.678
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.282	972.461	0	0	0	973.743	0	973.743
5.04.01	Aumentos de Capital	1.282	946.261	0	0	0	947.543	0	947.543
5.04.08	Opção de Compra de Ações	0	26.184	0	0	0	26.184	0	26.184
5.04.09	Venda de Ações em Tesouraria	0	16	0	0	0	16	0	16
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.561.473	282.593	-1.278.880	0	-1.278.880
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.561.473	0	-1.561.473	0	-1.561.473
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	282.593	282.593	0	282.593
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.040.397	1.139.658	0	-25.768.381	-770.489	-21.358.815	0	-21.358.815

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.010.616	145.031	0	-16.985.370	-577.369	-14.407.092	640.033	-13.767.059
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.010.616	145.031	0	-16.985.370	-577.369	-14.407.092	640.033	-13.767.059
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.028.499	22.166	0	0	-909.980	140.685	-678.038	-537.353
5.04.01	Aumentos de Capital	1.030.376	0	0	0	-909.980	120.396	-441.309	-320.913
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-1.877	0	0	0	0	-1.877	0	-1.877
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	21.578	0	0	0	21.578	263	21.841
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	588	0	0	0	588	0	588
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-236.992	-236.992
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-7.221.538	434.267	-6.787.271	38.005	-6.749.266
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-7.221.538	0	-7.221.538	37.734	-7.183.804
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	434.267	434.267	271	434.538
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.039.115	167.197	0	-24.206.908	-1.053.082	-21.053.678	0	-21.053.678

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	19.928.507	16.303.561	7.987.415
7.01.02	Outras Receitas	19.925.121	16.306.829	7.988.648
7.01.02.01	Transporte de passageiros, cargas e outras receitas de passageiros	18.948.816	15.782.523	7.784.944
7.01.02.02	Outras receitas operacionais	976.305	524.306	203.704
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	3.386	-3.268	-1.233
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-12.063.686	-11.787.988	-8.056.535
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.087.599	-3.897.234	-4.897.043
7.02.04	Outros	-6.976.087	-7.890.754	-3.159.492
7.02.04.01	Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	-6.005.438	-7.022.730	-2.697.791
7.02.04.02	Seguros de aeronaves	-40.570	-45.405	-48.849
7.02.04.03	Comerciais e publicidade	-930.079	-822.619	-412.852
7.03	Valor Adicionado Bruto	7.864.821	4.515.573	-69.120
7.04	Retenções	-1.667.259	-1.720.134	-1.335.813
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.667.259	-1.720.134	-1.335.813
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	6.197.562	2.795.439	-1.404.933
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-1.377.471	145.250	444.759
7.06.02	Receitas Financeiras	422.859	147.876	246.007
7.06.03	Outros	-1.800.330	-2.626	198.752
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.820.091	2.940.689	-960.174
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.820.091	2.940.689	-960.174
7.08.01	Pessoal	2.136.125	1.935.169	1.774.086
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.775.966	1.592.698	1.485.392
7.08.01.02	Benefícios	228.104	221.790	207.339
7.08.01.03	F.G.T.S.	132.055	120.681	81.355
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	811.518	274.397	388.280
7.08.02.01	Federais	766.816	249.469	369.886
7.08.02.02	Estaduais	41.850	22.964	16.617
7.08.02.03	Municipais	2.852	1.964	1.777

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.094.707	2.292.596	4.061.264
7.08.03.01	Juros	2.781.685	1.983.084	3.956.461
7.08.03.02	Aluguéis	213.913	110.355	104.479
7.08.03.03	Outras	99.109	199.157	324
7.08.03.03.03	Outros	99.109	199.157	324
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.222.259	-1.561.473	-7.183.804
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.222.259	-1.561.473	-7.221.538
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	0	0	37.734

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em 2023, a Companhia permaneceu concentrada na eficiência operacional através de uma frota otimizada e uma gestão dos *yields*, além de se dedicar à entrega contínua de excelência nos produtos oferecidos aos Clientes.

- O número de Passageiro-Quilômetro Transportado Pago (RPK) reduziu 1,0%, enquanto o total de Assento-Quilômetro Ofertado (ASK) diminuiu 5,6%;
- A Receita Operacional Líquida aumentou 6,7% para R\$5,0 bilhões;
- A taxa de ocupação média (*load factor*) foi de 84,0%, um aumento de 3,9 p.p. A taxa de ocupação doméstica foi 83,8% (maior em 3,2 p.p.), enquanto a taxa de ocupação internacional foi de 85,7% (maior em 10,1 p.p.);
- A utilização das aeronaves operacionais aumentou em 0,9%, para 11,7 horas por dia;
- O número de passageiros transportados cresceu 0,6%, para 7,8 milhões;
- A Receita Líquida por Assento-Quilômetro Ofertado (RASK) evoluiu 13,1% para 47,0 centavos (R\$);
- O *yield* médio por passageiro cresceu 9,2%, atingindo o recorde para um quarto trimestre de 52,6 centavos (R\$);
- O Custo por Assento Quilômetro (CASK) para operações de passageiros diminuiu 1,9% para 35,31 centavos (R\$), enquanto o CASK Combustível diminuiu 18,5% para 13,25 centavos (R\$), devido à redução de 22,0% nos preços do querosene de aviação.
- O EBITDA recorrente foi R\$1,62 bilhão com margem de 32,0%, enquanto o EBIT recorrente foi de R\$1,2 bilhão com margem de 23,4%;
- O prejuízo, excluindo efeitos de variação cambial e marcação a mercado do componente derivativo do ESSN, no total de R\$ 1,1 bilhão, foi de R\$22 milhões;
- A relação dívida líquida ajustada sobre o EBITDA recorrente UDM foi de 3,7x em 31/12/2023, uma redução de 0,3x comparada a alavancagem em 30/09/2023.

1) EBITDA Recorrente - não houve eventos não recorrentes para o 4T23; (2) Caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, depósitos e contas a receber; (3) Dívida Líquida Ajustada/EBITDA UDM.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Indicadores Operacionais e Financeiros**

Dados de tráfego - GOL (em milhões)	4T23	4T22	% Var.
RPK GOL - Total	9.012	9.107	(1,0%)
RPK GOL - Mercado Doméstico	8.117	8.208	(1,1%)
RPK GOL - Mercado Internacional	895	899	(0,4%)
ASK GOL - Total	10.732	11.375	(5,6%)
ASK GOL - Mercado Doméstico	9.687	10.185	(4,9%)
ASK GOL - Mercado Internacional	1.045	1.189	(12,1%)
Taxa de Ocupação GOL - Total	84,0%	80,1%	3,9 p.p.
Taxa de Ocupação GOL - Mercado Doméstico	83,8%	80,6%	3,2 p.p.
Taxa de Ocupação GOL - Mercado Internacional	85,7%	75,6%	10,1 p.p.
Dados Operacionais	4T23	4T22	% Var.
Passageiros Pagantes - Pax Transportados ('000)	7.824	7.776	0,6%
Média de Utilização de Aeronaves (Horas/Dia)	11,7	11,6	0,9%
Decolagens	54.207	57.166	(5,2%)
Total de Assentos Disponibilizados ('000)	9.582	9.958	(3,8%)
Etapa Média de Voo (km)	1.105	1.130	(2,3%)
Litros Consumidos no Período (mm)	310	315	(1,3%)
Funcionários (no Final do Período)	13.701	14.048	(2,5%)
Frota Média Operacional ⁽¹⁾	101	110	(8,5%)
Pontualidade	86,7%	79,0%	7,7 p.p.
Regularidade	98,6%	98,3%	0,3 p.p.
Perda de Bagagem (por 1.000 pax)	2,69	2,66	1,1%
Dados Financeiros	4T23	4T22	% Var.
YIELD Líquido (R\$ centavos)	52,61	48,16	9,2%
PRASK Líquido (R\$ centavos)	44,18	38,56	14,6%
RASK Líquido (R\$ centavos)	46,98	41,55	13,1%
CASK (R\$ centavos)	35,99	36,00	(0,1%)
CASK Ex-Combustível (R\$ centavos)	22,74	19,75	15,1%
CASK oper. de passageiros (R\$ centavos) ⁽²⁾	35,31	36,00	(1,9%)
CASK oper. de passageiros ex-combustível (R\$ centavos) ⁽²⁾	22,48	19,75	13,8%
Breakeven da Taxa de Ocupação Recorrente	64,3%	68,1%	(3,8 p.p.)
Taxa de Câmbio Média ⁽³⁾	4,95	5,26	(5,9%)
Taxa de Câmbio no Final do Período ⁽³⁾	4,84	5,22	(7,3%)
WTI (Média por Barril, US\$) ⁽⁴⁾	78,32	82,64	(5,2%)
Preço por Litro de Combustível (R\$) ⁽⁵⁾	4,67	5,99	(22,0%)
Combustível Golfo do México (Média por Litro, US\$) ⁽⁴⁾	0,53	0,61	(13,1%)

(1) Frota média excluindo as aeronaves subarrendadas e em MRO. Alguns valores podem divergir das informações trimestrais - ITR devido a arredondamentos; (2) Exclui custos relacionados a operação da frota cargueira (3) Fonte: Banco Central do Brasil; (4) Fonte: Bloomberg; (5) Despesas com combustível excluindo resultados com hedge e créditos de PIS e COFINS/litros consumidos.

Mercado doméstico

A demanda GOL no mercado doméstico atingiu 8.117 milhões de RPK, uma redução de 1,1% comparado ao 4T22.

A oferta GOL no mercado doméstico por sua vez atingiu 9.687 milhões de ASK, representando um decréscimo de 4,9% ano contra ano.

A taxa de ocupação neste mercado foi de 83,8% e a Companhia transportou cerca de 7,4 milhões de Clientes no 4T23, um incremento de 0,4% comparativamente ao mesmo trimestre do ano anterior.

Mercado internacional

A oferta GOL no mercado internacional, medida em ASK, foi de 1.045 milhões, e a demanda (em RPK) foi de 895 milhões.

Neste período a GOL transportou cerca de 0,4 milhões de passageiros nesse mercado.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Volume de Decolagens e Total de Assentos

No 4T23, o volume total de decolagens da Companhia foi de 54.207, representando um decréscimo de 5,2% comparativamente ao 4T22. O total de assentos disponibilizados pela GOL ao mercado foi de 9,6 milhões, representando um decréscimo de 3,8% comparativamente ao mesmo período de 2022.

PRASK, RASK e Yield

O PRASK líquido no 4T23 foi 14,6% maior comparado ao 4T22, atingindo 44,18 centavos (R\$). O RASK líquido da Companhia foi de 46,98 centavos (R\$), representando um incremento de 13,1% também comparado ao mesmo período do ano anterior. O *yield* líquido registrado no 4T23 foi de 52,61 centavos (R\$), resultando em um acréscimo de 9,2% comparado ao 4T22.

Frota

No final do 4T23, a frota total da GOL era de 141 aeronaves Boeing 737, sendo 91 NGs, 44 MAXs e 6 NGs Cargueiros. A frota da Companhia é 100% composta por aeronaves (*narrowbody*), sendo 97% financiada via arrendamento mercantil operacional e 3% financiada via arrendamento financeiro.

Frota Total ao Final do Período	4T23	4T22	Var.	3T23	Var.
Boeing 737	141	146	-5	141	0
737-700 NG	16	20	-6	19	-3
737-800 NG	75	86	-11	78	-3
737-800 NG Cargueiro	6	2	4	5	1
737-MAX 8	44	38	6	39	5

Em 31 de dezembro de 2023, a GOL possuía 101 pedidos firmes para aquisição de aeronaves Boeing 737-MAX, sendo 64 do modelo 737-MAX 8 e 37 do modelo 737-MAX 10.

Glossário de Termos do Setor Aéreo

- **ARRENDAMENTO DE AERONAVES (AIRCRAFT LEASING):** contrato através do qual a arrendadora ou locadora (a empresa que se dedica à exploração de *leasing*) adquire um bem escolhido por seu cliente (o arrendatário, ou locatário) para, em seguida, alugá-lo a este último, por um prazo determinado.
- **ASSENTOS-QUILÔMETRO OFERECIDOS (ASK):** é a somatória dos produtos obtidos ao multiplicar-se o número de assentos disponíveis em cada etapa de voo pela distância da etapa.
- **BARRIL DE WTI (WEST TEXAS INTERMEDIATE):** petróleo intermediário do Texas, região que serve de referência ao nome por concentrar a exploração de petróleo nos EUA. O WTI é utilizado como ponto de referência em óleo para os mercados de derivados dos EUA.
- **BRENT:** refere-se ao óleo produzido no mar do Norte, negociado na bolsa de Londres. Serve de referência para os mercados de derivados da Europa e Ásia.
- **CAIXA TOTAL:** total de caixa, aplicações financeiras e caixa restrito de curto e longo prazo.
- **CUSTO OPERACIONAL POR ASSENTO DISPONÍVEL POR QUILOMETRO (CASK):** custo operacional dividido pelo total de assentos-quilômetro oferecidos.
- **CUSTO OPERACIONAL POR ASSENTO DISPONÍVEL POR QUILOMETRO EX-COMBUSTÍVEL (CASK EX-FUEL):** é o custo operacional dividido pelo total de assentos-quilômetro oferecidos excluindo despesas com combustível.
- **ETAPA MÉDIA OU DISTÂNCIA MÉDIA DE VOOS (AVERAGE STAGE LENGTH):** é o número médio de quilômetros voados por etapa realizada.
- **EXCHANGEABLE SENIOR NOTES (ESN):** títulos conversíveis em ações.
- **FRETAMENTO DE AERONAVES (CHARTER):** o voo operado por uma Companhia que fica fora da sua operação normal ou regular.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- **HORAS BLOCO (BLOCK HOURS):** tempo em que a aeronave está em voo, mais o tempo de taxiamento.
- **LESSOR:** alguém que aluga uma propriedade ou propriedade pessoal a outro, arrendador.
- **LONG-HAUL FLIGHTS:** voos de longa distância (para a GOL, voos com mais de 4 horas de duração).
- **PASSAGEIROS PAGANTES:** representa o número total de passageiros a bordo que pagaram acima de 25% da tarifa para uma etapa.
- **PASSAGEIROS-QUILÔMETRO TRANSPORTADOS PAGOS (RPK):** é a somatória dos produtos obtidos ao multiplicar-se o número de passageiros pagantes em uma etapa de voo pela distância da etapa.
- **PDP:** crédito para financiamento de pagamentos antecipados para aquisição de aeronaves.
- **TAXA DE OCUPAÇÃO (LOAD FACTOR):** percentual da capacidade da aeronave que é utilizada em termos de assento (calculada pela divisão do RPK/ASK).
- **TAXA DE OCUPAÇÃO BREAK-EVEN (BREAK-EVEN LOAD FACTOR):** é a taxa de ocupação necessária para que as receitas operacionais auferidas correspondam as despesas operacionais incorridas.
- **TAXA DE UTILIZAÇÃO DA AERONAVE:** número médio de horas por dia em que a aeronave esteve em operação.
- **RECEITA DE PASSAGEIROS POR ASSENTOS-QUILÔMETRO OFERECIDOS (PRASK):** é a receita de passageiros dividida pelo total de assentos-quilômetro disponíveis.
- **RECEITA OPERACIONAL POR ASSENTOS-QUILÔMETRO OFERECIDOS (RASK):** é a receita operacional dividida pelo total de assentos-quilômetro oferecidos.
- **SALE AND LEASEBACK:** é uma transação financeira, onde um vende um recurso e o aluga de volta por um longo prazo. Assim ele continua a poder usar o recurso, não sendo o proprietário dele.
- **SLOT:** é o direito de decolar ou pousar uma aeronave em determinado aeroporto durante determinado período de tempo.
- **SUB-LEASE (SUBARRENDAMENTO):** é uma sublocação; um arranjo onde o locatário em um aluguel, atribui esse a um quarto, fazendo desse modo, o antigo locatário, um sublessor.
- **TAXA DE OCUPAÇÃO DA CARGA (FLF):** é a medida da utilização da capacidade (% de AFTKs utilizados). Calculada dividindo-se o FTK pelo AFTK.
- **TONELADA-QUILÔMETRO DE FRETE (FTK):** é a demanda por transporte de carga, calculada como o peso da carga em toneladas multiplicado pela distância total percorrida.
- **TONELADAS-QUILÔMETRO OFERECIDAS DE FRETE (AFTK):** peso da carga em toneladas multiplicado pelos quilômetros voados.
- **YIELD POR PASSAGEIRO KILÔMETRO:** representa o valor médio pago por um passageiro para voar um quilômetro.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. (“Companhia” ou “GOL”) é uma sociedade por ações constituída em 12 de março de 2004 de acordo com as leis brasileiras. O estatuto social da Companhia dispõe que a mesma tem como objeto social o exercício do controle acionário da GOL Linhas Aéreas S.A. (“GLA”), que presta serviços de transporte aéreo regular e não regular de passageiros e cargas, serviços de manutenção de aeronaves e componentes, desenvolvimento de programas de fidelidade, entre outros.

As ações da Companhia são registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e na Bolsa de Valores de Nova Iorque - *New York Stock Exchange* (“NYSE”) sob o *ticker* GOLL4 e GOL, respectivamente.

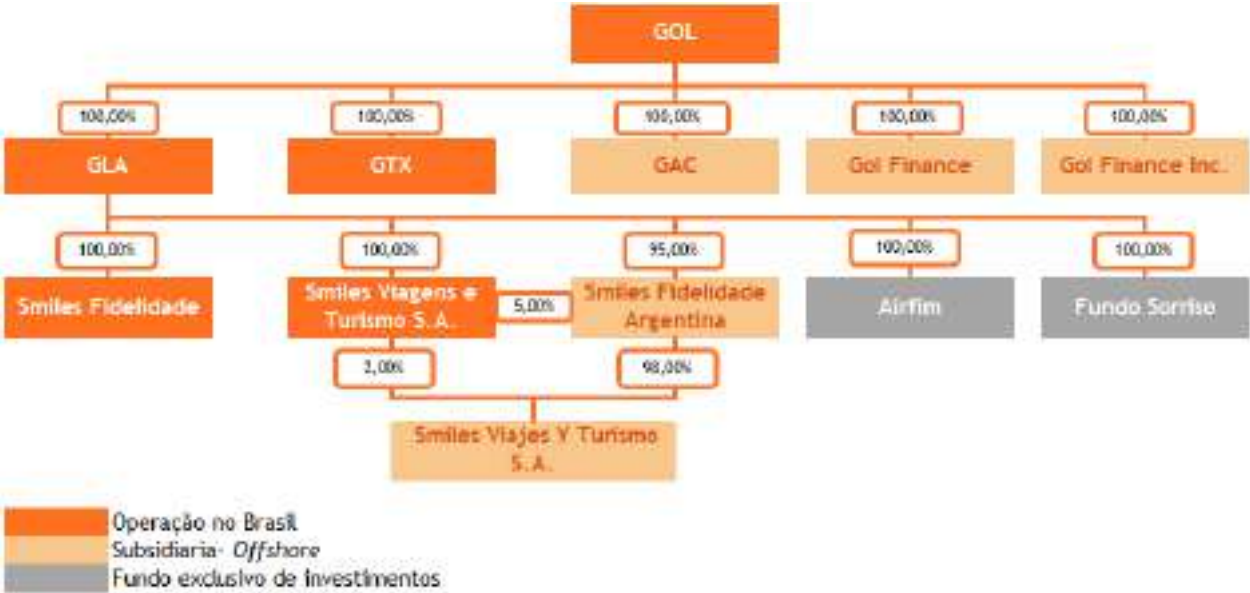
Como resultado do pedido de reorganização voluntária sob as regras do Código de Falências do *Chapter 11* perante o Tribunal de Falências dos Estados Unidos, realizado em 25 de janeiro de 2024, a NYSE suspendeu a negociação das *American Depositary Shares* (“ADSs”) da Companhia. Vide nota explicativa 1.2 e 37.

A Companhia adota as Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da B3 e integra os índices de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (“IGC”) e de Ações com *Tag Along* Diferenciado (“ITAG”), criados para distinguir as empresas que se comprometem com as práticas diferenciadas de governança corporativa.

A sede oficial da Companhia está localizada na Praça Comandante Linneu Gomes, s/n, portaria 3, prédio 24, Jardim Aeroporto, São Paulo, Brasil.

1.1. Estrutura societária

A estrutura societária da Companhia e de suas controladas, em 31 de dezembro de 2023, está apresentada a seguir:



Notas Explicativas

A participação societária da Companhia no capital social de suas controladas, em 31 de dezembro de 2023, está apresentada a seguir:

Entidade	Data de constituição	Localidade	Principal atividade	Tipo de controle	% de participação	
					31/12/2023	31/12/2022
GAC	23/03/2006	Ilhas Cayman	Aquisição de aeronaves	Direto	100,00	100,00
Gol Finance Inc.	16/03/2006	Ilhas Cayman	Captação de recursos	Direto	100,00	100,00
Gol Finance	21/06/2013	Luxemburgo	Captação de recursos	Direto	100,00	100,00
GLA	09/04/2007	Brasil	Transporte aéreo	Direto	100,00	100,00
GTX	08/02/2021	Brasil	Participação em sociedades	Direto	100,00	100,00
Smiles Fidelidade	06/02/2023	Brasil	Programa de fidelidade	Indireto	100,00	-
Smiles Viagens	10/08/2017	Brasil	Agência de turismo	Indireto	100,00	100,00
Smiles Fidelidade Argentina (a)	07/11/2018	Argentina	Programa de fidelidade	Indireto	100,00	100,00
Smiles Viajes Argentina (a)	20/11/2018	Argentina	Agência de turismo	Indireto	100,00	100,00
AirFim	07/11/2003	Brasil	Fundo de investimento	Indireto	100,00	100,00
Fundo Sorriso	14/07/2014	Brasil	Fundo de investimento	Indireto	100,00	100,00

(a) Empresas com moeda funcional em pesos argentinos (ARS).

As controladas GAC Inc., GOL Finance e GOL Finance Inc. são entidades constituídas com propósito específico de dar continuidade às operações de natureza financeira e relacionadas à frota da Companhia. Não apresentam um corpo diretivo próprio e não possuem autonomia na tomada de decisões, como consequência, os ativos e passivos dessas entidades estão apresentados na Controladora.

A GTX S.A., controlada direta pela Companhia, encontra-se em estágio pré-operacional e tem como objeto social a administração de bens próprios e participação no capital social de outras sociedades.

A Smiles Fidelidade, constituída em fevereiro de 2023, também encontra-se em estágio pré-operacional e tem por objetivo o desenvolvimento e gerenciamento de programa de fidelização de clientes, próprio ou de terceiros; a comercialização de direitos de resgate de prêmios no âmbito do programa de fidelização de clientes; a prestação de serviços turísticos em geral, entre outros.

A Smiles Viagens e Turismo S.A. ("Smiles Viagens"), tem como propósito principal a intermediação de serviços de organização de viagens, envolvendo a reserva ou venda de bilhetes aéreos, hospedagens, pacotes de turismo, entre outros. As subsidiárias Smiles Fidelidade Argentina e Smiles Viajes Y Turismo S.A., ambas sediadas em Buenos Aires, na Argentina, tem como propósito fomentar as operações do Programa Smiles e a venda de passagens aéreas naquele país.

Os fundos de investimento Airfim e Fundo Sorriso, controlados pela GLA, possuem a característica de fundo exclusivo e atuam como extensão para execução de operações com derivativos e investimentos, de forma que a Companhia consolida os ativos e passivos destes fundos.

Notas Explicativas

1.2. Estrutura de capital e reestruturação financeira

1.2.1. Estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresenta capital circulante líquido individual e consolidado negativo em R\$798.994 e R\$9.973.340, respectivamente (R\$544.653 e R\$10.867.704 negativo em 31 de dezembro de 2022). Isso se deve principalmente a empréstimos, financiamentos, arrendamentos, taxas aeroportuárias e contas a pagar com fornecedores, que deverão ser liquidados com dinheiro, e vendas antecipadas de passagens e programa de milhagem, os quais espera-se que sejam substancialmente liquidados pela Companhia.

A Companhia apresenta ainda uma posição de patrimônio líquido negativo de R\$23.167.114 (negativo em R\$21.358.815 em 31 de dezembro de 2022). A variação observada se dá principalmente devido ao reconhecimento do valor justo em transação relacionada ao ESSN 2028 (nota explicativa 16.1.5) e prejuízo do exercício.

As operações da Companhia são sensíveis ao cenário macroeconômico e à volatilidade do Real, dado que aproximadamente 94,3% do endividamento (empréstimos, financiamentos e arrendamentos) está negociado em dólar americano ("US\$") e 48,6% dos custos também são atrelados à moeda americana, e sua capacidade de ajustar o preço das tarifas cobradas de seus clientes para recapturar a variação do dólar americano depende da capacidade racional (oferta) e comportamento dos concorrentes.

A Companhia continua trabalhando na melhoria de sua eficiência operacional e no aumento da rentabilidade, além de enfrentar desafios relacionados à sua estrutura de capital, com o objetivo de reduzir alavancagem e fortalecer seu balanço patrimonial, além de abordar a manutenção diferida de motores. Os indicadores operacionais da GOL relacionados à pontualidade, regularidade, taxa de ocupação e uso diário da frota operacional demonstram seu foco em eficiência e produtividade, mesmo em um cenário de menor disponibilidade de aeronaves.

1.2.2. Chapter 11

Apesar de um modelo operacional com foco em eficiência e produtividade, a Companhia vem enfrentando problemas de liquidez, desafios trazidos principalmente pela pandemia de COVID-19, alinhado com os impactos da indústria aérea globalmente, os quais sofreram interrupção sem precedentes em seus negócios. Consequentemente, a volatilidade no fluxo de caixa operacional causado pelo declínio substancial na demanda por viagens aéreas, resultando em impedimentos e redução dramática na receita e geração de caixa criou restrições significativas de liquidez e recursos durante a pandemia. Para administrar esse cenário, a Companhia chegou a acordos para diferir determinados arrendamento, impostos e outras obrigações regulatórias, bem como obrigações financeiras relacionadas com a prorrogação e renovação dos vencimentos da dívida financiada.

O resultado foi a continuidade das operações dos negócios da Companhia, apesar desses desafios relacionados à pandemia, mas com um aumento substancial nos passivos postergados e não pagos. Embora as operações da Companhia tenham se recuperado após a pandemia e, atualmente, a Companhia vem financiando seus custos operacionais futuros e certos investimentos necessários através do fluxo de caixa operacional, muitos desses passivos postergados e não pagos e as obrigações postergadas de manutenção permanecem pendentes e exigem revisão dos fluxos de caixa.

Notas Explicativas

A Companhia executou determinadas transações e empreendeu uma série de outros esforços para lidar com esses eventos contrários financeiros, muitos dos quais proporcionaram alívio temporário e liquidez necessária em momentos-chave. Vários fatores impulsionados pelo mercado continuam a agravar os desafios de liquidez da Companhia, incluindo os preços elevados dos combustíveis, a avaliação consistentemente baixa do Real brasileiro em relação ao dólar (afetando os custos em dólares em relação às receitas em reais), e o aumento das taxas de juros, entre outros. Interrupções persistentes na cadeia de suprimentos e capacidade restrita na indústria de manutenção, reparos e operação têm dificultado a obtenção oportuna da manutenção necessária, levando ao acúmulo de manutenção requerida a curto prazo e custos relacionados. Atrasos na entrega de novas aeronaves programadas para 2023 têm impedido a Companhia de colocar novos aviões em serviço para compensar aqueles em manutenção, conforme descrito acima. Como resultado, a Companhia reduziu o número de aeronaves operacionalmente prontas na frota, o que impossibilitou a Companhia de aumentar ou mesmo manter sua capacidade operacional. Essas limitações operacionais, por sua vez, reduziram a receita e a geração de caixa, exacerbando as restrições de liquidez e os desafios operacionais.

Em 25 de janeiro de 2024, a GOL e suas subsidiárias (em conjunto “devedores”) entraram com pedidos voluntários de reorganização sob as regras do *Chapter 11* do Código de Falências dos Estados Unidos (“Código de Falências”) perante o Tribunal de Falências dos Estados Unidos do Distrito Sul de Nova York (“Tribunal de Falências”). O *Chapter 11* é um processo de reorganização supervisionado pelo tribunal que as empresas utilizam para levantar capital, reestruturar suas finanças e fortalecer suas operações comerciais a longo prazo, enquanto continuam a operar normalmente.

A reorganização sob as regras do *Chapter 11* tem como objetivo permitir que a Companhia se reorganize e melhore a liquidez, encerre contratos não lucrativos e modifique seus acordos para possibilitar lucratividade sustentável.

Como parte do *Chapter 11*, a Companhia continuará a operar seus negócios no curso normal, e o Conselho de Administração e a Diretoria permanecerão em seus cargos.

Após o início do *Chapter 11*, os devedores obtiveram alívio do Tribunal de Falências para operar seus negócios no curso normal e pagar ou de outra forma honrar, a critério dos devedores, certas obrigações anteriores à petição. Essas obrigações incluem, entre outras, determinados salários, benefícios e obrigações relacionadas a funcionários, impostos, seguros e o pagamento de certos fornecedores.

Conforme descrito com mais detalhes na seção Eventos Subsequentes abaixo, em 28 de fevereiro de 2024, o Tribunal de Falências concedeu, de forma definitiva, a solicitação dos devedores de acesso a até US\$1 bilhão de financiamento *debtor-in-possession* (“DIP”) de certos detentores de títulos garantidos e/ou seus designados, a ser utilizado para, entre outras finalidades, despesas designadas de capital de giro, necessidades corporativas gerais e custos relacionados à reestruturação.

Imediatamente após o início do *Chapter 11*, uma suspensão automática global de ações adversas de cobrança e execução por parte dos credores entrou em vigor nos termos da seção 362 do Título 11 do Código de Falências para evitar, entre outros efeitos, que os credores exerçam medidas com relação às obrigações prévias à petição dos devedores.

Notas Explicativas

Plano de Reorganização

Para que a Companhia obtenha êxito do processo de reestruturação do Chapter 11, é crucial obter a aprovação do Tribunal de Falências para um plano de reorganização. Um plano de reorganização determina os direitos e a satisfação de créditos de vários credores e partes interessadas e está sujeito ao resultado das negociações e decisões do Tribunal de Falências em curso até a data em que o plano de reorganização é confirmado e que podem produzir impactos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

A Companhia atualmente espera que qualquer plano proposto de reorganização incluirá, entre outras coisas, mecanismos para a resolução de reclamações contra os bens da Companhia, tratamento dos atuais detentores de capital e dívida da Companhia, bem como questões de governança corporativa e administrativa relacionadas à Companhia reorganizada.

Qualquer plano proposto de reorganização estará sujeito a revisões antes de ser submetido ao Tribunal de Falências, com base em discussões com os credores da Companhia e outras partes interessadas, e posteriormente, em resposta a objeções das partes interessadas e aos requisitos do Código de Falências e do Tribunal de Falências. Não há garantia de que o plano de reorganização será aprovado.

Continuidade operacional

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas em uma base contábil de continuidade, que contempla a realização dos ativos e a satisfação dos passivos e compromissos no curso normal dos negócios.

Como resultado do *Chapter 11*, as operações da Companhia e a capacidade de desenvolver e executar o seu plano de negócios, a sua condição financeira, liquidez e continuidade estão sujeitas a um elevado grau de risco e incerteza associados ao *Chapter 11*. O resultado do *Chapter 11* depende de fatores que estão fora do controle da Companhia, incluindo ações do Tribunal de Falências. Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas não incluem quaisquer ajustes que possam resultar do desfecho desta incerteza.

Notas Explicativas

1.3. Contrato de serviços de cargas e logística

Em abril de 2022, a Companhia assinou um contrato de prestação de serviços de carga de 10 anos com o Mercado Livre. Este contrato prevê uma frota dedicada de cargueiros composta por 6 Boeing 737-800 BCF, com possibilidade de inclusão de outras 6 aeronaves de carga até 2025. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia recebeu 4 aeronaves cargueira, totalizando 6 aeronaves cargueiras em operação nesta data.

O contrato da GOL com o Mercado Livre é parte do investimento da Companhia para atender as necessidades do crescente mercado brasileiro de e-commerce. Com isso, a Companhia planeja expandir sua gama de serviços e aumentar significativamente a capacidade de transporte de cargas disponível em toneladas durante o ano de 2023 para geração receita incremental.

1.4. Acordo entre o acionista controlador e principais investidores da Avianca

Em maio de 2022, a Companhia efetuou a comunicação de que seu acionista controlador, MOBI Fundo de Investimento em Ações Investimento no Exterior (“MOBI FIA”), celebrou o *Master Contribution Agreement* com os principais acionistas do Investment Vehicle 1 Limited (“Avianca Holding”).

Nos termos do Master Contribution Agreement, o MOBI FIA contribuiu suas ações da GOL, e os principais investidores da Avianca Holding contribuíram suas ações da Avianca Holding na Abra Group Limited (“Abra”), uma sociedade de capital fechado, constituída sob as leis da Inglaterra e do País de Gales. Adicionalmente, as partes acordaram a celebração de um Acordo de Acionistas para reger seus direitos e obrigações como acionistas da Abra.

GOL e Avianca continuarão operando de forma independente, e mantendo suas respectivas marcas e culturas.

1.5. MAP Transportes Aéreos

Em junho de 2021, a GOL celebrou um acordo para a aquisição da MAP Transportes Aéreos Ltda., uma empresa aérea brasileira doméstica com rotas para destinos regionais a partir do Aeroporto de Congonhas em São Paulo, considerando o compromisso da Companhia em expandir a demanda brasileira por transporte aéreo e consolidar-se de forma racional no mercado local.

Em dezembro de 2021, através do Despacho SG nº1929/2021, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a operação sem restrições. A conclusão da transação está condicionada a outras condições precedentes, que ainda não foram cumpridas, portanto, em 31 de dezembro de 2023 não há impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

A MAP poderá ser adquirida por R\$28 milhões, a ser pago somente após o cumprimento de todas as condições precedentes, através de 100.000 ações preferenciais (GOLL4) a R\$28,00 por ação e R\$25 milhões em dinheiro em 24 parcelas mensais, com a assunção de até R\$100 milhões de compromissos financeiros da MAP. Em 31 de dezembro de 2023, tais condições ainda não foram finalizadas.

Notas Explicativas

2. Declaração da Administração, base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas com base no Real (“R\$”) como moeda funcional e de apresentação, estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira. Os itens divulgados em outras moedas estão devidamente identificados, quando aplicável.

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros.

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas de forma contínua.

A Administração, ao elaborar estas demonstrações financeiras, utilizou-se dos seguintes critérios de divulgação: (i) requerimentos regulatórios; (ii) relevância e especificidade da informação das operações da Companhia aos usuários; (iii) necessidades informacionais dos usuários das demonstrações financeiras; e (iv) informações provenientes de outras entidades inseridas no mesmo setor, principalmente no mercado internacional. A Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela no desenvolvimento de suas atividades de gestão dos negócios.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo;
- instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e
- investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional, que contempla a realização dos ativos e a satisfação dos passivos e compromissos no curso normal dos negócios. Vide detalhes na nota explicativa 1.3.

Notas Explicativas

3. Aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A aprovação e autorização para a emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ocorreram na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 27 de março de 2023.

4. Resumo das principais práticas contábeis

4.1. Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia detém menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida. A Companhia reavalia se mantém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais elementos de controle relacionados anteriormente.

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. A variação na participação societária em controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com as utilizadas na controladora e adotadas no exercício anterior. Todas as transações e saldos entre a GOL e suas controladas foram eliminados na consolidação, bem como os lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, incluindo encargos e tributos. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas da controladora e aos não controladores, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

4.2. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia classifica neste grupo os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras automáticas e títulos de liquidez imediata que, conforme análises são considerados prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado, e serão utilizadas pela Companhia em curto intervalo de tempo.

Notas Explicativas

4.3. Aplicações financeiras

Na apresentação e mensuração dos ativos financeiros, a Companhia considera as disposições do CPC 48 - “Instrumentos Financeiros”, equivalente ao IFRS 9, que determina que os ativos financeiros devem ser inicialmente mensurados a valor justo deduzido dos custos diretamente atribuíveis a sua aquisição. Por sua vez, a mensuração subsequente é dividida em duas categorias:

4.3.1. Custo amortizado

As aplicações financeiras são mensuradas pelo custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- a Companhia planeja deter o ativo financeiro de forma a coletar os fluxos de caixa previstos contratualmente; e
- os fluxos de caixa contratuais representam apenas o pagamento de juros e principal (“SPPI”).

4.3.2. Valor justo

As aplicações financeiras mensuradas a valor justo são divididas em duas categorias:

- por meio do resultado abrangente: esta categoria é aplicável quando ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) a Companhia planeja deter o ativo financeiro de forma a coletar os fluxos de caixa previstos contratualmente e vender o ativo; e (ii) os fluxos de caixa contratuais representam SPPI;
- por meio do resultado: é considerada uma categoria residual, ou seja, se a Companhia não planeja deter o ativo financeiro de forma a coletar os fluxos de caixa previstos contratualmente e/ou vender o ativo, este deve ser mensurado pelo valor justo por meio do resultado. A Companhia pode ainda optar, no reconhecimento inicial, pela designação do ativo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado, de forma a eliminar ou reduzir significativamente inconsistências de mensuração ou reconhecimento, denominadas “descasamento contábil”. Os instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado são para eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil, sendo desta forma avaliados a valor de mercado.

As aplicações financeiras cedidas como garantias vinculadas a instrumentos financeiros de curto e longo prazo, depósitos para operações de arrendamento e outras operações passivas são divulgadas na nota explicativa 6.

4.4. Contas a receber

São mensuradas com base no valor faturado, líquido das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, e se aproximam do valor justo dado sua natureza de curto prazo. Em aderência ao CPC 48 - “Instrumentos Financeiros”, equivalente ao IFRS 9, a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi mensurada através da aplicação da abordagem simplificada, considerando os dados históricos e projetando a perda esperada ao longo da vida do contrato, por meio da segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento conforme os respectivos prazos de vencimento. Adicionalmente, para determinados casos, a Companhia efetua análises individuais para a avaliação dos riscos de recebimento.

Notas Explicativas

4.5. Estoques

Os saldos de estoques compreendem principalmente materiais para manutenção e reposição de peças. Os estoques são mensurados pelo custo médio de aquisição acrescidos de gastos tais como impostos não recuperáveis e despesas aduaneiras incorridos na aquisição e nos gastos com transportes até a localização atual dos itens. As provisões para obsolescência dos estoques são constituídas para aqueles itens que não possuem expectativa de realização.

4.6. Imposto de renda e contribuição social

4.6.1. Impostos correntes

No Brasil, compreende o imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro ("CSLL"), que são calculados mensalmente com base no lucro tributável, após compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, aplicando-se a essa base a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% para o IRPJ e 9% para a CSLL.

4.6.2. Impostos diferidos

Os impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base fiscal e a contábil. Os ativos e passivos de impostos e contribuições diferidos são classificados como não circulante.

Uma perda para realização desses ativos é reconhecida quando os estudos internos da Companhia indicarem que a utilização futura desses créditos não é provável.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de compensar os passivos fiscais com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável, portanto, para fins de apresentação, os saldos de ativo e passivo fiscal, que não atendem ao critério legal de realização, estão sendo divulgados separadamente. Os ativos e passivos fiscais diferidos foram mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas e legislação fiscal vigentes na data das demonstrações financeiras.

As projeções de lucros tributáveis futuros sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são preparadas com base nos planos de negócio e são revisadas e aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia.

Notas Explicativas

4.7. Direitos e obrigações com instrumentos financeiros derivativos

Variações nas taxas de juros, no câmbio e nos preços do combustível de aviação expõem a Companhia e suas controladas a riscos que podem afetar seus desempenhos financeiros. Com o objetivo de mitigar tais riscos, a Companhia por meio de suas subsidiárias contrata instrumentos financeiros derivativos que podem ou não ser designados para *hedge accounting* e, se designados, são classificados como *hedge* de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados a valor justo no reconhecimento e nos períodos subsequentes.

4.7.1. Instrumentos financeiros derivativos não designados como *hedge accounting*

A Companhia pode contratar instrumentos financeiros derivativos que não sejam designados para *hedge accounting* quando os objetivos da Gestão de Risco não necessitem de tal classificação. As operações não designadas como *hedge accounting* apresentam a variação de seu valor justo contabilizadas diretamente no resultado financeiro.

4.7.2. Instrumentos derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa

Os instrumentos designados como *hedge* de fluxo de caixa visam proteger resultados futuros decorrentes das variações das taxas de juros, do preço de combustível e do câmbio. A efetividade das variações é estimada com base em métodos estatísticos de correlação e pela proporção entre os ganhos e perdas do *hedge* e a variação dos custos e despesas protegidos. As variações efetivas do valor justo são contabilizadas no patrimônio líquido em “Outros resultados abrangentes”, até o reconhecimento do resultado do objeto do *hedge*. As ineficácias verificadas em cada período de reporte são reconhecidas no resultado financeiro. As transações de *hedge* contabilizadas em “Outros resultados abrangentes” apresentam-se líquidas dos efeitos de impostos.

4.7.3. Desreconhecimento e baixa de instrumentos financeiros derivativos

A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente quando a Companhia e suas controladas (i) cancelam a relação de proteção; (ii) o instrumento derivativo vence ou é vendido, rescindido ou executado, (iii) quando há baixa previsibilidade de realização do objeto de *hedge*, ou (iv) quando não se qualifica mais como *hedge accounting*. Caso a operação seja descontinuada, quaisquer ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” e acumulados no patrimônio líquido até aquela data são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício.

4.8. Depósitos

4.8.1. Depósitos para manutenção de aeronaves e motores

Referem-se a pagamentos efetuados em dólar norte-americano aos arrendadores para futura manutenção de aeronaves e motores. A realização desses ativos acontece, substancialmente, na utilização do depósito para o pagamento à oficina quando a manutenção é realizada ou por meio de recebimentos de recursos financeiros, de acordo com as negociações efetuadas com os arrendadores. A variação cambial destes pagamentos é reconhecida como despesa ou receita no resultado financeiro. A Administração efetua análises regulares da recuperabilidade desses depósitos com base na elegibilidade de aplicação de tais valores em eventos de manutenção futuros e acredita que os valores refletidos no balanço são realizáveis.

Notas Explicativas

Alguns dos contratos preveem que, caso não haja eventos de manutenção com possibilidade de utilização dos depósitos, os valores depositados para esta operação não são reembolsáveis. Tais valores são retidos pelo arrendador e representam pagamentos realizados em função da utilização dos componentes até a data de devolução. Dessa forma, os valores enquadrados nesta categoria, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício na rubrica de “Material de manutenção e reparo”, considerando as análises regulares de recuperabilidade ou no momento da devolução do bem.

4.8.2. Depósitos judiciais

No decurso das ações impetradas contra a Companhia e sobre as quais esta questiona a legitimidade das reclamações, pode ocorrer que a Companhia seja requerida a efetuar depósitos recursais e/ou judiciais de forma a dar continuidade a sua estratégia de defesa. Tais valores são corrigidos monetariamente em sua maioria pelos índices inflacionários e caracterizam-se como recursos não disponíveis imediatamente para a Companhia, pendentes de decisão judicial.

4.8.3. Depósitos em garantia de contratos de arrendamento

Os depósitos e cauções são denominados em dólar norte-americano e atualizados mensalmente pela variação do câmbio. Os depósitos são reembolsáveis à Companhia ao término dos contratos de arrendamento ou compensados com obrigações futuras formalizadas no momento da devolução do ativo arrendado.

4.9. Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado, incluindo os componentes *rotables* (peças de reposição), são registrados pelo custo de aquisição e/ou construção. Juros e encargos financeiros diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um bem que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do ativo correspondente.

Cada componente do imobilizado que possui um custo significativo em relação ao total do bem é depreciado separadamente. A vida útil econômica estimada dos itens do imobilizado, para fins de depreciação, está demonstrada na nota explicativa 13.

O valor de mercado estimado ao final de sua vida útil é a premissa para determinação do valor residual dos itens imobilizados da Companhia. O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados anualmente pela Companhia. Eventuais mudanças em função da alteração da expectativa de utilização de tais itens resultam em alterações prospectivas.

O valor contábil do imobilizado é analisado para verificar possível perda no valor recuperável quando fatos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil é maior que o valor recuperável estimado. O valor contábil das aeronaves é testado para identificação de perdas no valor recuperável anualmente, mesmo que não haja circunstâncias que indiquem a existência de perdas.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item são determinados pela diferença entre o valor recebido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Notas Explicativas

Adicionalmente, a Companhia adota o seguinte tratamento para os grupos abaixo:

4.9.1. Adiantamentos para aquisição de aeronaves

Referem-se a pré-pagamentos em dólar norte-americano efetuados junto à Boeing para aquisição de aeronaves 737-MAX. Os adiantamentos são convertidos pela taxa histórica.

4.9.2. Contratos de arrendamento

Os contratos de arrendamento são reconhecidos, mensurados, apresentados e divulgados de acordo com a norma vigente, o CPC 06 (R2) - “Arrendamentos”, equivalente ao IFRS 16.

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento, prevista na norma, para arrendamentos de curto prazo (restrita a bens não aeronáutico) e ativos de “baixo valor”.

Conforme o item 8 do CPC 06 (R2) - “Arrendamentos”, equivalente ao IFRS 16, é permitido a determinação de arrendamentos de curto prazo com base na classe de ativo subjacente associada ao direito de uso.

Nesse contexto, a Companhia utiliza essa prerrogativa para ajustar o reconhecimento dos arrendamentos de curto prazo aos bens não aeronáuticos, em conformidade com as normativas contábeis aplicáveis.

4.9.2.1. Ativo de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. A mensuração inicial de um ativo de direito de uso também contempla uma estimativa dos custos a serem incorridos pela Companhia na devolução do ativo subjacente, restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento. A Companhia incorre na obrigação por esses custos, seja na data de início ou como consequência de ter utilizado o ativo subjacente durante a vigência do contrato.

Após a data de início, os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

4.9.2.2. Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece a valor presente os pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento de acordo com o fluxo programado. Os pagamentos do arrendamento incluem: (i) pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa; e (iii) valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Notas Explicativas

Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, caso o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção de rescindir o arrendamento por parte da Companhia.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início, quando a taxa de juros implícita no arrendamento não puder ser determinada imediatamente.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que ocasiona tais pagamentos.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o decurso do tempo e, consequentemente, o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação no arrendamento, considerando mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia reavalia o passivo do arrendamento sempre que ocorrem determinados eventos e reconhece o valor de remensuração deste passivo como um ajuste ao ativo de direito de uso. Contudo, se o valor contábil do ativo de direito de uso for reduzido a zero e houver uma redução adicional na mensuração do passivo de arrendamento, a Companhia reconhece qualquer valor remanescente da remensuração no resultado.

4.9.2.3. Transações de venda e retroarrendamento - *Sale-leaseback*

As transações de *sale-leaseback* ocorrem quando a Companhia vende um ativo e o arrenda de volta. Estas transações são inicialmente analisadas dentro do escopo do CPC 47 - “Receita de Contrato com Cliente”, equivalente ao IFRS 15, com objetivo de verificar se a obrigação de desempenho foi satisfeita, e, portanto, contabilizar a venda do bem.

Uma vez atendido tal requerimento, a determinação do reconhecimento do resultado de transações de *sale-leaseback* utiliza como referência o valor justo do bem negociado. Para bens novos, a fonte de informação para obtenção do valor justo são cotações de mercado para itens de natureza semelhante, considerando as condições do bem. Caso o item já pertença a Gol, o cálculo para determinação do valor justo é realizado através de metodologia interna, baseado na metodologia aplicada no mercado.

Após a definição o valor justo, os ganhos ou perdas são inicialmente calculados com base na diferença entre o valor justo e o valor contábil dos ativos e posteriormente ajustados de acordo com a proporcionalidade do direito de uso transferido ao arrendador (sendo esse último o valor efetivo reconhecido em resultado como ganho ou perda).

O cálculo da proporcionalidade é realizado considerando o valor presente dos pagamentos do arrendamento ajustado pelos pagamentos antecipados ou financiamentos adicionais.

Notas Explicativas

4.9.3. Capitalização de gastos com grandes manutenções de motores, aeronaves, trem de pouso e APU's (*Auxiliary Power Unit*)

Os gastos com grandes manutenções, que incluem substituições de peças e mão de obra, são capitalizados somente quando há o prolongamento da vida útil estimada do ativo correspondente. Tais custos são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado a incorrer até a próxima data para grande manutenção ou a devolução do bem, o que ocorrer antes. Gastos incorridos que não prolongam a vida útil dos ativos são reconhecidos diretamente no resultado.

4.10. Ativos intangíveis

4.10.1. Vida útil definida

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custo de desenvolvimento, não são capitalizados e os gastos são refletidos na demonstração do resultado no exercício em que foram incorridos.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis de vida útil definida são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indício de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

4.10.2. Vida útil indefinida

4.10.2.1. Ágio por expectativa de rentabilidade futura

Nessa categoria estão registrados os valores correspondentes ao ágio decorrente das combinações de negócios efetuadas pela Companhia e suas controladas. O valor do ágio é testado anualmente através da comparação do valor contábil com o valor recuperável da unidade geradora de caixa. A Administração realiza julgamentos e estabelece premissas para avaliar o impacto das mudanças macroeconômicas e operacionais, a fim de estimar os fluxos de caixa futuros e mensurar o valor recuperável dos ativos.

4.10.2.2. Direitos de operações em aeroportos ("*slots*")

Na combinação de negócios da GLA e da Webjet, foram adquiridos *slots* que foram reconhecidos pelos seus valores justo na data da aquisição e não são amortizados. A vida útil estimada destes direitos foi considerada indefinida devido a diversos fatores e considerações, incluindo requerimentos e autorizações de permissão para operar no Brasil e limitada disponibilidade de direitos de usos nos mais importantes aeroportos em termo de volume de tráfego aéreo. O valor contábil desses direitos é avaliado anualmente, com base na unidade geradora de caixa quanto a seu valor recuperável ou em casos de mudanças nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

Notas Explicativas

4.11. Perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

A Companhia realiza anualmente a revisão das fontes internas e externas de informação, a fim de avaliar eventos ou mudanças nas condições econômicas, tecnológicas, ou em operações que possam indicar a desvalorização de um ativo ou unidade geradora de caixa.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o seu valor justo, deduzindo os custos de venda, e seu valor em uso. Quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa (“UGC”) excede o seu valor recuperável, uma provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”) é reconhecida.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa estimados futuros são descontados a valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a UGC.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidade Geradora de Caixa - “UGC”).

Uma perda por *impairment* anteriormente reconhecida é revertida, exceto sobre o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), apenas em situações que há uma mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo.

4.12. Investimentos

As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial na Controladora. Nas operações entre as controladas da Companhia, os ganhos ou perdas não realizadas foram eliminados. A Companhia não possui participação societária em sociedades das quais não detém o controle.

A Companhia classifica em Provisões para perdas em investimentos os investimentos em controladas com patrimônio líquido negativo.

4.13. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, com exceção do derivativo contratado atrelado ao *Exchangeable Senior Notes*, que está mensurado a valor justo por meio do resultado.

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer prêmio, deságio ou ágio na contratação e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado, exceto quando sujeitos à capitalização.

Notas Explicativas

4.14. Fornecedores e outras obrigações

São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras.

4.14.1. Fornecedores - risco sacado

A Administração promoveu uma negociação junto aos fornecedores com o objetivo de alongar os prazos de pagamentos. Dessa forma a Companhia assinou um convênio junto a instituições financeiras que permite a antecipação do contas a receber de seus fornecedores. Considerando que a antecipação desse recebimento junto às instituições financeiras é uma opção dos fornecedores, como também, a Companhia não é ressarcida e/ou beneficiada pela instituição financeira de descontos por pagamento executado antes da data de vencimento acordada junto ao fornecedor, não há alteração do grau de subordinação do título em caso de execução judicial (vide nota explicativa 19).

4.15. Transportes a executar

Representa as obrigações da Companhia de prestação de serviços de transporte aéreo e outros serviços auxiliares à obrigação principal junto a seus clientes, líquida da receita de *breakage* já reconhecida no resultado, conforme detalhado na nota explicativa 4.17.1.

4.16. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, formalizada ou não, em consequência de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor desta possa ser feita.

4.16.1. Provisão para devolução de aeronaves e motores

Os contratos de arrendamento de aeronaves regularmente preveem obrigações contratuais estabelecendo condições para devolução. A Companhia provisiona os custos de devolução, uma vez que se tratam de obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e que irão gerar desembolsos futuros, no momento em que a mensuração possa ser feita com razoável segurança.

Os gastos previstos no momento inicial referem-se basicamente a reconfiguração de aeronaves (interior e exterior), obtenção de licenças e certificações técnicas, *checks* de devolução, pintura, entre outros, conforme estabelecido em contrato. O custo estimado é registrado a valor presente em contrapartida do ativo imobilizado. Após o registro inicial, o passivo é atualizado de acordo com a taxa de remuneração de capital estimada pela Companhia, com contrapartida no resultado financeiro. Eventuais alterações na estimativa de gastos a incorrer são registradas de forma prospectiva.

Notas Explicativas

Além dos gastos previstos de reconfiguração da aeronave, os contratos de arrendamento preveem as condições de preservação e vida útil dos componentes da aeronave a serem observadas no momento da devolução. Esta provisão depende de fatores que envolvem a utilização efetiva das aeronaves e motores, eventos de manutenção durante o período contratual, entre outras variáveis, sendo assim, é registrada a partir do momento em que a Companhia possui os elementos necessários para estimar de forma confiável o valor dos gastos a serem incorridos, considerando o período em que se torna uma obrigação presente pelas condições dos motores e componentes. A Companhia estima a provisão para devolução das aeronaves e motores a valor presente quando o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante, baseado no fim do contrato de arrendamento, momento no qual o desembolso se fará necessário.

4.16.2. Provisão para riscos tributários, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, principalmente no Brasil, cujas avaliações de probabilidades de perdas incluem a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A Companhia classifica os riscos de perda nos processos legais como prováveis, possíveis ou remotos. A provisão registrada em relação a tais processos reflete razoavelmente as perdas prováveis estimadas. Caso a Companhia possua demandas judiciais cujos valores não são conhecidos ou razoavelmente estimáveis, mas a probabilidade de perda seja provável, estas demandas têm sua natureza divulgada.

As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.17. Benefício pós-emprego

A Companhia reconhece ativos e passivos atuariais relacionados a benefício de plano médico oferecido a seus colaboradores de acordo com o CPC 33 (R1) - “Benefícios a Empregados”, equivalente ao IAS 19. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes tendo como base o relatório atuarial preparado por especialistas independentes, enquanto os benefícios pagos diretamente pela Companhia, o custo do serviço corrente e o custo dos juros são reconhecidos no resultado do exercício.

4.18. Reconhecimento de receita

4.18.1. Receita de passageiros, cargas e serviços auxiliares

A receita de passageiros é reconhecida quando o transporte aéreo é efetivamente prestado. Os bilhetes vendidos, mas ainda não utilizados são registrados na rubrica de transportes a executar, representando uma receita diferida de bilhetes vendidos a serem transportados em data futura, líquida da estimativa de receita de *breakage*.

A receita de *breakage* consiste no cálculo, com base histórica, de bilhetes emitidos que expirarão pela não utilização, ou seja, passageiros que adquiriram bilhetes e que apresentam grande probabilidade de não utilizá-los. Ao menos anualmente os cálculos são revisados com objetivo de refletir e capturar mudanças no comportamento dos clientes em relação à expiração de bilhetes. Cabe ressaltar que eventos futuros podem alterar significativamente o perfil dos clientes e seu comportamento histórico.

Notas Explicativas

Receitas originadas de embarque de cargas são reconhecidas quando as obrigações de desempenho serão atendidas.

Outras receitas que incluem serviços fretados, serviços de venda a bordo, tarifas de remarcação de voos, despacho de bagagem e outros serviços adicionais são reconhecidos junto com a obrigação principal de transporte de passageiro.

4.18.2. Receita de milhas

O Programa Smiles tem o objetivo de fidelizar seus clientes por meio da concessão de créditos de milhas aos participantes. A obrigação gerada pela emissão de milhas é mensurada com base no preço pelo qual as milhas foram vendidas aos parceiros aéreos e não aéreos da Smiles, considerados como o valor justo da transação.

As receitas provenientes do programa de milhagem com produtos e serviços aéreos, os quais são ofertados pela própria entidade, são reconhecidas no momento do transporte, visto que a obrigação de desempenho da entidade se torna exclusivamente o transporte aéreo e serviços relacionados, sendo a GLA a entidade que controla o serviço especificado antes que este seja transferido ao cliente. Para as trocas de prêmios com serviços e produtos não vinculados a entidade do mesmo grupo econômico, a obrigação de desempenho é cumprida no momento do resgate das milhas pelos participantes do programa Smiles.

Em decorrência de suas características o programa de milhas também propicia a possibilidade de se reconhecer uma receita de *breakage*. A Companhia calcula a estimativa de *breakage* por meio da probabilidade das milhas que têm chances significativas de expiração devido à não utilização, considerando o histórico comportamental dos participantes do Programa Smiles.

Cabe ressaltar que eventos futuros podem alterar significativamente o perfil dos clientes e seu padrão histórico do resgate de milhas. Tais alterações podem resultar em mudanças significativas no saldo de receita diferida, assim como no reconhecimento da receita de *breakage*, revisado anualmente.

4.18.3. Adoção de *hedge accounting* para proteção de receitas de passageiros e serviços auxiliares futuros

No curso regular de suas operações a Companhia realiza vendas recorrentes em dólares norte-americanos (“US\$”) principalmente em decorrência das rotas internacionais na América do Sul, Central e do Norte. Em 1º de agosto de 2019 a Administração adotou o *hedge accounting*, modalidade fluxo de caixa, como forma a reduzir a volatilidade dessas receitas futuras em moeda estrangeira (objeto de *hedge*), consideradas altamente prováveis, conforme previsto e expresso no parágrafo 6.3.1 do CPC 48 - “Instrumentos financeiros”, utilizando como instrumentos de *hedge* contratos de arrendamento registrados como dívida em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) - “Arrendamentos”.

Com a adoção do *hedge accounting*, os ganhos e perdas cambiais oriundos dos contratos de arrendamento (instrumento de *hedge*) serão acumulados em conta do patrimônio líquido, “Ajuste de avaliação patrimonial”, sendo apropriados ao resultado da Companhia no momento da realização das receitas oriundas de vendas em US\$.

Notas Explicativas

O *hedge accounting* deriva do *hedge* natural das operações da Companhia, retratada pelo fluxo de caixa (receitas e amortizações de dívida em US\$) e não representa aumento de custos financeiros, possibilitando a eliminação parcial da volatilidade cambial dos resultados da Companhia. A posição final do patrimônio líquido não é afetada pela adoção desta prática contábil.

Os elementos do *hedge accounting* são: (1) objeto de *hedge*: receita altamente provável de vendas em US\$; (2) instrumento de *hedge*: contratos de arrendamento atrelados ao US\$; (3) montante designado: 60 meses de receitas consideradas altamente prováveis, perfazendo um *notional* no momento da adoção inicial no montante de US\$903,102; (4) natureza do risco coberto: variação cambial; (5) especificação do risco coberto: câmbio *spot* USD/BRL; (6) tipo de relação de *hedge*: fluxo de caixa.

4.19. Remuneração baseada em ações

4.19.1. Opções de compra de ações

A Companhia oferece a seus executivos planos de opção de compra de ações. A Companhia reconhece como despesa, em base linear, o valor justo das opções ou ações, calculadas pelo método de *Black-Scholes*, apurado na data da outorga, durante o período de serviço exigido pelo plano em contrapartida ao patrimônio líquido. A despesa acumulada reconhecida reflete a melhor estimativa da Companhia sobre o número de ações que serão adquiridas. A despesa ou receita da movimentação ocorrida no exercício é reconhecida na demonstração do resultado.

O efeito das opções em aberto é refletido como diluição adicional no cálculo do lucro por ação diluído, quando aplicável.

4.19.2. Ações restritas

A Companhia também pode oferecer a seus executivos um plano de transferência de ações restritas que se realiza ao término do prazo estipulado a partir da data de concessão, conforme definido no plano de cada programa, na condição de que o beneficiário tenha mantido seu vínculo empregatício durante esse período. Tal transferência se dá preferencialmente através de ações mantidas em tesouraria.

O impacto de eventual revisão das quantidades de ações restritas que não serão adquiridas em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido.

4.20. Participação dos colaboradores e administradores nos lucros

Os colaboradores da Companhia têm direito a uma participação nos lucros com base em determinadas metas acordadas anualmente, e os administradores com base nas disposições estatutárias, propostas pelo Conselho de Administração e aprovadas pelos acionistas. O montante da participação é reconhecido no resultado do exercício em que as metas são atingidas.

Notas Explicativas

4.21. Receitas e despesas financeiras

Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos, variações cambiais sobre ativos e passivos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos e perdas nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado, juros sobre empréstimos e financiamentos, comissões e despesas bancárias, entre outros. As receitas e as despesas com juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

4.22. Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado através da divisão do resultado líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores da Companhia pela quantidade média ponderada de todas as classes de ações em circulação durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, a menos que esses ajustes não sejam diluidores.

Embora existam diferenças entre as ações ordinárias e as preferenciais quanto ao direito de voto e preferência em caso de liquidação, as ações preferenciais da Companhia não concedem o direito de recebimento de dividendos fixos. As ações preferenciais possuem poder econômico e o direito de recebimento de dividendos 35 vezes maior do que as ações ordinárias. Dessa forma, a Companhia considera que o poder econômico das ações preferenciais é superior às ações ordinárias. Sendo assim, o resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores é alocado de forma proporcional em relação à participação econômica total do montante de ações ordinárias e preferenciais.

4.23. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorrer em despesas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para tomada de decisão.

A Companhia efetua análises quantitativas e qualitativas conforme requer os pronunciamentos vigentes.

A Companhia regularmente administra seus negócios e toma decisões de alocações de recursos considerando a existência de apenas um segmento operacional de transporte aéreo.

As operações deste segmento têm origem principalmente na controlada GLA, pela prestação de serviços de transporte aéreo de passageiros e os principais ativos geradores de receitas são suas aeronaves. As outras receitas do segmento são originadas principalmente das operações de cargas, programa de fidelidade, manutenção de aeronaves de terceiros, entre outros.

Na tabela abaixo está demonstrada a análise quantitativa da receita bruta total do segmento de transporte aéreo por linha de receita:

Parâmetros	Consolidado	
	2023	2022
Quantitativo		
Transporte de passageiros	91,1%	92,6%
Outros	8,9%	7,4%

Notas Explicativas

4.24. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registradas à taxa de câmbio vigente da data em que as operações ocorrem. Ativos e passivos monetários designados em moeda estrangeira são apurados com base na taxa de câmbio vigente da data do balanço, e qualquer diferença resultante da conversão de moedas é registrada na rubrica de “Variação cambial, líquida” na demonstração de resultado do exercício.

As taxas de câmbio em reais em vigor na data base destas demonstrações financeiras são as seguintes:

	Taxa final		Taxa média	
	2023	2022	2023	2022
Dólar americano	4,8413	5,2177	4,9959	5,1630
Peso argentino	0,0060	0,0295	0,0192	0,0406

4.25. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Tem a finalidade de evidenciar a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada pela Companhia conforme requerido pela legislação societária brasileira como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar às demonstrações financeiras para as normas do IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas nos registros contábeis, seguindo as disposições contidas no CPC 09 - “Demonstração valor adicionado”.

4.26. Novas normas e pronunciamentos contábeis adotados no exercício corrente

As normas listadas na sequência tornaram-se válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2023 ou após essa data.

4.26.1. Alterações ao CPC 23: Definição de estimativas contábeis (Alterações à IAS 8)

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Notas Explicativas

4.26.2. Divulgação de políticas contábeis (Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2)

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS *Practice Statement* 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

4.26.3. Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (Alterações ao IAS 12)

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

4.26.4. Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

4.27. Principais estimativas contábeis e premissas utilizadas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas (conforme divulgado na nota explicativa 2) que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a saber:

- perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa 7);
- análise de recuperabilidade de depósitos para manutenção (nota explicativa 9);
- análise anual do valor recuperável de impostos diferidos (nota explicativa 12);
- vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida (notas explicativas 13 e 14);
- análise do valor recuperável de ágio e slots (nota explicativa 14);
- receita de *breakage* de passagens e milhas (notas explicativas 22 e 23);
- provisão para devolução de aeronaves e motores (nota explicativa 24);
- provisões para benefício pós-emprego (nota explicativa 24);
- provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota explicativa 24);
- transações com remuneração baseada em ações (nota explicativa 28);
- direitos e obrigações com operações de derivativos (nota explicativa 34); e
- valor justo de instrumentos financeiros (nota explicativa 34).

A Companhia revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis. O efeito das revisões das estimativas contábeis é reconhecido nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas.

4.28. Alterações de novas normas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

4.28.1. Alterações ao IAS 7 *Statement of Cash Flows* e ao IFRS 7 *Financial Instruments*

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 *Statement of Cash Flows* e ao IFRS 7 *Financial Instruments: Disclosures* para esclarecer as características de contratos de financiamento de fornecedores e exigir divulgação adicional destes contratos, de forma a auxiliar os usuários das demonstrações financeiras na compreensão dos efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa de uma entidade e exposição ao risco de liquidez. As alterações entrarão em vigor para períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Notas Explicativas

4.28.2. Alterações ao IFRS 16 Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 - Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo.

4.28.3. Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. O Grupo está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Notas Explicativas**5. Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e depósitos bancários	213.759	47	287.879	121.660
Equivalentes de caixa	588	132	36.049	47.375
Total	214.347	179	323.928	169.035

A composição do saldo de equivalentes de caixa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Moeda nacional				
Títulos privados	-	-	-	10
Aplicações automáticas	588	132	36.049	47.334
Total moeda nacional	588	132	36.049	47.344
Moeda estrangeira				
Títulos privados	-	-	-	31
Total moeda estrangeira	-	-	-	31
Total	588	132	36.049	47.375

6. Aplicações financeiras

	Rentabilidade média ponderada (a.a.)	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Moeda nacional					
Aplicações automáticas	10,0% do CDI	-	-	57.687	-
Títulos públicos	99,9% do CDI	-	-	1.871	3.880
Títulos privados	98,2% do CDI	40	753	211.420	253.386
Fundos de investimento	80,8% do CDI	3.786	4.062	10.027	10.576
Total moeda nacional (*)		3.826	4.815	281.005	267.842
Moeda estrangeira					
Fundos de investimento	26,45%	-	-	177.532	155.576
Total moeda estrangeira		-	-	177.532	155.576
Total		3.826	4.815	458.537	423.418
Circulante		3.826	4.814	315.901	404.113
Não circulante		-	1	142.636	19.305

(*) Do montante total registrado na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2023, R\$3.726 e R\$279.196 (R\$4.701 e R\$266.553 em 31 de dezembro de 2022), respectivamente, referem-se a aplicações utilizadas como garantias vinculadas a depósitos para operações de arrendamentos, instrumentos financeiros derivativos, processos judiciais e empréstimos e financiamentos.

Notas Explicativas

7. Contas a receber

	Consolidado	
	2023	2022
Moeda nacional		
Administradoras de cartões de crédito	287.984	287.754
Agências de viagens	308.268	317.487
Agências de cargas	94.860	45.986
Companhias aéreas parceiras	10.116	12.465
Outros	13.153	31.477
Total moeda nacional	714.381	695.169
Moeda estrangeira		
Administradoras de cartões de crédito	52.371	80.812
Agências de viagens	20.762	83.517
Agências de cargas	953	968
Companhias aéreas parceiras	32.259	33.075
Outros	23.632	16.741
Total moeda estrangeira	129.977	215.113
Total	844.358	910.282
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(19.162)	(22.548)
Total líquido	825.196	887.734

A composição de contas a receber por idade de vencimento, líquida das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, é como segue:

	Consolidado	
	2023	2022
A vencer		
Até 30 dias	518.053	722.923
De 31 a 60 dias	82.224	48.923
De 61 a 90 dias	55.286	16.681
De 91 a 180 dias	62.220	381
De 181 a 360 dias	5.703	23.590
Acima de 360 dias	1.597	7
Total a vencer	725.083	812.505
Vencidas		
Até 30 dias	39.228	46.856
De 31 a 60 dias	14.660	9.321
De 61 a 90 dias	6.808	3.383
De 91 a 180 dias	24.911	9.845
De 181 a 360 dias	13.327	2.598
Acima de 360 dias	1.179	3.226
Total vencidas	100.113	75.229
Total	825.196	887.734

Notas Explicativas

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo no início do exercício	(22.548)	(19.280)
(Adições) Reversões	3.386	(3.268)
Saldo no final do exercício	(19.162)	(22.548)

De acordo com o CPC 48/IFRS 9, a entidade deve reconhecer uma provisão para perdas por valor equivalente às perdas de créditos esperadas, a fim de refletir a estimativa da Companhia que um evento futura ocorra e resulte no não recebimento dos fluxos de caixa.

A provisão para perda de crédito esperada da Companhia para os recebíveis comerciais é efetuada pela avaliação de perdas esperadas considerando na análise, além de julgamentos efetuados com base no melhor conhecimento da Companhia.

Em linha com o disposto no item B5.5.35 do CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", a Companhia utiliza o expediente prático na estimativa das perdas de crédito esperadas para as contas a receber de clientes, a partir das perdas históricas utilizando uma matriz de provisões.

8. Estoques

	Consolidado	
	2023	2022
Materiais de consumo	36.893	26.494
Peças e materiais de manutenção	320.398	365.659
Adiantamentos a fornecedores	39.925	46.712
Total	397.216	438.865

A movimentação da provisão para obsolescência de estoques é conforme segue:

	Consolidado	
	2023	2022
Saldos no início do exercício	(9.611)	(6.176)
Adições	(597)	(4.876)
Baixas	940	1.441
Saldos no final do exercício	(9.268)	(9.611)

9. Depósitos

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Depósitos judiciais	41.305	45.042	510.317	591.177
Depósito em garantia de contratos de arrendamento	-	-	937.432	934.204
Depósito para manutenção	-	-	1.044.967	1.134.389
Outros	-	-	63.221	-
Total	41.305	45.042	2.555.937	2.659.770
Circulante	-	-	264.524	380.267
Não circulante	41.305	45.042	2.291.413	2.279.503

Notas Explicativas

9.1. Depósitos para manutenção

A Companhia efetua depósitos em dólar norte-americano para manutenção de aeronaves e motores, que serão utilizados em eventos futuros conforme estabelecido em determinados contratos de arrendamento mercantil.

Os depósitos para manutenção não isentam a Companhia, como arrendatária, das obrigações contratuais relativas às manutenções ou ao risco associado às atividades operacionais. Estes depósitos podem ser substituídos por garantias bancárias ou cartas de crédito (SBLC - *stand by letter of credit*) acordo com as condições estabelecidas no contrato de arrendamento da aeronave. A Companhia detém o direito de escolher realizar as manutenções internamente ou através de seus fornecedores. Em 31 de dezembro de 2023, nenhuma carta de crédito havia sido executada contra a Companhia.

A Companhia possui duas categorias de depósitos para manutenção:

- **Garantia de manutenção:** refere-se a depósitos pontuais que são reembolsados ao final do contrato de arrendamento, e podem também ser utilizados em eventos de manutenção, a depender de negociações com arrendadores. O saldo destes depósitos em 31 de dezembro de 2023 era de R\$164.314 (R\$231.222 em 31 de dezembro de 2022).
- **Reserva de manutenção:** refere-se aos valores pagos mensalmente com base na utilização dos componentes e podem ser utilizados em eventos de manutenção conforme determinação contratual. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo referente a tais reservas era de R\$880.653 (R\$903.167 em 31 de dezembro de 2022).

9.2. Depósitos judiciais

Os depósitos e bloqueios judiciais representam garantias de processos judiciais tributários, cíveis e trabalhistas, mantidos em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados. Parte dos depósitos judiciais referem-se a processos de ações cíveis e trabalhistas decorrentes de pedidos de sucessão em processos movidos contra Varig S.A. ou, ainda, a processos trabalhistas movidos por colaboradores que não pertencem à GLA ou a qualquer parte relacionada. Tendo em vista que a Companhia não é parte legítima para figurar no polo passivo de referidas ações judiciais, sempre que bloqueios ocorrem, é demandada sua exclusão e respectiva liberação dos recursos retidos. Em 31 de dezembro de 2023, os valores bloqueados referentes a processos de sucessão da Varig S.A. e a processos de terceiros eram de R\$ 47.754 e R\$ 70.904, respectivamente (R\$51.577 e R\$100.427 em 31 de dezembro de 2022), os demais valores referem-se a processos judiciais cuja Companhia é parte principal.

9.3. Depósitos em garantia de contratos de arrendamento

Conforme requerido pelos contratos de arrendamento mercantil, a Companhia realiza depósitos em garantia (em dólar norte-americano) às empresas arrendadoras, que podem ser resgatáveis mediante a substituição por outras garantias bancárias ou resgatáveis integralmente no vencimento dos contratos.

Notas Explicativas**10. Adiantamento a fornecedores e terceiros**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Adiantamento a fornecedores nacional	-	-	292.563	227.036
Adiantamento a fornecedores internacional	5.753	1.208	193.451	65.141
Adiantamento para materiais e reparos	8.750	35.788	46.637	60.179
Total adiantamento a fornecedores	14.503	36.996	532.651	352.356
Circulante	14.503	36.996	431.136	302.658
Não circulante	-	-	101.515	49.698

11. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
IRPJ e CSLL a recuperar	1.222	16.900	51.699	36.249
PIS e COFINS a recuperar	-	-	92.281	187.322
Impostos retidos por órgãos públicos	-	-	24.633	10.836
Imposto de valor agregado (IVA), no exterior	-	-	4.648	6.037
Outros	-	-	5.973	7.838
Total	1.222	16.900	179.234	248.282
Circulante	1.222	3.975	165.157	195.175
Não circulante	-	12.925	14.077	53.107

Notas Explicativas

12. Impostos diferidos

12.1. Impostos diferidos ativos (passivos)

As posições de ativos e passivos diferidos estão apresentadas a seguir e observam os direitos legais exequíveis de compensação que consideram impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributária.

	Controladora				
	2021	Resultado	2022	Resultado (*)	2023
Diferido ativo					
Prejuízos fiscais	50.385	4.534	54.919	(54.919)	-
Base negativa de contribuição social	18.137	1.633	19.770	(19.770)	-
Diferenças temporárias:					
Provisão para perda com outros créditos	7.132	(4.958)	2.174	(2.021)	153
Provisão para processos judiciais e obrigações fiscais	(94)	138	44	(44)	-
Outros	-	-	-	(153)	(153)
Total dos impostos diferidos ativos	75.560	1.347	76.907	(76.907)	-

(*) Considerando as projeções de realização dos tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou a baixa do imposto de renda e contribuição social diferidos.

A Administração considera que os ativos e passivos diferidos registrados em 31 de dezembro de 2023 decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da realização de suas bases e da expectativa de resultados futuros.

	Consolidado						
	2021	Resultado	Patrimônio líquido (*)	2022	Resultado	Patrimônio líquido (*)	2023
Diferido ativo (passivo) - GOL e Smiles Argentina							
Prejuízos fiscais	50.385	4.534	-	54.919	(54.919)	-	-
Base negativa de contribuição social	18.137	1.633	-	19.770	(19.770)	-	-
Diferenças temporárias:			-				
Provisão para perda com outros créditos	7.132	(4.958)	-	2.174	(2.021)	-	153
Provisão para processos judiciais e obrigações fiscais	(94)	139	-	45	(45)	-	-
Outros	239	99	5	343	(3.243)	2.902	2
Total dos impostos diferidos ativos	75.799	1.447	5	77.251	(79.998)	2.902	155
Diferido ativo (passivo) - GLA							
Diferenças temporárias:							
Direitos de voo	(353.226)	-	-	(353.226)	-	-	(353.226)
Depreciação de motores e peças de manutenção de aeronaves	(202.522)	(25.356)	-	(227.878)	(118.837)	-	(346.715)
Provisão para <i>breakage</i>	(197.246)	(102.783)	-	(300.029)	(96.009)	-	(396.038)
Amortização do ágio para fins fiscais	(143.297)	(46.914)	-	(190.211)	(46.915)	-	(237.126)
Operações com derivativos	(502)	22.687	-	22.185	13.238	-	35.423
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - contas a receber e outros créditos	209.141	(8.351)	-	200.790	(133.097)	-	67.693
Provisão para devolução de aeronaves e motores	310.746	(4.597)	-	306.149	90.453	-	396.602
Provisão para processos judiciais e obrigações fiscais	243.826	31.057	-	274.883	16.710	-	291.593
Operações de arrendamento de aeronaves e outros	84.500	102.755	-	187.255	86.716	-	273.971
Outros	48.169	(4.441)	-	43.728	25.578	-	69.306
Total dos impostos diferidos passivos	(411)	(35.943)	-	(36.354)	(162.163)	-	(198.517)
Total do efeito dos impostos diferidos no resultado		(34.496)			(242.161)		

(*) Variação cambial reconhecida em outros resultados abrangentes.

Notas Explicativas

A Companhia e sua controlada direta GLA possuem prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, a compensar com 30% dos lucros tributários futuros anuais, sem prazo para prescrição, não registrados no balanço patrimonial, nos seguintes montantes:

	GLAI		GLA	
	2023	2022	2023	2022
Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL	216.727	-	15.041.786	14.989.912
Crédito tributário potencial	73.687	-	5.114.207	5.096.570

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal nominal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(1.131.958)	(1.562.820)	(956.781)	(1.517.675)
Alíquota fiscal nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	384.866	531.359	325.306	516.010
Ajustes para o cálculo da alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	466.806	(358.853)	-	-
Diferença de alíquota sobre resultado de controladas	(963.161)	(185.008)	(532.269)	(26.841)
Receitas (despesas) não tributáveis, líquidas	(23.382)	(80.340)	(354.762)	(270.066)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	125.185	94.189	(174.633)	46.239
Benefício fiscal	-	-	136.819	194.588
Benefício não constituído sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias	(80.615)	-	334.061	(503.728)
Imposto de renda e contribuição social total	(90.301)	1.347	(265.478)	(43.798)
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(13.394)	-	(23.317)	(9.302)
Diferido	(76.907)	1.347	(242.161)	(34.496)
Total imposto de renda e contribuição social	(90.301)	1.347	(265.478)	(43.798)

13. Imobilizado

13.1. Controladora

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo do imobilizado era de R\$473.237 na controlada GAC (R\$416.348 em 31 de dezembro de 2022), relacionado principalmente a adiantamento para aquisição de aeronaves.

Notas Explicativas

13.2. Consolidado

		2022				2023					
	Taxa média ponderada (a.a.)	Custo histórico	Depreciação acumulada	Saldo inicial líquido	Adições	Alteração contratual	Depreciação	Baixas e transferências	Saldo final líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada
Equipamentos de voo											
Aeronaves - RoU ⁽¹⁾ com opção de compra	10,68%	1.406.085	(69.869)	1.336.216	14.939	-	(119.488)	(39.573)	1.192.094	1.380.225	(188.131)
Aeronaves - RoU ⁽¹⁾ sem opção de compra	16,07%	8.148.917	(2.827.551)	5.321.366	387.609	(45.274)	(745.348)	(3.691)	4.914.662	8.142.660	(3.227.998)
Peças e motores sobressalentes - próprios ^{(3) (4)}	6,60%	2.188.299	(1.061.674)	1.126.625	458.976	-	(143.105)	(186.941)	1.255.555	2.139.023	(883.468)
Peças e motores sobressalentes - RoU ⁽¹⁾	48,53%	146.188	(91.077)	55.111	136.153	1.068	(53.820)	(3.912)	134.600	275.981	(141.381)
Benfeitorias em aeronaves e motores	40,08%	3.447.804	(2.453.250)	994.554	502.004	(71.677)	(465.628)	(30.040)	929.213	3.292.621	(2.363.408)
Ferramentas	10,00%	63.183	(36.326)	26.857	6.337	-	(4.546)	(127)	28.521	68.809	(40.288)
		15.400.476	(6.539.747)	8.860.729	1.506.018	(115.883)	(1.531.935)	(264.284)	8.454.645	15.299.319	(6.844.674)
Imobilizado não aeronáutico											
Veículos	20,00%	11.996	(10.349)	1.647	1.448	-	(750)	-	2.345	12.722	(10.377)
Máquinas e equipamentos	10,00%	62.926	(51.514)	11.412	1.950	-	(1.925)	(36)	11.401	63.537	(52.136)
Móveis e utensílios	10,00%	33.870	(23.549)	10.321	2.085	-	(2.099)	(62)	10.245	34.013	(23.768)
Computadores, periféricos e equipamentos	19,78%	52.220	(42.317)	9.903	4.969	-	(5.293)	(47)	9.532	43.613	(34.081)
Computadores, periféricos e equipamentos - RoU ⁽¹⁾	43,60%	33.518	(25.579)	7.939	6.421	-	(6.468)	-	7.892	39.939	(32.047)
Benfeitoria em propriedade de terceiros	22,35%	185.621	(176.432)	9.189	334	-	(4.831)	-	4.692	185.929	(181.237)
Imóveis de terceiros - RoU ⁽¹⁾	18,11%	254.130	(43.603)	210.527	2.201	8.368	(22.996)	-	198.100	264.699	(66.599)
Obras em andamento		14.456	-	14.456	991	-	-	(398)	15.049	15.049	-
		648.737	(373.343)	275.394	20.399	8.368	(44.362)	(543)	259.256	659.501	(400.245)
Perdas por redução ao valor recuperável ⁽²⁾	-	(20.488)	-	(20.488)	(25.887)	-	-	-	(46.375)	(46.375)	-
Total do imobilizado em uso		16.028.725	(6.913.090)	9.115.635	1.500.530	(107.515)	(1.576.297)	(264.827)	8.667.526	15.912.445	(7.244.919)
Adiantamento a fornecedores	-	473.061	-	473.061	68.751	-	-	(21.638)	520.174	520.174	-
Total		16.501.786	(6.913.090)	9.588.696	1.569.281	(107.515)	(1.576.297)	(286.465)	9.187.700	16.432.619	(7.244.919)

Notas Explicativas

		2021								2022		
	Taxa média ponderada (a.a.)	Custo histórico	Depreciação acumulada	Saldo inicial líquido	Adições	Alteração contratual	Depreciação	Baixas e transferências	Saldo final líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	
Equipamentos de voo												
Aeronaves - RoU ⁽¹⁾ com opção de compra	10,66%	-	-	-	1.406.085	-	(69.869)	-	1.336.216	1.406.085	(69.869)	
Aeronaves - RoU ⁽¹⁾ sem opção de compra	16,69%	7.127.628	(1.958.755)	5.168.873	1.337.200	(186.580)	(987.591)	(10.536)	5.321.366	8.148.917	(2.827.551)	
Peças e motores sobressalentes - próprios ^{(3) (4)}	7,21%	2.062.646	(963.949)	1.098.697	208.237	-	(144.843)	(35.466)	1.126.625	2.188.299	(1.061.674)	
Peças e motores sobressalentes - RoU ⁽¹⁾	30,35%	129.223	(62.908)	66.315	17.343	(378)	(28.169)	-	55.111	146.188	(91.077)	
Benfeitorias em aeronaves e motores	37,41%	3.143.372	(2.370.691)	772.681	604.953	-	(363.149)	(19.931)	994.554	3.447.804	(2.453.250)	
Ferramentas	10,00%	56.826	(32.327)	24.499	6.407	-	(4.024)	(25)	26.857	63.183	(36.326)	
		12.519.695	(5.388.630)	7.131.065	3.580.225	(186.958)	(1.597.645)	(65.958)	8.860.729	15.400.476	(6.539.747)	
Imobilizado não aeronáutico												
Veículos	20,00%	11.076	(9.915)	1.161	920	-	(434)	-	1.647	11.996	(10.349)	
Máquinas e equipamentos	10,00%	62.837	(50.824)	12.013	1.341	-	(1.928)	(14)	11.412	62.926	(51.514)	
Móveis e utensílios	10,00%	32.508	(22.024)	10.484	1.778	-	(1.937)	(4)	10.321	33.870	(23.549)	
Computadores, periféricos e equipamentos	19,72%	49.636	(40.869)	8.767	4.937	-	(3.785)	(16)	9.903	52.220	(42.317)	
Computadores, periféricos e equipamentos - RoU ⁽¹⁾	49,69%	23.210	(20.251)	2.959	10.308	-	(5.328)	-	7.939	33.518	(25.579)	
Benfeitoria em propriedade de terceiros	20,32%	183.345	(166.832)	16.513	3	-	(9.683)	2.356	9.189	185.621	(176.432)	
Imóveis de terceiros - RoU ⁽¹⁾	13,13%	28.819	(24.186)	4.633	171.084	54.720	(19.910)	-	210.527	254.130	(43.603)	
Obras em andamento		15.410	-	15.410	1.402	-	-	(2.356)	14.456	14.456	-	
		406.841	(334.901)	71.940	191.773	54.720	(43.005)	(34)	275.394	648.737	(373.343)	
Perdas por redução ao valor recuperável ⁽²⁾	-	(26.854)	-	(26.854)	6.366	-	-	-	(20.488)	(20.488)	-	
Total do imobilizado em uso		12.899.682	(5.723.531)	7.176.151	3.778.364	(132.238)	(1.640.650)	(65.992)	9.115.635	16.028.725	(6.913.090)	
Adiantamento a fornecedores	-	499.019	-	499.019	92.811	-	-	(118.769)	473.061	473.061	-	
Total		13.398.701	(5.723.531)	7.675.170	3.871.175	(132.238)	(1.640.650)	(184.761)	9.588.696	16.501.786	(6.913.090)	

(1) *Right of Use* ("RoU") - Direito de uso.

(2) Saldo referente a perdas por redução ao valor recuperável para itens *rotables* (peças de reposição), classificados na rubrica de "Peças e motores sobressalentes", constituído pela Companhia de forma que os ativos sejam apresentados pela sua real capacidade de geração de benefício futuro esperado.

(3) Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de peças sobressalentes está concedido em garantia ao *Senior Secured Notes 2026 e 2028*, conforme nota explicativa 16.

(4) Em 31 de dezembro de 2023 não há motores da Companhia concedidos em garantia ao *Spare Engine Facility* e ao *Loan Facility*. (17 motores em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia avalia de seus ativos imobilizados pelo método de custo, ou seja, após o reconhecimento inicial, um item do ativo imobilizado é apresentado ao custo menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

Notas Explicativas**14. Intangível**

A composição e a movimentação do ativo intangível estão apresentadas a seguir:

	Consolidado									
	Taxa média ponderada (a.a.)	2022			Adições	Amortização	Baixas e transferências	2023		
		Custo histórico	Amortização acumulada	Saldo inicial líquido				Saldo final líquido	Custo histórico	Amortização acumulada
Ágio	-	542.302	-	542.302	-	-	-	542.302	542.302	-
Slots	-	1.038.900	-	1.038.900	-	-	-	1.038.900	1.038.900	-
Softwares	29,32%	564.939	(283.152)	281.787	168.017	(90.962)	(2.244)	356.598	639.490	(282.892)
Total		2.146.141	(283.152)	1.862.989	168.017	(90.962)	(2.244)	1.937.800	2.220.692	(282.892)

	Consolidado									
	Taxa média ponderada (a.a.)	2021			Adições	Amortização	Baixas e transferências	2022		
		Custo histórico	Amortização acumulada	Saldo inicial líquido				Saldo final líquido	Custo histórico	Amortização acumulada
Ágio	-	542.302	-	542.302	-	-	-	542.302	542.302	-
Slots	-	1.038.900	-	1.038.900	-	-	-	1.038.900	1.038.900	-
Softwares	26,41%	508.650	(268.476)	240.174	119.462	(77.651)	(198)	281.787	554.939	(273.152)
Outros	20,00%	10.000	(8.167)	1.833	-	(1.833)	-	-	10.000	(10.000)
Total		2.099.852	(276.643)	1.823.209	119.462	(79.484)	(198)	1.862.989	2.146.141	(283.152)

Os saldos de ágio e dos direitos de operação em aeroportos (*slots*) foram submetidos a teste de recuperabilidade em 31 de dezembro de 2023 e 2022 por meio do fluxo de caixa descontado da unidade geradora de caixa (UGC) de transporte aéreo. A Companhia opera uma única unidade geradora de caixa, considerando que a receita depende de diferentes ativos que não podem ser avaliados isoladamente para mensuração do valor em uso.

Para a determinação do valor contábil da UGC, a Companhia considera não somente os intangíveis registrados, bem como todos os ativos tangíveis necessários para a condução dos negócios, pois é apenas por meio da utilização deste conjunto que a Companhia obterá geração de benefício econômico.

Os resultados obtidos foram comparados com o valor contábil da unidade geradora de caixa e, como resultado, a Companhia não reconheceu perdas em relação ao valor recuperável de sua UGC. Nenhuma perda de valor recuperável foi registrada até a presente data.

Notas Explicativas

As premissas adotadas nos testes de redução ao valor recuperável dos intangíveis estão de acordo com as projeções internas para o período de cinco anos. Para o período após cinco anos aplica-se a extrapolação utilizando uma taxa de crescimento de perpetuidade. O fluxo de caixa descontado que determinou o valor em uso da unidade geradora de caixa foi preparado de acordo com o plano de negócios da Companhia, atualizado com o advento do processo do *Chapter 11*, mencionado na nota explicativa 1.2, e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

As principais premissas consideradas pela Companhia para a determinação do valor em uso da unidade geradora de caixa são:

- Capacidade e frota: considera a utilização, a capacidade da aeronave utilizada em cada trecho e a projeção de tamanho da frota em operação.
- Demanda: a eficiência de mercado é o principal *input* para a projeção de crescimento da demanda da Companhia. A Administração considera que a eficiência de mercado é a razão entre sua participação no mercado (*market share*) e sua participação na oferta (*seat share*). Este indicador reflete o quão eficientemente a Companhia emprega a sua participação na oferta total do mercado em função de sua captura de demanda por transporte aéreo.
- Receita por passageiro: considera o preço médio praticado pela GLA e considera efeitos de variáveis de mercado (vide variáveis utilizadas abaixo).
- Custos operacionais associados ao negócio: baseados em seu custo histórico e atualizados por indicadores, como inflação, relação com a oferta, demanda e variação da moeda norte-americana.

A Companhia também considerou variáveis de mercado tais como PIB (fonte: Banco Central do Brasil), dólar norte-americano (fonte: Banco Central do Brasil), barril de querosene (fonte: Agência Nacional de Petróleo Brasileira - "ANP") e taxa de juros (fonte: Bloomberg).

Os quadros a seguir demonstram a sensibilidade de variação do resultado do valor em uso calculado para comparação com o valor contábil em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	2023	2022
31 de dezembro:		
Valor contábil	4.471.882	3.803.774
Valor em uso	36.537.575	34.224.861
Taxa de desconto	17,21%	15,79%
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,48%	3,37%
Teste de sensibilidade:		
10% variação		
Valor em uso	30.725.353	28.513.408
Alteração do valor em uso	(5.812.222)	(5.711.453)
25% variação		
Valor em uso	24.193.541	21.713.858
Alteração do valor em uso	(12.344.034)	(12.511.003)

Notas Explicativas**15. Outros créditos e valores**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas antecipadas ⁽¹⁾	17.801	13.698	95.668	105.502
Comissões com agências ou administradoras de cartão	-	-	89.195	67.604
Outros ⁽²⁾	85.100	50.177	142.167	59.527
Total	102.901	63.875	327.030	232.633
 Circulante	 102.473	 63.858	 304.385	 199.446
Não circulante	428	17	22.645	33.187

(1) Referem-se a seguros e adiantamentos a funcionários, entre outros.

(2) Saldos a utilizar nos custos de devolução de aeronave.

Notas Explicativas

16. Empréstimos e financiamentos

A composição e a movimentação dos empréstimos e financiamentos estão apresentadas a seguir:

Controladora														
			2022					2023						
	Venciment o	Taxa de juros a.a.	Circulante	Não circulante	Total	Captações	Resultado não realizado do ESN	Pagamento de principal	Juros incorridos	Juros pagos	Variação cambial	Amortização de custos e ágio	Total	Não circulante
Contratos em moeda estrangeira														
ESN 2024 ⁽¹⁾ (a)	07/2024	3,75%	38.114	1.819.315	1.857.429	-	(14.894)	(1.639.173)	69.936	(56.007)	(26.525)	15	190.781	-
Senior Notes 2025 (b)	01/2025	7,00%	98.919	3.372.353	3.471.272	-	-	(1.592.644)	138.950	(182.740)	(139.446)	5.772	1.701.164	1.652.812
Senior Secured Notes 2026 (c)	06/2026	8,00%	-	3.272.229	3.272.229	-	-	(2.007.389)	128.728	(125.675)	(101.462)	16.663	1.183.094	1.183.094
Senior Secured Amortizing Notes (d)	06/2026	4,76%	121.111	882.168	1.003.279	220.634	-	(161.868)	46.242	(44.883)	(79.089)	7.605	991.920	512.772
Senior Secured Notes 2028 (f)	03/2028	18,00%	-	-	-	7.363.736	-	(6.407.576)	740.357	(154.122)	(237.777)	-	1.304.618	1.300.272
ESSN 2028 ⁽¹⁾ (g)	03/2028	18,00%	-	-	-	6.923.269	(3.409.360)	-	284.107	(177.697)	(117.959)	-	3.502.360	3.480.439
Bônus perpétuos (e)	-	8,75%	16.589	803.008	819.597	-	-	(79.615)	61.857	(65.182)	(51.723)	-	684.934	671.072
Total			274.733	10.149.073	10.423.806	14.507.639	(3.424.254)	(11.888.265)	1.470.177	(806.306)	(753.981)	30.055	9.558.871	8.800.461

Notas Explicativas

Controladora														
2021						2022								
	Vencimento	Taxa de juros a.a.	Circulante	Não circulante	Total	Captações	Resultado não realizado do ESN	Juros incorridos	Juros pagos	Variação cambial	Amortizações de custos e ágio	Total	Circulante	Não circulante
Contratos em moeda estrangeira														
ESN 2024 ⁽¹⁾ (a)	07/2024	3,75%	40.764	1.947.463	1.988.227	-	(132.626)	207.028	(84.037)	(128.292)	7.129	1.857.429	38.114	1.819.315
Senior Notes 2025 (b)	01/2025	7,00%	105.797	3.598.981	3.704.778	-	-	234.900	(239.917)	(237.683)	9.194	3.471.272	98.919	3.372.353
Senior Secured Notes 2026 (c)	06/2026	8,00%	-	3.451.977	3.451.977	-	-	268.457	(271.848)	(232.429)	56.072	3.272.229	-	3.272.229
Senior Secured Amortizing Notes (d)	06/2026	4,76%	-	-	-	1.003.279	-	-	-	-	-	1.003.279	121.111	882.168
Bônus perpétuos (e)	-	8,75%	17.743	858.843	876.586	-	-	69.533	(69.778)	(56.744)	-	819.597	16.589	803.008
Total			164.304	9.857.264	10.021.568	1.003.279	(132.626)	779.918	(665.580)	(655.148)	72.395	10.423.806	274.733	10.149.073

⁽¹⁾ Exchangeable Senior Notes vide nota explicativa 34.2.

- (a) Emissão do *Exchangeable Senior Notes* ("ESN") pela controlada Gol Finance em março, abril e julho de 2019, com vencimento em 2024, cujos detentores dos títulos terão o direito de permutá-los por *American Depositary Shares* ("ADSs") da Companhia, vide nota explicativa 34.
- (b) Emissões de *Senior Notes* 2025 pela controlada Gol Finance em dezembro de 2017 e em fevereiro de 2018, para recompra de *Sênior Notes* e propósitos gerais da Companhia, com vencimento em 2025.
- (c) Emissões de *Senior Secured Notes* 2026 pela controlada Gol Finance em dezembro de 2020, maio e setembro de 2021, com vencimento em 2026. As SSN 2026 têm garantias atreladas à recebíveis Smiles.
- (d) Emissão de *Senior Secured Amortizing Notes* pela controlada Gol Finance, em dezembro de 2022, janeiro, abril, junho e julho de 2023, com vencimento em 2025 (Série B) e 2026 (Série A), em troca do cumprimento integral de certas obrigações de pagamento de arrendamento de aeronaves, que estão sob acordo de diferimento.
- (e) Emissão do Bônus Perpétuos pela controlada Gol Finance em abril de 2006 para financiamentos de aquisição de aeronaves.
- (f) Emissão de *Senior Secured Notes* 2028 pela controlada Gol Finance com a Abra, entre março e dezembro de 2023, com vencimento em 2028. Vide nota explicativa 16.1.3.
- (g) Emissão do *Exchangeable Senior Secured Notes* ("ESSN") pela controlada Gol Finance em setembro de 2023, com vencimento em 2028. As ESSN 2028 têm garantias atreladas à propriedade intelectual da Gol e da Smiles e *Spare Parts* da Gol.

Notas Explicativas

			Consolidado												
			2022						2023						
	Vencimento	Taxa de juros a.a.	Circulante	Não circulante	Total	Captações	Resultado não realizado do ESN	Pagamento de principal	Juros incorridos	Juros pagos	Variação cambial	Amortização de custos e ágio	Total	Circulante	Não circulante
Contratos em moeda nacional															
Debêntures (a)	06/2026	17,23%	640.046	431.973	1.072.019	886.000	-	(1.090.976)	164.954	(165.537)	-	585	867.045	347.614	519.431
Capital de giro (b)	10/2025	17,76%	76.710	39.071	115.781	-	-	(76.417)	13.345	(13.934)	-	-	38.775	36.632	2.143
Contratos em moeda estrangeira															
Financiamento de importação (d)	05/2024	14,28%	77.193	-	77.193	-	-	(45.361)	8.415	(9.442)	(4.787)	-	26.018	26.018	-
ESN 2024 (e)	07/2024	3,75%	38.114	1.819.315	1.857.429	-	(14.894)	(1.639.173)	69.936	(56.007)	(26.525)	15	190.781	190.781	-
Spare Engine Facility (f)	09/2024	6,00%	30.265	93.963	124.228	-	-	(115.171)	3.338	(4.686)	(8.057)	348	-	-	-
Credit Facility (n)	11/2024	0,00%	-	-	-	104.377	-	(13.842)	2.199	-	146	-	92.880	92.880	-
Senior Notes 2025 (g)	01/2025	7,00%	98.919	3.372.353	3.471.272	-	-	(1.592.644)	138.950	(182.740)	(139.446)	5.772	1.701.164	48.352	1.652.812
Senior Secured Notes 2026 (h)	06/2026	8,00%	-	3.272.229	3.272.229	-	-	(2.007.389)	128.728	(125.675)	(101.462)	16.663	1.183.094	-	1.183.094
Senior Secured Amortizing Notes (i)	06/2026	4,76%	121.111	882.168	1.003.279	220.634	-	(161.868)	46.242	(44.883)	(79.089)	7.605	991.920	479.148	512.772
Loan Facility (j)	03/2028	6,71%	27.682	144.182	171.864	-	-	(159.198)	8.532	(10.191)	(12.274)	1.267	-	-	-
Senior Secured Notes 2028 (l)	03/2028	18,00%	-	-	-	7.363.736	-	(6.407.576)	740.357	(154.122)	(237.777)	-	1.304.618	4.346	1.300.272
ESSN 2028 ⁽¹⁾ (m)	03/2028	18,00%	-	-	-	6.923.269	(3.409.360)	-	284.107	(177.697)	(117.959)	-	3.502.360	21.921	3.480.439
Bônus perpétuos ⁽²⁾ (k)	-	8,75%	16.589	803.008	819.597	-	-	(79.615)	61.857	(65.182)	(51.723)	-	684.934	13.862	671.072
Total			1.126.629	10.858.262	11.984.891	15.498.016	(3.424.254)	(13.389.230)	1.670.960	(1.010.096)	(778.953)	32.255	10.583.589	1.261.554	9.322.035

Notas Explicativas

			Consolidado												
			2021				Resultado não realizado do ESN	Pagamento de principal	Juros incorridos	Juros pagos	Variação cambial	Amortização de custos e ágio	2022		
	Venciment o	Taxa de juros a.a.	Circulante	Não circulante	Total	Captações							Total	Circulante	Não circulante
Contratos em moeda nacional															
Debêntures (a)	10/2024	18,76%	109.519	1.055.249	1.164.768	-	-	(82.574)	187.332	(211.713)	-	14.206	1.072.019	640.046	431.973
Capital de giro (b)	10/2025	18,84%	48.239	9.757	57.996	110.000	-	(51.383)	10.447	(11.279)	-	-	115.781	76.710	39.071
Contratos em moeda estrangeira															
Financiamento com garantia Ex-Im Bank (c)	10/2022	3,56%	99.396	-	99.396	-	-	(91.231)	1.415	(988)	(9.931)	1.339	-	-	-
Financiamento de importação (d)	03/2023	11,59%	138.034	-	138.034	-	-	(51.889)	8.780	(8.669)	(9.063)	-	77.193	77.193	-
ESN 2024 (e)	07/2024	3,75%	40.764	1.947.463	1.988.227	-	(132.626)	-	207.028	(84.037)	(128.292)	7.129	1.857.429	38.114	1.819.315
Spare Engine Facility (f)	09/2024	6,00%	24.651	125.106	149.757	-	-	(17.321)	4.848	(3.478)	(9.860)	282	124.228	30.265	93.963
Senior Notes 2025 (g)	01/2025	7,00%	105.797	3.598.981	3.704.778	-	-	-	234.900	(239.917)	(237.683)	9.194	3.471.272	98.919	3.372.353
Senior Secured Notes 2026 (h)	06/2026	8,00%	-	3.451.977	3.451.977	-	-	-	268.457	(271.848)	(232.429)	56.072	3.272.229	-	3.272.229
Senior Secured Amortizing Notes (i)	06/2026	4,76%	-	-	-	1.003.279	-	-	-	-	-	-	1.003.279	121.111	882.168
Loan Facility (j)	03/2028	7,11%	50.471	218.040	268.511	-	-	(79.366)	11.372	(10.944)	(17.964)	255	171.864	27.682	144.182
Bônus perpétuos (k)	-	8,75%	17.743	858.843	876.586	-	-	-	69.533	(69.778)	(56.744)	-	819.597	16.589	803.008
Total			634.614	11.265.416	11.900.030	1.113.279	(132.626)	(373.764)	1.004.112	(912.651)	(701.966)	88.477	11.984.891	1.126.629	10.858.262

(1) *Exchangeable Senior Notes* vide nota explicativa 34.2.

(2) Em 31 de dezembro de 2020, contempla eliminação de partes relacionadas, considerando títulos desta emissão, efetuada pela Gol Finance, detidos pela GLA no valor de R\$10.609. Estes títulos foram revendidos, logo não há eliminação no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

- (a) As debêntures referem-se a: (i) 7ª emissão em 3 séries: 84.500 títulos restantes pela controlada GLA, originalmente em outubro de 2018 com a finalidade de liquidação integral antecipada da 6ª emissão; e (ii) 8ª emissão: 610.217 títulos pela controlada GLA em outubro de 2021 destinada ao refinanciamento de dívida de curto prazo. As debêntures têm garantias fidejussórias da Companhia e garantia real prestada pela GLA na forma de cessão fiduciária de determinados recebíveis de cartão de crédito, com a preservação dos direitos de antecipação dos recebíveis dessas garantias. Ambas as emissões repactuadas pela última vez em setembro de 2023, com alteração de prazo, taxa de juros, redução de garantia e remoção de outras obrigações relacionadas. Em 26 de setembro de 2023, a Companhia efetuou a repactuação da 7ª e 8ª emissão, conforme mencionado na nota explicativa 16.1.1.
- (b) Emissão de operações que tem o objetivo de manutenção e gestão de capital de giro da Companhia. A garantia de capital de giro está atrelada a recebíveis de cartão de crédito.
- (c) Financiamento garantido captado pela controlada Gol Finance em agosto de 2020, junto à Delta Airlines, garantido através de ações Smiles e outros ativos, integralmente liquidado em 2021.
- (d) Linhas de crédito junto a bancos privados, utilizadas para financiamento de importação de peças de reposição e equipamentos aeronáuticos. Tem garantias atreladas ao CDB.
- (e) Emissão do *Exchangeable Senior Notes* ("ESN") pela controlada Gol Finance em março, abril e julho de 2019, com vencimento em 2024, cujos detentores dos títulos terão o direito de permutá-los por *American Depositary Shares* ("ADSs") da Companhia.
- (f) Empréstimo com garantia de motores próprios da Companhia, com vencimento em 2024.
- (g) Emissões de *Senior Notes* 2025 pela controlada Gol Finance em dezembro de 2017 e em fevereiro de 2018, para recompra de Sênior Notes e propósitos gerais da Companhia.
- (h) Emissões de *Senior Secured Notes* 2026 pela controlada Gol Finance em dezembro de 2020, maio e setembro de 2021, com vencimento em 2026. As SSN 2026 têm garantias atreladas à recebíveis Smiles.
- (i) Emissão de *Senior Secured Amortizing Notes* pela controlada Gol Finance, em dezembro de 2022, janeiro, abril, junho e julho de 2023, com vencimento em 2025 (Série B) e 2026 (Série A), em troca do cumprimento integral de certas obrigações de pagamento de arrendamento de aeronaves, que estão sob acordo de diferimento.
- (j) Empréstimos com garantia de 3 motores em 31 de dezembro de 2023, realizado entre 2017 e 2020.
- (k) Emissão do Bônus Perpétuos pela controlada Gol Finance em abril de 2006 para financiamentos de aquisição de aeronaves.
- (l) Emissão de *Senior Secured Notes* 2028 pela controlada Gol Finance com a Abra, entre março e setembro de 2023, com vencimento em 2028. Vide nota explicativa 16.1.3.
- (m) Emissão do *Exchangeable Senior Secured Notes* ("ESSN") pela controlada Gol Finance em setembro de 2023, com vencimento em 2028. As ESSN 2028 têm garantias atreladas à propriedade intelectual da Gol e da Smiles e *Spare Parts* da Gol.
- (n) Linha de Crédito através do acordo de cooperação estratégica junto a AIR FRANCE -KLM ("AFKL"), com vencimento em 2024. Vide nota explicativa 16.1.4.

Notas Explicativas

O total de empréstimos e financiamentos individual e consolidado em 31 de dezembro de 2023 inclui custos de captação, prêmios, ágio e deságio no importe de R\$51.080 e R\$71.616, respectivamente (R\$155.969 e R\$178.706 em 31 de dezembro de 2022) que serão amortizados ao longo da vigência dos respectivos empréstimos e financiamentos. O total inclui ainda o valor justo do instrumento financeiro derivativo, referente à conversibilidade do ESN 2024, no montante de R\$9 em 31 de dezembro de 2023 (R\$17.753 em 31 de dezembro de 2022). Em função de suas características, o instrumento financeiro derivativo referente à conversibilidade do ESN 2028 está apresentado separado no grupo de Obrigações com operações de derivativos.

16.1. Novas captações e renegociações de empréstimos e financiamentos realizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

16.1.1. Debentures

Em 26 de setembro de 2023 foram realizadas as Assembleias Gerais de Debenturistas que deliberaram a alteração do vencimento da Primeira Série, Segunda Série, Terceira Série da 7ª emissão e Série Única da 8ª emissão de outubro de 2024 para junho de 2026, com nova remuneração de CDI + 5,0% a.a., podendo ser resgatadas antecipadamente pela Companhia.

O saldo em aberto de R\$886.000 será amortizado em 30 parcelas mensais de janeiro de 2024 a junho de 2026. A liquidação está condicionada à criação, pela Companhia, de uma estrutura de antecipação de recebíveis até 25 de janeiro de 2024, cujos recursos obtidos serão utilizados obrigatoriamente e prioritariamente para o pagamento integral do valor correspondente ao montante principal das emissões.

Estas renegociações foram avaliadas de acordo com o CPC 48 - “Instrumentos financeiros”, equivalente ao IFRS 9, e se enquadraram nas definições de modificação contratual.

16.1.2. Financiamento de importação

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a GLA renegociou ainda vencimentos de contratos desta modalidade, com impacto na taxa de juros, divulgados no quadro acima. As demais condições desta operação permaneceram inalteradas. Tais operações fazem parte de uma linha de crédito para financiamento de importações, com o objetivo de manutenção de motores, compra de peças de reposição e equipamentos aeronáuticos. Estas renegociações foram avaliadas de acordo com o CPC 48 - “Instrumentos financeiros”, equivalente ao IFRS 9, e não se enquadraram nas definições de desreconhecimento de passivo.

16.1.3. Senior Secured Amortizing Notes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia emitiu *Senior Secured Amortizing Notes* adicionais às emitidas em 30 de dezembro de 2022, conforme informações presentes na tabela abaixo:

Data da operação	Montante		Custos, prêmios e ágio		Taxa de juros (a.a.)	Data de vencimento
	(US\$ mil)	(R\$ mil)	(US\$ mil)	(R\$ mil)		
27/01/2023	6.993	35.499	365	1.826	5,0%	30/06/2026
20/04/2023	19.976	100.873	578	2.700	3,0%	30/06/2025
07/06/2023	9.000	44.207	214	1.160	3,0%	30/06/2025
19/07/2023	8.970	43.055	34	161	5,0%	30/06/2026
31/12/2023	-	-	(569)	(2.847)	-	-
Total	44.939	223.634	622	3.000		

Notas Explicativas

16.1.4. Credit Facility

Em outubro de 2023, a Companhia anunciou a expansão de sua parceria estratégica com a Air France - KLM. Em novembro de 2023 a GOL recebeu os montantes relacionados à linha de crédito totalizando US\$25.000, sendo R\$77.000 (US\$16.000) provenientes da Air France e R\$ 43.571(US\$9.000) da KLM, cujo valor justo no reconhecimento inicial de R\$ 72.892 (US\$14.818) para Air France e R\$ 41.438 (US\$8.365) para KLM com vencimento em novembro de 2024, sem a incidência de juros.

16.1.5. Senior Secured Notes e Exchangeable Senior Secured Notes 2028

Nos termos da transação do acionista controlador divulgada na nota explicativa 1.5, em fevereiro de 2023, a Companhia e a Abra assinaram o *Support Agreement* com o compromisso de investimento da Abra na Companhia a partir da emissão de *Senior Secured Notes* com vencimento em 2028.

Para tanto, a Abra concordou em emitir os *Senior Secured Notes* (“SSNs”) com vencimento em 2028, conversíveis em *Exchangeable Senior Secured Notes* (“ESSNs”) com vencimento em 2028 e o Grupo Ad-Hoc concordou em trocar certos *Senior Notes* existentes da Companhia (ESN 2024, *Senior Notes* 2025, *Senior Secured Notes* 2026 e os Bônus perpétuos) para os SSNs.

Em março de 2023, a Abra emitiu os SSNs e celebrou o *Senior Secured Note Purchase Agreement* tendo a GOL como garantidora e agente pagadora, a GOL Finance como emissora e com aval da Smiles Fidelidade S.A.. Nesta mesma data, a GOL emitiu *Senior Secured Notes* 2028 (“SSNs 2028”) para a Abra, que preveem o pagamento de juros de 18,0% a.a., pagos semestralmente, sendo que 4,5% são cupons com pagamento em caixa e 13,5% a.a. em PIK (*payment in kind*). As SSNs 2028 têm como garantia a propriedade intelectual, infraestrutura de sistemas, dados e manuais do programa de fidelidade Smiles, além de garantia de peças compartilhada com as *Senior Secured Notes* 2026.

Parte da emissão efetuada foi utilizada para recompra de 90,1% do ESN 2024, 47,3% do *Senior Notes* 2025, 61,4% do *Senior Secured Notes* 2026 e 9,9% do Bônus Perpétuos, avaliados contabilmente no montante total de R\$5.192.880. Considerando a troca do credor, tais amortizações foram consideradas como extinção parcial, sob a ótica do CPC 48 - “Instrumentos financeiros”, equivalente ao IFRS 9. Neste contexto, os custos relacionados a emissão, bem como a diferença entre o valor contábil atribuído à parte desreconhecida pela extinção parcial dos títulos recomprados e o valor nominal do novo passivo assumido, foram reconhecidos diretamente no resultado, vide nota explicativa 33. Além dos valores supracitados, parte da emissão não transitou pelo caixa da Companhia, sendo diretamente transferida pela Abra para pagamento de obrigação da Companhia junto a fornecedor.

Até 29 de setembro de 2023, a Companhia emitiu para a Abra, R\$6.494.496, equivalente a US\$1.258.031 mil, em forma de *Senior Secured Notes* 2028, cujo valor justo no reconhecimento inicial totalizou R\$6.934.269 (US\$1.343.181 mil). Dado que a transação foi realizada com a Abra, a diferença entre o valor nominal da dívida e o valor justo foi reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

Nesta mesma data, a Companhia realizou a conversão de R\$5.911.181 (US\$1.180.442 mil), de SSNs 2028 em *Exchangeable Senior Secured Notes* 2028 (“ESSNs 2028”), as quais poderão ser convertidos em ações preferenciais da GOL pela Abra e estarão sujeitos à determinadas condições precedentes, que podem ou não ser atendidas.

Notas Explicativas

As SSNs 2028 convertidas em ESSNs 2028 tinham valor contábil de R\$6.407.575 (US\$1.279.570 mil). Estas alterações foram avaliadas de acordo com o CPC 48 - "Instrumentos financeiros", equivalente ao IFRS 9, e se enquadraram nas definições de desreconhecimento de passivo das SSNs 2028, com a extinção do passivo financeiro original, e reconhecimento de um novo passivo financeiro das ESSNs 2028.

As ESSNs 2028 emitidas em 29 de setembro de 2023 possuem prazo, data de vencimento e pagamento de juros idênticos às SSNs 2028 anteriormente vigentes. No contexto desta transação, a Companhia emitiu um total de 1.008.166.796 bônus de subscrição de ações preferenciais de emissão da Companhia, sendo 991.951.681 subscritos com o propósito de conversão futura das ESSNs 2028, vide nota explicativa 26.3.

A Companhia efetuou a mensuração inicial do valor justo do passivo financeiro, considerando a abordagem de receita, resultando no montante de R\$6.789.995 (US\$1.355.938 mil). Dado que a transação foi realizada com a Abra, a diferença entre o preço de transação da parcela extinta das SSNs 2028 e o valor justo foi reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Em setembro de 2023, a parcela correspondente a opção de conversão dos títulos em ações a valor de mercado correspondeu a R\$3.409.360 (US\$680.837).

Entre o período de 01 de outubro de 2023 e 31 de dezembro de 2023 a Companhia emitiu *Senior Secured Notes* 2028 adicionais para a Abra no montante total de R\$407.990 (US\$82.364), cujo valor justo no reconhecimento inicial totalizou R\$22.349 (US\$4.550). Dado que a transação foi realizada com a Abra, a diferença entre o valor nominal da dívida e o valor justo foi reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

16.2. Empréstimos e financiamentos - não circulante

Em 31 de dezembro de 2023, os vencimentos dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante estão apresentados a seguir:

	2025	2026	2027	2028	Sem vencimento	Total
Controladora						
Contratos em moeda estrangeira						
Senior Notes 2025	1.652.812	-	-	-	-	1.652.812
Senior Secured Notes 2026	-	1.183.094	-	-	-	1.183.094
Senior Secured Amortizing Notes	376.994	135.778	-	-	-	512.772
Senior Secured Notes 2028	-	-	-	1.300.272	-	1.300.272
ESSN 2028	-	-	-	3.480.439	-	3.480.439
Bônus Perpétuos	-	-	-	-	671.072	671.072
Total	2.029.806	1.318.872	-	4.780.711	671.072	8.800.461
Consolidado						
Contratos em moeda nacional						
Debêntures	345.879	173.552	-	-	-	519.431
Capital de giro	2.143	-	-	-	-	2.143
Contratos em moeda estrangeira						
Senior Notes 2025	1.652.812	-	-	-	-	1.652.812
Senior Secured Notes 2026	-	1.183.094	-	-	-	1.183.094
Senior Secured Amortizing Notes	376.994	135.778	-	-	-	512.772
Senior Secured Notes 2028	-	-	-	1.300.272	-	1.300.272
ESSN 2028	-	-	-	3.480.439	-	3.480.439
Bônus Perpétuos	-	-	-	-	671.072	671.072
Total	2.377.828	1.492.424	-	4.780.711	671.072	9.322.035

Notas Explicativas**16.3. Valor justo**

Os valores justos dos empréstimos, em 31 de dezembro de 2023, são conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	Valor Contábil(*)	Valor justo	Valor Contábil(*)	Valor justo
Debêntures	-	-	867.045	867.045
ESN 2024	190.781	155.799	190.781	155.799
Senior Notes 2025	1.701.164	563.671	1.701.164	563.671
Senior Secured Notes 2026	1.183.094	439.994	1.183.094	439.994
Senior Secured Amortizing Notes	991.920	622.424	991.920	622.424
Senior Secured Notes 2028	1.304.618	392.065	1.304.618	392.065
ESSN 2028	3.502.360	1.879.613	3.502.360	1.879.613
Bônus Perpétuos	684.934	217.884	684.934	217.884
Demais empréstimos	-	-	157.673	157.673
Total	9.558.871	4.271.450	10.583.589	5.296.168

(*) Valor líquido dos custos de captação.

16.4. Condições contratuais restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas (*covenants*) nas Debêntures e no *Senior Secured Amortizing Notes*.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia estava em conformidade com os indicadores previstos nas escrituras da 7ª e 8ª emissão. A próxima obrigatoriedade de mensuração será em junho de 2024.

Na operação do *Senior Secured Amortizing Notes*, a Companhia possui a observância de cumprir com condições de garantias relacionadas a recebíveis trimestralmente. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía recebíveis da GLA em garantia referente a esse contrato que satisfaziam as condições contratuais. A próxima mensuração será em junho de 2024.

Notas Explicativas

17. Arrendamentos a pagar

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de arrendamentos a pagar é composto por: (i) R\$3.684 referente a pagamentos variáveis e arrendamentos de curto prazo, os quais se enquadram na isenção prevista no CPC 06 (R2) - Arrendamentos, equivalente ao IFRS 16 (R\$15.670 em 31 de dezembro de 2022); e (ii) R\$9.437.691 referente ao valor presente nesta data dos pagamentos futuros de arrendamentos (R\$11.191.289 em 31 de dezembro de 2022).

A composição e a movimentação do valor presente dos pagamentos futuros de arrendamentos estão apresentadas a seguir:

		Consolidado													
		2022						2023							
	Taxa média ponderada (a.a.)	Circulante	Não circulante	Total	Adições	Baixas	Alterações contratuais	Pagamentos ⁽¹⁾	Compensações com depósitos	Juros incorridos	Juros pagos	Variação cambial	Total	Circulante	Não circulante
Contratos em moeda nacional															
Com opção de compra	18,55%	5.036	3.313	8.349	6.421	-	-	(5.742)	-	1.238	(1.250)	-	9.016	5.232	3.784
Sem opção de compra	11,30%	37.219	221.342	258.561	2.201	-	8.368	(63.597)	-	27.894	-	-	233.427	23.840	209.587
Contratos em moeda estrangeira															
Com opção de compra	7,19%	133.884	1.257.198	1.391.082	15.643	(46.860)	-	(128.018)	-	90.398	(92.657)	(92.632)	1.136.956	118.177	1.018.779
Sem opção de compra	14,30%	1.756.449	7.776.848	9.533.297	574.254	(46.007)	(112.290)	(2.317.084)	(64.935)	1.106.571	-	(615.514)	8.058.292	1.588.709	6.469.583
Total		1.932.588	9.258.701	11.191.289	598.519	(92.867)	(103.922)	(2.514.441)	(64.935)	1.226.101	(93.907)	(708.146)	9.437.691	1.735.958	7.701.733

		Consolidado													
		2021						2022							
	Taxa média ponderada (a.a.)	Circulante	Não circulante	Total	Adições	Baixas	Alterações contratuais	Pagamentos ⁽¹⁾	Compensações com depósitos	Juros incorridos	Juros pagos	Variação cambial	Total	Circulante	Não circulante
Contratos em moeda nacional															
Com opção de compra	17,47%	-	-	-	10.308	-	-	(1.959)	-	505	(505)	-	8.349	5.036	3.313
Sem opção de compra	10,52%	29.456	8.552	38.008	171.084	(242)	54.720	(38.257)	-	33.248	-	-	258.561	37.219	221.342
Contratos em moeda estrangeira															
Com opção de compra	7,24%	-	-	-	1.552.433	-	-	(178.415)	-	64.821	(57.852)	10.095	1.391.082	133.884	1.257.198
Sem opção de compra	11,75%	1.999.791	8.696.745	10.696.536	1.334.588	2.328	(363.625)	(2.600.276)	(23.707)	1.218.045	-	(730.592)	9.533.297	1.756.449	7.776.848
Total		2.029.247	8.705.297	10.734.544	3.068.413	2.086	(308.905)	(2.818.907)	(23.707)	1.316.619	(58.357)	(720.497)	11.191.289	1.932.588	9.258.701

(1) Inclui o montante de R\$129.890 pago com a emissão das *Senior Secured Amortizing Notes* (R\$461.566 em 31 de dezembro de 2022).

Notas Explicativas

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu diretamente no custo dos serviços prestados, o montante de R\$98.902 referente a arrendamentos de curto prazo e pagamentos variáveis (R\$26.914 em 31 de dezembro de 2022).

No contexto das operações das aeronaves cargueiras dedicadas, a Companhia auferiu no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, receita de subarrendamento no montante de R\$45.639 (R\$6.663 em 31 de dezembro de 2022).

Os pagamentos futuros de contraprestações dos contratos de arrendamento estão detalhados a seguir:

	2023	2022
2023	-	3.059.448
2024	2.853.542	2.325.227
2025	2.150.980	2.055.173
2026	1.857.786	1.798.293
2027	1.683.326	1.624.277
2028	1.291.683	1.186.761
Após 2028	5.689.758	4.787.948
Total de pagamentos mínimos de arrendamento	15.527.075	16.837.127
Menos total de juros	(6.085.700)	(5.630.167)
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamentos	9.441.375	11.206.960
Menos parcela do circulante	(1.739.642)	(1.948.259)
Parcela do não circulante	7.701.733	9.258.701

17.1. Transações de sale-leaseback

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou 18 operações de sale-leaseback (12 motores e 6 aeronaves) e apurou um ganho líquido de R\$269.912 e R\$428.578 na controladora e no consolidado, respectivamente (R\$104.711 e R\$140.368 na controladora e no consolidado, respectivamente, referente a 8 aeronaves e 2 motores, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022), reconhecido no resultado na rubrica de “Transações de *sale-leaseback*” no grupo de Outras receitas e despesas operacionais, líquidas, vide nota explicativa 32.

17.2. Crédito de PIS e COFINS

A Companhia possui direito a crédito de PIS e COFINS nos contratos de arrendamento que aderiram ao CPC 06 (R2) / IFRS 16, na ocorrência de seus pagamentos. Apresentamos, abaixo, os valores potenciais desses impostos em 31 de dezembro de 2023:

	Valor Nominal	Ajustado a Valor Presente
Contraprestação do arrendamento	477.515	224.730
PIS e COFINS potencial (9,25%)	44.170	20.788

Notas Explicativas**18. Fornecedores**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Moeda nacional	61.228	16.951	1.765.777	1.858.820
Moeda estrangeira	23.776	24.569	327.464	461.134
Total	85.004	41.520	2.093.241	2.319.954
 Circulante	 85.004	 41.520	 2.000.079	 2.274.503
Não circulante	-	-	93.162	45.451

19. Fornecedores - Risco sacado

A Companhia possui contratos que possibilitam aos fornecedores anteciparem os seus recebíveis com instituição financeira. As operações de risco sacado não implicam em qualquer alteração dos títulos emitidos pelos seus fornecedores, sendo mantidas as condições originais de negociação, incluindo vencimentos e valores. Em 31 de dezembro de 2023, o montante registrado no passivo circulante decorrente das operações de risco sacado era de R\$39.877 (R\$29.941 em 31 de dezembro de 2022).

O saldo registrado em "Fornecedor - risco sacado" refere-se às antecipações de valores efetuadas pelos fornecedores por meio de cessão de crédito, em função do convênio firmado pela Companhia junto ao Banco Rendimento. Nesta operação, os fornecedores podem antecipar seus títulos diretamente com os bancos somente após a entrega das mercadorias para a Companhia, com prazo de 120 dias e taxa que varia de acordo com o DI deste prazo, porém sem necessidade de possuir nenhuma linha de crédito contratada com a entidade. Para a Companhia, as condições comerciais originais são mantidas, com o mesmo prazo de vencimento, taxas e valores envolvidos, apenas há a transferência do direito de recebimento dos títulos pelo fornecedor para a instituição financeira.

Notas Explicativas**20. Obrigações trabalhistas**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Parcelamento - INSS	15	67	221.490	190.776
Outras obrigações trabalhistas	-	65	426.239	409.675
Total Circulante	15	132	647.729	600.451
Parcelamento - INSS	-	-	495.968	285.736
Total Não Circulante	-	-	495.968	285.736
Total Obrigações Trabalhistas	15	132	1.143.697	886.187
Circulante	15	132	647.729	600.451
Não circulante	-	-	495.968	285.736

20.1. Movimentação dos Parcelamentos

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2021	400.495
Adições	451.914
Juros e multa	91.468
Pagamentos	(57.690)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	886.187
Adições	275.057
Juros e multa	133.204
Pagamentos	(150.751)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.143.697

Notas Explicativas**21. Impostos a recolher**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
PIS e COFINS	241	421	150	91.316
Parcelamentos ^(a)	-	-	461.520	341.756
IRRF sobre salários	14	20	51.817	54.364
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	8.543	22.125
Outros	24	37	21.782	14.362
Total	279	478	543.812	523.923
Circulante	279	478	205.261	258.811
Não circulante	-	-	338.551	265.112

(a) No período findo em 30 de setembro de 2023 a Companhia realizou adesão novos parcelamentos tributários federais simplificados de PIS, COFINS, IR e CS, com o prazo de vencimento de 5 anos.

21.1. Movimentação dos Parcelamentos

	Tributos Federais
Saldos em 31 de dezembro de 2021	34.213
Adições	334.479
Juros e multa	14.094
Pagamentos	(41.030)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	341.756
Adições	175.555
Juros e multa	45.555
Pagamentos	(101.346)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	461.520

22. Transportes a executar

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de transportes a executar classificado no passivo circulante era de R\$3.130.772 (R\$3.502.556 em 31 de dezembro de 2022) e está representado por 9.014.774 cupons de bilhetes vendidos e ainda não utilizados (8.828.006 em 31 de dezembro de 2022) com prazo médio de utilização de 61 dias (56 dias em 31 de dezembro de 2022).

Os saldos de transportes a executar são apresentados líquidos do *breakage* correspondente a R\$443.444 em 31 de dezembro de 2023 (R\$232.752 em 31 de dezembro de 2022).

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui reembolsos a pagar referentes a transportes não executados no montante de R\$11.492 (R\$48.566 em 31 de dezembro de 2022), registrados como Outras obrigações no passivo circulante.

Notas Explicativas**23. Programa de milhagem**

	Consolidado	
	2023	2022
Programa de milhas	2.739.189	2.533.410
<i>Breakage</i>	(734.316)	(664.106)
Total	2.004.873	1.869.304
Circulante	1.765.664	1.576.849
Não circulante	239.209	292.455

O *breakage* consiste na estimativa de milhas que apresentam alto potencial de expiração devido à sua expectativa de não utilização. O CPC 47, equivalente ao IFRS 15, prevê o reconhecimento da receita pela estimativa (*breakage*) ao longo do período contratual, portanto, antes do resgate das milhas, haja visto que este não é esperado antes da expiração.

O cálculo é realizado com base no comportamento histórico de consumo de milhas dos clientes Smiles, e, através de análise estatística, a Companhia realiza a projeção de resgate e a taxa de não utilização das milhas pelos clientes e reconhece a receita de *breakage* correspondente.

24. Provisões

	Consolidado			
	Benefício pós-emprego	Devolução de aeronaves e motores	Processos judiciais (a)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	75.439	2.679.833	832.050	3.587.322
Constituição (reversão) de provisão	12.562	35.450	296.524	344.536
Provisões utilizadas	(97)	(166.816)	(315.731)	(482.644)
Alteração de premissas	(28.290)	-	-	(28.290)
Experiência do plano	45.806	-	-	45.806
Ajuste a valor presente	7.977	231.800	-	239.777
Variação monetária e cambial	-	(179.072)	2.368	(176.704)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	113.397	2.601.195	815.211	3.529.803
Constituição (reversão) de provisão	9.860	519.673	475.854	1.005.387
Provisões utilizadas	(556)	(637.067)	(440.258)	(1.077.881)
Alteração de premissas	32.950	-	-	32.950
Experiência do plano	1.553	-	-	1.553
Ajuste a valor presente	13.380	93.190	-	106.570
Variação monetária e cambial	-	(188.282)	7.727	(180.555)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	170.584	2.388.709	858.534	3.417.827

Em 31 de dezembro de 2023

Circulante	-	737.636	-	737.636
Não circulante	170.584	1.651.073	858.534	2.680.191
Total	170.584	2.388.709	858.534	3.417.827

Em 31 de dezembro de 2022

Circulante	-	634.820	-	634.820
Não circulante	113.397	1.966.375	815.211	2.894.983
Total	113.397	2.601.195	815.211	3.529.803

(a) As provisões utilizadas consideram baixas por reavaliação de estimativa e processos liquidados.

Notas Explicativas**24.1. Benefício pós-emprego**

A Companhia oferece aos seus colaboradores planos de assistência médica que em decorrência da observação da legislação vigente gera obrigações com benefícios pós-emprego.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apurou perda de experiência decorrente, sobretudo, pelo aumento do número de aposentados com o direito de extensão vitalício, conforme as hipóteses atuariais. Os montantes referentes a alteração da taxa de desconto e experiência do plano foram contabilizados em outros resultados abrangentes.

As premissas atuariais aplicadas na mensuração do benefício pós-emprego estão apresentadas a seguir:

Premissas atuariais	Consolidado	
	2023	2022
Média ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido		
Taxa nominal de desconto (a.a.)	9,71%	11,62%
Taxa real de desconto (a.a.)	5,49%	5,97%
Taxa de inflação estimada no longo prazo (a.a.)	4,00%	5,33%
HCCTR - Taxa de inflação médica nominal (a.a.)	7,38%	8,75%
HCCTR - Taxa de inflação médica real (a.a.)	3,25%	3,25%
Tábua de mortalidade	AT-2000 suavizada em 10%	AT-2000 suavizada em 10%
Média ponderada de premissas para determinar o custo (receita) do benefício definido		
Taxa nominal de desconto (a.a.)	11,84%	10,59%
Taxa real de desconto (a.a.)	5,48%	5,97%
Taxa de inflação estimada no longo prazo (a.a.)	5,33%	5,02%
HCCTR - Taxa de inflação médica nominal (a.a.)	8,75%	8,43%
HCCTR - Taxa de inflação médica real (a.a.)	3,25%	3,25%
Tábua de mortalidade	AT-2000 suavizada em 10%	AT-2000 suavizada em 10%

24.2. Provisões para devolução de aeronaves e motores

Tais provisões consideram as obrigações contratuais identificáveis no início do contrato de arrendamento - manutenção programada, pintura, substituição de pneus e freios, revisão geral de trens de pouso, Legislação e remoção do sistema de entretenimento - com o objetivo de atender as condições contratuais de devolução bem como os custos a incorrer referentes a reconfiguração das aeronaves quando da sua devolução. A constituição inicial é registrada em contrapartida ao imobilizado, na rubrica de “Benfeitorias em aeronaves e motores”.

A Companhia possui ainda provisão de devolução de aeronaves e motores registrada em contrapartida do custo dos serviços prestados, considerando as condições atuais das aeronaves e motores e a previsão de utilização até a efetiva devolução. As referidas provisões são mensuradas a valor presente e serão desembolsadas até a devolução das aeronaves e motores.

Notas Explicativas**24.3. Processos Judiciais**

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em determinados assuntos legais oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos cíveis, administrativos, tributários, previdenciários e trabalhistas.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, constituída de acordo com o CPC 25 - “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”, equivalente ao IAS 37, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

	Consolidado			
	Perda provável		Perda possível	
	2023	2022	2023	2022
Cíveis	169.317	165.475	69.923	74.212
Trabalhistas	442.768	425.711	162.216	137.245
Tributários	246.449	224.025	1.405.541	1.247.288
Total	858.534	815.211	1.637.680	1.458.745

As provisões são revisadas com base na evolução dos processos e no histórico de perdas através da melhor estimativa corrente.

No âmbito dos processos judiciais tributários, a principal discussão em andamento é a não incidência do adicional de alíquota de 1% de Cofins sobre importações de aeronaves, partes e componentes no montante de R\$166.973 (R\$160.424 em 31 de dezembro de 2022). No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, diante das decisões proferidas pelos Tribunais Superiores considerando a legalidade da cobrança do adicional de alíquota nas importações realizadas por empresas aéreas, a Companhia reavaliou o prognóstico de perda, o que resultou na reclassificação de perda possível para provável dos débitos relacionados.

A Companhia discute a não incidência de contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, diante de decisão desfavorável à GOL proferida pelo TRF da 1ª Região e, ainda, do posicionamento dos Tribunais Superiores sobre a matéria, a Companhia reavaliou o prognóstico de perda, o que resultou na classificação de risco provável dos débitos relacionados.

Os processos de natureza tributária apresentados abaixo foram avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo relevantes e de risco possível em 31 de dezembro de 2023:

- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), montante de R\$37.332 (R\$34.265 em 31 de dezembro de 2022) decorrentes de Autos de Infração lavrados pela Prefeitura do Município de São Paulo contra a Companhia, no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2010, referente a uma possível incidência de ISS sobre contratos celebrados com parceiros. A classificação de risco possível decorre do fato de que as matérias em discussão são interpretativas, além de envolverem discussões de matérias fático-probatórias, bem como não havendo posicionamento final dos Tribunais Superiores.
- Multa aduaneira no montante de R\$76.870 (R\$71.888 em 31 de dezembro de 2022) referentes aos Autos de Infração lavrados contra a Companhia por suposto descumprimento de normas aduaneiras referentes a processos de importação temporária de aeronaves. A classificação de risco possível decorre do fato de não haver posicionamento final dos Tribunais Superiores sobre a matéria.

Notas Explicativas

- Ágio BSSF Air Holdings (“BSSF”), no montante de R\$45.147 (R\$69.932 em 31 de dezembro de 2022) decorrentes de Auto de Infração lavrado em função da dedutibilidade de ágio alocado como rentabilidade futura. A classificação de risco possível decorre do fato de não haver posicionamento final dos Tribunais Superiores. A redução dos valores em relação ao exercício passado, decorre da reclassificação para remoto da totalidade da multa de ofício, em virtude da Lei nº 14.689/2023.
- Em 2018, a incorporada Smiles recebeu um Auto de Infração relativo aos anos de 2014 e 2015, lavrado em função: (i) da dedutibilidade do ágio alocado como rentabilidade futura após o processo de incorporação da GA Smiles pela Smiles S.A. em 31 de dezembro de 2013 e (ii) da dedutibilidade das despesas financeiras das debêntures emitidas em junho de 2014. O montante de R\$153.931 em 31 de dezembro de 2023 (R\$141.454 em 31 de dezembro de 2022) foi avaliado pela Administração e pelos assessores jurídicos como de risco possível, uma vez que há argumentos de defesa em sede de recurso administrativo.
- Em 2021, a incorporada Smiles recebeu um Auto de Infração relativo aos anos de 2016 e 2017, lavrado em função da dedutibilidade do ágio alocado como rentabilidade futura após o processo de incorporação da GA Smiles pela Smiles S.A. em 31 de dezembro de 2013. O montante de R\$67.205 em 31 de dezembro de 2023 (R\$61.031 em 31 de dezembro de 2022) foi avaliado pela Administração e pelos assessores jurídicos como de risco possível, uma vez que há argumentos de defesa em sede de recurso administrativo.
- Ainda em 2021, a Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos em face da Companhia relativos a não homologação de compensações de créditos de contribuição previdenciária de agosto de 2018. O montante de R\$193.172 em 31 de dezembro de 2023 (R\$122.901 em 31 de dezembro de 2022) foi avaliado pela Administração e pelos assessores jurídicos como de risco possível, uma vez que há argumentos de defesa em sede de recurso administrativo.
- Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Gol recebeu, como sucessora da Smiles, Auto de Infração relativo aos anos de 2017 a 2019 lavrado em função: (i) da dedutibilidade do ágio alocado como rentabilidade futura após o processo de incorporação da GA Smiles em 31 de dezembro de 2013 e (ii) compensação de prejuízo fiscal da Webjet. O montante de R\$595.142 em 31 de dezembro de 2023 (R\$534.659 em 31 de dezembro de 2022) foi avaliado pela Administração e pelos assessores jurídicos como de risco possível, uma vez que há argumentos de defesa em sede de recurso administrativo.

Existem outros processos de natureza tributária avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$236.751 (R\$211.157 em 31 de dezembro de 2022) que somados com os processos acima totalizam o montante de R\$1.405.540 em 31 de dezembro de 2023 (R\$1.247.287 em 31 de dezembro de 2022).

As ações de natureza cível são relacionadas principalmente às ações indenizatórias em geral relacionadas a atrasos e cancelamentos de voos, extravios e danos a bagagens. As ações de natureza trabalhista consistem, essencialmente, em temas relacionados a horas extras, adicional de periculosidade, adicional de insalubridade e diferenças salariais.

Notas Explicativas**24.3.1. Processos ativos**

Em 2007, a Companhia iniciou uma arbitragem perante a Corte Internacional de Arbitragem ("ICC") contra os vendedores da VRG e seus acionistas controladores relacionada ao ajuste de preço de compra. Em janeiro de 2011, o ICC decidiu de forma favorável à GOL. Deu-se início então ao processo de execução da sentença arbitral, perante o Tribunal de Cayman, jurisdição de um dos réus, o qual decidiu em maio de 2022 em favor da GOL, confirmando que a sentença pode ser integralmente executada. Em maio de 2022 foi assinado um acordo entre as partes, liquidado em junho de 2023, através do qual a GOL recebeu US\$42.000 mil, equivalente a R\$204.330 na data do recebimento, para a resolução final da arbitragem.

25. Provisões para perdas em investimentos**25.1. Composição dos investimentos**

As informações dos investimentos estão demonstradas a seguir:

	Controladora	
	2023	2022
GOL Linhas Aéreas (GLA)		
Quantidade total de ações	4.198.483.614	4.198.483.614
Capital social	6.947.111	6.947.111
Percentual de participação	100%	100%
Patrimônio líquido (negativo)	(16.376.094)	(17.910.984)
Prejuízo do exercício	1.372.958	(1.055.450)

25.2. Movimentação dos investimentos

	GLA
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(18.292.878)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.055.450)
Resultados não realizados de <i>hedge</i>	305.448
Variação cambial de conversão de investimento no exterior	(5.341)
Perdas atuariais de benefício pós-emprego	(17.514)
Remuneração baseada em ações	26.184
Aumento de capital (a)	1.128.567
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(17.910.984)
Resultado de equivalência patrimonial	1.372.958
Resultados não realizados de <i>hedge</i>	252.576
Variação cambial de conversão de investimento no exterior	(64.318)
Perdas atuariais de benefício pós-emprego	(34.503)
Remuneração baseada em ações	8.177
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(16.376.094)

(a) Em 29 de dezembro de 2022 a controlada GLA realizou através de AGE o aumento de capital. O aumento mencionado no item foi realizado com base nos adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) que já tinham sido realizados pela Companhia em 2021 e 2022. O saldo de AFAC em 31 de dezembro de 2021 era R\$307.350.

Notas Explicativas**26. Patrimônio líquido****26.1. Capital social**

No dia 15 de fevereiro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia homologou a conversão voluntária de 210 ações ordinárias, em 6 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal e sem alteração do valor do capital social da Companhia.

No dia 26 de julho de 2023, o Conselho de Administração da Companhia homologou aumento de capital social no valor de R\$264, por meio da emissão de 85.827 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, decorrentes do exercício de opção de compra de ações outorgadas aos colaboradores elegíveis no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações. Em 31 de dezembro de 2023, o capital social a integralizar decorrentes do exercício de opção de ações é de R\$1.470.

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia era de R\$4.040.661 (R\$4.040.397 em 31 de dezembro de 2022), representado por 3.200.601.904 ações, sendo 2.863.682.500 ações ordinárias e 336.919.404 ações preferenciais (3.200.516.281 ações, sendo 2.863.682.710 ações ordinárias e 336.833.571 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2022). O capital social indicado acima encontra-se reduzido dos custos com emissão de ações no valor de R\$157.495 em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

A composição acionária da Companhia está apresentada a seguir:

	2023			2022		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Abra MOBI LLP ^{(1) (2) (3)}	50,00%	18,77%	24,86%	-	-	-
Abra Kingsland LLP ⁽³⁾	50,00%	18,77%	24,86%	-	-	-
MOBI FIA ^{(1) (2) (3)}	-	-	-	100,00%	38,93%	50,87%
American Airlines Inc.	-	6,59%	5,30%	-	6,60%	5,31%
Path Brazil ⁽²⁾	-	-	-	-	3,22%	2,59%
Abra Group Limited	-	3,75%	3,02%	-	-	-
Outros	-	1,46%	1,18%	-	1,41%	1,14%
Mercado	-	50,67%	40,78%	-	49,84%	40,09%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(1) No contexto das *Exchangeable Senior Notes* 2024, emitidas em 2019, a MOBI emprestou até 14.000.000 ADSs ao Bank of America Corporation, que opera o mecanismo de empréstimo de ADSs, a fim de facilitar as transações de derivativos negociados de forma privada ou outras atividades de hedge relacionadas às *Exchangeable senior notes*. Em 30 de setembro de 2023, há 4.477.760 ações preferenciais, equivalentes a 1,1% do total, dadas em garantia desta operação, que serão devolvidas ao MOBI no vencimento do *Exchangeable Senior Notes* ou no término do contrato de empréstimo. Como parte do fechamento das transações envolvidas na criação da Abra Group Limited, as ADSs foram transferidas para Abra MOBI LLP e Abra Kingsland LLP e parcialmente canceladas. Em 11 de agosto de 2023, foram canceladas 11.761.120 ADSs e as ações preferenciais subjacentes da GOL foram entregues às afiliadas da Abra. Atualmente, existem 2.238.880 ADSs em circulação sujeitas ao contrato de empréstimo de ADS com o Bank of America Corporation, que serão devolvidas no vencimento das *Exchangeable Senior Notes* ou na rescisão do contrato de empréstimo de ADS celebrado.

(2) Refere-se a entidades jurídicas controladas pelos acionistas controladores (família Constantino).

(3) No contexto do acordo entre o acionista controlador e os principais acionistas da Avianca, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a MOBI FIA transferiu 100% das ações ordinárias da Companhia para a Abra. Neste mesmo período, a Abra transferiu 50% das ações ordinárias da Companhia de sua propriedade para a Abra Kingsland LLP e 50% das ações ordinárias para a Abra MOBI LLP. A Abra detém 99,99% dos direitos econômicos da Abra MOBI LLP e Abra Kingsland LLP.

O capital social autorizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$17 bilhões. Dentro do limite autorizado, a Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária, mediante a emissão de ações, sem guardar proporção entre as diferentes espécies de ações. Nos termos da Lei, nos casos de aumento de capital dentro do limite autorizado, o Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

Notas Explicativas

26.2. Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía 50.112 ações em tesouraria, totalizando R\$1.709 (1.140.940 ações no valor de R\$38.910 em 31 de dezembro de 2022). Em 31 de dezembro de 2023, a cotação de fechamento de mercado das ações da Companhia era de R\$8,97 (R\$7,34 em 31 de dezembro de 2022).

26.3. Bônus de subscrição

No dia 14 de agosto de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão de até 1.891.497.584 bônus de subscrição, ao preço de R\$5,84 por unidade com prazo de exercício até 02 de março de 2028. Cada bônus de subscrição dará ao seu titular o direito de subscrever uma ação preferencial, pelo preço de exercício de R\$5,82, o qual poderá ser ajustado de tempos em tempos nos termos descritos no bônus de subscrição.

Após a conclusão do período assegurado aos acionistas da Companhia detentores do direito de preferência, 883.161.640 bônus de subscrição não foram subscritos e integralizados e 1.008.335.944 bônus de subscrição foram subscritos e integralizados dos quais:

- 991.951.681 foram subscritos e integralizados pela GOL Equity Finance, cujo direito de preferência foi cedido gratuitamente pelos acionistas controladores, no contexto da emissão das *Exchangeable Senior Secured Notes 2028*;
- 16.215.115 foram subscritos e integralizados por acionistas minoritários; e
- 169.148 foram objeto de boletins condicionados, cancelados em outubro de 2023.

Notas Explicativas**27. Resultado por ação**

O resultado básico por ação é calculado através da divisão do resultado líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores da Companhia pela quantidade média ponderada de todas as classes de ações em circulação durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui duas categorias de ações potencialmente dilutivas (as dívidas conversíveis em ações (ESSN) e as opção de compra de ações), conforme descrito nas notas explicativas 16 e 28.

O resultado por ação da Companhia foi determinado conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado					
	2023			2022		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador						
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas controladores	(238.851)	(983.408)	(1.222.259)	(311.590)	(1.249.883)	(1.561.473)
Denominador						
Média ponderada de ações em circulação (em milhares)	2.863.683	336.821		2.863.683	327.062	
Média ponderada ajustada de ações em circulação e conversões presumidas diluídas (em milhares)	2.863.683	336.821		2.863.683	327.062	
Prejuízo básico e diluído por ação	(0,083)	(2,920)		(0,109)	(3,822)	

Em função do prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os instrumentos potencialmente conversíveis não foram considerados na quantidade total de ações em circulação para determinação do prejuízo diluído por ação por terem um efeito anti-dilutivo.

28. Remuneração baseada em ações

A Companhia possui dois planos de remuneração adicional a seus executivos: o Plano de opção de compra de ações ("Plano de opções") e o Plano de ações restritas, ambos visam estimular e promover o alinhamento dos objetivos da Companhia, dos administradores e dos empregados, e mitigar os riscos na geração de valor da Companhia pela perda de seus executivos, fortalecendo o comprometimento e a produtividade desses nos resultados de longo prazo.

28.1. Plano de opção de compra de ações - GOL

Os beneficiários das opções de ações poderão adquirir as ações pelo preço estabelecido na data da outorga após o período de 3 ou 4 anos da data de concessão, na condição de que o beneficiário tenha mantido seu vínculo empregatício durante esse período.

As opções exercíveis em 3 anos tornam-se exercíveis à taxa de 20% no primeiro ano, 30% adicionais no segundo e 50% remanescentes no terceiro ano. Para os planos de opções de ações exercíveis em 4 anos os beneficiários poderão exercer 20% no primeiro ano, 20% no segundo ano, 30% no terceiro ano e 30% no quarto ano.

Notas Explicativas

Em todos os casos, as opções podem ser exercidas em até 10 anos após a data da concessão. Em todos os planos de opções, a volatilidade esperada baseia-se na volatilidade histórica dos 252 dias úteis das ações da Companhia negociadas na B3.

Ano da opção	Data da aprovação	Total de opções outorgadas	Total de opções em circulação	Preço de exercício da opção (em Reais)	Valor justo médio na data da concessão (em Reais)	Volatilidade estimada do preço da opção	Dividendo esperado	Taxa de retorno livre de risco	Maturidade remanescente média em anos
2014	12/08/2014	653.130	66.873	11,31	7,98 (a)	52,66%	3,27%	11,00%	0,5
2015	11/08/2015	1.930.844	169.764	9,35	3,37 (b)	55,57%	5,06%	13,25%	1,5
2016	30/06/2016	5.742.732	482.315	2,62	1,24 (c)	98,20%	6,59%	14,25%	2,4
2017	08/08/2017	947.767	190.819	8,44	7,91 (d)	80,62%	1,17%	11,25%	3,5
2018	24/05/2018	718.764	196.675	20,18	12,68 (e)	55,58%	0,60%	6,50%	4,3
2019	28/10/2019	1.749.223	529.613	25,40	12,10 (f)	61,98%	3,17%	9,00%	5,8
2020	30/07/2020	760.986	212.490	20,57	14,44 (g)	71,37%	0,92%	6,24%	6,5
2021	28/07/2021	658.189	240.256	21,05	14,44 (g)	74,34%	0,00%	8,85%	7,5
2022	26/10/2022	4.168.040	2.931.891	10,26	6,23(h)	75,23%	0,00%	12,76%	8,8
Total		17.329.675	5.020.696	12,38					19,36

(a) Valor justo calculado pela média dos valores R\$8,20, R\$7,89 e R\$7,85 para os respectivos períodos de *vesting* (2014, 2015 e 2016).

(b) Valor justo calculado pela média dos valores R\$3,61, R\$3,30 e R\$3,19 para os respectivos períodos de *vesting* (2015, 2016 e 2017).

(c) Valor justo foi calculado pela média dos valores R\$1,29, R\$1,21 e R\$1,22 para os respectivos períodos de *vesting* (2016, 2017 e 2018).

(d) Valor justo calculado pela média dos valores R\$8,12, R\$7,88 e R\$7,72 para os respectivos períodos de *vesting* (2017, 2018 e 2019).

(e) Valor justo calculado pela média dos valores R\$13,26, R\$12,67 e R\$12,11 para os respectivos períodos de *vesting* (2018, 2019 e 2020).

(f) Valor justo calculado pela média dos valores R\$12,90, R\$12,32 e R\$11,65 para os respectivos períodos de *vesting* (2019, 2020 e 2021).

(g) Valor justo calculado pela média dos valores R\$15,39, R\$14,89, R\$14,31 e R\$13,64 para os respectivos períodos de *vesting* (2020, 2021, 2022 e 2023).

(h) Valor justo calculado pela média dos valores R\$6,79, R\$6,50, R\$6,15 e R\$5,74 para os respectivos períodos de *vesting* (2021, 2022, 2023 e 2024).

O valor da ação da Companhia negociada na B3 em 31 de dezembro de 2023 era de R\$8,97 (R\$7,34 em 31 de dezembro de 2022).

A movimentação das opções de ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está demonstrada a seguir:

	Total de opções de ações	Preço médio ponderado de período
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2021	7.432.661	12,90
Opções concedidas	4.168.040	10,26
Opções exercidas	(207.179)	4,52
Opções canceladas e ajustes na estimativa de direitos expirados	(3.320.757)	20,78
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2022	8.072.765	13,00
Opções recompradas ou canceladas	(1.452.148)	3,97
Opções exercidas	(224.983)	2,79
Ajustes na estimativa de direitos expirados	(1.374.938)	13,47
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2023	5.020.696	12,38
Quantidade de opções exercíveis em:		
31 de dezembro de 2022	3.507.890	16,04
31 de dezembro de 2023	4.655.951	13,60

A despesa reconhecida no resultado do exercício correspondente aos planos de opções de ações no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$9.631 (R\$14.102 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

Em 17 de outubro de 2023, foi realizada a recompra de opções de ações no valor de R\$12.742, registrados na rubrica Despesas com pessoal, cujo valor justo de R\$5.762 estava registrado na rubrica Reserva de capital.

Notas Explicativas

28.2. Plano de ações restritas - GOL

O quadro abaixo apresenta os planos que possuem ações transferíveis em 31 de dezembro de 2023.

Ano da ação	Data da aprovação	Total de ações outorgadas	Total de ações transferíveis	Preço médio na data da concessão
2018	24/05/2018	773.463	-	20,18
2020	30/07/2020	801.311	-	20,57
2021	30/04/2021	858.068	534.838	21,05
2022	26/10/2022	637.830	548.207	10,26
Total		3.070.672	1.083.045	

A movimentação do total das ações restritas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está demonstrada a seguir:

	Total de ações restritas
Ações restritas em 31 de dezembro de 2021	1.546.250
Ações transferidas	(75.232)
Ações canceladas e ajustes na estimativa de direitos expirados	27.039
Outorgas concedidas	637.830
Ações restritas em 31 de dezembro de 2022	2.135.887
Ações transferidas	(950.941)
Ações canceladas e ajustes na estimativa de direitos expirados	(101.901)
Ações restritas em 31 de dezembro de 2023	1.083.045

A despesa reconhecida no resultado do exercício correspondente aos planos de opções de ações no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$7.121 (R\$12.082 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

29. Transações com partes relacionadas

29.1. Contratos de mútuos - ativo e passivo não circulante

A Controladora mantém mútuos ativos e passivos com a controlada GLA, sem avais e garantias, conforme quadro a seguir:

				Controladora			
				Ativo		Passivo	
Credor	Devedor	Tipo de operação	Taxa de juros (a.a.)	2023	2022	2023	2022
GOL	GLA	Mútuo	2,94%	626.230	765.933	3.333	-
GAC	GLA	Mútuo	2,75%	1.067.015	1.099.740	133.430	145.434
Gol Finance	GLA	Mútuo	2,81%	5.888.008	5.219.175	-	-
Total				7.581.253	7.084.848	136.763	145.434

Notas Explicativas

Além dos valores acima, o quadro a seguir demonstra os demais saldos entre as Companhias eliminados no Consolidado:

Credor	Devedor	Tipo de operação	Vencimento dos contratos	Taxa de juros (a.a.)	Saldos	
					2023	2022
Gol Finance	GOL	Bônus de subscrição (*)	07/2024	-	602.350	602.350
Gol Finance	GOL	Bônus de subscrição (**)	03/2028	18,00%	5.792.998	-
Gol Finance Inc.	GAC	Mútuo	01/2023	8,64%	1.067.745	1.179.279
Gol Finance	GAC	Mútuo	02/2025	4,73%	954.159	999.717
Gol Finance	Gol Finance Inc.	Mútuo	01/2024	1,15%	569.819	523.746
Gol Finance Inc.	Gol Finance	Mútuo	03/2020	11,70%	1.681	1.812
GLA	Smiles Viagens	Dividendos	-	-	-	-
Smiles Viagens	GLA	Repasse	-	-	(4.064)	3.501
Smiles Argentina	GLA	Repasse	-	-	10.369	5.013
Total					8.995.057	3.315.418

(*) A controlada Gol Finance, por meio da Gol Equity Finance, adquiriu o bônus de subscrição emitido pela Companhia no âmbito do *Exchangeable Senior Notes*.

(**) Emissão de *Exchangeable Senior Secured Notes* ("ESSN") pela Gol Equity Finance em setembro de 2023, com vencimento em 2028.

Em 31 de dezembro de 2023, a receita financeira decorrente dos mútuos entre partes relacionadas é de R\$287.551 (R\$178.060 em 31 de dezembro de 2022).

29.2. Serviços de transporte e consultoria

No decorrer de suas operações, a Companhia, por si e por meio de suas subsidiárias celebrou contratos com as empresas listadas a seguir, que são de propriedade dos principais acionistas da Companhia:

- **Expresso Caxiense S.A.:** Prestação de serviços de transporte de passageiros na ocorrência de voo interrompido, com vigência até novembro de 2025; e
- **Viação Piracicabana S.A.:** Prestação de serviços de transporte de passageiros, bagagens, tripulantes e colaboradores entre aeroportos, com vigência até setembro de 2026.

Em 31 de dezembro de 2023 a controlada GLA reconheceu uma despesa total referente a esses serviços de R\$3.000 (R\$6.455 em 31 de dezembro de 2022). Na mesma data, o saldo a ser pago na rubrica de fornecedores às empresas ligadas era de R\$55 (R\$737 em 31 de dezembro de 2022).

Notas Explicativas

29.3. Contratos de abertura de conta UATP (“Universal Air Transportation Plan”) com concessão de limite de crédito

A controlada GLA celebrou contratos de abertura de conta UATP com as partes relacionadas indicadas a seguir: Aller Participações S.A.; BR Mobilidade Baixada Santista S.A.; Comporte Participações S.A. (“Comporte”); Empresa Cruz de Transportes Ltda.; Empresa Princesa do Norte S.A.; Expresso Itamarati S.A.; Expresso Maringá do Vale S.A.; Expresso União Ltda.; Glarus Serviços Tecnologia e Participações S.A.; Limmat Participações S.A.; Quality Bus Comércio de Veículos S.A.; Super Quadra Empreendimentos Imobiliários S.A.; Thurgau Participações S.A.; Transporte Coletivo Cidade Canção Ltda.; Turb Transporte Urbano S.A.; Vaud Participações S.A.; e Viação Piracicabana Ltda.; com prazo indeterminado, cuja finalidade é a emissão de créditos para a compra de passagens aéreas emitidas pela Companhia. A conta UATP (cartão virtual) é aceita como meio de pagamento na compra de passagens aéreas e serviços relacionados, buscando simplificar o faturamento e viabilizar o pagamento entre as companhias participantes.

Esses contratos foram celebrados em condições de mercado, em linha com as que prevalecem em transações que a Companhia contrataria com terceiros. As empresas indicadas acima são de propriedade dos principais acionista da Companhia.

29.4. Acordo de parceria comercial de transportes multimodal

A controlada GLA celebrou um Acordo de parceria comercial com empresas União Transporte, Itamarati Express e Cruz Encomendas (em conjunto, “Grupo Comporte”), Tex Transportes, com vigência até janeiro de 2024, cuja finalidade é a prestação de serviços de transporte multimodal, incluindo o transporte rodoviário de cargas pelas Parceiras e os serviços de transporte aéreo pela GLA. Para a consecução do Acordo a GLA celebrou com cada uma das empresas um Contrato de prestação de serviços de transportes multimodal. As partes serão remuneradas pelo valor do serviço relativo ao trecho operado por cada parte, mediante emissão do respectivo CTe, de acordo com os valores estabelecidos nas tabelas de preços praticados por cada Parte.

Esses contratos foram celebrados em condições de mercado, em linha com as que prevalecem em transações que a Companhia contrataria com terceiros. As empresas indicadas acima são de propriedade dos principais acionista da Companhia.

29.5. Acordo de parceria comercial Pagol

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia firmou dois contratos com a parte relacionada Pagol Participações Societárias Ltda (“Pagol”).

A Companhia e a Pagol celebraram Acordo Comercial para divulgação dos produtos financeiros ofertados pela Pagol para os clientes, fornecedores e colaboradores da Companhia. Este Acordo tem vigência de 10 anos e sua implementação depende de condições precedentes estabelecidas em contrato, com a possibilidade da Companhia receber uma receita de comissão, a ser negociada entre as partes, de acordo com os produtos ofertados. Posteriormente, em 04 de abril de 2023, as Partes incluíram a Pagol Sociedade de Crédito Direto S.A. como parte no Acordo.

No âmbito do acordo comercial, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia firmou um convênio para Intermediação de Operações de Cessão de Crédito, que possibilita que os fornecedores da Companhia antecipem seus recebíveis com a Pagol. Em 31 de dezembro de 2023, a controlada GLA não realizou transações referente a esses serviços (R\$3.735 em 31 de dezembro de 2022) e não existiam saldos em aberto nesta data e em 31 de dezembro de 2022.

Notas Explicativas

Em novembro de 2022, a Companhia firmou um acordo para a adesão da Pagol ao Programa Smiles, para aquisição e concessão dos direitos de resgates consubstanciados nas milhas Smiles aos seus clientes, como forma de incentivo à aquisição dos produtos/serviços oferecidos pela Pagol. O valor será pago pela Pagol, mensalmente, correspondente as milhas adquiridas no período. Este Acordo tem vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura, podendo o prazo ser prorrogado mediante mútuo acordo entre as Partes. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou transações deste acordo no montante total de R\$133.626, tendo R\$14.597 a receber nesta data.

No âmbito do acordo comercial, em maio de 2023, a Companhia firmou o Termo de Convênio para Concessão de Crédito Consignado Privado com a Pagol Sociedade de Crédito Direto S.A., com o intuito de conceder empréstimo(s) e financiamento(s), aos seus funcionários.

Em dezembro de 2023, a Companhia firmou Termo de Parceria com a Pagol pelo qual concederá aos colaboradores da Pagol um incentivo na aquisição de milhas da Companhia.

Esses contratos foram celebrados em condições de mercado, em linha com as que prevalecem em transações que a Companhia contrataria com terceiros. A empresa indicada acima é de propriedade dos principais acionistas da Companhia.

29.6. Acordo de parceria comercial Comporte

Em dezembro de 2022, a Companhia firmou um acordo com a parte relacionada Comporte Participações S.A, cujo objeto é a venda antecipada de milhas Smiles para a Comporte ofertar a seus clientes direta ou indiretamente.

O contrato firmou a venda antecipada de milhas Smiles no valor de R\$70.000 que foram pagos e em dezembro de 2022 estão registrados no grupo de Adiantamentos de clientes. Este Acordo tem vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura ou quando o lote de Milhas Smiles adquiridas se acabarem, o que ocorrer primeiro, podendo o prazo ser prorrogado mediante mútuo acordo entre as Partes. O saldo recebido foi reconhecido como adiantamento de clientes no passivo circulante. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Comporte cedeu os adiantamentos para a Pagol, que foram integralmente compensados.

Esse contrato foi celebrado em condições de mercado, em linha com as que prevalecem em transações que a Companhia contrataria com terceiros. A empresa indicada acima é de propriedade dos principais acionistas da Companhia.

29.7. Garantidor/Fiador em Contrato de Locação - AAP Administração Patrimonial S.A

Em dezembro de 2023 a AAP Administração Patrimonial S.A. atuou como garantidora da Companhia no Instrumento Particular de Contrato Atípico de Locação celebrado pela controlada GLA e o Mais Shopping Fundo de Investimento Imobiliário para a instalação de uma agência para venda de passagens aéreas e pacote de viagens, com prazo de vigência de 48 (quarenta e oito) meses, a partir de 30 de novembro de 2023 e término em 29 de novembro de 2027.

Tal transação foi realizada em condições de mercado, em linha com as que prevalecem em transações que a Companhia contrataria com terceiros. A empresa indicada acima é de propriedade dos principais acionistas da Companhia.

Notas Explicativas**29.8. Support Agreement - Abra**

No contexto da operação firmada pelos acionistas controladores divulgada nas notas explicativas 1.5 e 16.1.5, em março de 2023, a Companhia e a Abra assinaram o *Support Agreement* com o compromisso da Abra de investir na Companhia por meio da emissão de *Senior Secured Notes* com vencimento em 2028. Os valores relacionados a esta operação estão registrados na rubrica “Empréstimos e Financiamentos”.

29.9. Acordos com a Avianca

No contexto da formação da Abra, a Aerovias del Continente Americano S.A. (“Avianca”) tornou-se uma parte relacionada. A controlada GLA possui os seguintes contratos com as empresas do grupo Avianca: (i) *Codeshare Agreement*, assinado em outubro de 2019, para compartilhamento de seus códigos aéreos de forma a expandir a oferta de tráfego aéreo entre as empresas negociantes aos seus clientes; (ii) *Frequent Flyer and Loyalty Program Participation Agreement*, firmado em julho de 2020, para participação mútua do Programa de Fidelidade - Smiles e LifeMiles; (iii) *Special Prorate Agreement*, firmado em junho de 2023, para divisão de receitas compartilhadas entre as companhias aéreas.; e (iv) *Reciprocal Lounge Access Agreement*, assinado em setembro de 2023, para compartilhamento de acesso ao lounge de seus clientes e (v) *Participation Agreement*, celebrado em 01 de dezembro de 2023 para participação em programa de milhagem.

Esses Contratos foram celebrados em condições de mercado, em linha com as que prevalecem em acordos que a Companhia firmaria com outras companhias aéreas.

29.10. Remuneração do pessoal-chave da Administração

	Consolidado	
	2023	2022
Salários, bônus e benefícios (*)	44.229	48.061
Encargos sociais	11.700	12.760
Remuneração baseada em ações	17.221	19.106
Total	73.150	79.927

(*) Inclui remuneração de membros da administração, comitê de auditoria e conselho fiscal.

Notas Explicativas**30. Receita de vendas**

	Consolidado	
	2023	2022
Transporte de passageiros (a)	17.253.631	14.621.481
Transporte de cargas	964.240	530.578
Receita de milhas	622.018	546.104
Outras receitas	108.927	84.360
Receita bruta	18.948.816	15.782.523
Impostos incidentes (b)	(174.792)	(583.798)
Receita líquida	18.774.024	15.198.725

- (a) Do montante total, o valor de R\$377.829 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é composto por receitas de não comparecimento de passageiros, remarcação, cancelamento de passagens (R\$272.807 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022).
- (b) As alíquotas do PIS e da Cofins sobre as receitas decorrentes da atividade de transporte aéreo regular de passageiros, auferidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram reduzidas a 0 (zero), conforme Medida Provisória 1.147/2022 convertida na Lei 14.592/2023.

A receita por localidade geográfica é como segue:

	2023	%	2022	%
Doméstico	16.365.889	87,2	13.411.513	88,2
Internacional	2.408.135	12,8	1.787.212	11,8
Receita líquida	18.774.024	100,0	15.198.725	100,0

Notas Explicativas

31. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custos dos serviços prestados				
Pessoal	-	-	(1.706.849)	(1.567.767)
Combustíveis e lubrificantes	-	-	(5.950.351)	(6.288.371)
Material de manutenção e reparo	-	-	(1.364.612)	(461.612)
Gastos com passageiros	-	-	(811.703)	(882.842)
Prestação de serviços	-	-	(240.700)	(209.583)
Tarifas de pouso e decolagem	-	-	(901.156)	(777.349)
Depreciação e amortização	-	-	(1.532.317)	(1.489.577)
Outros custos operacionais	-	-	(470.967)	(371.850)
Total custos dos serviços prestados	-	-	(12.978.655)	(12.048.951)
Despesas comerciais				
Pessoal	-	-	(42.592)	(37.046)
Prestação de serviços	-	-	(227.633)	(185.267)
Comerciais e publicidade	(261)	(285)	(918.583)	(817.404)
Outras despesas comerciais	-	(39)	(69.435)	(66.015)
Total despesas comerciais	(261)	(324)	(1.258.243)	(1.105.732)
Despesas administrativas				
Pessoal (a)	(4.308)	(5.719)	(773.214)	(674.010)
Prestação de serviços	(91.366)	(23.054)	(740.879)	(527.516)
Depreciação e amortização	-	-	(134.942)	(121.851)
Outras despesas administrativas	(26.826)	(24.780)	(444.334)	(322.805)
Total despesas administrativas	(122.500)	(53.553)	(2.093.369)	(1.646.182)
Outras receitas (despesas) operacionais				
Transações de <i>sale-leaseback</i> (b)	269.912	104.711	428.578	140.368
Recuperação de tributos pagos	-	-	93.697	45.954
Indenização de terceiros (c)	-	-	209.836	-
Ociosidade - depreciação e amortização	-	-	-	(108.706)
Outras receitas (despesas) operacionais (d)	(3.777)	(207.639)	163.110	81.638
Total outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	266.135	(102.928)	895.221	159.254
Total	143.374	(156.805)	(15.435.046)	(14.641.611)

(a) A Companhia reconhece as despesas com o Comitê de Auditoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal na rubrica de "Pessoal".

(b) Vide nota explicativa 17.1

(c) Vide nota explicativa 24.3.1

(d) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 inclui R\$68.084 referente a ganhos decorrentes de alteração dos contratos de arrendamento.

Notas Explicativas

32. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Ganhos sobre aplicações financeiras	6.228	15.860	211.118	90.552
Outros (a) (b)	503.165	174.757	361.143	25.965
Total receitas financeiras	509.393	190.617	572.261	116.517
Despesas financeiras				
Juros e custos sobre empréstimos e financiamentos	(1.679.597)	(825.571)	(1.880.381)	(1.063.118)
Juros de operações de arrendamento	-	-	(1.226.101)	(1.316.619)
Juros sobre provisão para devolução de aeronaves	-	-	(93.190)	(231.800)
Comissões, despesas bancárias e juros sobre outras operações	(16.030)	(12.058)	(722.200)	(589.002)
Outros	(377)	(9.479)	(323.110)	(316.345)
Total despesas financeiras	(1.696.004)	(847.108)	(4.244.982)	(3.516.884)
Instrumentos financeiros derivativos				
Direito de conversão e derivativos - ESN, líquido (c)	(1.766.819)	42.025	(1.766.819)	42.025
Outros instrumentos financeiros derivativos, líquido	-	-	(33.511)	(44.651)
Total instrumentos financeiros derivativos	(1.766.819)	42.025	(1.800.330)	(2.626)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	305.140	263.901	1.177.292	1.328.204
Total	(2.648.290)	(350.565)	(4.295.759)	(2.074.789)

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, do montante total controladora e consolidado, R\$2.394 e R\$10.850, respectivamente, referem-se ao PIS e COFINS incidentes sobre receitas financeiras auferidas, de acordo com o Decreto nº8.426 de 1º de abril de 2015 (R\$3.303 e R\$16.864 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

(b) O montante registrado em Outros na Controladora inclui juros de mútuo no montante de R\$288.839 (R\$178.060 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022) e ganhos com recompras de títulos de 37.818 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. No consolidado, referem-se substancialmente a receitas de juros sobre vendas parceladas, descontos obtidos, a valor presente/valor justo de instrumentos financeiros.

(c) Vide nota explicativa 34.2 (ESN 2024, ESSN 2028 e Capped call).

Notas Explicativas**33. Compromissos****33.1. Compromisso de compra de aeronaves**

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui 101 pedidos firmes (91 em 31 de dezembro de 2022) junto a Boeing para aquisição de aeronaves. Estes compromissos de compra de aeronaves incluem estimativas para aumentos contratuais dos preços durante a fase de construção. O valor presente dos pedidos firmes em 31 de dezembro de 2023, considerando uma estimativa dos descontos contratuais, corresponde a aproximadamente R\$18.827.647 (R\$20.574.804 em 31 de dezembro de 2022), equivalente a US\$3.888.965 (US\$3.943.271 em 31 de dezembro de 2022), e estão segregados conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
2023	-	4.234.480
2024	3.882.344	5.847.873
2025	3.349.889	6.970.535
2026 e após	11.595.414	3.521.916
Total	18.827.647	20.574.804

Do total de compromissos apresentados acima, a Companhia deverá desembolsar o montante de R\$6.400.686 (correspondendo a US\$1.322.101 em 31 de dezembro de 2023) a título de adiantamentos para aquisição de aeronaves, conforme fluxo financeiro abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
2023	-	1.642.175
2024	1.439.432	1.990.773
2025	1.132.693	2.355.513
2026 e após	3.828.561	1.182.264
Total	6.400.686	7.170.725

33.2. Compromisso de compra de combustível

A Companhia possui compromisso de aquisição futura de combustível aeronáutico com preço fixo para utilização na sua operação que complementam a sua estratégia de gerenciamento de risco de exposição. Em 31 de dezembro de 2023, os compromissos de compra até 2024 totalizam R\$538.661.

Notas Explicativas

34. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

As atividades operacionais expõem a Companhia e suas controladas aos riscos financeiros de mercado, de crédito e de liquidez. Tais riscos podem ser mitigados através da utilização de operações de compra de combustível antecipada com o distribuidor (“contrato de preço fixo”) e derivativos do tipo *swaps*, contratos futuros e opções, no mercado de petróleo, dólar e juros.

A gestão dos instrumentos financeiros é efetuada pelo Comitê de Política Financeira (“CPF”) em consonância com as Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Comitê de Políticas de Riscos (“CPR”) e submetidas ao Conselho de Administração. O CPR estabelece as diretrizes, limites e acompanha os controles, incluindo os modelos matemáticos adotados para o monitoramento contínuo das exposições e possíveis impactos financeiros, além de coibir a exploração de operações de natureza especulativa com instrumentos financeiros.

A Companhia não contrata instrumentos de proteção para a totalidade da exposição de riscos, estando, portanto, sujeita às variações de mercado para uma parcela significativa de seus ativos e passivos expostos aos riscos supracitados. As decisões sobre a parcela a ser protegida consideram os riscos financeiros e os custos de tal proteção e são determinadas e revisadas no mínimo mensalmente, em consonância com as estratégias do CPR. Os resultados auferidos das operações e a aplicação dos controles para o gerenciamento de riscos fazem parte do monitoramento feito pelo Comitê e têm sido satisfatórios aos objetivos propostos.

Notas Explicativas

34.1. Classificação contábil de instrumentos financeiros

As classificações contábeis dos instrumentos financeiros consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 31 dezembro de 2022 estão identificadas a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	Mensurados a valor justo por meio de resultado		Custo amortizado		Mensurados a valor justo por meio de resultado		Custo amortizado	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Ativo								
Aplicações financeiras	3.826	4.815	-	-	458.537	423.418	-	-
Contas a receber	-	-	-	-	-	-	825.196	887.734
Depósitos (a)	-	-	-	-	-	-	1.982.399	2.068.593
Direitos com operações de derivativos	80	7.002	-	-	810	29.256	-	-
Créditos com empresas relacionadas	-	-	7.581.253	7.084.848	-	-	-	-
Outros créditos e valores	-	-	102.901	63.875	-	-	327.030	232.633
Passivo								
Empréstimos e financiamentos (b)	9	17.753	9.549.937	10.406.053	9	17.753	10.574.655	11.967.138
Arrendamentos a pagar	-	-	-	-	-	-	9.441.375	11.206.959
Fornecedores	-	-	85.004	41.520	-	-	2.093.241	2.319.954
Fornecedores - Risco sacado	-	-	-	-	-	-	39.877	29.941
Taxas e Tarifas aeroportuárias	-	-	-	-	-	-	1.624.442	1.391.617
Obrigações com operações de derivativos	5.010.509	-	-	-	5.019.438	536	-	-
Obrigações com partes relacionadas	-	-	136.763	145.434	-	-	-	-
Outras obrigações	-	-	432.268	589.373	-	-	503.137	692.171

(a) Excluem-se os depósitos judiciais, demonstrados na nota explicativa 9.

(b) Os montantes em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 classificados como mensurado ao valor justo por meio do resultado referem-se ao derivativo contratado atrelado ao *Exchange Senior Notes 2024*.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve reclassificação entre as categorias de instrumentos financeiros.

Notas Explicativas

34.2. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia foram registrados nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

	Combustível	Taxa de juros	Câmbio	Capped call	ESN	Hedge de receita	Total
Variações no valor justo							
Direitos (obrigações) com derivativos em 31 de dezembro de 2021	6.890	-	-	107.170	(162.568)	-	(48.508)
Ganhos (perdas) reconhecidos no resultado	-	(688)	417	(100.168)	144.815	-	44.376
Ganhos reconhecidos em ajuste de avaliação patrimonial	(38.100)	-	-	-	-	-	(38.100)
Recebimentos durante o exercício	53.465	152	(417)	-	-	-	53.200
Direitos (obrigações) com derivativos em 31 de dezembro de 2022	22.255	(536)	-	7.002	(17.753)	-	10.968
Ganhos (Perdas) reconhecidos no resultado	(26.454)	124	(360)	(6.922)	(1.763.530)	-	(1.797.142)
Pagamentos (Recebimentos) durante o exercício	(4.479)	482	769	-	2.568	-	(660)
Ganhos (Perdas) reconhecidos como variação cambial	-	-	-	-	1.778.706	-	1.778.706
Derivativos embutidos em novos contratos	-	-	-	-	(5.010.509)	-	(5.010.509)
Direitos (obrigações) com derivativos em 31 de dezembro de 2023	(8.678)	70	409	80	(5.010.518)	-	(5.018.637)
Direitos e obrigações com operações de derivativos - Circulante	(8.678)	70	409	80	-	-	(8.119)
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(9)	-	(9)
Obrigações com operações de derivativos - Não Circulante	-	-	-	-	(5.010.509)	-	(5.010.509)
Movimentação de ajuste de avaliação patrimonial							
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(9.228)	(296.829)	-	-	-	(612.744)	(918.801)
Ajustes de valor justo durante o exercício	(38.100)	-	-	-	-	-	(38.100)
Ajustes de hedge accounting de receita	-	-	-	-	-	175.675	175.675
Reversões líquidas para o resultado	47.328	6.280	-	-	-	114.265	167.873
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(290.549)	-	-	-	(322.804)	(613.353)
Ajustes de hedge accounting de receita	-	-	-	-	-	80.191	80.191
Reversões líquidas para o resultado	-	6.792	-	-	-	165.593	172.385
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(283.757)	-	-	-	(77.020)	(360.777)
Efeitos no resultado							
Receita líquida	(26.454)	(6.698)	(360)	(6.922)	(1.763.530)	(245.783)	(2.049.747)
Resultado financeiro	-	-	-	-	-	(170.030)	(170.030)
Variações monetárias e cambiais	(26.454)	(6.698)	(360)	(6.520)	(1.760.298)	-	(1.800.330)
	-	-	-	(402)	(3.232)	(75.753)	(79.387)

A Companhia pode adotar *hedge accounting* como prática de contabilização dos derivativos que são contratados para proteção de fluxo de caixa e que se qualificam para tal classificação de acordo com o CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", equivalente ao IFRS 9.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia adota como *hedge* de fluxo de caixa para proteção de taxa de juros, para proteção de combustível aeronáutico e receita futura em dólar.

O cronograma de realização do saldo de ajustes de avaliação patrimonial em 31 de dezembro de 2023, referente aos hedges de fluxo de caixa, é como segue:

	2024	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
Taxa de juros	(6.770)	(35.899)	(36.205)	(36.082)	(35.285)	(133.517)	(283.758)
Hedge de receita	(77.020)	-	-	-	-	-	(77.020)
Total	(83.790)	(35.899)	(36.205)	(36.082)	(35.285)	(133.517)	(360.778)

Notas Explicativas

34.3. Riscos de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os principais preços de mercado com impacto sobre a Companhia são: preço de combustível, taxa de câmbio e taxa de juros.

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros foi elaborada com o objetivo de estimar o impacto no lucro (prejuízo) antes dos impostos e patrimônio líquido sobre a: posição de derivativos em aberto, exposição cambial e às taxas de juros em 31 de dezembro de 2023 para os riscos de mercado considerados relevantes pela Administração da Companhia.

No cenário provável, na avaliação da Companhia, considerou-se a manutenção dos níveis de mercado, de forma que não há impactos sobre o lucro (prejuízo) antes dos impostos e patrimônio líquido. A Companhia considerou ainda os seguintes cenários na variável de risco:

- deterioração de 10% (cenário adverso I);
- deterioração de 25% (cenário adverso II).

As estimativas apresentadas não refletem necessariamente os montantes a serem apurados nas próximas demonstrações financeiras. O uso de metodologias diferentes pode ter um efeito material sobre as estimativas apresentadas.

34.3.1. Combustível

O preço do combustível de aeronaves varia em função da volatilidade do preço do petróleo cru e de seus derivados. A Companhia pode utilizar diferentes instrumentos para proteger a exposição ao preço do combustível, a escolha depende de fatores como liquidez no mercado, valor de mercado dos componentes, níveis de volatilidade, disponibilidade e depósito de margem. Os principais instrumentos são futuros, *calls*, *calls spreads*, *collars* e *swaps*.

A estratégia de Gerenciamento de Risco de Combustíveis da Companhia é baseada em modelos estatísticos. Através de modelo desenvolvido, a Companhia é capaz de (i) medir a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o objeto de *hedge*, visando avaliar se a relação entre o preço do combustível de aviação e o preço do combustível internacional se comporta dentro do esperado; e (ii) definir adequadamente o índice de *hedge* a fim de determinar o volume adequado a ser contratado para proteger a quantidade de litros de combustíveis que será consumido em um determinado período.

Os modelos da Companhia consideram os potenciais fatores de ineficácia que podem impactar nas estratégias de gestão de risco, tais como, alteração na precificação do querosene de aviação por parte dos fornecedores e o descasamento de prazo do instrumento de *hedge* e do objeto de *hedge*.

A Companhia tem protegido por contratos de hedge aproximadamente 13% para o ano de 2024. Além disso, a Companhia está protegida por compromissos de compra de combustível a preço fixo, conforme descrito na nota explicativa 33.2.

Notas Explicativas

O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade considerando oscilação dos preços do barril de combustível aeronáutico cotado em dólar americano, tomando como base o preço do barril em 31 de dezembro de 2023 cotado a US\$71,65:

	Combustível	
	US\$/bbl (WTI)	Impacto (em milhares de R\$)
Queda nos preços/barril (-25%)	53,88	(3.467)
Queda nos preços/barril (-10%)	64,66	(2.846)
Aumento nos preços/barril (+10%)	79,02	6.530
Aumento nos preços/barril (+25%)	89,80	29.942

34.3.2. Taxa de juros

A estratégia de gerenciamento de risco de juros da Companhia combina taxas de juros fixas e flutuantes, e determina se será necessário ampliar ou reduzir as exposições às taxas de juros. A Companhia gerencia sua exposição através da apuração do *Basis Point Value* ("BPV") de cada contrato, e utiliza volumes que equivalem à quantidade de BPVs necessários para atingir os objetivos propostos na Gestão de Riscos para a contratação de derivativos.

Através de modelos estatísticos, a Companhia comprova a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o objeto de *hedge*, considerando potenciais fatores de inefetividade, tais como o descasamento de prazo do Instrumento de *hedge* e do objeto de *hedge*.

A Companhia está exposta a operações futuras de arrendamento mercantil, cujas parcelas a serem pagas estão expostas à variação da taxa de juros até o recebimento da aeronave. Para mitigar tais riscos, a Companhia pode utilizar instrumentos financeiros derivativos.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia detinha aplicações e dívidas financeiras com diversos tipos de taxas. Na análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos, foi considerado o impacto nos juros anuais apenas sobre as posições com valores significativos em 31 de dezembro de 2023 e expostos às oscilações nas taxas de juros, conforme os cenários demonstrados a seguir. Os valores demonstram os impactos no resultado de acordo com os cenários aplicados:

Risco	Aplicações financeiras líquidas de dívidas financeiras (a)	
	Aumento da taxa CDI	Aumento da taxa SOFR
Taxas referenciais	11,65%	5,38%
Valores expostos (cenário provável) (b)	(612.539)	(216.799)
Cenário favorável remoto (-25%)	24.052	2.916
Cenário favorável possível (-10%)	9.621	1.166
Cenário adverso possível (+10%)	(9.621)	(1.166)
Cenário adverso remoto (+25%)	(24.052)	(2.916)

(a) Refere-se à soma dos valores aplicados e captados no mercado financeiro e indexados à taxa CDI e SOFR.

(b) Saldos contábeis patrimoniais registrados em 31 de dezembro de 2023.

34.3.3. Câmbio

O risco de câmbio decorre da possibilidade de variação cambial desfavorável às quais o passivo ou o fluxo de caixa da Companhia estão expostos. A Companhia possui essencialmente exposição de variação do dólar norte-americano.

Notas Explicativas

A exposição patrimonial ao câmbio está sumarizada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativos				
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	215.033	696	460.799	274.186
Contas a receber	-	-	129.977	215.113
Depósitos	-	-	1.982.399	2.068.593
Direitos com operações de derivativos	80	7.002	810	29.256
Total do ativo	215.113	7.698	2.573.985	2.587.148
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	(9.558.871)	(10.423.806)	(9.677.769)	(10.797.091)
Arrendamentos a pagar	-	-	(9.198.932)	(10.940.049)
Fornecedores	(23.776)	(24.569)	(327.464)	(461.134)
Provisão para devolução de aeronaves e motores	-	-	(2.388.709)	(2.601.195)
Obrigações com Operações de derivativos	(5.010.509)	-	(5.010.509)	-
Total do passivo	(14.593.156)	(10.448.375)	(26.603.383)	(24.799.469)
Total da exposição cambial passiva	(14.378.043)	(10.440.677)	(24.029.398)	(22.212.321)
Compromissos não registrados no balanço				
Obrigações futuras decorrentes de pedidos firmes para compra de aeronaves	(18.827.647)	(20.574.804)	(18.827.647)	(20.574.804)
Total	(18.827.647)	(20.574.804)	(18.827.647)	(20.574.804)
Total da exposição cambial (em R\$)	(33.205.690)	(31.015.481)	(42.857.045)	(42.787.125)
Total da exposição cambial (em US\$)	(6.858.838)	(5.944.282)	(8.852.384)	(8.200.380)
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	4,8413	5,2177	4,8413	5,2177

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia adotou a taxa de câmbio de R\$4,8413/US\$1,00, correspondente à taxa de fechamento do mês divulgada pelo Banco Central do Brasil como cenário provável. O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade e o efeito no resultado da oscilação do câmbio no valor exposto em 31 de dezembro de 2023:

	Taxa de câmbio	Efeito no resultado	
		Controladora	Consolidado
Passivo líquido exposto ao risco de valorização do dólar norte-americano	4,8413	14.378.043	24.029.398
Desvalorização do dólar (-25%)	3,6310	3.594.511	6.007.350
Desvalorização do dólar (-10%)	4,3572	1.437.804	2.402.940
Valorização do dólar (+10%)	5,3254	(1.437.804)	(2.402.940)
Valorização do dólar (+25%)	6,0516	(3.594.511)	(6.007.350)

34.3.4. Capped call

A Companhia, por meio da Gol Equity Finance, no contexto da precificação do ESN emitidas em 26 de março, em 17 de abril e 17 de julho de 2019, realizou operações privadas de derivativos (*Capped call*) com parte dos subscritores das *Notes* com o objetivo de minimizar a potencial diluição das ações preferenciais e das ADSs da Companhia.

Notas Explicativas

34.4. Riscos de crédito

O risco de crédito é inerente às atividades operacionais e financeiras da Companhia, principalmente presente nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. Os ativos financeiros classificados como caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras são depositados em contrapartes que possuem *rating* mínimo de *investment grade* na avaliação feita pelas agências S&P ou Moody's (entre AAA e AA-), conforme estabelecido por políticas de gestão de risco.

Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação e os valores contábeis representam a exposição máxima do risco de crédito. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são monitorados frequentemente pela Companhia.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados em mercado de balcão (OTC), junto a contrapartes com *rating* mínimo de *investment grade*, ou em bolsa de valores de mercadorias e futuros (B3 e NYMEX), o que mitiga substancialmente o risco de crédito. A Companhia tem como obrigação avaliar os riscos das contrapartes em instrumentos financeiros e diversificar a exposição periodicamente.

34.5. Riscos de liquidez

A Companhia está exposta ao risco de liquidez de duas formas distintas: (i) risco de liquidez de mercado, que varia de acordo com os tipos de ativos e mercados em que os ativos são negociados, e (ii) liquidez do fluxo de caixa, relacionado com o surgimento de dificuldades para cumprir com as obrigações operacionais contratadas nas datas previstas. A fim de atendimento da gestão de risco de liquidez, a Companhia aplica seus recursos em ativos líquidos (títulos públicos federais, CDBs e fundos de investimento com liquidez diária) e a Política de Gestão de Caixa estabelece que o prazo médio ponderado da dívida deva ser maior que o prazo médio ponderado do portfólio de investimento.

Os cronogramas de vencimento dos passivos financeiros consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são como segue:

	Controladora				Total
	Menos de 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	71.389	687.021	8.129.389	671.072	9.558.871
Fornecedores	85.004	-	-	-	85.004
Obrigações com partes relacionadas	-	-	136.763	-	136.763
Obrigações com operações de derivativos	-	-	5.010.509	-	5.010.509
Outras obrigações	21.769	269.983	140.516	-	432.268
Em 31 de dezembro de 2023	178.162	957.004	13.417.177	671.072	15.223.415
Empréstimos e financiamentos	193.864	80.869	9.346.064	803.009	10.423.806
Fornecedores	41.520	-	-	-	41.520
Obrigações com partes relacionadas	-	-	145.434	-	145.434
Outras obrigações	188.272	149.340	251.761	-	589.373
Em 31 de dezembro de 2022	423.656	230.209	9.743.259	803.009	11.200.133

Notas Explicativas

	Consolidado				
	Menos de 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	352.055	909.499	8.650.963	671.072	10.583.589
Arrendamentos a pagar	1.082.355	657.287	3.951.886	3.749.847	9.441.375
Fornecedores	2.000.079	-	93.162	-	2.093.241
Fornecedores - Risco sacado	39.877	-	-	-	39.877
Obrigações com operações de derivativos	-	8.929	5.010.509	-	5.019.438
Outras obrigações	26.840	269.983	206.314	-	503.137
Em 31 de dezembro de 2023	3.501.206	1.845.698	17.912.834	4.420.919	27.680.657
Empréstimos e financiamentos	723.756	402.873	10.055.253	803.009	11.984.891
Arrendamentos a pagar	1.210.715	737.543	4.886.666	4.372.035	11.206.959
Fornecedores	2.274.503	-	45.451	-	2.319.954
Fornecedores - Risco sacado	29.941	-	-	-	29.941
Obrigações com operações de derivativos	260	259	17	-	536
Outras obrigações	225.752	154.096	312.323	-	692.171
Em 31 de dezembro de 2022	4.464.927	1.294.771	15.299.710	5.175.044	26.234.452

34.6. Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Visando atender as exigências de divulgação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo, a Companhia e suas controladas devem fazer o agrupamento desses instrumentos nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

- Nível 1: Mensurações de valor justo são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: Mensurações de valor justo são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: Mensurações de valor justo são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem para ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A tabela abaixo demonstra um resumo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas mensurados a valor justo com suas respectivas classificações dos métodos de valoração, em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

		Controladora			
		2023		2022	
	Hierarquia de valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Aplicações financeiras	Nível 2	3.826	3.826	4.815	4.815
Direitos com operações de derivativos	Nível 2	80	80	7.002	7.002
Empréstimos e financiamentos	Nível 1	(9)	(9)	(17.753)	(17.753)
Obrigações com operações de derivativos	Nível 2	(5.010.509)	(5.010.509)	-	-

Notas Explicativas

		Consolidado			
		2023		2022	
	Hierarquia de valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Aplicações financeiras	Nível 2	458.537	458.537	423.418	423.418
Direitos com operações de derivativos	Nível 2	810	810	29.256	29.256
Empréstimos e financiamentos	Nível 1	(9)	(9)	(17.753)	(17.753)
Obrigações com operações de derivativos	Nível 2	(5.019.438)	(5.019.438)	(536)	(536)

O valor justo dos instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado não foi divulgado uma vez que o valor justo se aproxima do seu valor contábil com base nas condições estabelecidas, principalmente em função o curto prazo do vencimento destes ativos e passivos. Os valores justos para empréstimos e financiamentos, que diferem dos saldos contábeis, por sua vez, encontram-se divulgados na nota explicativa 16.

34.7. Gerenciamento de capital

A Companhia busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura de capital que considera parâmetros adequados para os custos financeiros e os prazos de vencimento das captações e suas garantias. A Companhia acompanha seu grau de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida, incluindo empréstimos de curto e longo prazo. A tabela a seguir demonstra a alavancagem financeira:

	Consolidado	
	2023	2022
Total dos empréstimos e financiamentos	10.583.589	11.984.891
Total de arrendamentos a pagar	9.441.375	11.206.959
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(323.928)	(169.035)
(-) Aplicações financeiras	(458.537)	(423.418)
Dívida líquida	19.242.499	22.599.397

Notas Explicativas

35. Transações que não afetaram o caixa

	Controladora	
	2023	2022
Remuneração baseada em ações (investimentos / reservas de capital)	8.177	26.184
Resultado não realizado de derivativos (investimentos / ajuste de avaliação patrimonial)	252.576	305.488
Perdas atuariais de benefício pós-emprego de controlada (investimentos / ajuste de avaliação patrimonial)	-	17.516
Aumento de capital com emissão de ações para acionistas não controladores	-	-
Resultado na alienação de ações em tesouraria	-	21
Transferência de ações em tesouraria (ações em tesouraria / reserva de capital)	19.472	2.567
Resultado de valor justo em transação com controlador (empréstimos / reserva de capital)	844.542	-
Conversão SSN 2028 em ESSN 2028 (empréstimos/financiamentos)	6.407.576	-
Emissão <i>Senior Secured Amortizing Notes</i>	-	1.003.279

	Consolidado	
	2023	2022
Amortização de dívida com depósitos aplicados (depósitos / arrendamentos a pagar)	-	23.707
Direito de uso de equipamentos de voo (imobilizado / arrendamentos a pagar)	-	613.879
Direito de uso de ativos não aeronáuticos (imobilizado / arrendamentos a pagar)	252.654	181.392
Renegociação contratual de arrendamento financeiro (imobilizado / arrendamentos a pagar)	-	163.925
Baixa de contratos de arrendamentos (Arrendamentos a pagar/ outras receitas)	46.007	2.328
Retroarrendamento (Imobilizado / arrendamentos)	307.391	2.454.034
Provisão para devolução de aeronaves (imobilizado / provisões)	36.296	66.154
Perdas atuariais de benefício pós-emprego (provisões / ajuste de avaliação patrimonial)	34.503	17.516
Resultado não realizado de derivativos (direito com derivativos / ajuste de avaliação patrimonial)	-	305.488
Resultado na alienação de ações em tesouraria (ações em tesouraria / reserva de capital)	-	21
Transferência de ações em tesouraria (ações em tesouraria / reserva de capital)	19.472	2.567
Depósitos em garantia	235.383	38.931
Resultado de valor justo em transação com controlador (empréstimos / reserva de capital)	844.542	-
Conversão SSN 2028 em ESSN 2028 (empréstimos/financiamentos)	6.407.576	-
Imposto de renda diferido variação cambial em controladas	2.902	-
Emissão <i>Senior Secured Amortizing Notes</i>	-	1.003.279

Notas Explicativas

36. Passivos de atividades de financiamento

As movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 dos passivos das atividades de financiamento da Companhia estão demonstradas a seguir:

36.1. Controladora

	2023										
	Saldo inicial	Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	Ajuste ao lucro			Transações não caixa				
				Variações cambiais e monetárias e ganho de recompra	Juros sobre empréstimos e amortização de custos e ágio	Resultados não realizados de derivativos	Emissão de dívida para pagamento de partes relacionadas	Remuneração baseada em ações e ações em tesouraria	Transferência de ações em tesouraria	Valor justo de emissão, custos de transação	
											Saldo final
Empréstimos e financiamentos	10.423.806	1.724.426	(983.798)	(755.854)	1.679.597	(3.424.254)	50.406	-	-	844.542	9.558.871
Obrigações com partes relacionadas	145.434	3.090	-	(10.492)	(1.269)	-	-	-	-	-	136.763
Capital social	4.040.397	264	-	-	-	-	-	-	-	-	4.040.661
Ações a emitir	-	1.470	-	-	-	-	-	-	-	-	1.470
Ações em tesouraria	(38.910)	-	-	-	-	-	-	-	37.201	-	(1.709)
Reserva de capital	1.178.568	94.836	-	-	-	-	-	8.177	(37.201)	(844.542)	399.838
	2022										
	Saldo inicial	Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	Ajuste ao lucro			Transações não caixa				
				Variações cambiais, líquidas	Provisão de juros e amortizaçã o de custos	Resultados não realizados de derivativos	Senior Secured Amortizing Notes	Remuneração baseada em ações	Transferência de ações em tesouraria	Integralização com emissão de ações	
											Saldo final
Empréstimos e financiamentos	10.021.568	-	(665.580)	(655.148)	852.313	(132.626)	1.003.279	-	-	-	10.423.806
Obrigações com partes relacionadas	6.692	135.252	-	3.490	-	-	-	-	-	-	145.434
Capital social	4.039.112	694	-	-	-	-	-	-	-	591	4.040.397
Ações a emitir	3	588	-	-	-	-	-	-	-	(591)	-
Ações em tesouraria	(41.514)	16	-	-	-	-	-	-	2.588	-	(38.910)
Reserva de capital	208.711	946.261	-	-	-	-	-	26.184	(2.588)	-	1.178.568

Notas Explicativas

36.2. Consolidado

	2023											
	Transações não caixa							Ajustes ao lucro				
		Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		Aquisição de imobilizados com novos contratos e alteração contratual	Transferência de ações em tesouraria	Remuneração baseada em ações	Variações cambiais e monetárias e ganho de recompra	Juros sobre empréstimos e amortização de custos de ágio	Resultados não realizados de derivativos	Valor justo de emissão, custos de transação	
	Saldo Inicial			Compensações com depósitos e outros								Saldo final
Empréstimos e financiamentos	11.984.891	3.074.842	(1.185.966)	(105.294)	(15.643)	-	-	(780.826)	1.880.381	(3.424.254)	(844.542)	10.583.589
Arrendamentos a pagar	11.206.959	(2.355.457)	(94.429)	(282.244)	448.590	-	-	(708.145)	1.226.101	-	-	9.441.375
Capital social	4.040.397	264	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.040.661
Ações a emitir	-	1.470	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.470
Ações em tesouraria	(38.910)	-	-	-	-	37.201	-	-	-	-	-	(1.709)
Reserva de capital	1.178.568	94.836	-	-	-	(37.201)	8.177	-	-	-	(844.542)	399.838
	2022											
	Transações não caixa							Ajustes ao lucro				
		Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	Aquisição de imobilizado por novos contratos e alteração contratual	Baixa de arrendamento ou Senior Secured Amortizing Notes	Transferência de ações em tesouraria	Integralização com emissão de ações	Variações cambiais, líquidas	Provisão de juros e amortização de custos	Resultados não realizados de derivativos	Remuneração baseada em ações	
	Saldo Inicial											Saldo final
Empréstimos e financiamentos	11.900.030	(263.764)	(912.651)	-	1.003.279	-	-	(701.966)	1.092.589	(132.626)		11.984.891
Arrendamentos a pagar	10.762.984	(2.357.341)	(58.357)	2.723.031	(459.480)	-	-	(720.497)	1.316.619	-		11.206.959
Capital social	4.039.112	694	-	-	-	-	591	-	-	-		4.040.397
Ações a emitir	3	588	-	-	-	-	(591)	-	-	-		-
Ações em tesouraria	(41.514)	16	-	-	-	2.588	-	-	-	-		(38.910)
Reservas de capital	208.711	946.261	-	-	-	(2.588)	-	-	-	-	26.184	1.178.568

Notas Explicativas

37. Eventos subsequentes

37.1. Senior Secured Notes 2028

Em 22 de janeiro de 2024, a Companhia emitiu para a Abra Senior Secured Notes, no montante de R\$87.335, equivalente a US\$17.647 mil.

37.2. Chapter 11

Em 25 de janeiro de 2024, a Companhia e suas subsidiárias entraram voluntariamente com pedido de *Chapter 11* no Tribunal de Falências dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova York (Tribunal dos EUA), conforme mencionamos na seção de Estrutura de capital e reestruturação financeira acima.

Em 26 de janeiro de 2024, a Nova York Stock Exchange ("NYSE") suspendeu a negociação das American Depositary Shares da Companhia ("ADSs") e solicitará à *Securities and Exchange Commission* o cancelamento da listagem dos ADSs, procedimento usual após a realização do protocolo sob o *Chapter 11*, de acordo com a Seção 802.01D do Manual de Empresas Listadas da NYSE (*NYSE Listed Company Manual*).

A GOL iniciou o processo legal nos Estados Unidos com um compromisso de financiamento de US\$950 milhões, na modalidade *Debtor in Possession* ("DIP") por membros do Grupo Ad Hoc de *Bondholders* da Abra e outros *Bondholders* da Abra, os quais foram aprovados pelo Tribunal dos EUA em 29 de janeiro de 2024. Nos dias 29 e 30 de janeiro de 2024, a Companhia recebeu a primeira parcela do DIP no valor total de US\$350 milhões e em 28 de fevereiro de 2024, o tribunal aprovou a segunda parcela de US\$150 milhões, bem como o adicional de US\$50 milhões financiados pelos detentores de títulos de 2026, elevando assim DIP total para US\$1 bilhão. O financiamento DIP está sujeito a certos objetivos e acordos contratuais.

O financiamento, juntamente com o caixa gerado pelas operações em curso, fornecerá liquidez substancial para apoiar as operações, que seguem normalmente, durante o processo de reestruturação financeira. Com o suporte do processo supervisionado pelo Tribunal e com a liquidez adicional do financiamento DIP, os voos de passageiros da GOL, os voos de carga da GOLLOG, o programa de fidelidade Smiles e outras operações da Companhia continuam operando normalmente.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que a Companhia incorreu em prejuízo, individual e consolidado, de R\$1.222 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e, nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante, individual e consolidado, em R\$799 milhões e R\$9.973 milhões, respectivamente. Adicionalmente, em 25 de janeiro de 2024, a Companhia apresentou petições voluntárias de reorganização perante o United States Bankruptcy Court for the Southern District of New York (“Tribunal de Falências dos Estados Unidos”), pautadas nas regras do código de falências dos Estados Unidos (“Chapter 11”). Conforme apresentado na Nota 1.2, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota 1.2, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

• Receitas de transporte de passageiros

Conforme mencionado na nota explicativa 30 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as receitas da Companhia decorrentes da prestação de serviços de transporte de passageiros foram de R\$17.254 milhões. Conforme divulgado na nota explicativa 4.18.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as receitas decorrentes da prestação de serviços de transporte de passageiros são reconhecidas quando o serviço de transporte é prestado.

O processo de reconhecimento da receita oriunda do transporte de passageiros é dependente de sistemas de tecnologia da informação e ocorre em grande volume. Esse processo também considera outros aspectos complexos que podem afetar o

reconhecimento de receita, tais como o registro de bilhetes vendidos e não voados, créditos aos passageiros referentes às passagens não utilizadas, registro da obrigação de desempenho do programa de fidelidade, entre outros. Portanto, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, avaliação da integridade da base de dados oriunda dos sistemas de TI envolvidos no processo de reconhecimento de receitas de transporte de passageiros; teste da reconciliação dos registros contábeis com os relatórios de receitas de transporte de passageiros voados e passivos relacionados a bilhetes vendidos e não voados; acompanhamento do embarque de passageiros e verificação do reconhecimento da respectiva receita para uma amostra de vôos; teste de uma amostra de bilhetes transportados e a transportar por meio de inspeção física; e avaliação da adequação das divulgações nas respectivas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2023. Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de registro de receitas decorrentes da prestação de serviço de transporte de passageiros, sendo este ajuste não registrado pela administração tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados para o reconhecimento de receitas decorrentes da prestação de serviço de transporte de passageiros, consideramos que os critérios adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 4.18.1 e 30, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

• Provisão para devolução de aeronaves e motores

Conforme mencionado na nota explicativa 24 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2023, o saldo da provisão para devoluções de aeronaves e motores da Companhia referentes à contratos de arrendamentos era de R\$2.389 milhões. Conforme descrito nas notas explicativas 4.16.1 e 24.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, determinados contratos de arrendamentos contêm cláusulas de obrigações da Companhia para cumprimento de certas condições de devolução ao final dos respectivos contratos de arrendamento. A Companhia estima os custos de devolução das aeronaves e motores referentes aos contratos de arrendamentos levando em consideração a utilização efetiva das aeronaves e motores, eventos de manutenção durante o período contratual, entre outras variáveis.

Os procedimentos de auditoria sobre a provisão para devoluções de aeronaves e motores envolveram julgamentos significativos de nossa parte devido à incerteza e complexidade existentes para estimar os valores que seriam devidos quando da devolução, que levam em consideração padrões de utilização dos equipamentos e respectivos custos para mensuração da provisão. Portanto, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, avaliação da estimativa considerada pela Companhia para registrar a provisão para devoluções de aeronaves e motores através do teste de uma amostra de contratos de arrendamentos com cláusulas de condições de devolução; comparação dos planos da administração para utilização futura das aeronaves e motores com os respectivos padrões históricos de utilização; avaliação do processo de estimativa dos custos de manutenção de aeronaves e motores, conforme seus preços de mercado; e avaliação da adequação das divulgações nas respectivas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2023.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para devoluções de aeronaves e motores, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas utilizados para a determinação da referida provisão adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 4.16.1, 24 e 24.2, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Bruno Mattar Galvão
Contador CRC SP-267770/O

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e as respectivas Notas Explicativas, individuais e consolidados, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, e acompanhado pelo relatório dos Auditores Independentes, é de opinião que as citadas peças refletem adequadamente a situação patrimonial e a posição econômico-financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, reconhecendo que estão em condições de serem deliberadas pela Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 27 de março de 2023.

Renato Chiodaro
Presidente do Conselho Fiscal

Marcelo Moraes
Membro do Conselho Fiscal

Carla Andrea Furtado Coelho
Membro do Conselho Fiscal

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") é um órgão estatutário vinculado ao Conselho de Administração da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. ("Companhia"), sendo composto por três membros independentes que integram o Conselho de Administração, os quais são eleitos pelos conselheiros anualmente, sendo um desses membros qualificado como Especialista Financeiro. O CAE tem como principais funções, nos termos do seu regimento interno: supervisionar a qualidade e a integridade dos relatórios e demonstrações financeiras, a aderência às normas legais, regulatórias e estatutárias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos, políticas e procedimentos de controles internos e as atividades dos auditores internos. Adicionalmente, o CAE supervisiona os trabalhos dos auditores independentes, incluindo a sua independência, a qualidade e a adequação dos serviços prestados, além de eventuais divergências de opiniões com a administração e aprova os honorários cobrados por esses. Fiscaliza a disposição dos auditores independentes sobre o seu registro e o exercício da atividade de auditoria no âmbito do mercado brasileiro de valores mobiliários (CVM), além de desempenhar a função de Audit Committee, atendendo ao disposto na Sarbanes Oxley Act, a qual a Companhia está sujeita por ser uma sociedade registrada na Securities and Exchange Commission ("SEC"). As transações com as partes relacionadas, as atividades relacionadas ao monitoramento de riscos e "compliance" e o funcionamento do canal de reclamações e denúncias instalado também são supervisionados pelo CAE.

As atividades desenvolvidas pelo CAE, por meio da realização de 8 reuniões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 compreendem:

- O coordenador do CAE estabeleceu as pautas e presidiu as reuniões do CAE;
- Avaliou o plano anual de trabalho e discutiu os resultados das atividades desempenhadas pelos auditores independentes referentes ao exercício de 2023;
- Supervisionou as atividades e o desempenho da auditoria interna da Companhia, analisando o plano anual de trabalho, discutindo o resultado das atividades desempenhadas e das revisões efetuadas. Os assuntos levantados pela auditoria interna sobre melhorias no ambiente de controles internos são discutidos com os gestores/diretores responsáveis com o objetivo de serem implementadas melhorias contínuas.
- Supervisionou e analisou a eficácia, qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos, a fim de, entre outros, monitorar o cumprimento das disposições relacionadas à integridade das demonstrações financeiras, incluindo as informações financeiras trimestrais e outras demonstrações intermediárias;
- Supervisionou em conjunto com a Administração e a auditoria interna os contratos de naturezas diversas entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e o acionista controlador, de outro lado, para verificar adequação às políticas e controles da Companhia com relação às operações com partes relacionadas;
- Reuniu-se com os auditores independentes, Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., para propósitos de cumprimento com as exigências da CVM e da U.S. Securities and Exchange Commission, tendo sido tratados, dentre outros, os seguintes temas: a contratação, o relacionamento e a comunicação entre o CAE e os auditores externos, escopo dos trabalhos dos auditores, bem como as conclusões apresentadas por meio da execução do plano de trabalho dos auditores independentes; e
- Elaborou o relatório de atividades e o funcionamento do CAE durante o ano de 2023, seguindo as boas práticas de governança corporativa bem como a regulamentação aplicável.

Sistemas de Controles Internos

Com base na agenda definida para o exercício de 2023, o CAE tratou dos principais temas relacionados aos controles internos da Companhia, avaliando as ações de mitigação de riscos e o comprometimento dos integrantes da alta administração com o seu aperfeiçoamento contínuo.

Como resultado das reuniões com as áreas internas da Companhia, o Comitê de Auditoria Estatutário teve a oportunidade de oferecer ao Conselho de Administração sugestões de melhoria nos processos, supervisionando os resultados já obtidos em 2023.

Com base nos trabalhos desenvolvidos ao longo do ano, o CAE julga que o sistema de controles internos da Companhia e de suas controladas é adequado ao porte e complexidade de seus negócios e estruturado de modo a garantir a eficiência das suas operações, dos sistemas que geram os relatórios financeiros, bem como a observância às normas internas e externas aplicáveis.

Gerenciamento de Riscos Corporativos

Os membros do CAE, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, receberam informações da Administração sobre os riscos corporativos relevantes, inclusive os riscos de continuidade, fazendo as suas avaliações e recomendações para aumentar a eficácia dos processos de gestão de risco, diretamente nas reuniões do Conselho de Administração, contribuindo e ratificando as ações implementadas em 2023.

Conclusão

O CAE julgou adequados os fatos que lhe foram submetidos por ocasião dos trabalhos executados e descritos no presente Relatório, recomendando, em seu parecer, a aprovação das demonstrações financeiras auditadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 27 de março de 2023.

Germán Pasquale Quiroga Vilardo
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

Marcela de Paiva Bomfim Teixeira
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

Philipp Schiemer
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância as disposições constantes da Resolução CVM nº80/2022, os diretores declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 27 de março de 2023.

Celso Ferrer
Diretor Presidente

Mario Tsuwei Liao
Diretor Vice-Presidente Financeiro e DRI

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância as disposições constantes da Resolução CVM nº80/2022, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com a opinião expressa pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., no relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 27 de março de 2023.

Celso Ferrer
Diretor Presidente

Mario Tsuwei Liao
Diretor Vice-Presidente Financeiro e DRI

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas**

GOL Linhas Aéreas Inteligentes S.A.
31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

GOL Anuncia Resultados do 4T24

São Paulo, 28 de março de 2025 – A GOL Linhas Aéreas Inteligentes S.A. (B3: GOLL4), uma das empresas aéreas líderes no Brasil e parte do Grupo Abra, anunciou hoje seus resultados consolidados do quarto trimestre de 2024 (4T24). As informações financeiras apresentadas estão em reais (R\$), exceto quando diferentemente informado, de acordo com as normas internacionais de contabilidade IFRS (International Financial Reporting Standards) e considerando efeitos de eventos não recorrentes para possibilitar a comparabilidade desse trimestre (4T24) com o quarto trimestre de 2023 (4T23) e no ano de 2024 contra o mesmo período do ano anterior (2023).

Destaques

GOL – Transporte de Passageiros

- A GOL encerrou 2024 como a segunda aérea low-cost mais pontual do mundo, com 85,1% de pontualidade, um aumento de 5,4 pontos percentuais em relação a 2023. Em janeiro de 2025, alcançou o título de aérea low-cost mais pontual do mundo e a mais pontual da América Latina. Esses resultados reforçam nosso compromisso com a excelência operacional e a satisfação dos clientes.
- A GOL comemorou o marco de 50 aeronaves MAX-8 no 4T24 com a aeronave PS-GOL, e encerrou o ano com uma frota de 52 MAX-8.
- A GOL cresceu sua capacidade (ASK) em 6,8% (vs 4T23), com um aumento de 2,5% na receita unitária (RASK) no mesmo período, equilibrando expansão e qualidade de receita.
- A GOL foi a empresa aérea com melhor posição no “Boletim de Monitoramento do Consumidor da ANAC”, com o menor índice de reclamações de consumidores em 2024 no Brasil.

Smiles – Programa de Fidelidade

- O Clube Smiles cresceu 7,2% em número de clientes no 4T24 (vs 4T23), atingindo 1,2 milhão de clientes.
- O faturamento Smiles seguiu em crescimento no 4T24, com 4,5% de aumento (vs 3T24), e encerrou o ano com um aumento de 6,5% vs 2023.
- As milhas resgatadas cresceram 17,9% no 4T24 vs 4T23, com destaque para um aumento de 5,7 p.p. no share de milhas resgatadas com produtos e serviços não aéreos, refletindo o posicionamento da Smiles como uma plataforma completa de fidelidade.

GOLLOG – Transporte de Cargas

- Pela primeira vez na história a GOLLOG superou a marca de R\$ 1 bilhão em faturamento anual, crescendo 32% vs 2023 e alcançando quase R\$ 1,3 bilhão em 2024, atingindo as metas ambiciosas do seu plano de negócios definidas em 2022.
- Em janeiro de 2025, a GOLLOG comemorou 24 anos de operação, transportando 2,9 milhões de pacotes em 2024. A GOLLOG possui hoje mais de 1.800 Colaboradores prestando serviços para entregar encomendas. Além disso, a unidade conta com 58 terminais de carga (TECAs) e 60 lojas, totalizando mais de 4 mil cidades atendidas, que fortalecem a infraestrutura e permitem atender pontos estratégicos de todo o Brasil.

1. Resultados Operacionais

GOL – Transporte de Passageiros

No 4T24, a GOL colheu os resultados de um trabalho consistente ao longo de 2024, com a execução de sua estratégia de reestruturação e reposicionamento. O trimestre reflete a execução do plano de longo prazo da Companhia, focado em recuperar e fortalecer os alicerces financeiros e operacionais da GOL para os próximos anos.

Comparado ao início do ano (1T24), o crescimento de capacidade (ASK) alcançou 6,3%, com um crescimento de 10,2% na receita unitária (RASK) no mesmo período, um resultado significativo de um ano, demonstrando um crescimento intencional e uma receita unitária saudável.

O aumento da capacidade ao longo de 2024 deu-se principalmente devido à introdução de novas rotas, como entre São Paulo (CGH) e Porto Alegre (POA), a abertura de 4 novas bases internacionais (Cancún, Aruba, Costa Rica, Bogotá) e 1 nova base doméstica (São José dos Campos). O retorno dos voos para Porto Alegre (POA), em outubro, também garantiu aumento de capacidade no 4T24.

Outro ponto importante foi a expansão da malha internacional e a reconstrução da conectividade, especialmente com o Rio de Janeiro, um dos maiores hubs da GOL. Através do plano estratégico de malha conseguimos restabelecer e ampliar nossa conectividade, o que resultou em uma taxa de ocupação de 82,9% em 2024 (0,8 p.p. maior vs 2023). Esse indicador reflete o trabalho de reposicionamento da GOL, com um mix equilibrado de novas rotas.

Com o reforço do posicionamento internacional da Companhia, o ASK internacional cresceu 39,8% no ano de 2024 vs 2023. Das cinco novas bases abertas em 2024, três foram abertas no 4T24 (Cancún, Aruba e Costa Rica), além do aumento do número de frequências para as bases internacionais existentes na alta temporada de verão (dezembro de 2024 a março de 2025). Como resultante, o ASK internacional apresentou um crescimento expressivo de 62,4% no 4T24 (vs 4T23).

A GOL recebeu 8 novas aeronaves MAX-8 ao longo de 2024 (3 no 4T24) e 1 aeronave cargueira dedicada à operação Mercado Livre, ampliando sua capacidade e eficiência operacionais. A Companhia comemorou ainda o marco de 50 aeronaves MAX-8 no 4T24 e, ao final do ano, já contava com 52 aeronaves MAX-8. Efetuamos a devolução de 12 aeronaves no ano, encerrando o ano com 138 aeronaves de passageiros na frota e 114 aeronaves operacionais, um aumento em relação as 107 aeronaves do ano anterior.

A GOL encerra o ano com uma malha bem construída para 2025 e com uma frota operacional maior em sete aeronaves (vs 4T23) apesar de sua frota total menor em três aeronaves. Esse incremento de aeronaves na frota operacional foi resultado dos esforços de reestruturação do Chapter 11 e das negociações estratégicas com os lessores para sustentar o crescimento e garantir a operação eficiente da Companhia para construir as bases para a performance da GOL em 2025 e seu plano de longo prazo.

A melhora nos indicadores de satisfação e confiança do consumidor também foi um pilar importante durante o ano. Todos os indicadores de satisfação da Companhia cresceram de forma significativa, refletindo a melhoria na experiência do cliente e, consequentemente, impactando positivamente a receita da Companhia. Enxergamos a satisfação do cliente como uma alavanca essencial para o crescimento sustentável da receita, e estamos focados em reconstruir nossa relação com o cliente com base em confiança e qualidade.

Esse foco em qualidade de serviço também se reflete em nossa performance operacional, que resultou em um desempenho notável em pontualidade. A GOL foi a companhia aérea mais pontual do mundo em janeiro de 2025, atingindo o melhor desempenho histórico para esse mês. Apesar dos desafios enfrentados pelo setor em Congonhas no 4T24, a Companhia superou seu desempenho do 4T23 e 2023, encerrando 2024 como a mais pontual do Brasil. Esse resultado demonstra o esforço contínuo da Companhia em aprimorar seus processos operacionais e manter sua excelência no atendimento ao passageiro.

A GOL conseguiu, ao longo de 2024, avançar de forma consistente em sua reconstrução, consolidando um crescimento estratégico e sustentável, que se reflete em uma operação mais eficiente e em um relacionamento fortalecido com seus passageiros.

Indicadores Operacionais PAX		4T24	4T23	Δ	2024	2023	Δ
Dólar Médio	RS/US\$	5,84	4,95	18,0%	5,39	4,99	7,9%
Querosene de Aviação (QAV) Médio	R\$	4,31	4,71	(8,6%)	4,44	4,90	(9,4%)
Faturamento	R\$ bilhões	5,0	4,3	14,4%	16,6	16,5	0,3%
Pontualidade	%	78,3	76,9	1,4 p.p.	85,1	79,7	5,4 p.p.
Frota Operacional	#	114	107	7	114	107	7
Taxa de Utilização Operacional (Block Hour) ¹	horas/dia	10,9	11,0	(1,3%)	10,3	11,3	(8,9%)
ASK Total	bilhões	11,5	10,7	6,8%	43,3	43,0	0,6%
ASK Doméstico	bilhões	9,8	9,7	0,8%	37,4	38,8	(3,7%)
ASK Internacional	bilhões	1,7	1,1	62,4%	6,0	4,3	39,8%
Decolagens	mil	55,3	54,2	1,9%	210,9	223,1	(5,5%)
Etapla Média (Pax)	Km	1.154	1.105	4,5%	1.146	1.087	5,4%
Load Factor	%	84,0	84,0	0,1 p.p.	82,9	82,0	0,8 p.p.
Load Factor Doméstico	%	83,7	83,8	(0,1 p.p.)	82,6	82,3	0,3 p.p.
Load Factor Internacional	%	85,9	85,7	0,2 p.p.	84,4	79,7	4,8 p.p.
Passageiros	milhões	8,1	7,8	3,1%	30,0	30,8	(2,8%)
Passageiros Doméstico	milhões	7,6	7,5	1,1%	28,1	29,5	(4,7%)
Passageiros Internacional	milhões	0,5	0,4	43,9%	1,8	1,3	38,7%

(1) Calculada com base no número de aeronaves operacionais.

Smiles – Programa de Fidelidade

No 4T24, a unidade de negócios Smiles apresentou resultados sólidos, com um aumento da base de clientes de 6,5% (vs 2023). As milhas resgatadas também tiveram um crescimento significativo de 17,9% no 4T24 (vs 4T23), com destaque no aumento de 5,7 pontos percentuais no share de resgates com produtos e serviços não aéreos. O faturamento do programa apresentou um aumento de 6,5% em 2024 (vs 2023).

O Clube Smiles, plataforma que oferece benefícios exclusivos aos seus membros, viu sua base de clientes crescer 7,2% em 2024 (vs 2023). O número de transações de resgate também teve um crescimento expressivo de 16,9% no ano (vs 2023), evidenciando o valor percebido pelos Clientes dos benefícios de ser parte do Clube Smiles como acúmulo acelerado de milhas, descontos exclusivos e acesso antecipado a promoções de passagens.

Esses resultados refletem o compromisso da Smiles em oferecer benefícios atrativos, consolidando sua posição como o maior programa de fidelidade do país.

Indicadores Operacionais Smiles		4T24	4T23	Δ	2024	2023	Δ
Faturamento	R\$ bilhões	1,4	1,3	4,8%	5,3	5,0	6,5%
Clientes	milhões	24,0	22,6	6,5%	24,0	22,6	6,5%
Transações de Resgate	milhões	2,5	2,1	21,7%	10,1	8,6	16,9%
Milhas Resgatadas	bilhões	66,3	56,3	17,9%	255,6	229,6	11,3%

GOLLOG – Transporte de Cargas

O faturamento da GOLLOG registrou um incremento de 31,7% em 2024 (vs 2023), encerrando o ano com R\$ 1,3 bilhão, atingindo pela primeira vez o marco de mais de R\$ 1 bilhão de faturamento. A unidade de negócios também apresentou um crescimento significativo em peso transportado em 2024, com 18,8% de aumento no 4T24 (vs 4T23).

Além disso, a GOLLOG deu um passo importante em sua expansão, com a incorporação da sua sétima aeronave cargueira dedicada à operação do Mercado Livre. Em janeiro de 2025, a GOLLOG completou 24 anos de operação. Em 2024, a GOLLOG realizou 2,9 milhões de envios, demonstrando a eficácia de sua operação e a confiança que os clientes depositam em nossos serviços.

O desempenho de 2024 reflete o compromisso da Companhia em investir e expandir suas operações de carga, tornando a GOLLOG uma peça chave no nosso processo de reconstrução e crescimento.

Indicadores Operacionais GOLLOG		4T24	4T23	Δ	2024	2023	Δ
Faturamento	R\$ milhões	338	284	19,0%	1.274	968	31,7%
Peso Transportado	# mil	34,4	29,0	18,8%	131,5	100,1	31,3%
Aeronaves Cargueiras	#	7	6	1	7	6	1

2. Resultado Financeiro Consolidado

Receita

No 4T24, a GOL apresentou um aumento de 1,9% na receita líquida total em 2024 (vs 2023), com um crescimento de 0,6% no ASK do mesmo período. Esse crescimento no ASK em conjunto com o crescimento da receita garantiu que o RASK não fosse diluído, mas sim aumentasse em 1,3% ao longo de 2024. Esse comportamento reflete a combinação bem-sucedida de maior oferta com a manutenção da rentabilidade, o que demonstra a consistência na execução da estratégia de crescimento da Companhia ao longo do ano.

O PRASK, por sua vez, manteve-se estável refletindo a capacidade da Companhia em manter a receita por assento constante, mesmo diante das flutuações nos custos operacionais.

As unidades de negócio Smiles e GOLLOG continuaram a contribuir de forma relevante para o desempenho da Companhia, com um aumento de 73,7% nas outras receitas (vs 4T23).

Demonstração de Resultado (Receitas)		4T24	4T23	Δ	2024	2023	Δ
Receita Líquida	R\$ milhões	5.519	5.042	9,5%	19.130	18.774	1,9%
Transporte de Passageiros	R\$ milhões	4.997	4.742	5,4%	17.262	17.252	0,1%
Outras Receitas	R\$ milhões	522	301	73,7%	1.867	1.523	22,7%

Indicadores de Receita		4T24	4T23	Δ	2024	2023	Δ
RASK	R\$ centavos	48,1	47,0	2,5%	44,2	43,6	1,3%
PRASK	R\$ centavos	43,6	44,2	(1,3%)	39,8	40,1	(0,6%)
Yield	R\$ centavos	51,9	52,6	(1,4%)	48,1	48,8	(1,6%)
Tarifa Média	R\$ centavos	616,0	587,2	4,9%	571,0	555,3	2,8%

Custo

No acumulado do ano, os custos totais apresentaram aumento de 2,9%, devido à forte desvalorização cambial. O custo unitário por assentos-quilômetros disponíveis (CASK) foi afetado principalmente pelo aumento do dólar, aumento das taxas e tarifas aeroportuárias e o provisionamento de litígios trabalhistas de períodos passados; e parcialmente compensando pelo crescimento da oferta, maior diluição dos custos fixos, e pela redução preço do combustível de aviação.

Custos Recorrentes		4T24	4T23	Δ	2024	2023	Δ
Custos e despesas operacionais	R\$ milhões	4.179	3.845	8,7%	15.727	15.291	2,9%
Pessoal	R\$ milhões	789	733	7,5%	2.927	2.523	16,9%
Combustível de aviação	R\$ milhões	1.373	1.422	(3,4%)	5.329	5.950	(10,4%)
Tarifas de pouso e navegação	R\$ milhões	265	216	22,5%	1.007	901	11,7%
Gastos com passageiros	R\$ milhões	169	137	23,6%	791	812	(2,5%)
Prestação de serviços	R\$ milhões	351	359	(2,4%)	1.226	1.209	1,4%
Comerciais e publicidade	R\$ milhões	217	273	(20,8%)	848	919	(7,7%)
Material de manutenção e reparo	R\$ milhões	217	544	(60,2%)	1.245	1.320	(5,7%)
Depreciação e amortização	R\$ milhões	554	435	27,4%	1.893	1.666	13,7%
Outros	R\$ milhões	245	(275)	NM	462	(8)	NM

Indicadores de Custos Recorrentes		4T24	4T23	Δ	2024	2023	Δ
CASK Total	R\$ centavos	36,5	36,0	1,3%	36,4	35,7	1,8%
CASK Ex-operação cargueira	R\$ centavos	35,2	35,1	0,0%	35,7	35,1	1,7%
CASK Fuel ¹	R\$ centavos	11,5	12,8	(10,1%)	11,9	13,5	(11,6%)
CASK Ex-Fuel ¹	R\$ centavos	23,6	22,3	5,9%	23,8	21,6	10,0%

(1) Desconsiderando a operação cargueira dedicada.

No 4T24, a GOL registrou R\$ 2.336 bilhões em custos não recorrentes, principalmente relacionados ao processo de Chapter 11, que foram ajustados para garantir comparabilidade com os resultados anteriores e entendimento da real performance operacional da Companhia.

O detalhe dos custos não-recorrentes pode ser encontrado na seção Reconciliação de Itens Não Recorrentes no final deste documento.

EBITDA

Apesar dos efeitos da depreciação cambial, a Companhia apresentou uma margem EBITDA recorrente de 34,3% no 4T24.

		4T24	4T23	Δ	2024	2023	Δ
EBITDA Recorrente	R\$ milhões	1.893	1.615	17,2%	5.258	5.050	4,1%
Margem EBITDA Recorrente	%	34,3%	32,0%	2,2 p.p.	27,5%	26,9%	0,6 p.p.

3. Fluxo de Caixa

No 4T24, a Companhia gerou R\$595 milhões em caixa em suas operações, a despeito de sua decisão de reduzir temporariamente o *factoring* de recebíveis. Analogamente, o saldo de Contas a Receber cresceu R\$ 222 milhões no trimestre (R\$ 2,3 bilhões em 2024). A GOL investiu R\$843 milhões de CAPEX, sendo grande parte em recuperação dos motores para recomposição da frota, o que foi o principal fator para o aumento de sete aeronaves operacionais apesar da redução de frota contratada. Por fim, o fluxo de caixa financeiro da Companhia consumiu R\$1.040 bilhões no trimestre, devido às amortizações de dívidas financeiras, pagamentos de juros e de arrendamento.

Fluxo de Caixa (R\$ milhões)	4T24	4T23	Δ	2024	2023	Δ
(+) EBITDA Recorrente	1.893	1.615	17,2%	5.258	5.050	4,1%
(+) Efeitos não-caixa & Outros	2.128	(22)	#	2.448	(1.050)	#
(+) Despesas Não Recorrentes	(2.336)	-	#	(3.562)	(45)	#
(+) Variação de capital de giro	618	(1.042)	#	(2.306)	(993)	90,2%
Contas a Receber	222	218	1,5%	(2.332)	63	#
Outras contas de capital de giro	396	(1.261)	#	26	(1.056)	#
(=) Fluxo de Caixa Operacional	2.303	551	#	1.838	2.962	(37,9%)
(+) CAPEX	(843)	(256)	#	(2.060)	(872)	#
(+) Fluxo Financeiro	(1.040)	(403)	#	1.519	(1.732)	#
Captação de Recursos & Amortizações	(42)	359	#	4.739	1.325	#
Leasing	(687)	(339)	#	(2.520)	(2.048)	23,0%
Juros e Outros	(311)	(422)	(26,4%)	(701)	(1.009)	(30,6%)
(=) Geração/Consumo de Caixa (s/ Δ cambial)	421	(109)	#	1.297	358	#
(+) Variação Cambial Sobre Saldo de Caixa	174	(106)	#	415	(168)	NM
(=) Geração/Consumo de Caixa	595	(215)	#	1.711	190	#
Caixa Inicial do Período	1.899	998	90,4%	782	592	32,1%
Caixa Final do Período	2.494	782	#	2.494	782	#

4. Estrutura de Capital

O Caixa total da Companhia (que inclui caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras) atingiu R\$2,5 bilhões no 4T24. O caixa somado ao contas a receber totalizou R\$ 5,6 bilhões, representando 29,5% da receita dos últimos doze meses.

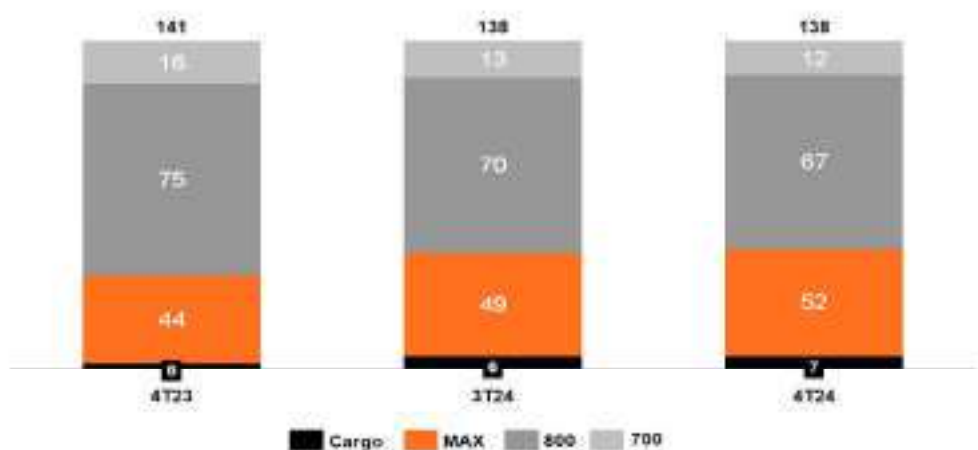
Em 31 de dezembro de 2024, os Empréstimos e Financiamentos contabilizados da GOL eram de R\$ 22,6 bilhões, dos quais R\$ 5,5 bilhões são relativos ao *DIP Loan*. O passivo total de arrendamento era de R\$ 12,1 bilhões.

A dívida bruta total do 4T24 era de R\$ 34,7 bilhões, representando um aumento de 73% quando comparada ao 4T23, principalmente devido à desvalorização cambial e ao DIP Loan. A relação dívida líquida ajustada/EBITDA Recorrente UDM atingiu 6,1x em 31 de dezembro de 2024.

Dívida (R\$ milhões)	4T24	4T23	Δ 4T23	3T24	Δ 3T24
Empréstimos e Financiamentos	22.625	10.584	NM	19.297	17,2%
Arrendamentos a pagar	12.103	9.441	28,2%	10.184	18,8%
Dívida Bruta	34.728	20.025	73,4%	29.481	17,8%
Caixa e Equivalentes	(2.494)	(782)	NM	(1.899)	31,3%
Dívida Líquida	32.234	19.243	67,5%	27.582	16,9%
Dívida Líquida/EBITDA Recorrente UDM ¹	6,1x	3,8x	2,3x	5,5x	0,6x

(1) Exclui efeitos de itens não recorrentes.

5. Frota



Ao longo de 2024, a GOL adicionou 8 novas aeronaves Boeing 737-MAX 8 à sua frota, além de 1 cargueiro dedicado à operação com o Mercado Livre. Além disso, como parte do plano de renovação de frota e recuperação da eficiência operacional, a Companhia devolveu 12 aeronaves Boeing 737-NG (sendo 4 B737-700 e 8 B737-800) e conseguiu aumentar sua frota operacional em 7 aeronaves, reduzindo o número de aeronaves não operacionais frente ao ano de 2023, mantendo sua estratégia alinhada ao plano sustentável de recomposição de capacidade.

Em 31 de dezembro de 2024, a GOL possuía uma frota total de 138 aeronaves Boeing, sendo 52 737-MAX, 79 737-NG e 7 cargueiros 737-800BCF. A frota da Companhia é 100% composta por aeronaves narrowbody da família Boeing 737, sendo 97% financiadas por meio de arrendamentos operacionais e 3% financiadas por meio de arrendamentos financeiros.

6. Atualizações do Chapter 11

A Companhia apresentou ao Tribunal de Falências seu plano de reorganização proposto no âmbito do Chapter 11 e iniciou a solicitação de votos sobre o plano junto às suas classes de credores com direito a voto .

Não há garantia de que o *Bankruptcy Court* irá confirmar o plano de reorganização proposto pela Companhia.

Em junho de 2024, a Companhia iniciou a assinatura de alguns aditivos contratuais com arrendadores de aeronaves, os quais envolveram, entre outras coisas, alterações nos fluxos de pagamentos de arrendamentos, arrendamentos suplementares (reserva de manutenção, depósitos de manutenção troca de motores, rejeição de motor e negociação de passivos não garantidos de aeronaves e motores, conforme detalhado na nota explicativa nº 17 e nº 18 das informações financeiras trimestrais.

Em 2 de agosto de 2024, o *Bankruptcy Court* aprovou um acordo de negociação entre a Companhia e o Banco Santander S.A. (Brasil), o Banco do Brasil S.A. e o Banco Bradesco S.A., que prevê, entre outras coisas, uma linha garantida para a cessão de recebíveis.

Em setembro de 2024, a GOL concluiu as negociações comerciais com seus arrendadores de aeronaves e motores restantes e todos os acordos de reestruturação foram aprovados pelo *Bankruptcy Court*. No total, foram aprovados acordos de reestruturação para 139 aeronaves e 58 de motores sobressalentes.

Em 6 de novembro de 2024, a Companhia firmou um Acordo de Apoio ao Plano de Reestruturação (PSA) com a Abra Group Limited e o Comitê de Credores Quirografários, no contexto do Chapter 11. Este acordo inclui obrigações para as partes apoiarem um plano de reorganização do Chapter 11 o PSA e o termo de reestruturação anexado a ele. De acordo com o PSA e o termo de reestruturação, a Companhia se comprometeu a converter uma parte de sua dívida anterior ao Chapter 11 em ações e/ou extinguir até US\$1,7 bilhão de sua dívida. Além disso, a Companhia também reduzirá suas outras obrigações em até US\$850 milhões.

Em 7 de novembro de 2024, o Tribunal de Falências aprovou uma prorrogação do prazo da Companhia para apresentar um plano de reorganização até 20 de março de 2025, e para solicitar os votos sobre esse plano até 19 de maio de 2025. Em 20 de março de 2025, a Companhia apresentou uma petição solicitando extensões adicionais desses prazos para 25 de julho de 2025 e 25 de setembro de 2025, respectivamente, sendo que essa petição deverá ser analisada pelo Tribunal de Falências em 7 de abril de 2025.

Em 2 de janeiro de 2025, a Companhia celebrou um acordo de parcelamento com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, que resolve as obrigações fiscais da Companhia e suas subsidiárias, abrangendo tributos previdenciários, tributos não previdenciários e outras obrigações tributárias.

Em 20 de março de 2025, o Tribunal de Falências emitiu uma ordem aprovando a declaração de divulgação em relação ao plano de reestruturação da Companhia no Chapter 11, considerando que as informações fornecidas eram adequadas para permitir que os credores votassem o plano. Após isso, a Companhia começou a solicitar votos sobre seu plano. A administração da Companhia acredita que a implementação bem-sucedida desse plano de reorganização fortalecerá a estrutura de capital da Empresa, permitindo um foco renovado em suas operações e estratégias de crescimento futuras.

Em 26 de março de 2025, o Tribunal de Falências emitiu uma ordem aprovando a entrada da Companhia em cartas de compromisso de backstop com a Castlake LP e a Elliott Investment Management, que atuarão como partes compromissárias de backstop para a compra de até US\$1,25 bilhão de instrumentos de dívida sênior garantida de primeira prioridade a serem emitidos na data de efetividade do plano de Chapter 11. A ordem abre caminho para a Companhia garantir seu financiamento de saída total de US\$1,9 bilhão, com o restante dos recursos provenientes de outros investidores.

7. Anexos

Demonstração de Resultados

Demonstrações dos Resultados em IFRS (R\$ milhões)	4T24	4T23	% Var.	2024	2023	% Var.
Receita Líquida	5.519	5.042	9,5%	19.130	18.774	1,9%
Transporte de passageiros	4.997	4.742	5,4%	17.262	17.252	0,1%
Transporte de cargas e outros	522	301	73,7%	1.867	1.523	22,7%
Total Custos e despesas operacionais	(6.516)	(3.862)	68,7%	(19.326)	(15.435)	25,2%
Pessoal	(821)	(733)	11,9%	(2.980)	(2.523)	18,1%
Combustível de aviação	(1.373)	(1.422)	(3,4%)	(5.329)	(5.950)	(10,4%)
Tarifas de pouso e navegação	(265)	(216)	22,5%	(1.007)	(901)	11,7%
Gastos com Passageiros	(191)	(137)	39,4%	(813)	(812)	0,1%
Prestação de serviços	(703)	(359)	95,7%	(2.283)	(1.209)	88,8%
Comerciais e publicidade	(327)	(273)	19,7%	(959)	(919)	4,4%
Material de manutenção e reparo	(755)	(544)	38,7%	(1.967)	(1.365)	44,2%
Depreciação e amortização	(554)	(435)	27,4%	(1.893)	(1.666)	13,7%
Outros	(1.527)	258	NM	(2.095)	(91)	NM
Resultado Operacional (EBIT)	(997)	1.180	NM	(197)	3.339	NM
Margem Operacional	(18,1%)	23,4%	(41,5 p.p.)	(1,0%)	17,8%	(18,8 p.p.)
Outras Receitas (Despesas) Financeiras	(5.544)	(2.053)	NM	(7.257)	(4.296)	68,9%
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.522)	(1.066)	42,7%	(5.261)	(3.832)	37,3%
Ganhos com aplicações financeiras	29	93,9	(69,4%)	145	211	(31,5%)
Variações cambiais e monetárias	(3.939)	700	NM	(6.851)	1.177	NM
Resultado líquido de derivativos	(4)	(21)	(79,7%)	(20)	(34)	(40,0%)
Resultados do ESN e Capped Calls	53	(1.776)	NM	5.073	(1.767)	NM
Outras despesas (receitas) líquidas	(111)	16	NM	(292)	(52)	NM
Lucro (prejuízo) antes de IR/CS	(6.542)	(873)	NM	(7.454)	(957)	NM
Imposto de Renda	1.426	(225)	NM	1.387	(265)	NM
Imposto de renda corrente	(476)	13	NM	(485)	(23)	NM
Imposto de renda diferido	1.901	(237)	NM	1.871	(242)	NM
Lucro (prejuízo) do período	(5.116)	(1.098)	NM	(6.067)	(1.222)	NM
Margem Líquida	(92,7%)	(21,8%)	NM	(31,7%)	(6,5%)	NM
EBITDA	(443)	1.615	NM	1.697	5.005	(66,1%)
Margem EBITDA	(8,0%)	32,0%	(40,1 p.p.)	8,9%	26,7%	(17,8 p.p.)

Reconciliação de Itens Não Recorrentes

A tabela abaixo apresenta uma reconciliação de nossos valores informados com os valores ajustados, excluindo itens não recorrentes:

(R\$ milhões)	Reportado	Não Recorrente 4T24	Recorrente 4T24	Reportado	Não Recorrente 2024	Recorrente 2024
Receita líquida	5.519	-	5.519	19.130	-	19.130
Custos e despesas operacionais	6.516	2.336	4.180	19.326	3.562	15.764
Pessoal	821	32	789	2.980	53	2.927
Manutenção	755	538	217	1.967	723	1.245
Passageiros	191	22	169	813	22	791
Prestação de serviços	703	352	351	2.283	1.058	1.226
Outras despesas	1.527	1.281	246	2.095	1.596	499
EBITDA	(443)	2.336	1.893	1.697	3.562	5.258
Margem EBITDA	(8,0%)	42,3 p.p.	34,3%	8,9%	18,6 p.p.	27,5%

Glossário

<https://ri.voegol.com.br/informacoes-aos-investidores/glossario/>

Balanço Patrimonial – IFRS

(R\$ milhões)	4T24	4T23	% Var.
Ativo	23.986	16.726	43,4%
Circulante	7.162	3.028	NM
Caixa e equivalentes de caixa	2.061	324	NM
Aplicações financeiras	274	316	(13,3%)
Contas a receber	3.155	825	NM
Estoques	432	397	8,8%
Depósitos	221	265	(16,5%)
Adiantamento a fornecedores e terceiros	503	431	16,7%
Impostos a recuperar	92	165	(44,5%)
Direitos com operações de derivativos	-	1	NM
Outros créditos	423	304	39,1%
Ativo não circulante	16.824	13.698	22,8%
Aplicações financeiras	159	143	11,3%
Depósitos	3.218	2.291	40,5%
Adiantamento a fornecedores e terceiros	24	102	(76,7%)
Impostos a recuperar	9	14	(33,8%)
Impostos diferidos	0	0	NM
Outros créditos	21	23	(6,5%)
Imobilizado	11.341	9.188	23,4%
Intangível	2.052	1.938	5,9%
Passivo e patrimônio líquido	23.986	16.726	43,4%
Passivo Circulante	26.354	13.002	NM
Empréstimos e financiamentos	11.664	1.262	NM
Arrendamentos a Pagar	2.347	1.740	34,9%
Fornecedores	2.573	2.040	26,1%
Obrigações trabalhistas	632	648	(2,4%)
Impostos a recolher	138	205	(32,9%)
Taxas e tarifas aeroportuárias	1.105	1.019	8,5%
Transportes a executar	3.381	3.131	8,0%
Programa de milhagem	2.108	1.766	19,4%
Adiantamento de clientes	178	149	20,0%
Provisões	1.102	738	49,4%
Obrigações com operações de derivativos	4	9	(59,5%)
Outras obrigações	1.122	297	NM
Não Circulante	26.723	26.892	(0,6%)
Empréstimos e financiamentos	10.961	9.322	17,6%
Arrendamentos a Pagar	9.757	7.702	26,7%
Impostos e contribuições a recolher	622	339	83,7%
Programa de milhagem	158	239	(33,8%)
Provisões LP	3.563	2.680	32,9%
Impostos diferidos	259	199	30,7%
Obrigações com operações de derivativos	38	5.011	(99,3%)
Outras obrigações	1.365	1.401	(2,6%)
Patrimônio líquido	(29.091)	(23.167)	25,6%
Capital social	4.045	4.041	0,1%
Ações a emitir	-	1	(100,0%)
Ações em tesouraria	(0)	(2)	(95,8%)
Reservas de capital	312	312	0,0%
Ajustes de avaliação patrimonial	(389)	(529)	(26,3%)
Prejuízos acumulados	(33.058)	(26.991)	22,5%

Fluxo de Caixa – IFRS

(R\$ milhões)	4T24	4T23	% Var.	2024	2023	% Var.
Lucro (prejuízo) líquido do período	(5.116)	(1.098)	NM	(6.067)	(1.222)	NM
Depreciação – direito de uso aeronáutico	277	241	14,9%	984	919	7,2%
Depreciação e amortização – outros	277	194	42,7%	907	749	21,1%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1	(0)	NM	1	(3)	NM
Constituição (reversão) de provisão	693	304	NM	1.704	969	75,9%
Provisão para obsolescência de estoque	-	0	NM	1	1	40,7%
Provisão para redução ao valor recuperável dos depósitos	208	-	NM	238	-	NM
Provisão para perda com adiantamento de fornecedores	80	-	NM	79	-	NM
Ajuste a valor presente de ativos e passivos	18	(35)	NM	229	107	NM
Impostos diferidos	31	237	NM	61	242	NM
Baixa de Imobilizado e Intangível	-	-	NM	-	-	NM
Sale-leaseback - Retroarrendamentos	(63)	(313)	(80,0%)	(230)	(429)	(46,3%)
Alteração contratual de arrendamentos	(87)	72	NM	(143)	4	NM
Variações cambiais e monetárias, líquidas	3.714	(383)	NM	6.345	(2.017)	NM
Resultados financeiros sobre dívida	(13)	-	NM	76	-	NM
Juros sobre empréstimos e arrendamentos e amortização de custos e ágios	1.352	753	76,4%	4.615	2.929	57,5%
Ágio/(deságio) em recompra de títulos	-	61	NM	-	(38)	NM
Resultado de transações com ativo imobilizado e intangível	218	(40)	NM	343	8	NM
Resultados de derivativos reconhecidos no resultado	(49)	1.629	NM	(5.053)	1.723	NM
Remuneração baseada em ações	1	(3)	NM	8	8	(4,2%)
Outras provisões	85	(12)	NM	72	(30)	NM
Lucro (prejuízo) líquido ajustado	1.629	1.608	(19,5%)	4.171	3.919	6,4%
Variações nos ativos e passivos operacionais:						
Aplicações financeiras	120	(81)	NM	374	706	(47,1%)
Contas a receber	222	218	1,5%	(2.332)	63	NM
Estoques	(19)	(241)	NM	(78)	(241)	(67,7%)
Depósitos	(123)	(13)	NM	(505)	(57)	NM
Adiantamento a fornecedores e terceiros	(57)	(64)	(11,2%)	(85)	(180)	(52,7%)
Impostos a recuperar	(8)	66	NM	78	69	13,4%
Arrendamentos variáveis	(8)	(2)	NM	5	(1)	NM
Fornecedores	406	(109)	NM	603	(276)	NM
Fornecedores – Risco sacado	-	(0)	NM	(21)	10	NM
Transportes a executar	103	(506)	NM	251	(372)	NM
Programa de milhagem	88	241	(63,6%)	261	136	92,7%
Adiantamento de clientes	154	(177)	NM	28	(206)	NM
Obrigações trabalhistas	(303)	(59)	(91,8%)	(313)	258	NM
Taxas e tarifas aeroportuárias	79	(90)	NM	81	233	(65,3%)
Impostos a recolher	270	(2)	NM	216	20	NM
Obrigações com operações de derivativos	(2)	(4)	(44,5%)	65	(6)	NM
Provisões	(626)	(263)	28,0%	(1.342)	(1.078)	24,5%
Outros créditos (obrigações)	321	44	NM	407	(71)	NM
Juros pagos	(311)	(421)	(26,2%)	(701)	(1.104)	(36,5%)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.936	144	NM	1.164	1.822	(36,1%)
Adiantamento para aquisição de imobilizado, líquido	-	-	NM	-	-	NM
Aquisição de imobilizado	(808)	(193)	NM	(1.924)	(704)	NM
Aquisição de intangível	(50)	(63)	(21,1%)	(184)	(168)	9,4%
Recebimento em operações de sale-leaseback	15	(0)	NM	48	-	NM
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimentos	(843)	(256)	NM	(2.060)	(872)	NM
Captações de empréstimos e financiamentos	-	581	(100,0%)	5.032	1.991	NM
Pagamentos de empréstimos	(42)	(223)	(69,7%)	(296)	(666)	(55,6%)
Pagamentos de arrendamentos - aeronáuticos	(676)	(302)	NM	(2.471)	(1.979)	24,9%
Pagamento de arrendamentos – outros	(11)	(38)	(70,0%)	(49)	(69)	(29,6%)
Aumento de capital	-	-	NM	3	0	NM
Emissão de bônus de subscrição	-	(1)	(100,0%)	-	95	NM
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(729)	18	NM	2.219	(628)	NM

Varição cambial do caixa de subsidiárias no exterior	174	(106)	NM	415	(168)	NM
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.523	525	NM	324	171	NM
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	2.061	324	NM	2.061	324	NM

Sobre a GOL Linhas Aéreas Inteligentes S.A

A GOL é uma das principais companhias aéreas domésticas do Brasil e faz parte do Grupo Abra. Desde sua fundação em 2001, a Companhia tem o menor custo unitário na América Latina, democratizando o transporte aéreo. A Companhia possui alianças com a American Airlines e a Air France-KLM, e disponibiliza 18 acordos de codeshare e interline para seus clientes, trazendo mais comodidade e conexões simples para qualquer lugar atendido por essas parcerias. Com o propósito de “Ser a Primeira para Todos”, a GOL oferece a melhor experiência de viagem aos seus passageiros e o melhor programa de fidelidade, Smiles. No transporte de cargas, a Gollog possibilita a entrega de encomendas para diversas regiões no Brasil e no exterior. A Companhia conta com uma equipe de 13,9 mil profissionais da aviação altamente qualificados e focados na Segurança, valor número um da GOL, e opera uma frota padronizada de 138 aeronaves Boeing 737. As ações da Companhia são negociadas na B3 (GOLL4). Para mais informações, visite www.voegol.com.br/ri.

Relações com Investidores

ri@voegol.com.br

www.voegol.com.br/ri



Relacionamento com Auditores Independentes

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes, a Companhia se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes. Embasado no Inciso III, artigo 2º da Instrução CVM nº 381/03 a Companhia adota como procedimento formal, para a contratação de outros serviços profissionais que não os de auditoria contábil externa, consultar seu Comitê de Auditoria para assegurar-se de que a realização da prestação destes outros serviços não venha a afetar sua independência e objetividade, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente. Adicionalmente são requeridas declarações formais destes mesmos auditores quanto à sua independência na realização de serviços não relacionados à auditoria.

A Companhia informa que seus auditores independentes, a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., não prestaram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, serviços adicionais não relacionados à auditoria.

Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas..... 01

Demonstrações financeiras

Balanços patrimoniais	09
Demonstrações dos resultados	11
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	14
Demonstrações do valor adicionado	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras	17



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que a Companhia incorreu em prejuízo, individual e consolidado, de R\$6.067 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e, nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante, individual e consolidado, em R\$10.532 milhões e R\$19.192 milhões, respectivamente. Adicionalmente, em 25 de janeiro de 2024, a Companhia apresentou petições voluntárias de reorganização perante o *United States Bankruptcy Court for the Southern District of New York* (“Tribunal de Falências dos Estados Unidos”), pautadas nas regras do código de falências dos Estados Unidos (“*Chapter 11*”). Conforme apresentado na nota explicativa 1.2, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa 1.2, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

- ***Receitas de transporte de passageiros***

Conforme mencionado na nota explicativa 31 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as receitas da Companhia decorrentes da prestação de serviços de transporte de passageiros foram de R\$17.273 milhões. Conforme divulgado na nota explicativa 4.18.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as receitas decorrentes da prestação de serviços de transporte de passageiros são reconhecidas quando o serviço de transporte é prestado.

O processo de reconhecimento da receita oriunda do transporte de passageiros é dependente de sistemas de tecnologia da informação e ocorre em grande volume. Esse processo também considera outros aspectos complexos que podem afetar o reconhecimento de receita, tais como o registro de bilhetes vendidos e não voados, créditos aos passageiros referentes às passagens não utilizadas, registro da obrigação de desempenho do programa de fidelidade, entre outros. Portanto, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, avaliação da integridade da base de dados oriunda dos sistemas de TI envolvidos no processo de reconhecimento de receitas de transporte de passageiros; teste da reconciliação dos registros contábeis com os relatórios de receitas de transporte de passageiros voados e passivos relacionados a bilhetes vendidos e não voados; acompanhamento do embarque de passageiros e verificação do reconhecimento da respectiva receita para uma amostra de vôos; teste de uma amostra de bilhetes transportados e a transportar por meio de inspeção física; e avaliação da adequação das divulgações nas respectivas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024. Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de registro de receitas decorrentes da prestação de serviço de transporte de passageiros, sendo este ajuste não registrado pela administração tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados para o reconhecimento de receitas decorrentes da prestação de serviço de transporte de passageiros, consideramos que os critérios adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 4.18.1 e 31, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

- *Provisão para devolução de aeronaves e motores*

Conforme mencionado na nota explicativa 24 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2024, o saldo da provisão para devoluções de aeronaves e motores da Companhia referentes a contratos de arrendamentos era de R\$3.639 milhões. Conforme descrito nas notas explicativas 4.16.1 e 24.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, determinados contratos de arrendamentos contém cláusulas de obrigações da Companhia para cumprimento de certas condições de devolução ao final dos respectivos contratos de arrendamento. A Companhia estima os custos de devolução das aeronaves e motores referentes aos contratos de arrendamentos levando em consideração a utilização efetiva das aeronaves e motores, eventos de manutenção durante o período contratual, entre outras variáveis.

Os procedimentos de auditoria sobre a provisão para devoluções de aeronaves e motores envolveram julgamentos significativos de nossa parte devido à incerteza e complexidade existentes para estimar os valores que seriam devidos quando da devolução, que levam em consideração padrões de utilização dos equipamentos e respectivos custos para mensuração da provisão. Portanto, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, avaliação da estimativa considerada pela Companhia para registrar a provisão para devoluções de aeronaves e motores através do teste de uma amostra de contratos de arrendamentos com cláusulas de condições de devolução; comparação dos planos da administração para utilização futura das aeronaves e motores com os respectivos padrões históricos de utilização; avaliação do processo de estimativa dos custos de manutenção de aeronaves e motores, conforme seus preços de mercado; e avaliação da adequação das divulgações nas respectivas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para devoluções de aeronaves e motores, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas utilizados para a determinação da referida provisão adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 4.16.1, 24 e 24.2, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

- *Modificações do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento de aeronaves e motores*

A Companhia possui registrados ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para os contratos abrangidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) (IFRS 16), principalmente relacionados ao arrendamento de aeronaves e motores. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía saldo de ativo de direito de uso de aeronaves e motores, líquido de depreciação acumulada, de R\$6.858 milhões, conforme nota explicativa 4.9.2.1 e 13.2, além de passivo de arrendamento de aeronaves e motores de R\$12.097 milhões, conforme notas explicativas 4.9.2.2 e 17.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos, o alto volume de modificações de contratos de arrendamento, bem como às incertezas inerentes a esse tipo de cálculo e o grau de julgamento exercido pela diretoria na determinação das premissas relevantes, as quais incluem, entre outras, a taxa de desconto utilizada.



Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros, análise do inventário de contratos de arrendamento modificados, além da verificação da aderência destes contratos ao escopo das normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) (IFRS16), avaliação da razoabilidade dos critérios adotados pela diretoria para uma amostra de contratos, além de recalcular os montantes mensurados pela diretoria para estas transações, verificação do reconhecimento dos efeitos das modificações no correto período de competência; análise dos critérios adotados pela diretoria para determinação da taxa de desconto (taxa incremental de financiamento) utilizada para a mensuração do passivo de arrendamento; e avaliação da adequação das divulgações nas respectivas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis os critérios e as políticas contábeis de modificação dos ativos de direito de uso e de passivos de arrendamentos de aeronaves para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Bruno Mattar Galvão
Contador CRC SP-267770/O



Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto prejuízo básico e diluído por ação)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.403.865	214.347	2.061.443	323.928
Aplicações financeiras	6	1.540	3.826	273.817	315.901
Contas a receber	7	-	-	3.155.430	825.196
Estoques	8	-	-	432.250	397.216
Depósitos	9	-	-	220.859	264.524
Adiantamento a fornecedores e terceiros	10	11.572	14.503	503.006	431.136
Impostos a recuperar	11	28	1.222	91.611	165.157
Direitos com operações de derivativos	36.2	-	80	-	810
Outros créditos e valores	15	188.945	102.473	423.486	304.385
Total circulante		1.605.950	336.451	7.161.902	3.028.253
Não circulante					
Aplicações financeiras	6	-	-	158.695	142.636
Depósitos	9	43.134	41.305	3.218.321	2.291.413
Adiantamentos a fornecedores e terceiros	10	-	-	23.665	101.515
Impostos a recuperar	11	-	-	9.321	14.077
Impostos diferidos	12	-	-	97	155
Outros créditos e valores	15	33	428	21.173	22.645
Créditos com partes relacionadas	30.1	14.067.614	7.581.253	-	-
Imobilizado	13	535.012	473.237	11.341.028	9.187.700
Intangível	14	-	-	2.052.059	1.937.800
Total não circulante		14.645.793	8.096.223	16.824.359	13.697.941
Total		16.251.743	8.432.674	23.986.261	16.726.194

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto prejuízo básico e diluído por ação)

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	11.429.993	758.410	11.663.593	1.261.554
Arrendamentos a pagar	17	-	-	2.346.714	1.739.642
Fornecedores	18	390.732	85.004	2.572.813	1.818.410
Fornecedores - risco sacado		-	-	-	39.877
Obrigações trabalhistas	19	-	15	632.412	647.729
Impostos a recolher	20	352	279	137.740	205.261
Taxas e tarifas aeroportuárias	21	-	-	1.105.298	1.018.915
Transportes a executar	22	-	-	3.381.456	3.130.772
Programa de milhagem	23	-	-	2.107.793	1.765.664
Adiantamentos de clientes		-	-	178.443	148.712
Provisões	24	-	-	1.102.249	737.636
Obrigações com operações de derivativos	36.2	-	-	3.619	8.929
Obrigações com arrendadores	26	-	-	801.011	181.669
Outras obrigações		316.835	291.737	320.737	296.823
Total circulante		12.137.912	1.135.445	26.353.878	13.001.593
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	10.194.893	8.800.461	10.961.297	9.322.035
Arrendamentos a pagar	17	-	-	9.756.644	7.701.733
Fornecedores	18	-	-	-	4.936
Obrigações trabalhistas	19	-	-	198.463	495.968
Impostos a recolher	20	-	-	622.037	338.551
Taxas e tarifas aeroportuárias	21	-	-	600.006	605.527
Programa de milhagem	23	-	-	158.314	239.209
Provisões	24	-	-	3.562.938	2.680.191
Obrigações com operações de derivativos	36.2	37.527	5.010.509	37.527	5.010.509
Impostos diferidos	12	-	-	259.482	198.517
Obrigações com partes relacionadas	30.1	177.415	136.763	-	-
Provisão para perda em investimentos	25	22.692.412	16.376.094	-	-
Obrigações com arrendadores	26	-	-	305.937	88.226
Outras obrigações		102.103	140.516	260.257	206.313
Total não circulante		33.204.350	30.464.343	26.722.902	26.891.715
Patrimônio líquido					
Capital social	27.1	4.045.049	4.040.661	4.045.049	4.040.661
Ações a emitir		-	1.470	-	1.470
Ações em tesouraria	27.2	(72)	(1.709)	(72)	(1.709)
Reservas de capital		400.014	399.838	400.014	399.838
Ajustes de avaliação patrimonial		(477.767)	(616.734)	(477.767)	(616.734)
Prejuízos acumulados		(33.057.743)	(26.990.640)	(33.057.743)	(26.990.640)
Total patrimônio líquido negativo		(29.090.519)	(23.167.114)	(29.090.519)	(23.167.114)
Total		16.251.743	8.432.674	23.986.261	16.726.194

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto prejuízo básico e diluído por ação)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2024	2023	2024	2023
Receita líquida					
Transporte de passageiros		-	-	17.262.119	17.251.510
Transporte de cargas e outros		-	-	1.867.454	1.522.514
Total receita líquida	31	-	-	19.129.573	18.774.024
Custos dos serviços prestados	32	-	-	(13.384.943)	(12.978.655)
Lucro bruto		-	-	5.744.630	5.795.369
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	32	(155)	(261)	(1.328.724)	(1.258.243)
Despesas administrativas	32	(99.001)	(122.500)	(3.935.025)	(2.093.369)
Despesas com reestruturação	33	(888.928)	-	(968.075)	-
Outras receitas e despesas, líquidas	33	289.843	266.135	290.546	895.221
Total despesas operacionais		(698.241)	143.374	(5.941.278)	(2.456.391)
Resultado de equivalência patrimonial	25	(6.463.119)	1.372.958	-	-
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		(7.161.360)	1.516.332	(196.648)	3.338.978
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	34	316.999	509.393	231.409	572.261
Despesas financeiras	34	(3.006.415)	(1.696.004)	(5.793.245)	(4.244.982)
Instrumentos financeiros derivativos	34	5.073.178	(1.766.819)	5.053.069	(1.800.330)
Receitas (Despesas) financeiras, líquidas		2.383.762	(2.953.430)	(508.767)	(5.473.051)
Resultado antes da variação cambial e monetária		(4.777.598)	(1.437.098)	(705.415)	(2.134.073)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	34	(1.289.505)	305.140	(6.748.360)	1.177.292
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(6.067.103)	(1.131.958)	(7.453.775)	(956.781)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente		-	(13.394)	(484.580)	(23.317)
Diferido		-	(76.907)	1.871.252	(242.161)
Total imposto de renda e contribuição social	12	-	(90.301)	1.386.672	(265.478)
Prejuízo do exercício		(6.067.103)	(1.222.259)	(6.067.103)	(1.222.259)
Prejuízo básico e diluído	27				
Por ação ordinária		(0,412)	(0,083)	(0,412)	(0,083)
Por ação preferencial		(14,431)	(2,920)	(14,431)	(2,920)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Prejuízo do exercício	(6.067.103)	(1.222.259)	(6.067.103)	(1.222.259)
Outros resultados abrangentes que serão revertidos ao resultado				
Hedge de fluxo de caixa	89.726	252.576	89.726	252.576
Ganhos (Perdas) atuariais de planos de pensão e benefícios pós-emprego	49.534	(34.503)	49.534	(34.503)
Ajuste acumulado de conversão em controladas, líquidos de IR e CS diferidos	(293)	(64.318)	(293)	(64.318)
	138.967	153.755	138.967	153.755
Total dos resultados abrangentes do exercício	(5.928.136)	(1.068.504)	(5.928.136)	(1.068.504)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais - R\$)

	Capital social	Ações a emitir	Ações em tesouraria	Reservas de capital			Ajustes de avaliação patrimonial				Prejuízos acumulados	Total
				Prêmio na conferência de ações	Reserva especial de prêmio de controlada	Remuneração baseada em ações	Resultado não realizado de hedge	Benefício pós-emprego	Outros resultados abrangentes	Efeitos em alteração de participação societária		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.040.397	-	(38.910)	955.744	83.229	139.595	(613.353)	(2.659)	(4.309)	(150.168)	(25.768.381)	(21.358.815)
Outros resultados abrangentes, líquidos	-	-	-	-	-	-	252.576	(34.503)	(64.318)	-	-	153.755
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.222.259)	(1.222.259)
Total dos resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-	-	252.576	(34.503)	(64.318)	-	(1.222.259)	(1.068.504)
Aumento de capital por exercício de opção de ações	264	1.470	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.734
Opção de compra de ações	-	-	-	-	-	8.177	-	-	-	-	-	8.177
Resultado de valor justo em transação com acionista controlador	-	-	-	(844.542)	-	-	-	-	-	-	-	(844.542)
Transferência de ações em tesouraria	-	-	37.201	(28.846)	-	(8.355)	-	-	-	-	-	-
Bônus de subscrição	-	-	-	-	94.836	-	-	-	-	-	-	94.836
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.040.661	1.470	(1.709)	82.356	178.065	139.417	(360.777)	(37.162)	(68.627)	(150.168)	(26.990.640)	(23.167.114)
Outros resultados abrangentes, líquidos	-	-	-	-	-	-	89.726	49.534	(293)	-	-	138.967
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.067.103)	(6.067.103)
Total dos resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-	-	89.726	49.534	(293)	-	(6.067.103)	(5.928.136)
Aumento de capital por exercício de opção de ações	4.388	(1.470)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.918
Opção de compra de ações	-	-	-	-	-	7.834	-	-	-	-	-	7.834
Resultado de valor justo em transação com acionista controlador (Nota 16.1.7)	-	-	-	(6.021)	-	-	-	-	-	-	-	(6.021)
Transferência de ações em tesouraria	-	-	1.637	-	-	(1.637)	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.045.049	-	(72)	76.335	178.065	145.614	(271.051)	12.372	(68.920)	(150.168)	(33.057.743)	(29.090.519)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Prejuízo do exercício	(6.067.103)	(1.222.259)	(6.067.103)	(1.222.259)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao caixa gerado nas atividades operacionais				
Depreciação - direito de uso aeronáutico	-	-	984.407	918.656
Depreciação e amortização - outros	-	-	906.830	748.603
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	-	1.439	(3.386)
Provisão para obsolescência de estoque	-	-	840	597
Provisão para redução ao valor recuperável dos depósitos	-	-	238.222	-
Provisão para perda com adiantamento a fornecedores	-	-	78.757	-
Ajuste a valor presente de provisões	-	-	228.882	106.570
Impostos diferidos	-	76.907	61.133	242.161
Equivalência patrimonial	6.463.119	(1.372.958)	-	-
Resultado de transações com ativo imobilizado e intangível	-	-	342.803	8.012
Sale-leaseback - retroarrendamentos	(284.698)	-	(229.975)	(428.578)
Alteração contratual de arrendamentos	-	-	(143.416)	3.593
Constituição de provisões	-	-	1.704.469	969.091
Variações cambiais e monetárias, líquidas	1.030.237	(305.657)	6.345.368	(1.184.466)
Resultados financeiros sobre dívida	-	-	66.813	-
Juros sobre empréstimos, arrendamentos, parcelamentos e amortização de custos e ágio	2.720.025	1.500.232	4.615.081	2.929.316
Deságio em recompra de títulos	-	(37.818)	-	(37.818)
Resultados de derivativos reconhecidos no resultado	(5.073.178)	1.592.775	(5.053.069)	1.722.816
Remuneração baseada em ações	-	-	7.834	8.177
Outras provisões	-	-	81.284	(30.408)
Resultado líquido ajustado	(1.211.598)	231.222	4.170.599	4.750.677
Variações nos ativos e passivos operacionais:				
Aplicações financeiras	263.163	1.470	374.017	(125.736)
Contas a receber	-	-	(2.332.255)	63.309
Estoques	-	-	(77.901)	(241.298)
Depósitos	(1.829)	3.737	(505.038)	(57.172)
Adiantamento a fornecedores e terceiros	33.056	22.493	(85.324)	(180.295)
Impostos a recuperar	1.194	15.678	78.302	69.048
Arrendamentos variáveis	-	-	5.193	(522)
Fornecedores	290.883	(46.733)	603.287	(275.859)
Fornecedores - Risco sacado	-	-	(20.598)	9.936
Transportes a executar	-	-	250.682	(371.784)
Programa de milhagem	-	-	261.234	135.569
Adiantamento de clientes	-	-	27.897	(206.192)
Obrigações trabalhistas	(15)	(117)	(312.822)	257.510
Taxas e tarifas aeroportuárias	-	-	80.862	232.825
Impostos a recolher	73	(199)	215.965	19.889
Obrigações com operações de derivativos	-	-	65.036	(5.702)
Provisões	-	-	(1.342.172)	(1.077.881)
Obrigações com arrendadores	-	-	455.231	-
Outros créditos (obrigações)	165.899	(196.145)	(47.954)	(70.571)
Juros pagos	(450.144)	(806.306)	(700.532)	(1.104.003)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	(909.318)	(774.900)	1.163.709	1.821.748



Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Recebimento (pagamento) de mútuos de partes relacionadas	(3.154.994)	(744.661)	-	-
Recebimento de recursos pela operação de retroarrendamento	-	-	47.605	-
Aquisição de imobilizado	(89.542)	(78.527)	(1.924.098)	(703.972)
Aquisição de intangível	-	-	(183.813)	(168.017)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimentos	(3.244.536)	(823.188)	(2.060.306)	(871.989)
Captações de empréstimos e financiamentos	5.031.960	1.886.294	5.031.960	1.990.671
Pagamentos de empréstimos	(99.777)	(161.868)	(295.698)	(665.633)
Pagamentos de arrendamentos - aeronáuticos	-	-	(2.470.968)	(1.978.727)
Pagamento de arrendamentos - outros	-	-	(48.809)	(69.339)
Mútuos com partes relacionadas	-	1.577	-	-
Aumento de capital	2.918	1.734	2.918	1.734
Emissão de bônus de subscrição	-	94.836	-	94.836
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	4.935.101	1.822.573	2.219.403	(626.458)
Variação cambial do caixa e equivalentes de caixa	408.271	(10.317)	414.709	(168.408)
Acréscimo (Decréscimo) líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.189.518	214.168	1.737.515	154.893
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	214.347	179	323.928	169.035
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	1.403.865	214.347	2.061.443	323.928

As transações que não afetam caixa estão apresentadas na nota explicativa nº 36 dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas				
Transporte de passageiros, cargas e outras	-	-	19.341.449	18.948.816
Outras receitas operacionais	290.376	273.965	477.736	976.305
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(1.438)	3.386
	290.376	273.965	19.817.747	19.928.507
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	-	-	(5.469.167)	(6.005.438)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(974.744)	(124.452)	(7.315.086)	(5.087.599)
Seguros de aeronaves	-	-	(40.524)	(40.570)
Comerciais e publicidade	(155)	(261)	(969.804)	(930.079)
Valor adicionado bruto	(684.523)	149.252	6.023.166	7.864.821
Depreciação - direito de uso aeronáuticos	-	-	(984.407)	(918.656)
Depreciação e amortização - outros	-	-	(906.830)	(748.603)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(684.523)	149.252	4.131.929	6.197.562
Valor adicionado recebido em transferências				
Resultado de equivalência patrimonial	(6.463.117)	1.372.957	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	5.073.178	(1.766.819)	5.053.069	(1.800.330)
Receita financeira	320.763	351.536	2.621.299	422.859
Valor adicionado total (distribuído) a distribuir	(1.753.699)	106.926	11.806.297	4.820.091
Distribuição do valor adicionado:				
Remuneração direta	12.690	4.113	2.155.485	1.775.966
Benefícios	-	-	279.407	228.104
FGTS	-	-	135.071	132.055
Pessoal	12.690	4.113	2.569.963	2.136.125
Federais	5.022	94.802	153.140	766.816
Estaduais	-	-	53.301	41.850
Municipais	-	-	4.846	2.852
Impostos, taxas e contribuições	5.022	94.802	211.287	811.518
Juros e variações monetárias e cambiais - arrendamentos aeronáuticos	-	-	3.819.630	488.823
Juros e variações monetárias e cambiais - outros	4.295.652	1.230.264	11.037.008	2.292.862
Aluguéis	-	-	209.446	213.913
Outros	40	6	26.066	99.109
Remuneração de capitais de terceiros	4.295.692	1.230.270	15.092.150	3.094.707
Prejuízo do exercício	(6.067.103)	(1.222.259)	(6.067.103)	(1.222.259)
Remuneração de capitais próprios	(6.067.103)	(1.222.259)	(6.067.103)	(1.222.259)
Valor adicionado total distribuído (a distribuir)	(1.753.699)	106.926	11.806.297	4.820.091

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

1. Contexto operacional

A Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. (“Companhia” ou “GOL”) é uma sociedade por ações constituída em 12 de março de 2004 de acordo com as leis brasileiras. O estatuto social da Companhia dispõe que a mesma tem como objeto social o exercício do controle acionário da GOL Linhas Aéreas S.A. (“GLA”), que presta serviços de transporte aéreo regular e não regular de passageiros e cargas, serviços de manutenção de aeronaves e componentes, desenvolvimento de programas de fidelidade, entre outros.

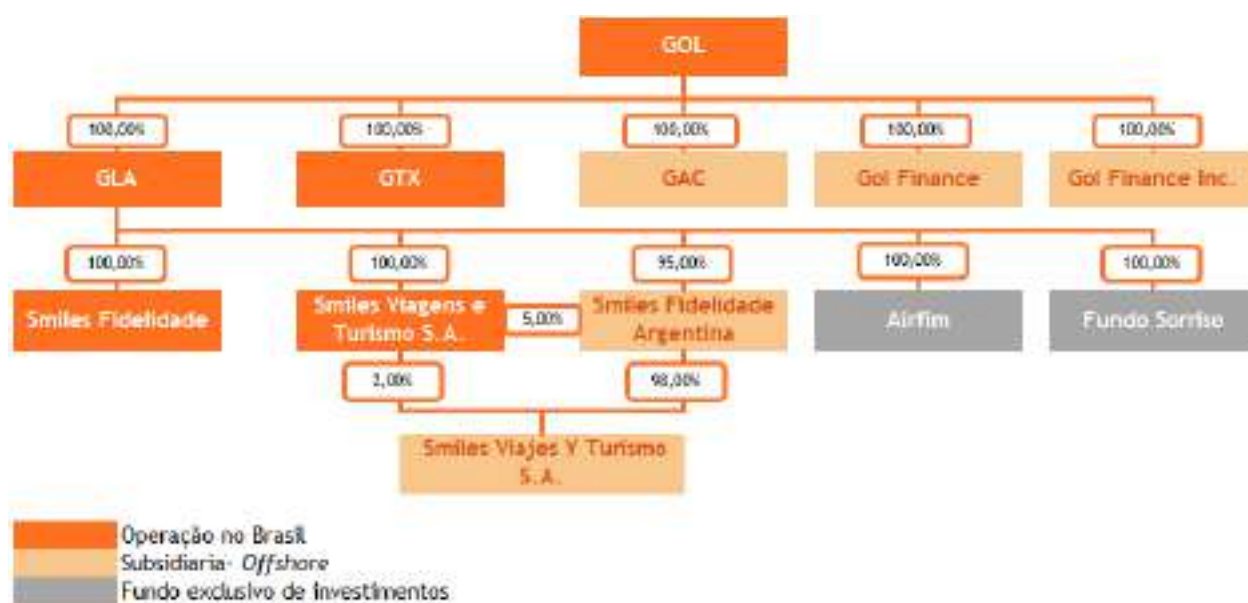
As ações da Companhia são registradas e negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob o *ticker* GOLL4. A Companhia adota as Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da B3.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía o registro na Bolsa de Valores de Nova Iorque - *New York Stock Exchange* (“NYSE”) sob o *ticker* GOL. Como resultado do pedido de reorganização voluntária perante o *United States Bankruptcy Court for the Southern District of New York*, pautadas nas regras do *Chapter 11 do United States Bankruptcy Code*, realizado em 25 de janeiro de 2024, a NYSE suspendeu e deslistou a negociação das *American Depositary Shares* (“ADSs”) da Companhia, conforme nota explicativa nº 1.2, e, em 25 de fevereiro de 2025, a Companhia solicitou o encerramento do registro de suas ações preferenciais e ADSs nos termos da Seção 12(g) do *U.S. Securities Exchange Act* de 1934, conforme nota explicativa nº 39.2.

A sede oficial da Companhia está localizada na Praça Comandante Linneu Gomes, s/n, portaria 3, prédio 24, Jardim Aeroporto, São Paulo, Brasil.

1.1. Estrutura societária

A estrutura societária da Companhia e de suas controladas, em 31 de dezembro de 2024, está apresentada a seguir:



A participação societária da Companhia no capital social de suas controladas, em 31 de dezembro de 2024, está apresentada a seguir:



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Entidade	Data de constituição	Localidade	Principal atividade	Tipo de controle	% de participação	
					31/12/2024	31/12/2023
GAC	23/03/2006	Ilhas Cayman	Aquisição de aeronaves	Direto	100,00	100,00
Gol Finance Inc.	16/03/2006	Ilhas Cayman	Captação de recursos	Direto	100,00	100,00
Gol Finance	21/06/2013	Luxemburgo	Captação de recursos	Direto	100,00	100,00
GLA	09/04/2007	Brasil	Transporte aéreo	Direto	100,00	100,00
GTX	08/02/2021	Brasil	Participação em sociedades	Direto	100,00	100,00
Smiles Fidelidade	06/02/2023	Brasil	Programa de fidelidade	Indireto	100,00	100,00
Smiles Viagens	10/08/2017	Brasil	Agência de turismo	Indireto	100,00	100,00
Smiles Fidelidade Argentina (a)	07/11/2018	Argentina	Programa de fidelidade	Indireto	100,00	100,00
Smiles Viajes Argentina (a)	20/11/2018	Argentina	Agência de turismo	Indireto	100,00	100,00
AirFim	07/11/2003	Brasil	Fundo de investimento	Indireto	100,00	100,00
Fundo Sorriso	14/07/2014	Brasil	Fundo de investimento	Indireto	100,00	100,00

(a) Empresas com moeda funcional em pesos argentinos (ARS).

As controladas GAC Inc., GOL Finance e GOL Finance Inc. são entidades constituídas com propósito específico de dar continuidade às operações de natureza financeira e relacionadas à frota da Companhia. Não apresentam um corpo diretivo próprio e não possuem autonomia na tomada de decisões, como consequência, os ativos e passivos dessas entidades estão apresentados na Controladora.

A GTX S.A., controlada direta pela Companhia, encontra-se em estágio pré-operacional e tem como objeto social a administração de bens próprios e participação no capital social de outras sociedades.

A Smiles Fidelidade, constituída em fevereiro de 2023, encontra-se em estágio pré-operacional. Adicionalmente possui a titularidade de direitos de propriedade intelectual e ativos relacionadas a infraestrutura tecnológica e tem por objetivo o desenvolvimento e gerenciamento de programa de fidelização de clientes, próprio ou de terceiros; a comercialização de direitos de resgate de prêmios no âmbito do programa de fidelização de clientes; a prestação de serviços turísticos em geral, entre outros.

A Smiles Viagens e Turismo S.A. ("Smiles Viagens"), tem como propósito principal a intermediação de serviços de organização de viagens, envolvendo a reserva ou venda de bilhetes aéreos, hospedagens, pacotes de turismo, entre outros. As subsidiárias Smiles Fidelidade Argentina e Smiles Viajes Y Turismo S.A., ambas sediadas em Buenos Aires, na Argentina, tem como propósito fomentar as operações do Programa Smiles e a venda de passagens aéreas naquele país.

Os fundos de investimento Airfim e Fundo Sorriso, controlados pela GLA, possuem a característica de fundo exclusivo e atuam como extensão para execução de operações com derivativos e investimentos, de forma que a Companhia consolida os ativos e passivos destes fundos.

1.2. Estrutura de capital e capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta capital circulante líquido individual e consolidado negativo em R\$10.531.962 e R\$19.191.976, respectivamente (R\$798.994 e R\$9.973.340 negativo em 31 de dezembro de 2023). Isso se deve principalmente ao aumento de empréstimos, financiamentos e arrendamentos no âmbito do *Chapter 11*, além dos impactos da flutuação do câmbio, os quais espera-se que sejam substancialmente liquidados pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta ainda uma posição de patrimônio líquido negativo de R\$29.090.519 (negativo em R\$23.167.114 em 31 de dezembro de 2023).



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

As operações da Companhia são sensíveis ao cenário macroeconômico e à volatilidade do Real, dado que aproximadamente 96,83% do endividamento (empréstimos, financiamentos e arrendamentos) está negociado em dólar americano (“US\$”) e 40,3% dos custos também são atrelados à moeda americana, e sua capacidade de ajustar o preço das tarifas cobradas de seus clientes para recapturar a variação do dólar americano depende da capacidade racional (oferta) e comportamento dos concorrentes.

1.2.1. Chapter 11

Apesar de um modelo operacional com foco em eficiência e produtividade, a Companhia vem enfrentando problemas de liquidez, desafios trazidos principalmente pela pandemia de COVID-19 desde 2020, alinhado com os impactos da indústria aérea globalmente, os quais sofreram interrupção sem precedentes em seus negócios. Consequentemente, a volatilidade no fluxo de caixa operacional causado pelo declínio substancial na demanda por viagens aéreas, resultando em impedimentos e redução dramática na receita e geração de caixa criou restrições significativas de liquidez e recursos durante a pandemia. Para administrar esse cenário, a Companhia chegou a acordos para diferir determinados arrendamentos, impostos e outras obrigações regulatórias, bem como obrigações financeiras relacionadas com a prorrogação e renovação dos vencimentos da dívida financiada. O resultado foi a continuidade das operações dos negócios da Companhia, apesar desses desafios relacionados à pandemia, mas com um aumento substancial nos passivos postergados e não pagos.

A Companhia executou determinadas transações e empreendeu em uma série de outros esforços para lidar com esses eventos financeiros, muitos dos quais proporcionaram alívio temporário e liquidez necessária em momentos-chave. Vários fatores impulsionados pelo mercado continuam a agravar os desafios de liquidez da Companhia, incluindo os preços voláteis dos combustíveis e da cotação do real brasileiro em relação ao dólar (afetando os custos em dólares em relação às receitas em reais), o aumento das taxas de juros, entre outros. Interrupções persistentes na cadeia de suprimentos e capacidade restrita na indústria de manutenção, reparos e operação têm dificultado a obtenção oportuna da manutenção necessária, levando ao acúmulo de manutenção requerida a curto prazo e custos relacionados.

Atrasos na entrega de novas aeronaves programadas para 2023 e 2024 impediram a Companhia de colocar novos aviões em serviço para compensar aqueles em manutenção, conforme descrito acima.

Como resultado, a Companhia reduziu o número de aeronaves operacionalmente disponíveis na frota, o que impossibilitou a Companhia de aumentar ou mesmo manter sua capacidade operacional. Essas limitações operacionais, por sua vez, reduziram a receita e a geração de caixa, exacerbando as restrições de liquidez e os desafios operacionais.

Em 25 de janeiro de 2024, a GOL e suas subsidiárias (em conjunto “devedores”) entraram com pedidos voluntários de reorganização perante o *United States Bankruptcy Court for the Southern District of New York* (“*Bankruptcy Court*”), pautadas nas regras do *Chapter 11 do United States Bankruptcy Code* (“*Bankruptcy Code*”). O *Chapter 11* é um processo de reorganização supervisionado pelo tribunal que as empresas utilizam para levantar capital, reestruturar suas finanças e fortalecer suas operações comerciais a longo prazo, enquanto continuam a operar normalmente.

A reorganização sob as regras do *Chapter 11* tem como objetivo permitir que a Companhia se reorganize e melhore a liquidez, encerre contratos não lucrativos e modifique seus acordos para possibilitar lucratividade sustentável. Como parte do processo, a Companhia continua a operar seus negócios no curso normal.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Após o início do *Chapter 11*, os devedores obtiveram alívio do *Bankruptcy Court* para operar seus negócios no curso normal e pagar ou de outra forma honrar, a critério dos devedores, certas obrigações anteriores à petição. Essas obrigações incluem, entre outras, determinados salários, benefícios e obrigações relacionadas a funcionários, impostos, seguros e o pagamento de certos fornecedores.

Em 26 de janeiro de 2024, a Nova York Stock Exchange ("NYSE") suspendeu a negociação das *American Depositary Shares* da Companhia ("ADSs") e solicitou à *Securities and Exchange Commission* o cancelamento da listagem dos ADSs, procedimento usual após a realização do protocolo sob o *Chapter 11*, de acordo com a Seção 802.01D do Manual de Empresas Listadas da NYSE (*NYSE Listed Company Manual*).

A GOL iniciou o processo legal nos Estados Unidos com um compromisso de financiamento de US\$950 milhões, na modalidade *Debtor in Possession* ("DIP") por membros do Grupo Ad Hoc de *Bondholders* da Abra Group Limited ("Abra") e outros *Bondholders* da Abra, os quais foram aprovados pelo Tribunal dos EUA em 29 de janeiro de 2024.

Nos dias 29 e 30 de janeiro de 2024, a Companhia recebeu a primeira parcela do DIP no valor total de US\$350 milhões. Em 28 de fevereiro de 2024, o *Bankruptcy Court* concedeu, a segunda parcela de US\$150 milhões, bem como o adicional de US\$50 milhões, de forma definitiva, totalizando US\$1 bilhão de financiamento *debtor-in-possession* ("DIP") de certos detentores de títulos garantidos e/ou seus designados, a ser utilizado para, entre outras finalidades, despesas designadas de capital de giro, necessidades corporativas gerais e custos relacionados à reestruturação. Em 10 e 11 de abril de 2024, a Companhia recebeu a parcela final de US\$450 milhões relativos ao DIP. O financiamento DIP está sujeito a certos objetivos e acordos contratuais.

O financiamento, juntamente com o caixa gerado pelas operações em curso, tem fornecido liquidez para apoiar as operações, que seguem normalmente, durante o processo de reestruturação financeira. Com o suporte do processo supervisionado pelo Tribunal e com a liquidez adicional do financiamento DIP, os voos de passageiros da GOL, os voos de carga da GOLLOG, o programa de fidelidade Smiles e outras operações da Companhia continuam operando normalmente.

Imediatamente após o início do *Chapter 11*, uma suspensão automática global de ações adversas de cobrança e execução por parte dos credores entrou em vigor nos termos da seção 362 do Título 11 do *Bankruptcy Code* para evitar, entre outros efeitos, que os credores exerçam medidas com relação às obrigações prévias à petição dos devedores.

Plano de Reorganização

Para que a Companhia obtenha êxito do processo de reestruturação do *Chapter 11*, é crucial obter a aprovação do *Bankruptcy Court* para um plano de reorganização. Um plano de reorganização determina os direitos e a satisfação de créditos de vários credores e partes interessadas e está sujeito ao resultado das negociações e decisões do *Bankruptcy Court* em curso até a data em que o plano de reorganização é confirmado e que podem produzir impactos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

A Companhia espera que qualquer plano proposto de reorganização endereçará, entre outras coisas, mecanismos para dirimir reivindicações de acionistas e atuais credores contra a Companhia.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Qualquer plano proposto de reorganização estará sujeito a revisões antes de ser submetido ao *Bankruptcy Court*, com base em discussões com os credores da Companhia e outras partes interessadas, e posteriormente, em resposta a objeções das partes interessadas e aos requisitos do *Bankruptcy Code* e do *Bankruptcy Court*. Não há garantia de que o plano de reorganização será aprovado.

Em abril de 2024, foram submetidos à aprovação do Tribunal determinados termos e condições do acordo preliminar com os arrendadores de aeronaves. Os respectivos contratos de arrendamento estão sendo renegociados sob os termos da reestruturação global do *Chapter 11* e determinados termos contratuais foram modificados. Em junho de 2024, a Companhia iniciou a assinatura de alguns aditivos contratuais com arrendadores de aeronaves, os quais envolveram alterações nos fluxos de pagamentos de arrendamentos, arrendamentos suplementares (reserva de manutenção, depósitos de manutenção, depósitos para garantia, entre outros), troca de motores, rejeições e negociação de passivos não garantidos de aeronaves e motores.

Em setembro de 2024, a GOL concluiu as negociações comerciais com seus arrendadores de aeronaves e motores restantes e todos os acordos de reestruturação foram aprovados pelo *Bankruptcy Court*. No total, foram aprovados acordos de reestruturação para 139 aeronaves e 58 de motores sobressalentes, cujas assinaturas dos contratos definitivos estão em andamento.

Em 06 de novembro de 2024, a Companhia firmou um Acordo de Apoio ao Plano de Reestruturação ("PSA") junto à Abra e determinadas afiliadas e o comitê de credores quirografários designado no processo do *Chapter 11*. Nos termos do PSA, em 09 de dezembro de 2024, a Companhia protocolou junto ao *Bankruptcy Court* um plano inicial de reestruturação que prevê, entre outros aspectos, significativa redução de sua alavancagem, extinguindo ou convertendo obrigações em capital da Companhia.

Os principais aspectos do Plano de Reestruturação são:

- A Companhia reduzirá significativamente seu endividamento, convertendo em capital ou extinguindo até US\$1,7 bilhão de sua dívida financiada pré-início do procedimento de *Chapter 11* e até US\$850 milhões de outras obrigações.
- Como parte de um acordo com a Companhia e o comitê de credores quirografários, a Abra concordou, em troca da satisfação dos créditos decorrentes da dívida no valor de US\$2,8 bilhões por ela reivindicada, em receber aproximadamente US\$950 milhões, e possivelmente mais, em novas ações dependendo da resolução de certas questões pendentes, bem como US\$850 milhões em dívida reestruturada. Dessa dívida reestruturada, US\$250 milhões serão obrigatoriamente convertidos em novas ações da Companhia, conforme estabelecido no Plano de Reestruturação, a partir do 30º mês após a saída do *Chapter 11*, com base no atingimento de determinados parâmetros de avaliação.
- A Companhia pretende levantar até US\$1,85 bilhão em novo capital para prover liquidez incremental que apoie a execução de sua estratégia de crescimento após a saída do processo, dos quais até US\$330 milhões podem ser na forma de emissão de novas ações a serem subscrita por terceiros investidores.
- A Companhia cumprirá seus contratos reestruturados de arrendamento de aeronaves, em conformidade com os termos previamente renegociados e acordados com seus arrendadores.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Em 7 de novembro de 2024, o Tribunal de Falências aprovou uma prorrogação do prazo para a Companhia apresentar um plano de reorganização até 20 de março de 2025, e para solicitar votos sobre esse plano até 19 de maio de 2025. Em 20 de março de 2025, a Companhia apresentou uma petição solicitando prorrogações adicionais desses prazos até 25 de julho de 2025 e 25 de setembro de 2025, respectivamente, sendo que essa petição deverá ser ouvida pelo Tribunal de Falências em 7 de abril de 2025.

Continuidade operacional

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas em uma base contábil de continuidade, que contempla a realização dos ativos e a satisfação dos passivos e compromissos no curso normal dos negócios.

Como resultado do *Chapter 11*, as operações da Companhia e a capacidade de desenvolver e executar o seu plano de negócios, a sua condição financeira, liquidez e continuidade estão sujeitas a um elevado grau de risco e incerteza associados ao *Chapter 11*. O resultado do *Chapter 11* depende de fatores que estão fora do controle da Companhia, incluindo ações do *Bankruptcy Court*. Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas não incluem quaisquer ajustes que possam resultar do desfecho desta incerteza.

1.3. Contrato de serviços de cargas e logística

Em abril de 2022, a Companhia assinou um contrato de prestação de serviços de carga de 10 anos com o Mercado Livre. Este contrato prevê uma frota dedicada de cargueiros composta por 6 Boeing 737-800 BCF, com possibilidade de inclusão de outras 6 aeronaves de carga até 2025. A Companhia possui 6 aeronaves cargueiras em operação em 31 de dezembro de 2024.

1.4. Acordo entre o acionista controlador e Abra Group Limited

Em maio de 2022, a Companhia efetuou a comunicação de que seu acionista controlador, MOBI Fundo de Investimento em Ações Investimento no Exterior (“MOBI FIA”), celebrou o *Master Contribution Agreement* com os principais acionistas do Investment Vehicle 1 Limited (“Avianca Holding”), a Abra Group Limited (“Abra”).

Nos termos do *Master Contribution Agreement*, o MOBI FIA contribuiu suas ações da GOL, e os principais investidores da Avianca Holding contribuíram suas ações da Avianca Holding na Abra, uma sociedade de capital fechado, constituída sob as leis da Inglaterra e do País de Gales. Adicionalmente, as partes acordaram a celebração de um Acordo de Acionistas para reger seus direitos e obrigações como acionistas da Abra.

1.5. Impactos e ações tomadas pela Administração frente ao evento climático no Estado do Rio Grande do Sul

Em 2024, a Companhia enfrentou desafios operacionais decorrentes da reabertura parcial do Aeroporto Internacional Salgado Filho, após as interrupções causadas pela crise climática no Estado do Rio Grande do Sul. Embora a retomada das operações aéreas tenha ocorrido gradualmente, a Companhia foi impactada por cancelamentos de voos programados partindo de/chegando em Porto Alegre, devido às contínuas adequações da infraestrutura aeroportuária. Em 21 de outubro de 2024 ocorreu a reabertura para voos comerciais.

Considerando os fatos mencionados, a Companhia monitorou e revisou suas principais premissas e estimativas contábeis e não identificou ajustes contábeis a serem feitos em suas demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

1.6. Adesão à Transação Tributária

Em 30 de dezembro de 2024, a Companhia celebrou um acordo de parcelamento com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”) e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (“RFB”), que regulariza as obrigações fiscais da Companhia e suas subsidiárias, abrangendo tributos previdenciários, tributos não previdenciários e outras obrigações tributárias, conforme detalhado na nota explicativa nº 20.2.

2. Declaração da Administração, base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas com base no Real (“R\$”) como moeda funcional e de apresentação, estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira. Os itens divulgados em outras moedas estão devidamente identificados, quando aplicável.

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros.

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas de forma contínua.

A Administração, ao elaborar estas demonstrações financeiras, utilizou-se dos seguintes critérios de divulgação: (i) requerimentos regulatórios; (ii) relevância e especificidade da informação das operações da Companhia aos usuários; (iii) necessidades informacionais dos usuários das demonstrações financeiras; e (iv) informações provenientes de outras entidades inseridas no mesmo setor, principalmente no mercado internacional. A Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela no desenvolvimento de suas atividades de gestão dos negócios.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- equivalentes de caixa e aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo;
- instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e
- investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas com base no pressuposto de sua continuidade operacional, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Para melhor apresentação dos valores a pagar referente a custos com devoluções e outros juntamente com outras obrigações com arrendadores oriundas do *Chapter 11*, a Companhia passou a apresentar no exercício corrente tais montantes em rubrica separada no balanço patrimonial ("Obrigações com arrendadores"). Para comparabilidade com o exercício corrente, os saldos comparativos que estavam anteriormente apresentados na rubrica "Fornecedores" nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram reclassificados para a rubrica "Obrigações com arrendadores".

3. Aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A aprovação e autorização para a emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ocorreram na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 27 de março de 2025.

4. Resumo das principais práticas contábeis

4.1. Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia detém menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida. A Companhia reavalia se mantém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais elementos de controle relacionados anteriormente.

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. A variação na participação societária em controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com as utilizadas na controladora e adotadas no exercício anterior. Todas as transações e saldos entre a GOL e suas controladas foram eliminados na consolidação, bem como os lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, incluindo encargos e tributos. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas da controladora e aos não controladores, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

4.2. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia classifica neste grupo os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras automáticas e títulos de liquidez imediata que, conforme análises são considerados prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado, e serão utilizadas pela Companhia em curto intervalo de tempo.



4.3. Aplicações financeiras

Na apresentação e mensuração dos ativos financeiros, a Companhia considera as disposições do CPC 48 - “Instrumentos Financeiros”, equivalente ao IFRS 9, que determina que os ativos financeiros devem ser inicialmente mensurados a valor justo deduzido dos custos diretamente atribuíveis a sua aquisição. Por sua vez, a mensuração subsequente é dividida em duas categorias:

4.3.1. Custo amortizado

As aplicações financeiras são mensuradas pelo custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- a Companhia planeja deter o ativo financeiro de forma a coletar os fluxos de caixa previstos contratualmente; e
- os fluxos de caixa contratuais representam apenas o pagamento de juros e principal (“SPPI”).

4.3.2. Valor justo

As aplicações financeiras mensuradas a valor justo são divididas em duas categorias:

- por meio do resultado abrangente: esta categoria é aplicável quando ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) a Companhia planeja deter o ativo financeiro de forma a coletar os fluxos de caixa previstos contratualmente e vender o ativo; e (ii) os fluxos de caixa contratuais representam SPPI;
- por meio do resultado: é considerada uma categoria residual, ou seja, se a Companhia não planeja deter o ativo financeiro de forma a coletar os fluxos de caixa previstos contratualmente e/ou vender o ativo, este deve ser mensurado pelo valor justo por meio do resultado. A Companhia pode ainda optar, no reconhecimento inicial, pela designação do ativo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado, de forma a eliminar ou reduzir significativamente inconsistências de mensuração ou reconhecimento, denominadas “descasamento contábil”. Os instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado são para eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil, sendo desta forma avaliados a valor de mercado.

As aplicações financeiras cedidas como garantias vinculadas a instrumentos financeiros de curto e longo prazo, depósitos para operações de arrendamento e outras operações passivas são divulgadas na nota explicativa 6.

4.4. Contas a receber

São mensuradas com base no valor faturado, líquido das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, e se aproximam do valor justo dado sua natureza de curto prazo. Em aderência ao CPC 48 - “Instrumentos Financeiros”, equivalente ao IFRS 9, a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi mensurada através da aplicação da abordagem simplificada, considerando os dados históricos e projetando a perda esperada ao longo da vida do contrato, por meio da segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento conforme os respectivos prazos de vencimento. Adicionalmente, para determinados casos, a Companhia efetua análises individuais para a avaliação dos riscos de recebimento.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

4.5. Estoques

Os saldos de estoques compreendem principalmente materiais para manutenção e reposição de peças. Os estoques são mensurados pelo custo médio de aquisição acrescidos de gastos tais como impostos não recuperáveis e despesas aduaneiras incorridos na aquisição e nos gastos com transportes até a localização atual dos itens. As provisões para obsolescência dos estoques são constituídas para aqueles itens que não possuem expectativa de realização.

4.6. Imposto de renda e contribuição social

4.6.1. Impostos correntes

No Brasil, compreende o imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro (“CSLL”), que são calculados mensalmente com base no lucro tributável, após compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, aplicando-se a essa base a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% para o IRPJ e 9% para a CSLL.

4.6.2. Impostos diferidos

Os impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base fiscal e a contábil. Os ativos e passivos de impostos e contribuições diferidos são classificados como não circulante.

Uma perda para realização desses ativos é reconhecida quando os estudos internos da Companhia indicarem que a utilização futura desses créditos não é provável.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de compensar os passivos fiscais com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável, portanto, para fins de apresentação, os saldos de ativo e passivo fiscal, que não atendem ao critério legal de realização, estão sendo divulgados separadamente. Os ativos e passivos fiscais diferidos foram mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas e legislação fiscal vigentes na data das demonstrações financeiras.

As projeções de lucros tributáveis futuros sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são preparadas com base nos planos de negócio e são revisadas e aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia.

4.7. Direitos e obrigações com instrumentos financeiros derivativos

Variações nas taxas de juros, no câmbio e nos preços do combustível de aviação expõem a Companhia e suas controladas a riscos que podem afetar seus desempenhos financeiros. Com o objetivo de mitigar tais riscos, a Companhia por meio de suas subsidiárias contrata instrumentos financeiros derivativos que podem ou não ser designados para *hedge accounting* e, se designados, são classificados como *hedge* de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados a valor justo no reconhecimento e nos períodos subsequentes.



4.7.1. Instrumentos financeiros derivativos não designados como *hedge accounting*

A Companhia pode contratar instrumentos financeiros derivativos que não sejam designados para *hedge accounting* quando os objetivos da Gestão de Risco não necessitem de tal classificação. As operações não designadas como *hedge accounting* apresentam a variação de seu valor justo contabilizadas diretamente no resultado financeiro.

4.7.2. Instrumentos derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa

Os instrumentos designados como *hedge* de fluxo de caixa visam proteger resultados futuros decorrentes das variações das taxas de juros, do preço de combustível e do câmbio. A efetividade das variações é estimada com base em métodos estatísticos de correlação e pela proporção entre os ganhos e perdas do *hedge* e a variação dos custos e despesas protegidos. As variações efetivas do valor justo são contabilizadas no patrimônio líquido em “Outros resultados abrangentes”, até o reconhecimento do resultado do objeto do *hedge*. As ineficácias verificadas em cada período de reporte são reconhecidas no resultado financeiro. As transações de *hedge* contabilizadas em “Outros resultados abrangentes” apresentam-se líquidas dos efeitos de impostos.

4.7.3. Desreconhecimento e baixa de instrumentos financeiros derivativos

A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente quando a Companhia e suas controladas (i) cancelam a relação de proteção; (ii) o instrumento derivativo vence ou é vendido, rescindido ou executado, (iii) quando há baixa previsibilidade de realização do objeto de *hedge*, ou (iv) quando não se qualifica mais como *hedge accounting*. Caso a operação seja descontinuada, quaisquer ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” e acumulados no patrimônio líquido até aquela data são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício.

4.8. Depósitos

4.8.1. Depósitos para manutenção de aeronaves e motores

Referem-se a pagamentos efetuados em dólar norte-americano aos arrendadores para futura manutenção de aeronaves e motores. A realização desses ativos acontece, substancialmente, na utilização do depósito para o pagamento à oficina quando a manutenção é realizada ou por meio de recebimentos de recursos financeiros, de acordo com as negociações efetuadas com os arrendadores. A variação cambial destes pagamentos é reconhecida como despesa ou receita no resultado financeiro. A Administração efetua análises regulares da recuperabilidade desses depósitos com base na elegibilidade de aplicação de tais valores em eventos de manutenção futuros e acredita que os valores refletidos no balanço são realizáveis.

Alguns dos contratos preveem que, caso não haja eventos de manutenção com possibilidade de utilização dos depósitos, os valores depositados para esta operação não são reembolsáveis. Tais valores são retidos pelo arrendador e representam pagamentos realizados em função da utilização dos componentes até a data de devolução. Dessa forma, os valores enquadrados nesta categoria, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício na rubrica de “Material de manutenção e reparo”, considerando as análises regulares de recuperabilidade ou no momento da devolução do bem.



4.8.2. Depósitos judiciais

No decurso das ações impetradas contra a Companhia e sobre as quais esta questiona a legitimidade das reclamações, pode ocorrer que a Companhia seja requerida a efetuar depósitos recursais e/ou judiciais de forma a dar continuidade a sua estratégia de defesa. Tais valores são corrigidos monetariamente em sua maioria pelos índices inflacionários e caracterizam-se como recursos não disponíveis imediatamente para a Companhia, pendentes de decisão judicial.

4.8.3. Depósitos em garantia de contratos de arrendamento

Os depósitos e cauções são denominados em dólar norte-americano e atualizados mensalmente pela variação do câmbio. Os depósitos são reembolsáveis à Companhia ao término dos contratos de arrendamento ou compensados com obrigações futuras formalizadas no momento da devolução do ativo arrendado.

4.9. Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado, incluindo os componentes *rotables* (peças de reposição), são registrados pelo custo de aquisição e/ou construção. Juros e encargos financeiros diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um bem que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do ativo correspondente.

Cada componente do imobilizado que possui um custo significativo em relação ao total do bem é depreciado separadamente. A vida útil econômica estimada dos itens do imobilizado, para fins de depreciação, está demonstrada na nota explicativa nº 13.

O valor de mercado estimado ao final de sua vida útil é a premissa para determinação do valor residual dos itens imobilizados da Companhia. O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados anualmente pela Companhia. Eventuais mudanças em função da alteração da expectativa de utilização de tais itens resultam em alterações prospectivas.

O valor contábil do imobilizado é analisado para verificar possível perda no valor recuperável quando fatos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil é maior que o valor recuperável estimado. O valor contábil das aeronaves é testado para identificação de perdas no valor recuperável anualmente, mesmo que não haja circunstâncias que indiquem a existência de perdas.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item são determinados pela diferença entre o valor recebido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Adicionalmente, a Companhia adota o seguinte tratamento para os grupos abaixo:

4.9.1. Adiantamentos para aquisição de aeronaves

Referem-se a pré-pagamentos em dólar norte-americano efetuados junto à Boeing para aquisição de aeronaves 737-MAX. Os adiantamentos são convertidos pela taxa histórica.



4.9.2. Contratos de arrendamento

Os contratos de arrendamento são reconhecidos, mensurados, apresentados e divulgados de acordo com a norma vigente, o CPC 06 (R2) - “Arrendamentos”, equivalente ao IFRS 16.

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento, prevista na norma, para arrendamentos de curto prazo (restrita a bens não aeronáutico) e ativos de “baixo valor”.

Conforme o item 8 do CPC 06 (R2) - “Arrendamentos”, equivalente ao IFRS 16, é permitido a determinação de arrendamentos de curto prazo com base na classe de ativo subjacente associada ao direito de uso.

Nesse contexto, a Companhia utiliza essa prerrogativa para ajustar o reconhecimento dos arrendamentos de curto prazo aos bens não aeronáuticos, em conformidade com as normativas contábeis aplicáveis.

4.9.2.1. Ativo de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. A mensuração inicial de um ativo de direito de uso também contempla uma estimativa dos custos a serem incorridos pela Companhia na devolução do ativo subjacente, restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento. A Companhia incorre na obrigação por esses custos, seja na data de início ou como consequência de ter utilizado o ativo subjacente durante a vigência do contrato.

Após a data de início, os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

4.9.2.2. Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece a valor presente os pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento de acordo com o fluxo programado. Os pagamentos do arrendamento incluem: (i) pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa; e (iii) valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, caso o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção de rescindir o arrendamento por parte da Companhia.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início, quando a taxa de juros implícita no arrendamento não puder ser determinada imediatamente.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que ocasiona tais pagamentos.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o decurso do tempo e, conseqüentemente, o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação no arrendamento, considerando mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia reavalia o passivo do arrendamento sempre que ocorrem determinados eventos e reconhece o valor de remensuração deste passivo como um ajuste ao ativo de direito de uso. Contudo, se o valor contábil do ativo de direito de uso for reduzido a zero e houver uma redução adicional na mensuração do passivo de arrendamento, a Companhia reconhece qualquer valor remanescente da remensuração no resultado.

4.9.2.3. Transações de venda e retroarrendamento - *Sale-leaseback*

As transações de *sale-leaseback* ocorrem quando a Companhia vende um ativo e o arrenda de volta. Estas transações são inicialmente analisadas dentro do escopo do CPC 47 - “Receita de Contrato com Cliente”, equivalente ao IFRS 15, com objetivo de verificar se a obrigação de desempenho foi satisfeita, e, portanto, contabilizar a venda do bem.

Uma vez atendido tal requerimento, a determinação do reconhecimento do resultado de transações de *sale-leaseback* utiliza como referência o valor justo do bem negociado. Para bens novos, a fonte de informação para obtenção do valor justo são cotações de mercado para itens de natureza semelhante, considerando as condições do bem. Caso o item já pertença a Gol, o cálculo para determinação do valor justo é realizado através de metodologia interna, baseado na metodologia aplicada no mercado.

Após a definição o valor justo, os ganhos ou perdas são inicialmente calculados com base na diferença entre o valor justo e o valor contábil dos ativos e posteriormente ajustados de acordo com a proporcionalidade do direito de uso transferido ao arrendador (sendo esse último o valor efetivo reconhecido em resultado como ganho ou perda).

O cálculo da proporcionalidade é realizado considerando o valor presente dos pagamentos do arrendamento ajustado pelos pagamentos antecipados ou financiamentos adicionais.

4.9.3. Capitalização de gastos com grandes manutenções de motores, aeronaves, trem de pouso e APU's (*Auxiliary Power Unit*)

Os gastos com grandes manutenções, que incluem substituições de peças e mão de obra, são capitalizados somente quando há o prolongamento da vida útil estimada do ativo correspondente. Tais custos são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado a incorrer até a próxima data para grande manutenção ou a devolução do bem, o que ocorrer antes. Gastos incorridos que não prolongam a vida útil dos ativos são reconhecidos diretamente no resultado.



4.10. Ativos intangíveis

4.10.1. Vida útil definida

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custo de desenvolvimento, não são capitalizados e os gastos são refletidos na demonstração do resultado no exercício em que foram incorridos.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis de vida útil definida são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indício de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

4.10.2. Vida útil indefinida

4.10.2.1. Ágio por expectativa de rentabilidade futura

Nessa categoria estão registrados os valores correspondentes ao ágio decorrente das combinações de negócios efetuadas pela Companhia e suas controladas. O valor do ágio é testado anualmente através da comparação do valor contábil com o valor recuperável da unidade geradora de caixa. A Administração realiza julgamentos e estabelece premissas para avaliar o impacto das mudanças macroeconômicas e operacionais, a fim de estimar os fluxos de caixa futuros e mensurar o valor recuperável dos ativos.

4.10.2.2. Direitos de operações em aeroportos (“slots”)

Na combinação de negócios da GLA e da Webjet, foram adquiridos *slots* que foram reconhecidos pelos seus valores justos na data da aquisição e não são amortizados. A vida útil estimada destes direitos foi considerada indefinida devido a diversos fatores e considerações, incluindo requerimentos e autorizações de permissão para operar no Brasil e limitada disponibilidade de direitos de usos nos mais importantes aeroportos em termo de volume de tráfego aéreo. O valor contábil desses direitos é avaliado anualmente, com base na unidade geradora de caixa quanto a seu valor recuperável ou em casos de mudanças nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

4.11. Perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

A Companhia realiza anualmente a revisão das fontes internas e externas de informação, a fim de avaliar eventos ou mudanças nas condições econômicas, tecnológicas, ou em operações que possam indicar a desvalorização de um ativo ou unidade geradora de caixa.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o seu valor justo, deduzindo os custos de venda, e seu valor em uso. Quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa (“UGC”) excede o seu valor recuperável, uma provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”) é reconhecida.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa estimados futuros são descontados a valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a UGC.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidade Geradora de Caixa - "UGC").

Uma perda por *impairment* anteriormente reconhecida é revertida, exceto sobre o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), apenas em situações que há uma mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo.

4.12. Investimentos

As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial na Controladora. Nas operações entre as controladas da Companhia, os ganhos ou perdas não realizadas foram eliminados. A Companhia não possui participação societária em sociedades das quais não detém o controle.

A Companhia classifica em Provisões para perdas em investimentos os investimentos em controladas com patrimônio líquido negativo.

4.13. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, com exceção do derivativo contratado atrelado ao *Exchangeable Senior Notes*, que está mensurado a valor justo por meio do resultado.

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer prêmio, deságio ou ágio na contratação e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado, exceto quando sujeitos à capitalização.

4.14. Fornecedores e outras obrigações

São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras.

4.15. Transportes a executar

Representa as obrigações da Companhia de prestação de serviços de transporte aéreo e outros serviços auxiliares à obrigação principal junto a seus clientes, líquida da receita de *breakage* já reconhecida no resultado, conforme detalhado na nota explicativa nº 4.18.1.

4.16. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, formalizada ou não, em consequência de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor desta possa ser feita.



4.16.1. Provisão para devolução de aeronaves e motores

Os contratos de arrendamento de aeronaves regularmente preveem obrigações contratuais estabelecendo condições para devolução. A Companhia provisiona os custos de devolução, uma vez que se tratam de obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e que irão gerar desembolsos futuros, no momento em que a mensuração possa ser feita com razoável segurança.

Os gastos previstos no momento inicial referem-se basicamente a reconfiguração de aeronaves (interior e exterior), obtenção de licenças e certificações técnicas, *checks* de devolução, pintura, entre outros, conforme estabelecido em contrato. O custo estimado é registrado a valor presente em contrapartida do ativo imobilizado. Após o registro inicial, o passivo é atualizado de acordo com a taxa de remuneração de capital estimada pela Companhia, com contrapartida no resultado financeiro. Eventuais alterações na estimativa de gastos a incorrer são registradas de forma prospectiva.

Além dos gastos previstos de reconfiguração da aeronave, os contratos de arrendamento preveem as condições de preservação e vida útil dos componentes da aeronave a serem observadas no momento da devolução. Esta provisão depende de fatores que envolvem a utilização efetiva das aeronaves e motores, eventos de manutenção durante o período contratual, entre outras variáveis, sendo assim, é registrada a partir do momento em que a Companhia possui os elementos necessários para estimar de forma confiável o valor dos gastos a serem incorridos, considerando o período em que se torna uma obrigação presente pelas condições dos motores e componentes. A Companhia estima a provisão para devolução das aeronaves e motores a valor presente quando o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante, baseado no fim do contrato de arrendamento, momento no qual o desembolso se fará necessário.

4.16.2. Provisão para riscos tributários, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, principalmente no Brasil, cujas avaliações de probabilidades de perdas incluem a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A Companhia classifica os riscos de perda nos processos legais como prováveis, possíveis ou remotos. A provisão registrada em relação a tais processos reflete razoavelmente as perdas prováveis estimadas. Caso a Companhia possua demandas judiciais cujos valores não são conhecidos ou razoavelmente estimáveis, mas a probabilidade de perda seja provável, estas demandas têm sua natureza divulgada.

As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.17. Benefício pós-emprego

A Companhia reconhece ativos e passivos atuariais relacionados a benefício de plano médico oferecido a seus colaboradores de acordo com o CPC 33 (R1) - “Benefícios a Empregados”, equivalente ao IAS 19. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes tendo como base o relatório atuarial preparado por especialistas independentes, enquanto os benefícios pagos diretamente pela Companhia, o custo do serviço corrente e o custo dos juros são reconhecidos no resultado do exercício.



4.18. Reconhecimento de receita

4.18.1. Receita de passageiros, cargas e serviços auxiliares

A receita de passageiros é reconhecida quando o transporte aéreo é efetivamente prestado. Os bilhetes vendidos, mas ainda não utilizados são registrados na rubrica de transportes a executar, representando uma receita diferida de bilhetes vendidos a serem transportados em data futura, líquida da estimativa de receita de *breakage*.

A receita de *breakage* consiste no cálculo, com base histórica, de bilhetes emitidos que expirarão pela não utilização, ou seja, passageiros que adquiriram bilhetes e que apresentam grande probabilidade de não utilizá-los. Ao menos anualmente os cálculos são revisados com objetivo de refletir e capturar mudanças no comportamento dos clientes em relação à expiração de bilhetes. Cabe ressaltar que eventos futuros podem alterar significativamente o perfil dos clientes e seu comportamento histórico.

Receitas originadas de embarque de cargas são reconhecidas quando as obrigações de desempenho serão atendidas.

Outras receitas que incluem serviços fretados, serviços de venda a bordo, tarifas de remarcação de voos, despacho de bagagem e outros serviços adicionais são reconhecidos junto com a obrigação principal de transporte de passageiro.

4.18.2. Receita de milhas

O Programa Smiles tem o objetivo de fidelizar seus clientes por meio da concessão de créditos de milhas aos participantes. A obrigação gerada pela emissão de milhas é mensurada com base no preço pelo qual as milhas foram vendidas aos parceiros aéreos e não aéreos da Smiles, considerados como o valor justo da transação.

As receitas provenientes do programa de milhagem com produtos e serviços aéreos, os quais são ofertados pela própria entidade, são reconhecidas no momento do transporte, visto que a obrigação de desempenho da entidade se torna exclusivamente o transporte aéreo e serviços relacionados, sendo a GLA a entidade que controla o serviço especificado antes que este seja transferido ao cliente. Para as trocas de prêmios com serviços e produtos não vinculados a entidade do mesmo grupo econômico, a obrigação de desempenho é cumprida no momento do resgate das milhas pelos participantes do programa Smiles.

Em decorrência de suas características o programa de milhas também propicia a possibilidade de se reconhecer uma receita de *breakage*. A Companhia calcula a estimativa de *breakage* por meio da probabilidade das milhas que têm chances significativas de expiração devido à não utilização, considerando o histórico comportamental dos participantes do Programa Smiles.

Cabe ressaltar que eventos futuros podem alterar significativamente o perfil dos clientes e seu padrão histórico do resgate de milhas. Tais alterações podem resultar em mudanças significativas no saldo de receita diferida, assim como no reconhecimento da receita de *breakage*, revisado anualmente.

4.18.3. Adoção de *hedge accounting* para proteção de receitas de passageiros e serviços auxiliares futuros

No curso regular de suas operações a Companhia realiza vendas recorrentes em dólares norte-americanos (“US\$”) principalmente em decorrência das rotas internacionais na América do Sul, Central e do Norte. Em 1º de agosto de 2019 a Administração adotou o *hedge accounting*, modalidade fluxo de caixa, como forma a reduzir a volatilidade dessas receitas futuras em moeda estrangeira (objeto de *hedge*), consideradas altamente prováveis, conforme previsto e expresso no parágrafo 6.3.1 do CPC 48 - “Instrumentos financeiros”, utilizando como instrumentos de *hedge* contratos de arrendamento registrados como dívida em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) - “Arrendamentos”.

Com a adoção do *hedge accounting*, os ganhos e perdas cambiais oriundos dos contratos de arrendamento (instrumento de *hedge*) serão acumulados em conta do patrimônio líquido, “Ajuste de avaliação patrimonial”, sendo apropriados ao resultado da Companhia no momento da realização das receitas oriundas de vendas em US\$.

O *hedge accounting* deriva do *hedge* natural das operações da Companhia, retratada pelo fluxo de caixa (receitas e amortizações de dívida em US\$) e não representa aumento de custos financeiros, possibilitando a eliminação parcial da volatilidade cambial dos resultados da Companhia. A posição final do patrimônio líquido não é afetada pela adoção desta prática contábil.

Os elementos do *hedge accounting* são: (1) objeto de *hedge*: receita altamente provável de vendas em US\$; (2) instrumento de *hedge*: contratos de arrendamento atrelados ao US\$; (3) montante designado: 60 meses de receitas consideradas altamente prováveis, perfazendo um *notional* no momento da adoção inicial no montante de US\$903.102; (4) natureza do risco coberto: variação cambial; (5) especificação do risco coberto: câmbio *spot* USD/BRL; (6) tipo de relação de *hedge*: fluxo de caixa.

4.19. Remuneração baseada em ações

4.19.1. Opções de compra de ações

A Companhia oferece a seus executivos planos de opção de compra de ações. A Companhia reconhece como despesa, em base linear, o valor justo das opções ou ações, calculadas pelo método de *Black-Scholes*, apurado na data da outorga, durante o período de serviço exigido pelo plano em contrapartida ao patrimônio líquido. A despesa acumulada reconhecida reflete a melhor estimativa da Companhia sobre o número de ações que serão adquiridas. A despesa ou receita da movimentação ocorrida no exercício é reconhecida na demonstração do resultado.

O efeito das opções em aberto é refletido como diluição adicional no cálculo do lucro por ação diluído, quando aplicável.

4.19.2. Ações restritas

A Companhia também pode oferecer a seus executivos um plano de transferência de ações restritas que se realiza ao término do prazo estipulado a partir da data de concessão, conforme definido no plano de cada programa, na condição de que o beneficiário tenha mantido seu vínculo empregatício durante esse período. Tal transferência se dá preferencialmente através de ações mantidas em tesouraria.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

O impacto de eventual revisão das quantidades de ações restritas que não serão adquiridas em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido.

4.20. Participação dos colaboradores e administradores nos lucros

Os colaboradores da Companhia têm direito a uma participação nos lucros com base em determinadas metas acordadas anualmente, e os administradores com base nas disposições estatutárias, propostas pelo Conselho de Administração e aprovadas pelos acionistas. O montante da participação é reconhecido no resultado do exercício em que as metas são atingidas.

4.21. Receitas e despesas financeiras

Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos, variações cambiais sobre ativos e passivos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos e perdas nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado, juros sobre empréstimos e financiamentos, comissões e despesas bancárias, entre outros. As receitas e as despesas com juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

4.22. Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado através da divisão do resultado líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores da Companhia pela quantidade média ponderada de todas as classes de ações em circulação durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, a menos que esses ajustes não sejam diluidores.

Embora existam diferenças entre as ações ordinárias e as preferenciais quanto ao direito de voto e preferência em caso de liquidação, as ações preferenciais da Companhia não concedem o direito de recebimento de dividendos fixos. As ações preferenciais possuem poder econômico e o direito de recebimento de dividendos 35 vezes maior do que as ações ordinárias. Dessa forma, a Companhia considera que o poder econômico das ações preferenciais é superior às ações ordinárias. Sendo assim, o resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores é alocado de forma proporcional em relação à participação econômica total do montante de ações ordinárias e preferenciais.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

4.23. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorrer em despesas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para tomada de decisão.

A Companhia efetua análises quantitativas e qualitativas conforme requer os pronunciamentos vigentes.

A Companhia regularmente administra seus negócios e toma decisões de alocações de recursos considerando a existência de apenas um segmento operacional de transporte aéreo.

As operações deste segmento têm origem principalmente na controlada GLA, pela prestação de serviços de transporte aéreo de passageiros e os principais ativos geradores de receitas são suas aeronaves. As outras receitas do segmento são originadas principalmente das operações de cargas, programa de fidelidade, manutenção de aeronaves de terceiros, entre outros.

Na tabela abaixo está demonstrada a análise quantitativa da receita bruta total do segmento de transporte aéreo por linha de receita:

Parâmetros	Consolidado	
	2024	2023
Quantitativo		
Transporte de passageiros	90,3%	91,1%
Outros	9,7%	8,9%

4.24. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registradas à taxa de câmbio vigente da data em que as operações ocorrem. Ativos e passivos monetários designados em moeda estrangeira são apurados com base na taxa de câmbio vigente da data do balanço, e qualquer diferença resultante da conversão de moedas é registrada na rubrica de “Variações monetárias e cambiais, líquidas” na demonstração dos resultados.

As principais taxas de câmbio em reais em vigor na data base destas demonstrações financeiras são as seguintes:

	Taxa final		Taxa média	
	2024	2023	2024	2023
Dólar americano	6,1923	4,8413	5,3890	4,9959
Peso argentino	0,0060	0,0060	0,0059	0,0192

4.25. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Tem a finalidade de evidenciar a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada pela Companhia conforme requerido pela legislação societária brasileira como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar às demonstrações financeiras para as normas do IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas nos registros contábeis, seguindo as disposições contidas no CPC 09 - “Demonstração valor adicionado”.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

4.26. Novas normas e pronunciamentos contábeis adotados no exercício corrente

As normas listadas na sequência tornaram-se válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2024 ou após essa data.

4.26.1. Alterações ao IAS 7: *Statement of Cash Flows* e ao IFRS 7: *Financial Instruments*

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

4.26.2. Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento)

As alterações fornecem diretrizes mais detalhadas sobre como determinar o passivo de locação em uma transação de venda e retroarrendamento e esclarecem como contabilizar a transferência do ativo, dependendo se a transferência é considerada uma venda ou não. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

4.26.3. Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

As alterações especificam que as cláusulas restritivas (covenants) a serem cumpridas após a data do balanço não afetam a classificação da dívida como circulante ou não circulante na data do balanço. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

4.26.4. Aprovação ao CPC 09 (R1): Demonstração do valor adicionado

Essa atualização reflete o compromisso da CVM em alinhar as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais, promovendo maior transparência e comparabilidade nas demonstrações financeiras das companhias abertas. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

4.27. Principais estimativas contábeis e premissas utilizadas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas (conforme divulgado na nota explicativa nº 2) que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a saber:

- perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa 7);
- análise de recuperabilidade de depósitos para manutenção (nota explicativa 9);
- análise anual do valor recuperável de impostos diferidos (nota explicativa 12);
- vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida (notas explicativas 13 e 14);
- análise do valor recuperável de ágio e slots (nota explicativa 14);
- receita de *breakage* de passagens e milhas (notas explicativas 22 e 23);
- provisão para devolução de aeronaves e motores (nota explicativa 24);
- provisões para benefício pós-emprego (nota explicativa 24);
- provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota explicativa 24);
- transações com remuneração baseada em ações (nota explicativa 29);
- direitos e obrigações com operações de derivativos (nota explicativa 36); e
- valor justo de instrumentos financeiros (nota explicativa 36).

A Companhia revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis. O efeito das revisões das estimativas contábeis é reconhecido nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas.

4.28. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

4.28.1. IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

4.28.2. IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, não é elegível para a aplicação do IFRS 19.

4.28.3. Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

4.28.4. Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

5. Caixas e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e depósitos bancários	65.106	213.759	364.507	287.879
Equivalentes de caixa	1.338.759	588	1.696.936	36.049
Total	1.403.865	214.347	2.061.443	323.928

A composição do saldo de equivalentes de caixa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Moeda nacional				
Aplicações automáticas	740	588	61.438	36.049
Compromissadas ^(a)	-	-	297.479	-
Total moeda nacional	740	588	358.917	36.049
Moeda estrangeira				
Títulos públicos ^(a)	1.338.019	-	1.338.019	-
Total moeda estrangeira	1.338.019	-	1.338.019	-
Total	1.338.759	588	1.696.936	36.049

- (a) Montante de R\$297.479 e R\$1.338.019 referente ao DIP obtido no âmbito do *Chapter 11*, conforme nota explicativa nº 1.2, a ser utilizado, entre outras finalidades, para despesas designadas de capital de giro, necessidades corporativas gerais, custos relacionados à reestruturação e com a finalidade de atender a compromissos de caixa com vencimentos de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2024, o recurso proveniente do DIP estava aplicado em conta com rendimento automático de 92,5% do CDI e 4,08% a.a., respectivamente, sem vencimento e sem carência.

6. Aplicações financeiras

		Controladora		Consolidado	
	Rentabilidade média ponderada (a.a.)	2024	2023	2024	2023
Moeda nacional					
Aplicações automáticas	10,0% do CDI	-	-	128.960	57.687
Títulos públicos	99,9% do CDI	-	-	2.420	1.871
Títulos privados	98,4% do CDI	31	40	221.213	211.420
Fundos de investimento	68,4% do CDI	1.509	3.786	6.291	10.027
Total moeda nacional ^(a)		1.540	3.826	358.884	281.005
Moeda estrangeira					
Fundos de investimento	2,85%	-	-	73.628	177.532
Total moeda estrangeira		-	-	73.628	177.532
Total		1.540	3.826	432.512	458.537
Circulante		1.540	3.826	273.817	315.901
Não circulante		-	-	158.695	142.636

- (a) Do montante total registrado na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2024, R\$1.358 e R\$357.114 (R\$3.726 e R\$279.196 em 31 de dezembro de 2023), respectivamente, referem-se a aplicações utilizadas como garantias vinculadas a depósitos para operações de arrendamentos, instrumentos financeiros derivativos, processos judiciais e empréstimos e financiamentos.

7. Contas a receber

	Consolidado	
	2024	2023
Moeda nacional		
Administradoras de cartões de crédito ^(a)	2.166.603	287.984
Agências de viagens	538.810	308.268
Agências de cargas	227.212	94.860
Companhias aéreas parceiras	12.023	10.116
Outros	35.783	13.153
Total moeda nacional	2.980.431	714.381
Moeda estrangeira		
Administradoras de cartões de crédito	79.917	52.371
Agências de viagens	67.736	20.762
Agências de cargas	922	953
Companhias aéreas parceiras	25.663	32.259
Outros	21.361	23.632
Total moeda estrangeira	195.599	129.977
Total	3.176.030	844.358
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(20.600)	(19.162)
Total líquido	3.155.430	825.196

- (a) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reduziu substancialmente as transações de antecipação de recebíveis.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A composição de contas a receber por idade de vencimento, líquida das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, é como segue:

	Consolidado	
	2024	2023
A vencer		
Até 30 dias	1.437.056	518.053
De 31 a 60 dias	664.388	82.224
De 61 a 90 dias	465.354	55.286
De 91 a 180 dias	445.173	62.220
De 181 a 360 dias	78.136	5.703
Acima de 360 dias	197	1.597
Total a vencer	3.090.304	725.083
Vencidas		
Até 30 dias	17.534	39.228
De 31 a 60 dias	7.315	14.660
De 61 a 90 dias	4.021	6.808
De 91 a 180 dias	8.759	24.911
De 181 a 360 dias	1.624	13.327
Acima de 360 dias	25.873	1.179
Total vencidas	65.126	100.113
Total	3.155.430	825.196

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	2024	2023
Saldo no início do exercício	(19.162)	(22.548)
(Adições) Reversões	(1.438)	3.386
Saldo no final do exercício	(20.600)	(19.162)

De acordo com o CPC 48/IFRS 9, a entidade deve reconhecer uma provisão para perdas por valor equivalente às perdas de créditos esperadas, a fim de refletir a estimativa da Companhia que um evento futura ocorra e resulte no não recebimento dos fluxos de caixa.

A provisão para perda de crédito esperada da Companhia para os recebíveis comerciais é efetuada pela avaliação de perdas esperadas considerando na análise, além de julgamentos efetuados com base no melhor conhecimento da Companhia.

Em linha com o disposto no item B5.5.35 do CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", a Companhia utiliza o expediente prático na estimativa das perdas de crédito esperadas para as contas a receber de clientes, a partir das perdas históricas utilizando uma matriz de provisões.

8. Estoques

	Consolidado	
	2024	2023
Materiais de consumo	23.011	36.893
Peças e materiais de manutenção	359.622	320.398
Adiantamentos a fornecedores	49.617	39.925
Total	432.250	397.216

A movimentação da provisão para obsolescência de estoques é conforme segue:

	2024	2023
Saldos no início do exercício	(9.268)	(9.611)
Adições	(1.017)	(597)
Baixas	1.047	940
Saldos no final do exercício	(9.238)	(9.268)

9. Depósitos

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Depósitos judiciais	43.134	41.305	588.982	510.317
Depósito em garantia de contratos de arrendamento ^(a)	-	-	1.339.989	937.432
Depósito para manutenção	-	-	1.391.392	1.044.967
Outros	-	-	118.817	63.221
Total	43.134	41.305	3.439.180	2.555.937
 Circulante	 -	 -	 220.859	 264.524
Não circulante	43.134	41.305	3.218.321	2.291.413

(a) Em 31 de dezembro de 2024, foram reduzidos R\$27.296 de depósitos de garantia e manutenção, os quais foram utilizados nas renegociações com os arrendadores no contexto do *Chapter 11*, conforme mencionado na nota explicativa nº 17.

9.1. Depósitos para manutenção

A Companhia efetua depósitos em dólar norte-americano para manutenção de aeronaves e motores, que serão utilizados em eventos futuros conforme estabelecido em determinados contratos de arrendamento mercantil.

Os depósitos para manutenção não isentam a Companhia, como arrendatária, das obrigações contratuais relativas às manutenções ou ao risco associado às atividades operacionais. A Companhia detém o direito de escolher realizar as manutenções internamente ou através de seus fornecedores. Estes depósitos podem ser substituídos por garantias bancárias ou cartas de crédito (SBLC - *stand by letter of credit*) de acordo com as condições estabelecidas no contrato de arrendamento da aeronave. As cartas de crédito podem ser executadas pelos arrendadores sob determinadas situações descritas no contrato entre arrendador e GOL, incluindo situações em que as manutenções das aeronaves e motores não ocorram de acordo com o cronograma de revisão. Em 26 de janeiro de 2024, os arrendadores BOC Aviation Limited e WNG Capital LLC, executaram suas garantias totalizando US\$13,3 milhões. Em 13 de agosto o arrendador Aergo Capital executou sua garantia no total de US\$719,6 milhões. Em 4 de dezembro o arrendador YAMASA executou suas garantias, totalizando US\$964 milhões.

A Companhia possui duas categorias de depósitos para manutenção:

- **Garantia de manutenção:** refere-se a depósitos pontuais que são reembolsados ao final do contrato de arrendamento, e podem também ser utilizados em eventos de manutenção, a depender de negociações com arrendadores. O saldo destes depósitos em 31 de dezembro de 2024 era de R\$238.404 (R\$164.314 em 31 de dezembro de 2023).
- **Reserva de manutenção:** refere-se a valores pagos mensalmente com base na utilização dos componentes e podem ser utilizados em eventos de manutenção conforme determinação contratual. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo referente a tais reservas era de R\$1.152.988 (R\$880.653 em 31 de dezembro de 2023).



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

9.2. Depósitos judiciais

Os depósitos e bloqueios judiciais representam garantias de processos judiciais tributários, cíveis e trabalhistas, mantidos em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados. Parte dos depósitos judiciais referem-se a processos de ações cíveis e trabalhistas decorrentes de pedidos de sucessão em processos movidos contra Varig S.A. ou, ainda, a processos trabalhistas movidos por colaboradores que não pertencem à GLA ou a qualquer parte relacionada. Tendo em vista que a Companhia não é parte legítima para figurar no polo passivo de referidas ações judiciais, sempre que bloqueios ocorrem, é demandada sua exclusão e respectiva liberação dos recursos retidos. Em 31 de dezembro de 2024, os valores bloqueados referentes a processos de sucessão da Varig S.A. e a processos de terceiros eram de R\$33.669 e R\$69.089, respectivamente (R\$47.754 e R\$70.904 em 31 de dezembro de 2023), os demais valores referem-se a processos judiciais cuja Companhia é parte principal.

9.3. Depósitos em garantia de contratos de arrendamento

Conforme requerido pelos contratos de arrendamento mercantil, a Companhia realiza depósitos em garantia (em dólar norte-americano) às empresas arrendadoras, que podem ser resgatáveis mediante a substituição por outras garantias bancárias ou resgatáveis integralmente no vencimento dos contratos.

10. Adiantamento a fornecedores e terceiros

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Adiantamento a fornecedores nacional ^(a)	-	-	168.090	292.563
Adiantamento a fornecedores internacional	11.572	5.753	308.906	193.451
Adiantamento para materiais e reparos	-	8.750	49.675	46.637
Total adiantamento a fornecedores	11.572	14.503	526.671	532.651
Circulante	11.572	14.503	503.006	431.136
Não circulante	-	-	23.665	101.515

(a) Em 31 de dezembro de 2024 os saldos são apresentados líquidos de provisões para perdas no montante de R\$95.653.

11. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
IRPJ e CSLL a recuperar	28	1.222	58.062	51.699
PIS e COFINS a recuperar	-	-	12.043	92.281
Impostos retidos por órgãos públicos	-	-	15.071	24.633
Imposto de valor agregado (IVA), no exterior	-	-	7.831	4.648
Antecipações de outros impostos	-	-	4.931	1.305
Outros	-	-	2.994	4.668
Total	28	1.222	100.932	179.234
Circulante	28	1.222	91.611	165.157
Não circulante	-	-	9.321	14.077

12. Impostos diferidos

12.1. Impostos diferidos ativos (passivos)

As posições de ativos e passivos diferidos estão apresentadas a seguir e observam os direitos legais exequíveis de compensação que consideram impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributária.

	Controladora				
	2022	Resultado ^(a)	2023	Resultado	2024
Diferido ativo					
Prejuízos fiscais	54.919	(54.919)	-	-	-
Base negativa de contribuição social	19.770	(19.770)	-	-	-
Diferenças temporárias:					
Provisão para perda com outros créditos	2.174	(2.021)	153	26	179
Provisão para processos judiciais e obrigações fiscais	44	(44)	-	-	-
Outros	-	(153)	(153)	(26)	(179)
Total dos impostos diferidos ativos	76.907	(76.907)	-	-	-

- (b) Considerando as projeções de realização dos tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou a baixa do imposto de renda e contribuição social diferidos.

	Consolidado							
	2022	Resultado	Patrimônio líquido ^(a)	2023	Resultado	Utilização ^(a)	Patrimônio líquido ^(b)	2024
Diferido ativo (passivo)								
Prejuízos fiscais	54.919	(54.919)	-	-	1.420.871	(1.420.871)	-	-
Base negativa de contribuição social	19.770	(19.770)	-	-	511.514	(511.514)	-	-
Diferenças temporárias:								
Provisão para perda com outros créditos	2.174	(2.021)	-	153	26	-	-	179
Provisão para processos judiciais e obrigações fiscais	45	(45)	-	-	-	-	-	-
Outros	343	(3.243)	2.902	2	(194)	-	110	(82)
Total dos impostos diferidos ativos	77.251	(79.998)	2.902	155	1.932.217	(1.932.385)	110	97
Diferido ativo (passivo)								
Diferenças temporárias:								
Direitos de voo	(353.226)	-	-	(353.226)	-	-	-	(353.226)
Depreciação de motores e peças de manutenção de aeronaves	(227.878)	(118.837)	-	(346.715)	(26.010)	-	-	(372.725)
Provisão para <i>breakage</i>	(300.029)	(96.009)	-	(396.038)	(119.237)	-	-	(515.275)
Amortização do ágio para fins fiscais	(190.211)	(46.915)	-	(237.126)	(46.915)	-	-	(284.041)
Operações com derivativos	22.185	13.238	-	35.423	(64.338)	-	-	(28.915)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	202.404	(104.539)	-	97.865	(12.767)	-	-	85.098
Provisão para devolução de aeronaves e motores	306.149	90.453	-	396.602	(93.615)	-	-	302.987
Provisão para processos judiciais e obrigações fiscais	274.883	16.710	-	291.593	287.461	-	-	579.054
Operações de arrendamento de aeronaves e outros	187.255	86.716	-	273.971	13.893	-	-	287.864
Outros	42.114	(2.980)	-	39.134	563	-	-	39.697
Total dos impostos diferidos passivos	(36.354)	(162.163)	-	(198.517)	(60.965)	-	-	(259.482)
Total do efeito dos impostos diferidos no resultado		(242.161)			1.871.252			(259.385)

- (a) A Companhia realizou a constituição e utilização de créditos de prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa da CSLL para liquidar parcialmente débitos no acordo de Transação Tributária no montante de R\$1.932.385, vide explicações na nota explicativa nº 20.2.
- (b) Variação cambial reconhecida em outros resultados abrangentes.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A Companhia e sua controlada direta GLA possuem prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, a compensar com 30% dos lucros tributários futuros anuais, sem prazo para prescrição, não registrados no balanço patrimonial, nos seguintes montantes:

	GLAI		GLA	
	2024	2023	2024 ^(a)	2023
Prejuízo fiscal de IRPJ	126.093	216.727	12.970.102	15.041.786
Base Negativa da CSLL	126.093	216.727	12.969.822	15.041.786
Crédito tributário potencial	42.872	73.687	4.409.809	5.114.207

(a) Devido ao acordo da Transação Tributária, parte do prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa da CSLL foi baixado devido ao encerramento de disputas judiciais. Adicionalmente, a Companhia constituiu e compensou R\$1.932.385 de impostos diferidos ativos para liquidar passivos tributários, conforme mencionado na nota explicativa nº 20.2.

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal nominal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(6.067.103)	(1.131.958)	(7.453.775)	(956.781)
Alíquota fiscal nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	2.062.815	384.866	2.534.284	325.306
Ajustes para o cálculo da alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(2.197.460)	466.806	-	-
Diferença de alíquota sobre resultado de controladas	(1.097.195)	(362.443)	(995.378)	68.449
Resultado de derivativos ^(a)	1.724.881	(600.718)	1.724.881	(600.718)
Despesas não tributáveis, líquidas	(21.842)	(23.382)	(223.742)	(354.762)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(455.383)	125.185	(334.305)	(174.633)
Benefício fiscal	-	-	-	136.819
Benefício não constituído sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias	(15.816)	(80.615)	(3.586.443)	334.061
Desconto de encargos da Transação Tributária ^(b)	-	-	810.887	-
Impostos reconhecidos devido Transação Tributária ^(b)	-	-	(475.897)	-
Prejuízo fiscal e base negativa na Transação Tributária ^(b)	-	-	1.932.385	-
Imposto de renda e contribuição social total	-	(90.301)	1.386.672	(265.478)
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	-	(13.394)	(484.580)	(23.317)
Diferido ^{(b) (c)}	-	(76.907)	1.871.252	(242.161)
Total imposto de renda e contribuição social	-	(90.301)	1.386.672	(265.478)

(a) Resultado de derivativo embutido atrelado ao *Exchangeable Senior Secured Notes* 2024 e 2028.

(b) Para maiores informações vide nota explicativa nº 20.2.

(c) O diferido é composto da utilização de créditos de prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa da CSLL, para liquidar parcialmente débitos no acordo de Transação Tributária, no montante de R\$1.932.385, líquido do diferido passivo reconhecido em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$61.133.



Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

13. Imobilizado

13.1. Controladora

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo do imobilizado era de R\$535.012 na controlada GAC (R\$473.237 em 31 de dezembro de 2023), relacionado principalmente a adiantamento para aquisição de aeronaves.

13.2. Consolidado

		2023								2024		
	Taxa média ponderada (a.a.)	Custo histórico	Depreciação acumulada	Saldo inicial líquido	Adições	Alteração contratual (d)	Depreciação	Baixas	Saldo final líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	
Equipamentos de voo												
Aeronaves - RoU ^(a) com opção de compra	9,78%	1.380.225	(188.131)	1.192.094	-	-	(101.054)	(1.444)	1.089.596	1.378.780	(289.184)	
Aeronaves - RoU ^(a) sem opção de compra	17,55%	8.142.660	(3.227.998)	4.914.662	1.047.668	129.872	(743.029)	(20.944)	5.328.229	9.065.086	(3.736.857)	
Peças e motores sobressalentes - próprios ^(c)	6,99%	2.139.023	(883.468)	1.255.555	298.879	-	(147.685)	(29.350)	1.377.399	2.383.411	(1.006.012)	
Peças e motores sobressalentes - RoU	31,19%	275.981	(141.381)	134.600	427.513	46.670	(140.324)	(28.649)	439.810	663.508	(223.698)	
Benfeitorias em aeronaves e motores ^(e)	43,47%	3.292.621	(2.363.408)	929.213	1.586.461	20.117	(601.210)	(16.962)	1.917.619	4.200.030	(2.282.411)	
Ferramentas	10,00%	68.809	(40.288)	28.521	12.077	-	(5.346)	(51)	35.201	80.466	(45.265)	
		15.299.319	(6.844.674)	8.454.645	3.372.598	196.659	(1.738.648)	(97.400)	10.187.854	17.771.281	(7.583.427)	
Imobilizado não aeronáutico												
Veículos	20,00%	12.722	(10.377)	2.345	317	-	(669)	-	1.993	12.919	(10.926)	
Máquinas e equipamentos	10,00%	63.537	(52.136)	11.401	1.232	-	(2.044)	(55)	10.534	63.265	(52.731)	
Móveis e utensílios	10,00%	34.013	(23.768)	10.245	2.617	-	(2.230)	(100)	10.532	35.654	(25.122)	
Computadores, periféricos e equipamentos	19,85%	43.613	(34.081)	9.532	7.480	-	(2.161)	(217)	14.634	43.223	(28.589)	
Computadores, periféricos e equipamentos - RoU	33,33%	39.939	(32.047)	7.892	-	-	(4.681)	-	3.211	39.939	(36.728)	
Benfeitoria em propriedade de terceiros	25,31%	185.929	(181.237)	4.692	675	-	(2.707)	(3)	2.657	186.600	(183.943)	
Imóveis de terceiros - RoU	14,73%	264.699	(66.599)	198.100	41.120	8.181	(29.927)	-	217.474	314.006	(96.532)	
Obras em andamento	-	15.049	-	15.049	21.564	-	-	(476)	36.137	36.137	-	
		659.501	(400.245)	259.256	75.005	8.181	(44.419)	(851)	297.172	731.743	(434.571)	
Perdas por redução ao valor recuperável ^(b)	-	(46.375)	-	(46.375)	9.296	-	-	-	(37.079)	(37.079)	-	
Total do imobilizado em uso		15.912.445	(7.244.919)	8.667.526	3.456.899	204.840	(1.783.067)	(98.251)	10.447.947	18.465.945	(8.017.998)	
Adiantamento a fornecedores	-	520.174	-	520.174	909.168	-	-	(536.261)	893.081	893.081	-	
Total		16.432.619	(7.244.919)	9.187.700	4.366.067	204.840	(1.783.067)	(634.512)	11.341.028	19.359.026	(8.017.998)	

(a) *Right of Use* ("RoU") - Direito de uso.

(b) Saldo referente a perdas por redução ao valor recuperável para itens *rotables* e *consumables repairables* (peças de reposição), classificados na rubrica de "Peças e motores sobressalentes", constituído pela Companhia de forma que os ativos sejam apresentados pela sua real capacidade de geração de benefício futuro esperado.

(c) Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de peças sobressalentes está concedido em garantia ao *Senior Secured Notes* 2026, 2028 e DIP conforme nota explicativa nº 16.

(d) Impactos relativos às renegociações contratuais com os arrendadores, conforme contexto mencionado na nota explicativa nº 17.

(e) Em 31 de dezembro de 2024, um montante de R\$356.847 referem-se adições decorrentes das trocas de motores nas renegociações ocorridas no período, conforme contexto mencionado na nota explicativa nº 17.



Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

		2022							2023		
	Taxa média ponderada (a.a.)	Custo histórico	Depreciação acumulada	Saldo inicial líquido	Adições	Alteração contratual	Depreciação	Baixas	Saldo final líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada
Equipamentos de voo											
Aeronaves - RoU com opção de compra	10,68%	1.406.085	(69.869)	1.336.216	14.939	-	(119.488)	(39.573)	1.192.094	1.380.225	(188.131)
Aeronaves - RoU sem opção de compra	17,28%	8.148.917	(2.827.551)	5.321.366	387.609	(45.274)	(745.348)	(3.691)	4.914.662	8.142.660	(3.227.998)
Peças e motores sobressalentes - próprios	7,16%	2.188.299	(1.061.674)	1.126.625	458.976	-	(143.105)	(186.941)	1.255.555	2.139.023	(883.468)
Peças e motores sobressalentes - RoU	42,09%	146.188	(91.077)	55.111	136.153	1.068	(53.820)	(3.912)	134.600	275.981	(141.381)
Benfeitorias em aeronaves e motores	46,37%	3.447.804	(2.453.250)	994.554	502.004	(71.677)	(465.628)	(30.040)	929.213	3.292.621	(2.363.408)
Ferramentas	10,00%	63.183	(36.326)	26.857	6.337	-	(4.546)	(127)	28.521	68.809	(40.288)
		15.400.476	(6.539.747)	8.860.729	1.506.018	(115.883)	(1.531.935)	(264.284)	8.454.645	15.299.319	(6.844.674)
Imobilizado não aeronáutico											
Veículos	20,00%	11.996	(10.349)	1.647	1.448	-	(750)	-	2.345	12.722	(10.377)
Máquinas e equipamentos	10,00%	62.926	(51.514)	11.412	1.950	-	(1.925)	(36)	11.401	63.537	(52.136)
Móveis e utensílios	10,00%	33.870	(23.549)	10.321	2.085	-	(2.099)	(62)	10.245	34.013	(23.768)
Computadores, periféricos e equipamentos	19,72%	52.220	(42.317)	9.903	4.969	-	(5.293)	(47)	9.532	43.613	(34.081)
Computadores, periféricos e equipamentos - RoU	50,00%	33.518	(25.579)	7.939	6.421	-	(6.468)	-	7.892	39.939	(32.047)
Benfeitoria em propriedade de terceiros	20,61%	185.621	(176.432)	9.189	334	-	(4.831)	-	4.692	185.929	(181.237)
Imóveis de terceiros - RoU	8,03%	254.130	(43.603)	210.527	2.201	8.368	(22.996)	-	198.100	264.699	(66.599)
Obras em andamento	-	14.456	-	14.456	991	-	-	(398)	15.049	15.049	-
		648.737	(373.343)	275.394	20.399	8.368	(44.362)	(543)	259.256	659.501	(400.245)
Perdas por redução ao valor recuperável	-	(20.488)	-	(20.488)	(25.887)	-	-	-	(46.375)	(46.375)	-
Total do imobilizado em uso		16.028.725	(6.913.090)	9.115.635	1.500.530	(107.515)	(1.576.297)	(264.827)	8.667.526	15.912.445	(7.244.919)
Adiantamento a fornecedores	-	473.061	-	473.061	68.751	-	-	(21.638)	520.174	520.174	-
Total		16.501.786	(6.913.090)	9.588.696	1.569.281	(107.515)	(1.576.297)	(286.465)	9.187.700	16.432.619	(7.244.919)

A Companhia avalia de seus ativos imobilizados pelo método de custo, ou seja, após o reconhecimento inicial, um item do ativo imobilizado é apresentado ao custo menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.



Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

14. Intangível

A composição e a movimentação do ativo intangível estão apresentadas a seguir:

		Consolidado								
		2023			2024					
	Taxa média ponderada (a.a.)	Custo histórico	Amortização acumulada	Saldo inicial líquido	Adições	Baixas	Amortização	Saldo final líquido	Custo histórico	Amortização acumulada
Ágio	-	542.302	-	542.302	-	-	-	542.302	542.302	-
Slots	-	1.038.900	-	1.038.900	-	-	-	1.038.900	1.038.900	-
Softwares	33,10%	639.490	(282.892)	356.598	222.901	(479)	(108.163)	470.857	810.290	(339.433)
Total		2.220.692	(282.892)	1.937.800	222.901	(479)	(108.163)	2.052.059	2.391.492	(339.433)

		Consolidado								
		2022			2023					
	Taxa média ponderada (a.a.)	Custo histórico	Amortização acumulada	Saldo inicial líquido	Adições	Baixas	Amortização	Saldo final líquido	Custo histórico	Amortização acumulada
Ágio	-	542.302	-	542.302	-	-	-	542.302	542.302	-
Slots	-	1.038.900	-	1.038.900	-	-	-	1.038.900	1.038.900	-
Softwares	29,32%	554.939	(273.152)	281.787	168.017	(2.244)	(90.962)	356.598	639.490	(282.892)
Total		2.146.141	(283.152)	1.862.989	168.017	(2.244)	(90.962)	1.937.800	2.220.692	(282.892)

Os saldos de ágio e dos direitos de operação em aeroportos (*slots*) foram submetidos a teste de recuperabilidade em 31 de dezembro de 2024 e 2023 por meio do fluxo de caixa descontado para cada unidade geradora de caixa (UGC) de transporte aéreo. A Companhia opera uma única unidade geradora de caixa, considerando que a receita depende de diferentes ativos que não podem ser avaliados isoladamente para mensuração do valor em uso. Em 31 de dezembro de 2024, após a Companhia revisar os principais indicadores e antecedentes observados em 31 de dezembro de 2023, não foram identificados indicativos de desvalorização da unidade geradora de caixa, que exijam a realização de um novo teste de recuperabilidade. Esta revisão considerou a avaliação de fatores internos (capacidade e frota, demanda, receita por passageiro e custos operacionais) e externos (PIB, barril de querosene e taxa de juros).

Para a determinação do valor contábil de cada UGC, a Companhia considera não somente os intangíveis registrados, bem como todos os ativos tangíveis necessários para a condução dos negócios, pois é apenas por meio da utilização deste conjunto que a Companhia obterá geração de benefício econômico.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

As premissas adotadas nos testes de redução ao valor recuperável dos intangíveis estão de acordo com as projeções internas para o período de cinco anos, baseado no plano inicial de reestruturação apresentado junto ao *Bankruptcy Court*. Para o período após cinco anos aplica-se a extrapolação utilizando uma taxa de crescimento de perpetuidade. O fluxo de caixa descontado que determinou o valor em uso da unidade geradora de caixa foi preparado de acordo com o plano de negócios da Companhia, no contexto do Plano de Reorganização do *Chapter 11*, mencionado na nota explicativa 1.2, e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

As principais premissas consideradas pela Companhia para a determinação do valor em uso da unidade geradora de caixa são:

- Capacidade e frota: considera a utilização, a capacidade da aeronave utilizada em cada trecho e a projeção de tamanho da frota em operação.
- Demanda: a eficiência de mercado é o principal *input* para a projeção de crescimento da demanda da Companhia. A Administração considera que a eficiência de mercado é a razão entre sua participação no mercado (*market share*) e sua participação na oferta (*seat share*). Este indicador reflete o quão eficientemente a Companhia emprega a sua participação na oferta total do mercado em função de sua captura de demanda por transporte aéreo.
- Receita por passageiro: considera o preço médio praticado pela GLA e considera efeitos de variáveis de mercado (vide variáveis utilizadas abaixo).
- Custos operacionais associados ao negócio: baseados em seu custo histórico e atualizados por indicadores, como inflação, relação com a oferta, demanda e variação da moeda norte-americana.

A Companhia também considerou variáveis de mercado tais como PIB (fonte: Banco Central do Brasil), dólar norte-americano (fonte: Banco Central do Brasil), barril de querosene (fonte: Agência Nacional de Petróleo Brasileira - “ANP”) e taxa de juros (fonte: Bloomberg).

Os quadros a seguir demonstram a sensibilidade de variação do resultado do valor em uso calculado para comparação com o valor contábil em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2024	2023
31 de dezembro:		
Valor contábil	5.076.301	4.471.882
Valor em uso	21.004.332	36.537.575
Taxa de desconto	21,63%	17,21%
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,60%	3,48%
Teste de sensibilidade:		
10% variação		
Valor em uso	18.387.125	30.725.353
Alteração do valor em uso	(2.617.208)	(5.812.222)
25% variação		
Valor em uso	15.452.385	24.193.541
Alteração do valor em uso	(5.551.947)	(12.344.034)



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

15. Outros créditos e valores

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Despesas antecipadas ^(a)	1.502	17.801	144.926	95.668
Comissões com agências ou administradoras de cartão	-	-	105.908	89.195
Créditos sobre operações de <i>sale-leaseback</i>	187.476	65.151	187.476	115.435
Outros créditos	-	19.949	6.349	26.732
Total	188.978	102.901	444.659	327.030
Circulante	188.945	102.473	423.486	304.385
Não circulante	33	428	21.173	22.645

(a) Referem-se a seguros, adiantamentos a funcionários e despesas antecipadas com permuta.



Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

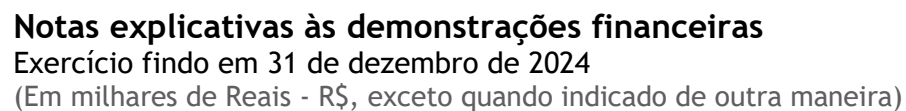
16. Empréstimos e financiamentos

A composição e a movimentação dos empréstimos e financiamentos estão apresentadas a seguir:

Controladora														2024		
2023																
	Venci-mento	Taxa de juros a.a.	Circulante	Não circulante	Total	Captações	Transferên- cia da GLA para Luxco	Resultado não realizado do ESN	Pagamento de principal	Juros incorridos	Juros pagos	Variação cambial	Amortização de custos e ágio	Total	Circulante	Não circulante
Contratos em moeda estrangeira																
ESN 2024 ⁽¹⁾ (a)	07/2024	3,75%	190.781	-	190.781	-	-	(9)	-	18.384	(3.853)	55.969	-	261.272	261.272	-
Senior Notes 2025 (b)	01/2025	7,00%	48.352	1.652.812	1.701.164	-	-	-	-	9.806	-	478.680	4.942	2.194.592	2.194.592	-
Debtor in Possession (c)	04/2025	15,05%	-	-	-	4.944.603	-	-	-	807.023	-	1.398.932	281.080	7.431.638	7.431.638	-
AerCap (d)	12/2025	7,50%	-	-	-	-	259.326	-	(23.629)	4.003	(3.769)	31.106	-	267.037	267.037	-
Senior Secured Notes 2026 (e)	06/2026	8,00%	-	1.183.094	1.183.094	-	-	-	-	108.289	-	355.433	13.172	1.659.988	123.893	1.536.095
Senior Secured Amortizing Notes (f)	06/2026	3,34%	479.148	512.772	991.920	-	-	-	-	48.843	(49.898)	285.381	8.710	1.284.956	1.107.370	177.586
Senior Secured Notes 2028 (g)	03/2028	18,00%	4.346	1.300.272	1.304.618	93.378	-	-	(76.148)	292.275	(62.699)	399.567	-	1.950.991	7.024	1.943.967
ESSN 2028 ⁽¹⁾ (h)	03/2028	18,00%	21.921	3.480.439	3.502.360	-	-	-	-	1.380.899	(315.010)	1.142.609	-	5.710.858	31.951	5.678.907
Bônus perpétuos (i)	-	8,75%	13.862	671.072	684.934	-	-	-	-	4.962	(14.915)	188.573	-	863.554	5.216	858.338
Total			758.410	8.800.461	9.558.871	5.037.981	259.326	(9)	(99.777)	2.674.484	(450.144)	4.336.250	307.904	21.624.886	11.429.993	10.194.893

(*) *Exchangeable Senior Notes* vide nota explicativa nº 36.2.

- (a) Emissão do *Exchangeable Senior Notes* ("ESN") pela controlada Gol Equity Finance em março, abril e julho de 2019, com vencimento em julho de 2024, cujos detentores dos títulos teriam o direito, mediante o cumprimento de certas condições precedentes, de permutá-los por *American Depositary Shares* ("ADSs") da Companhia, vide notas explicativas nº 16.1.3 e nº 36.
- (b) Emissões de *Senior Notes* 2025 pela controlada Gol Finance em dezembro de 2017 e em fevereiro de 2018, para recompra de *Senior Notes* e propósitos gerais da Companhia, com vencimento em 2025.
- (c) Linha de crédito na modalidade DIP obtido junto a membros do Grupo Ad Hoc de *Bondholders* da Abra e outros *Bondholders* da Abra, em conjunto Grupo Ad Hoc de *Bondholders* do *Senior Secured Notes* 2026, no âmbito do *Chapter 11*, utilizado para, entre outras finalidades, despesas designadas de capital de giro, necessidades corporativas gerais e custos relacionados à reestruturação, com vencimento em fevereiro de 2025. Vide notas explicativas nº 1.2.1 e nº 16.1.4.
- (d) Vide nota explicativa nº 16.1.6.
- (e) Emissões de *Senior Secured Notes* 2026 pela controlada Gol Finance em dezembro de 2020, maio e setembro de 2021, com vencimento em 2026. As SSN 2026 têm garantias atreladas a determinados recebíveis Smiles.
- (f) Emissão de *Senior Secured Amortizing Notes* pela controlada Gol Finance, em dezembro de 2022, janeiro, abril, junho e julho de 2023, com vencimento em 2025 (Série B) e 2026 (Série A), em troca do cumprimento integral de certas obrigações de pagamento de arrendamento de aeronaves, que estão sob acordo de diferimento.
- (g) Emissão de *Senior Secured Notes* 2028 pela controlada Gol Finance com a Abra, em março de 2024, com vencimento em 2028. Vide nota explicativa nº 16.1.7.
- (h) Emissão do *Exchangeable Senior Secured Notes* ("ESSN") pela controlada Gol Equity Finance em setembro de 2023, com vencimento em 2028. As ESSN 2028 têm garantias atreladas à propriedade intelectual da Gol e da Smiles e *Spare Parts* da Gol.
- (i) Emissão do Bônus Perpétuos pela controlada Gol Finance em abril de 2006 para financiamentos de aquisição de aeronaves.

54



Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

			Consolidado												
			2023				Resultado não realizado do ESN	Pagamento de principal	Juros incorridos	Juros pagos	Variação cambial	Amortização de custos e ágio	2024		
Vencimento	Taxa de juros a.a.		Circulante	Não circulante	Total	Captações							Total	Circulante	Não circulante
Contratos em moeda nacional															
Debêntures (a)	12/2027	18,04%	347.614	519.431	867.045	-	-	(91.669)	133.944	(134.444)	-	10.242	785.118	170.714	614.404
Capital de giro (b)	07/2028	16,23%	36.632	2.143	38.775	20.647	-	(21.237)	7.865	(3.426)	-	13	42.637	17.657	24.980
Contratos em moeda estrangeira															
ESN 2024 ^(*) (c)	07/2024	3,75%	190.781	-	190.781	-	(9)	-	18.384	(3.853)	55.969	-	261.272	261.272	-
SBLC (d)	08/2024	8,75%	-	-	-	69.948	-	(69.948)	3.317	(3.317)	-	-	-	-	-
Credit Facility (e)	11/2024	0,00%	92.880	-	92.880	6.811	-	(116.091)	7.665	-	8.735	-	-	-	-
Senior Notes 2025 (f)	01/2025	7,00%	48.352	1.652.812	1.701.164	-	-	-	9.806	-	478.680	4.942	2.194.592	2.194.592	-
Debtor in Possession (g)	04/2025	15,83%	-	-	-	4.944.603	-	-	807.023	-	1.398.932	281.080	7.431.638	7.431.638	-
Financiamento de importação (h)	09/2025	14,73%	26.018	-	26.018	-	-	(5.945)	3.431	(3.400)	5.520	-	25.624	25.624	-
AerCap (i)	12/2025	7,50%	-	-	-	282.927	-	(51.059)	7.396	(7.208)	34.981	-	267.037	267.037	-
Senior Secured Notes 2026 (j)	06/2026	8,00%	-	1.183.094	1.183.094	-	-	-	108.289	-	355.433	13.172	1.659.988	123.893	1.536.095
Senior Secured Amortizing Notes (k)	06/2026	4,36%	479.148	512.772	991.920	-	-	-	48.843	(49.898)	285.381	8.710	1.284.956	1.107.370	177.586
Senior Secured Notes 2028 (l)	03/2028	18,00%	4.346	1.300.272	1.304.618	93.378	-	(76.148)	292.275	(62.699)	399.567	-	1.950.991	7.024	1.943.967
ESSN 2028 ^(*) (m)	03/2028	18,00%	21.921	3.480.439	3.502.360	-	-	-	1.380.899	(315.010)	1.142.609	-	5.710.858	31.951	5.678.907
ACG (n)	10/2029	7,50%	-	-	-	141.154	-	(6.358)	1.631	(1.519)	11.717	-	146.625	19.605	127.020
Bônus perpétuos (o)	-	8,75%	13.862	671.072	684.934	-	-	-	4.962	(14.915)	188.573	-	863.554	5.216	858.338
Total			1.261.554	9.322.035	10.583.589	5.559.468	(9)	(438.455)	2.835.730	(599.689)	4.366.097	318.159	22.624.890	11.663.593	10.961.297

(*) Exchangeable Senior Notes vide nota explicativa nº 36.2.

- (a) As debêntures referem-se a: (i) 7ª emissão em 3 séries: 84.500 títulos restantes pela controlada GLA, originalmente em outubro de 2018 com a finalidade de liquidação integral antecipada da 6ª emissão; e (ii) 8ª emissão: 610.217 títulos pela controlada GLA em outubro de 2021 destinada ao refinanciamento de dívida de curto prazo. As debêntures têm garantias fidejussórias da Companhia e garantia real prestada pela GLA na forma de cessão fiduciária de determinados recebíveis de cartão de crédito, com a preservação dos direitos de antecipação dos recebíveis dessas garantias. Ambas as emissões foram repactuadas em julho de 2024, com alteração de prazo, taxa de juros, e modificação de outras obrigações relacionadas. Vide nota explicativa nº 16.1.1.
- (b) Emissão de operações que tem o objetivo de manutenção e gestão de capital de giro da Companhia. Parte das emissões tem garantia atrelada a recebíveis de cartão de crédito. Vide nota explicativa nº 16.1.2.
- (c) Emissão do Exchangeable Senior Notes ("ESN") pela controlada Gol Equity Finance em março, abril e julho de 2019, com vencimento em julho de 2024, cujos detentores dos títulos terão o direito, mediante o cumprimento de certas condições precedentes, de permutá-los por American Depositary Shares ("ADSs") da Companhia, vide notas explicativas nº 16.1.3 e nº 36.
- (d) O saldo de SBLC (Stand by Letter of Credit) refere-se a obrigações relacionadas a seis cartas de crédito com determinados arrendadores e que foram liquidados no mês de agosto/2024.
- (e) Linha de Crédito através do acordo de cooperação estratégica junto a AIR FRANCE -KLM ("AFKL"), sendo os dois contratos liquidados em seus respectivos vencimentos.
- (f) Emissões de Senior Notes 2025 pela controlada Gol Finance em dezembro de 2017 e em fevereiro de 2018, para recompra de Senior Notes e propósitos gerais da Companhia.
- (g) Linha de crédito na modalidade DIP obtido junto a membros do Grupo Ad Hoc de Bondholders da Abra e outros Bondholders da Abra, em conjunto Grupo Ad Hoc de Bondholders do Senior Secured Notes 2026, no âmbito do Chapter 11, utilizado para, entre outras finalidades, despesas designadas de capital de giro, necessidades corporativas gerais e custos relacionados à reestruturação, com vencimento em fevereiro de 2025. Vide notas explicativas nº 1.2.1 e nº 16.1.4.
- (h) Linhas de crédito junto a bancos privados, utilizadas para financiamento de importação de peças de reposição e equipamentos aeronáuticos. Garantias atreladas a depósitos em CDB. Vide nota explicativa nº 16.1.5.
- (i) Vide nota explicativa nº 16.1.6.
- (j) Emissões de Senior Secured Notes 2026 pela controlada Gol Finance em dezembro de 2020, maio e setembro de 2021, com vencimento em 2026. As SSN 2026 têm garantias atreladas a determinados recebíveis Smiles.
- (k) Emissão de Senior Secured Amortizing Notes pela controlada Gol Finance, em dezembro de 2022, janeiro, abril, junho e julho de 2023, com vencimento em 2025 (Série B) e 2026 (Série A), em troca do cumprimento integral de certas obrigações de pagamento de arrendamento de aeronaves, que estão sob acordo de diferimento.
- (l) Emissão de Senior Secured Notes 2028 pela controlada Gol Finance com a Abra, entre março e setembro de 2023, com vencimento em 2028. Vide nota explicativa nº 16.1.7.
- (m) Emissão do Exchangeable Senior Secured Notes ("ESSN") pela controlada Gol Equity Finance em setembro de 2023, com vencimento em 2028. As ESSN 2028 têm garantias atreladas à propriedade intelectual da Gol e da Smiles e Spare Parts da Gol.
- (n) Vide nota explicativa nº 16.1.8.
- (o) Emissão do Bônus Perpétuos pela controlada Gol Finance em abril de 2006 para financiamentos de aquisição de aeronaves.



Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

			Consolidado													
			2022											2023		
	Vencimento	Taxa de juros a.a.	Circulante	Não circulante	Total	Captações	Resultado não realizado do ESN	Pagamento de principal	Juros incorridos	Juros pagos	Variação cambial	Amortização de custos e ágio	Total	Circulante	Não circulante	
Contratos em moeda nacional																
Debêntures	10/2024	18,76%	640.046	431.973	1.072.019	886.000	-	(1.090.976)	164.954	(165.537)	-	585	867.045	347.614	519.431	
Capital de giro	10/2025	18,81%	76.710	39.071	115.781	-	-	(76.417)	13.345	(13.934)	-	-	38.775	36.632	2.143	
Contratos em moeda estrangeira																
Financiamento de importação	05/2024	14,30%	77.193	-	77.193	-	-	(45.361)	8.415	(9.442)	(4.787)	-	26.018	26.018	-	
ESN 2024	07/2024	3,75%	38.114	1.819.315	1.857.429	-	(14.894)	(1.639.173)	69.936	(56.007)	(26.525)	15	190.781	190.781	-	
Spare Engine Facility	09/2024	6,00%	30.265	93.963	124.228	-	-	(115.171)	3.338	(4.686)	(8.057)	348	-	-	-	
Credit Facility (n)	11/2024	0,00%	-	-	-	104.377	-	(13.842)	2.199	-	146	-	92.880	92.880	-	
Senior Notes 2025	01/2025	7,00%	98.919	3.372.353	3.471.272	-	-	(1.592.644)	138.950	(182.740)	(139.446)	5.772	1.701.164	48.352	1.652.812	
Senior Secured Notes 2026	06/2026	8,00%	-	3.272.229	3.272.229	-	-	(2.007.389)	128.728	(125.675)	(101.462)	16.663	1.183.094	-	1.183.094	
Senior Secured Amortizing Notes	06/2026	4,76%	121.111	882.168	1.003.279	220.634	-	(161.868)	46.242	(44.883)	(79.089)	7.605	991.920	479.148	512.772	
Loan Facility	03/2028	6,53%	27.682	144.182	171.864	-	-	(159.198)	8.532	(10.191)	(12.274)	1.267	-	-	-	
Senior Secured Notes 2028	03/2028	18,00%	-	-	-	7.363.736	-	(6.407.576)	740.357	(154.122)	(237.777)	-	1.304.618	4.346	1.300.272	
ESSN 2028	03/2028	18,00%	-	-	-	6.923.269	(3.409.360)	-	284.107	(177.697)	(117.959)	-	3.502.360	21.921	3.480.439	
Bônus perpétuos	-	8,75%	16.589	803.008	819.597	-	-	(79.615)	61.857	(65.182)	(51.723)	-	684.934	13.862	671.072	
Total			1.126.629	10.858.262	11.984.891	15.498.016	(3.424.254)	(13.389.230)	1.670.960	(1.010.096)	(778.953)	32.255	10.583.589	1.261.554	9.322.035	



Notas explicativas demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

O total de empréstimos e financiamentos individual e consolidado em 31 de dezembro de 2024 inclui custos de captação, prêmios, ágio e deságio no total de R\$133.519 e R\$170.457, respectivamente (R\$51.080 e R\$71.616 em 31 de dezembro de 2023) que serão amortizados ao longo da vigência dos respectivos empréstimos e financiamentos. Em 31 de dezembro de 2024, não há montante atrelado ao valor justo do instrumento financeiro derivativo, referente à conversibilidade do ESN 2024 (R\$9 em 31 de dezembro de 2023). Em função de suas características, o instrumento financeiro derivativo referente à conversibilidade do ESN 2028 está apresentado separado no grupo de obrigações com operações de derivativos.

16.1. Novas captações e renegociações de empréstimos e financiamentos realizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

16.1.1. Debêntures

Em julho de 2024, a GLA realizou a renegociação das debêntures da 7ª e 8ª emissões, com o objetivo de melhorar estrutura de capital através do alongamento dos fluxos de amortização. A renegociação alterou o prazo de vencimento, estendido de junho de 2026 para dezembro de 2027, com taxa de juros ajustada para CDI+5,25%, refletindo as condições de mercado atuais.

16.1.2. Capital de giro

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a GLA concluiu a negociação do valor de R\$20.647, referente a renegociação de operações de risco sacado, em contrato CCB (Cédula de Crédito Bancário) junto ao Banco Rendimento, com vencimento em 24 de julho de 2028.

16.1.3. ESN 2024

Em 2019 a Companhia, por meio da GOL Equity Finance, emitiu *Exchangeable Senior Notes* ("ESN") no valor de US\$425 milhões com vencimento em 2024, os quais previam a incidência de juros nominais de 3,75% a.a., com pagamentos semestrais e sem garantias específicas.

Devido ao processo de *Chapter 11*, o pagamento do saldo remanescente não foi realizado dado à proteção do *Automatic Stay*, conforme anteriormente mencionado, e não há previsão de pagamento durante a vigência do processo de reestruturação. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo a pagar é de R\$190.781 (equivalente a US\$31 milhões) e será renegociado no âmbito do Plano de Reorganização da Companhia.

16.1.4. Debtor in possession - DIP

Conforme descrito na nota explicativa nº 1.2.1, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia obteve uma linha de crédito (*Debtor In Possession*- DIP) no valor total de US\$1,0 bilhão. O saldo total do DIP captado durante o período, considerando os custos capitalizados no empréstimo, foi de R\$5,5 bilhões (US\$1,05 bilhão).

O vencimento original é em 29 de janeiro de 2025, podendo ser prorrogado por 2 (duas) vezes, com prazo máximo de até 3 (três) meses para cada prorrogação. A Companhia efetuou a extensão de prazo para 8 de junho de 2025.



Notas explicativas demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Adicionalmente, essa linha de crédito acumula juros à taxa equivalente a SOFR 1M + 10,5% ao ano e permite pagamentos mensais dos juros em dinheiro ou em PIK (*payment in kind*), os quais são adicionados ao saldo principal da dívida, tendo como garantia os ativos da GOL. Até 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou US\$147 milhões de juros como despesa financeira, totalmente capitalizados ao principal.

16.1.5. Financiamento de importação

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a GLA concluiu a renegociação dos contratos destas modalidades, com impacto na taxa de juros e vencimento ajustado de julho de 2024 para setembro de 2025. Tais operações fazem parte de uma linha de crédito para financiamento de importações (com o objetivo de manutenção de motores, compra de peças de reposição e equipamentos aeronáuticos) e capital de giro.

16.1.6. AerCap Ireland Limited Group (AerCap)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e a AerCap assinaram determinados aditivos contratuais que contemplaram a troca de alguns passivos por uma nova dívida garantidas por notas promissórias emitidas pela Gol Finance e recebíveis da Companhia. As renegociações incluíram financiamento de manutenção de motores, parcelas de arrendamento, reserva de manutenção, juros e custos de devolução de aeronaves, no valor total de R\$282.927 (equivalente a US\$52,1 milhões), com taxa de juros de 7,5% a.a. e vencimento em 31 de dezembro de 2025 ou três meses após a saída do *Chapter 11*, o que ocorrer primeiro.

16.1.7. Senior Secured Notes 2028

Nos termos da transação divulgada na nota explicativa nº 1.5, em fevereiro de 2023, a Companhia e a Abra assinaram o *Support Agreement* com o compromisso de investimento da Abra na Companhia a partir da emissão de *Senior Secured Notes* com vencimento em 2028. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia emitiu *Senior Secured Notes* 2028 adicionais para a Abra no montante total de R\$87.335 (US\$17.647), cujo valor justo no reconhecimento inicial totalizou R\$6.021 (US\$1.221). Dado que a transação foi realizada com a Abra, a diferença entre o valor nominal da dívida e o valor justo foi reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

16.1.8. Aviation Capital Group - ACG

Em 1º de outubro de 2024, a Companhia assinou com a Aviation Capital Group aditivos contratuais referentes as aeronaves do *lessor*. A negociação contemplou o financiamento pela ACG de 70% e 80% do custo total de manutenção de cada um de seus motores, garantidos por notas promissórias emitidas pela GLA, a uma taxa de 7,5% a.a. e com prazo de 5 anos ou até a data de devolução da aeronave.



Notas explicativas demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

16.2. Empréstimos e financiamentos - não circulante

Em 31 de dezembro de 2024, os vencimentos dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante estão apresentados a seguir:

	2026	2027	2028	2029	Sem vencimento	Total
Controladora						
Contratos em moeda estrangeira						
Secured Notes 2026	1.536.095	-	-	-	-	1.536.095
Senior Secured Amortizing Notes	177.586	-	-	-	-	177.586
Senior Secured Notes 2028	-	-	-	1.943.967	-	1.943.967
ESN 2028	-	-	-	5.678.907	-	5.678.907
Bônus Perpétuos	-	-	-	-	858.338	858.338
Total	1.713.681	-	-	7.622.874	858.338	10.194.893
Consolidado						
Contratos em moeda nacional						
Debêntures	318.961	295.443	-	-	-	614.404
Capital de giro	9.552	9.552	5.876	-	-	24.980
Contratos em moeda estrangeira						
Secured Notes 2026	1.536.095	-	-	-	-	1.536.095
Senior Secured Amortizing Notes	177.586	-	-	-	-	177.586
Senior Secured Notes 2028	-	-	-	1.943.967	-	1.943.967
ESN 2028	-	-	-	5.678.907	-	5.678.907
ACG	25.790	52.007	18.508	30.715	-	127.020
Bônus Perpétuos	-	-	-	-	858.338	858.338
Total	2.067.984	357.002	24.384	7.653.589	858.338	10.961.297

16.3. Valor justo

Os valores justos dos empréstimos, em 31 de dezembro de 2024, são conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	Contábil ^(a)	Valor justo	Contábil ^(a)	Valor justo
Debêntures	-	-	785.118	785.118
ESN 2024	261.272	15.731	261.272	15.731
Senior Notes 2025	2.194.592	125.466	2.194.592	125.466
Senior Secured Notes 2026	1.659.988	1.109.145	1.659.988	1.109.145
Senior Secured Amortizing Notes	1.284.956	1.131.168	1.284.956	1.131.168
Senior Secured Notes 2028	1.950.991	1.363.430	1.950.991	1.363.430
ESN 2028	5.710.858	6.458.294	5.710.858	6.458.294
Debtor in Possession (DIP)	7.431.638	7.162.485	7.431.638	7.162.485
Bônus Perpétuos	863.554	44.471	863.554	44.471
AerCap	267.037	261.698	267.037	261.698
ACG	-	-	146.625	142.986
Demais empréstimos	-	-	68.261	68.261
Total	21.624.886	17.671.888	22.624.890	18.668.253

(a) Valor líquido dos custos de captação.



16.4. Condições contratuais restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas e *covenants* financeiros nas Debêntures, *Senior Secured Amortizing Notes* e DIP.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía *covenants* financeiros ativos para os indicadores financeiros previstos nas escrituras da 7ª e 8ª emissões de debêntures, no entanto, a próxima obrigatoriedade de mensuração será após a saída do *Chapter 11*.

Na operação do *Senior Secured Amortizing Notes*, a Companhia possui a observância de cumprir com condições de garantias relacionadas a recebíveis trimestralmente. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía recebíveis da GLA em garantia referente a esse contrato que satisfaziam as condições contratuais.

Durante a validade do contrato do DIP, a Companhia deverá manter um valor mínimo de liquidez de US\$ 200 milhões do período de 1º de abril de 2024 até 30 de novembro de 2024 e US\$ 250 milhões a partir de 1º de dezembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estava em conformidade com essas cláusulas.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia avaliou as cláusulas de *covenants* dos empréstimos e financiamentos e debêntures de mensuração trimestral. Embora a entrada da Companhia no *Chapter 11* possa ter desencadeado o não cumprimento de certas obrigações, que são inexecutáveis sob o *Bankruptcy Code*, enquanto a Companhia estiver no *Chapter 11* as contrapartes estão proibidas de tomar quaisquer medidas como resultado de tais supostos descumprimentos.

O *Chapter 11*, através da proteção do *Automatic Stay* inerente a este processo, suspende a maioria das ações sobre os devedores, não estando à ordem do credor para que o pagamento da dívida seja solicitado antecipadamente. Assim, a Companhia continua a apresentar suas informações financeiras até 31 de dezembro de 2024, incluindo seus empréstimos de acordo com as condições originalmente acordadas, aguardando futuros acordos que possa firmar com seus credores sob o *Chapter 11*.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

17. Arrendamentos a pagar

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo de arrendamentos a pagar é composto por: (i) R\$6.410 referente a pagamentos variáveis e arrendamentos de curto prazo, os quais se enquadram na isenção prevista no CPC 06 (R2) - Arrendamentos, equivalente ao IFRS 16 (R\$3.684 em 31 de dezembro de 2023); e (ii) R\$12.096.948 referente ao valor presente nesta data dos pagamentos futuros de arrendamentos (R\$9.437.691 em 31 de dezembro de 2023).

A composição e a movimentação do valor presente dos pagamentos futuros de arrendamentos estão apresentadas a seguir:

		Consolidado													
		2023											2024		
	Taxa média ponderada (a.a.)	Circulante	Não circulante	Total	Adições	Baixas	Alterações contratuais	Pagamentos	Compensações com depósitos e outros	Juros incorridos	Juros pagos	Variação cambial	Total	Circulante	Não circulante
Contratos em moeda nacional															
Com opção de compra	18,93%	5.232	3.784	9.016	-	-	-	(5.234)	-	956	(954)	-	3.784	2.243	1.541
Sem opção de compra	14,13%	23.840	209.587	233.427	41.121	-	8.181	(43.575)	-	26.828	-	-	265.982	15.402	250.580
Contratos em moeda estrangeira															
Com opção de compra	7,18%	118.177	1.018.779	1.136.956	-	-	-	(129.694)	-	89.316	(89.606)	296.396	1.303.368	145.729	1.157.639
Sem opção de compra	14,47%	1.588.709	6.469.583	8.058.292	1.559.018	(148.705)	86.182	(2.341.274)	(123.617)	1.331.004	-	2.102.914	10.523.814	2.176.930	8.346.884
Total		1.735.958	7.701.733	9.437.691	1.600.139	(148.705)	94.363	(2.519.777)	(123.617)	1.448.104	(90.560)	2.399.310	12.096.948	2.340.304	9.756.644

		Consolidado													
		2022						2023							
	Taxa média ponderada (a.a.)	Circulante	Não circulante	Total	Adições	Baixas	Alterações contratuais	Pagamentos	Compensações com depósitos e outros	Juros incorridos	Juros pagos	Variação cambial	Total	Circulante	Não circulante
Contratos em moeda nacional															
Com opção de compra	18,55%	5.036	3.313	8.349	6.421	-	-	(5.742)	-	1.238	(1.250)	-	9.016	5.232	3.784
Sem opção de compra	11,30%	37.219	221.342	258.561	2.201	-	8.368	(63.597)	-	27.894	-	-	233.427	23.840	209.587
Contratos em moeda estrangeira															
Com opção de compra	7,19%	133.884	1.257.198	1.391.082	15.643	(46.860)	-	(128.018)	-	90.398	(92.657)	(92.632)	1.136.956	118.177	1.018.779
Sem opção de compra	14,30%	1.756.449	7.776.848	9.533.297	574.254	(46.007)	(112.290)	(2.317.084)	(64.935)	1.106.571	-	(615.514)	8.058.292	1.588.709	6.469.583
Total		1.932.588	9.258.701	11.191.289	598.519	(92.867)	(103.922)	(2.514.441)	(64.935)	1.226.101	(93.907)	(708.146)	9.437.691	1.735.958	7.701.733



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu diretamente no custo dos serviços prestados, o montante de R\$1.394 e R\$37.144 (R\$17.230 e R\$98.902, respectivamente, referente a arrendamentos de curto prazo e pagamentos variáveis em 31 de dezembro de 2023).

No contexto das operações das aeronaves cargueiras dedicadas, a Companhia auferiu no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, receita de subarrendamento no montante de R\$71.374 (R\$45.639 em 31 de dezembro de 2023).

Os pagamentos futuros de contraprestações dos contratos de arrendamento estão detalhados a seguir:

	2024	2023
2024	-	2.853.542
2025	3.824.283	2.150.980
2026	2.731.380	1.857.786
2027	2.511.334	1.683.326
2028	1.981.263	1.291.683
2029	1.810.887	1.158.199
Após 2030	7.488.017	4.531.559
Total de pagamentos mínimos de arrendamento	20.347.164	15.527.075
Menos total de juros	(8.243.806)	(6.085.700)
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamentos	12.103.358	9.441.375
Menos parcela do circulante	(2.346.714)	(1.739.642)
Parcela do não circulante	9.756.644	7.701.733

Em junho de 2024, a Companhia iniciou o processo de assinatura dos aditivos contratuais com arrendadores de aeronaves, cujas renegociações foram aprovadas no processo de *Chapter 11*.

As renegociações envolveram a troca de 11 motores entre a Carlyle Aviation Management Limited (“Carlyle”) e WWTAL Airopco II Designated Activity Company (“WWTAL”) resultando no encerramento desses contratos de arrendamentos dos motores da WWTAL e gerando impactos contábeis em ativo de direito de uso, passivo de arrendamento, depósito de garantia e reserva de manutenção. Em relação a Carlyle, como não houve alteração das condições originais dos contratos de arrendamentos, não há impactos contábeis exceto os referentes aos custos para trazer os motores às condições de uso decorrentes das trocas realizadas. Tais custos foram capitalizados como benfeitoria em aeronaves e motores e serão pagos em 36 parcelas considerando juros de 7,5% a.a.

Com o arrendador AerCap Holdings N.V. (“AerCap”), as renegociações envolveram 25 aeronaves, resultando na alteração dos fluxos de pagamentos de arrendamentos e consequentemente tiveram os impactos contábeis remensurados conforme CPC 06 (R2) - Arrendamentos (equivalentes ao IFRS 16). Além dos fluxos de pagamentos de arrendamentos, houve a troca de passivos antes registrados como arrendamentos, reserva de manutenção, custos de devolução, juros e financiamento de manutenção de motores na qual foram submetidos a análise de *Debt Modification* e tiveram a constituição de financiamento de dívida conforme CPC 48 - Instrumentos Financeiros (equivalente ao IFRS 9), conforme nota explicativa nº 16.1.6. Adicionalmente, houve constituição de passivo não garantido, principalmente referente a garantias para devolução sendo parte já liquidados com saldos de depósitos de garantia, reserva de manutenção e depósito de manutenção.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Durante o quarto trimestre de 2024, a Companhia assinou os aditivos contratuais de 13 aeronaves com SMBC Aviation Capital Limited ("SMBC") e Castllake L.P. ("Castllake"), envolvendo extensão contratual, alteração e redução nos fluxos de pagamentos de arrendamentos, constituição de garantias, financiamento de manutenção de motores, além da constituição de passivo não garantido referente a reserva de manutenção, leasing e juros a serem tratados ao final do processo de *Chapter 11*.

As renegociações com a Aviation Capital Group LLC ("ACG") envolveram redução de aluguel das 5 aeronaves arrendadas na qual serão negociados e constituídos posteriormente como passivo não garantido. Adicionalmente, houve constituição de passivo não garantido referente a juros por atraso de pagamento, aplicação de *security deposit* em dívidas de arrendamento e financiamento de manutenção de motores, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.1.8.

Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou devoluções e rejeições de arrendamento de 10 motores e 8 aeronaves, impactando ativo de direito de uso, passivo de arrendamento, depósito de garantia de arrendamento, reserva de manutenção, garantias para devolução e constituição de passivo não garantido referente aos custos de devolução e parcelas de arrendamento vencidas, a serem tratados ao final do processo de *Chapter 11*.

17.2. Transações de *sale-leaseback*

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou 14 operações de *sale-leaseback* (4 conjuntos *Quick Engine Changes* instalados em motores, 2 motores e 8 aeronaves) e apurou um ganho líquido de R\$284.698 na controladora e R\$229.975 no consolidado (durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou 18 operações de *sale-leaseback*, sendo 12 motores e 6 aeronaves, apurou um ganho líquido de R\$269.912 na controladora e R\$428.578 no consolidado).

Adicionalmente, nesse mesmo período, a Companhia atualizou outras 6 operações de *sale-leaseback* (5 aeronaves e 1 motor) realizadas em 2022 e 2023 em função de recebimentos de cartas de crédito e cláusula de extensão automática e apurou um resultado líquido de R\$2.005 na controladora e R\$1.767 no consolidado. Todo impacto foi reconhecido no resultado, na rubrica de "Transações de *sale-leaseback*", no grupo de "Outras receitas e despesas operacionais, líquidas", vide nota explicativa nº 33.

17.3. Crédito de PIS e COFINS

A Companhia possui direito a crédito de PIS e COFINS referente contratos de arrendamento firmados com fornecedores nacionais pessoa jurídica, na ocorrência de seus pagamentos. Apresentamos, abaixo, os valores potenciais desses impostos em 31 de dezembro de 2024:

	Valor Nominal	Ajustado a Valor Presente
Contraprestação do arrendamento	516.232	245.659
PIS e COFINS potencial (9,25%)	47.751	22.723



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

18. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Moeda nacional	371.399	61.228	1.622.640	1.453.316
Moeda estrangeira ^(a)	19.333	23.776	950.173	370.030
Total	390.732	85.004	2.572.813	1.823.346
Circulante	390.732	85.004	2.572.813	1.818.410
Não circulante	-	-	-	4.936

(a) A variação decorre principalmente dos gastos com consultoria relacionados ao processo de reestruturação no contexto do Chapter 11.

19. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
INSS a recolher	-	15	49.978	35.368
Parcelamentos previdenciários	-	-	248.079	682.054
Salários e ordenados	-	-	79.314	70.893
Férias e 13º Salário	-	-	174.977	153.802
Encargos Sobre Férias e 13º Salário	-	-	61.777	54.429
Participação nos resultados	-	-	195.034	128.452
Outras obrigações trabalhistas	-	-	21.716	18.699
Total	-	15	830.875	1.143.697
Circulante	-	15	632.412	647.729
Não circulante	-	-	198.463	495.968

19.1. Movimentação dos parcelamentos previdenciários

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	375.302
Adições	324.299
Juros e multa	133.204
Pagamentos	(150.751)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	682.054
Saldos em 31 de dezembro de 2023	682.054
Juros e multa	55.047
Pagamentos	(192.645)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	544.456
Redução ref. adesão à Transação Tributária, líquida de adições	(296.377)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	248.079

20. Impostos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
PIS e COFINS	313	241	214	150
Parcelamentos estaduais	-	-	240	864
Parcelamentos federais ^(a)	-	-	691.152	460.656
IRRF sobre salários	6	14	54.074	51.817
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	168	8.543
Outros	33	24	13.929	21.782
Total	352	279	759.777	543.812
Circulante	352	279	137.740	205.261
Não circulante	-	-	622.037	338.551

20.1. Movimentação dos parcelamentos federais

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	341.235
Adições	129.221
Juros e multa	91.546
Pagamentos	(101.346)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	460.656
Saldos em 31 de dezembro de 2023	460.656
Adições	30.067
Juros e multa	52.152
Pagamentos	(132.557)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	410.318
Adesão à Transação Tributária	280.834
Saldos em 31 de dezembro de 2024	691.152

20.2. Adesão à Transação Tributária

Em 30 de dezembro de 2024, a Companhia e sua controlada GLA conjuntamente firmaram o Termo de Transação Individual ("Acordo"), com fundamento no art. 171 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, na Lei 13.988, de 14 de abril de 2020, na Portaria PGFN nº 6.757, de 04 de agosto de 2022 e na Portaria RFB nº 247, de 18 de novembro de 2022, encerrando disputas judiciais e administrativas sobre temas do contencioso tributário federal, classificados como provável, possível e remoto, além da revisão dos parcelamentos existentes de INSS, PIS/COFINS, IRPJ/CSLL junto à RFB e parcelamento de taxas e tarifas junto ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA.

O Termo de Transação individual prevê um desconto de 65% sobre os acréscimos legais (multa, juros e encargos) e a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para liquidação de até 70% do saldo devedor após os descontos aplicados nas multas, juros e encargos legais.

O valor total dos débitos renegociados é de R\$5.923.250, resultando em um saldo a pagar líquido de R\$1.605.904, sendo R\$248.079 de débitos previdenciários, em 60 parcelas e R\$691.152 de débitos não previdenciários e R\$666.673 de débitos junto ao DECEA, ambos em 120 parcelas. Em função da consolidação da Transação Tributária estar em curso, tais valores sofrerão alterações ao longo dos próximos períodos.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A seguir a movimentação do passivo referente ao Acordo de Transação Tributária consolidado:

	Consolidado
Débitos anteriores ao Acordo:	
Contingência tributária provável	251.808
Parcelamentos previdenciários	544.456
Parcelamentos demais impostos federais	410.318
DECEA	666.673
Demais débitos	36.014
Saldo total de débitos anteriores ao Acordo	1.909.269
Provisão adicional ref. adesão	4.013.981
Saldo total da adesão à Transação Tributária	5.923.250
Descontos de encargos financeiros	(2.384.961)
Utilização de prejuízo fiscal e base negativa	(1.932.385)
Saldo a pagar em 31 de dezembro de 2024	1.605.904

Os efeitos da transação no resultado consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 são como segue:

	Consolidado
Classificados em:	
Despesa tributária	1.060.020
Resultado financeiro	56.215
Imposto de renda e contribuição social	(1.456.489)
Ganho líquido	(340.254)

21. Taxas e tarifas aeroportuárias

	Consolidado	
	2024	2023
Parcelamentos DECEA ^(a)	666.673	719.826
Tarifas aeroportuárias	473.075	497.106
Taxa de embarque	534.248	391.862
Outras taxas	31.308	15.648
Total	1.705.304	1.624.442
Circulante	1.105.298	1.018.915
Não circulante	600.006	605.527

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou o parcelamento com o DECEA, conforme nota explicativa nº 20.2.

22. Transportes a executar

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de transportes a executar classificado no passivo circulante era de R\$3.381.456 (R\$3.130.772 em 31 de dezembro de 2023) e está representado por 6.816.805 cupons de bilhetes vendidos e ainda não utilizados (9.014.774 em 31 de dezembro de 2023) com prazo médio de utilização de 62 dias (61 dias em 31 de dezembro de 2023).

Os saldos de transportes a executar são apresentados líquidos do *breakage*, cujo saldo corresponde a R\$638.343 em 31 de dezembro de 2024 (R\$443.444 em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui reembolsos a pagar referentes a transportes não executados no montante de R\$1.753 (R\$11.492 em 31 de dezembro de 2023), registrados como Outras obrigações no passivo circulante.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

23. Programa de milhagem

	Consolidado	
	2024	2023
Programa de milhas	3.163.853	2.739.189
<i>Breakage</i>	(897.746)	(734.316)
Total	2.266.107	2.004.873
Circulante	2.107.793	1.765.664
Não circulante	158.314	239.209

O *breakage* consiste na estimativa de milhas que apresentam alto potencial de expiração devido à sua expectativa de não utilização. O CPC 47, equivalente ao IFRS 15, prevê o reconhecimento da receita pela estimativa (*breakage*) ao longo do período contratual, portanto, antes do resgate das milhas, haja visto que este não é esperado antes da expiração.

O cálculo é realizado com base no comportamento histórico de consumo de milhas dos clientes Smiles, e, através de análise estatística, a Companhia realiza a projeção de resgate e a taxa de não utilização das milhas pelos clientes e reconhece a receita de *breakage* correspondente.

24. Provisões

	Consolidado			
	Benefício pós-emprego	Provisões para devolução de aeronaves e motores	Processos judiciais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	170.584	2.388.709	858.534	3.417.827
Constituição de provisão	-	994.544	676.387	1.670.931
Provisões utilizadas ^(a)	(1.780)	(703.107)	(685.218)	(1.390.105)
Alteração de premissas	28.964	-	-	28.964
Ajuste a valor presente	(49.533)	278.415	-	228.882
Variação monetária e cambial	-	679.996	28.692	708.688
Saldos em 31 de dezembro de 2024	148.235	3.638.557	878.395	4.665.187
Saldos em 31 de dezembro de 2022	113.397	2.601.195	815.211	3.529.803
Constituição de provisão	9.860	519.673	475.854	1.005.387
Provisões utilizadas	(556)	(637.067)	(440.258)	(1.077.881)
Alteração de premissas	32.950	-	-	32.950
Experiência do plano	1.553	-	-	1.553
Ajuste a valor presente	13.380	93.190	-	106.570
Variação monetária e cambial	-	(188.282)	7.727	(180.555)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	170.584	2.388.709	858.534	3.417.827
Em 31 de dezembro de 2024				
Circulante	-	1.102.249	-	1.102.249
Não circulante	148.235	2.536.308	878.395	3.562.938
Total	148.235	3.638.557	878.395	4.665.187
Em 31 de dezembro de 2023				
Circulante	-	737.636	-	737.636
Não circulante	170.584	1.651.073	858.534	2.680.191
Total	170.584	2.388.709	858.534	3.417.827

- (a) As provisões utilizadas consideram: (i) processos judiciais - movimentações relativas às liquidações, reversões de processos judiciais constituídos e baixa de processos tributários em virtude da inclusão na Transação Tributária, conforme nota explicativa nº 20.2; (ii) devolução de aeronaves e motores - movimentações relacionadas às reversões de devoluções de aeronaves e motores aos arrendadores no período.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

24.1. Benefício pós-emprego

A Companhia oferece aos seus colaboradores planos de assistência médica que em decorrência da observação da legislação vigente gera obrigações com benefícios pós-emprego.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apurou perda de experiência decorrente, sobretudo, pelo aumento do número de aposentados com o direito de extensão vitalício, conforme as hipóteses atuariais. Os montantes referentes a alteração da taxa de desconto e experiência do plano foram contabilizados em outros resultados abrangentes.

As premissas atuariais aplicadas na mensuração do benefício pós-emprego estão apresentadas a seguir:

Premissas atuariais	Consolidado	
	2024	2023
Média ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido		
Taxa nominal de desconto (a.a.)	12,02%	9,71%
Taxa real de desconto (a.a.)	7,45%	5,49%
Taxa de inflação estimada no longo prazo (a.a.)	4,25%	4,00%
HCCTR - Taxa de inflação médica nominal (a.a.)	7,64%	7,38%
HCCTR - Taxa de inflação médica real (a.a.)	3,25%	3,25%
Tábua de mortalidade	AT-2000 suavizada em 10%	AT-2000 suavizada em 10%
Média ponderada de premissas para determinar o custo (receita) do benefício definido		
Taxa nominal de desconto (a.a.)	9,71%	11,84%
Taxa real de desconto (a.a.)	5,49%	5,48%
Taxa de inflação estimada no longo prazo (a.a.)	4,00%	5,33%
HCCTR - Taxa de inflação médica nominal (a.a.)	7,38%	8,75%
HCCTR - Taxa de inflação médica real (a.a.)	3,25%	3,25%
Tábua de mortalidade	AT-2000 suavizada em 10%	AT-2000 suavizada em 10%

24.2. Provisões para devolução de aeronaves e motores

Tais provisões consideram os custos que atendem as condições contratuais de devolução de aeronaves e motores arrendados sem opção de compra, bem como para os custos a incorrer de reconfiguração de aeronaves, quando da sua devolução, conforme condições estabelecidas nos contratos de arrendamento. A constituição inicial é registrada em contrapartida ao imobilizado, na rubrica de “Benfeitorias em aeronaves e motores”.

A Companhia possui ainda provisão de devolução de aeronaves e motores registrada em contrapartida do custo dos serviços prestados, considerando as condições atuais das aeronaves e motores e a previsão de utilização até a efetiva devolução. As referidas provisões são mensuradas a valor presente e serão desembolsadas até a devolução das aeronaves e motores.

24.3. Processos judiciais

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em determinados assuntos legais oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos cíveis, administrativos, tributários, previdenciários e trabalhistas.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, constituída de acordo com o CPC 25 - “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”, equivalente ao IAS 37, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Consolidado			
	Perda provável		Perda possível	
	2024	2023	2024	2023
Cíveis	392.070	169.317	128.239	69.923
Trabalhistas	486.325	442.768	288.996	162.216
Tributários	-	246.449	86.817	1.405.541
Total	878.395	858.534	504.052	1.637.680

As provisões são revisadas com base na evolução dos processos e no histórico de perdas através da melhor estimativa corrente.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 20.2, a Companhia celebrou Acordo de Transação Tributária em 30 de dezembro de 2024 com a finalidade de encerrar os processos tributários federais que estavam em andamento. Os processos de natureza tributária apresentados abaixo foram avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo relevantes e de risco possível em 31 de dezembro de 2024:

- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), montante de R\$39.844 (R\$37.332 em 31 de dezembro de 2023) decorrentes de Autos de Infração lavrados pela Prefeitura do Município de São Paulo contra a Companhia, no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2010, referente a uma possível incidência de ISS sobre contratos celebrados com parceiros. A classificação de risco possível decorre do fato de que as matérias em discussão são interpretativas, além de envolverem discussões de matérias fático-probatórias, bem como por não haver posicionamento final dos Tribunais Superiores.

Existem outros processos de natureza tributária avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$46.973 (R\$236.751 em 31 de dezembro de 2023) que somados com os processos acima totalizam o montante de R\$86.817 em 31 de dezembro de 2024 (R\$1.405.540 em 31 de dezembro de 2023).

As ações de natureza cível são relacionadas principalmente às ações indenizatórias em geral relacionadas a atrasos e cancelamentos de voos, extravios e danos a bagagens. No quarto trimestre de 2024, a Companhia realizou a revisão da metodologia de reconhecimento de provisões para contingências do cível consumerista, passando a considerar a curva histórica das perdas de acordo com a natureza dos processos, baseada em dados internos de avaliação jurídica e de assessores externos. Tal aprimoramento representa maior assertividade e tempestividade do comportamento e tempo médio de atuação do judiciário relacionados a tais processos. O impacto pontual desse aprimoramento no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$92.902.

As ações de natureza trabalhista consistem, essencialmente, em temas relacionados a horas extras, adicional de periculosidade, adicional de insalubridade e diferenças salariais.

25. Provisão para perda em investimentos

25.1. Composição dos investimentos

As informações dos investimentos estão demonstradas a seguir:

	Controladora	
	2024	2023
GOL Linhas Aéreas (GLA)		
Quantidade total de ações	4.198.483.614	4.198.483.614
Capital social	6.947.111	6.947.111
Percentual de participação	100%	100%
Patrimônio líquido (negativo)	(22.692.412)	(16.376.094)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(6.463.119)	1.372.958



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

25.2. Movimentação dos investimentos

	GLA
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(16.376.094)
Resultado de equivalência patrimonial	(6.463.119)
Resultados não realizados de <i>hedge</i>	89.726
Variação cambial de conversão de investimento no exterior	(293)
Ganhos atuariais de benefício pós-emprego	49.534
Remuneração baseada em ações	7.834
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(22.692.412)

	GLA
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(17.910.984)
Resultado de equivalência patrimonial	1.372.958
Resultados não realizados de <i>hedge</i>	252.576
Variação cambial de conversão de investimento no exterior	(64.318)
Perdas atuariais de benefício pós-emprego	(34.503)
Remuneração baseada em ações	8.177
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(16.376.094)

26. Obrigações com arrendadores

	Consolidado	
	2024	2023*
Custos com devolução e outros	308.787	269.895
<i>Unsecured claim</i> (a)	408.237	-
Financiamento de manutenção (b)	389.924	-
Total	1.106.948	269.895

Circulante	801.011	181.669
Não circulante	305.937	88.226

(*) O saldo de custos com devolução e outros estavam apresentados na rubrica "Fornecedores" na demonstração financeira do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(a) Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía R\$408.237 de obrigações não garantidas oriundas das renegociações e rejeições com os arrendadores de aeronaves no processo do *Chapter 11* e que não possuem prioridade sob o *Bankruptcy Code*. Dadas as características das reclamações não garantidas, essas obrigações são excluídas dos fluxos de pagamento e representam valores que serão liquidadas quando a Companhia sair do *Chapter 11*.

(b) Em 2024, a Companhia assinou os aditivos contratuais com SMBC e Fortress/Carlyle envolvendo o financiamento de parte do custo total de manutenção de 19 motores, com prazo de pagamento em 5 anos ou até a data de devolução da aeronave, sem garantias. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo a pagar era de R\$389.924, sendo o valor justo de R\$378.173.

	2024
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2024	-
Captação	573.822
Juros	11.717
Pagamento de principal	(199.310)
Pagamento de juros	(10.283)
Variação Cambial	13.978
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	389.924



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

27. Patrimônio líquido

27.1. Capital social

No dia 18 de janeiro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia homologou aumento de capital social no valor de R\$1.470, por meio da subscrição de 561.014, ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, decorrentes do exercício de opção de compra de ações outorgadas aos colaboradores elegíveis no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações.

No dia 26 de março de 2024, o Conselho de Administração da Companhia homologou aumento de capital social no valor de R\$2.918, por meio da subscrição e integralização de 1.113.917, ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, decorrentes do exercício de opção de compra de ações outorgadas aos colaboradores elegíveis no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia era de R\$4.045.049 (R\$4.040.661 em 31 de dezembro de 2023), representado por 3.202.276.835 ações, sendo 2.863.682.500 ações ordinárias e 338.594.335 ações preferenciais (3.200.601.904 ações, sendo 2.863.682.500 ações ordinárias e 336.919.404 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2023). O capital social indicado acima encontra-se reduzido dos custos com emissão de ações no valor de R\$157.495 em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

A composição acionária da Companhia está apresentada a seguir:

	2024			2023		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Abra MOBI LLP (a) (b) (c)	50,00%	19,37%	25,33%	50,00%	18,77%	24,86%
Abra Kingsland LLP (c)	50,00%	19,37%	25,33%	50,00%	18,77%	24,86%
American Airlines Inc.	-	6,56%	5,29%	-	6,59%	5,30%
Abra Group Limited	-	3,76%	3,03%	-	3,75%	3,02%
Outros	-	1,42%	1,14%	-	1,46%	1,18%
Mercado	-	49,52%	39,88%	-	50,66%	40,78%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(a) No contexto das *Exchangeable Senior Notes* 2024, emitidas em 2019, a MOBI emprestou até 14.000.000 ADSs ao Bank of America Corporation, que opera o mecanismo de empréstimo de ADSs, a fim de facilitar as transações de derivativos negociados de forma privada ou outras atividades de hedge relacionadas às *Exchangeable Senior Notes*. Em 11 de agosto de 2023 e 09 de setembro de 2024, foram canceladas 9.522.240 e 4.477.760 ADSs, respectivamente, e as ações preferenciais de emissão da GOL subjacentes a tais ADSs foram entregues à Abra MOBI LLP e à Abra Kingsland LLP.

(b) Refere-se a entidades jurídicas controladas pelos acionistas controladores (família Constantino).

(c) No contexto do acordo entre o acionista controlador e os principais acionistas da Avianca, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a MOBI FIA transferiu 100% das ações ordinárias da Companhia para a Abra. Neste mesmo período, a Abra transferiu 50% das ações ordinárias da Companhia de sua propriedade para a Abra Kingsland LLP e 50% das ações ordinárias para a Abra MOBI LLP. A Abra detém 99,99% dos direitos econômicos da Abra MOBI LLP e Abra Kingsland LLP.

O capital social autorizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$17 bilhões. Dentro do limite autorizado, a Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária, mediante a emissão de ações, sem guardar proporção entre as diferentes espécies de ações. Nos termos da Lei, nos casos de aumento de capital dentro do limite autorizado, o Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

27.2. Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 2.109 ações em tesouraria, totalizando R\$72 (50.112 ações no valor de R\$1.709 em 31 de dezembro de 2023). Em 31 de dezembro de 2024, a cotação de fechamento de mercado das ações da Companhia era de R\$1,30 (R\$8,97 em 31 de dezembro de 2023).



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

28. Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado através da divisão do resultado líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores da Companhia pela quantidade média ponderada de todas as classes de ações em circulação durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui duas categorias de ações potencialmente dilutivas (as dívidas conversíveis em ações (ESSN) e as opção de compra de ações), conforme descrito nas notas explicativas 16 e 28.

O resultado por ação da Companhia foi determinado conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado					
	2024			2023		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador						
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas controladores	(1.180.759)	(4.886.344)	(6.067.103)	(238.851)	(983.408)	(1.222.259)
Denominador						
Média ponderada de ações em circulação (em milhares)	2.863.683	338.596		2.863.683	336.821	
Média ponderada ajustada de ações em circulação e conversões presumidas diluídas (em milhares)	2.863.683	338.596		2.863.683	336.821	
Prejuízo básico e diluído por ação	(0,412)	(14,431)		(0,083)	(2,920)	

Em função do prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os instrumentos potencialmente conversíveis não foram considerados na quantidade total de ações em circulação para determinação do prejuízo diluído por ação por terem um efeito anti-dilutivo.

29. Remuneração baseada em ações

A Companhia possui dois planos de remuneração adicional a seus executivos: o Plano de opção de compra de ações ("Plano de opções") e o Plano de ações restritas, ambos visam estimular e promover o alinhamento dos objetivos da Companhia, dos administradores e dos empregados, e mitigar os riscos na geração de valor da Companhia pela perda de seus executivos, fortalecendo o comprometimento e a produtividade desses nos resultados de longo prazo.

29.1. Plano de opção de compra de ações - GOL

Os beneficiários das opções de ações poderão adquirir as ações pelo preço estabelecido na data da outorga após o período de 3 ou 4 anos da data de concessão, na condição de que o beneficiário tenha mantido seu vínculo empregatício durante esse período.

As opções exercíveis em 3 anos tornam-se exercíveis à taxa de 20% no primeiro ano, 30% adicionais no segundo e 50% remanescentes no terceiro ano. Para os planos de opções de ações exercíveis em 4 anos os beneficiários poderão exercer 20% no primeiro ano, 20% no segundo ano, 30% no terceiro ano e 30% no quarto ano.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Em todos os casos, as opções podem ser exercidas em até 10 anos após a data da concessão. Em todos os planos de opções, a volatilidade esperada baseia-se na volatilidade histórica dos 252 dias úteis das ações da Companhia negociadas na B3.

Ano da opção	Data da aprovação	Total de opções outorgadas	Total de opções em circulação	Preço de exercício da opção (em Reais)	Valor justo médio na data da concessão (em Reais)	Volatilidade estimada do preço da opção	Dividendo esperado	Taxa de retorno livre de risco	Maturidade remanescente média em anos
2015	11/08/2015	1.930.844	169.764	9,35	3,37 (a)	55,57%	5,06%	13,25%	0,5
2016	30/06/2016	5.742.732	0	2,62	1,24 (b)	98,20%	6,59%	14,25%	1,4
2017	08/08/2017	947.767	176.733	8,44	7,91 (c)	80,62%	1,17%	11,25%	2,5
2018	24/05/2018	718.764	168.760	20,18	12,68 (d)	55,58%	0,60%	6,50%	3,3
2019	28/10/2019	1.749.223	336.250	25,40	12,10 (e)	61,98%	3,17%	9,00%	4,7
2020	30/07/2020	760.986	149.952	20,57	14,44 (f)	71,37%	0,92%	6,24%	5,5
2021	28/07/2021	658.189	189.965	21,05	14,44 (f)	74,34%	0,00%	8,85%	6,5
2022	26/10/2022	4.168.040	1.718.862	10,26	6,23(g)	75,23%	0,00%	12,76%	7,8
Total		16.676.545	2.910.286	13,66					19,89

(a) Valor justo calculado pela média dos valores R\$3,61, R\$3,30 e R\$3,19 para os respectivos períodos de *vesting* (2015, 2016 e 2017).

(b) Valor justo foi calculado pela média dos valores R\$1,29, R\$1,21 e R\$1,22 para os respectivos períodos de *vesting* (2016, 2017 e 2018).

(c) Valor justo calculado pela média dos valores R\$8,12, R\$7,88 e R\$7,72 para os respectivos períodos de *vesting* (2017, 2018 e 2019).

(d) Valor justo calculado pela média dos valores R\$13,26, R\$12,67 e R\$12,11 para os respectivos períodos de *vesting* (2018, 2019 e 2020).

(e) Valor justo calculado pela média dos valores R\$12,90, R\$12,32 e R\$11,65 para os respectivos períodos de *vesting* (2019, 2020 e 2021).

(f) Valor justo calculado pela média dos valores R\$15,39, R\$14,89, R\$14,31 e R\$13,64 para os respectivos períodos de *vesting* (2020, 2021, 2022 e 2023).

(g) Valor justo calculado pela média dos valores R\$6,79, R\$6,50, R\$6,15 e R\$5,74 para os respectivos períodos de *vesting* (2021, 2022, 2023 e 2024).

O valor da ação da Companhia negociada na B3 em 31 de dezembro de 2024 era de R\$1,30 (R\$8,97 em 31 de dezembro de 2023).

A movimentação das opções de ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 está demonstrada a seguir:

	Total de opções de ações	Preço médio ponderado de período
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2022	8.072.765	13,00
Opções recompradas ou canceladas	(1.452.148)	3,97
Opções exercidas	(224.983)	2,79
Ajustes na estimativa de direitos expirados	(1.374.938)	13,47
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2023	5.020.696	12,38
Opções exercidas	(1.113.917)	2,62
Ajustes na estimativa de direitos expirados	(996.493)	12,35
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2024	2.910.286	12,91
Quantidade de opções exercíveis em:		
31 de dezembro de 2023	4.655.951	13,60
31 de dezembro de 2024	4.656.792	13,26

A despesa reconhecida no resultado do período correspondente aos planos de opções de ações no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$4.884 (R\$9.631 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

29.2. Plano de ações restritas - GOL

O quadro abaixo apresenta os planos que possuem ações transferíveis em 31 de dezembro de 2024.

Ano da ação	Data da aprovação	Total de ações outorgadas	Total de ações transferíveis	Preço médio na data da concessão
2018	24/05/2018	773.463	-	20,18
2020	30/07/2020	801.311	-	20,57
2021	30/04/2021	858.068	519.430	21,05
2022	26/10/2022	637.830	548.207	10,26
Total		3.070.672	1.067.637	

A movimentação do total das ações restritas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 está demonstrada a seguir:

	Total de ações restritas
Ações restritas em 31 de dezembro de 2022	2.135.887
Ações transferidas	(950.941)
Ações canceladas e ajustes na estimativa de direitos expirados	(101.901)
Ações restritas em 31 de dezembro de 2023	1.083.045
Ações transferidas	(5.395)
Ações canceladas e ajustes na estimativa de direitos expirados	(10.013)
Ações restritas em 31 de dezembro de 2024	1.067.637

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia transferiu 5.395 ações em tesouraria para liquidação do plano de ações restritas. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui 1.067.637 ações restritas (1.083.045 em 31 de dezembro de 2023).

A despesa reconhecida no resultado do período correspondente aos planos de ações restritas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$2.949 (R\$7.121 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

30. Transações com partes relacionadas

30.1. Contratos de mútuos - ativo e passivo não circulante

A Controladora mantém mútuos ativos e passivos com a controlada GLA, sem avais e garantias, conforme quadro a seguir:

Credor	Devedor	Tipo de operação	Taxa de juros (a.a.)	Ativo		Passivo	
				2024	2023	2024	2023
GOL	GLA	Mútuo	2,94%	502.081	626.230	3.361	3.333
GAC	GLA	Mútuo	4,49%	3.855.967	1.067.015	174.054	133.430
Gol Finance	GLA	Mútuo	4,56%	9.709.566	5.888.008	-	-
Total				14.067.614	7.581.253	177.415	136.763



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Além dos valores acima, o quadro a seguir demonstra os demais saldos entre as Companhias eliminados no Consolidado:

					Saldos	
Credor	Devedor	Tipo de operação	Vencimento dos contratos	Taxa de juros (a.a.)	2024	2023
Gol Finance	GOL	Bônus de subscrição (a)	07/2024	-	602.350	602.350
Gol Finance	GOL	Bônus de subscrição (b)	03/2028	18,00%	5.792.998	5.792.998
Gol Finance Inc.	GAC	Mútuo	01/2023	8,64%	1.348.923	1.067.745
Gol Finance	GAC	Mútuo	02/2027	6,26%	3.850.676	954.159
Gol Finance	Gol Finance Inc.	Mútuo	01/2024	0,96%	775.278	569.819
Gol Finance Inc.	Gol Finance	Mútuo	03/2020	12,10%	22.594	1.681
GLAI	Gol Finance	Repasse	-	-	174.405	136.435
GLA	Smiles Viagens	Repasse	-	-	19.903	(4.064)
Smiles Argentina	GLA	Repasse	-	-	1.572	10.369
Total					12.588.699	9.131.492

(a) A controlada Gol Finance, por meio da Gol Equity Finance, adquiriu o bônus de subscrição emitido pela Companhia no âmbito do *Exchangeable Senior Notes*.

(b) Emissão de *Exchangeable Senior Secured Notes* ("ESSN") pela Gol Equity Finance em setembro de 2023, com vencimento em 2028.

Em 31 de dezembro de 2024, a receita financeira decorrente dos mútuos entre partes relacionadas é de R\$242.584 (R\$287.551 em 31 de dezembro de 2023).

30.2. Serviços de transporte

No decorrer de suas operações, a Companhia, por si e por meio de suas subsidiárias celebrou contratos com as empresas listadas a seguir, que são de propriedade dos principais acionistas da Companhia:

- **Expresso Caxiense S.A.:** Prestação de serviços de transporte de passageiros na ocorrência de voo interrompido, com vigência até janeiro de 2025; e
- **Viação Piracicabana S.A.:** Prestação de serviços de transporte de passageiros, bagagens, tripulantes e colaboradores entre aeroportos, com vigência até setembro de 2026.
- **Aller Participações S.A.:** Prestação de Serviços de regulamentação da aquisição dos serviços de transporte aéreo de cargas, prestados nos voos regulares ou de congêneres ou em aeronaves, especialmente fretadas, com vigência indeterminada.
- **Limmat Participações S.A.:** Prestação de Serviços de regulamentação da aquisição dos serviços de transporte aéreo de cargas, prestados nos voos regulares ou de congêneres ou em aeronaves, especialmente fretadas, com vigência indeterminada.

Em 31 de dezembro de 2024 a controlada GLA reconheceu uma despesa total referente a esses serviços de R\$55 (R\$3.000 em 31 de dezembro de 2023). Na mesma data, não há saldo a ser pago na rubrica de fornecedores às empresas ligadas (R\$55 em 31 de dezembro de 2023).

30.3. Contratos de abertura de conta UATP (“Universal Air Transportation Plan”) com concessão de limite de crédito

A controlada GLA celebrou contratos de abertura de conta UATP com as partes relacionadas indicadas a seguir: Aller Participações S.A.; BR Mobilidade Baixada Santista S.A.; Comporte Participações S.A. (“Comporte”); Empresa Cruz de Transportes Ltda.; Empresa Princesa do Norte S.A.; Expresso Itamarati S.A.; Expresso Maringá do Vale S.A.; Expresso União Ltda.; Glarus Serviços Tecnologia e Participações S.A.; Limmat Participações S.A.; Quality Bus Comércio de Veículos S.A.; Super Quadra Empreendimentos Imobiliários S.A.; Thurgau Participações S.A.; Transporte Coletivo Cidade Canção Ltda.; Turb Transporte Urbano S.A.; Vaud Participações S.A.; e Viação Piracicabana Ltda.; com prazo indeterminado, cuja finalidade é a emissão de créditos para a compra de passagens aéreas emitidas pela Companhia. A conta UATP (cartão virtual) é aceita como meio de pagamento na compra de passagens aéreas e serviços relacionados, buscando simplificar o faturamento e viabilizar o pagamento entre as companhias participantes.

Esses contratos foram celebrados em condições negociadas entre as partes, em linha com as que prevalecem em transações que a Companhia contrataria com terceiros. As empresas indicadas acima são de propriedade dos principais acionista da Companhia.

30.4. Acordo de parceria comercial de transporte multimodal

A controlada GLA celebrou um Acordo de parceria comercial com empresas União Transporte de Encomendas e Comércio de Veículos Ltda., que incorporou a Cruz Encomendas Rodoviárias Ltda., Itamarati Express Transporte de Cargas e Encomendas Ltda., (em conjunto, “Grupo Comporte”), e Tex Transporte de Encomendas Expressas Ltda., cuja finalidade é a prestação de serviços de transporte multimodal, incluindo o transporte rodoviário de cargas pelas parceiras e os serviços de transporte aéreo pela GLA. Para a consecução do Acordo a GLA celebrou com cada uma das empresas um Contrato de prestação de serviços de transportes multimodal. As partes serão remuneradas pelo valor do serviço relativo ao trecho operado por cada parte, mediante emissão do respectivo CTe, de acordo com os valores estabelecidos nas tabelas de preços praticados por cada Parte.

Esses contratos foram celebrados em condições negociadas entre as partes, em linha com as que prevalecem em transações que a Companhia contrataria com terceiros. As empresas indicadas acima são de propriedade dos principais acionista da Companhia.

30.5. Acordo de parceria comercial Pagol Participações Societárias Ltda (“Pagol”)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a controlada da Companhia firmou três contratos com a parte relacionada Pagol Participações Societárias Ltda (“Pagol”).

Em janeiro de 2022, celebrou com a Pagol Participações Societárias Ltda. (“Pagol”) Acordo Comercial para divulgação dos produtos financeiros ofertados pela Pagol para os clientes, fornecedores e seus colaboradores. Este Acordo tem vigência de 10 anos e sua implementação depende de condições precedentes estabelecidas em contrato, com a possibilidade da GLA receber uma receita de comissão, a ser negociada entre as partes, de acordo com os produtos ofertados. Posteriormente, em 04 de abril de 2023, as Partes incluíram a Pagol Sociedade de Crédito Direto S.A. como parte no Acordo.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Em agosto de 2022 no âmbito do acordo comercial, firmou um convênio para Intermediação de Operações de Cessão de Crédito, que possibilita que os fornecedores da companhia antecipem seus recebíveis com a Pagol Fundo de Investimento em Direito Creditórios. Ainda no âmbito do acordo comercial, em maio de 2023, a GLA firmou o Termo de Convênio para Concessão de Crédito Consignado Privado com a Pagol Sociedade de Crédito Direto S.A., com o intuito de conceder empréstimo(s) e financiamento(s), aos seus funcionários.

Ainda em 2022, no mês de novembro firmou um acordo para a adesão da Pagol Sociedade de Crédito S.A. ("Pagol SCD") ao Programa Smiles, para aquisição e concessão dos direitos de resgates substanciados nas milhas Smiles aos seus clientes, como forma de incentivo à aquisição dos produtos/serviços oferecidos pela Pagol SCD. O valor será pago pela Pagol SCD, mensalmente, correspondente as milhas adquiridas no período. Em outubro de 2023, as partes firmaram o 3º aditivo ao contrato, incluindo a Pagol como parceira, bem como a Smiles Fidelidade. Em fevereiro de 2024, as Partes firmaram o 6º aditivo com objetivo de prorrogar a vigência até janeiro de 2025. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou transações deste acordo no montante total de R\$149.211, tendo R\$14.419 registrados no grupo de contas a receber nesta data.

Em junho de 2023, firmou Contrato Operacional de Resgate com a Pagol SCD, que tem por finalidade a disponibilização de créditos da Pagol para realização de resgates, por meio de sistema de resgate de milhas Smiles do programa Smiles. Ainda nesse sentido, em dezembro de 2023, a controlada GLA firmou Termo de Parceria com a Pagol SCD pelo qual concederá aos colaboradores da Pagol SCD um incentivo na aquisição de milhas da GLA.

E em novembro de 2024, a controlada GLA firmou com a Empresas de Transporte de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios o Contrato de Cessão e Aquisição sem Coobrigação de Direitos de Crédito e Outras Avenças, para a cessão dos seus direitos de créditos originados da prestação de serviços de transporte aéreo de passageiros regular a seus clientes e terceiros.

Esses contratos foram celebrados em condições negociadas entre as partes, em linha com as que prevalecem em transações que a Companhia contrataria com terceiros. A empresa indicada acima é de propriedade dos principais acionistas da Companhia.

30.6. Acordo de parceria comercial Comporte

Em 2022 a Companhia firmou um acordo com a parte relacionada Comporte Participações S.A, cujo objeto é a venda antecipada de milhas Smiles para a Comporte ofertar a seus clientes direta ou indiretamente.

O contrato firmou a venda antecipada de milhas Smiles no valor de R\$70.000 que foram pagos em dezembro de 2022 e consumidos integralmente no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Este Acordo tem vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura ou quando o lote de Milhas Smiles adquiridas se acabarem, o que ocorre primeiro, podendo o prazo ser prorrogado mediante mútuo acordo entre as Partes. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a controladora GLA não realizou transações referentes a esses serviços.

Esse contrato foi celebrado em condições negociadas entre as partes, em linha com as que prevalecem em transações que a Companhia contrataria com terceiros. A empresa indicada acima é de propriedade dos principais acionistas da Companhia.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

30.7. Garantidor/fiador em contrato de locação - AAP Administração Patrimonial S.A.

Em dezembro de 2023 a AAP Administração Patrimonial S.A. atuou como garantidora da Companhia no Instrumento Particular de Contrato Atípico de Locação celebrado pela controlada GLA e o Mais Shopping Fundo de Investimento Imobiliário para a instalação de uma agência para venda de passagens aéreas e pacote de viagens, com prazo de vigência de 48 (quarenta e oito) meses, a partir de 30 de novembro de 2023 e término em 29 de novembro de 2027.

Esse contrato foi celebrado em condições negociadas entre as partes, em linha com as que prevalecem em transações que a Companhia contrataria com terceiros. A empresa indicada acima é de propriedade dos principais acionistas da Companhia.

30.8. Support Agreement - Abra

No contexto da operação firmada junto ao acionista controlador, em março de 2023, a Companhia e a Abra assinaram o *Support Agreement* com o compromisso da Abra de investir na Companhia por meio da emissão de *Senior Secured Notes* com vencimento em 2028. Os valores relacionados a esta operação estão registrados na rubrica “Empréstimos e Financiamentos”.

30.9. Acordos com a Avianca

No contexto da formação da Abra, a Aerovias del Continente Americano S.A. (“Avianca”) tornou-se uma parte relacionada. A controlada GLA possui os seguintes contratos com as empresas do grupo Avianca: (i) *Codeshare Agreement*, assinado em outubro de 2019, para compartilhamento de seus códigos aéreos de forma a expandir a oferta de tráfego aéreo entre as empresas negociantes aos seus clientes; (ii) *Frequent Flyer and Loyalty Program Participation Agreement*, firmado em julho de 2020, para participação mútua do Programa de Fidelidade - Smiles e LifeMiles; (iii) *Special Prorate Agreement*, renovado anualmente, tendo o último celebrado em 17 de abril de 2024, para definir metodologias de rateio para fins de compartilhamento de receita entre as companhias aéreas; (iv) *Reciprocal Lounge Access Agreement*, assinado em setembro de 2023, para compartilhamento de acesso ao lounge de seus clientes; (v) *Participation Agreement*, celebrado em 01 de dezembro de 2023 para participação em programa de milhagem, e (vi) *Special Passenger Protection Agreement*, celebrado em 15 de outubro de 2024, uma parceria para a proteção dos passageiros.

Esses Contratos foram celebrados em condições negociadas entre as partes, em linha com as que prevalecem em acordos que a Companhia firmaria com outras companhias aéreas.

30.10. Remuneração do pessoal-chave da Administração

	Consolidado	
	2024	2023
Salários, bônus e benefícios ^(a)	73.172	44.229
Encargos sociais	6.598	11.700
Remuneração baseada em ações	16.495	17.221
Total	96.265	73.150

(a) Inclui remuneração de membros da Administração, Conselho de Administração, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho Fiscal.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

31. Receita de vendas

	Consolidado	
	2024	2023
Transporte de passageiros (a)	17.273.129	17.253.631
Transporte de cargas	1.271.497	964.240
Receita de milhas	655.466	622.018
Outras receitas	141.357	108.927
Receita bruta	19.341.449	18.948.816
Impostos incidentes (b)	(211.876)	(174.792)
Receita líquida	19.129.573	18.774.024

- (a) Do montante total, o valor de R\$499.666 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é composto por receitas de taxas de não comparecimento de passageiros, remarcação, cancelamento de passagens (R\$377.829 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023).
- (b) As alíquotas do PIS e da COFINS sobre as receitas decorrentes da atividade de transporte aéreo regular de passageiros auferidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram reduzidas a 0 (zero) com a edição da Medida Provisória 1.147/2022, convertida na Lei 14.592/2023.

A receita por localidade geográfica é como segue:

	2024	%	2023	%
Doméstico	16.017.826	83,7%	16.365.889	87,2%
Internacional	3.111.747	16,3%	2.408.135	12,8%
Receita líquida	19.129.573	100,0%	18.774.024	100,0%

32. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custos dos serviços prestados				
Pessoal	-	-	(1.829.322)	(1.706.849)
Combustíveis e lubrificantes	-	-	(5.329.103)	(5.950.351)
Material de manutenção e reparo	-	-	(1.910.553)	(1.364.612)
Gastos com passageiros	-	-	(812.667)	(811.703)
Prestação de serviços	-	-	(322.466)	(240.700)
Tarifas de pouso e decolagem	-	-	(1.006.986)	(901.156)
Depreciação e amortização	-	-	(1.738.673)	(1.532.317)
Outros custos operacionais	-	-	(435.173)	(470.967)
Total custos dos serviços prestados	-	-	(13.384.943)	(12.978.655)
Despesas comerciais				
Pessoal	-	-	(45.342)	(42.592)
Prestação de serviços	-	-	(264.517)	(227.633)
Comerciais e publicidade	(155)	(261)	(958.705)	(918.583)
Outras despesas comerciais	-	-	(60.160)	(69.435)
Total despesas comerciais	(155)	(261)	(1.328.724)	(1.258.243)
Despesas administrativas				
Pessoal (a)	(12.825)	(4.308)	(1.105.269)	(773.214)
Prestação de serviços	(19.776)	(91.366)	(698.318)	(740.879)
Depreciação e amortização	-	-	(152.564)	(134.942)
Condenações em processos	(1.032)	(2.764)	(342.926)	(209.328)
Transação tributária (b)	-	-	(1.060.020)	-
Provisão para perdas	-	-	(94.083)	-
Despesas de hospedagem	-	-	(79.970)	(76.610)
Seguros em geral	(64.153)	(21.950)	(81.284)	(34.575)
Outras despesas administrativas	(1.215)	(2.112)	(320.591)	(123.821)
Total despesas administrativas	(99.001)	(122.500)	(3.935.025)	(2.093.369)
Total	(99.156)	(122.761)	(18.648.692)	(16.330.267)

- (a) A Companhia reconhece as despesas com o Comitê de Auditoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal na rubrica de "Pessoal".
- (b) A Companhia aderiu a transação tributária, conforme NE 20.2.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

33. Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Despesas com reestruturação				
Renegociações com arrendadores de aeronaves	-	-	32.878	-
Serviços de consultoria e assessoria	(888.928)	-	(993.771)	-
Outros serviços e despesas	-	-	(7.182)	-
Total despesas com reestruturação^(a)	(888.928)	-	(968.075)	-
Outras (despesas) receitas operacionais				
Transações de <i>sale-leaseback</i> ^(b)	284.698	269.912	229.975	428.578
Indenização de terceiros ^(c)	-	-	-	209.836
Recuperação de tributos pagos	-	-	6.933	93.697
Custo de baixa de ativo imobilizado	-	-	58.955	(54.590)
Reversão para perdas ativo permanente	-	-	9.298	(25.887)
Bônus e recall de peças aeronáuticas	-	-	27.511	24.149
Recuperação de despesas	-	-	45.704	49.796
Outros ^(d)	5.145	(3.777)	(87.830)	169.642
Total outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	289.843	266.135	290.546	895.221
Total	(599.085)	266.135	(677.529)	895.221

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme descrito na nota explicativa nº 1.2, a Companhia incorreu em despesas corporativas gerais e custos relacionados ao processo de reestruturação do *Chapter 11*, incluindo modificações decorrentes de extensão contratual com junto aos arrendadores de aeronaves.

(b) Transações de *sale-leaseback* - Vide nota explicativa nº 17.2.

(c) Refere-se a indenização recebida num processo de arbitragem perante a Corte Internacional de Arbitragem contra os vendedores da VRG e seus acionistas controladores relacionada à ajuste de preço de compra, liquidado em junho de 2023, no total de US\$42.000, equivalente a R\$204.330 na data do recebimento.

(d) Inclui como parte o impacto relativo as renegociações das operações com arrendadores conforme nota explicativa nº 1.2.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

34. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Ganhos sobre aplicações financeiras	78.190	6.228	144.559	211.118
Ganho com recompra de títulos	-	37.818	-	37.818
Descontos obtidos	34	5	38.220	14.410
Receita juros com venda parcelada	-	-	33.884	22.488
Outros (a) (b)	238.775	465.342	14.746	286.427
Total receitas financeiras	316.999	509.393	231.409	572.261
Despesas financeiras				
Juros e custos sobre empréstimos e financiamentos	(2.981.454)	(1.679.625)	(3.153.903)	(1.880.381)
Juros de operações de arrendamento	-	-	(1.325.549)	(1.226.101)
Juros sobre provisão para devolução de aeronaves	-	-	(282.074)	(93.190)
Comissões, despesas bancárias e juros sobre outras operações	(10.381)	(16.030)	(494.424)	(722.200)
Outros (c)	(14.580)	(349)	(537.295)	(323.110)
Total despesas financeiras	(3.006.415)	(1.696.004)	(5.793.245)	(4.244.982)
Instrumentos financeiros derivativos				
Direito de conversão e derivativos - ESN, líquido (d)	5.073.178	(1.766.819)	5.073.178	(1.766.819)
Outros instrumentos financeiros derivativos, líquido	-	-	(20.109)	(33.511)
Total instrumentos financeiros derivativos	5.073.178	(1.766.819)	5.053.069	(1.800.330)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(1.289.506)	305.140	(6.748.360)	1.177.292
Total	1.094.256	(2.648.290)	(7.257.127)	(4.295.759)

- (a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, do montante total individual e consolidado, R\$3.538 e R\$24.468, respectivamente, referem-se ao PIS e COFINS incidentes sobre receitas financeiras auferidas, de acordo com o Decreto nº8.426 de 1º de abril de 2015 (R\$2.394 e R\$10.850 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).
- (b) O montante registrado em Outros na Controladora, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, inclui juros de mútuo no montante do valor de R\$241.326 (R\$288.839 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).
- (c) Inclui como parte o impacto relativo à constituição da dívida após a renegociação com o arrendador AerCap descrito nota explicativa nº 16.1.6.
- (d) Vide nota explicativa nº 36.2 (ESN e Capped call).

35. Compromissos

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui 96 pedidos firmes (101 em 31 de dezembro de 2023) junto a Boeing para aquisição de aeronaves. Estes compromissos de compra de aeronaves incluem estimativas para aumentos contratuais dos preços durante a fase de construção. O valor presente dos pedidos firmes em 31 de dezembro de 2024, considerando uma estimativa dos descontos contratuais, corresponde a aproximadamente R\$24.020.887 (R\$18.827.647 em 31 de dezembro de 2023), equivalente a US\$3.879.154 (US\$3.888.965 em 31 de dezembro de 2023), e estão segregados conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
2024	-	3.882.344
2025	3.391.144	3.349.889
Após 2026	20.629.743	11.595.414
Total	24.020.887	18.827.647

Do total de compromissos apresentados acima, a Companhia deverá desembolsar o montante de R\$8.058.466 (correspondendo a US\$1.301.366 em 31 de dezembro de 2024) a título de adiantamentos para aquisição de aeronaves, conforme fluxo financeiro abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
2024	-	1.439.432
2025	1.248.113	1.132.693
Após 2026	6.442.087	3.828.561
Total	8.058.446	6.400.686

35.1. Compromisso de compra de combustível

A Companhia possui compromisso de aquisição futura de combustível aeronáutico com preço fixo para utilização na sua operação que complementam a sua estratégia de gerenciamento de risco de exposição. Em 31 de dezembro de 2024, os compromissos de compra até 2024 totalizam R\$1.332.953.

36. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

As atividades operacionais expõem a Companhia e suas controladas aos riscos financeiros de mercado, de crédito e de liquidez. Tais riscos podem ser mitigados através da utilização de operações de compra de combustível antecipada com o distribuidor (“contrato de preço fixo”) e derivativos do tipo *swaps*, contratos futuros e opções, no mercado de petróleo, dólar e juros.

A gestão dos instrumentos financeiros é efetuada pelo Comitê de Política Financeira (“CPF”) em consonância com as Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Comitê de Políticas de Riscos (“CPR”) e submetidas ao Conselho de Administração. O CPR estabelece as diretrizes, limites e acompanha os controles, incluindo os modelos matemáticos adotados para o monitoramento contínuo das exposições e possíveis impactos financeiros, além de coibir a exploração de operações de natureza especulativa com instrumentos financeiros.

A Companhia não contrata instrumentos de proteção para a totalidade da exposição de riscos, estando, portanto, sujeita às variações de mercado para uma parcela significativa de seus ativos e passivos expostos aos riscos supracitados. As decisões sobre a parcela a ser protegida consideram os riscos financeiros e os custos de tal proteção e são determinadas e revisadas no mínimo mensalmente, em consonância com as estratégias do CPR. Os resultados auferidos das operações e a aplicação dos controles para o gerenciamento de riscos fazem parte do monitoramento feito pelo Comitê e têm sido satisfatórios aos objetivos propostos.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

36.1. Classificação contábil de instrumentos financeiros

As classificações contábeis dos instrumentos financeiros consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 31 dezembro de 2023 estão identificadas a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	Mensurados a valor justo por meio de resultado		Custo amortizado		Mensurados a valor justo por meio de resultado		Custo amortizado	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Ativo								
Equivalentes de caixa	1.338.759	588	-	-	1.696.936	36.049	-	-
Aplicações financeiras	1.540	3.826	-	-	432.512	458.537	-	-
Contas a receber	-	-	-	-	-	-	3.155.430	825.196
Depósitos ^(a)	-	-	-	-	-	-	2.850.198	1.982.399
Direitos com operações de derivativos	-	80	-	-	-	810	-	-
Créditos com empresas relacionadas	-	-	14.067.614	7.581.253	-	-	-	-
Outros créditos e valores	-	-	188.978	102.901	-	-	444.659	327.030
Passivo								
Empréstimos e financiamentos	-	9	21.624.886	9.558.862	-	9	22.624.890	10.583.580
Arrendamentos a pagar	-	-	-	-	-	-	12.103.358	9.441.375
Fornecedores	-	-	390.732	85.004	-	-	2.572.813	1.823.346
Fornecedores - Risco sacado	-	-	-	-	-	-	-	39.877
Taxas e tarifas aeroportuárias	-	-	-	-	-	-	1.705.304	1.624.442
Obrigações com operações de derivativos	37.527	5.010.509	-	-	41.146	5.019.438	-	-
Obrigações com partes relacionadas	-	-	177.415	136.763	-	-	-	-
Obrigações com arrendadores	-	-	-	-	-	-	801.011	181.669
Outras obrigações	-	-	418.939	432.253	-	-	580.994	503.137

(a) Excluem-se os depósitos judiciais, demonstrados na nota explicativa nº 9.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve reclassificação entre as categorias de instrumentos financeiros.

36.2. Instrumentos financeiros derivativos e não derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia foram registrados nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

	Combustível	Taxa de juros	Câmbio	Capped call	ESN (*)	Hedge de receita	Total
Variações no valor justo							
Direitos (obrigações) com derivativos em 31 de dezembro de 2022	22.255	(536)	-	7.002	(17.753)	-	10.968
Ganhos (Perdas) reconhecidos no resultado	(26.454)	124	(360)	(6.922)	15.176	-	(18.436)
Pagamentos (Recebimentos) durante o período	(4.479)	482	769	-	2.568	-	(660)
Derivativos embutidos em novos contratos	-	-	-	-	(5.010.509)	-	(5.010.509)
Direitos (obrigações) com derivativos em 31 de dezembro de 2023	(8.678)	70	409	80	(5.010.518)	-	(5.018.637)
Ganhos (Perdas) reconhecidos no resultado	(7.133)	(5)	(266)	(80)	4.972.991	-	4.965.507
Pagamentos (Recebimentos) durante o período	12.192	(65)	(143)	-	-	-	11.984
Direitos (obrigações) com derivativos em 31 de dezembro de 2024	(3.619)	-	-	-	(37.527)	-	(41.146)
Obrigações com operações de derivativos - Circulante	(3.619)	-	-	-	-	-	(3.619)
Obrigações com operações de derivativos - Não Circulante	-	-	-	-	(37.527)	-	(37.527)
Movimentação de ajuste de avaliação patrimonial							
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(290.549)	-	-	-	(322.804)	(613.353)
Ajustes de <i>hedge accounting</i> de receita	-	-	-	-	-	80.191	80.191
Reversões líquidas para o resultado	-	6.792	-	-	-	165.593	172.385
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(283.757)	-	-	-	(77.020)	(360.777)
Ajustes de <i>hedge accounting</i> de receita	-	-	-	-	-	77.020	77.020
Reversões líquidas para o resultado	-	12.706	-	-	-	-	12.706
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	(271.051)	-	-	-	-	(271.051)
Efeitos no resultado	(7.133)	(12.711)	(266)	(80)	4.972.991	-	4.952.801
Resultado financeiro	(7.133)	(12.711)	(266)	(80)	5.073.259	-	5.053.069
Variação cambial	-	-	-	-	(100.268)	-	(100.268)

(*) Refere-se principalmente ao valor justo da opção de conversão do derivativo embutido atrelado ao *Exchangeable Senior Secured Notes 2028*, mensurado através do modelo *Black and Scholes*.

A Companhia pode adotar *hedge accounting* como prática de contabilização dos derivativos que são contratados para proteção de fluxo de caixa e que se qualificam para tal classificação de acordo com o CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", equivalente ao IFRS 9.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia adota como *hedge* de fluxo de caixa para proteção de taxa de juros, para proteção de combustível aeronáutico e receita futura em dólar.

O cronograma de realização do saldo de ajustes de avaliação patrimonial em 31 de dezembro de 2024, referente aos hedges de fluxo de caixa, é como segue:

	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
Taxa de juros	(34.838)	(35.177)	(34.529)	(33.906)	(132.601)	(271.051)
Total	(34.838)	(35.177)	(34.529)	(33.906)	(132.601)	(271.051)



36.3. Riscos de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os principais preços de mercado com impacto sobre a Companhia são: preço de combustível, taxa de câmbio e taxa de juros.

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros foi elaborada com o objetivo de estimar o impacto no lucro (prejuízo) antes dos impostos e patrimônio líquido sobre a: posição de derivativos em aberto, exposição cambial e às taxas de juros em 31 de dezembro de 2024 para os riscos de mercado considerados relevantes pela Administração da Companhia.

No cenário provável, na avaliação da Companhia, considerou-se a manutenção dos níveis de mercado, de forma que não há impactos sobre o lucro (prejuízo) antes dos impostos e patrimônio líquido. A Companhia considerou ainda os seguintes cenários na variável de risco:

- deterioração de 10% (cenário adverso I);
- deterioração de 25% (cenário adverso II).

As estimativas apresentadas não refletem necessariamente os montantes a serem apurados nas próximas demonstrações financeiras. O uso de metodologias diferentes pode ter um efeito material sobre as estimativas apresentadas.

36.3.1 Combustível

O preço do combustível de aeronaves varia em função da volatilidade do preço do petróleo cru e de seus derivados. A Companhia pode utilizar diferentes instrumentos para proteger a exposição ao preço do combustível, a escolha depende de fatores como liquidez no mercado, valor de mercado dos componentes, níveis de volatilidade, disponibilidade e depósito de margem. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia está protegida por compromissos de compra de combustível a preço fixo, conforme descrito na nota explicativa nº 35.1.

36.3.2 Taxa de juros

A estratégia de gerenciamento de risco de juros da Companhia combina taxas de juros fixas e flutuantes, e determina se será necessário ampliar ou reduzir as exposições às taxas de juros. A Companhia gerencia sua exposição através da apuração do *Basis Point Value* ("BPV") de cada contrato, e utiliza volumes que equivalem à quantidade de BPVs necessários para atingir os objetivos propostos na Gestão de Riscos para a contratação de derivativos.

Através de modelos estatísticos, a Companhia comprova a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o objeto de *hedge*, considerando potenciais fatores de inefetividade, tais como o descasamento de prazo do Instrumento de *hedge* e do objeto de *hedge*.

A Companhia está exposta a operações futuras de arrendamento mercantil, cujas parcelas a serem pagas estão expostas à variação da taxa de juros até o recebimento da aeronave. Para mitigar tais riscos, a Companhia pode utilizar instrumentos financeiros derivativos.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia detinha aplicações e dívidas financeiras com diversos tipos de taxas. Na análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos, foi considerado o impacto nos juros anuais apenas sobre as posições com valores significativos em 31 de dezembro de 2024 e expostos às oscilações nas taxas de juros, conforme os cenários demonstrados a seguir.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Os valores demonstram os impactos no resultado de acordo com os cenários aplicados:

Risco	Aplicações financeiras líquidas de dívidas financeiras (a)	
	Aumento da taxa CDI	Aumento da taxa SOFR
Taxas referenciais	12,15%	4,37%
Valores expostos (cenário provável) (b)	(224.660)	(7.718.534)
Cenário favorável remoto (-25%)	12.777	84.325
Cenário favorável possível (-10%)	5.111	33.730
Cenário adverso possível (+10%)	(5.111)	(33.730)
Cenário adverso remoto (+25%)	(12.777)	(84.325)

(a) Refere-se à soma dos valores aplicados e captados no mercado financeiro e indexados à taxa CDI e a SOFR.

(b) Saldos contábeis patrimoniais registrados em 31 de dezembro de 2024.

36.3.3 Câmbio

O risco de câmbio decorre da possibilidade de variação cambial desfavorável às quais o passivo ou o fluxo de caixa da Companhia estão expostos. A Companhia possui essencialmente exposição de variação do dólar norte-americano.

A exposição patrimonial ao câmbio está sumarizada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativos				
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	1.404.055	215.033	1.741.663	460.799
Contas a receber	-	-	195.233	129.977
Depósitos	-	-	2.850.198	1.982.399
Direitos com operações de derivativos	-	80	-	810
Total do ativo	1.404.055	215.113	4.787.094	2.573.985
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	(21.624.885)	(9.558.871)	(21.797.135)	(9.677.769)
Arrendamentos a pagar	-	-	(11.827.182)	(9.198.932)
Fornecedores	(19.333)	(23.776)	(589.371)	(327.464)
Provisão para devolução de aeronaves e motores	-	-	(3.638.557)	(2.388.709)
Obrigações com operações de derivativos	(37.527)	(5.010.509)	(37.527)	(5.010.509)
Total do passivo	(21.681.746)	(14.593.156)	(37.889.772)	(26.603.383)
Total da exposição cambial passiva	(20.277.691)	(14.378.043)	(33.102.678)	(24.029.398)
Compromissos não registrados no balanço				
Obrigações futuras decorrentes de pedidos firmes para compra de aeronaves	(24.020.887)	(18.827.647)	(24.020.887)	(18.827.647)
Total	(24.020.887)	(18.827.647)	(24.020.887)	(18.827.647)
Total da exposição cambial R\$	(44.298.577)	(33.205.690)	(57.123.565)	(42.857.045)
Total da exposição cambial US\$	(7.153.816)	(6.858.838)	(9.224.935)	(8.852.384)
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	6,1923	4,8413	6,1923	4,8413

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia adotou a taxa de câmbio de R\$6,1923/US\$1,00, correspondente à taxa de fechamento do mês divulgada pelo Banco Central do Brasil como cenário provável. O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade e o efeito no resultado da oscilação do câmbio no valor exposto em 31 de dezembro de 2024:



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Taxa de câmbio	Efeito no resultado	
		Controladora	Consolidado
Passivo líquido exposto ao risco de valorização do dólar norte-americano	6,1923	20.277.690	33.102.678
Desvalorização do dólar (-25%)	4,6442	5.069.423	8.275.670
Desvalorização do dólar (-10%)	5,5731	2.027.769	3.310.268
Valorização do dólar (+10%)	6,8115	(2.027.769)	(3.310.268)
Valorização do dólar (+25%)	7,7404	(5.069.423)	(8.275.670)

36.3.4 Capped call

A Companhia, por meio da Gol Equity Finance, no contexto da precificação do ESN emitidas em 26 de março, em 17 de abril e 17 de julho de 2019, realizou operações privadas de derivativos (*Capped call*) com parte dos subscritores das *Notes* com o objetivo de minimizar a potencial diluição das ações preferenciais e das ADSs da Companhia.

36.4. Riscos de crédito

O risco de crédito é inerente às atividades operacionais e financeiras da Companhia, principalmente presente nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. Os ativos financeiros classificados como caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras são depositados em contrapartes que possuem *rating* mínimo de *investment grade* na avaliação feita pelas agências S&P ou Moody's (entre AAA e AA-), conforme estabelecido por políticas de gestão de risco.

Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação e os valores contábeis representam a exposição máxima do risco de crédito. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são monitorados frequentemente pela Companhia.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados em mercado de balcão (OTC), junto a contrapartes com *rating* mínimo de *investment grade*, ou em bolsa de valores de mercadorias e futuros (B3 e NYMEX), o que mitiga substancialmente o risco de crédito. A Companhia tem como obrigação avaliar os riscos das contrapartes em instrumentos financeiros e diversificar a exposição periodicamente.

36.5. Risco de liquidez

A Companhia está exposta ao risco de liquidez de duas formas distintas: (i) risco de liquidez de mercado, que varia de acordo com os tipos de ativos e mercados em que os ativos são negociados, e (ii) liquidez do fluxo de caixa, relacionado com o surgimento de dificuldades para cumprir com as obrigações operacionais contratadas nas datas previstas. A fim de atendimento da gestão de risco de liquidez, a Companhia aplica seus recursos em ativos líquidos (títulos públicos federais, CDBs e fundos de investimento com liquidez diária) e a Política de Gestão de Caixa estabelece que o prazo médio ponderado da dívida deva ser maior que o prazo médio ponderado do portfólio de investimento.

Os cronogramas de vencimento dos passivos financeiros consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 são como segue:

	Controladora				
	Menos de 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	10.600.672	829.321	9.336.555	858.338	21.624.886
Fornecedores	390.732	-	-	-	390.732



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Obrigações com partes relacionadas	-	-	177.415	-	177.415
Obrigações com operações de derivativos	-	-	37.527	-	37.527
Outras obrigações	128.464	188.371	102.104	-	418.939
Em 31 de dezembro de 2024	11.119.868	1.017.692	9.653.601	858.338	22.649.499
Empréstimos e financiamentos	71.389	687.021	8.129.389	671.072	9.558.871
Fornecedores	85.004	-	-	-	85.004
Obrigações com partes relacionadas	-	-	136.763	-	136.763
Obrigações com operações de derivativos	-	-	5.010.509	-	5.010.509
Outras obrigações	21.769	269.983	140.516	-	432.268
Em 31 de dezembro de 2023	178.162	957.004	13.417.177	671.072	15.223.415

	Consolidado				
	Menos de 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	10.657.447	1.006.146	10.102.959	858.338	22.624.890
Arrendamentos a pagar	1.579.696	767.018	4.786.501	4.970.143	12.103.358
Fornecedores	2.572.813	-	-	-	2.572.813
Obrigações com operações de derivativos	-	3.619	37.527	-	41.146
Obrigações com arrendadores	734.703	66.308	305.937	-	1.106.948
Outras obrigações	132.366	188.371	260.257	-	580.994
Em 31 de dezembro de 2024	15.677.025	2.031.462	15.493.181	5.828.481	39.030.149
Empréstimos e financiamentos	352.055	909.499	8.650.963	671.072	10.583.589
Arrendamentos a pagar	1.082.355	657.287	3.951.886	3.749.847	9.441.375
Fornecedores	2.000.079	-	93.162	-	2.093.241
Fornecedores - Risco sacado	39.877	-	-	-	39.877
Obrigações com operações de derivativos	-	8.929	5.010.509	-	5.019.438
Outras obrigações	26.840	269.983	206.314	-	503.137
Em 31 de dezembro de 2023	3.501.206	1.845.698	17.912.834	4.420.919	27.680.657

36.6. Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Visando atender as exigências de divulgação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo, a Companhia e suas controladas devem fazer o agrupamento desses instrumentos nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

- Nível 1: Mensurações de valor justo são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: Mensurações de valor justo são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: Mensurações de valor justo são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem para ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A tabela abaixo demonstra um resumo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas mensurados a valor justo com suas respectivas classificações dos métodos de valoração, em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Hierarquia de valor justo	Controladora			
		2024		2023	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Aplicações financeiras	Nível 2	1.540	1.540	3.826	3.826



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Direitos com operações de derivativos	Nível 2	-	-	80	80
Empréstimos e financiamentos	Nível 1	-	-	(9)	(9)
Obrigações com operações de derivativos	Nível 2	(37.527)	(37.527)	(5.010.509)	(5.010.509)

		Consolidado			
		2024		2023	
	Hierarquia de valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Aplicações financeiras	Nível 2	432.512	432.512	458.537	458.537
Direitos com operações de derivativos	Nível 2	-	-	810	810
Empréstimos e financiamentos	Nível 1	-	-	(9)	(9)
Obrigações com operações de derivativos	Nível 2	(41.146)	(41.146)	(5.019.438)	(5.019.438)

O valor justo dos instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado não foi divulgado uma vez que o valor justo se aproxima do seu valor contábil com base nas condições estabelecidas, principalmente em função o curto prazo do vencimento destes ativos e passivos. Os valores justos para empréstimos e financiamentos, que diferem dos saldos contábeis, por sua vez, encontram-se divulgados na nota explicativa 16.

36.7. Gerenciamento de capital

A Companhia busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura de capital que considera parâmetros adequados para os custos financeiros e os prazos de vencimento das captações e suas garantias. A Companhia acompanha seu grau de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida, incluindo empréstimos de curto e longo prazo. A tabela a seguir demonstra a alavancagem financeira:

	Consolidado	
	2024	2023
Total dos empréstimos e financiamentos	22.624.890	10.583.589
Total de arrendamentos a pagar	12.103.358	9.441.375
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(2.061.443)	(323.928)
(-) Aplicações financeiras	(432.512)	(458.537)
Dívida líquida	32.234.293	19.242.499



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

37. Transações que não afetaram o caixa

	Controladora	
	2024	2023
Remuneração baseada em ações (investimentos / reservas de capital)	7.834	8.177
Resultado não realizado de derivativos (investimentos / ajuste de avaliação patrimonial)	89.726	252.576
Resultado de valor justo em transação com controlador (empréstimos / reserva de capital)	6.021	844.542
Conversão SSN 2028 em ESSN 2028 (empréstimos/financiamentos)	-	6.407.576
Transferência de ações em tesouraria (ações em tesouraria / reserva de capital)	1.637	19.472
Capital integralizado (ações a emitir / capital)	1.470	-
Transferência de empréstimo e financiamento de controlada para a controladora (empréstimos e financiamentos / partes relacionadas)	259.326	-

	Consolidado	
	2024	2023
Remuneração baseada em ações (investimentos / reservas de capital)	7.834	8.177
Resultado não realizado de derivativos (investimentos / ajuste de avaliação patrimonial)	89.726	252.576
Direito de uso de equipamentos de voo (imobilizado / arrendamentos a pagar)	435.882	-
Direito de uso de ativos não aeronáuticos (imobilizado / arrendamentos a pagar)	-	252.654
Baixa de contratos de arrendamentos (Arrendamentos a pagar/ outras receitas)	148.705	46.007
Renegociação de operações da AerCap e SLBC (empréstimos/adiantamentos a fornecedores/fornecedores/depósitos)	251.460	-
Liquidação de financiamento "Credit Facility" por meio de compensação saldos IATA (Empréstimos / outras contas a pagar)	(116.091)	-
Renegociação de operação Risco Sacado para Capital de Giro (Fornecedores risco sacado / empréstimos e financiamentos)	20.647	-
Retroarrendamento (Imobilizado / arrendamentos)	89.500	307.391
Retroarrendamento (Fornecedores / arrendamentos)	3.677	-
Retroarrendamento (Depósitos / arrendamentos)	69.015	-
Retroarrendamento (Outras obrigações / arrendamentos)	18.794	-
Retroarrendamento (Adiantamentos a fornecedores e terceiros / arrendamentos)	19.606	-
Aquisição de imobilizado por meio de linha de crédito (imobilizado / empréstimos e financiamentos)	142.252	-
Aquisição de imobilizado por meio de estoques (imobilizado / estoques)	42.027	-
Aquisição de imobilizado por meio de fornecedores (imobilizado / fornecedores)	172.019	-
Aquisição de imobilizado por meio de outros créditos (imobilizado / outros créditos)	25.509	-
Aquisição de imobilizado por meio de outras obrigações (imobilizado / outras obrigações)	375.882	-
Resultado com aquisição de imobilizado (Imobilizado / Resultado)	38.618	-
Provisão para devolução de aeronaves (imobilizado / provisões)	30.565	36.296
Aquisição de intangível por meio de fornecedores (intangível / fornecedores)	37.358	-
Alteração contratual (Imobilizado / Arrendamentos a pagar)	143.416	(3.593)
Ganhos / (Perdas) atuariais de benefício pós-emprego (provisões / ajuste de avaliação patrimonial)	49.534	(34.503)
Transferência de ações em tesouraria (ações em tesouraria / reserva de capital)	1.637	19.472
Capital integralizado (ações a emitir / capital)	1.470	-
Depósitos em garantia (depósitos / arrendamentos a pagar)	123.617	235.383
Resultado de valor justo em transação com controlador (empréstimos / reserva de capital)	6.021	844.542
Conversão SSN 2028 em ESSN 2028 (empréstimos/financiamentos)	-	6.407.576
Imposto de renda diferido variação cambial em controladas	(110)	2.902



Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

38. Passivos de atividades de financiamento

As movimentações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 dos passivos das atividades de financiamento da Companhia estão demonstradas a seguir:

38.1. Controladora

	2024									
	Saldo inicial	Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	Ajuste ao lucro			Transações não caixa			Saldo final
				Variações cambiais e monetárias e ganho de recompra	Juros sobre empréstimos e amortização de custos e ágio	Resultados não realizados de derivativos	Transferência de dívida para a Controladora	Transferência de ações a emitir para Capital social	Valor justo de emissão e custos de transação	
Empréstimos e financiamentos	9.558.871	4.932.183	(450.144)	4.336.250	2.982.388	(9)	259.326	-	6.021	21.624.886
Obrigações com partes relacionadas	136.763	-	1.489	37.905	1.258	-	-	-	-	177.415
Capital social	4.040.661	2.918	-	-	-	-	-	1.470	-	4.045.049
Ações a emitir	1.470	-	-	-	-	-	-	(1.470)	-	-

	2023									
	Saldo inicial	Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	Ajuste ao lucro			Transações não caixa			Saldo final
				Variações cambiais e monetárias e ganho de recompra	Juros sobre empréstimos e amortização de custos e ágio	Resultados não realizados de derivativos	Emissão de dívida para pagamento de partes relacionadas	Remuneração baseada em ações e ações em tesouraria	Transferência de ações em tesouraria	Valor justo de emissão, custos de transação
Empréstimos e financiamentos	10.423.806	1.724.426	(983.798)	(755.854)	1.679.597	(3.424.254)	50.406	-	-	844.542
Obrigações com partes relacionadas	145.434	3.090	-	(10.492)	(1.269)	-	-	-	-	136.763
Capital social	4.040.397	264	-	-	-	-	-	-	-	4.040.661
Ações a emitir	-	1.470	-	-	-	-	-	-	-	1.470
Ações em tesouraria	(38.910)	-	-	-	-	-	-	-	37.201	(1.709)
Reserva de capital	1.178.568	94.836	-	-	-	-	-	8.177	(37.201)	399.838



Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

38.2. Consolidado

	2024												
	Saldo inicial	Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	Transações não caixa					Ajuste ao lucro				Saldo final
				Compensações com depósitos e outros	Aquisição de imobilizados com novos contratos e alteração contratual	Transferência de ações a emitir para capital social	Valor justo de emissão, custos de transação	Baixa de Arrendamento	Variações cambiais e monetárias e ganho de recompra	Juros sobre empréstimos e amortização de custos de ágio	Resultados não realizados de derivativos	Resultado financeiro sobre dívida	
Empréstimos e financiamentos	10.583.589	4.736.262	(599.689)	156.016	142.252	-	6.021	-	4.370.274	3.153.889	(9)	76.285	22.624.890
Arrendamentos a pagar	9.441.375	(2.519.777)	(85.367)	(14.992)	1.637.027	-	-	(202.322)	2.399.308	1.448.106	-	-	12.103.358
Obrigações com arrendadores	-	-	(209.593)	-	583.294	-	-	-	13.977	11.717	-	(9.472)	389.924
Capital social	4.040.661	2.918	-	-	-	1.470	-	-	-	-	-	-	4.045.049
Ações a emitir	1.470	-	-	-	-	(1.470)	-	-	-	-	-	-	-

	2023											
	Transações não caixa											Saldo final
	Saldo Inicial	Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	Compensações com depósitos e outros	Aquisição de imobilizados com novos contratos e alteração contratual	Transferência de ações em tesouraria	Remuneração baseada em ações	Variações cambiais e monetárias e ganho de recompra	Juros sobre empréstimos e amortização de custos de ágio	Resultados não realizados de derivativos	Valor justo de emissão, custos de transação	
Empréstimos e financiamentos	11.984.891	3.074.842	(1.185.966)	(105.294)	(15.643)	-	-	(780.826)	1.880.381	(3.424.254)	(844.542)	10.583.589
Arrendamentos a pagar	11.206.959	(2.355.457)	(94.429)	(282.244)	448.590	-	-	(708.145)	1.226.101	-	-	9.441.375
Capital social	4.040.397	264	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.040.661
Ações a emitir	-	1.470	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.470
Ações em tesouraria	(38.910)	-	-	-	-	37.201	-	-	-	-	-	(1.709)
Reserva de capital	1.178.568	94.836	-	-	-	(37.201)	8.177	-	-	-	(844.542)	399.838



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

39. Eventos subsequentes

39.1. Revisão do Plano de 5 anos

Em 15 de janeiro de 2025, a Companhia divulgou a versão revisada de seu Plano Financeiro de 5 Anos, que deverá servir de base para o plano legal independente de reorganização da Companhia nos termos do *Chapter 11*.

39.2. Registro na SEC

Em 25 de fevereiro de 2025, a Companhia protocolou o Formulário 15F (*Form 15F*) perante a *U.S. Securities and Exchange Commission* (“SEC”) para encerrar o registro de suas ações preferenciais e *American Depositary Shares* nos termos da Seção 12(g) do *U.S. Securities Exchange Act* de 1934 (“Exchange Act”). bem como para encerrar suas obrigações de reporte sob o *Exchange Act*. Como resultado do protocolo do *Form 15F*, as obrigações da Companhia de apresentar relatórios sob o *Exchange Act* foram suspensas desde já e espera-se que sejam encerradas 90 dias após o protocolo, salvo qualquer objeção por parte da SEC.

A Companhia manterá o seu registro de emissor de valores mobiliários, perante a CVM, bem como a sua listagem e admissão das ações preferenciais de sua emissão à negociação na B3 S.A. - Bolsa, Brasil, Balcão, sob o código de negociação “GOLL4”, e continuará sujeita aos requisitos de divulgação aplicáveis conforme a legislação e a regulamentação brasileiras.

A Companhia reserva-se o direito, por qualquer motivo, de cancelar a submissão do *Form 15F* antes da declaração de sua eficácia e de modificar seus planos em relação ao cancelamento do registro perante a SEC e à rescisão de suas obrigações de reporte conforme as leis federais de valores mobiliários dos Estados Unidos, de qualquer forma.

39.3. Compromisso de financiamento

Em 24 de março de 2025, a Companhia e suas subsidiárias celebraram um Compromisso de Financiamento (*exit financing commitment letter*) com determinados investidores (“Partes do Compromisso”). Sujeito a determinadas condições precedentes (incluindo a aprovação pelo *U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York*), nos termos do Compromisso de Financiamento, as Partes do Compromisso comprometem-se a adquirir até US\$1,25 bilhão do total de US\$1,9 bilhão (excluindo comissões a serem capitalizadas) em instrumentos de dívida, a serem emitidos na data de eficácia do plano de reestruturação previsto no procedimento de *Chapter 11*.

Os financiamentos de saída do *Chapter 11* serão utilizados para o pagamento das obrigações previstas no financiamento na modalidade *Debtor-in-Possession*, para o pagamento de custos da transação e para fornecer capital de giro e financiamento para as atividades operacionais da Companhia após a conclusão do procedimento de *Chapter 11*.



Relatório Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário

O Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE”) é um órgão estatutário vinculado ao Conselho de Administração da Companhia, sendo composto por três membros independentes que integram o Conselho de Administração, os quais são eleitos pelos conselheiros anualmente, sendo um desses membros qualificados como Especialista Financeiro. O CAE tem como principais funções, nos termos do seu regimento interno: supervisionar a qualidade e a integridade dos relatórios e demonstrações financeiras, a aderência às normas legais, regulatórias e estatutárias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos, políticas e procedimentos de controles internos e as atividades dos auditores internos. Adicionalmente, o CAE supervisiona os trabalhos dos auditores independentes, incluindo a sua independência, a qualidade e a adequação dos serviços prestados, além de eventuais divergências de opiniões com a administração e aprova os honorários cobrados por esses.

Fiscaliza a disposição dos auditores independentes sobre o seu registro e o exercício da atividade de auditoria no âmbito do mercado brasileiro de valores mobiliários (CVM). As transações com as partes relacionadas, as atividades relacionadas ao monitoramento de riscos e “compliance” e o funcionamento do canal de reclamações e denúncias instalado também são supervisionados pelo CAE.

As atividades desenvolvidas pelo CAE, por meio da realização de 9 (nove) reuniões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, compreenderam:

- O coordenador do CAE estabeleceu as pautas e presidiu as reuniões do CAE;
- Avaliou o plano anual de trabalho e discutiu os resultados das atividades desempenhadas pelos auditores independentes referentes ao exercício de 2024 incluindo a avaliação (a) da sua independência, (b) a qualidade dos serviços prestados, e (c) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia.
- Supervisionou as atividades e o desempenho da auditoria interna da Companhia, analisando o plano anual de trabalho, discutindo o resultado das atividades desempenhadas e das revisões efetuadas. Os assuntos levantados pela auditoria interna sobre melhorias no ambiente de controles internos foram discutidos com os gestores/diretores responsáveis com o objetivo de serem implementadas melhorias contínuas;
- Supervisionou e analisou a eficácia, qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos, a fim de, entre outros, monitorar o cumprimento das disposições relacionadas à integridade das demonstrações financeiras, incluindo as informações financeiras trimestrais e outras demonstrações intermediárias;
- Supervisionou em conjunto com a Administração e a auditoria interna os contratos de naturezas diversas entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e o acionista controlador, de outro lado, para verificar adequação às políticas e controles da Companhia com relação às operações com partes relacionadas;
- Supervisionou e analisou a eficácia, os resultados e monitoramento das atividades de Segurança Operacional, Manutenção, Compliance, Privacidade de Dados, e Comitê de Ética, referente aos trabalhos realizados ao longo do exercício de 2024;
- Reuniu-se com os auditores independentes, Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda, para propósitos de cumprimento com as exigências da CVM e da *U.S. Securities and Exchange Commission*, incluindo a apreciação do Formulário 20-F/F-Pages da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, e ainda tendo sido tratados,



dentre outros, os seguintes temas: a contratação, o relacionamento e a comunicação entre o CAE e os auditores externos, escopo dos trabalhos dos auditores, bem como as conclusões apresentadas por meio da execução do plano de trabalho dos auditores independentes; e

- Elaborou o relatório de atividades e o funcionamento do CAE durante o ano de 2024, seguindo as boas práticas de governança corporativa bem como a regulamentação aplicável, bem como aprovou o cronograma dos trabalhos a serem implementados para o ano 2025.

Sistemas de Controles Internos

Com base na agenda definida para o exercício de 2024, o CAE tratou dos principais temas relacionados aos controles internos da Companhia, avaliando as ações de mitigação de riscos e o comprometimento dos integrantes da alta administração com o seu aperfeiçoamento contínuo.

Como resultado das reuniões com as áreas internas da Companhia, o Comitê de Auditoria Estatutário teve a oportunidade de oferecer ao Conselho de Administração sugestões de melhoria nos processos, supervisionando os resultados já obtidos em 2024.

Com base nos trabalhos desenvolvidos ao longo do ano, o CAE julga que o sistema de controles internos da Companhia e de suas controladas é adequado ao porte e complexidade de seus negócios e estruturado de modo a garantir a eficiência das suas operações, dos sistemas que geram os relatórios financeiros, bem como a observância às normas internas e externas aplicáveis.

Gerenciamento de Riscos Corporativos

Os membros do CAE, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, receberam informações da Administração sobre os riscos corporativos relevantes, inclusive os riscos de continuidade, fazendo as suas avaliações e recomendações para aumentar a eficácia dos processos de gestão de risco, diretamente nas reuniões do Conselho de Administração, contribuindo e ratificando as ações implementadas em 2024.

Conclusão

O CAE julgou adequados os fatos que lhe foram submetidos por ocasião dos trabalhos executados e descritos no presente Relatório, recomendando, em seu parecer, a aprovação das demonstrações financeiras auditadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 27 de março de 2025.

GERMÁN PASQUALE QUIROGA VILARDO
Membro efetivo do Comitê de Auditoria Estatutário

MARCELA DE PAIVA BOMFIM TEIXEIRA
Membro efetivo do Comitê de Auditoria Estatutário

PHILIPP MICHAEL SCHIEMER
Membro efetivo do Comitê de Auditoria Estatutário



Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário

Os membros do Comitê de Auditoria da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no seu Regimento Interno, procederam ao exame e análise das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do parecer sem ressalva dos auditores independentes da Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda, de 27 de março de 2025, do relatório anual da Administração, e considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos auditores independentes, são de opinião, que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela sociedade no período, e reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação do Conselho de Administração e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, para deliberação pelos acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 27 de março de 2025.

GERMÁN PASQUALE QUIROGA VILARDO
Membro efetivo do Comitê de Auditoria Estatutário

MARCELA DE PAIVA BOMFIM TEIXEIRA
Membro efetivo do Comitê de Auditoria Estatutário

PHILIPP MICHAEL SCHIEMER
Membro efetivo do Comitê de Auditoria Estatutário



Parecer do Conselho Fiscal

Em observância às disposições constantes no Artigo 27, parágrafo 1º, inciso III, da RCM 80, o Conselho Fiscal da Companhia, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e as respectivas Notas Explicativas, individuais e consolidados, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, e acompanhados pelo relatório dos Auditores Independentes, é de opinião que as citadas peças refletem adequadamente a situação patrimonial e a posição econômico-financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, reconhecendo que estão em condições de serem deliberadas pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia.

Os conselheiros fiscais registram ainda, que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não estejam refletidos nos documentos das demonstrações financeiras citados acima.

São Paulo, 27 de março de 2025.

RENATO CHIODARO
Presidente do Conselho Fiscal

MARCELO AMARAL MORAES
Membro efetivo do Conselho Fiscal

LETICIA PEDERCINI ISSA
Membro efetivo do Conselho Fiscal



Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância as disposições constantes da Resolução CVM nº 80/2022, os diretores declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 27 de março de 2025.

Celso Guimarães Ferrer Junior
Diretor Presidente

Eduardo Guardiano Leme Gotilla
Diretor Vice-Presidente Financeiro e DRI



Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância as disposições constantes da Resolução CVM nº 80/2022, a Diretoria declara que tomou conhecimento da conclusão expressa no relatório do auditor independente, Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 27 de março de 2025.

Celso Guimarães Ferrer Junior
Diretor Presidente

Eduardo Guardiano Leme Gotilla
Diretor Vice-Presidente Financeiro e DRI

ANEXO D

Estatuto Social

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.
CNPJ/MF nº 06.164.253/0001-87
NIRE 35.300.314.441

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

ANEXO II

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, PRAZO DE DURAÇÃO E OBJETO

ARTIGO 1º - A Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações, que se regerá pelas leis e usos do comércio, por este estatuto social ("Estatuto Social") e pelas disposições legais aplicáveis.

§1º - Com a admissão da Sociedade no segmento especial de listagem denominado Nível 2 de Governança Corporativa, da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sujeitam-se a Sociedade, seus acionistas, diretores, e membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA ("Regulamento"). A Sociedade, seus administradores e acionistas deverão igualmente observar o disposto no Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários, incluindo as regras referentes à retirada e exclusão de negociação de valores mobiliários admitidos nos mercados organizados administrados pela BM&FBOVESPA.

§2º - As disposições do Regulamento prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

ARTIGO 2º - A Sociedade tem por objeto o exercício do controle acionário da VRG Linhas Aéreas S.A. ou sua sucessora a qualquer título e, por intermédio de sociedades controladas ou coligadas, explorar também:

- a) serviços de transporte aéreo regular e não regular de passageiros, cargas ou malas postais, em âmbito nacional e internacional, na conformidade das concessões das autoridades competentes;
- b) atividades complementares de serviço de transporte aéreo por fretamento de passageiros, cargas e malas postais;

- c) a prestação de serviços de manutenção, reparo de aeronaves, próprias ou de terceiros, motores, partes e peças;
- d) a prestação de serviços de hangaragem de aviões;
- e) a prestação de serviço de atendimento de pátio e pista, abastecimento de comissaria de bordo e limpeza de aeronaves;
- f) o desenvolvimento de outras atividades conexas, correlatas ou complementares ao transporte aéreo e às demais atividades descritas acima; e
- g) a participação no capital de outras sociedades como sócia, quotista ou acionista.

Parágrafo único - A alienação do controle acionário da VRG Linhas Aéreas S.A. será considerada uma mudança no objeto social para fins do exercício do direito de retirada pelos acionistas da Sociedade.

ARTIGO 3º - A Sociedade tem sede e foro na Pça. Comandante Linneu Gomes, s/n, portaria 3, prédio 24, parte, Jardim Aeroporto, na Cidade e Estado de São Paulo, podendo criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior, sempre por deliberação do Conselho de Administração.

ARTIGO 4º - O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º - O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 4.202.543.932,30 (quatro bilhões duzentos e dois milhões quinhentos e quarenta e três mil novecentos e trinta e dois reais e trinta centavos), dividido em 3.202.276.835 (três bilhões duzentos e dois milhões duzentos e setenta e seis mil oitocentos e trinta e cinco) ações, sendo 2.863.682.500 (dois bilhões, oitocentos e sessenta e três milhões, seiscentas e oitenta e duas mil e quinhentas) ações ordinárias e 338.594.335 (trezentos e trinta e oito milhões quinhentos e noventa e quatro mil trezentos e trinta e cinco) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

§1º - As ações da Sociedade serão nominativas, facultada a adoção da forma escritural, hipótese em que serão mantidas em contas de depósito abertas em nome de seus titulares, em instituição financeira devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A.").

§2º - A cada ação ordinária corresponde um voto nas Assembleias Gerais.

§3º - As ações preferenciais não terão direito a voto, exceto quanto às matérias especificadas no parágrafo 4.º abaixo, consistindo as preferências e vantagens em:

- a) prioridade em relação às ações ordinárias no reembolso do capital, em caso de liquidação da Sociedade, no valor por ação preferencial correspondente à divisão do valor do capital social da Sociedade pelo número total de ações de emissão da Sociedade, multiplicado por 35 (trinta e cinco);
- b) direito de serem incluídas na oferta pública em decorrência de alienação de controle, nas mesmas condições e ao preço pago por ação equivalente a 35 (trinta e cinco) vezes o preço por ação ordinária pago ao Acionista Controlador Alienante (conforme definido no Regulamento);
- c) direito ao recebimento de dividendos por ação iguais a 35 (trinta e cinco) vezes o valor dos dividendos por ação ordinária; e
- d) direito ao recebimento, em caso de liquidação da Sociedade, após o reembolso prioritário do capital e o reembolso do capital das ações ordinárias, de 35 (trinta e cinco) vezes o valor atribuído a cada ação ordinária no momento da repartição de quaisquer recursos remanescentes que couberem aos acionistas.

§4º - As ações preferenciais terão direito a voto em quaisquer deliberações da Assembleia Geral sobre ("Matérias Especiais"):

- a) transformação, incorporação, cisão e fusão da Sociedade;
- b) aprovação de contratos entre a Sociedade e o Acionista Controlador (conforme definido no Regulamento), diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades, nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembleia Geral;
- c) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Sociedade;
- d) escolha de instituição ou empresa especializada para determinação do Valor Econômico da
- e) Sociedade, conforme definição e termos do item 10.1.1. do Regulamento;
- f) mudança do objeto social da Sociedade;
- g) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1. do Regulamento, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Participação no Nível 2 de Governança (conforme definido no Regulamento);

h) alteração ou revogação dos Artigos 12 a 16, 18 §3º, 5º e 6º, 36 a 38 e 50; e

i) qualquer alteração aos direitos de voto previstos neste parágrafo e qualquer alteração dos parágrafos 5º e 8º abaixo.

§5º - Caso o Acionista Controlador passe a deter ações de emissão da Sociedade que representem, em conjunto, Participação nos Dividendos igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento), a aprovação das Matérias Especiais previstas nos incisos (a) a (f) acima pela Assembleia Geral dependerá de aprovação prévia em Assembleia Especial, observado os quóruns de instalação e aprovação aplicáveis estabelecidos em disposições específicas deste Estatuto Social e do Regulamento. Independentemente da Participação nos Dividendos do Acionista Controlador, a aprovação das Matérias Especiais previstas nos incisos (g) e (h) acima pela Assembleia Geral sempre dependerá de aprovação prévia em Assembleia Especial, observado os quóruns de instalação e aprovação aplicáveis estabelecidos em disposições específicas deste Estatuto Social.

§6º - Na hipótese de retirada de acionistas, o montante a ser pago pela Sociedade a título de reembolso pelas ações detidas pelos acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados pela Lei das S.A., deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação aceito pela Lei das S.A., sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial apurado de acordo com o artigo 45 da Lei das S.A.

§7º - Observadas as restrições à transferência de ações indicadas no Capítulo IX deste Estatuto Social, os acionistas poderão, a qualquer tempo, converter ações da espécie ordinária em preferencial, à razão de 35 (trinta e cinco) ações ordinárias para 1 (uma) ação preferencial, desde que integralizadas e observado o limite legal. Os pedidos de conversão deverão ser encaminhados por escrito à Diretoria. Os pedidos de conversão, realizados nos termos deste Estatuto Social, recebidos pela Diretoria deverão ser homologados na primeira reunião do Conselho de Administração a se realizar.

§8º - Quaisquer direitos conferidos por lei aos acionistas em função de sua titularidade de determinado percentual do capital social poderão ser exercidos por acionistas que sejam titulares de ações representando igual percentual de Participação nos Dividendos nos termos deste Estatuto Social.

ARTIGO 6º - Observados os limites legais cabíveis, a Sociedade fica autorizada a aumentar o seu capital social em até R\$17.000.000.000,00 (dezessete bilhões de reais).

§1º - Dentro do limite autorizado neste artigo, poderá a Sociedade, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária, mediante a emissão de ações, bônus

de subscrição ou mediante a emissão de debêntures conversíveis em ações, sem guardar proporção entre as diferentes espécies de ações. O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

§2º - A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência, ou ser reduzido o prazo para seu exercício, na emissão de ações ou debêntures conversíveis em ações cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei.

§3º - A Sociedade poderá, dentro do limite de capital autorizado neste artigo e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Sociedade ou à sociedade sob seu controle.

ARTIGO 7º - É vedado à Sociedade emitir partes beneficiárias.

CAPÍTULO III ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 8º - A assembleia geral de acionistas ("Assembleia Geral") tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Sociedade e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sendo convocada, instalada e realizada para os fins e na forma prevista na Lei das S.A., tomando-se as deliberações com o quórum legalmente previsto. A Ata da Assembleia Geral registrará o número de votos lançados pelos acionistas detentores de direito de voto a favor e contra cada deliberação e indicará a Participação nos Dividendos total dos acionistas que votaram a favor e contra cada deliberação.

§1º - A Assembleia Geral deve ser convocada por meio de edital publicado com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência, em primeira convocação, e com 8 (oito) dias de antecedência, em segunda convocação.

§2º - Todos os documentos a serem analisados ou discutidos em Assembleia Geral serão disponibilizados aos acionistas na BM&FBOVESPA, bem como na sede social, a partir da data da publicação do primeiro edital de convocação referido no parágrafo anterior.

§3º - Qualquer acionista poderá ser representado nas Assembleias Gerais por procurador, na forma do Artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das S.A., devendo os respectivos instrumentos de mandato, devidamente regularizados na forma da lei, serem depositados na sede social, com 03 (três) dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral. O acionista ou seu representante deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem

sua identidade.

§4º - Sem prejuízo do disposto acima, o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos referidos no parágrafo acima, até o momento da abertura dos trabalhos em assembleia, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

ARTIGO 9º - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, em sua falta ou impedimento, por outro membro do Conselho de Administração ou ainda, na falta destes, por qualquer dos Diretores da Sociedade presentes.

Parágrafo único - O Presidente da Assembleia escolherá um ou mais secretários.

ARTIGO 10 - Os acionistas se reunirão em Assembleia Geral Ordinária dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, cabendo-lhes decidir sobre as matérias de sua competência, previstas na Lei das S.A.

ARTIGO 11 - Os acionistas se reunirão em Assembleia Geral Extraordinária sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas e nos casos previstos na Lei das S.A. e neste Estatuto Social.

CAPÍTULO IV ASSEMBLEIA ESPECIAL

ARTIGO 12 - Nos termos do parágrafo 5º do artigo 5º deste Estatuto Social, a aprovação de uma Matéria Especial em Assembleia Geral poderá depender de prévia aprovação por parte dos acionistas detentores de ações preferenciais, reunidos em assembleia especial ("Assembleia Especial").

ARTIGO 13 - A Assembleia Especial deve ser convocada por meio de edital publicado com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência, em primeira convocação, e com 8 (oito) dias de antecedência, em segunda convocação.

Parágrafo Único - Todos os documentos a serem analisados ou discutidos em Assembleia Especial serão disponibilizados aos acionistas preferencialistas na BM&FBOVESPA, bem como na sede social, desde a data da publicação do primeiro edital de convocação referido no caput deste Artigo.

ARTIGO 14 - A Assembleia Especial será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, em sua falta ou impedimento, por outro membro do Conselho de Administração ou ainda, na falta destes, por qualquer dos Diretores da Sociedade presentes.

Parágrafo Único - O Presidente da Assembleia Especial escolherá um ou mais secretários.

ARTIGO 15 - A Assembleia Especial será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das ações preferenciais e, em segunda convocação, com a presença de acionistas representando qualquer número de ações preferenciais, ressalvadas as hipóteses previstas no Regulamento. As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos acionistas presentes, se quórum de votação diverso não for exigido pela Lei das S.A. ou pelo Regulamento. A ata da Assembleia Especial registrará o número de votos lançados pelos acionistas detentores de direito a voto a favor e contra cada deliberação e indicará a Participação nos Dividendos total dos acionistas que votaram a favor e contra cada deliberação.

ARTIGO 16 - Qualquer acionista poderá ser representado nas Assembleias Especiais por procurador, na forma do Artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das S.A., devendo os respectivos instrumentos de mandato, devidamente regularizados na forma da lei, serem depositados na sede social, com 03 (três) dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Especial. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade.

Parágrafo único - Sem prejuízo do disposto acima, o acionista que comparecer à assembleia geral munido dos documentos referidos acima, até o momento da abertura dos trabalhos em assembleia, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

CAPÍTULO V

ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

ARTIGO 17 - A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

Parágrafo único - A Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração dos Administradores (conforme definido no Regulamento), cabendo ao Conselho de Administração, em reunião, fixar a remuneração individual dos Conselheiros e Diretores.

SEÇÃO I

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 18 - O Conselho de Administração será composto por, no mínimo 5 (cinco) e no máximo 10 (dez) membros, residentes no País ou não, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição. A Assembleia Geral designará também o Presidente do Conselho, sendo vedada a acumulação do cargo de Presidente do Conselho de Administração com o cargo de Diretor Presidente ou principal executivo da Sociedade.

§1º - O membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada e experiência profissional necessária para o desempenho de suas funções, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, quem tiver ou representar interesse conflitante com a Sociedade. Sem prejuízo da deliberação soberana da Assembleia Geral, os membros do Conselho de Administração devem preferencialmente ter experiências e qualificações profissionais e negociais diversas, incluindo atributos como liderança na gestão sênior de companhias de grande escala, conhecimento e experiência no setor de aviação civil e de suas operações, conhecimento e experiência na gestão financeira, contábil e de riscos, conhecimento e experiência na gestão de investimentos, conhecimento e experiência na gestão comercial, e conhecimento e experiência na condução de um Conselho de Administração de Companhia aberta.

§ 2º - No mínimo 20% (vinte por cento) dos conselheiros deverão ser Conselheiros Independentes (conforme definido no Regulamento) e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado como independente o conselheiro eleito mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §4º e 5º da Lei das S.A. Caso, em decorrência da observância do referido percentual, resulte número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

§3º - Sem prejuízo do disposto acima, deverão ser observadas as seguintes regras adicionais na composição do Conselho de Administração, sendo certo que, em decorrência da observância dos percentuais estabelecidos nas alíneas "a" a "c" deste parágrafo, resulte número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

- a) Caso o Acionista Controlador, a qualquer tempo, passe a deter número de ações que represente uma Participação nos Dividendos igual ou inferior a 35% (trinta e cinco por cento), mas superior a 15 (quinze por cento), pelo menos 40% (quarenta por cento) dos conselheiros deverão ser Conselheiros Independentes, sendo que os detentores de ações preferenciais terão direito de eleger, em votação em separado, 1 (um) dos Conselheiros Independentes.
- b) Caso o Acionista Controlador, a qualquer tempo, passe a deter número de ações que represente uma Participação nos Dividendos igual ou inferior a 15% (quinze por cento), mas superior a 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento), pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos conselheiros deverão ser Conselheiros Independentes, sendo que os detentores de ações preferenciais terão direito de eleger, em votação em separado, 02 (dois) dos

Conselheiros Independentes.

- c) Caso o Acionista Controlador, a qualquer tempo, passe a deter número de ações que represente uma Participação nos Dividendos igual ou inferior a 7,5% (sete inteiro e cinco décimos por cento), pelo menos 60% (sessenta por cento) dos conselheiros deverão ser Conselheiros Independentes, sendo que os detentores de ações preferenciais terão direito de eleger, em votação em separado, 02 (dois) Conselheiros Independentes.

§4º - Caso os detentores de ações preferenciais elejam um membro do Conselho de Administração nos termos do artigo 141, §4º da Lei das S.A., o direito previsto no Parágrafo 3º, alínea “a” não será aplicável e, nas hipóteses previstas no Parágrafo 3º, alíneas “b” e “c”, os detentores de ações preferenciais terão o direito de eleger, em votação em separado, apenas 1 (um) dos Conselheiros Independentes.

§5º - Adicionalmente ao disposto no Parágrafo 3º acima, caso o Acionistas Controlador, a qualquer tempo, passe a deter uma Participação nos Dividendos igual ou inferior a 35% (trinta e cinco por cento), deverá ser instalado o Comitê de Governança Estatutário, cujo funcionamento e funções observarão o disposto neste Estatuto Social.

§6º - Adicionalmente ao disposto no Parágrafo 3º acima, caso o Acionista Controlador, a qualquer tempo, passe a deter uma Participação nos Dividendos igual ou inferior a 15% (quinze por cento), os Conselheiros Independentes somente poderão ser destituídos no curso do respectivo mandato mediante prévia aprovação da Assembleia Especial.

§7º - Os membros do Conselho de Administração tomarão posse mediante a assinatura do termo respectivo, lavrado em livro próprio, sendo a posse condicionada à assinatura do Termo de Anuência dos Administradores (conforme definido no Regulamento). Os Conselheiros deverão, imediatamente após a investidura no cargo, comunicar à BM&FBOVESPA a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Sociedade de que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

§8º - Os membros do Conselho de Administração não reeleitos exercerão suas atribuições até a posse dos seus substitutos.

§9º - Exceto se ocorrer vacância no Conselho de Administração que resulte em composição inferior a 05 (cinco) membros do órgão, as vagas dos membros do Conselho de Administração, não havendo suplente, deverão ser preenchidas na primeira Assembleia Geral que se realizar após tal vacância, nos termos deste

ARTIGO 18. Caso ocorra vacância no Conselho de Administração que resulte em composição inferior a 05 (cinco) membros do órgão, os conselheiros em exercício

nomearão substituto(s) para que o órgão seja recomposto a 05 (cinco) membros, que deverão permanecer no cargo até o final do mandato corrente.

ARTIGO 19 - O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado pelo Presidente ou por 03 (três) de seus membros. Os Conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de conferência telefônica ou vídeo conferência.

§1º - A convocação será feita com antecedência mínima de 07 (sete) dias, por carta protocolada, ou outros meios escritos, com breve descrição da ordem do dia, considerado regularmente convocado o membro presente à reunião.

§2º - Das reuniões serão lavradas atas.

§3º - As reuniões serão instaladas estando presentes pelo menos a maioria dos membros do Conselho, nas 2 (duas) primeiras convocações, e com a presença de qualquer número de membros na terceira convocação, e as deliberações serão tomadas por maioria de votos dentre os membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

§4º - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que compareçam todos os membros.

§5º - Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal podem comparecer às reuniões do Conselho de Administração, com direito a voz, mas não a voto.

ARTIGO 20 - Compete ao Conselho de Administração deliberar sobre as matérias descritas no artigo 142 da Lei das S.A. e no presente Estatuto Social (e, quando for o caso, manifestar-se favoravelmente às deliberações privativas da Assembleia Geral), pelo voto favorável da maioria dos presentes.

ARTIGO 21 - Compete ao Conselho de Administração:

- a) Determinar a orientação geral dos negócios da Sociedade;
- b) Eleger e destituir os Diretores da Sociedade;
- c) Avocar e decidir sobre qualquer assunto que não se compreenda na competência privativa da Assembleia Geral ou da Diretoria;
- d) Deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral e da Assembleia Especial, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei das S.A.;
- e) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Sociedade e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;

- f) Escolher e destituir os auditores independentes;
- g) Convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários;
- h) Apreciar o relatório da administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;
- i) Aprovar os orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento, bem como acompanhar sua execução;
- j) Aprovar a constituição de subsidiária e a participação da Sociedade no capital de outras sociedades, no País ou no exterior;
- k) Aprovar ou estabelecer alçada da Diretoria para aprovar, a alienação mesmo fiduciariamente, ou oneração de bens sociais do ativo permanente, inclusive hipotecar, empenhar, caucionar, dar em anticrese, dar aval ou fiança, confessar, renunciar a direito, dispensar obrigações de terceiros para com a Sociedade, transigir, estabelecer ainda, quando julgar conveniente, quaisdentre os membros da Diretoria deverão praticar o ato autorizado, podendo, nos casos que definir, exigir a prévia autorização do Conselho de Administração como condição de validade do ato;
- l) Autorizar a Sociedade a prestar garantias a obrigações de terceiros;
- m) Zelar pelo cumprimento das políticas de transações da Sociedade com suas partes relacionadas;
- n) Autorizar a abertura, transferência ou encerramento de escritórios, filiais, dependências ou outros estabelecimentos da Sociedade;
- o) Deliberar sobre a aquisição pela Sociedade de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;
- p) Outorgar opção de compra de ações a seus administradores e empregados nos termos de plano aprovado pela Assembleia Geral, sem direito de preferência para os acionistas;
- q) Deliberar sobre a emissão de debêntures simples, conversíveis em ações ou não conversíveis, com ou sem garantia real;
- r) Autorizar a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam "bonds", "notes", "commercial papers", e outros, de uso comum no mercado, deliberando ainda sobre as suas condições de emissão e resgate;
- s) A seu critério, fixar periodicamente parâmetros de valor envolvido,

tempo/prazo, extensão de efeitos e outros que julgar convenientes, pelos quais determinados atos societários e/ou financeiros, inclusive empréstimos ativos ou passivos, possam ser praticados pela Diretoria;

t) Autorizar a tomada de empréstimos, bem como a concessão de empréstimos ou outros créditos, pela Sociedade;

u) Dispor, observadas as normas deste Estatuto Social e da legislação vigente, sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento;

v) Autorizar qualquer aumento do capital social da Sociedade mediante emissão de ações até o limite do capital autorizado, nos termos do artigo 6º deste Estatuto Social;

w) Manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Sociedade, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Sociedade; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Sociedade; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; e

x) Definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Sociedade, nos casos de oferta pública de aquisição de ações para cancelamento de registro de Sociedade aberta ou para saída do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA.

§1º - A Sociedade e os Administradores deverão, pelo menos uma vez ao ano, realizar reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à sua respectiva situação econômico-financeira, projetos e perspectivas.

§2º - Compete ainda ao Conselho de Administração a instituição de Comitês e o estabelecimento dos respectivos regimentos e competências, sendo de funcionamento permanente os Comitês de Auditoria e de Gestão de Pessoas e, sendo previsto, ainda, um Comitê de Governança Estatutário, instalado nos termos do Artigo 27.

SEÇÃO II

DIRETORIA

ARTIGO 22 - A Diretoria será composta por no mínimo 02 (dois) e no máximo 07 (sete) Diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Vice Presidente Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores e 04 (quatro) Diretores Vice Presidentes, todos residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, com mandato de 01 (um) ano, podendo ser reeleitos.

§1º - As atribuições dos Diretores serão especificadas pelo Conselho de Administração que também estabelecerá a remuneração fixa de cada membro da Diretoria e distribuirá, quando for o caso, a participação nos lucros fixada pela Assembleia Geral.

§2º - Compete fundamentalmente aos Diretores zelar pela observância da Lei e deste Estatuto Social.

§3º - Ao Diretor Presidente cabe, especialmente, coordenar o andamento das atividades regulares da Sociedade, incluindo as seguintes atividades:

- a) fazer cumprir o Estatuto Social e as diretrizes e as deliberações tomadas em Assembleias Gerais, nas reuniões do Conselho de Administração e nas suas próprias reuniões;
- b) administrar, gerir e superintender os negócios sociais, e emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários, para se fazer cumprir a orientação geral do Conselho de Administração acerca dos negócios da Sociedade, nos termos do Artigo 21, "a", do presente Estatuto Social;
- c) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Sociedade e o andamento de suas operações;
- d) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;
- e) elaborar e propor, ao Conselho de Administração, os orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento; e
- f) exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração;

§4º - O Diretor-Presidente será o representante da Sociedade frente aos diversos públicos e, nas responsabilidades de relacionamento e políticas institucionais, tendo para tanto, o apoio do Presidente do Conselho de Administração.

§5º - Ocorrendo vacância de cargo de Diretor, ou impedimento do titular, caberá ao Conselho de Administração eleger o novo Diretor ou designar o substituto, fixando, em qualquer dos casos, o prazo da gestão e os respectivos vencimentos.

§6º - A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, e a sua convocação cabe ao Diretor Presidente, que também presidirá a reunião.

§7º - A reunião instalar-se-á com a presença de Diretores que representem a maioria dos membros da Diretoria.

§8º - As atas das reuniões e as deliberações da Diretoria serão registradas em livro próprio.

§9º - Os membros da Diretoria tomarão posse mediante a assinatura do termo respectivo, lavrado em livro próprio, sendo a posse condicionada à assinatura do Termo de Anuência dos Administradores (conforme definido no Regulamento). Os Diretores deverão, imediatamente após a investidura no cargo, comunicar à BM&FBOVESPA a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Sociedade de que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

ARTIGO 23 - A Diretoria terá todos os poderes e atribuições que a Lei, o Estatuto Social e o Conselho de Administração da Sociedade lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Sociedade, podendo decidir sobre a prática de todos os atos e realizações de todas as operações que se relacionarem com o objeto da Sociedade e que não forem da competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, ou ainda que deste último não exigirem prévia manifestação.

§1º - Observado o disposto acima, compete à Diretoria:

- a) a representação da Sociedade, na forma estatutária, em juízo ou fora dele, observadas as atribuições de Lei, além da nomeação de procuradores ad negotia ou ad judicia;
- b) a elaboração e execução dos planos e da política de investimentos e desenvolvimento, bem como os respectivos orçamentos, observada a competência deliberativa do Conselho de Administração; e
- c) o controle e a análise do comportamento das sociedades controladas, coligadas e subsidiárias com vistas aos resultados esperados.

§2º - A Diretoria poderá designar um dos seus membros para representar a Sociedade em atos e operações no país ou no exterior, ou constituir umprocurador apenas para a prática de ato específico.

ARTIGO 24 - Além das atribuições do Artigo 22, parágrafo 3.º supra, são poderes

privativos do Diretor Presidente da Sociedade convocar e presidir as reuniões da Diretoria e fiscalizar o cumprimento das deliberações gerais.

ARTIGO 25 - Todos os atos que criarem responsabilidade para com a Sociedade, ou dispensarem obrigações de terceiros para com ela, incluindo a representação da Sociedade em juízo, ativa e passivamente, só serão válidos se aprovados de acordo com o Estatuto Social e se tiverem:

- a) a assinatura do Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor; ou
- b) a assinatura conjunta de dois Diretores; ou
- c) a assinatura de um Diretor em conjunto com um procurador; ou
- d) a assinatura conjunta de dois procuradores da Sociedade.

§1º - Os mandatos serão sempre assinados por dois membros da Diretoria e serão outorgados para fins específicos e por prazo determinado, salvo os que contemplarem os poderes da cláusula ad judícia.

§2º - A Sociedade será representada isoladamente por qualquer dos membros da Diretoria, sem as formalidades previstas neste artigo, nos casos de prestação de depoimento pessoal, e na qualidade de prepostos em audiências.

SEÇÃO III

COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 26 - O Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração e de funcionamento permanente, terá as atribuições estabelecidas pela Instrução da CVM nº 308, de 14 de maio de 1999, conforme alterada, neste Estatuto Social e no seu regimento interno.

§1º - O Comitê de Auditoria possuirá autonomia operacional e dotação orçamentária, anual ou por projeto.

§2º - O Comitê de Auditoria deverá possuir meios para receber denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à Sociedade, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades.

§3º - No desenvolvimento de suas atividades, o Comitê de Auditoria poderá contratar e utilizar especialistas externos e independentes.

§4º - O Comitê de Auditoria será composto por no mínimo 03 (três) membros, todos eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até dez (dez) anos e observado o disposto na Instrução CVM nº 308 acima referida, sendo que, na hipótese de impedimento definitivo ou vacância do cargo de

membro do Comitê de Auditoria, competirá ao Conselho de Administração eleger substituto que deverá completar o mandato do membro substituído.

§5º - Ao menos 01 (um) dos membros do Comitê de Auditoria deve possuir reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

§6º - Compete ao Comitê de Auditoria, além das funções, atribuições e poderes a ele conferidos pelo Conselho de Administração e em seu regimento interno, e observada a regulamentação em vigor:

- a) supervisionar o relacionamento da Sociedade com seus auditores externos, incluindo (i) opinar sobre a sua contratação e destituição e acerca de sua remuneração; (ii) recomendar a contratação de outros serviços à empresa de auditoria externa; (iii) avaliar a sua independência, qualidade e adequação dos serviços prestados; e (iv) mediar eventuais conflitos e controvérsias entre a Administração da Sociedade e os auditores externos;
- b) supervisionar as atividades (i) da área de controles internos da Sociedade; (ii) da área de auditoria interna da Sociedade; e (iii) da área responsável pela elaboração das demonstrações financeiras da Sociedade;
- c) monitorar a qualidade e integridade (i) dos mecanismos de controles internos; (ii) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Sociedade; e (iii) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados nãocontábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras;
- d) avaliar e monitorar as exposições de risco da Sociedade, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com (i) a remuneração da administração; (ii) a utilização de ativos da Sociedade; e (iii) as despesas incorridas em nome da Sociedade;
- e) avaliar e monitorar, juntamente com a Administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Sociedade;
- f) tomar as iniciativas e medidas necessárias ao conhecimento e apuração de reclamações relativas a matérias referentes às demonstrações financeiras, controles internos e auditoria externa; e
- g) elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (i) suas atividades, resultados e conclusões alcançados e recomendações feitas; e (ii) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Sociedade, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às

demonstrações financeiras da Sociedade.

§7º - Sem prejuízo do disposto acima, o Comitê de Auditoria exercerá também as funções de comitê de auditoria (Audit Committee) para os fins da legislação norte-americana, especialmente o "Sarbanes-Oxley Act".

§8º - Os membros do Comitê de Auditoria escolherão um de seus pares para ocupar o cargo de coordenador, que deverá ser membro independente do Conselho de Administração e terá a prerrogativa de convocar reuniões extraordinárias e determinar a pauta das discussões a serem realizadas, observado que o Comitê de Auditoria reunir-se-á no mínimo em periodicidade que permita que as informações contábeis da Sociedade sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação. Todas as deliberações tomadas em reuniões do Comitê de Auditoria constarão de atas assinadas pelos membros presentes.

§9º - O regimento interno do Comitê de Auditoria conterá regras e procedimentos complementares ao previsto neste Estatuto Social para a realização das reuniões do órgão.

§10 - O Comitê de Auditoria, ou seu coordenador, deverá reunir-se com o Conselho de Administração ao menos trimestralmente e comparecer à Assembleia Geral ordinária da Sociedade.

SEÇÃO IV

COMITÊ DE GOVERNANÇA ESTATUTÁRIO

ARTIGO 27 - O Comitê de Governança Estatutário será instalado na hipótese do Acionista Controlador deter número de ações que represente uma Participação nos Dividendos inferior a 35% (trinta e cinco por cento).

§1º - O Comitê de Governança Estatutário, quando instalado, será composto por no mínimo 03 (três) membros, sendo a maioria dos membros Conselheiros Independentes.

§2º - O Comitê de Governança Estatutário será coordenado por um Conselheiro Independente, que terá a prerrogativa de convocar reuniões extraordinárias e determinar a pauta das discussões a serem realizadas.

ARTIGO 28 - Compete ao Comitê de Governança Estatutário:

- a) pronunciar-se sobre a indicação dos Conselheiros Independentes feita pelo Acionista Controlador, podendo se manifestar reservada e antecipadamente à Assembleia Geral caso seja instado pelo Acionista Controlador;
- b) emitir recomendações sobre a composição do Conselho de Administração tendo em vista as experiências e qualificações profissionais que devem preferencialmente estar representadas no Conselho de Administração, nos termos

do parágrafo 1º, do artigo 18, deste Estatuto Social;

- c) recomendar ao Conselho de Administração um conjunto de diretrizes de governança corporativa aplicáveis à Sociedade, supervisionando sua implementação;
- d) analisar e aprovar anualmente o Código de Conduta da Sociedade; e
- e) analisar e se manifestar sobre situações de potenciais conflitos de interesses entre conselheiros e a Sociedade.

Parágrafo único - Caso o Comitê de Governança Estatutário verifique que a(s) indicação(ões) de Conselheiros Independentes realizada(s) pelo Acionista Controlador não preenche(m) os requisitos necessários para qualificá-los como Conselheiros Independentes (conforme definido no Regulamento), o Comitê de Governança Estatutário deverá comunicar tal fato ao Conselho de Administração para que este notifique o Acionista Controlador acerca de tal fato, solicitando a indicação de novo(s) candidato(s).

CAPÍTULO VI CONSELHO FISCAL

ARTIGO 29 - A Sociedade terá um Conselho Fiscal, composto por, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 05 (cinco) membros e suplentes em igual número, não tendo caráter permanente, e só será eleito e instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas, nos casos previstos na Lei das S.A.

Parágrafo único - Os membros do Conselho Fiscal tomarão posse mediante a assinatura do termo respectivo, lavrado em livro próprio, sendo a posse condicionada à assinatura do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal (conforme definido no Regulamento). Os Conselheiros Fiscais deverão, imediatamente após a investidura no cargo, comunicar à BM&FBOVESPA a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Sociedade de que sejam titulares direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

ARTIGO 30 - O Conselho Fiscal reunir-se-á sempre que convocado por qualquer um de seus membros, em periodicidade de, no mínimo, uma vez por trimestre. O funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação, podendo os seus membros serem reeleitos.

ARTIGO 31 - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger.

CAPÍTULO VII EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO E RESULTADOS

ARTIGO 32 - O exercício social terá a duração de um ano, e terminará no último

dia do mês de dezembro de cada ano.

ARTIGO 33 - Ao fim de cada exercício social serão elaborados, com base na escrituração mercantil da Sociedade, as seguintes demonstrações financeiras previstas em lei:

- a) balanço patrimonial;
- b) demonstrações das mutações do patrimônio líquido;
- c) demonstração do resultado do exercício; e
- d) demonstração das origens e aplicações de recursos.

§1º - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto Social e na Lei das S.A.

§2º - O Conselho de Administração poderá determinar o levantamento de balancetes a qualquer tempo, respeitados os preceitos legais, e aprovar a distribuição de dividendos intercalares com base nos lucros apurados.

§3º - A qualquer tempo, o Conselho de Administração também poderá deliberar a distribuição de dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes.

§4º - O valor pago ou creditado a título de juros sobre o capital próprio nos termos do artigo 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249/95 e legislação e regulamentação pertinentes, poderá ser imputado ao dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Sociedade para todos os efeitos legais.

§5º - Dividendos intermediários e intercalares deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório.

ARTIGO 34 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.

§1º - Sobre o lucro remanescente apurado na forma do caput deste artigo, será calculada a participação estatutária dos Administradores, até o limite máximo legal.

§2º - Do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o parágrafo anterior, destinar-se-á:

- a) 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento)

do capital social integralizado;

b) do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o parágrafo anterior e ajustado na forma do artigo 202 da Lei das S.A., destinar-se-ão 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendo obrigatório a todos os seus acionistas;

c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembleia Geral aprovar, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, nos termos do artigo 197 da Lei das S.A.; e

d) o saldo remanescente terá a destinação que lhe for atribuída pelo Conselho de Administração, no pressuposto da aprovação pela Assembleia Geral e caso esta não delibere diversamente, nos termos do artigo 196 da Lei das S.A.

CAPÍTULO VIII

LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 35 - A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral, e se extinguirá pelo encerramento da liquidação.

Parágrafo único - O Conselho de Administração nomeará o liquidante, as formas e diretrizes a seguir e fixará os seus honorários.

CAPÍTULO IX

REGRAS PARA A TRANSFERÊNCIA DAS AÇÕES

ARTIGO 36 - O Acionista Controlador, conforme determinado em 23 de março de 2015, deverá observar as seguintes restrições para a alienação das 31.463.850 (trinta e um milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, oitocentos e cinquenta) ações preferenciais que detinha em 23 de março de 2015:

a) até 23 de março de 2016, o Acionista Controlador e seus cessionários permitidos, nos termos dos Parágrafos 1º e 2º deste Artigo 36, deverão deter ininterruptamente pelo menos 31.463.850 (trinta e um milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, oitocentos e cinquenta) ações preferenciais; e

b) após o prazo estabelecido no item (a) acima, por um período adicional de 1(um) ano, o Acionista Controlador e seus cessionários permitidos, nos termos dos Parágrafos 1º e 2º deste Artigo 36, deverão deter ininterruptamente pelo menos 15.731.925 (quinze milhões, setecentos e trinta e um mil, novecentos e vinte e cinco) ações preferenciais, podendo alienar 15.731.925 (quinze milhões, setecentos e trinta e um mil, novecentos e vinte e cinco) sem incorrer nas restrições do Artigo 37 abaixo.

§1º - Até 23 de março de 2017, o Acionista Controlador, conforme determinado em 23 de março de 2015, somente poderá transferir ações preferenciais abrangidas por este Artigo 36 em operações privadas, fora do ambiente de bolsa ou mercado de balcão organizado, para adquirentes que concordem em cumprir com as restrições previstas neste Artigo 36. Para fins deste parágrafo, a alienação de ações preferenciais pelo Acionista Controlador em oferta pública distribuída com esforços restritos, nos termos da Instrução da CVM nº476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, ou por meio de leilão para venda em lote único, serão consideradas operações privadas, desde que sejam condicionadas ao compromisso do adquirente em assumir as obrigações aqui estabelecidas.

§2º - Qualquer alienação privada subsequente das ações preferenciais alienadas inicialmente pelo Acionista Controlador, conforme determinado em 23 de março de 2015, nos termos do Parágrafo 1º acima dentro dos períodos de restrição previstos neste Artigo 36 somente poderá ser realizada se o novo adquirente de tais ações preferenciais concordar em cumprir as restrições previstas neste artigo 36.

§3º - As restrições para transferência de ações preferenciais previstas neste Artigo 36 não se aplicam às ações preferenciais que resultem da conversão de ações ordinárias ou que venham a ser adquiridas pelo Acionista Controlador após 23 de março de 2015.

ARTIGO 37 - A transferência de ações ordinárias de propriedade do Acionista Controlador, ou de ações preferenciais resultantes da conversão de ações ordinárias, estará sujeita às restrições deste Artigo 37.

§1º - A transferência, em uma ou mais operações privadas, fora do ambiente de bolsa ou mercado de balcão organizado, de ações ordinárias de propriedade do Acionista Controlador, ou de ações preferenciais resultantes da conversão de ações ordinárias, somente poderá ser realizada, independentemente do percentual de ações ordinárias ou preferenciais objeto de tal operação, se o adquirente de tais ações ordinárias ou preferenciais concordar em não alienar em bolsa ou mercado de balcão organizado as ações adquiridas pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data da operação. Nestas hipóteses, o Acionista Controlador não poderá realizar uma nova transferência, em uma ou mais operações privadas, fora do ambiente de bolsa ou mercado de balcão organizado, de ações ordinárias ou de ações preferenciais resultantes da conversão de ações ordinárias pelo prazo de 6 (seis) meses a contar da data da operação.

§2º - Qualquer alienação privada subsequente das ações alienadas inicialmente pelo Acionista Controlador nos termos do Parágrafo 1º acima dentro do referido período de 12 (doze) meses somente poderá ser realizada se o novo adquirente de tais ações concordar em não alienar tais ações em bolsa ou mercado de balcão organizado até o término do período de 12 (doze) meses contados da data em que

tais ações foram alienadas pelo Acionista Controlador.

§3º - Exceto se observado um processo de venda organizado, conforme previsto no Parágrafo 4º abaixo, o Acionista Controlador não poderá alienar, em cada operação realizada em ambiente de bolsa ou mercado de balcão organizado, uma quantidade de ações preferenciais que representem Participação nos Dividendos superior a 3% (três por cento). A realização de cada operação de venda em ambiente de bolsa ou mercado de balcão organizado automaticamente impedirá o Acionista Controlador de realizar uma nova alienação de ações preferenciais, em ambiente de bolsa ou mercado de balcão organizado, pelo prazo de 6 (seis) meses a contar da data em que se realizar referida venda em bolsa ou mercado de balcão organizado, sem prejuízo do disposto no Parágrafo 4º abaixo.

§4º - A alienação de ações preferenciais que representem Participação nos Dividendos superior a 3% (três por cento) somente poderá ser realizada por meio de oferta pública registrada perante a CVM, ficando o Acionista Controlador sujeito apenas às restrições sobre transferências que forem acordadas no âmbito da oferta pública.

ARTIGO 38 – As restrições para transferência previstas neste Capítulo IX cessarão automática e definitivamente a partir do momento em que (a) seja realizada uma oferta pública de aquisição de ações em função da alienação do controle da Sociedade, conforme prevista no Artigo 40; ou (b) o Acionista Controlador passe a deter ações de emissão da Sociedade que representem Participação nos Dividendos igual ou inferior a 15% (quinze por cento).

Parágrafo único – Caso o Acionista Controlador detenha Participação nos Dividendos superior a 15% (quinze por cento) e seja constituído por um grupo de acionistas, vinculado por um acordo de acionistas ou qualquer outra forma, as restrições estabelecidas neste Capítulo IX não se aplicarão aos acionistas integrantes de tal grupo que detenham menos de 15% (quinze por cento) de Participação nos Dividendos. Para os fins de apuração da Participação nos Dividendos prevista neste Artigo 38 deverão ser agregadas todas as ações de emissão da Sociedade que sejam de propriedade de acionistas que estejam sob Controle comum.

ARTIGO 39 – Caso o Acionista Controlador venha a adquirir ações preferenciais após 23 de março de 2015, tal Acionista Controlador poderá alienar ações preferenciais em número igual as ações preferenciais adquiridas após tal data, sem que sejam aplicadas quaisquer das restrições dispostas nos Artigos 37 e 38 ou à alienação de tais ações preferenciais.

CAPÍTULO X

DA ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO, DO CANCELAMENTO DO

REGISTRO DE SOCIEDADE ABERTA, DA DESCONTINUIDADE DE PRÁTICAS DIFERENCIADAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E DA AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO RELEVANTE

ARTIGO 40 – Sem prejuízo do disposto no Capítulo IX deste Estatuto Social, a alienação do controle da Sociedade, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Adquirente do controle (conforme definido no Regulamento) se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Sociedade, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante (conforme definido no Regulamento).

Parágrafo único - O preço da oferta pública a que se refere o caput deste artigo (a) será o preço pago por ação do bloco de controle, para os titulares de ações ordinárias de emissão da Sociedade, e (b) será igual a 35 (trinta e cinco) vezes o preço pago por ação do bloco de controle para os titulares de ações preferenciais de emissão da Sociedade.

ARTIGO 41 - A oferta pública referida no artigo anterior ainda será exigida:

- a) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação do Controle da Sociedade (conforme definido no Regulamento); e
- b) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Sociedade (conforme definido no Regulamento), sendo que, neste caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA, o valor atribuído à sociedade nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

ARTIGO 42 - Sem prejuízo do disposto no Capítulo IX deste Estatuto Social, aquele que venha a adquirir o Poder de Controle da Sociedade, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

- a) efetivar a oferta pública referida no Artigo 40 deste Estatuto Social; e
- b) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento, sendo que o valor a ser pago por ação preferencial, nos termos deste item (b) corresponderá a 35 (trinta e cinco) vezes o preço pago por ação ordinária. Referida quantia deverá ser distribuída

entre todas as pessoas que venderam ações da Sociedade nos pregões em que o Adquirente (conforme definido no Regulamento) realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

ARTIGO 43 - A Sociedade não registrará qualquer transferência de ações para o Adquirente do Poder de Controle, ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores (conforme definido no Regulamento).

ARTIGO 44 - A Sociedade não registrará acordo de acionistas que disponhasobre o exercício de Poder de Controle enquanto seus signatários não subscreverem o Termo de Anuência dos Controladores.

ARTIGO 45 - Fica estabelecida a obrigatoriedade do Acionista Controlador ou da Sociedade de efetivar oferta pública de aquisição de ações para cancelamento do registro de Sociedade aberta. O preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado no laudo de avaliação de que trata o item 10.1 do Regulamento, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis e observados os direitos econômicos distintos de cada espécie de ação.

ARTIGO 46 - Fica estabelecida a obrigatoriedade:

a) do Acionista Controlador efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Sociedade, no caso de saída da Sociedade do Nível 2 para que as ações da Sociedade passem a ter registro para negociação fora do Nível 2; e

b) do Acionista Controlador efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Sociedade, na hipótese de reorganização societária da qual a Sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 de Governança Corporativa no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação.

§1º - Em ambos os casos, o preço a ser ofertado deverá corresponder, no mínimo, ao Valor Econômico, a ser apurado na forma prevista na Seção X do Regulamento, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

§2º - O Acionista Controlador estará dispensado de proceder à oferta pública de aquisição de ações referida caput deste artigo se a Sociedade sair do Nível 2 de Governança Corporativa em razão da celebração do contrato de participação da Sociedade no segmento especial da BM&FBOVESPA denominado Novo Mercado ("Novo Mercado") ou se a Sociedade resultante de reorganização societária obtiver autorização para negociação de valores mobiliários no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a

referida operação.

ARTIGO 47 - O laudo de avaliação de que trata o artigo 45 deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente do poder de decisão da Sociedade, seus Administradores e/ou Acionista(s) Controlador(es), devendo o laudo também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei das S.A. e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo da referida Lei.

§1º - A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Sociedade é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, e cabendo a cada ação, independentemente de espécie ou classe, o direito a um voto, ser tomada por maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação (conforme definido no Regulamento) presentes naquela assembleia, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

§2º - Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

ARTIGO 48 - Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Sociedade do Nível 2 de Governança Corporativa para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Nível 2 de Governança Corporativa, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 de Governança Corporativa ou no Novo Mercado, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no artigo 46 acima.

§1º - A assembleia geral que aprovou a referida operação deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

§2º - Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de reorganização societária, conforme os termos do Parágrafo 1.º acima, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

ARTIGO 49 - A saída da Sociedade do Nível 2 de Governança Corporativa em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento está condicionada

à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o artigo 47 acima, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

§1º - O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput desse artigo.

§2º - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Nível 2 de Governança Corporativa referida no caput decorrer de deliberação da assembleia geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput.

§3º - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Nível 2 de Governança Corporativa referida no caput ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os Administradores da Sociedade deverão convocar assembleia geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento ou, se for o caso, deliberar pela saída da Sociedade do Nível 2 de Governança Corporativa.

§4º - Caso a assembleia geral mencionada no Parágrafo 2.º acima delibere pela saída da Sociedade do Nível 2 de Governança Corporativa, a referida assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no caput, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

ARTIGO 50 – Sem prejuízo do disposto nos artigos 40 a 49 deste Estatuto, qualquer pessoa ou grupo de pessoas (“Comprador Relevante”), que venha a adquirir ou se torne titular, por qualquer motivo, de ações de emissão da Sociedade que representem Participação nos Dividendos igual ou superior a 30% (trinta por cento), seja ou não acionista da Sociedade anteriormente à operação específica que resultar na titularidade de tais ações, deverá efetivar uma oferta pública de aquisição de ações específica para a hipótese prevista neste Artigo 50 (“OPA de 30%”), para aquisição da totalidade das ações de emissão da Sociedade, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da BM&FBOVESPA e os termos deste Artigo. O Comprador Relevante deverá solicitar o registro, caso exigido, ou lançar a referida OPA de 30% no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações ou direitos representando Participação nos Dividendos igual ou superior a 30% (trinta por cento).

§1º - A OPA de 30% deverá ser (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Sociedade, (ii) efetivada em leilão a ser realizado na BM&FBOVESPA, (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no Parágrafo 2º deste Artigo, e (iv) paga à vista, em moeda corrente nacional.

§2º - O preço de aquisição na OPA de 30% de cada ação de emissão da Sociedade será determinado com base no maior preço pago pelo Comprador Relevante por ações da Sociedade em qualquer tipo de negociação, de qualquer espécie ou classe, no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA de 30% nos termos deste Artigo 50, ajustado por eventos societários, tais como distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio, grupamentos, desdobramentos ou bonificações. Se o maior preço pago pelo Comprador Relevante no período de 12 (doze) meses se referir a ações ordinárias, tal preço será o preço de aquisição na OPA de 30% para cada ação ordinária de emissão da Sociedade, e o preço de aquisição na OPA de 30% para cada ação preferencial será de 35 (trinta e cinco) vezes o preço para cada ação ordinária. Inversamente, se o maior preço pago pelo Comprador no período de 12 (doze) meses se referir a ações preferenciais, tal preço será o preço de aquisição na OPA de 30% para cada ação preferencial de emissão da Sociedade, e o preço de aquisição na OPA de 30% para cada ação ordinária será de 1/35 (um dividido por trinta e cinco) vezes o preço para cada ação preferencial.

§3º - A realização da OPA de 30% não excluirá a possibilidade de outro acionista da Sociedade, ou, se for o caso, a própria Sociedade, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

§4º - O Comprador Relevante deverá atender eventuais solicitações ou exigências da CVM dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável.

§5º - Na hipótese do Comprador Relevante não cumprir com as obrigações impostas por este Artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para a realização ou solicitação do registro, caso exigido, da OPA de 30%; ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Sociedade convocará Assembleia Geral, na qual o Comprador Relevante não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Comprador Relevante que não cumpriu com qualquer das obrigações impostas por este Artigo, conforme disposto no Artigo 120 da Lei das S.A., sem prejuízo da responsabilidade do Comprador Relevante por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este Artigo 50.

§6º - Para fins do cálculo da Participação nos Dividendos igual ou superior a 30% (trinta por cento) nos termos do caput deste Artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Sociedade com o cancelamento de ações.

§7º - A obrigação de realização de OPA de 30% não se aplicará ao Acionista Controlador, conforme apurado em 23 de março de 2015, bem como aos seus cotistas, sócios indiretos, herdeiros e sucessores, desde que tal Acionista

Controlador ou os seus cotistas, sócios indiretos, herdeiros e sucessores, mantenham ininterruptamente a propriedade de ações de emissão da Sociedade que representem uma Participação nos Dividendos igual ou superior a 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) a partir de 23 de março de 2015 até a data em que venham a adquirir ou se torne, titular, por qualquer motivo, de ações de emissão da Sociedade que representem Participação nos Dividendos igual ou superior a 30% (trinta por cento), nos termos do caput deste Artigo 50.

ARTIGO 51 - A Sociedade ou os acionistas responsáveis pela efetivação da oferta pública de aquisição de ações prevista neste Capítulo X, no Regulamento ou na regulamentação da CVM poderão assegurar sua realização por intermédio de qualquer acionista ou terceiro. A Sociedade ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de efetivar a oferta pública de aquisição de ações até que a mesma seja concluída com observância das regras aplicáveis.

ARTIGO 52 - É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição de ações, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo X, no Regulamento ou na regulamentação da CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição de ações e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

CAPÍTULO XI INTERPRETAÇÃO

ARTIGO 53 - Para fins deste Estatuto Social:

a) a Participação nos Dividendos detida por qualquer acionista ou representado por um determinado número de ações será expressa como uma porcentagem, que não levará em consideração a existência de lucro ou sua distribuição em determinado exercício social, e determinada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$PnD = \frac{100 \times [XON + 35 \times (XPN)]}{TON + 35 \times TPN}$$

Onde:

PnD = expressão em porcentagem da Participação nos Dividendos de determinado acionista;

XON = número de ações ordinárias de emissão da Sociedade detidas pelo acionista ou envolvidas no negócio em questão na data de apuração;

XPN = número de ações preferenciais de emissão da Sociedade detidas pelo acionista ou envolvidas no negócio em questão na data de apuração;

TON = número total de ações ordinárias emitidas pela Sociedade na data de apuração;

TPN = número total de ações preferenciais emitidas pela Sociedade na data de apuração.

b) o Acionista Controlador é o(s) acionista(s) ou o grupo de pessoas (i) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum ("Grupo de Acionistas"), que efetivamente exerça(m) o poder de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Sociedade, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao Grupo de Acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas 3 (três) últimas assembleias gerais da Sociedade, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

CAPÍTULO XII DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 54 - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S.A., respeitado o Regulamento.

ARTIGO 55 - A Sociedade, seus Acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das S.A., no Estatuto Social da Sociedade, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento, do Regulamento de Sanções (conforme definido no Regulamento), do Contrato de Participação no Nível 2 de Governança da BM&FBOVESPA e do Regulamento de Arbitragem (conforme definido no Regulamento).

ARTIGO 56 - Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 03 (três) anos, contando da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Sociedade.

ARTIGO 57 - A Sociedade observará os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei das S.A., cabendo à administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias aos respectivos termos, e ao Presidente da

Assembleia Geral e ao Presidente do Conselho de Administração abster-se de computar os votos lançados contra os mesmos acordos.

* * *

ANEXO E

Fato Relevante - Atualização Projeções Financeiras - Saída do Chapter 11

GOL Atualiza Projeções Financeiras para Apoiar Processo de Financiamento de Saída do *Chapter 11*

São Paulo, 05 de maio de 2025 – A GOL Linhas Aéreas Inteligentes S.A. (B3: GOLL4) (“Companhia” ou “GOL”), uma das principais companhias aéreas do Brasil, comunica hoje a atualização de suas projeções financeiras em apoio ao processo de financiamento da sua saída do *Chapter 11*, conforme detalhado na apresentação anexa como Anexo I. A Companhia informa que as projeções atualizadas servem como atualização ao Plano de 5 anos divulgado em 15 de janeiro de 2025. As projeções financeiras atualizadas incluídas na apresentação anexa incorporam os seguintes desempenhos financeiros reais e projetados:

1. **Resultados Efetivos de 2024:** Incluem os resultados financeiros efetivamente alcançados no exercício de 2024, que servem de base para a atualização das projeções dos anos seguintes.
2. **Atualização das Diretrizes Financeiras para 2025:** Revisão das estimativas para o exercício de 2025, com Receita Líquida Total prevista entre R\$22,1 bilhões e R\$22,7 bilhões e EBITDA entre R\$5,7 bilhões e R\$5,9 bilhões¹.
3. **Revisões de Receita até o 1T de 2026:** Ajustes nas projeções de receita com base nas tendências atuais de reservas e contratos assinados, refletindo expectativa de demanda mais forte até o primeiro trimestre de 2026.
4. **Atualizações do Acordo com os credores dos Bônus 2026:** Incorporação dos termos do acordo firmado com um grupo ad hoc de detentores dos títulos com vencimento em 2026 (“Grupo Ad Hoc”), pelo qual os membros se comprometeram a adquirir US\$125 milhões dos US\$1,9 bilhão em notas de financiamento de saída (“*Exit Debt Financing*”), no contexto de um acordo de reivindicações, conforme divulgado no fato relevante de 2 de maio de 2025.
5. **Atualizações no Financiamento de Dívida de Saída:** Revisão para cima do cupom esperado a ser pago sobre o financiamento de saída e postergação da data prevista para a saída do *Chapter 11* de final de abril para o início de junho de 2025.
6. **Cronograma de Financiamento de Capital Próprio e Cláusulas de Reversão:** Atualização do cronograma previsto para o recebimento de até US\$330 milhões em investimentos de parceiros estratégicos na GOL. Esses aportes agora estão previstos para ocorrer nos primeiros 180 dias após a saída do processo do *Chapter 11*. As projeções assumem que, com o recebimento total dos US\$330 milhões, até US\$180 milhões serão usados para pré-pagar parte do financiamento de saída.

As projeções financeiras detalhadas na apresentação anexa (Anexo I) são estimativas com base nas informações atualmente disponíveis e nas premissas descritas acima, que estão mais detalhadas na apresentação. Ressalta-se que tais projeções não constituem promessa de desempenho e estão sujeitas a riscos e incertezas que podem fazer com que os resultados reais sejam significativamente diferentes daqueles expressos ou implícitos.

A Companhia também divulga informações financeiras preliminares e não auditadas para o trimestre encerrado em **março de 2025**. Com o objetivo de auxiliar investidores e analistas a compreender o planejamento de curto prazo da GOL, a Companhia compartilha os seguintes indicadores:

A GOL espera uma margem EBITDA^{2,3} no trimestre de aproximadamente 27%, em linha com o trimestre encerrado em março de 2024.

A receita unitária por passageiro (PRASK) no primeiro trimestre deve crescer cerca de 5% em relação ao ano anterior. A receita unitária (RASK) deve aumentar aproximadamente 6%.

Mettricas preliminares e não auditadas	#	1T25	1T24	Δ
Dólar Médio	RS/US\$	5,84	4,95	18%
Querosene de Aviação (QAV) Preço Médio	R\$	~4,62	4,34	~6%
Faturamento	R\$ bilhões	4,5	3,5	28%
Frota Operacional	#	116	102	14
ASK Total	bilhões	12,1	10,8	12%
Decolagens	mil	56,4	51,7	9%
Load Factor	%	83,5	83,1	0,3 p.p.
Receita Líquida	R\$ milhões	~5.600	4.714	~19%
Transporte de Passageiros	R\$ milhões	~5.100	4321	~18%
Outras Receitas	R\$ milhões	~500	393	~27%
RASK	R\$ centavos	~46	44	~6%
PRASK	R\$ centavos	~42	40	~5%
EBITDA Recorrente ^{2 3}	R\$ milhões	~1.540	1.310	~18%
Margem EBITDA Recorrente ^{2 3}	%	~27,3%	27,8%	~(0,7) p.p.
Liquidez ⁴	R\$ bilhões	~4,6	3,8	~21%

¹ Conforme divulgado em fato relevante dia 28 de março de /2025

² Para fins de comparação, os valores do 1T24 foram ajustados considerando Sale Lease Back como item não recorrente, não auditado.

³ Excluindo despesas não recorrentes de aproximadamente R\$370MM

⁴ Caixa, equivalente de caixa e contas a receber.

Por fim, a GOL reitera que, nos termos do Plano, irá reduzir significativamente seu endividamento, convertendo em ações ou extinguindo até aproximadamente US\$1,7 bilhão de dívida pré-Capítulo 11 e até aproximadamente US\$850 milhões de outras obrigações. Assim, considerando que a conversão será realizada com base no valor econômico das ações da GOL antes da conversão, de acordo com a legislação aplicável, espera-se uma diluição substancial das ações atualmente em circulação (sujeita ao direito de preferência dos acionistas conforme a legislação brasileira).

Aviso Legal

As informações contidas neste comunicado não foram submetidas a qualquer auditoria independente ou revisão e contêm declarações prospectivas, estimativas e projeções relacionadas a eventos futuros, e que são, por natureza, sujeitas a riscos significativos e incertezas. Exceto pelas declarações de fatos históricos, todas as declarações contidas neste comunicado, inclusive, sem qualquer tipo de limitação, as declarações referentes à situação financeira futura da GOL e os resultados operacionais, estratégia, planos, objetivos e metas, eventos futuros nos mercados em que a GOL opera ou busca operar e quaisquer declarações precedidas de, seguidas de ou que incluam as palavras “acreditamos”, “esperamos”, “pretendemos”, “temos a intenção de”, “faremos”, “devemos”, “projetamos”, “estimamos”, “antecipamos”, “almejamos”, “prevemos” ou palavras e expressões similares, são declarações prospectivas. Os eventos futuros referidos nessas declarações prospectivas envolvem riscos conhecidos e desconhecidos, incertezas, contingências e outros fatores, muitos dos quais estão além do controle da GOL, que podem fazer com que os resultados, performances ou eventos sejam substancialmente diferentes daqueles expressos ou implícitos nessas declarações. Essas declarações prospectivas são baseadas em inúmeras premissas relacionadas às estratégias de negócio atuais e futuras da GOL e ao ambiente no qual a GOL atuará no futuro e não são garantia de performance futura. Tais declarações prospectivas se aplicam tão somente à data na qual elas foram dadas. Nem a GOL ou qualquer de suas afiliadas, diretores, conselheiros, empregados e representantes assume qualquer dever ou obrigação de atualizar ou revisar qualquer declaração prospectiva, seja em função de novas informações, eventos futuros ou qualquer outro motivo, exceto conforme exigido por lei. Nem a GOL ou qualquer de suas afiliadas, diretores, conselheiros, empregados e representantes emitem qualquer declaração, garantia ou previsão de que os resultados antecipados pelas declarações prospectivas serão alcançados, e que tais declarações prospectivas representam, em cada caso, apenas uma dentre muitos possíveis cenários e não deveriam ser vistos como o cenário padrão ou o cenário mais provável de se concretizar. Ainda que a GOL acredite que as estimativas e projeções nessas declarações prospectivas sejam razoáveis, elas poderão se mostrar incorretas e os resultados finais podem se mostrar diferentes das estimativas e projeções. Sendo assim, você não deverá se basear nessas declarações prospectivas.

Medidas Não Contábeis

Consistentemente com práticas de mercado, divulgamos medidas não contábeis (não-GAAP) que não são reconhecidas sob IFRS ou outros padrões contábeis, inclusive “Dívida Líquida”, “Divida Líquida Ajustada”, “Liquidez Total”, “EBITDA” e “EBITDAR”. Nossa administração acredita que a divulgação destas medidas não contábeis fornece informações úteis para nossos investidores, analistas de mercado e o público em geral para comparar nosso desempenho operacional com o de outras companhias no mesmo e em outros setores. Entretanto, estas medidas não contábeis não tem significados e metodologias padronizados e podem não ser diretamente comparáveis com métricas de nome igual ou similar publicadas por outras companhias. Potenciais investidores não devem basear sua decisão de investimento em informações não contábeis como um substituto para as medidas contábeis como rentabilidade ou liquidez.

Sobre a GOL Linhas Aéreas Inteligentes S.A

A GOL é uma das principais companhias aéreas do Brasil e faz parte do Grupo Abra. Desde sua fundação em 2001, a Companhia tem o menor custo unitário na América Latina, democratizando o transporte aéreo com o propósito de “Ser a Primeira para Todos”. A GOL tem alianças com a American Airlines e a Air France-KLM e disponibiliza aos Clientes mais de 60 acordos de codeshare e interline, trazendo mais conveniência e facilidade nas conexões para qualquer lugar atendido por essas parcerias. A GOL tem ainda o programa de fidelidade Smiles e a GOLLOG para transporte de cargas, que atende diversas regiões no Brasil e no exterior. A Companhia conta com 13,9 mil profissionais altamente qualificados e focados na Segurança, valor número um da GOL, e opera uma frota padronizada de 138 aeronaves Boeing 737. As ações da Companhia são negociadas na B3 (GOLL4). Para mais informações, visite www.voegol.com.br/ri.

Relações com Investidores

ri@voegol.com.br

www.voegol.com.br/ri



Fato Relevante

Anexo I



GOL Roadshow para US\$ 1,9 Bilhão em Financiamento de Saída **Material de Investimento**

Maio de 2025

Transações de títulos conduzidas por meio de nossa afiliada, Seabury Securities LLC, Membro: FINRA/SIPC

Estes materiais, e qualquer apresentação oral ou em vídeo que possa complementá-los (coletivamente, os “materiais”) estão sendo fornecidos a você (“Você” ou a “Parte”) em caráter confidencial pela Seabury e pela GOL Linhas Aéreas Inteligentes S.A. e suas subsidiárias e afiliadas (a “Companhia”) (Seabury e a Companhia sendo coletivamente, as “Partes Divulgantes”). As informações usadas na preparação dos materiais foram obtidas de ou por meio da Companhia e/ou de uma ou mais outras fontes, e as Partes Divulgantes não fazem representações quanto à exatidão ou integridade de tais informações e expressamente se isentam de qualquer responsabilidade associada a elas. Nenhuma representação ou garantia (expressa ou implícita) é feita pela Seabury ou pela Companhia quanto à exatidão ou integridade das informações contidas nos materiais. Nada contido nesta apresentação é, ou deve ser considerado, como uma promessa ou representação quanto ao passado ou ao futuro, e sob nenhuma circunstância o material e as informações aqui incluídas devem ser considerados uma oferta pela Seabury ou pela Companhia. Qualquer representação da Companhia deverá ser estabelecida exclusivamente em qualquer documentação final. As Partes Divulgantes não assumem nenhuma responsabilidade pela verificação independente ou por tais informações e confiaram que tais informações são verdadeiras, completas e precisas. Quaisquer análises contidas aqui (bem como quaisquer sugestões ou recomendações contidas aqui e/ou derivadas do conteúdo dos materiais) são de natureza preliminar, valem a partir da data deste documento e estão sujeitas a reconsideração e modificação. Quaisquer declarações e estimativas contidas nos materiais constituem o julgamento das Partes Divulgantes e devem ser consideradas indicativas, preliminares e apenas para fins ilustrativos. Além disso, nossas análises não são e não pretendem ser avaliações dos ativos, ações ou negócios da Companhia ou opiniões sobre a justiça de qualquer proposta que possa ser mencionada aqui. Os materiais não se destinam a fornecer, e não devem ser tomados como, a base de qualquer decisão e não devem ser considerados como uma recomendação com relação a qualquer transação ou outro assunto. Sua empresa deve fazer sua própria avaliação independente e as investigações que julgar necessárias. A entrega dos materiais não criará a implicação de que não houve nenhuma mudança nos negócios da Companhia desde a data deste documento. As Partes Divulgantes não assumem nenhuma obrigação de atualizar, revisar ou reafirmar os materiais. As Partes Divulgantes expressamente se isentam de toda e qualquer responsabilidade, seja direta ou indireta, em contrato ou ato ilícito ou de outra forma, a qualquer pessoa em conexão com os materiais. Nem as informações contidas nos materiais, nem quaisquer outras informações disponibilizadas por qualquer Parte Divulgante formarão a base de ou serão interpretadas como um contrato. As Partes Divulgantes não são especialistas em, e nada contido nos materiais deve ser interpretado como conselho com relação a, assuntos legais, contábeis, regulatórios, de seguros, fiscais ou outros assuntos de especialistas.

Seabury é um nome comercial da Seabury Capital Group LLC, e suas subsidiárias e algumas de suas afiliadas (“Seabury”) e está envolvida no fornecimento de serviços de banco de investimento, negociação de títulos, financiamento, consultoria financeira e serviços de consultoria e outros produtos e serviços de banco de investimento e comercial para uma ampla gama de instituições e indivíduos. Os materiais não constituem uma oferta ou solicitação para vender ou comprar quaisquer títulos e não são um compromisso da Parte Divulgadora de fornecer ou providenciar qualquer financiamento para qualquer transação para comprar qualquer título em conexão com isso. A Seabury não realizou nenhuma investigação independente para verificar a precisão ou integridade do material aqui contido e expressamente se isenta de toda e qualquer responsabilidade com base ou relacionada ao uso de tal material. Os materiais não pretendem ser totalmente inclusivos ou conter todas as informações que você pode desejar ao investigar a Companhia. As partes interessadas na Companhia devem conduzir sua própria investigação independente e consultar seu próprio advogado, consultores comerciais e fiscais sobre questões legais, comerciais, fiscais e relacionadas ao investimento discutido aqui. A Seabury pode ter tido no passado, e pode ter atualmente ou no futuro, relações de consultoria ou consultoria financeira ou outros investimentos bancários com partes envolvidas nos assuntos mencionados nos materiais, incluindo partes que podem ter interesses com relação à sua empresa, qualquer transação ou outras partes envolvidas em qualquer transação, das quais podem surgir interesses ou deveres conflitantes. Embora a Seabury no curso de tais outras atividades e relacionamentos ou de outra forma possa ter adquirido, ou possa adquirir no futuro, informações sobre sua empresa, qualquer transação ou tais outras partes, ou que de outra forma possam ser de interesse para sua empresa, a Seabury não terá obrigação de, e pode não ter permissão contratual para, divulgar tais informações, ou o fato de que qualquer Parte Divulgadora esteja de posse de tais informações, para sua empresa ou para usar tais informações em nome de sua empresa. O pessoal da Seabury pode fazer declarações ou fornecer conselhos que sejam contrários às informações contidas nos materiais.

A lei federal dos Estados Unidos pode exigir que obtenhamos, verifiquemos e registremos informações que identifiquem cada pessoa com quem fazemos negócios como uma condição para fazer negócios com essa pessoa. Essas informações incluem determinado número de identificação (por exemplo, um número de identificação de contribuinte dos EUA), artigos de incorporação certificados, uma licença comercial emitida pelo governo, acordo de parceria ou instrumento de confiança.

Não é uma oferta de valores mobiliários: estes materiais não constituem ou fazem parte de nenhuma oferta ou convite para comprar, adquirir, emitir, subscrever, vender ou alienar quaisquer valores mobiliários da empresa, nem qualquer solicitação de qualquer oferta para comprar, adquirir, emitir, subscrever, vender ou alienar quaisquer valores mobiliários.

Declarações prospectivas: Esta apresentação contém “declarações prospectivas”. Declarações prospectivas dizem respeito a circunstâncias e resultados futuros e outras declarações que não são fatos históricos, às vezes identificadas pelas palavras “pode”, “deve”, “estima”, “espera”, “antecipa”, “pretende”, “acredita”, “prevê”, “potencial”, “projeta”, “planeja” ou palavras de importância semelhante. Declarações prospectivas são necessariamente baseadas em estimativas e suposições que estão inerentemente sujeitas a riscos comerciais, econômicos e competitivos significativos, incertezas e contingências, muitas das quais, com relação a futuras decisões comerciais, estão sujeitas a alterações. Essas declarações prospectivas são baseadas em crenças, expectativas e suposições atuais e envolvem uma série de riscos, incertezas e contingências que podem afetar os resultados reais e podem fazer com que os resultados reais sejam materialmente diferentes daqueles expressos em quaisquer declarações prospectivas.

Entre essas declarações prospectivas estão certas declarações, estimativas e projeções feitas pela Companhia com relação às visões subjetivas de suas respectivas gerências sobre o desempenho futuro antecipado. Tais declarações, estimativas e projeções refletem várias suposições da gerência da Companhia sobre os resultados antecipados, que podem ou não ser corretas. Essas projeções não foram verificadas de forma independente e não podem ser consideradas previsões. As informações financeiras contidas neste documento foram preparadas expressamente para uso neste documento e são baseadas em certas suposições e na análise da gerência das informações disponíveis no momento em que os materiais foram preparados. À luz dos riscos e incertezas inerentes a todas as projeções futuras, a inclusão de declarações prospectivas nos materiais não deve ser considerada como uma representação nossa ou de qualquer outra pessoa de que nossos objetivos ou planos serão alcançados. Nenhuma representação, garantia ou garantia de qualquer tipo, expressa ou implícita, é feita, e todas e quaisquer representações, garantias e garantias são expressamente rejeitadas, quanto à precisão, integridade ou razoabilidade das informações contidas aqui ou qualquer outra comunicação escrita ou oral transmitida ou disponibilizada a qualquer destinatário, e as Partes Divulgantes não têm nenhuma obrigação de atualizar tais informações. Somente aquelas representações e garantias específicas da Companhia feitas em um acordo definitivo por escrito (que pode não conter nenhuma representação ou garantia relacionada aos materiais), quando e se executadas, e sujeitas a tais limitações e restrições conforme especificado nelas, terão qualquer efeito legal.

Uso de Medidas Não-IFRS: Note-se que quaisquer referências ao EBITDA, EBITDA ajustado e fluxo de caixa livre nesta Apresentação não devem ser interpretadas como um substituto para a receita das operações, lucro líquido ou fluxo de caixa das atividades operacionais (conforme determinado de acordo com o IFRS) para fins de análise de desempenho operacional, posição financeira e fluxos de caixa. Além disso, as medidas não-IFRS da Companhia podem ser calculadas de forma diferente de medidas com títulos semelhantes de outras empresas. Estão incluídas aqui as reconciliações de tais medidas não-IFRS com medidas mais diretamente comparáveis, conforme calculadas de acordo com as IFRS (exceto certas medidas não-IFRS prospectivas, cuja reconciliação não está disponível sem esforços excessivos)..

Marcas registradas: Estes materiais contêm marcas registradas e marcas de serviço das Partes Divulgantes e de terceiros. Todas as marcas registradas e marcas de serviço que aparecem nestes materiais são propriedade de seus respectivos detentores.

Destaques do Investimento em Financiamento de Saída



A GOL retorna com um modelo de negócios comprovado, baixo CASK e forte posição de mercado em regiões estratégicas, oferecendo aos investidores a oportunidade de participar de uma linha de financiamento de saída de US\$ 1,9 bilhão, com altos retornos (especialmente em comparação ao NC2¹), garantida por fortes colaterais e com um baixo índice (<34%) de LTV².

DESTAQUES DO INVESTIMENTO

- 1** **Liquidez / Desalavancagem:** A GOL sai do Chapter 11 com US\$ 900 milhões em liquidez e alavancagem substancialmente reduzida (projetada em 2,9x até o final de 2027)
- 2** **Desempenho / Modelo de Negócios:** A GOL superou seu plano de negócios, ocupa a 1ª posição em pontualidade e contará com o menor CASK da categoria, além de posições de mercado privilegiadas em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo
- 3** **Recuperação da Frota em Andamento:** A GOL realizou recentemente a manutenção de mais de 50 motores e está no caminho para ter todas as aeronaves operando até o final do 1T26
- 4** **Forte Cobertura Colateral:** O principal programa de fidelidade do Brasil (Smiles) e o portfólio de slots da GOL garantem o colateral da dívida sênior (1L) com índice de LTV² inferior a 34%
- 5** **Forte Apoio à Saída / Retorno Atraente:** Entre US\$ 1,375-1,425 bilhão já estão garantidos, e, com a recente desvalorização do mercado de crédito, os retornos são extremamente atrativos — especialmente considerando a alta probabilidade de refinanciamento no vencimento da NC2

(1) Não há garantia de que as notas serão resgatadas ou amortizadas de forma antecipada; (2) Consulte o slide 17 para informações adicionais sobre a avaliação dos colaterais..



Visão Geral & Processo de Reestruturação desde Janeiro 2025

Desempenho de 2024 Superou o Janeiro 5YP

Sensibilidade Maio 5YP

Visão Geral dos Termos e das Garantias

Principais Pontos e Datas

Anexo

Uma malha estratégica que atende aos centros econômicos do Brasil e hubs internacionais



Como a maior aérea doméstica do Brasil, a GOL mantém presença substancial nos principais mercados estratégicos do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília

GOL é um player dominante na América Latina

Mapa de rotas domésticas

65 Destinos Domésticos

Mapa de Rotas Internacionais

16 Destinos Internacionais

Other Dest.

BSB – CUN
GRU – SJO
GRU – AUA

Introdução Corporativa

- A Gol Linhas Aéreas Inteligentes (“GOL”) foi fundada em 2001 e cresceu para se tornar a maior companhia aérea doméstica do Brasil
- O foco da GOL é “Ser a Primeira para Todos” e oferecer a melhor experiência de viagem aos seus passageiros, incluindo maior número de assentos, mais espaço entre os assentos e a melhor experiência a bordo, incluindo internet, filmes e TV ao vivo
- A GOL produz um dos menores custos unitários entre todas as companhias aéreas da América Latina
- Opera hubs estrategicamente localizados nos principais centros econômicos do Brasil, incluindo Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília
- Voa com uma frota composta totalmente por Boeing 737, o que leva a uma melhor flexibilidade de malha, eficiências operacionais e de manutenção e outros benefícios
- Mais de 14.500 funcionários em toda a organização, incluindo uma equipe de gestão experiente e Conselho de Administração

Segmentos Primários

Cia Aérea de Passageiros



- Frota atual: 139 aeronaves
- 81 destinos atendidos, incluindo 65 destinos domésticos e 16 destinos internacionais
- 30 milhões de passageiros transportados em 2024
- Serviços de carga com capacidade sobressalente nas aeronaves

Programa de Fidelidade



- O programa de fidelidade líder do Brasil em faturamento bruto
- Um dos maiores programas da América Latina com 24 milhões de membros
- Parcerias com mais de 50 companhias aéreas, mais de 30 aéreas de cartão de crédito e outros parceiros comerciais

Cargas



- Presença em mais de 4.000 cidades por meio de 120 locais físicos
- Inclui uma operação de cargueiro dedicada: Carga transportada exclusivamente em 7 aeronaves de carga como parte de um acordo de 10 anos com o Mercado Livre

Em dezembro de 2024

(1) CASK ex-C e itens não recorrentes da GOL no 4º trimestre de 2024 em comparação com a concorrência, ajustado pela etapa

Uma Reestruturação Bem-Sucedida Posiciona a GOL para o Futuro



A GOL utilizou o processo de *Chapter 11* para garantir acordos importantes para posicionar a Companhia para o sucesso operacional e financeiro de longo prazo

Principais Realizações

Realizações desde Janeiro 2025

- ✓ **Financiamento DIP:**
Garantiu um financiamento *debtor-in-possession* (DIP) de US\$ 1 bilhão, o que reforçou a liquidez e permitiu à GOL reinvestir em sua frota de aeronaves
- ✓ **Arrendadores de aeronaves (*lessors*):**
US\$ 1,1 bilhão em concessões com *lessors*, incluindo financiamento destes para manutenção de motores
- ✓ **Bancos Brasileiros:**
~US\$ 150 milhões em debêntures locais e acesso a ~US\$ 340 milhões em *factoring* de recebíveis, um mecanismo crítico de capital de giro para empresas brasileiras
- ✓ **Programa de Melhoria de Resultados:**
Identificou e iniciou a implementação de um programa de melhoria de resultados anual de US\$ 181 milhões para solidificar a GOL como uma das companhias aéreas mais competitivas da América do Sul
- ✓ **Acordo de Apoio ao Plano:**
Chegou a um Acordo de Apoio ao Plano com o Grupo Abra e os credores não garantidos para desalavancar a GOL por meio de uma redução de até ~US\$ 1,7 bilhão da dívida financiada antes da petição e até US\$ 0,8 bilhão de outras obrigações
- ✓ **Acordo Fiscal:**
Finalizou um acordo com as autoridades governamentais brasileiras para reduzir impostos governamentais não pagos, contingências e outros passivos em ~US\$ 750 milhões e gerar ~US\$ 184 milhões de liquidez até 2029

Novas Realizações

- ✓ **Acordo com a Boeing:**
Finalizou um acordo com a Boeing, fornecendo US\$ 262 milhões em concessões e liquidez incremental até 2029, além de mais de US\$ 0,7 bilhão em alívio financeiro
- ✓ **Investimento Âncora:**
Obteve um compromisso de US\$ 1,25 bilhão para o financiamento de saída, no valor de US\$ 1,90 bilhão
- ✓ **Acordo de 2026:**
Compromisso mínimo de financiamento de saída de US\$ 125 milhões em troca da liquidação de créditos detidos



Nota: Taxa de câmbio: R\$5,54



Visão Geral & Processo de Reestruturação desde Janeiro 2025

Desempenho de 2024 Superou o Janeiro 5YP

Sensibilidade Maio 5YP

Visão Geral dos Termos e das Garantias

Principais Pontos e Datas

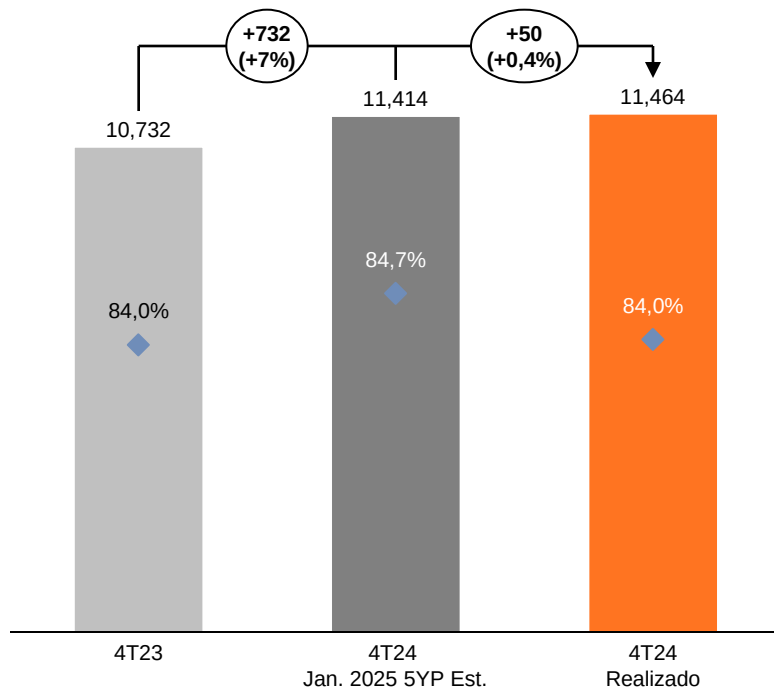
Anexo

O forte desempenho de 2024 constrói a base para uma saída bem-sucedida

O desempenho operacional e financeiro do 4T24 superou as expectativas definidas do Janeiro 5YP, melhorando as métricas de saída (UDM) da GOL e estabelecendo uma base aprimorada para seu futuro desempenho financeiro

Capacidade & Taxas de Ocupação no 4T

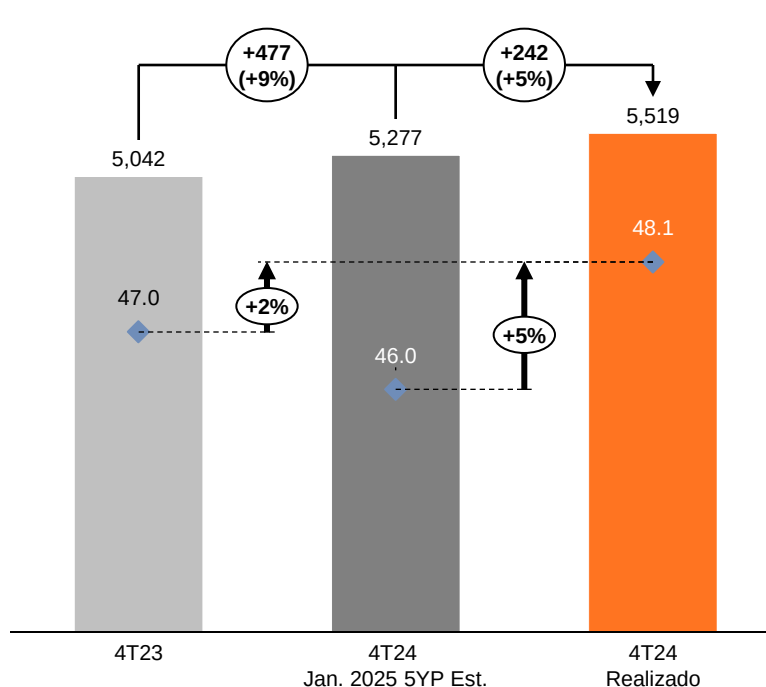
Milhões | %



No 4T, as taxas de ocupação demonstraram forte demanda em comparação com o Janeiro 5YP, devido à capacidade adicional

Receita Líquida & RASK no 4T

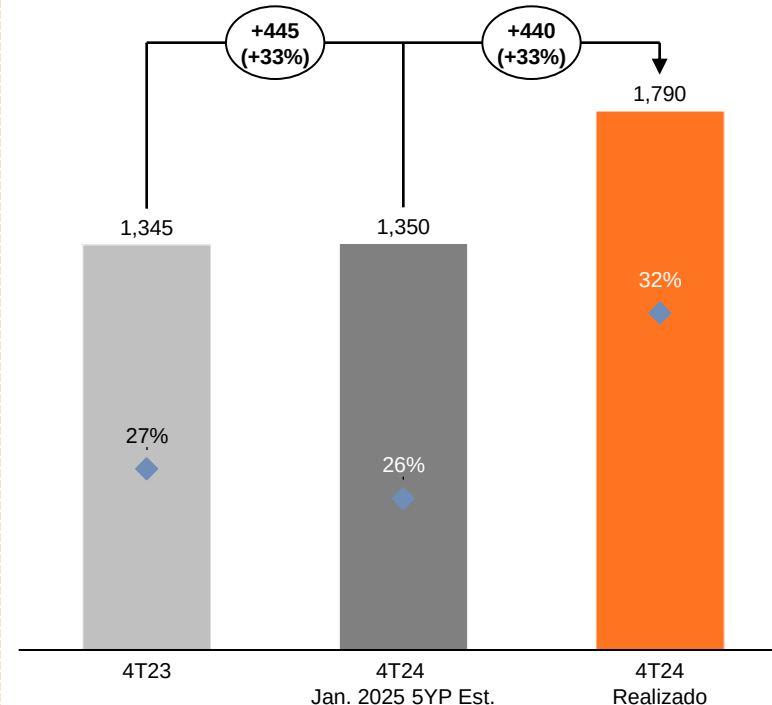
R\$ M | R\$ Centavos



Mesmo com a capacidade adicional implantada, os KPIs de receita superaram o planejado e os níveis históricos

EBITDA Recorrente & Margem¹ no 4T

R\$ M | %



A forte relação entre tarifas e demanda resultou numa grande melhoria no EBITDA

Nota: O Janeiro 5YP incluiu os resultados reais preliminares até novembro de 2024, os quais estavam sujeitos à auditoria de fim de ano; além disso, os resultados de dezembro de 2024 eram um período de previsão na época da publicação

(1) Exclui ganhos de sale-leaseback que podem estar incluídos em métricas contábeis, para ser comparável à metodologia do plano 5YP da GOL.

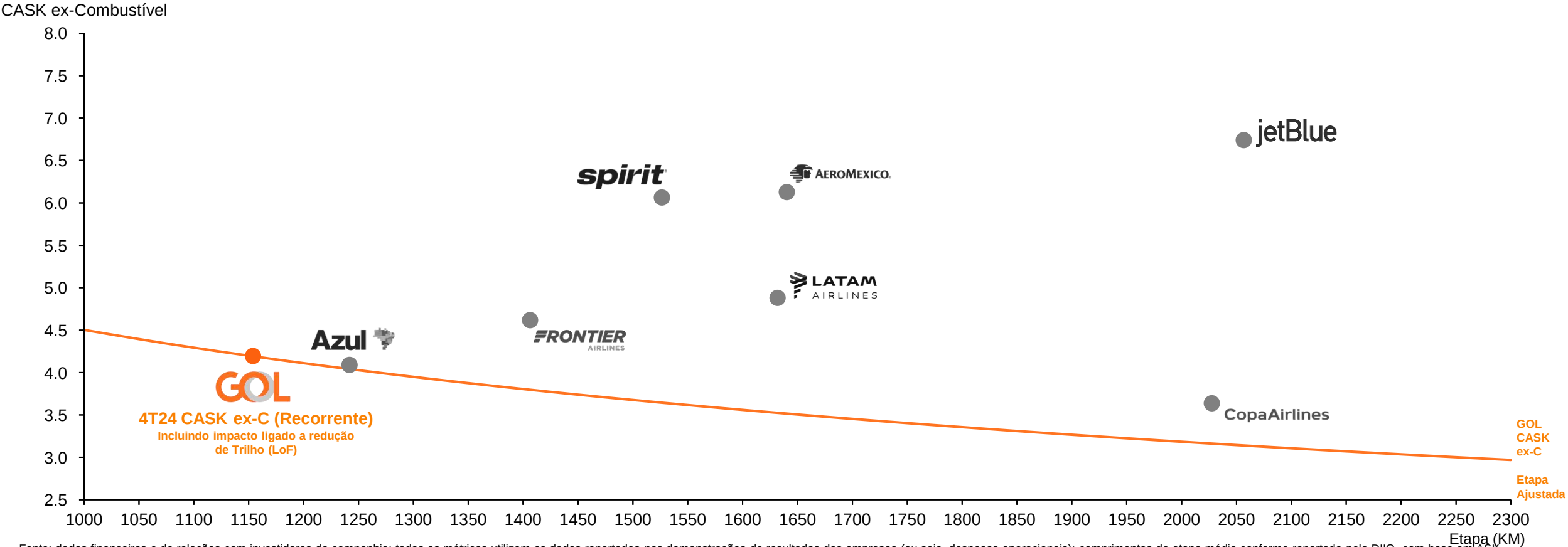
Mesmo com frota limitada, o CASK ex-combustível manteve-se competitivo no 4T24



A GOL mantém uma vantagem de custo ex-combustível líder no setor em relação às companhias aéreas da América Latina, companhias aéreas de baixo custo dos EUA (LCCs) e companhias aéreas de ultrabaixo custo dos EUA (ULCCs)

Comparativo CASK ex-Combustível – 4T24

US\$ Centavos de dólar por ASK



Fonte: dados financeiros e de relações com investidores da companhia; todas as métricas utilizam os dados reportados nas demonstrações de resultados das empresas (ou seja, despesas operacionais); comprimentos de etapa média conforme reportado pela DIIO, com base em ASK / assentos por partida, quando necessário. O CASK ex-combustível por passageiro da Avianca é baseado em informações públicas da própria empresa.
Nota: a linha de tendência da GOL representa o CASK ex-combustível da GOL no 4T24, ajustado para cada etapa média no conjunto de dados, utilizando regressão padrão da indústria para ajuste de etapa média.
(1) Ajuste para diferenças de etapa média entre as companhias aéreas e exclusão de despesas únicas relacionadas à reestruturação.



Visão Geral & Processo de Reestruturação desde Janeiro 2025

Desempenho de 2024 Superou o Janeiro 5YP

Sensibilidade Maio 5YP

Visão Geral dos Termos e das Garantias

Principais Pontos e Datas

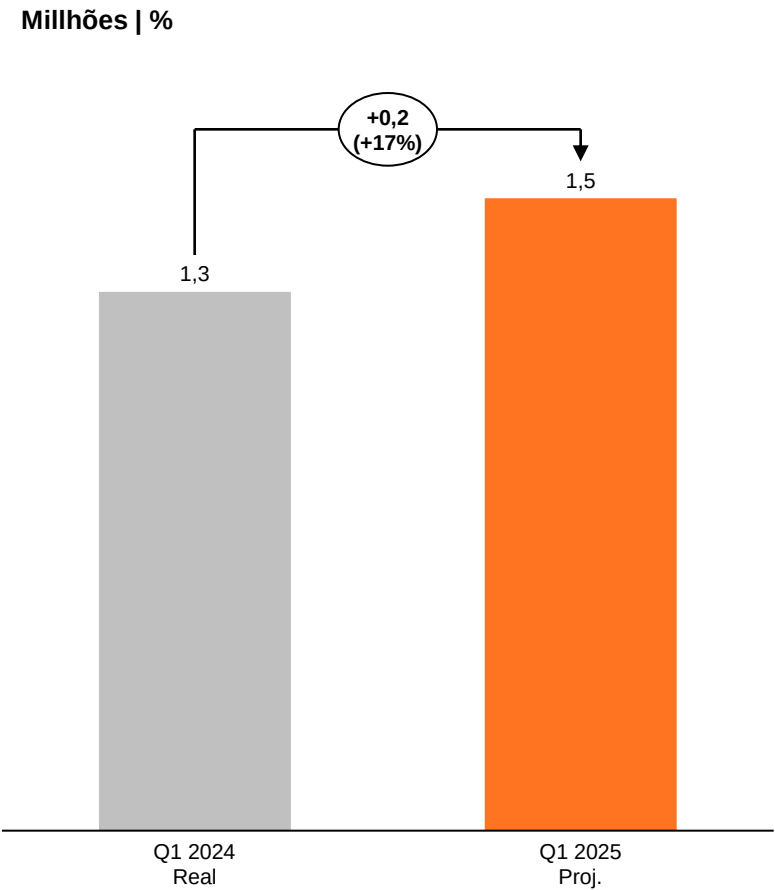
Apêndice

Os resultados do 1T25 mostram melhorias mensuráveis em relação ao Janeiro 5YP



Tendências positivas semelhantes são observadas nos resultados do 1T25 da GOL, com tendências de demanda superiores melhorando nossa perspectiva geral, à medida que a GOL se prepara para sair do *Chapter 11* até junho de 2025

EBITDA recorrente aproximado 1T25



Período de três meses encerrado em 30 de março (não auditado)

	1T 2025 (Aproximado)	1T 2024 (Realizado)	Variação (2025 vs. 2024)
Capacidade (Bilhões)	~12,1	10,8	+12%
Taxa de Ocupação (%)	~83,5%	83,1%	+0,3pts
RASK (R\$ Centavos)	~46	44	+6%
Receita Líquida (R\$ B)	~5,6	4,7	+19%
EBITDA Recorrente (R\$ B)	~1,5	1,3	+18%
Margem EBITDA Recorrente (%)	~27%	28%	-1pts
Liquidez ¹ (R\$ B)	~4,6 ¹	3,8 ¹	+21%

Nota: Resultados não auditados, os gráficos e tabelas acima apresentam as informações financeiras consolidadas preliminares esperadas para o período de três meses encerrado em março de 2025. Na data de publicação desta apresentação, os resultados financeiros para o período de três meses encerrado em março de 2025 ainda não estão finalizados e estão sujeitos a alterações

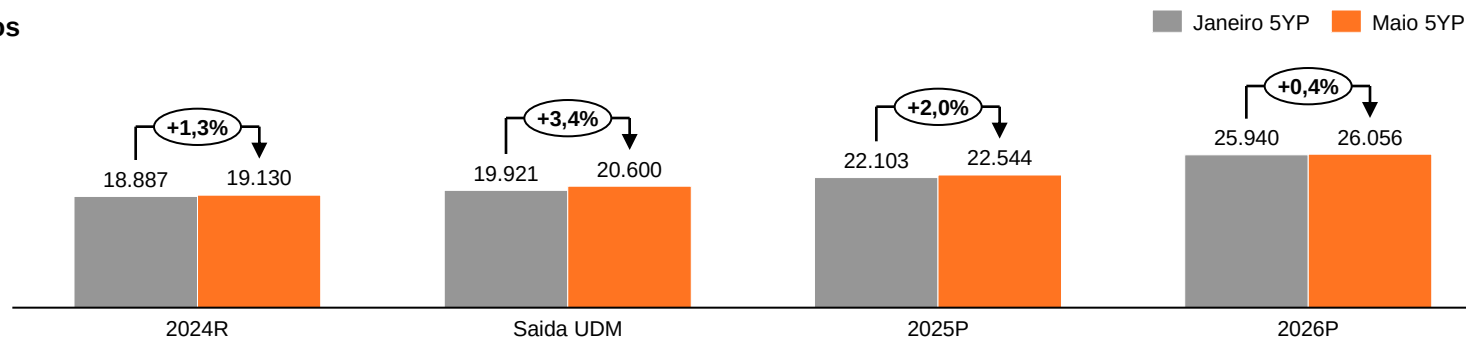
(1) Metodologia de relatório financeiro incluindo caixa, equivalentes de caixa e contas a receber totais

A forte demanda se mantém, aprimorando o desempenho de longo prazo

O desempenho operacional e financeiro do 4T24 superou as expectativas definidas do Janeiro 5YP, melhorando as métricas de saída (UDM) da GOL e estabelecendo uma base aprimorada para seu futuro desempenho financeiro

Com os Dados de Passagens Reais e Atuais, a Previsão de Receita Total Melhorou...

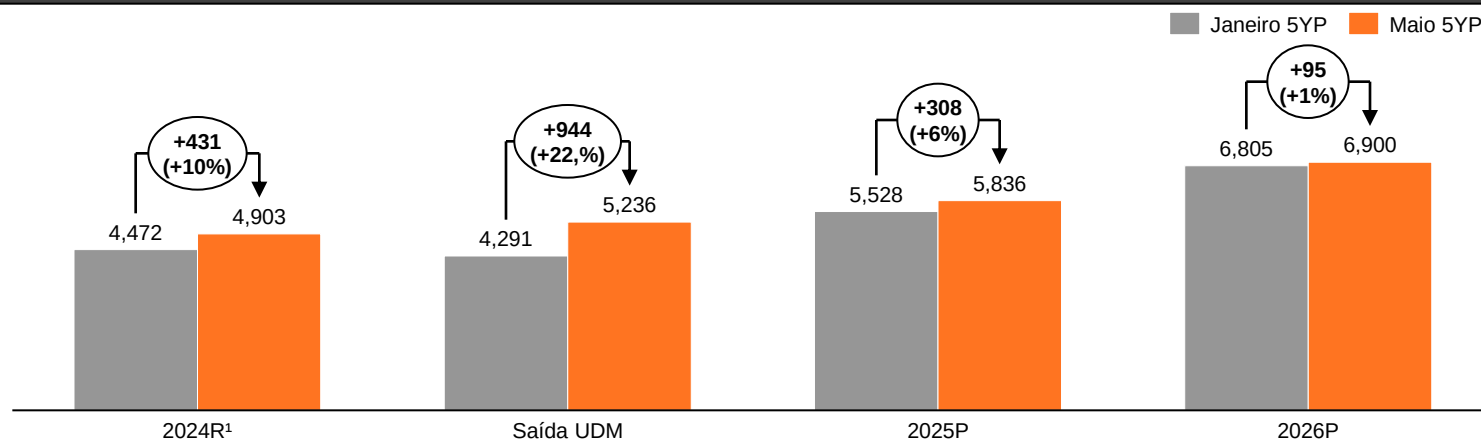
R\$ M | R\$ Centavos



PRASK – Jan. 5YP	37,1	37,0	38,1	39,0
PRASK – Apr. 5YP	↑ 37,2	↑ 37,9	↑ 38,9	↑ 39,2

... Levando à Expansão do EBITDA Recorrente em 2025 e 2026

R\$ M



Atualizações em maio...

- Resultados realizados em 2024
- Atualização do *guidance* financeiro de 2025
 - Receita Líquida Total (R\$ B): 22,1 – 22,7
 - EBITDA (R\$ B): 5,7 – 5,9
- Revisões das receitas até 1T26, com base na perspectiva atual das passagens
- Acordo de 2026
- Atualizações sobre o financiamento de saída
- Timing* do *equity* de saída e *claw back*

Não revisado na sensibilidade...

- A valorização do real manteve-se desde a divulgação do Janeiro 5YP, melhorando os custos e fluxos de caixa denominados em dólares americanos:
 - O atual preço a vista (spot) melhorou em ~6,0% sobre a premissa de R\$6,04 do 5YP
- Os preços do petróleo também diminuiram, com queda de 20% no WTI desde 15 de janeiro

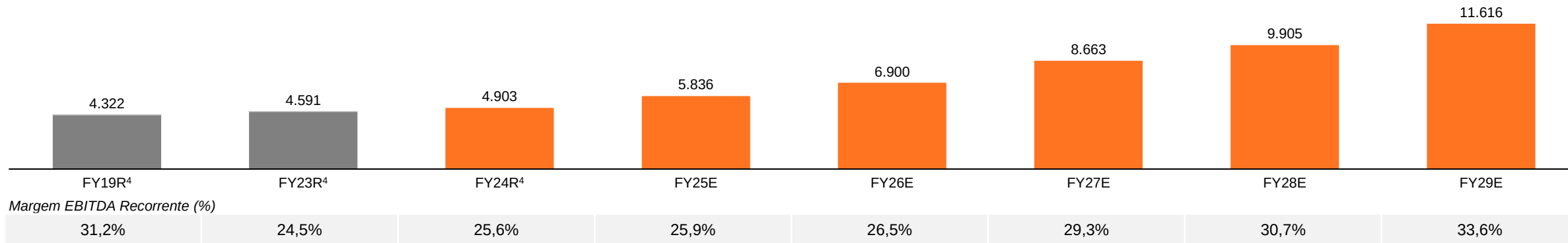
(1) Exclui ganhos com operações de sale-leaseback que, de outra forma, poderiam estar incluídos nas métricas financeiras, para garantir comparabilidade com a metodologia do 5YP da GOL

Projeção financeira do Maio 5YP

Com os benefícios da reestruturação, a GOL está bem posicionada para gerar lucros, níveis saudáveis de liquidez e alavancagem significativamente reduzida

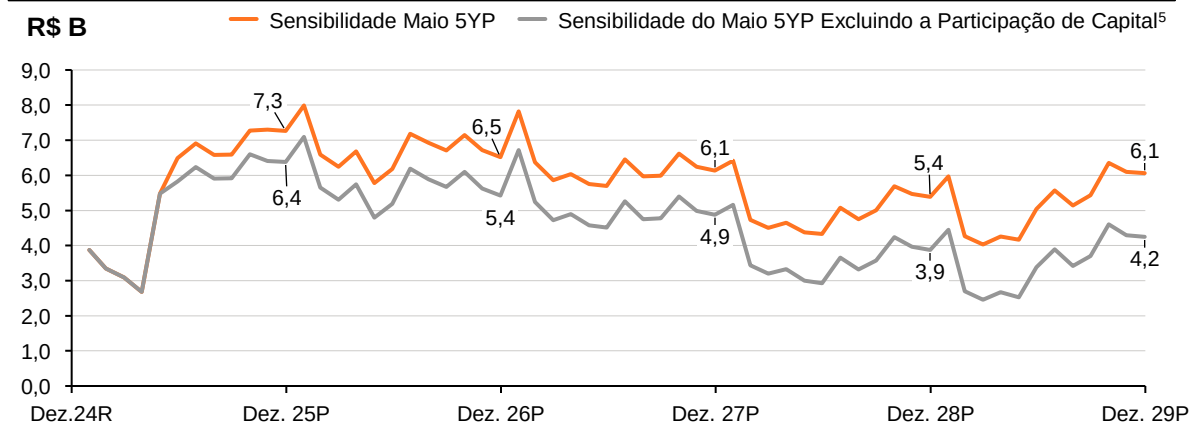
1 EBITDA Recorrente¹

R\$ M



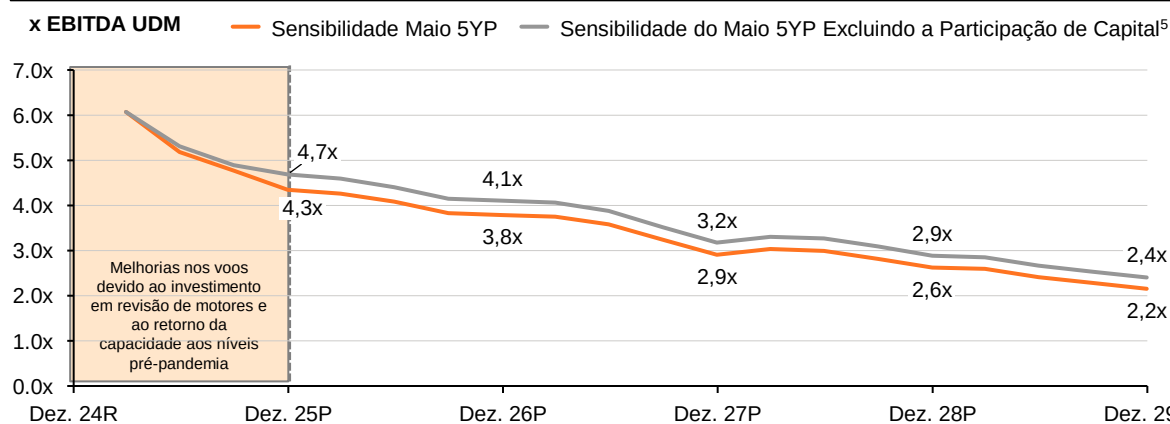
2 Liquidez Projetada²

R\$ B



3 Índice de Alavancagem Líquida Proforma Trimestral Projetada³

x EBITDA UDM

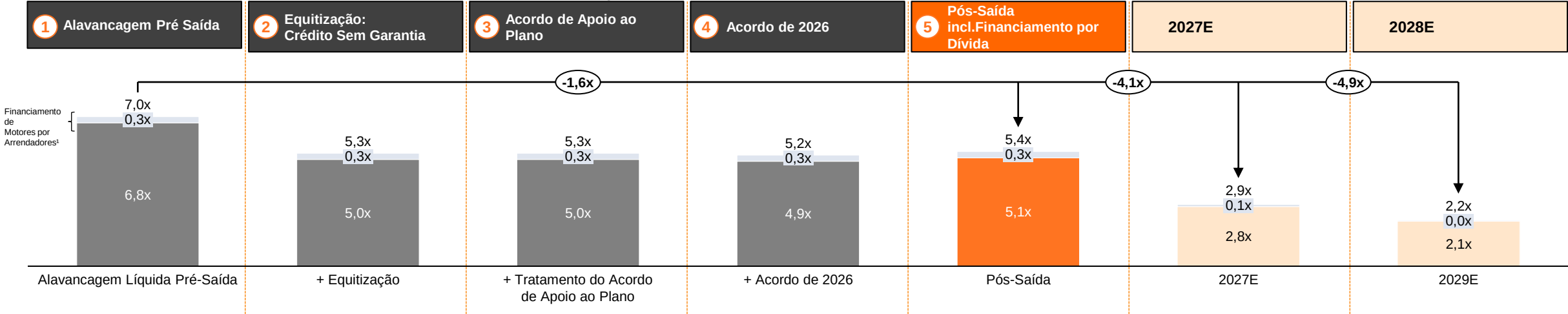


Nota:

(1) O EBITDA recorrente exclui itens como taxas relacionadas ao Chapter 11 e reestruturação, além de ganhos com sale-and-leaseback;(2) Liquidez total (caixa + contas a receber passíveis de factoring – custo de factoring de três meses como proxy);(3) Dívida financeira total e passivos de arrendamento (base IFRS) menos liquidez, divididos pelo EBITDA recorrente; ajustado para incluir o saldo de financiamento de motores, que é tratado como contas a pagar sob os padrões contábeis atuais em algumas situações;(4) Exclui ganhos com sale-and-leaseback que podem ser incluídos em métricas de relatórios financeiros para tornar a metodologia 5YP da GOL comparável;(5) Exclui os US\$ 330 milhões de capital levantado e o direito de recompra de ações de US\$ 180 milhões, consulte os materiais suplementares para mais informações.

A estrutura de capital de saída melhora como resultado da reestruturação

Após a saída, espera-se que a alavancagem líquida da GOL seja reduzida em cerca de 1,6x como resultado do processo de reestruturação; até 2027, com a reconstrução da frota e o aumento de capital esperado, a alavancagem líquida está projetada para cair para 2,9x até o final de 2027 (~4,1x abaixo dos níveis anteriores à reestruturação).



Principais Mudanças na Estrutura de Capital em Cada Etapa...

- EBITDA Rec.: US\$ 867M - A estrutura de capital está totalmente sobrecarregada por: - Empréstimo DIP em aberto, - Outras linhas de dívida garantida (ex.: SANS, Debêntures etc.), - Notas Seniores com vencimento em 2026, - SAN / ESSN com vencimento em 2028	- Equitização das linhas de crédito sem garantia e equitização parcial das SSN / ESSN com vencimento em 2028 - ESSN com vencimento em 2024: US\$ 42M - Notas Seniores com vencimento em 2025: US\$ 342M - Nota perpétua: US\$ 139M - SSN / ESSN com vencimento em 2028: US\$ 971M	- Emissão das seguintes linhas de crédito conforme o Acordo de Apoio ao Plano - Dívida Não Conversível Take-Back: US\$ 600M (segunda linha) - Dívida Conversível Take-Back: US\$ 250M (segunda linha) - As linhas de crédito substituem o saldo remanescente das SSN / ESSN com vencimento em 2028	- Em troca de US\$ 251M em Notas Seniores com vencimento em 2026: - Emissão de US\$ 121M em dívida de saída com primeira garantia (pari-passu com o novo financiamento de saída) - Emissão de US\$ 56M em dívida não conversível de segunda garantia (take-back) - Até US\$ 175M de novo financiamento	- EBITDA Rec.: US\$ 867M - Execução do Financiamento de Saída: - US\$ 1,90B levantados entre investidores âncoras e outros investidores - Taxas de compromisso e taxas de financiamento assumidas como PIK (Payment-in-Kind) - Pagamento de taxas profissionais, outras despesas e juros acumulados / não pagos sobre as SSN / ESSN de 2028	- EBITDA Rec.: US\$ 1,434M - Financiamento adicional de equity de saída é levantado, melhorando os indicadores pós-saída - US\$ 110M de equity levantado 45 dias após a saída - US\$ 220M de equity levantado 180 dias após a saída, com o exercício de US\$ 180M de equity claw² - Em 2027, assume-se a conversão da dívida conversível de take-back da Abra	- EBITDA Rec.: US\$ 1,923M - A execução do plano resulta em um desalavancagem adicional, além da amortização de outras linhas de crédito garantidas (ex.: SANS, Debêntures, etc.)

Nota: Taxa de câmbio: R\$6,04; assume a saída no final de maio / início de junho de 2025; consulte o apêndice para mais detalhes sobre as mudanças na estrutura de capital.(1) Ajustes pro-forma relacionados ao financiamento de motores por Arrendadores, classificados como contas a pagar conforme as políticas contábeis;(2) Não há garantia de que as notas serão resgatadas de forma antecipada ou amortizadas.



Visão Geral & Processo de Reestruturação desde Janeiro 2025

Desempenho de 2024 Superou o Janeiro 5YP

Sensibilidade Maio 5YP

Visão Geral dos Termos e das Garantias

Principais Pontos e Datas

Apêndice

Termos e Condições Resumidos: Termos e Condições Gerais



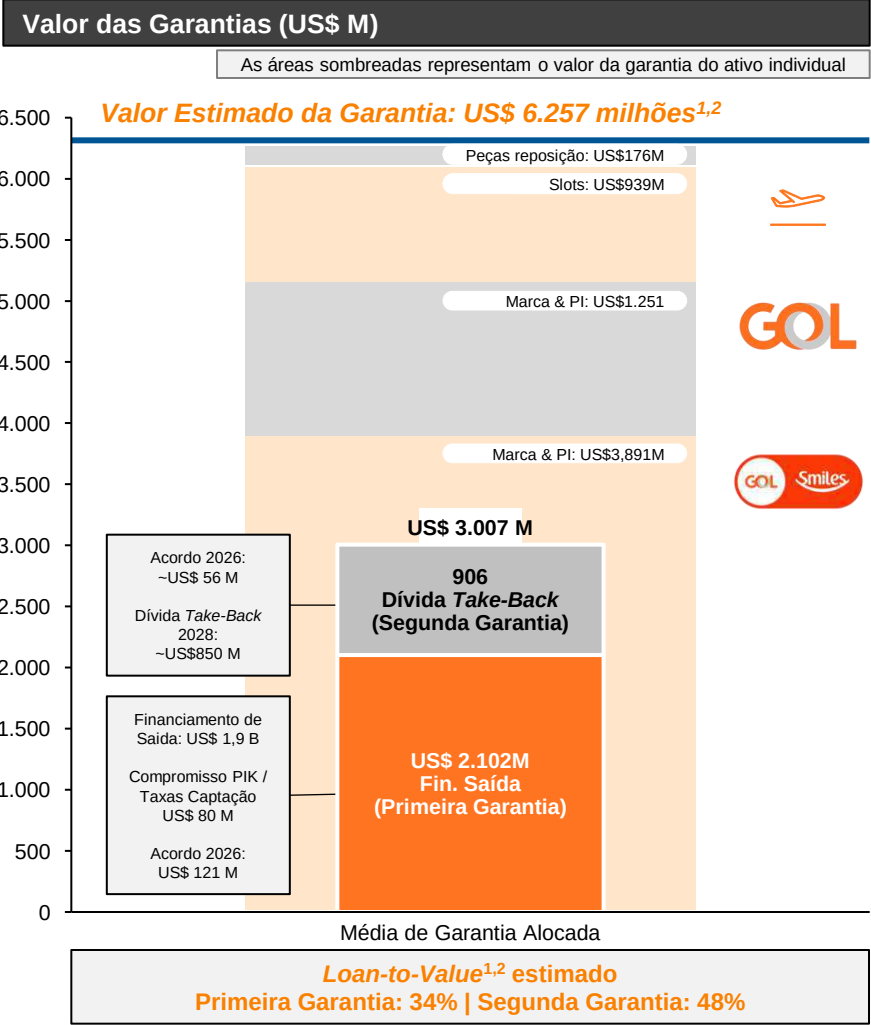
Emissor	GOL Finance, uma sociedade anônima (société anonyme) existente sob as leis do Grão-Ducado de Luxemburgo, ou outra entidade escolhida pelas Partes Financiadoras, como emissora (a "Emissora"). Com o consentimento da Abra (conforme definida no Plano) e das Partes Compromissárias Requeridas, GOL Equity Finance, uma sociedade anônima (société anonyme) existente sob as leis do Grão-Ducado de Luxemburgo, pode atuar como co-emissora.
Montante	Instrumentos de dívida sênior garantida de primeira prioridade e/ou empréstimos, conforme aplicável, de até um montante principal original agregado de US\$ 1.900 milhão (excluindo quaisquer taxas pagáveis em espécie e excluindo as Notas de Liquidação do Financiamento de Saída de 2026), conforme determinado de acordo com a Carta de Compromisso.
Taxa de juros	Os Financiamentos de Saída terão uma taxa de juros de [•] ao ano e acumularão juros a partir da Data de Emissão. O cálculo dos juros será baseado em meses de 30 dias e um ano de 360 dias. Os juros serão pagos em dinheiro.
Preço	100,000% do valor principal inicial dos Financiamentos de Saída.
Taxa de financiamento:	1,500% do valor principal agregado dos Financiamentos de Saída financiados, excluindo, para evitar dúvidas, as Notas de Liquidação do Financiamento de Saída de 2026, por cada Parte Compromissária, a ser pago pela Emissora na Data de Emissão. A critério da Emissora (com aviso a ser fornecido 10 dias úteis antes da Data de Fechamento), até 100% da Taxa de Financiamento pode ser recebida na forma de (i) desconto no valor de emissão ("OID") com relação aos Financiamentos de Saída ou (ii) montante adicional de principal agregado dos Financiamentos de Saída emitidos para cada Parte Compromissária.
Taxas de compromisso	- Menos de US\$ 75 milhões: 50 bps - US\$ 75 milhões ou mais: 175 bps - US\$ 150 milhões ou mais: 225 bps - US\$ 300 milhões ou mais: 300 bps
Data de vencimento	Os Financiamentos de Saída vencerão na data que for cinco (5) anos após a Data de Emissão (a "Data de Vencimento").
Amortização	Nenhuma.
Uso dos proventos	Os proventos dos Financiamentos de Saída serão utilizados para:(i) concluir o Refinanciamento na Data de Emissão,(ii) pagar taxas, custos e despesas relacionadas ao item anterior, aos Financiamentos de Saída e às demais transações previstas neste documento,(iii) satisfazer o Acordo com os Detentores de Notas de 2026 no caso das Notas de Liquidação do Financiamento de Saída de 2026, e (iv) quanto ao saldo restante, para fins corporativos gerais dos Emissores e dos Garantidores.

Note: See docket number 1558 (second filing of plan supplement) for additional detail on terms and conditions

Visão Geral dos Termos e das Garantias



A linha de financiamento de saída de US\$ 1,9 bilhão e os US\$ 121 milhões do acordo de 2026 serão garantidos por uma primeira garantia sobre os ativos críticos da GOL, que são responsáveis tanto pela execução das iniciativas estratégicas quanto pelo desempenho financeiro geral da Companhia



Garantias	Relevância Estratégica
Marca & PI da GOL	- A marca e a propriedade intelectual da GOL são sinônimos de sua participação de mercado nos principais hubs econômicos do Brasil, com ofertas significativas em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. - A GOL conquistou diversos prêmios de reconhecimento pela sua marca, incluindo o “Top of Mind” da Folha pelo oitavo ano consecutivo, sendo a marca aérea mais reconhecida do Brasil. - As garantias incluem marcas registradas, marcas de serviço, nomes de marcas, designs, logotipos, nomes de domínio, software proprietário, aplicativos móveis e propriedade intelectual necessária para operacionalizar as atividades da GOL.
Programa Smiles	- Eleito o melhor programa de milhas na 19ª edição do prêmio Best Travel & Tourism Award 2023/2024³ - O programa de fidelidade Smiles contribui com fluxos de caixa por meio de venda de pontos para terceiros e vendas diretas aos membros Smiles. - Mais de 24 milhões de membros em dezembro de 2024. - Oferece três cartões de créditos <i>co-branded</i> com o Banco do Brasil, Bradesco e Santander.
Slots	A garantia de slots é vital para a estratégia comercial da GOL e inclui aeroportos com restrições de slots nível 3, incluindo CGH, GRU e SDU.
Peças de Reposição	- Mais de 123.000 diversas peças de reposição, incluindo peças rotativas, reparáveis e descartáveis. - As peças de reposição são fundamentais para a manutenção da frota das aeronaves 737 da GOL e são altamente comercializáveis devida a presença global de operadoras do modelo 737.

Nota:

(1) Avaliação de Marca e Propriedade Intelectual (PI) da GOL pela MBA – 05/11/24, Avaliação de Marca e PI da Smiles pela MBA – 25/10/24; Avaliação de slots pela BK Associates – 07/11/2024; Avaliação de peças de reposição pela MBA – 07/11/24, assumindo financiamento de saída via dívida no valor de US\$ 1,90 bilhão, o qual pode ser reduzido por meio de *equity claw*, dependendo do processo de financiamento com ações na saída; (2) Utilizando a taxa de câmbio vigente no momento da avaliação; (3) A 19ª edição do prêmio Best Travel & Tourism Award 2023/2024 contou com votação popular, responsável por selecionar as marcas consideradas mais destacadas no setor de viagens e turismo, em 38 categorias.

A Smiles impulsiona o engajamento do cliente por meio de ofertas diversificadas

GOL

A Smiles é um ativo crítico que oferece um portfólio completo de oportunidades para acúmulo e resgate de pontos nos setores de viagens, financeiro e varejo; o engajamento do cliente aumenta ainda mais as receitas da GOL e apoia seu crescimento, além das operações de voo

Números da Smiles

24 milhões ¹ Membros da Smiles	30+ ¹ Parceiros Financeiros
50+ ¹ Operadoras Parceiras	550.000+ ¹ Produtos resgatáveis com parceiros fora do setor de viagens
3 ¹ Oferta dos cartões co-branded	104% ¹ Crescimento no faturamento bruto ex-GOL (2019 – 2024)

Smiles é um programa de fidelidade em rápido crescimento

Membros Smiles, M

Smiles

Clube Smiles

17,1	18,2	19,3	20,9	22,6	24,0
2019	2020	2021	2022	2023	2024

+7%

0,8	0,7	0,8	0,9	1,1	1,2
2019	2020	2021	2022	2023	2024

+10%

Parceiros Seletivos

Avianca

KLM

AIRFRANCE

American Airlines

IBERIA

Aerolíneas Argentinas

AirEuropa

Emirates

ITA AIRWAYS

TP AIRPORTUGAL

BOX

FAST

magalu

CASASBAHIA

saúde iD

Uber

ALL ACCOR LIVE LIMITLESS

BANCO DO BRASIL

AMERICAN EXPRESS

BANCO DO BRASIL

BANESTES

Banpará

bradesco

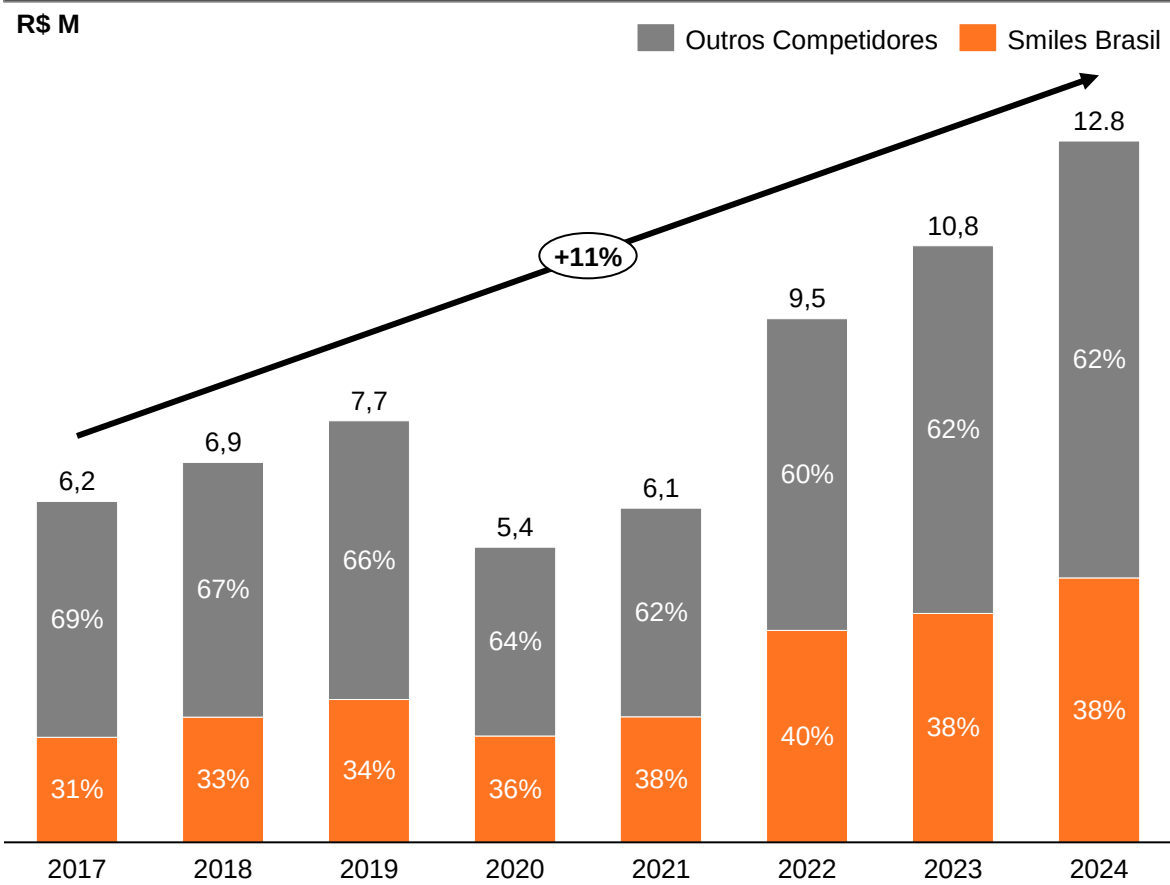
Nota: (1) em 31 de dezembro de 2024; (2) em 31 de dezembro de 2023

A garantia da Smiles é essencial para a geração de receita da GOL

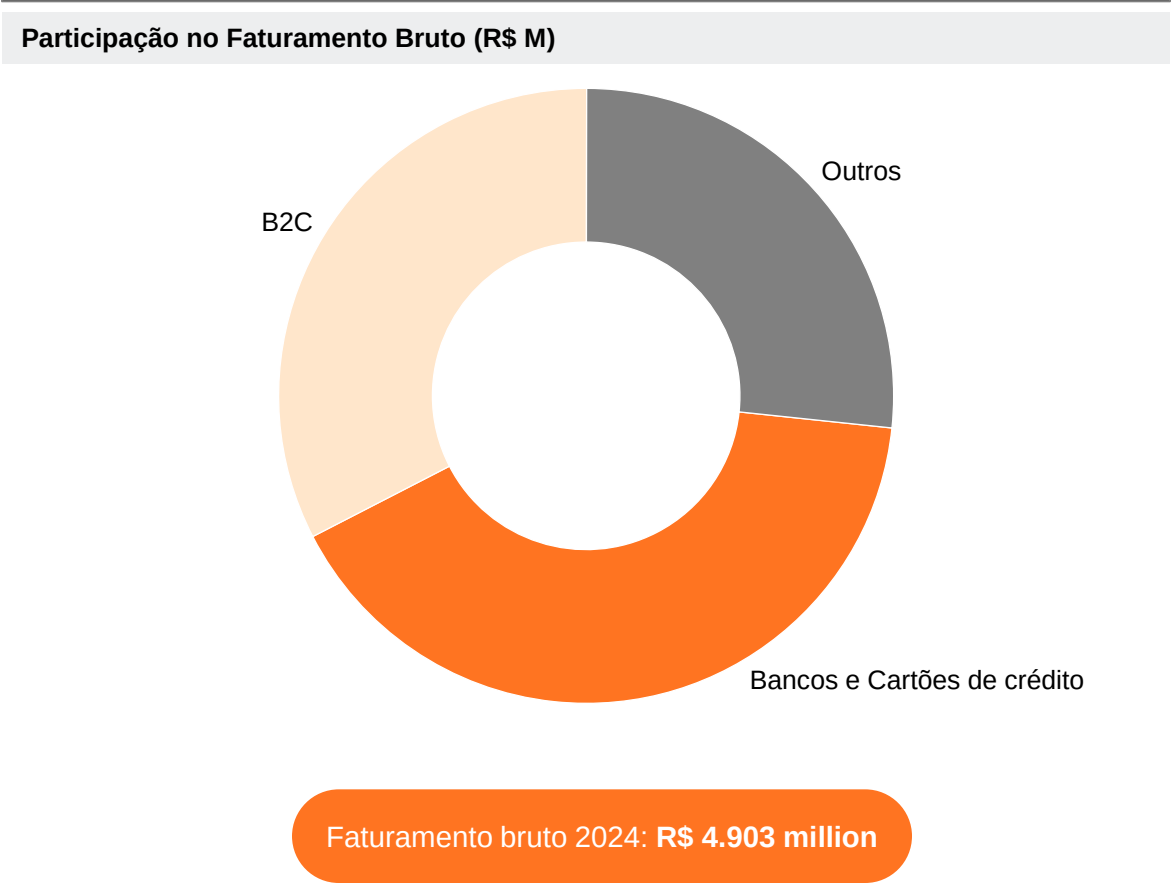


O programa Smiles, um dos maiores programas de fidelidade da América Latina, impulsiona o crescimento do faturamento por meio da diversificação da receita e do maior engajamento do cliente

A Smiles contribui significativamente com o faturamento bruto dos programas de fidelização no Brasil



A maioria das milhas é vendida para terceiros, proporcionando diversidade no fluxo de caixa²

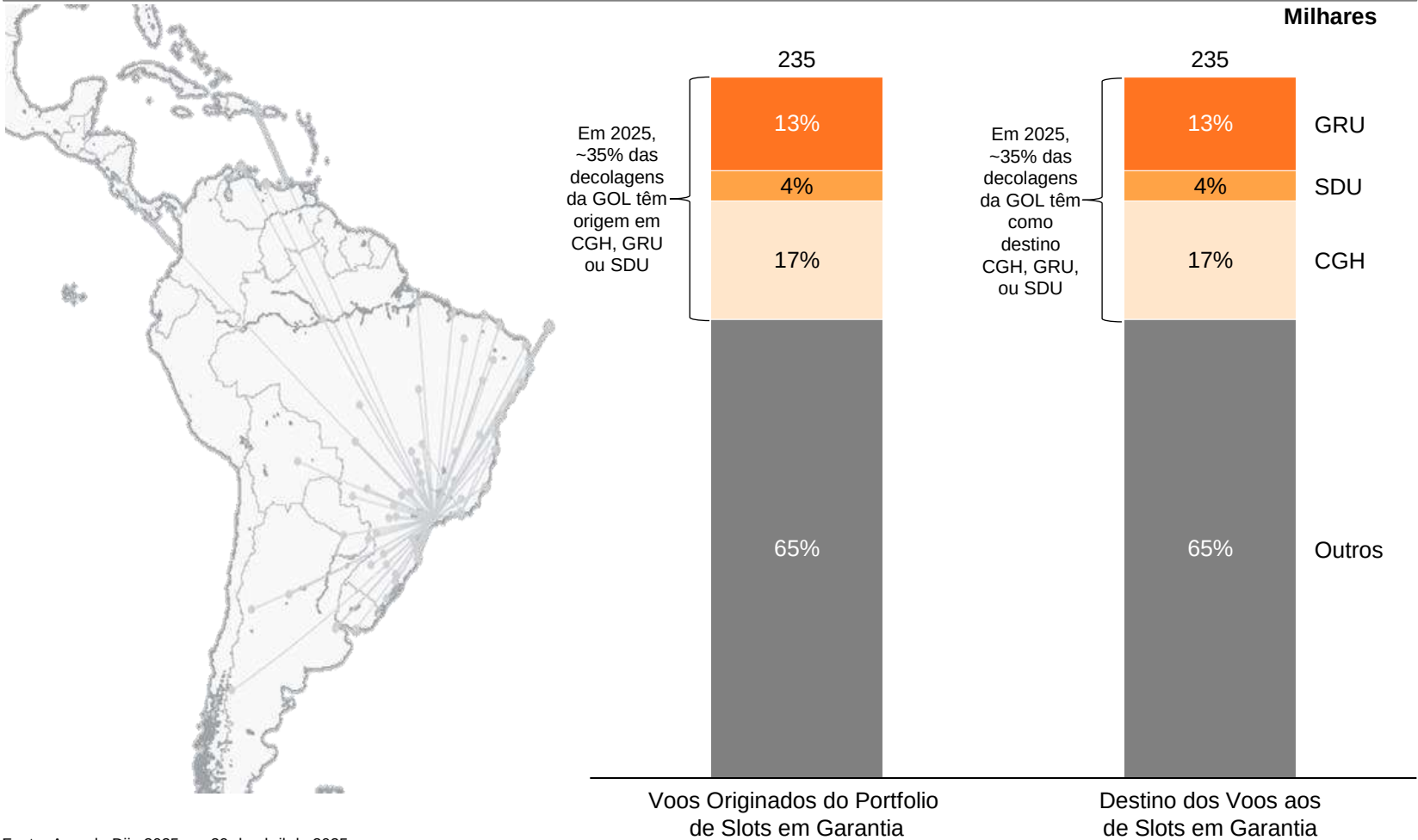


Nota:
(1) Participação de mercado no faturamento bruto no Brasil, incluindo TudoAzul, Dotz, Juros Somos Mais, Latam Pass, Mastercard Brasil, Orbia, Stix e Vertem; não inclui faturamentos fora do Brasil; (2) Faturamento bruto, terceiros.

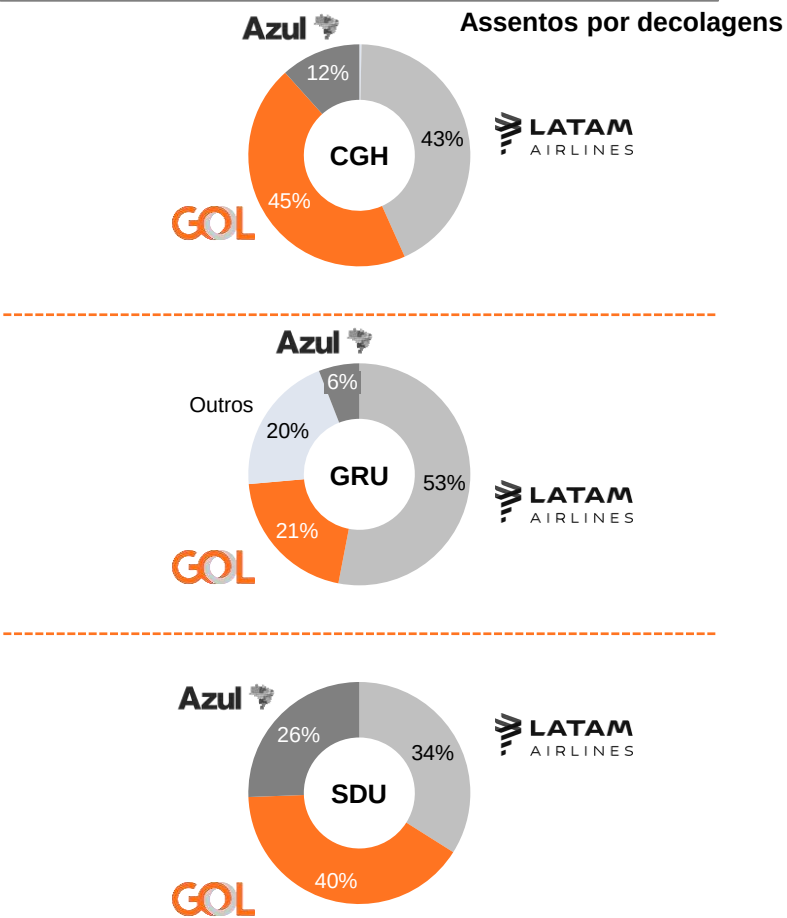
A garantia de slots tem um papel crucial na estratégia comercial da GOL

O financiamento de saída recebeu garantia de slots nível 3 em aeroportos com slots restritos (CGH, GRU e SDU), no valor de US\$ 939 milhões¹; tais slots são essenciais para a execução da estratégia comercial da GOL nas principais áreas metropolitanas do Brasil, como São Paulo e Rio de Janeiro

A garantia representa ~35% das partidas de origem/destino da GOL em 2025



A garantia de slots é altamente valiosa aos concorrentes



Fonte: Agenda Diio 2025 em 29 de abril de 2025
1) Avaliação dos Slots pela BK Associates em 7 de novembro de 2024



Visão Geral & Processo de Reestruturação desde Janeiro 2025

Desempenho de 2024 Superou o Janeiro 5YP

Sensibilidade Maio 5YP

Visão Geral dos Termos e das Garantias

Principais Pontos e Datas

Apêndice

Principais Pontos para os Investidores



A GOL está emergindo com um modelo de negócios comprovado, custos baixos e uma forte posição de mercado em mercados-chave, enquanto oferece aos investidores a oportunidade de investir em US\$ 1,9 bilhão em notas de saída, que proporcionarão altos retornos (especialmente quando comparados ao NC24), garantidos por colaterais robustos e com um LTV (<34%) baixo

Principais Conclusões

1 Liquidez Sustentável & Estrutura de Capital

- A GOL emerge com US\$ 900 milhões em liquidez, com a alavancagem líquida projetada para cair para 2,9x até o final de 2027

2 Desempenho / Modelo de Negócios

- O EBITDA recorrente do 4T24 foi **33% superior às estimativas do Janeiro 5YP**
- O EBITDA recorrente do 1T25 **deverá crescer 18%⁵ em relação ao ano anterior**
- **Melhor CASK ex-combustível no mundo**
- **Posições de mercado privilegiadas em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo**

3 Execução do Plano de Frota e Manutenção

- **114 aeronaves operacionais¹ até o final de 2024**, atendendo às expectativas de linhas de voo do Janeiro 5YP
- A confiabilidade da frota resultou na GOL sendo **a companhia aérea #1 em pontualidade²**
- **Execução do plano de manutenção com mais de 50 motores reparados em 2024**

4 Pacote Colateral Forte / Baixo LTV da Dívida Sênior (1L)

- **LTV da dívida sênior (1L) inferior a 34%**
- **Maior programa de fidelidade do Brasil³, marca aérea #1 do Brasil³, um portfólio de slots altamente cobiçado e um pool de peças de reposição altamente comercializável**

5 Forte Apoio / Precificação Atraente

- A GOL **garantiu compromissos vinculativos de pelo menos US\$ 1,375 bilhão; apenas US\$ 525 milhões precisam ser captados**
- Com a desvalorização no mercado, os retornos estão elevados, tornando o retorno até o NC2⁴ altamente relevante



(1) Inclui aeronaves reservas e aeronaves em reparo leve, o número de linhas de voo foi alinhado no Janeiro 5YP;(2) Relatório Cirium 2024, para companhias aéreas no Brasil. A GOL ocupou a 2ª posição entre as LCCs globalmente;(3) Prêmio Top of Mind 2024, Folha, maior em faturamento bruto, consulte o slide 17 para mais informações;(4) Não há garantia de que as notas serão resgatadas de forma antecipada ou amortizadas;(5) Resultados não auditados. Até a data de publicação desta apresentação, os resultados financeiros para o período de três meses encerrado em março de 2025 ainda não foram finalizados e estão sujeitos a alterações.

Principais Pontos e Datas



Visando a saída do *Chapter 11* em junho de 2025



Principais datas dos investidores

Maio '25						
D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

Junho '25						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14

- 1 de maio, 2025 Lançamento da Oferta de Direitos para Detentores de Títulos de 2026
- 6 de maio, 2025 Apresentações para Investidores pela Equipe de Gestão da GOL
- 9 de maio, 2025 Encerramento da Oferta de Direitos para Detentores de Títulos de 2026
- 13 de maio, 2025 Receber Compromissos Vinculativos de Investidores
- 15 de maio, 2025 Alocações Finais Fornecidas aos Investidores
- 20 de maio, 2025 Audiência de Confirmação
- 5 de junho, 2025 Data de Saída do Chapter 11
- 8 de junho, 2025 Vencimento do Financiamento DIP

Nota: As datas estão sujeitas a alterações e ao processo judicial; e as datas futuras constituem declarações prospectivas.



Visão Geral & Processo de Reestruturação desde Janeiro 2025

Desempenho de 2024 Superou o Janeiro 5YP

Sensibilidade Maio 5YP

Visão Geral dos Termos e das Garantias

Principais Pontos e Datas

Anexo

Estrutura de Equity de Saída



Ajustes Pro-Forma na Saída (US\$ M)	Pré-Saída	Equitização	Plano de Apoio	Acordo 2026	Financiamento de Saída	Taxas PIK	Pós-Saída	Conversão Assumida	2027E ²	2029E ²
Financiamento de Saída (com 14,25% Cupom)	-	-	-	175	1.725	80 ⁵	1.980	-	1.822 ⁴	1.822 ⁴
2026 Financiamento de Saída	-	-	-	121	-	-	121	-	123	123
Financiamento DIP	1.316	-	-	-	(1.316)	-	-	-	-	-
Empréstimos sem Garantia - Primeiro Grau	1.316	-	-	296	409	80	2.102	-	1.944	1.944
Dívida TB 2028 - Não conversível	-	-	600	-	-	-	600	-	547	455
Dívida TB 2028 – Conversível	-	-	250	-	-	-	250	(250)	-	-
Dívida TB 2026 - Não conversível	-	-	-	56	-	-	56	-	51	42
Empréstimos com Garantia - Segundo Grau	-	-	850	56	-	-	906	-	598	497
Senior Amortizing Note - Series B	67	-	-	-	-	-	67	-	26	-
Senior Amortizing Note - Series A	145	-	-	-	-	-	145	-	75	15
Debêntures	130	-	-	-	-	-	130	-	-	-
CCB	7	-	-	-	-	-	7	-	1	-
FINIMP	4	-	-	-	-	-	4	-	-	-
Financiamento Individual de Lessor	75	-	-	-	-	-	75	-	8	-
Outra dívida com garantia	428	-	-	-	-	-	428	-	110	15
Exchangeable Senior Notes 2024	42	(42)	-	-	-	-	-	-	-	-
Senior Notes 2025	342	(342)	-	-	-	-	-	-	-	-
Bonus Perpetual Note	139	(139)	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida sem garantia	523	(523)	-	-	-	-	-	-	-	-
Senior Notes 2026	251	-	-	(251)	-	-	-	-	-	-
Senior Notes / ESSN 2028	1.859	(971)	(850)	-	(37)	-	-	-	-	-
Total Notes sem Garantia	2.110	(971)	(850)	(251)	(37)	-	-	-	-	-
Outros Ajustes ¹	(28)	-	-	-	-	-	(28)	-	(9)	(3)
Dívida Total	4.349	(1.494)	-	101	371	80	3.407	(250)	2.643	2.453
Passivo de Arrendamento	1.928	-	-	-	-	-	1.928	-	2.401	2.619
Dívida Total & Passivo de Arrendamento	6.277	(1.494)	-	101	371	80	5.335	(250)	5.044	5.072
Financiamento de Saída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Taxas de Assessorias ⁵	-	-	-	-	(62)	-	(62)	-	-	-
Liquidez ³	442	-	-	175	309	-	907	-	1.016	1.003

Métricas de Crédito:	
EBITDA UDM	867
Alavancagem	7,2x
Alavancagem Líquida	6,8x

Financiamento de Motores dos Lessors	253

Métricas de Crédito c/Fin. Lessor como Dívida:	
EBITDA UDM	867
Alavancagem	7,5x
Alavancagem Líquida	7,0x

867
6,2x
5,1x

253

867
6,4x
5,4x

1.434	1.923
3,5x	2,6x
2,8x	2,1x

139	72

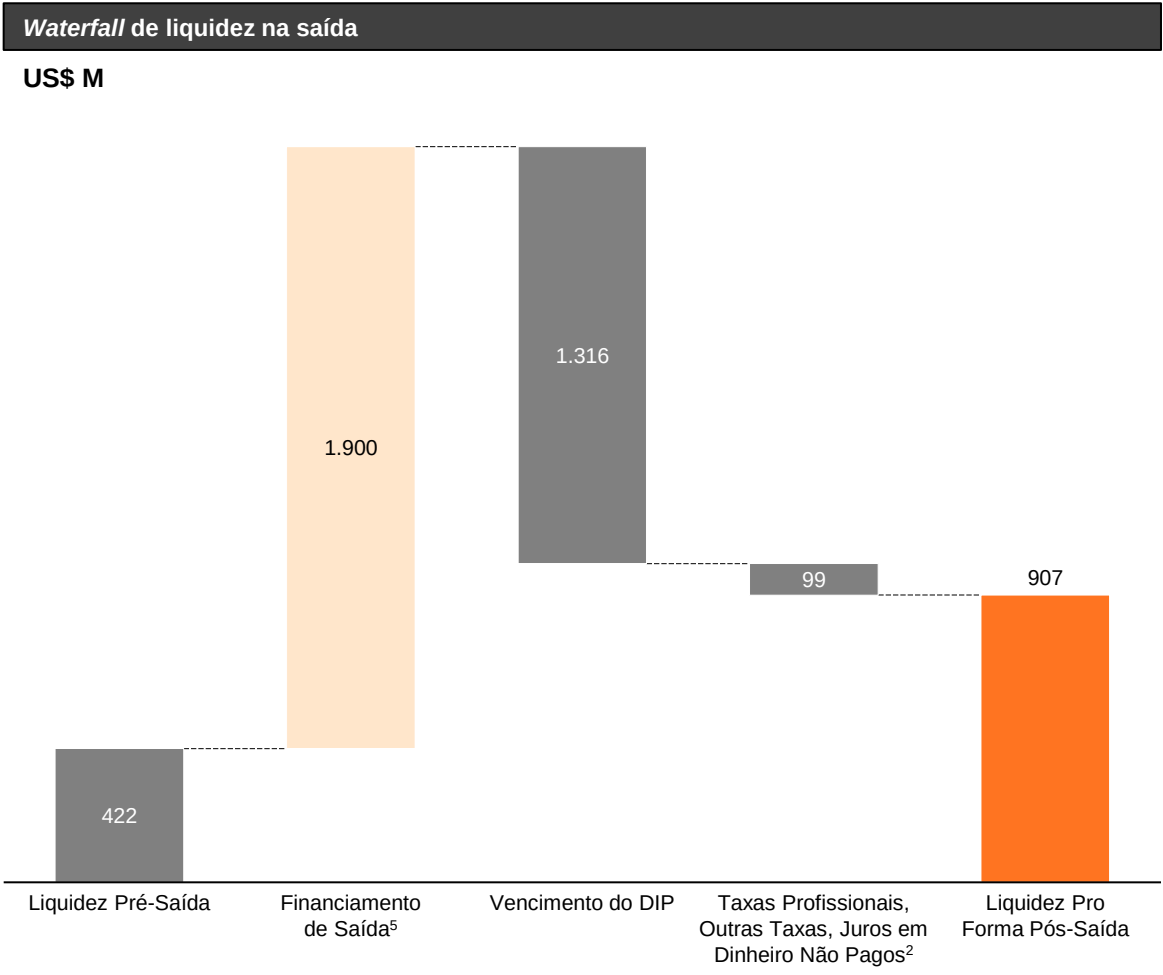
1.434	1.923
3,6x	2,7x
2,9x	2,2x

Nota: Taxa de câmbio: R\$6,04; assume-se a saída no final de maio / início de junho de 2025
(1) Ajustes de goodwill, imparidade, valor justo e custo da dívida realizados no 5YP da Empresa, vinculados aos resultados reais; (2) Reflete os saldos estimados conforme o 5YP da Empresa e inclui pagamentos de amortização assumidos, juros acumulados, passivos de leasing incrementais e liquidez; (3) A liquidez inclui caixa, equivalentes de caixa e contas a receber faturáveis; contas a receber faturáveis totais: Maio de 2025: US\$ 113M; Fim de 2027: US\$ 487M; Fim de 2029: US\$ 565M; (4) Assume-se o exercício do direito de equity clawback de US\$ 180M após o fluxo de entrada de financiamento de equity de US\$ 220M, 6 meses após a saída (ou seja, total de US\$ 330M de equity levantado entre 2025 – 2029, US\$ 110M dentro de 45 dias da saída e US\$ 220M dentro de 180 dias da saída; proventos líquidos após clawback de US\$ 150M); (5) Pagamento estimado de taxa; (6) Consulte fontes e usos para mais informações sobre a taxa PIK

O financiamento de saída de US\$ 1,90B fornece liquidez suficiente para quitar o financiamento DIP que está vencendo e fortalecer o balanço patrimonial na saída

Fontes e Usos na Saída		
Fontes na Saída	R\$ M	US\$ M
Financiamento de Saída	11.476	1.900
Taxas de Financiamento PIK (Payment-in-Kind) ³	172	29
Taxas de Compromisso PIK (Payment-in-Kind) ⁴	313	52
Taxa de Trabalho PIK de 2026	60	10
Caixa do Balanço Patrimonial da GOL Pré-Saída (em 25 de maio)	2.552	422
Fontes Totais	14.574	2.413

Usos na Saída	R\$ M	US\$ M
DIP	7.951	1.316
Juros em Dinheiro Acumulados e Não Pagos da GOL 2028	226	37
Taxas de Financiamento	172	29
Taxas de Compromisso	313	52
Taxas de trabalho de 2026	60	10
Taxas Profissionais, Outras Taxas, Despesas	373	62
Caixa de Saída do Balanço Patrimonial da GOL (em 25 de maio)	5.478	907
Usos Totais	14.574	2.413



(1) Assume-se uma taxa de câmbio de R\$6,04;(2) inclui US\$ 62M de taxas profissionais, outras taxas e despesas e juros em dinheiro acumulados e não pagos de 2028 (US\$ 37M) conforme o Acordo de Apoio ao Plano;(3) Taxa de financiamento de 1,50% assumida como PIK (Payment-in-Kind);(4) Assume-se que 30% da sindicância seja permitida; todas as taxas de compromisso assumidas como PIK a critério da Empresa;(5) Assume-se US\$ 175M de financiamento dos detentores de 2026 vinculado ao financiamento do acordo de 2026.

Demonstração de Resultados



Demonstração de Resultados (R\$ M)	2019	2023	2024	UDM Maio 2025E	2025E	2026E	2027E	2028E	2029E
Receita Líquida									
Receita de Passageiros	12.364	16.247	16.123	17.355	19.200	22.364	26.188	28.646	30.777
Receita de Cargas	411	964	1.271	1.353	1.528	1.563	1.643	1.727	1.815
Receita Smiles	447	622	655	747	699	834	982	1.067	1.154
Outras Receitas	643	941	1.080	1.145	1.118	1.296	717	776	854
Receita Líquida Total	13.865	18.774	19.130	20.600	22.544	26.056	29.530	32.217	34.600
Custos e Despesas Operacionais Recorrentes									
Custos com Combustível	(3.970)	(5.950)	(5.329)	(5.747)	(6.467)	(7.677)	(8.339)	(8.739)	(9.057)
Custos com Pessoal	(2.361)	(2.523)	(2.911)	(3.069)	(3.076)	(3.570)	(3.979)	(4.322)	(4.645)
Custos com Passageiros	(1.256)	(2.021)	(2.017)	(2.031)	(2.121)	(2.278)	(2.497)	(2.665)	(2.794)
Custos com Manutenção	(140)	(1.320)	(1.251)	(1.645)	(1.843)	(2.027)	(1.868)	(2.025)	(1.538)
Custos com Tarifas de Pouso e Decolagem	(760)	(901)	(1.007)	(1.100)	(1.281)	(1.502)	(1.714)	(1.888)	(2.053)
Outros Custos e Despesas	(1.056)	(1.469)	(1.711)	(1.773)	(1.918)	(2.103)	(2.470)	(2.673)	(2.897)
Custos e Despesas Operacionais Totais	(9.542)	(14.183)	(14.227)	(15.364)	(16.708)	(19.156)	(20.867)	(22.311)	(22.983)
EBITDA Recorrente	4.322	4.591	4.903	5.236	5.836	6.900	8.663	9.905	11.616
<i>Margem EBITDA Recorrente</i>	<i>31,2%</i>	<i>24,5%</i>	<i>25,6%</i>	<i>25,4%</i>	<i>25,9%</i>	<i>26,5%</i>	<i>29,3%</i>	<i>30,7%</i>	<i>33,6%</i>
Despesas Não Recorrentes	(297)	414	(3.206)	(3.516)	(651)	196	231	206	252
EBITDA Contábil	4.025	5.005	1.697	1.719	5.185	7.096	8.894	10.111	11.869
<i>Margem EBITDA Contábil</i>	<i>29,0%</i>	<i>26,7%</i>	<i>8,9%</i>	<i>8,3%</i>	<i>23,0%</i>	<i>27,2%</i>	<i>30,1%</i>	<i>31,4%</i>	<i>34,3%</i>
Depreciação & Amortização	(1.728)	(1.666)	(1.893)	(2.319)	(2.843)	(3.161)	(3.248)	(3.626)	(4.329)
EBIT	2.297	3.339	(197)	(599)	2.341	3.935	5.646	6.486	7.539
Receita Financeira	1.077	394	2.596	3.363	998	59	53	18	42
Despesa Financeira	(2.734)	(4.067)	(8.056)	(11.375)	(8.063)	(4.103)	(4.260)	(4.263)	(4.357)
Outras Receitas / (Despesas)	(87)	(623)	(1.797)	(4.410)	669	0	0	(0)	(0)
EBT	553	(957)	(7.454)	(13.022)	(4.054)	(109)	1.439	2.242	3.224
Imposto de Renda	(210)	(265)	1.387	1.239	(151)	(78)	(358)	(547)	(718)
Lucro Líquido	344	(1.222)	(6.067)	(11.783)	(4.205)	(187)	1.081	1.695	2.506
<i>Margem Líquida</i>	<i>2,5%</i>	<i>-6,5%</i>	<i>-31,7%</i>	<i>-57,2%</i>	<i>-18,7%</i>	<i>-0,7%</i>	<i>3,7%</i>	<i>5,3%</i>	<i>7,2%</i>

Nota: A Projeção inclui uma recaptura substancial dos impactos negativos da desvalorização F/X da Projeção anterior publicada em maio de 2024 (que assumiu uma taxa BRL/USD f/x de 5,0, diminuindo para 4,85) para a Projeção atual (que assume uma taxa BRL/USD f/x de 6,04 nos períodos de Projeção); essa premissa de recaptura é consistente com a recaptura f/x experimentada historicamente pela GOL e pelo setor aéreo brasileiro em geral.
(1) Inclui despesa/(receita) de derivativos e variação cambial, para o período além do realizado (fevereiro de 2025) essas contas não têm impacto dada a taxa de câmbio de R\$ 6,04 em todos os períodos.

Demonstração de Fluxo de Caixa



Demonstração de Fluxo de Caixa (R\$ M)	2023	2024	2025E	2026E	2027E	2028E	2029E
Caixa Operacional							
EBITDA Contábil	5.005	1.697	5.185	7.096	8.894	10.111	11.869
Ajustes Não-Caixa	(459)	(346)	(108)	(180)	(180)	(180)	(180)
Contas a Receber	63	(2.330)	488	(533)	(354)	(209)	(180)
Estoque & Depósitos	65	(840)	(436)	(764)	(958)	(669)	(1.139)
Contas a Pagar	(352)	496	303	1.114	797	(178)	(242)
Transporte a Executar & Programa de Milhagem	(236)	512	804	935	1.189	919	1.034
Outros Capitais de Giros	829	2.347	(202)	(404)	(407)	(488)	(808)
Fluxo de Caixa Operacional	4.914	1.535	6.034	7.264	8.980	9.307	10.354
Caixa de Investimentos							
Despesas de Capital	(1.732)	(1.542)	(2.739)	(2.002)	(2.665)	(3.879)	(3.361)
Receitas/Pagamentos de Aeronaves	-	43	154	277	327	199	263
Fluxo de Caixa de Investimentos	(1.732)	(1.499)	(2.585)	(1.725)	(2.338)	(3.680)	(3.097)
Caixa de Financiamento							
Aumento de Capital	-	-	1.993	-	-	-	-
Conversão de <i>Equity</i>	-	-	-	-	1.510	-	-
Emissão de Dívida	2.437	5.279	18.479	84	-	-	-
Pagamento de Dívida (Amortização)	(995)	(626)	(15.379)	(1.344)	(2.909)	(875)	(706)
Pagamento de Dívida (Juros)	(1.123)	(210)	(1.480)	(2.425)	(2.313)	(2.059)	(2.001)
Pagamento de Arrendamento	(2.807)	(2.880)	(3.218)	(3.385)	(3.851)	(3.770)	(4.044)
Outros Pagamentos	(517)	34	(1.112)	207	140	39	(16)
Fluxo de Caixa de Financiamento	(3.005)	1.597	(717)	(6.863)	(7.423)	(6.666)	(6.767)
Caixa & Equivalentes de Caixa Inicial	326	503	2.137	4.869	3.545	2.764	1.724
Variação em Caixa (<i>Ex-Factoring</i>)	177	1.634	2.732	(1.324)	(781)	(1.039)	490
Caixa & Equivalentes de Caixa Final	503	2.137	4.869	3.545	2.764	1.724	2.214
Caixa a Receber (com <i>Factoring</i>)		3.996	7.268	6.518	6.139	5.386	6.059
Caixa Restrito	279	357	432	432	432	432	432
Caixa Final	782	2.494	5.301	3.977	3.195	2.156	2.646

Nota: A Projeção inclui uma recaptura substancial dos impactos negativos da desvalorização F/X da Projeção anterior publicada em maio de 2024 (que assumiu uma taxa BRL/USD f/x de 5,0, diminuindo para 4,85) para a Projeção atual (que assume uma taxa BRL/USD f/x de 6,04 nos períodos de Projeção); essa premissa de recaptura é consistente com a recaptura f/x experimentada historicamente pela GOL e pelo setor aéreo brasileiro em geral. O modelo emprega uma taxa de juros de 14,25% no financiamento de saída. A taxa de juros modelada não é baseada em discussões com potenciais investidores ou feedback do mercado e a taxa de juros real do financiamento de saída estará sujeita às condições de mercado, termos de financiamento de saída, desempenho da Companhia e outros fatores relevantes no momento da precificação de qualquer financiamento de saída.

(1)) Inclui aeronaves e não aeronaves (“Outros Capex”). Outros Capex incluem peças de reposição, gastos com TI/software, outras manutenções de aeronaves e outros Capex não aeronáuticos. Espera-se que outros Capex cresçam com o tamanho da companhia aérea e por meio da reposição de estoques.

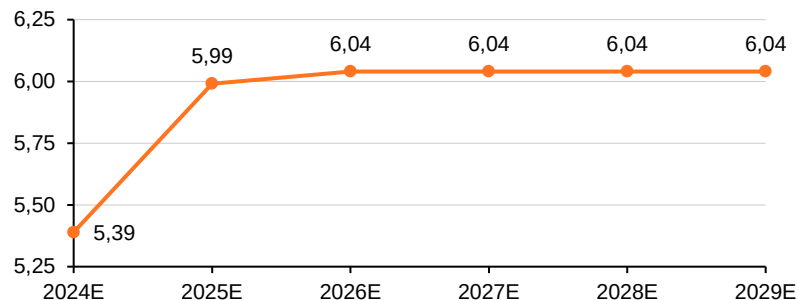
Balanço Patrimonial (R\$ M)	2023	2024	2025E	2026E	2027E	2028E	2029E
Ativos							
Caixa & Equivalentes de Caixa	503	2.137	4.869	3.545	2.764	1.724	2.214
Contas a Receber	825	3.155	2.667	3.200	3.555	3.764	3.944
Estoque & Depósitos	2.883	3.746	4.242	5.006	5.964	6.633	7.772
Caixa Restrito	279	357	432	432	432	432	432
Propriedade, Instalações e Equipamentos	8.728	10.820	14.218	16.071	18.982	21.799	23.053
Outros Ativos ¹	3.507	3.771	1.537	1.486	1.400	1.420	1.383
Total de Ativos	16.726	23.986	27.965	29.740	33.097	35.772	38.799
Passivos							
Empréstimos ²	10.584	22.625	19.170	18.360	15.960	15.384	14.816
Arrendamentos	9.441	12.103	11.647	12.936	14.504	15.401	15.819
Contas a Pagar	3.912	4.448	5.958	6.653	7.240	7.298	7.588
Transporte a Executar & Programa de Milhagem	5.136	5.648	6.452	7.387	8.575	9.495	10.529
Provisões	3.914	4.665	4.289	4.129	3.987	3.733	3.149
Outros Passivos	6.907	3.588	2.053	2.067	2.031	1.966	1.898
Total de Passivos	39.893	53.077	49.569	51.532	52.298	53.278	53.799
Patrimônio Líquido							
Capital Social	4.200	4.203	4.203	4.203	4.203	4.203	4.203
Ações em Tesouraria	18	27	29	29	29	29	29
Reserva de Capital	979	977	972	972	972	972	972
Ajuste de Valor Patrimonial	(1.373)	(1.240)	(1.236)	(1.236)	(1.236)	(1.236)	(1.236)
Lucro (Prejuízo) Acumulado	(26.991)	(33.058)	(37.262)	(37.449)	(36.369)	(34.674)	(32.168)
Conversion to Claim	-	-	9.697	9.697	9.697	9.697	9.697
Aumento de Capital	-	-	1.993	1.993	3.503	3.503	3.503
Patrimônio Líquido Total	(23.167)	(29.091)	(21.604)	(21.791)	(19.201)	(17.506)	(15.000)

Nota: A Projeção inclui uma recaptura substancial dos impactos negativos da desvalorização F/X da Projeção anterior publicada em maio de 2024 (que assumiu uma taxa BRL/USD f/x de 5,0, diminuindo para 4,85) para a Projeção atual (que assume uma taxa BRL/USD f/x de 6,04 nos períodos de Projeção); essa premissa de recaptura é consistente com a recaptura f/x experimentada historicamente pela GOL e pelo setor aéreo brasileiro em geral. O plano detalhado acima não assume passivos adicionais fora do balanço.

(1) Inclui depósitos *pre-delivery*; (2) A norma contábil trata o financiamento de motores dos *lessors* como um saldo de contas a pagar; Saldo de financiamento de motores dos *lessors*, por ano: 2025: R\$1.844 milhões; 2026: R\$1.338 milhões; 2027: R\$829 milhões; 2028: R\$514 milhões; 2029: R\$437 milhões.

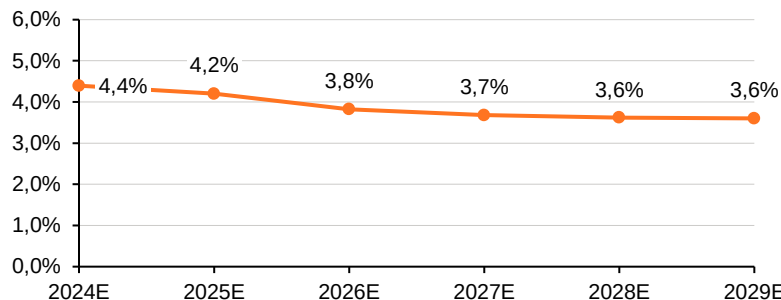
Taxa de Câmbio Média

R\$: US\$



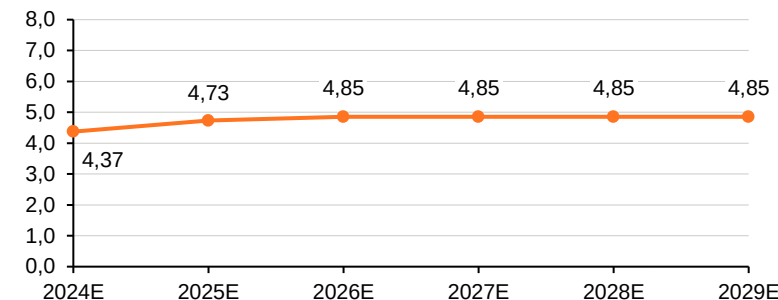
Inflação Doméstica

%



Preço do Combustível

R\$ / Liter



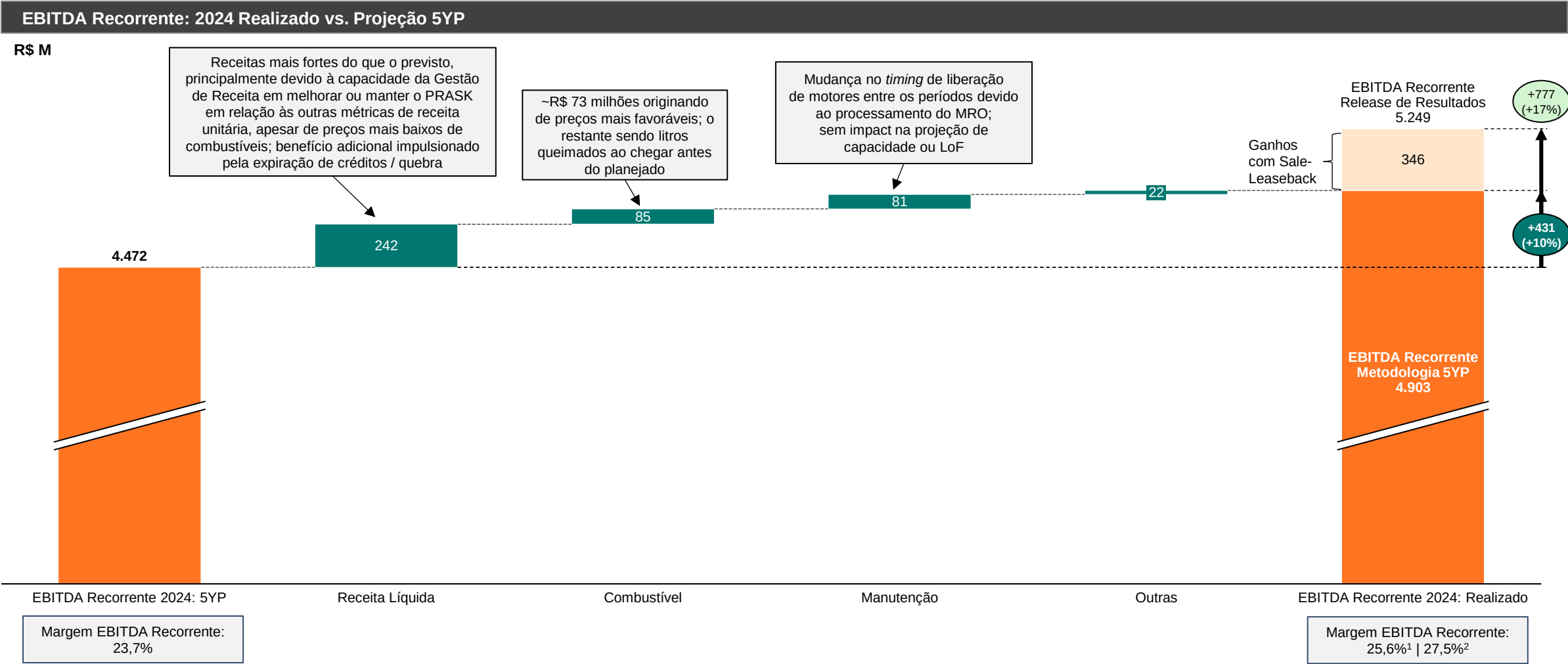
Outras Premissas

	2023	2024E	2025E	2026E	2027E	2028E	2029E
CDI	13,7%	10,8%	12,0%	11,5%	11,4%	11,6%	11,7%
CPI - BRL	4,6%	4,4%	4,2%	3,8%	3,7%	3,6%	3,6%
CPI - USD	4,1%	2,9%	2,4%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%
Frota Trilho (média)	104,6	100,0	109,3	121,8	132,2	139,3	146,1
ASKs (milhões)	43.053	43.323	49.350	56.991	62.986	66.436	69.656
RPKs (milhões)	35.317	35.897	40.244	45.920	50.640	53.784	56.768
Taxa de Ocupação (%)	82%	83%	82%	81%	80%	81%	81%
PAX (milhares)	31.830	30.686	32.614	36.800	39.584	42.197	43.969
Decolagens	226.735	217.068	239.243	266.056	286.408	302.451	313.042
Block Hours	453.093	446.167	501.484	586.709	642.757	677.526	706.813
Total Horas de Voo	373.556	367.900	424.134	490.650	538.967	567.675	593.075
Assentos Disponíveis (milhares)	38.903	37.384	42.032	46.334	50.064	53.008	54.958
Total de Km (milhares)	248.704	251.326	283.793	327.075	360.236	379.259	396.881
Etapa Média (km)	1.097	1.158	1.186	1,229	1.258	1.254	1.268
Etapa Média (km)	100.756	131.379	145.740	150.443	152.579	154.751	156.964

EBITDA Recorrente em 2024: Realizado vs. 5YP



Em 2024, o EBITDA recorrente foi de ~10% (~R\$ 431 milhões) acima do resultado projetado para 2024 no Janeiro 5YP, devido ao aumento em receita líquida, preços mais baixos dos combustíveis e o *timing* de liberações de motores das MROs

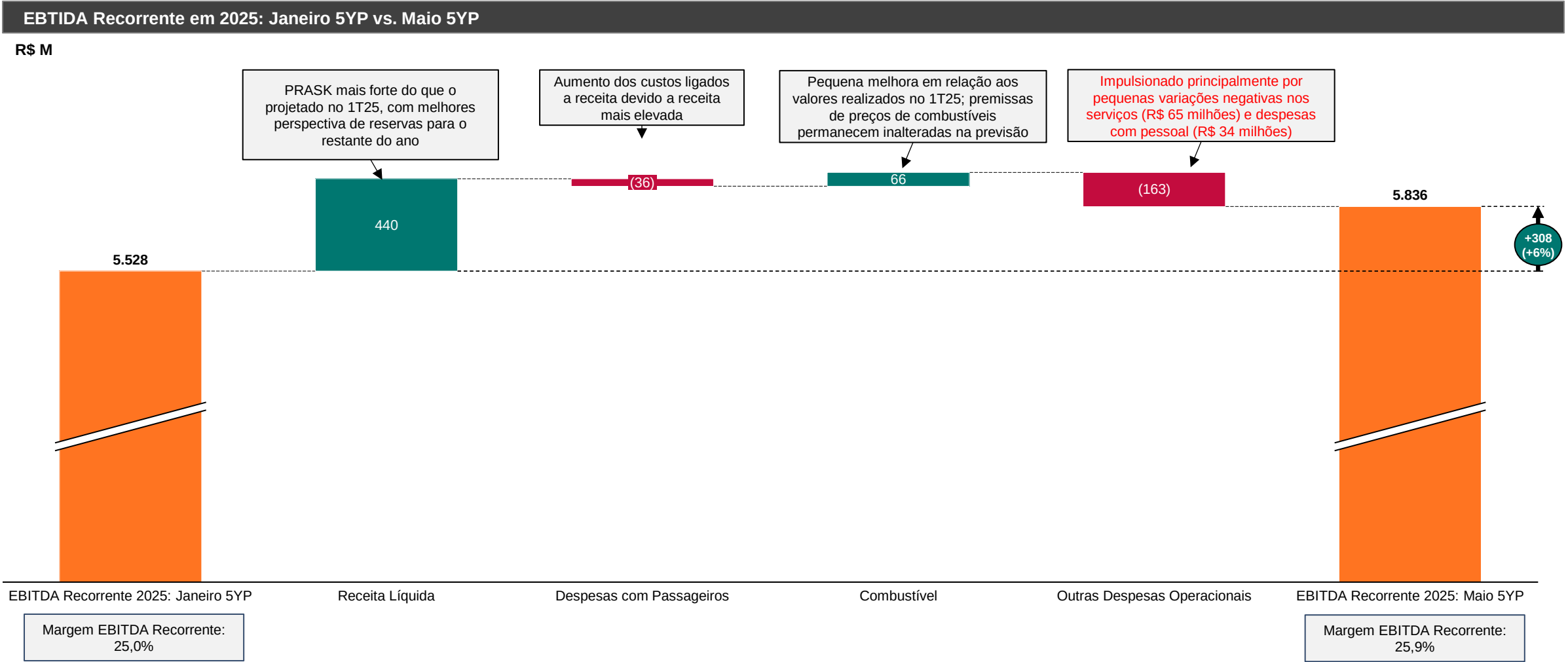


Fonte: GOL Janeiro 5YP
Nota: O EBITDA Recorrente 5YP exclui ganhos com sale-leaseback, que compõem os resultados realizados, para efeitos desta análise, os ganhos com sale-leaseback foram removidos dos números divulgados no release de resultados.
(1) Metodologia 5YP; (2) Release de resultados

Cenário de Sensibilidade do Maio 5YP em comparação com o Janeiro 5YP (1 de 2)



O EBITDA recorrente projetado para 2025 agora está em ~6% acima em comparação ao Janeiro 5YP, com a maior parte do ganho impulsionado por um melhor desempenho da receita no 1T25 e uma melhor perspectiva de receita com base nas reservas

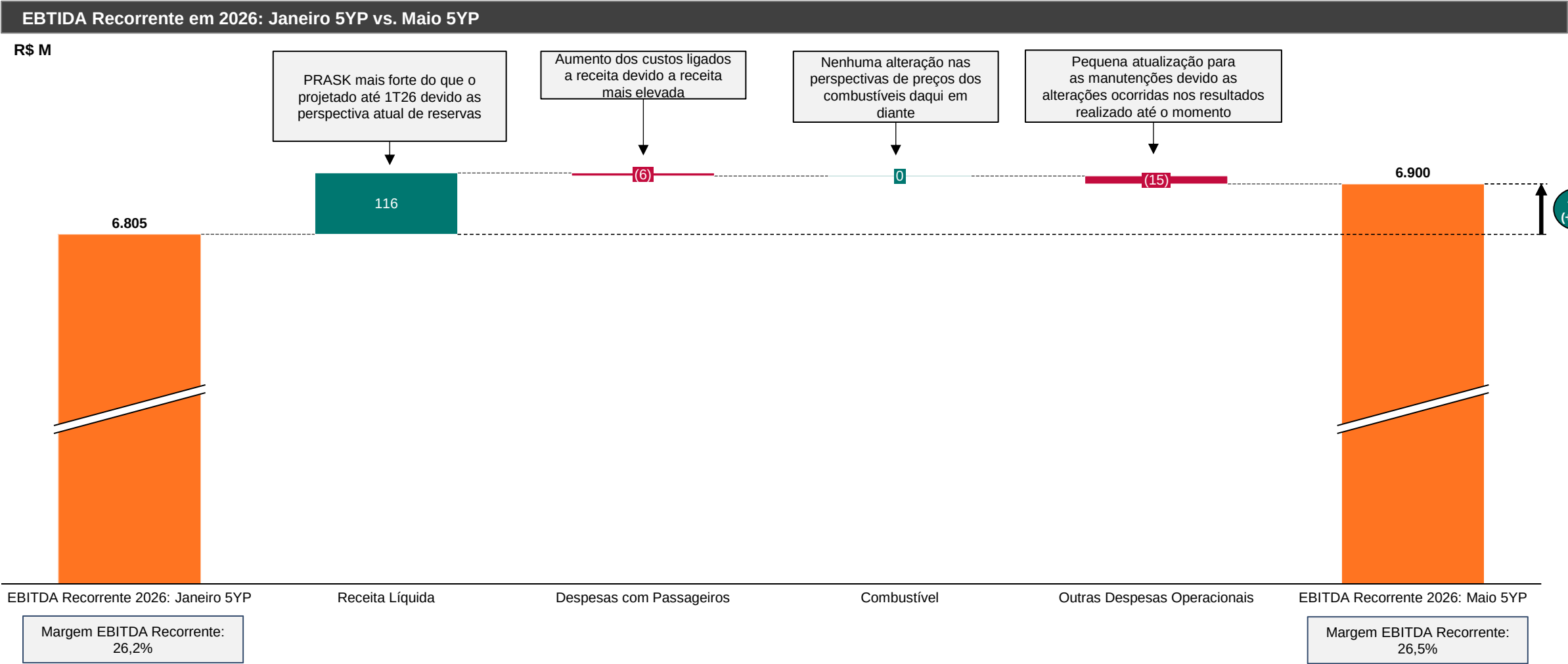


Fonte: Janeiro 5YP da GOL
Nota: O EBITDA Recorrente 5YP exclui ganhos com sale-leaseback, que compõem os resultados realizados, para efeitos desta análise, os ganhos com sale-leasback foram removidos dos números divulgados no release de resultados.

Cenário de Sensibilidade do Maio 5YP em comparação com o Janeiro 5YP (2 de 2)



O EBITDA recorrente projetado para 2026 agora está em ~1% acima em comparação ao Janeiro 5YP, com a maior parte do ganho impulsionado por melhores receitas de passageiros, com base na perspectiva atual das reservas até 1T26

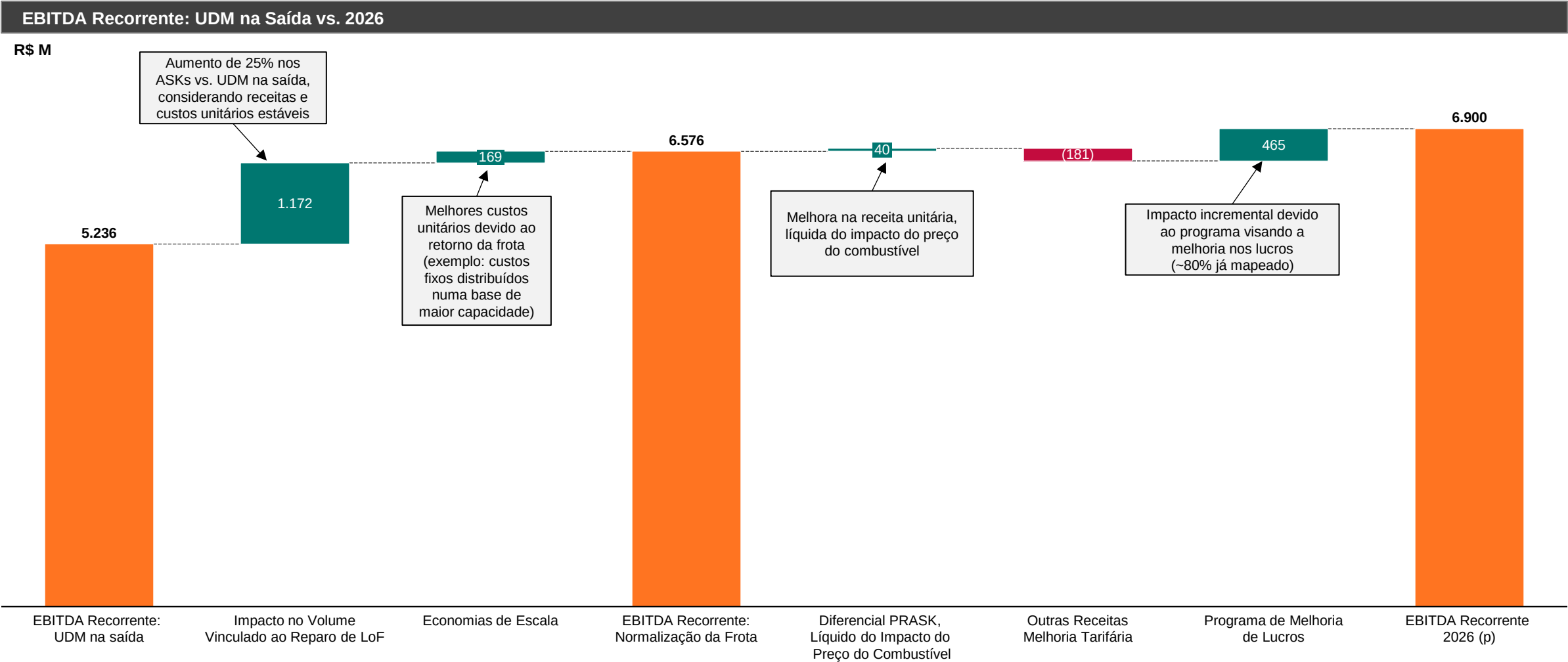


Fonte: GOL Janeiro 5YP
Nota: O EBITDA Recorrente 5YP exclui ganhos com sale-leaseback, que compõem os resultados realizados, para efeitos desta análise, os ganhos com sale-leasback foram removidos dos números divulgados no release de resultados.

EBITDA Recorrente: Saída vs. Projeções de 2026 (R\$ M)



O crescimento está relacionado, principalmente, à normalização da frota e capacidade da GOL, além do programa PIP da Companhia



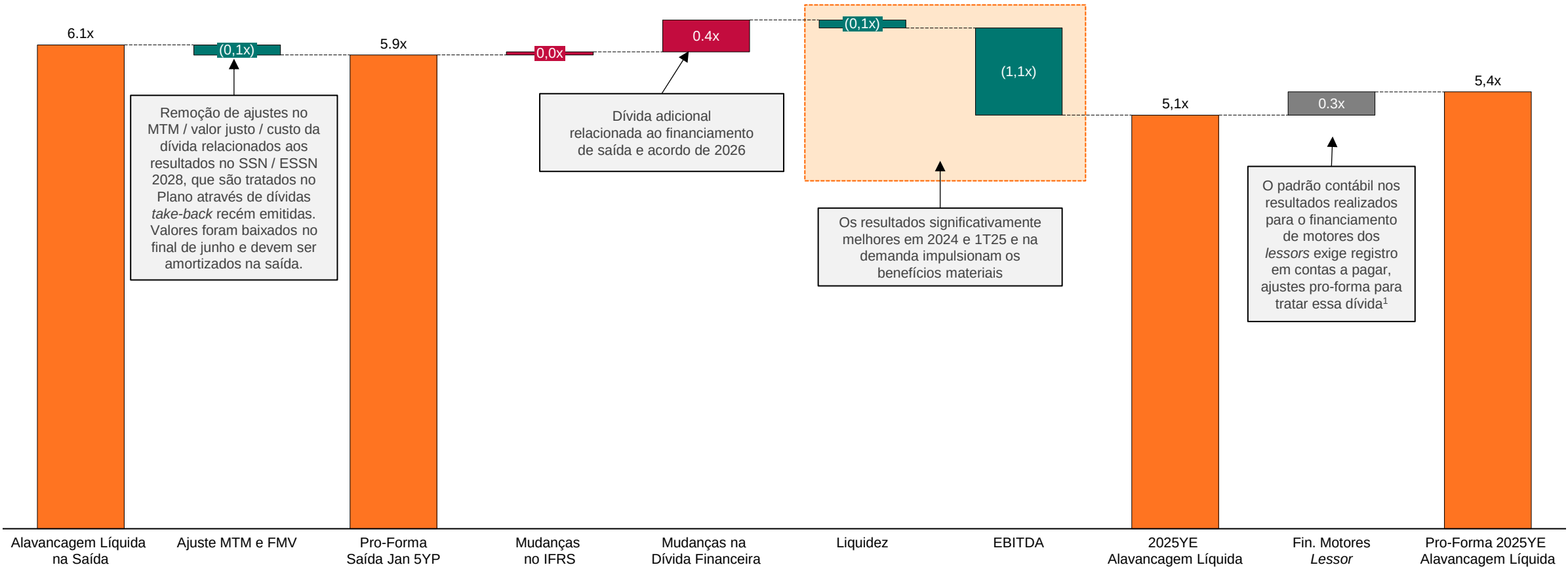
Fonte: GOL Janeiro 5YP

Alavancagem Líquida: Janeiro 5YP vs. Maio 5YP e Sensibilidade na Saída



O impacto do financiamento adicional na dívida é mais do que compensado pelas melhorias do EBITDA resultando de uma demanda maior em receitas, incluindo os resultados realizados em 4T24 / 1T25

Alavancagem Líquida: Saída vs. 2025YE

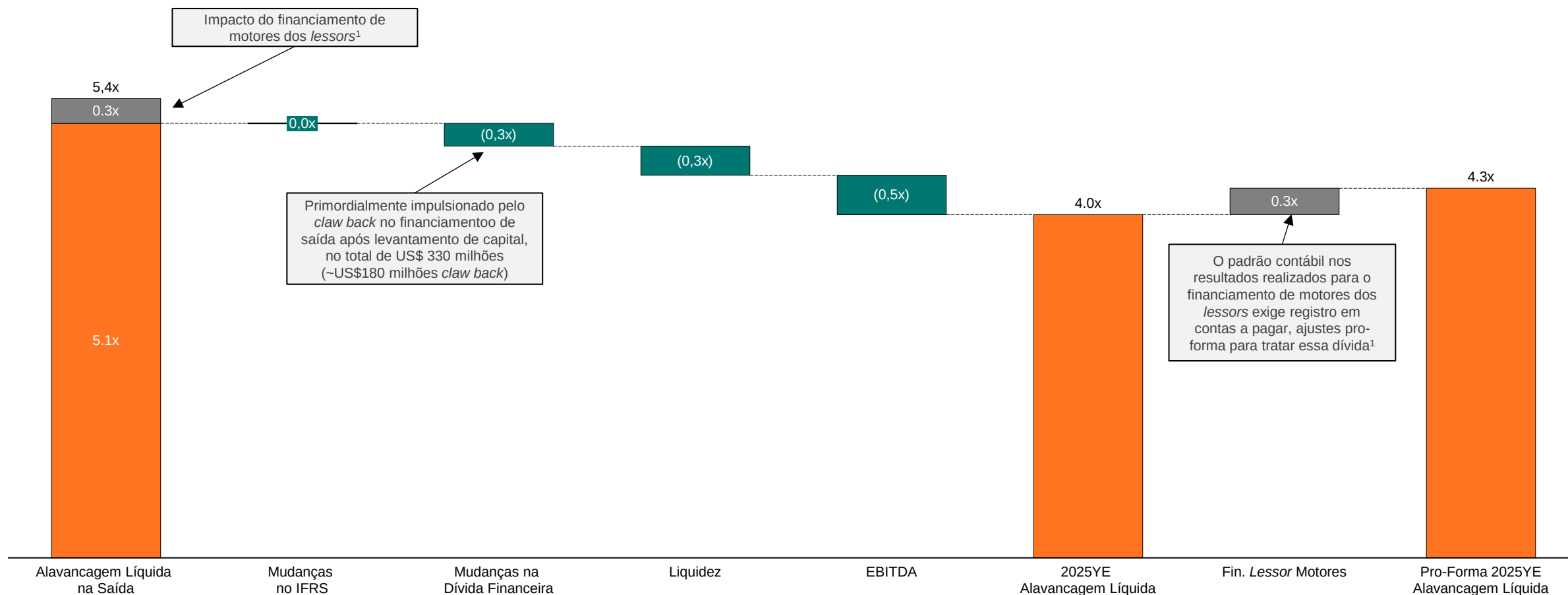


(1) Pro-forma para o saldo de financiamento de motores dos *lessors*, contabilizado em contas a pagar de acordo com o padrão contábil.

Alavancagem Líquida: Saída vs. 2025

A alavancagem líquida melhora à medida que a malha de voos da Companhia atingem níveis pré-pandemia e com o capital incremental levantado após a saída

Alavancagem Líquida: Progressão da Alavancagem Líquida na Sensibilidade do Maio 5YP (Saída vs. 2025YE)



(1) Pro-forma para o saldo de financiamento de motores dos lessors, contabilizado em contas a pagar de acordo com o padrão contábil.



Material Complementar – Sensibilidade Maio 5YP

Maio de 2025

Transações de títulos conduzidas por meio de nossa afiliada, Seabury Securities LLC, Membro: FINRA/SIPC



Sensibilidade do Maio 5YP – Informações Adicionais

Cenário de Sensibilidade – Sem Captação de Capital de Parceiros Estratégicos

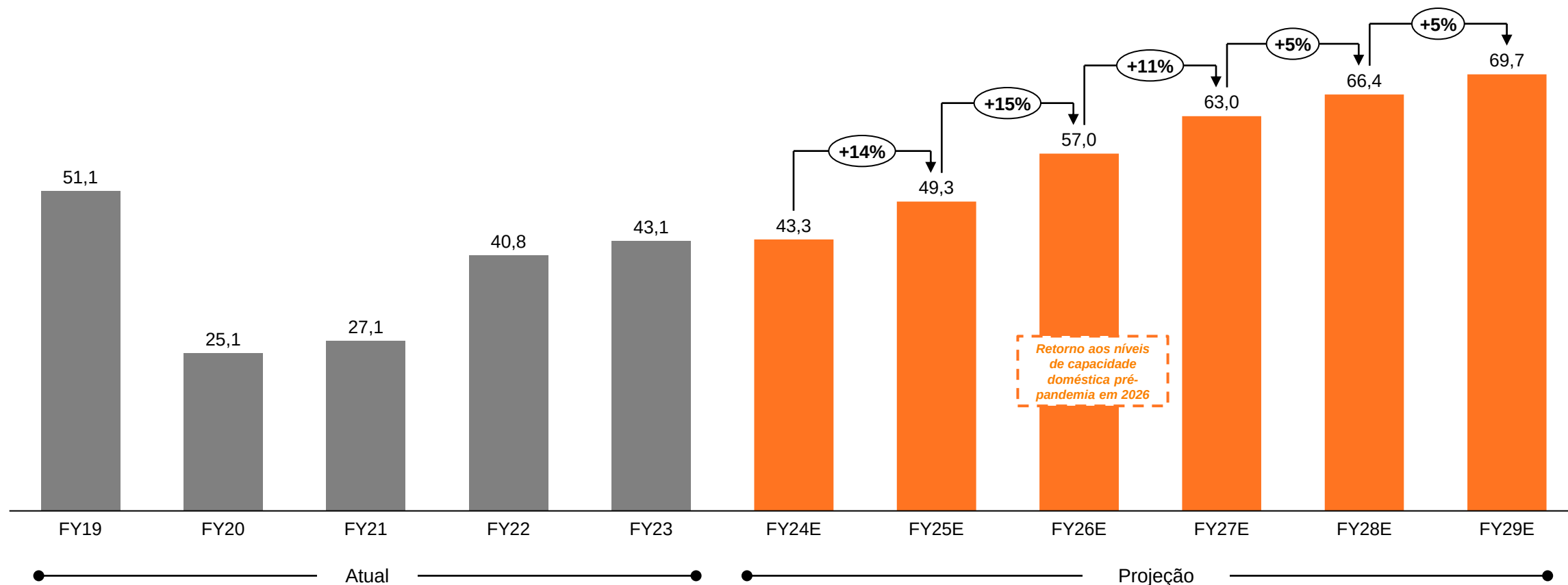
A capacidade da GOL aumenta com a eliminação do atraso na manutenção e com as entregas de MAX



A expansão da malha internacional da GOL é apoiada por suas entregas de 737 MAX e pelo suporte de financiamento de motores dos *lessors*; a GOL continua no caminho certo para retornar aos níveis de capacidade doméstica pré-pandemia até 2026

ASKs¹

Bilhões



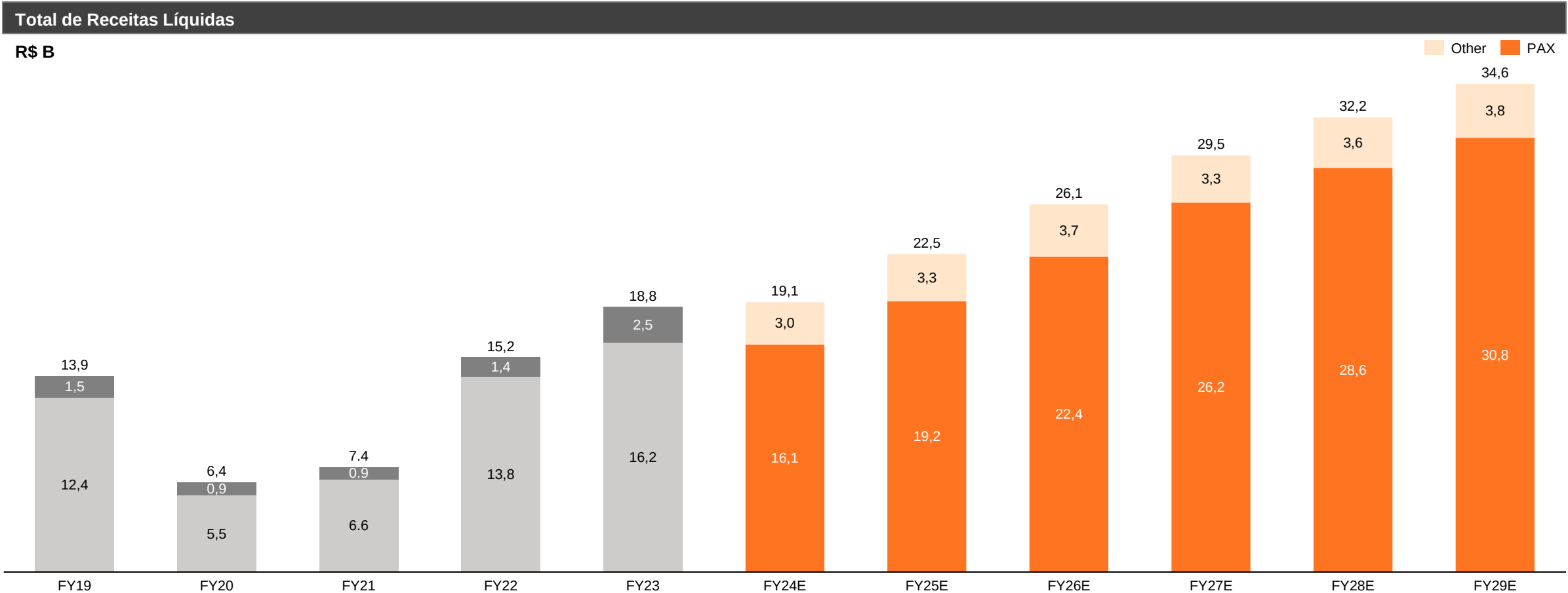
Fonte: GOL Janeiro 2025 5YP

(1) A capacidade internacional deverá variar entre 10% e meados de 20% da capacidade total, dependendo do ano

Aeronaves disponíveis e estratégia de malha aumentam a receita além dos níveis históricos

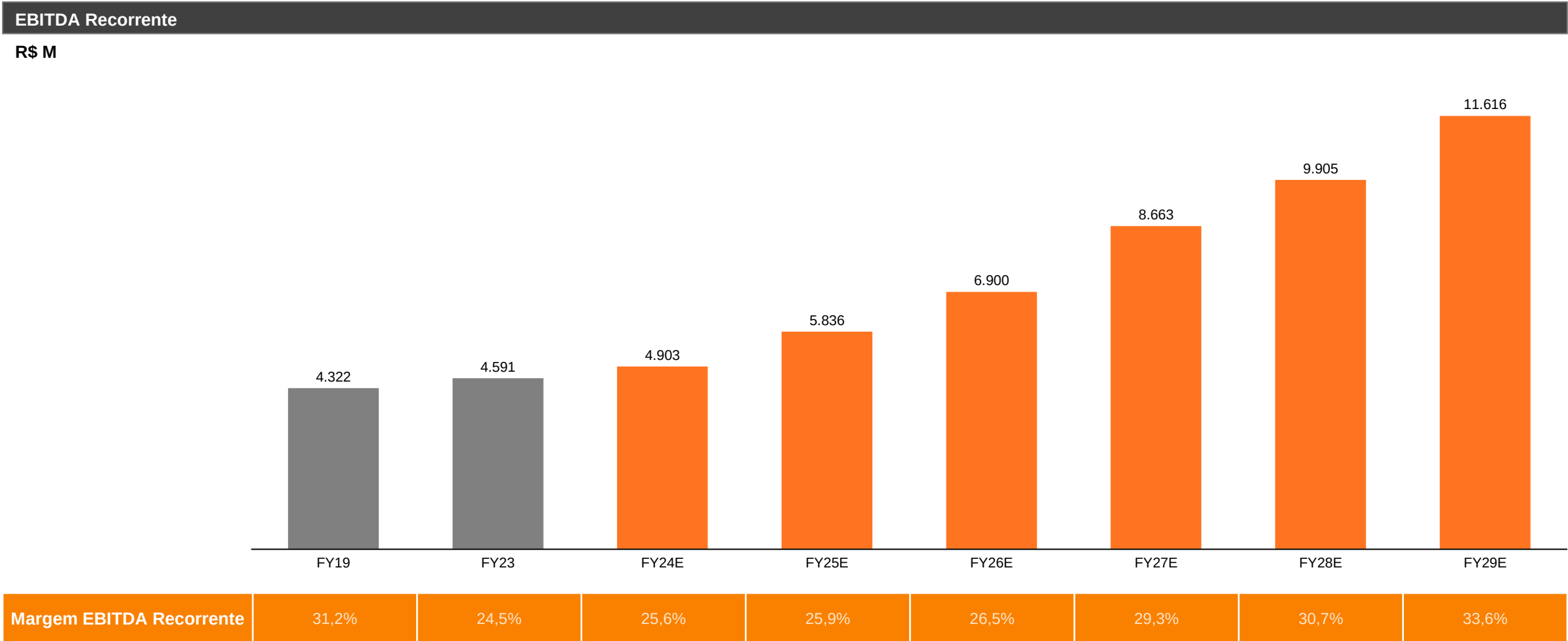


O crescimento da receita é impulsionado principalmente pela reconstrução da capacidade doméstica para os níveis de 2019 até 2026, complementado por um crescimento



Fonte: GOL Janeiro 2025 5YP

O plano 5YP projeta um forte crescimento do EBITDA até 2029, que é sustentado por uma melhora no resultado unitário e reduções de custos



Fonte: GOL Maio 5YP
Nota: EBITDA Recorrente excluindo itens não recorrentes

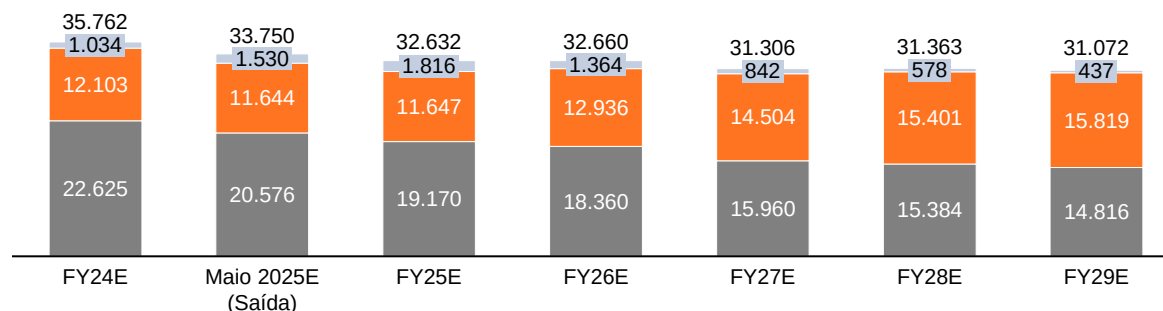
Dívida Líquida do Janeiro 5YP

A desalavancagem é obtida por meio da conversão da dívida em *equity* e do aumento do EBITDA à medida que as aeronaves voltam a operar, com uma projeção de queda da alavancagem para 2,9x² no ano de 2027 e 2,1x² até 2029

Dívida Total

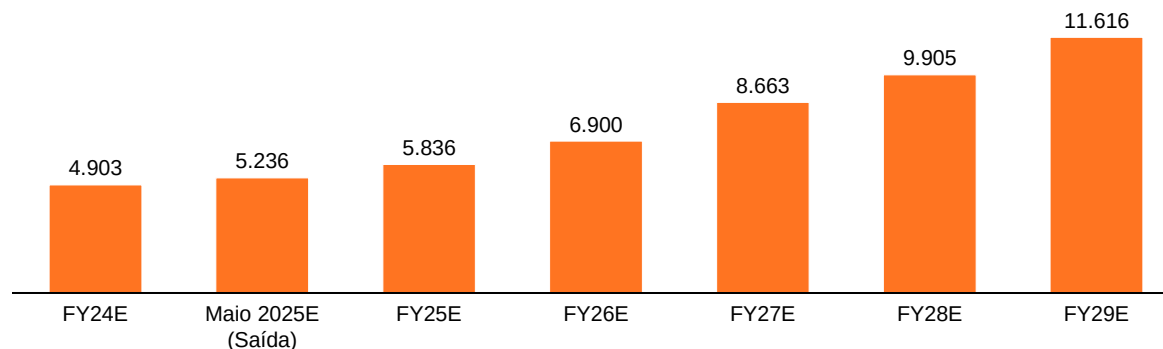
R\$ M

Saldo Finan. Motores Lessors Arrendamentos Dívida Financeira



EBITDA Recorrente

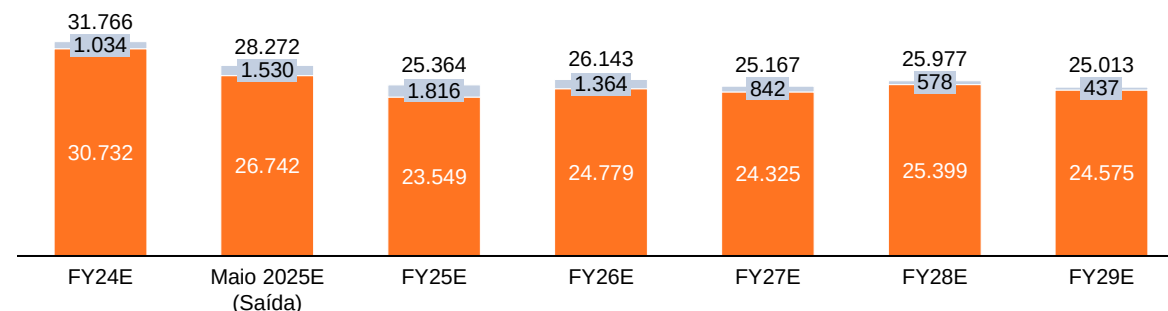
R\$ M



Dívida Líquida¹

R\$ M

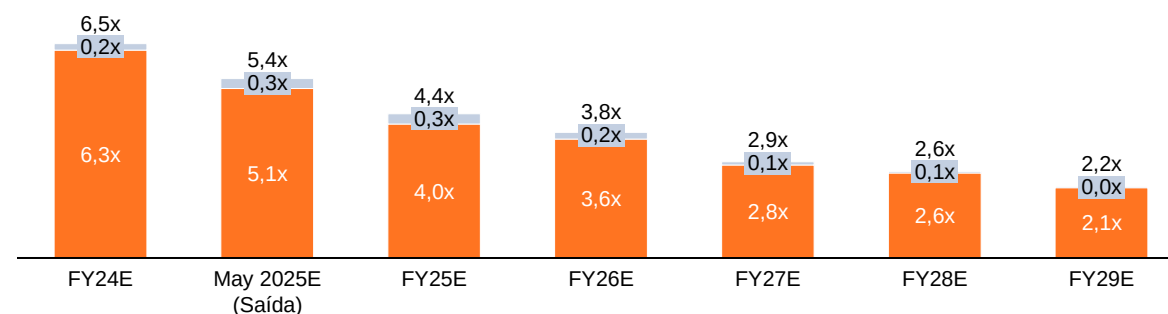
Dívida Líquida Saldo Fin. Motores Lessors



Dívida Líquida

x EBITDA

Impacto Fin. Motores Lessors Dívida Líquida



Nota: Saída presumida em final de maio / começo de junho de 2025

(1) Calculado utilizando liquidez total (Caixa + Contas a Receber); (2) Pro-forma para o saldo de financiamento de motores dos lessors, contabilizado em contas a pagar de acordo com o padrão contábil.

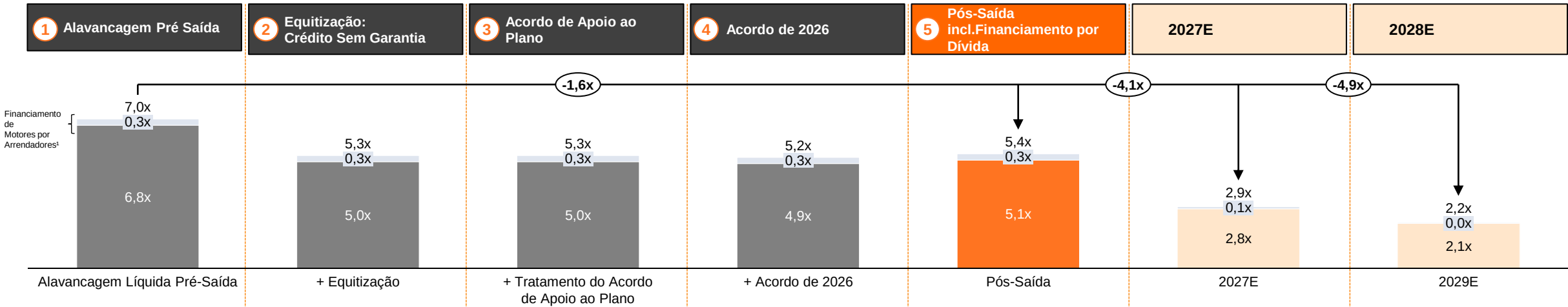


Sensibilidade do Maio 5YP – Informações Adicionais

Cenário de Sensibilidade – Sem Captação de Capital de Parceiros Estratégicos

Estrutura de Capital na Saída: Sem Captação de Capital de Parceiros Estratégicos

A exclusão do financiamento via capital próprio em 2025 resulta em um perfil de desalavancagem semelhante ao cenário de sensibilidade do Maio 5YP, atingindo 3,2x até o final de 2027 (~3,9x abaixo dos níveis anteriores à reestruturação).



Principais Mudanças na Estrutura de Capital em Cada Etapa...

• EBITDA Rec.: US\$ 867M • A estrutura de capital está totalmente sobrecarregada por: - Empréstimo DIP em aberto, - Outras linhas de dívida garantida (ex.: SANS, Debêntures etc.), - Notas Seniores com vencimento em 2026, - SAN / ESSN com vencimento em 2028	• Equitização das linhas de crédito sem garantia e equitização parcial das SSN / ESSN com vencimento em 2028 - ESSN com vencimento em 2024: US\$ 42M - Notas Seniores com vencimento em 2025: US\$ 342M - Nota perpétua: US\$ 139M - SSN / ESSN com vencimento em 2028: US\$ 971M	• Emissão das seguintes linhas de crédito conforme o Acordo de Apoio ao Plano - Dívida Não Conversível Take-Back: US\$ 600M (segunda linha) - Dívida Conversível Take-Back: US\$ 250M (segunda linha) - As linhas de crédito substituem o saldo remanescente das SSN / ESSN com vencimento em 2028	• Em troca de US\$ 251M em Notas Seniores com vencimento em 2026: - Emissão de US\$ 121M em dívida de saída com primeira garantia (pari-passu com o novo financiamento de saída) - Emissão de US\$ 56M em dívida não conversível de segunda garantia (take-back) - Até US\$ 175M de novo financiamento	• EBITDA Rec.: US\$ 867M • Execução do Financiamento de Saída: - US\$ 1,90B levantados entre investidores âncoras e outros investidores - Taxas de compromisso e taxas de financiamento assumidas como PIK (Payment-in-Kind) - Pagamento de taxas profissionais, outras despesas e juros acumulados / não pagos sobre as SSN / ESSN de 2028	• EBITDA Rec.: US\$ 1,434M • Financiamento adicional de equity de saída é levantado, melhorando os indicadores pós-saída - US\$ 110M de equity levantado 45 dias após a saída - US\$ 220M de equity levantado 180 dias após a saída, com o exercício de US\$ 180M de equity claw² • Em 2027, assume-se a conversão da dívida conversível de take-back da Abra	• EBITDA Rec.: US\$ 1,923M • A execução do plano resulta em um desalavancagem adicional, além da amortização de outras linhas de crédito garantidas (ex.: SANS, Debêntures, etc.)

Nota: Taxa de câmbio: R\$6,04; assume a saída no final de maio / início de junho de 2025; consulte o apêndice para mais detalhes sobre as mudanças na estrutura de capital.(1) Ajustes pro-forma relacionados ao financiamento de motores por Arrendadores, classificados como contas a pagar conforme as políticas contábeis;(2) Não há garantia de que as notas serão resgatadas de forma antecipada ou amortizadas.

Excluded in Sensitivity

Sensibilidade do Maio 5YP: Sem Captação de Capital de Parceiros Estratégicos (Dívida Líquida)

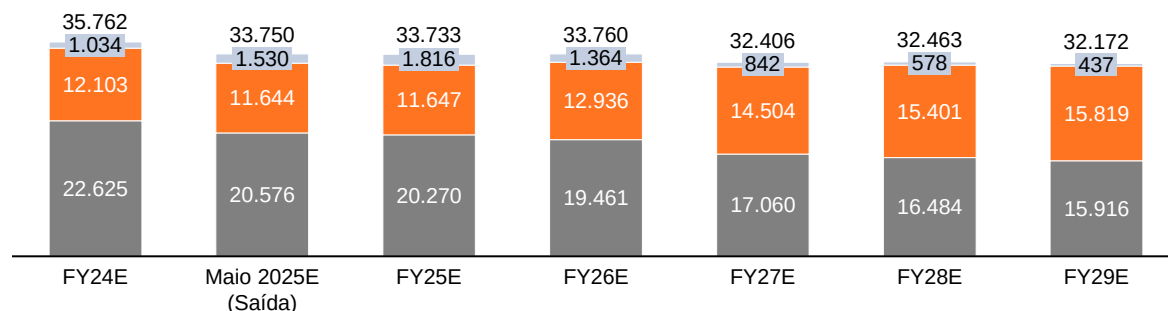


A desalavancagem é alcançada por meio da conversão de dívida em capital e da melhoria do EBITDA, à medida que as aeronaves retornam à operação, com a alavancagem projetada para cair para 2,9x² até o final de 2027 e para 2,2x² até o final de 2029

Dívida Total

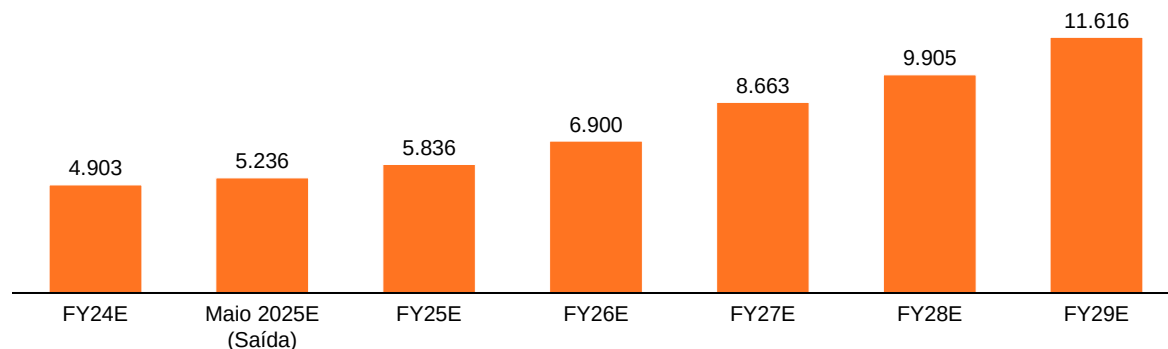
R\$ M

Saldo Finan. Motores Lessors Arrendamentos Dívida Financeira



EBITDA Recorrente

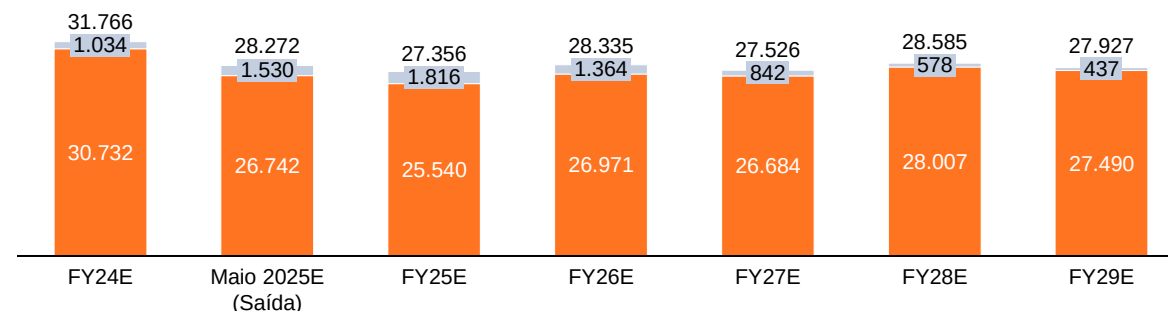
R\$ M



Dívida Líquida¹

R\$ M

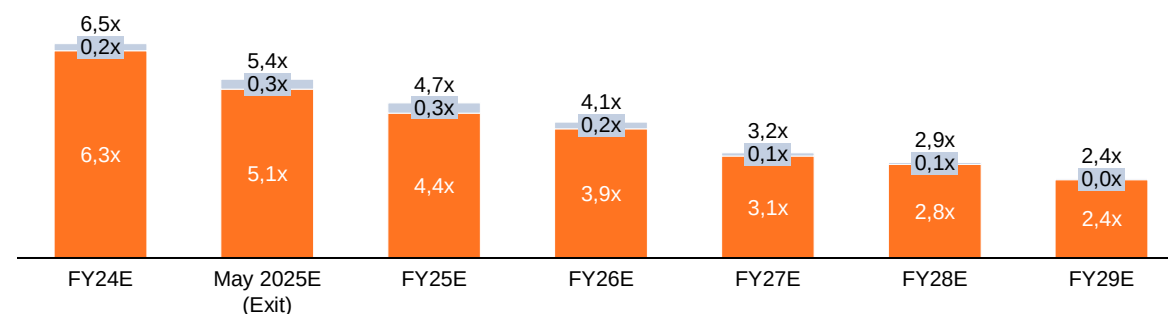
Dívida Líquida Saldo Fin. Motores Lessors



Dívida Líquida

Múltiplos de EBITDA

Impacto do Financiamento de Motores com Lessoros² Dívida Líquida



Nota (i): O cenário de sensibilidade sem captação de capital exclui um total de US\$ 330 milhões em aumento de capital, que está incluído no cenário de sensibilidade do Maio 5YP, além dos US\$ 180 milhões presumidos de recompra de ações (equity clawback).

Nota (ii): Assume-se a saída no final de maio / início de junho de 2025.

(1) Calculado com base na liquidez total (caixa + recebíveis passíveis de antecipação);(2) Pro forma para o saldo de financiamento de motores com lessors, que, sob certos contratos, é reconhecido como contas a pagar de acordo com o padrão contábil

**ANEXO IV - LAUDO DE AVALIAÇÃO DA
AP SIS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA.**

(Este anexo inicia-se na próxima página.)

(Restante da página intencionalmente deixado em branco.)



LAUDO DE AVALIAÇÃO AP-01257/24-01b

Gol Linhas Aéreas S.A.



LAUDO DE AVALIAÇÃO: AP-01257/24-01b

DATA-BASE: 31 de dezembro de 2024

SOLICITANTE: GOL LINHAS AÉREAS S.A., doravante denominada GOL.

Sociedade anônima fechada, com sede à Praça Comandante Linneu Gomes, s/n, Portaria 03, Aeroporto, Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 07.575.651/0004-00.

OBJETO: GOL, anteriormente qualificada.

OBJETIVO:

Determinação do valor de mercado de GOL, pelas abordagens da renda (fluxo de caixa descontado), ativos (valor do patrimônio líquido contábil) e mercado (valor das cotações das ações na Bolsa de Valores), para estabelecimento do preço de emissão de ações em aumento de capital, conforme o artigo 170, § 1º, da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.), de acordo com as metodologias previstas neste mesmo artigo.

SUMÁRIO EXECUTIVO

A APSIS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA., doravante denominada APSIS, foi nomeada para apurar o valor econômico de GOL, para estabelecimento do preço de emissão de ações em aumento de capital, conforme o artigo 170, § 1º, da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.), de acordo com as metodologias previstas nesse mesmo artigo.

A GOL está atualmente em processo de reestruturação financeira iniciado no Tribunal de Falências dos Estados Unidos em curso sob o Chapter 11. O pedido de reorganização voluntária perante o *United States Bankruptcy Court for the Southern District of New York*, pautado nas regras do *Chapter 11* do *United States Bankruptcy Code*, foi realizado em 25 de janeiro de 2024.

Em 15 de janeiro de 2025, a GOL, em atendimento ao artigo 157, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/1976 e à Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 44/2021, divulgou a versão revisada de seu Plano Financeiro de 05 anos, que deverá servir de base para o plano legal independente de reorganização da Companhia nos termos do *Chapter 11*. No contexto dessa reestruturação, a GOL irá aumentar capital com a emissão de novas ações e, nesse contexto, solicitou à APSIS a elaboração deste laudo de avaliação em atendimento ao artigo 170 da Lei das S.A.

Nesse sentido, o artigo mencionado faz referência a três metodologias a serem utilizadas como alternativa ou conjuntamente para definição do preço de emissão das ações, sendo elas:

- I. A perspectiva de rentabilidade da companhia;
- II. O valor do patrimônio líquido da ação; e
- III. A cotação das ações em Bolsa de Valores ou mercado de balcão organizado, admitindo ágio ou deságio em função das condições do mercado.

I – A metodologia de perspectiva de rentabilidade visa determinar o valor econômico companhia, baseando-se na projeção de cenários e em fluxos de caixa descontados. A modelagem econômico-financeira inicia-se com análise retrospectiva, análise do setor, análise macroeconômica e definição das premissas de vendas, custos e investimentos da GOL.

Para essa metodologia, as premissas macroeconômicas utilizadas neste trabalho estão baseadas nas estimativas divulgadas pelo Banco Central do Brasil, Federal Reserve (Estados Unidos), entre outros. As projeções de volume e preço de venda de serviços, custos e investimentos foram estimadas de acordo com o desempenho histórico de GOL e Plano Financeiro de 05 anos apresentado no dia 15 de janeiro.

Para fins de cálculo da perspectiva de rentabilidade futura, utilizamos a metodologia de fluxo de caixa descontado, para determinar o valor econômico de GOL. Maiores informações dos cálculos encontram-se no Capítulo 8 deste relatório.

II - A segunda metodologia indicada, referente ao valor do patrimônio líquido da ação, visa avaliar a companhia pelo saldo do patrimônio líquido registrado. Para fins da aplicação desta metodologia, foi considerado o patrimônio líquido contábil na data-base de dezembro de 2024. Maiores informações dos cálculos encontram-se no Capítulo 7.

III - Por fim, a metodologia de cotação de ações em Bolsa de Valores ou mercado de balcão organizado visa avaliar a companhia pela soma de todas as suas ações a preços de mercado. O preço de uma ação pode ser definido pelo valor do fluxo de dividendos futuros trazidos a valor presente a uma taxa de retorno exigida ou pelo preço de venda ao final de determinado período de investimento.

ESTIMATIVAS

O quadro abaixo demonstra as três metodologias descritas no artigo 170 da Lei das S.A. para determinação do valor econômico de GOL, na data-base de 31 de dezembro de 2024.

METODOLOGIA	PERÍODO	VALOR ECONÔMICO (R\$ milhões)	R\$/AÇÃO
Patrimônio Líquido	31/12/2024	(29.091)	(6,93)
Valor por Fluxo de Caixa Descontado	31/12/2024	(9.133)	(2,18)
VWAP ¹ 90 dias	02/10/2024 a 31/12/2024	5.384	1,28
VALOR ECONÔMICO DE GOL POR AÇÃO		(9.133)	(2,18)
QUANTIDADE DE AÇÕES		4.198.483.614	

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. PRINCÍPIOS E RESSALVAS.....	6
3. LIMITAÇÕES DE RESPONSABILIDADE	7
4. CARACTERIZAÇÃO DE GOL	8
5. ANÁLISE DE SETOR	10
6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO	14
7. VALOR DA COTAÇÃO EM BOLSA.....	18
8. VALOR DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTÁBIL	18
9. RENTABILIDADE FUTURA	22
10. CONCLUSÃO	39
11. RELAÇÃO DE ANEXOS	40

1. INTRODUÇÃO

A APSIS, com sede à Rua do Passeio, nº 62, 6º andar, Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 27.281.922/0001-70, foi nomeada para apurar o valor de mercado de GOL, pelas abordagens da renda (fluxo de caixa descontado), ativos (valor do patrimônio líquido contábil) e mercado (valor das cotações das ações na Bolsa de Valores), para estabelecimento do preço de emissão de ações em aumento de capital, conforme o artigo 170, § 1º, da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.).

Na elaboração deste trabalho, foram utilizados dados e informações fornecidos por terceiros, na forma de documentos e entrevistas verbais com o cliente. As estimativas usadas nesse processo estão baseadas em:

- Balancete analítico de GOL na data-base;
- Demonstrações contábeis históricas de GOL;
- Plano financeiro de 05 anos publicado pela GOL em 15 de janeiro de 2025;
- Relatórios de mercado da Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA) e da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC);
- Informações gerenciais da companhia; e
- Projeções plurianuais de GOL.

Os profissionais que participaram da realização deste trabalho estão listados a seguir:

- ANIELO JOSE BERNAL PEREIRA – Projetos
- CAIO CESAR CAPELARI FAVERO – Diretor / Administrador e Contador (CRA 141231 e CRC 1SP342654)
- GUILHERME FARIA FREITAS AZEREDO DALE – Projetos
- MARCELO CAMPOS FARINHA – Projetos
- MARCELO DE SOUZA VALÉRIO JÚNIOR – Projetos
- MIGUEL CÔRTEZ CARNEIRO MONTEIRO – Diretor / Economista e Contador (CORECON/RJ 26898 e CRC/SP-344323/O-6)

2. PRINCÍPIOS E RESSALVAS

O Relatório, objeto do trabalho enumerado, calculado e particularizado, obedece criteriosamente aos princípios fundamentais descritos a seguir, que são importantes e devem ser cuidadosamente lidos.

- Os consultores não têm interesse, direto ou indireto, nas companhias envolvidas ou na operação, bem como não há qualquer outra circunstância relevante que possa caracterizar conflito de interesses.
- Os honorários profissionais da APSIS não estão, de forma alguma, sujeitos às conclusões deste Relatório.
- No melhor conhecimento e no melhor crédito, as análises, opiniões e conclusões expressas no presente Relatório são baseadas em dados, diligências, pesquisas e levantamentos verdadeiros e corretos.
- Assumem-se como corretas as informações recebidas de terceiros, sendo que as fontes delas estão contidas e citadas no referido Relatório.
- Para efeito de projeção, partimos do pressuposto da inexistência de ônus ou gravames de qualquer natureza, judicial ou extrajudicial, atingindo as empresas em questão, que não as listadas no presente Relatório.
- O Relatório apresenta todas as condições limitativas impostas pelas metodologias adotadas, quando houver, que possam afetar as análises, opiniões e conclusões contidas nele.
- O Relatório foi elaborado pela APSIS, e ninguém, a não ser os seus próprios consultores, preparou as análises e correspondentes conclusões.
- A APSIS assume total responsabilidade sobre a matéria de Avaliações, incluindo as implícitas, para o exercício de suas honrosas funções, precipuamente estabelecidas em leis, códigos ou regulamentos próprios.
- O presente Relatório atende a recomendações e critérios estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), pelos *Uniform Standards of Professional Appraisal Practice* (USPAP) e pelos *International Valuation Standards* (IVS), além das exigências impostas por diferentes órgãos, como Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), Ministério da Fazenda, Banco Central, Banco do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Regulamento do Imposto de Renda (RIR) e Comitê Brasileiro de Avaliadores de Negócios (CBAN).
- O controlador e os administradores das companhias envolvidas não direcionaram, limitaram, dificultaram ou praticaram quaisquer atos que tenham ou possam ter comprometido a disponibilidade, a utilização ou o conhecimento de informações, bens, documentos ou metodologias de trabalho relevantes para a qualidade das conclusões contidas neste Relatório.

3. LIMITAÇÕES DE RESPONSABILIDADE

- Para elaboração deste Relatório, a APSIS utilizou e assumiu como verdadeiros e coerentes informações e dados históricos auditados por terceiros ou não auditados, fornecidos por escrito pela administração da empresa ou obtidos das fontes mencionadas, não tendo qualquer responsabilidade com relação à veracidade deles.
- O escopo desta avaliação não incluiu auditoria das demonstrações financeiras ou revisão dos trabalhos realizados por seus auditores. Sendo assim, a APSIS não está expressando opinião sobre as demonstrações financeiras e medições da COMPANHIA.
- A APSIS não se responsabiliza por perdas ocasionais à COMPANHIA e a suas controladas, a seus sócios, diretores e credores ou a outras partes como consequência da utilização dos dados e informações fornecidos pela empresa e constantes neste Relatório.
- Este Relatório foi desenvolvido unicamente para o uso da COMPANHIA e de seus sócios, visando-se ao objetivo já descrito; portanto, não deverá ser publicado, circulado, reproduzido, divulgado ou utilizado para outra finalidade que não a já mencionada sem prévia aprovação por escrito da APSIS.
- As análises e as conclusões aqui contidas baseiam-se em diversas premissas, realizadas na presente data, de projeções operacionais, tais como: preços, volumes, participações de mercado, receitas, impostos, investimentos, margens etc. Assim, os resultados futuros da empresa podem vir a ser diferentes de qualquer previsão ou estimativa deste trabalho, especialmente se houver conhecimento posterior de informações não disponíveis por ocasião da emissão do Laudo.
- Esta avaliação não reflete eventos e impactos ocorridos após a data de emissão do Laudo.
- A APSIS não se responsabiliza por perdas diretas ou indiretas nem por lucros cessantes eventualmente decorrentes do uso indevido deste Laudo.
- Destacamos que a compreensão da conclusão deste Relatório ocorrerá mediante a leitura integral dele e de seus anexos, não se devendo, portanto, extrair conclusões de leitura parcial, que podem ser incorretas ou equivocadas.

4. CARACTERIZAÇÃO DE GOL



Exchange - "NYSE") sob o *ticker* GOL.

A Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. é uma sociedade por ações fundada em 12 de março de 2004, de acordo com as leis brasileiras. O estatuto social da empresa estabelece como objetivo social o exercício do controle acionário da Gol Linhas Aéreas S.A., que oferece serviços de transporte aéreo regular e não regular de passageiros e cargas, manutenção de aeronaves e componentes, e desenvolvimento de programas de fidelidade, entre outros. As ações da Companhia são registradas e negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sob o *ticker* GOLL4 e na Bolsa de Valores de Nova Iorque (New York Stock

Exchange - "NYSE") sob o *ticker* GOL. A GOL também administra o programa de fidelidade "Smiles", criado para premiar seus clientes com benefícios exclusivos por meio do acúmulo e resgates de milhas. O programa visa oferecer vantagens tanto para os clientes frequentes quanto para aqueles que realizam compras ou utilizam os serviços de parceiros da companhia, incentivando a compra de passagens com a aérea. Atualmente, o Smiles conta com mais de 22 milhões de membros e parcerias com mais de 50 companhias aéreas, mais de 30 instituições de cartões de crédito e outros parceiros comerciais.

A frota da Companhia é composta por 137 aeronaves, incluindo modelos como Boeing 737-700, 737-800, 737-8 MAX e 737-800 BCF. A GOL opera com uma frota moderna e padronizada, predominantemente composta por aeronaves Boeing 737, o que contribui para maior eficiência na manutenção e redução dos custos operacionais. Essa estratégia permitiu à empresa expandir sua atuação para além do Brasil, consolidando presença em diversas cidades da América do Sul, como Santiago, Buenos Aires, Bogotá e Caracas, e ampliando sua relevância no mercado internacional.

Atualmente, a GOL atende 80 destinos, sendo 64 no Brasil e 16 no exterior. Em 2023, conforme dados fornecidos pela Companhia, a empresa transportou cerca de 32 milhões de passageiros e registrou 43 bilhões de ASK (assentos oferecidos por quilômetro). No mercado doméstico, a GOL compete principalmente com a LATAM Airlines Brasil e a Azul Linhas Aéreas, enquanto no cenário internacional enfrenta grandes concorrentes globais, como American Airlines, United Airlines e Copa Airlines.

Entre os principais eventos da história da GOL, estão:

- **2001:** Início das operações com uma frota de dez aeronaves Boeing 737, tendo sido realizado nesse ano o primeiro voo de sua história.
- **2004:** Abertura de capital na B3 e listagem na NYSE. Adicionalmente, esse ano marcou na companhia o início dos voos internacionais.
- **2005:** Torna-se a única companhia aérea a voar para todas as capitais do Brasil.
- **2006:** Inauguração do Centro de Manutenção de Aeronaves em Confins (MG), o maior da América Latina.
- **2007:** Aquisição da Varig, ampliando sua presença no mercado brasileiro.
- **2011:** Aquisição da Webjet, fortalecendo sua posição no setor aéreo nacional.
- **2014:** Assinatura de acordo estratégico com a Air France-KLM, expandindo parcerias internacionais.
- **2018:** Lançamento do atendimento virtual "Gil" e inauguração de novo terminal de cargas no Aeroporto do Recife (PE).
- **2020:** Primeira companhia aérea a retomar voos comerciais com o Boeing 737 MAX, após a pandemia da COVID-19.

- **2021:** Acordo para a aquisição de 28 aeronaves adicionais BOEING 737 MAX8.
- **2022:** Acordo para formação da Holding ABRA, que passará a controlar a GOL e a Avianca, entre outras companhias aéreas.
- **2024:** Pedido de reorganização voluntária perante o *United States Bankruptcy Court for the Southern District of New York*, pautado nas regras do *Chapter 11* do *United States Bankruptcy Code*, realizado em 25 de janeiro de 2024.
- **2025:** Divulgação de seu Plano Financeiro de 05 anos, que deverá servir de base para o plano legal independente de reorganização da companhia nos termos do *Chapter 11*.

Atualmente, a GOL está em processo de reestruturação financeira iniciado no Tribunal de Falências dos Estados Unidos em curso sob o *Chapter 11*. O pedido de reorganização voluntária perante o *United States Bankruptcy Court for the Southern District of New York*, pautado nas regras do *Chapter 11* do *United States Bankruptcy Code*, foi realizado em 25 de janeiro de 2024.

Em 09 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou sua proposta inicial de Plano de Reorganização, bem como o respectivo *disclosure statement* ao Tribunal. A Companhia buscará a aprovação do *disclosure statement* e o início do processo de votação do plano em audiência perante o Tribunal, atualmente agendada para fevereiro de 2025.

Em 15 de janeiro de 2025, a GOL, em atendimento ao artigo 157, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/1976 e à Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 44/2021, divulgou a versão revisada de seu Plano Financeiro de 05 anos, que deverá servir de base para o plano legal independente de reorganização da Companhia nos termos do *Chapter 11*.

5. ANÁLISE DE SETOR

Em 2023, o setor de aviação gerou um faturamento de aproximadamente US\$ 4,1 trilhões, representando cerca de 3,9% do PIB global. Além disso, foram transportados 4,89 bilhões de passageiros em 2024, um aumento de 8,7% em relação ao ano anterior, refletindo a recuperação gradual do setor após a pandemia. Esses números demonstram o crescimento da demanda por viagens aéreas, especialmente após os impactos causados pela COVID-19. Segundo a Associação Internacional de Transportes Aéreos (IATA), em 2020, o setor aéreo global passou por uma transformação significativa: em agosto daquele ano, a demanda por voos caiu 75,3% em comparação ao mesmo mês de 2019, embora tenha apresentado uma leve recuperação em relação à contração de 79,5% registrada em julho de 2020.

Esse colapso no setor foi um reflexo direto dos efeitos da pandemia. A recuperação inicial dos serviços de passageiros foi interrompida em agosto de 2020 devido a novas restrições governamentais, que afetaram mercados chave. Com essa mudança no cenário, a IATA previu uma recuperação mais lenta, com uma projeção de queda de 68% em dezembro de 2020 em relação ao mesmo mês de 2019. Todas as companhias aéreas ao redor do mundo enfrentaram uma queda significativa no número de passageiros, especialmente as localizadas no Oriente Médio. A capacidade operacional internacional diminuiu 79,5%, e a taxa de ocupação caiu 37 pontos percentuais, atingindo 48,7%. No mercado doméstico, a demanda caiu 50,9% em comparação a agosto de 2019, com a capacidade reduzida em 34,5% e a taxa de ocupação diminuída em 21,5%, chegando a 64,2%.

O impacto da pandemia também alterou as perspectivas do setor. Em 2020, o setor aéreo registrou um prejuízo de US\$ 8,2 bilhões. No primeiro trimestre daquele ano, as três maiores companhias aéreas do Brasil (Gol, LATAM e Azul) somaram um prejuízo líquido de R\$ 9,7 bilhões, resultando em uma margem líquida negativa de 90,8%. De acordo com a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), esses resultados negativos foram impulsionados por um aumento de 9,0% no preço do querosene de aviação e pela valorização de 18,2% do dólar em relação ao real. Além disso, a pandemia forçou as companhias a ajustarem suas malhas aéreas devido à queda da demanda interna, resultando em uma redução de 9,1% no número de passageiros pagos transportados.

Apesar disso, o setor conseguiu reduzir despesas operacionais e custos com serviços aéreos, totalizando R\$ 638 milhões nos primeiros meses de 2020, uma redução de 41,8% em comparação com o mesmo período de 2019, quando esses custos foram de cerca de R\$ 1 bilhão. Parte dessa redução foi consequência do acordo entre a Gol e a Boeing e dos créditos de PIS e COFINS. O impacto mais significativo nos resultados financeiros das companhias veio das perdas cambiais e monetárias causadas pela desvalorização do real frente ao dólar. Apenas em 2022 o setor começou a registrar um cenário mais positivo, com receitas operacionais superando custos e despesas, apresentando uma diferença de R\$ 0,8 bilhões. Já em 2023, essa diferença aumentou para R\$ 6,3 bilhões, com aproximadamente 86% das receitas provenientes de passageiros e 36% dos custos associados ao combustível.

Cabe ressaltar que, apesar de 2019 ser um ano pré-pandemia, o mercado doméstico já apresentava resultados financeiros negativos, com um prejuízo líquido de R\$ 1,6 bilhões. Esse valor atingiu seu pico em 2020, com um prejuízo de R\$ 20,4 bilhões. A recuperação só ocorreu em 2023, quando o setor registrou um lucro de R\$ 3,1 bilhões, não apenas devido à melhoria dos efeitos da pandemia, mas também graças a uma gestão mais eficiente dos custos e despesas por parte de grandes companhias aéreas, como Azul e Latam.

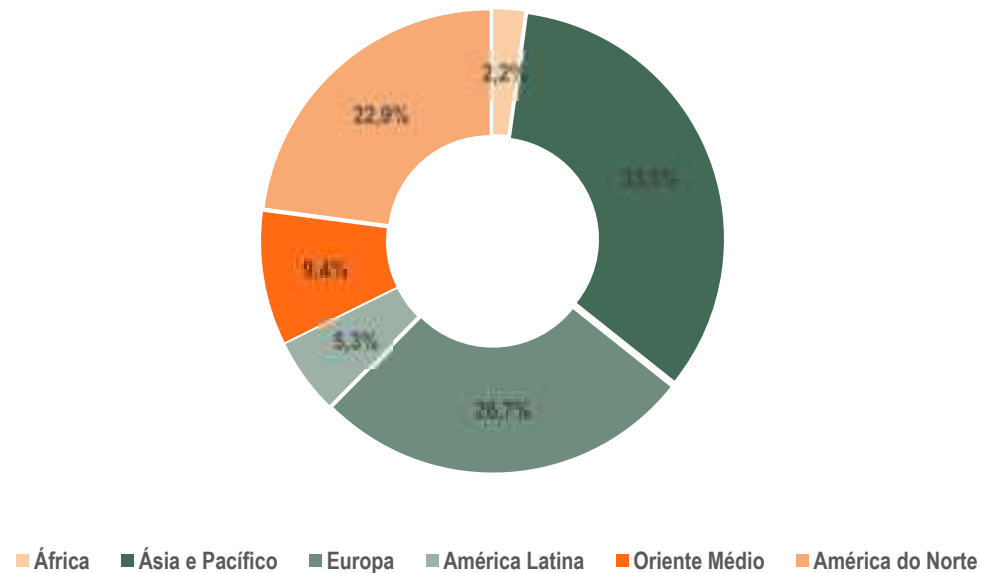
Em fevereiro de 2023, os principais mercados domésticos ao redor do mundo já haviam se recuperado totalmente dos impactos da pandemia. A IATA estimou que o mercado global de aviação continuará a crescer a uma taxa média anual de 3,8% até 2043. Em 2023, houve um aumento na demanda por viagens aéreas em todos os grandes mercados do setor, refletindo uma recuperação consistente no período pós-pandemia. Um dos principais fatores desse crescimento foi a reabertura das linhas aéreas na China, onde o número de passageiros em voos domésticos superou os níveis de 2019, alcançando cerca de 619 milhões de viagens. Isso teve um impacto significativo na recuperação do setor, além de estimular o turismo em diversos países da região Ásia-Pacífico. Juntamente com a China, os Estados Unidos e a Índia também desempenharam papéis essenciais na recuperação do setor. O tráfego aéreo nos EUA aumentou 9,4%, enquanto a Índia registrou um impressionante crescimento de 22,4% no RPK (passageiros transportados por quilômetro voado) em relação a 2022.

O tráfego internacional apresentou um crescimento notável em 2023, com um aumento de 41,5% no RPK em todas as regiões do mundo, embora ainda esteja 11,5% abaixo dos níveis de 2019, período pré-pandemia. A região Ásia-Pacífico foi a que registrou o maior crescimento, com um aumento de 126,1% em relação a 2022, mas ainda apresentando uma queda de 27,4% quando comparada aos níveis de 2019. As vendas de passagens aéreas também retornaram aos níveis de 2019 em âmbito global, impulsionadas pela suspensão das restrições de viagens aéreas.

O mercado global de transporte de carga passou por transformações significativas após a pandemia de COVID-19. O setor enfrentou desafios nas cadeias de suprimentos, escassez de capacidade logística, aumento nos custos operacionais, inflação e os efeitos da guerra Rússia-Ucrânia. No entanto, também surgiram oportunidades, como o crescimento do e-commerce, a digitalização e mudanças nas rotas comerciais. A recuperação foi desigual entre os diferentes modais de transporte (aéreo, marítimo, rodoviário e ferroviário), mas a tendência geral aponta para uma modernização do setor e novos investimentos em eficiência. Em 2023, o mercado global de transporte de carga registrou uma queda anual de 1,9%, alcançando seu menor nível desde 2020. Contudo, a partir de agosto de 2023, o setor começou a experimentar um crescimento gradual, com uma taxa de crescimento anual projetada de 10,3% para 2024.

A seguir, é apresentado um gráfico que ilustra, de maneira consolidada, a participação de cada região no mercado internacional de aviação.

Mercado Internacional de Aviação

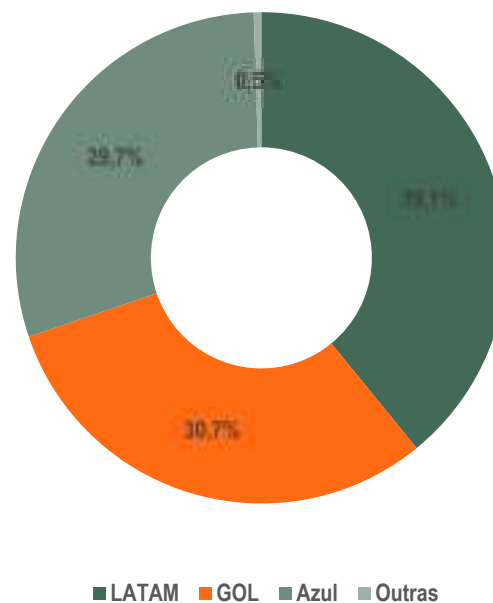


O Brasil ocupa atualmente a 4ª posição no ranking mundial de voos domésticos, representando 1,2% do total global e apresentando um crescimento de 6,6% em 2024, de acordo com o Ministério do Turismo. O país segue atrás apenas dos EUA, China e Índia. O transporte aéreo responde por 72,8% do transporte regular interestadual de passageiros, enquanto o rodoviário corresponde a 20,2%. Contudo, em 2020, o setor de transporte aéreo e turismo enfrentou um cenário de retração, com uma leve retomada em julho, quando o percentual de queda no número de passageiros diminuiu de 95% para 84% em relação ao ano anterior.

Entre 2010 e 2023, o setor aéreo brasileiro apresentou um crescimento médio anual de 7,6%, tornando-se o terceiro mercado de aviação que mais cresce no mundo, atrás apenas da China e da Índia. Esse crescimento pode ser atribuído a fatores como o tamanho do mercado consumidor brasileiro, um dos maiores do mundo, e ao fato de o setor ser relativamente recente no país. No entanto, a dolarização do mercado dificulta seu crescimento, especialmente devido à desvalorização do real frente ao dólar.

Em 2024, o Brasil transportou 118 milhões de pessoas nos mercados doméstico e internacional, realizando 925 mil voos regulares e não regulares. A tarifa média de passagem foi de R\$ 631,16, uma redução de 5,1% em relação ao ano anterior. A demanda do setor, medida pelo RPK (passageiros transportados por quilômetro voado), apresentou uma variação positiva de 10,8%. A Latam permaneceu como a companhia aérea mais requisitada pelos passageiros, seguida pela GOL, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

Participação das Companhias no Mercado Doméstico de Aviação



Além disso, observa-se um expressivo aumento no número de passageiros transportados pelas três principais companhias aéreas do Brasil nos últimos anos. Esse crescimento é, em grande parte, atribuído ao encerramento das operações da Avianca no Brasil, a partir de junho de 2019, o que reduziu a concorrência no mercado, e ao próprio crescimento do setor aéreo. Em 2023, o setor registrou uma receita de R\$ 64,5 bilhões com serviços aéreos, o que representa um aumento de 16,8% em relação ao ano anterior.

6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

ABORDAGEM DE MERCADO: COTAÇÃO EM BOLSA

Esta metodologia visa avaliar uma empresa pela soma de todas as suas ações a preços de mercado. O preço de uma ação pode ser definido pelo valor do fluxo de dividendos futuros trazidos a valor presente a uma taxa de retorno exigida ou pelo preço de venda ao final de determinado período de investimento.

ABORDAGEM DOS ATIVOS: PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTÁBIL

Esta metodologia é derivada dos Princípios Contábeis Geralmente Aceitos (PCGA), no qual as demonstrações financeiras são preparadas com base no princípio do custo histórico ou custo de aquisição. Devido a este princípio e ao princípio fundamental da contabilidade, o valor contábil dos ativos de uma empresa menos o valor contábil de seus passivos é igual ao valor contábil do seu patrimônio líquido.

Pela ótica dos princípios básicos da economia, pode-se definir o patrimônio líquido de uma empresa pela diferença entre o valor definido para os ativos e o valor definido para os passivos.

A abordagem dos ativos, portanto, visa avaliar uma empresa pelo saldo do patrimônio líquido registrado. Os ativos e passivos são examinados obedecendo as disposições legais regulamentares, normativas e estatutárias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os ajustes necessários e devidamente analisados, são somados ao valor do patrimônio líquido contábil, determinando assim o valor do patrimônio líquido ajustado da empresa pela abordagem dos ativos. O valor justo do patrimônio líquido da empresa será o valor do patrimônio líquido, considerados os ajustes encontrados para os ativos e passivos analisados.

ABORDAGEM DA RENDA: FLUXO DE CAIXA

A abordagem da renda é uma metodologia utilizada para determinar o valor de um ativo com base na sua capacidade de geração de caixa futuro. Essa abordagem parte do princípio de que o valor de um ativo está diretamente relacionado ao potencial de geração de caixa que ele pode proporcionar ao longo do tempo. Em vez de se focar no valor de mercado ou no preço de venda de um ativo, a abordagem da renda concentra-se nos benefícios econômicos futuros que ele é capaz de gerar.

Portanto, essa metodologia define a rentabilidade da companhia como sendo o valor operacional, equivalente ao valor descontado do fluxo de caixa líquido futuro. Tal fluxo é composto pelo lucro líquido após impostos, com acréscimo dos itens não caixa (amortizações e depreciações) e dedução dos investimentos em ativos operacionais (capital de giro, plantas, capacidade instalada etc.).

O período projetivo do fluxo de caixa líquido é determinado considerando-se o tempo que a organização levará para apresentar uma operação estável, ou seja, sem variações julgadas relevantes. O fluxo é, então, trazido a valor presente, utilizando-se uma taxa de desconto, que irá refletir o risco associado ao mercado, à empresa e à estrutura de capital.

FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO

Para o cálculo do fluxo de caixa líquido, utilizamos como medida de renda o capital investido, conforme o quadro a seguir, baseado nas teorias e práticas econômicas mais comumente aceitas no mercado e presentes nas seguintes obras:

- DAMODARAN, Aswath. Avaliação: Princípios e Prática. In: Finanças Corporativas: teoria e prática. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004. p. 611-642.
- PRATT, Shannon P. *Income Approach: Discounted Economic Income Methods*. In: *Valuing a Business: The Analysis and Appraisal of Closely Held Companies*. 3. ed. Burr Ridge: Irwin Professional Publishing, 1996. p. 149-202.

FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DO CAPITAL INVESTIDO

Lucro antes de itens não caixa, juros e impostos (EBITDA)

(-) Itens não caixa (depreciação e amortização)

(=) Lucro líquido antes dos impostos (EBIT)

(-) Imposto de renda e contribuição social (IR/CSSL)

(=) Lucro líquido depois dos impostos

(+) Itens não caixa (depreciação e amortização)

(=) Fluxo de caixa bruto

(-) Investimentos de capital (CAPEX)

(+) Outras entradas

(-) Outras saídas

(-) Variação do capital de giro

(=) Fluxo de caixa líquido

VALOR RESIDUAL

Depois do término do período projetivo, é considerada a perpetuidade, que contempla todos os fluxos a serem gerados futuramente e os respectivos crescimentos. Geralmente, o valor residual da empresa (perpetuidade) é calculado pelo uso do modelo de crescimento constante, o qual assume que o lucro líquido crescerá perpetuamente de maneira contínua. No último ano previsto, calcula-se a perpetuidade pelo modelo de progressão geométrica, transportando-se o valor, em seguida, para o primeiro ano estimado.

TAXA DE DESCONTO

A taxa de desconto a ser utilizada para calcular o valor presente dos rendimentos determinados no fluxo de caixa projetado representa a rentabilidade mínima exigida pelos investidores, considerando-se que a empresa será financiada parcialmente por capital próprio (o que exigirá uma rentabilidade superior à obtida em uma aplicação de risco-padrão) e parcialmente por capital de terceiros.

Essa taxa é calculada pela metodologia *Weighted Average Cost of Capital* (WACC), na qual o custo de capital é definido pela média ponderada do valor econômico dos componentes da estrutura de capital (próprio e de terceiros), descrito nos quadros a seguir.

Normalmente, as taxas livres de risco são baseadas nas taxas de bônus do Tesouro Americano. Para o custo do capital próprio, utilizam-se os títulos com prazo de vinte anos, por ser um período que reflete mais proximamente o conceito de continuidade empresarial. Para o custo do capital de terceiros, consideram-se os títulos com prazo de dez anos, por corresponderem mais adequadamente ao tempo em que uma companhia pode captar recursos no mercado internacional.

Custo do capital próprio	$Re = Rf + \text{beta} \cdot (Rm - Rf) + Rp + Rs$
Rf	Taxa livre de risco: baseia-se na taxa de juros anual do Tesouro Americano para títulos de vinte anos, considerando a inflação estadunidense de longo prazo.
Rm	Risco de mercado: mede a valorização de uma carteira totalmente diversificada de ações para um período de vinte anos.
Rp	Risco-país: representa o risco de investimento em um ativo no país em questão, em comparação a um investimento similar em um país considerado seguro.
Rs	Prêmio de risco pelo tamanho: mede o quanto o tamanho da empresa a torna mais arriscada.
beta	Ajusta o risco de mercado para o risco de um setor específico.
beta alavancado	Ajusta o beta do setor para o risco da empresa.
Custo do capital de terceiros	$Rd = \text{Custo de captação ponderado da companhia.}$
Taxa de desconto	$WACC = (Re \times We) + Rd (1 - t) \times Wd$
Re =	Custo do capital próprio.
Rd =	Custo do capital de terceiros.
We =	Percentual do capital próprio na estrutura de capital.
Wd =	Percentual do capital de terceiros na estrutura de capital.
T =	Taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social da cia.



VALOR DA EMPRESA

O fluxo de caixa líquido do capital investido é gerado pela operação global da empresa, disponível para todos os financiadores de capital, acionistas e demais investidores. Sendo assim, para a determinação do valor dos acionistas, é preciso deduzir o endividamento geral com terceiros.

Outro ajuste necessário é a inclusão dos ativos não operacionais, ou seja, aqueles que não estão consolidados nas atividades de operação da companhia, sendo acrescidos ao valor operacional encontrado.

7. VALOR DA COTAÇÃO EM BOLSA

Essa metodologia visa avaliar uma empresa pela soma de todas as suas ações a preços de mercado. Como o preço de uma ação é definido pelo valor presente do fluxo de dividendos futuros e de um preço de venda ao fim do período, a uma taxa de retorno exigida, sob a Hipótese do Mercado Eficiente, essa abordagem indicaria o valor correto da empresa para os investidores, quando não afetada por fatores como liquidez da ação no mercado.

Para fins de cálculo do valor da cotação em bolsa, prevista no artigo 170 da Lei das S.A., utilizou-se o valor da cotação média do preço de fechamento ponderado pelo volume das ações da GOL em bolsa (metodologia VWAP - *Volume weighted average price*), durante os 90 dias anteriores à data-base, conforme Lei nº 9.457, de 1997.

O preço por ação obtido de R\$ 1,28 foi, portanto, multiplicado pela quantidade de ações da companhia na data-base, para obtenção do valor econômico da GOL.

PREÇO DAS AÇÕES DE GOL		
METODOLOGIA	PERÍODO ENTRE	PREÇO DA COTA (R\$)
Preço de fechamento na data-base	31/12/2024	R\$ 1,30
VWAP ¹ 90 dias	02/10/2024 31/12/2024	R\$ 1,28
Fonte: S&P Capital IQ. Acessado em: 07/04/2025		
¹ Volume weighted average price ou preço médio ponderado por volume		

8. VALOR DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTÁBIL

Para fins de cálculo do valor do patrimônio líquido, prevista no artigo 170 da Lei das S.A., utilizou-se o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, como balanço de partida para determinar o valor econômico da GOL.

A avaliação do patrimônio líquido envolve uma análise detalhada dos valores dos ativos e passivos registrados no balanço patrimonial da companhia. O objetivo dessa análise é identificar os critérios de avaliação adotados na contabilidade e as contas que podem precisar de ajustes.

BALANÇO PATRIMONIAL GOL (R\$ milhões)	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
	SALDOS EM DEZ 2024
ATIVO CIRCULANTE	7.161,9
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.335,3
Contas a Receber	3.155,4
Estoques	432,3
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	91,6
Depósitos	220,9
Adiantamento a fornecedores e terceiros	503,0
Outros créditos	423,5
ATIVO NÃO CIRCULANTE	16.824
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.431
Aplicações financeiras LP	158,7
Depósitos LP	3.218,3
Adiantamento a fornecedores e terceiros LP	23,7
Impostos a recuperar LP	9,3
Impostos diferidos	0,1
Outros créditos LP	21,2
INVESTIMENTOS	-
IMOBILIZADO	11.341
Aeronaves - RoU (a) com opção de compra	1.089,6
Aeronaves - RoU(a) sem opção de compra	5.328,2
Peças e motores sobressalentes - próprios (c)	1.377,4
Peças e motores sobressalentes - RoU	439,8
Benfeitorias em aeronaves e motores (e)	1.917,6
Ferramentas	35,2
Veículos	2,0
Máquinas e equipamentos	10,5
Móveis e utensílios	10,5
Computadores, periféricos e equipamentos	14,6
Computadores, periféricos e equipamentos - RoU	3,2
Benfeitoria em propriedade de terceiros	2,7
Imóveis de terceiros - RoU	217,5
Obras em andamento	36,1
Perdas por redução ao valor recuperável (b)	(37,1)
Adiantamento a fornecedores	893,1
INTANGÍVEL	2.052
Ágio	542
Slots	1.039
Softwares	471
TOTAL DO ATIVO	23.986

BALANÇO PATRIMONIAL GOL (R\$ milhões)	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
	SALDOS EM DEZ 2024
PASSIVO CIRCULANTE	26.354
Empréstimos e financiamentos	11.492,9
Fornecedores	2.572,8
Obrigações trabalhistas	632,4
Transportes a Executar	3.381,5
Impostos a recolher	137,7
Debentures	170,7
Taxas e Tarifas Aeroportuárias	1.105,3
Programa de milhagem	2.107,8
Adiantamento de clientes	178,4
Provisões	1.102,2
Obrigações com operações de derivativos	3,6
Arrendamentos Operacionais	3.147,7
Outras obrigações	320,7
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	26.723
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	26.723
Empréstimos e financiamentos LP	10.346,9
Obrigações trabalhistas LP	198,5
Impostos e contribuições a recolher LP	622,0
Taxas e tarifas aeroportuárias LP	600,0
Programa de milhagem LP	158,3
Provisões LP	3.562,9
Debentures LP	614,4
Arrendamentos operacionais LP	10.062,6
Obrigações com operações de derivativos LP	37,5
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	259,5
Outras obrigações LP	260,3
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(29.091)
TOTAL DO PASSIVO	23.986

9. RENTABILIDADE FUTURA

Para fins de cálculo da perspectiva de rentabilidade futura, prevista no artigo 170 da Lei das S.A., utilizamos a rentabilidade futura, através da metodologia de fluxo de caixa descontado, para a determinação do valor econômico de GOL. A modelagem econômico-financeira foi conduzida de forma a demonstrar a capacidade de geração de caixa da companhia no intervalo de tempo considerado. Foram utilizadas as informações já citadas.

As projeções foram realizadas para o período julgado necessário, sob plenas condições operacionais e administrativas, com as premissas listadas a seguir.

- A metodologia está baseada na geração de fluxo de caixa livre descontado.
- O fluxo de caixa livre foi projetado analiticamente para um período de 05 (cinco) anos, de 01 de janeiro de 2025 até 31 de dezembro de 2029, e considerou-se a perpetuidade a partir de 2030 (crescimento nominal de 3,8%).
- O ano fiscal de 01 de janeiro até 31 de dezembro foi considerado para o período anual.
- A convenção de meio ano (*mid-year convention*) foi considerada para o cálculo do valor presente.
- O fluxo foi projetado em moeda corrente, e o valor presente foi calculado com taxa de desconto nominal.
- Os valores foram expressos em milhões de reais, a não ser quando indicada medida diferente.
- O balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 foi utilizado como referência para a previsão dos resultados nos exercícios futuros da empresa.

A seguir, apresentamos detalhadamente a modelagem econômico-financeira, cujas projeções operacionais foram baseadas no desempenho histórico de GOL, nas expectativas da administração e em seu plano de negócio publicado.

PREMISSAS PARA A PROJEÇÃO DE RESULTADOS

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (ROB)

A receita da GOL é proveniente de diversos segmentos e fontes de negócios. Ela é dividida entre os mercados nacional e internacional, com a companhia oferecendo serviços de transporte aéreo de passageiros, cargas e serviços auxiliares. A empresa também gera receita por meio de seus programas de fidelidade, como o Smiles, e de parcerias com outras companhias aéreas.

Conforme apresentado no plano de reestruturação publicado em 05 de maio, a companhia está tomando, dentre outras, as seguintes medidas de forma a aumentar seu faturamento:

▪ **Expansão da malha aérea e entrada em novos mercados:**

- I. Ampliação de rotas domésticas lucrativas em cidades estratégicas (São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília), que, juntas, representam aproximadamente 33% do PIB brasileiro.
- II. Identificação de novas rotas domésticas ainda não atendidas, aproveitando oportunidades de alta demanda.
- III. Reforço da presença em mercados regionais (como Bonito, Santo Ângelo e Pelotas), democratizando o transporte aéreo nesses locais.
- IV. Expansão para rotas internacionais de alta demanda com menor competição direta.
- V. Estímulo à demanda em mercados internacionais por meio de conexões e parcerias estratégicas.

▪ **Frota de aeronaves de maior capacidade e eficiência:**

- I. Incremento da frota para 167 aeronaves até 2029, incluindo 93 Boeing 737 MAX 8, com maior capacidade de passageiros e alcance.
- II. Melhor utilização da frota existente por meio de investimentos em manutenção e retorno de aeronaves ao serviço.

▪ **Recuperação econômica e aumento da demanda por viagens:**

- I. Expectativa de aumento de viagens *per capita* no Brasil, de 0,4 para 1,0 até 2040, segundo projeções da IATA.
- II. Demanda robusta no mercado doméstico, com crescimento anual esperado de 3,1% até 2029.
- III. Crescimento acelerado em mercados-chave internacionais.

▪ **Estratégia de preços e *mix* de tarifas:**

- I. Redução de tarifas promocionais que comprometem a margem, com maior foco em passageiros de alto rendimento.
- II. Melhor equilíbrio entre tarifas corporativas e de lazer, aproveitando o tráfego corporativo dos principais *hubs* econômicos.

- **Demanda reprimida pós-pandemia: Retomada do fluxo de passageiros aos níveis pré-pandêmicos, especialmente com a recuperação da frota operacional.**

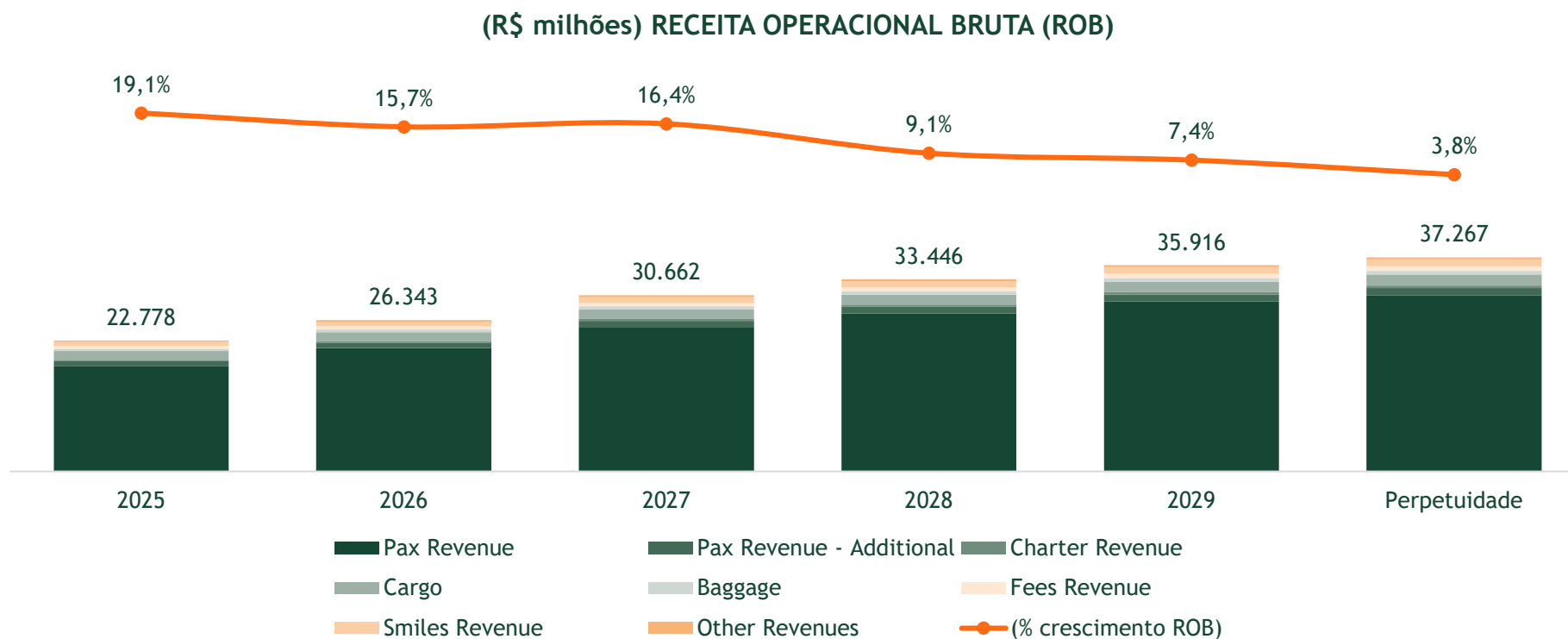
- I. Retomada do fluxo de passageiros aos níveis pré-pandêmicos, especialmente com a recuperação da frota operacional.
- II. Aumento da confiança do consumidor em viagens, tanto domésticas quanto internacionais, após os impactos da COVID-19.

Apresentamos abaixo cada uma das linhas de negócio da companhia que foram consideradas no modelo de avaliação:

- **Pax Revenue (Receita de Passageiros)** – Corresponde à receita obtida com a venda de passagens aéreas. A projeção considera apenas o valor gerado pela comercialização dos bilhetes, excluindo receitas recuperadas, como aquelas provenientes de cancelamentos de voos e alterações de itinerário. O crescimento aplicado para essa receita foi de 17,0% em 2026, reduzindo-se gradualmente ao longo dos anos seguintes, até atingir 7,4% em 2029. Esses crescimentos estão apoiados em diversas estratégias, como maior eficiência obtida com novas frotas (como por exemplo Boeing 737 MAX 8, com maior capacidade de passageiros e alcance), aumento de RPK (*Revenue Passenger Kilometers*), estratégias de preços, aumento da base de clientes Smiles, entre outras medidas abordadas anteriormente.
- **Pax Revenue Additional (Receita de Passageiros Adicional)** – Essa receita é composta pelas taxas de remarcação, cancelamento e serviços complementares vinculados à venda de bilhetes, além de créditos expirados. Foi estimado um CAGR de 9,7% para o período entre 2025 e 2029. Sua projeção foi baseada na perspectiva de aumento do RPK (*Revenue Passenger Kilometers*) ao longo dos próximos anos, o que gera, com maior número de passageiros, mais oportunidades para a cobrança de taxas adicionais, como remarcações, cancelamentos e serviços extras. Adicionalmente, haverá uma maior oferta e venda de serviços complementares a bordo, com preços mais estratégicos.
- **Charter Revenue (Receita de Fretamento)** – Refere-se à receita proveniente do fretamento de voos nacionais e internacionais. Foi estimado um CAGR de 18,3% para o período entre 2025 e 2029. Esse crescimento está atrelado à perspectiva de aumento do RPK (*Revenue Passenger Kilometers*) e expansão da frota e capacidade operacional (como por exemplo referente às aeronaves 737 MAX 8), o que deve impulsionar essa receita ao longo dos próximos anos.
- **Cargo Revenue (Receita de Carga)** – Receita gerada a partir do transporte de carga comercial em voos de passageiros ou em voos dedicados exclusivamente ao transporte de carga. Sua projeção foi baseada na expectativa de quantidade de toneladas transportadas por ano, que apresenta um CAGR de 4,4% entre 2025 e 2029, conforme estimado pela administração. Esse crescimento é suportado pela expectativa de aumento do número de voos e passageiros transportados ao longo dos próximos anos.
- **Baggage (Receita de Bagagens)** – Essa receita é gerada pela cobrança de taxas relacionadas ao transporte de bagagens dos passageiros e está segmentada em duas categorias: taxas por excesso de peso e receita da bagagem permitida. Ambas foram projetadas como um percentual da receita de *PAX Revenue* (dado que a receita de venda de bagagens está diretamente atrelada à receita de venda de passagens aéreas), conforme estimado pela administração em seu plano de negócios. Sendo assim, o crescimento obtido para essa linha é de 22,4% em 2026, reduzindo gradualmente ao longo dos anos seguintes até atingir 8,0% em 2029.
- **Fees Revenue (Receita de Taxas)** – Refere-se à receita proveniente da cobrança de taxas relacionadas aos cancelamentos e remarcação de voos. Essa receita é subdividida em quatro categorias: *No Show*, *Cancellation Fees*, *Rescheduling Fee* e *OC Fee*. Para cada uma delas, foi assumido um percentual para cada ano sobre a *PAX Revenue*, conforme estimado pela administração em seu plano de negócio. O CAGR projetado foi de 8,7% para o período entre 2025 e 2029.

- **Smiles Revenue (Receita Smiles)** - A receita de Smiles está associada ao programa de fidelidade da companhia, incluindo venda de milhas para empresas parceiras, como bancos emissores de cartões de crédito, venda de milhas para clientes, entre outros. Essa receita é subdividida em quatro categorias: *Products*, *Smiles & Money* e *Others*. Para cada uma delas, foi assumido um percentual para cada ano sobre a receita de *PAX*, conforme estimado pela administração em seu plano de negócios. Sendo assim, o crescimento obtido para essa linha é de 19,4% em 2026, reduzindo gradualmente ao longo dos anos seguintes até atingir 8,2% em 2029.
- **Other Revenue (Outras Receitas)** – Refere-se a receitas auxiliares, como comissões e vendas a bordo. Para sua projeção, foi assumido um percentual sobre a receita de *PAX*, conforme estimado pela administração em seu plano de negócio. Sendo assim, o crescimento obtido para essa linha é de 22,9% em 2026, reduzindo gradualmente ao longo dos anos seguintes até atingir 7,3% em 2029.

O gráfico a seguir apresenta a projeção da receita operacional bruta de GOL.



DEDUÇÕES SOBRE A RECEITA OPERACIONAL BRUTA (ROB)

As deduções sobre a receita são compostas pelos impostos de ICMS, ISS, PIS e COFINS, conforme descritos a seguir:

- **ICMS:** Entre 2022 e 2024, a companhia pagou uma alíquota que varia entre 0,2% e 0,3% de ICMS sobre ROB. Para o período projetivo, considerou-se uma alíquota média de 0,2%, em linha com o histórico da companhia.
- **ISS:** Entre 2022 e 2024, a companhia pagou uma alíquota que varia entre 0,01% e 0,02% sobre a ROB. Para o período projetivo, considerou-se uma alíquota média de 0,01% sobre a ROB, em linha com o histórico da GOL.
- **PIS/COFINS:** Foi considerada uma alíquota fixa de 0,7% para 2025, e de 0,9% para 2026. Essas alíquotas reduzidas englobam o benefício fiscal advindo da Lei nº 14.592/2023, sancionada em 05 de junho de 2023, que reduziu a alíquota do PIS e da COFINS a zero sobre as receitas do transporte aéreo regular de passageiros no período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2026, diminuindo a carga tributária da companhia. Com o fim desse benefício fiscal em 2026, a alíquota retorna para os patamares normalizados de 3,5% em 2027, atingindo uma estabilização em 3,4% a partir de 2028.

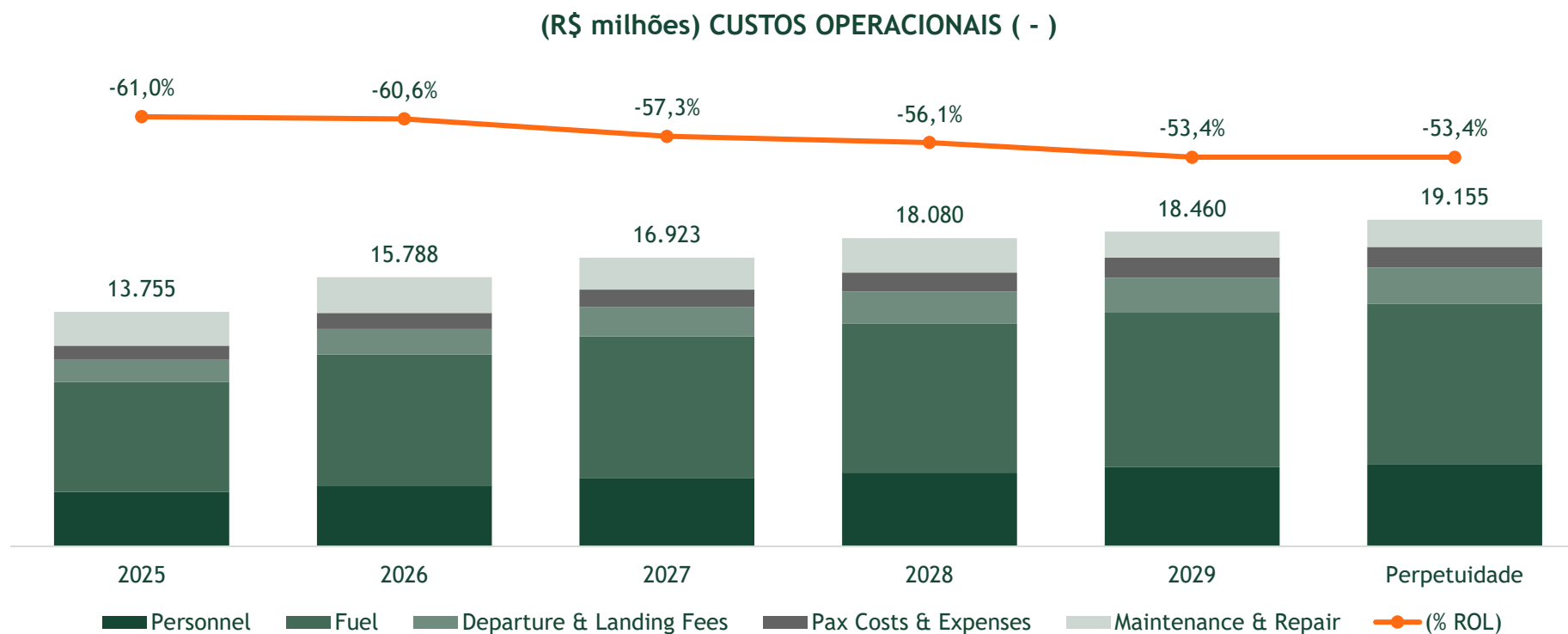
CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos por serviços prestados são constituídos pelos dispêndios formados direta e indiretamente pelos serviços oferecidos pela GOL. Para o cálculo dos custos dos serviços prestados da companhia, considerou-se um percentual variável sobre a ROL, de acordo com a variação de cada um dos dispêndios descritos a seguir.

- **Custos com pessoal:** Os custos com pessoal da companhia englobam diversos dispêndios, incluindo salários, impostos, 13º salário, horas extras, férias, contratação de temporários, estagiários e aprendizes, além de benefícios como auxílio transporte, alimentação e seguro saúde. Adicionalmente, há custos legais, como indenizações e contingências, e programas de incentivo, como PIP (programa de melhoria de resultados). Para o primeiro período projetivo, considerou-se um percentual de 14,1% sobre a ROL, decaindo nos anos seguintes até atingir uma estabilidade em 13,4% a partir de 2028.
- **Custos com combustível:** Composto pelos custos atrelados ao abastecimento das aeronaves, incluindo lubrificante e combustível. Para o primeiro período projetivo, considerou-se um percentual de 28,7% sobre a ROL, decaindo nos anos seguintes até atingir uma estabilidade em 26,2% a partir de 2029. Essa redução está atrelada à transição para aeronaves com baixo consumo de combustível, como por exemplo a nova frota de aeronaves 737 MAX 8, o que deve reduzir os custos com combustíveis a partir de 2026.
- **Taxas de decolagem e pouso:** Composto pelos custos atrelados à navegação dos aviões, conexões e taxas de partida. Para o primeiro período projetivo, considerou-se um percentual de 5,7% sobre a ROL. Considerando o aumento previsto de voos, decolagens e pousos para os próximos anos, esse custo apresenta aumentos graduais a partir de 2026, obtendo uma estabilidade em 5,9% a partir de 2028.

- **Custos com passageiros:** Composto pelas taxas para aeroportos, despesas diretas de PAX e interrupções de voos. Para o primeiro período projetivo, considerou-se um percentual de 3,7% sobre a ROL. A partir de 2026, prevê-se uma diluição da parcela fixa desse custo (por exemplo, os custos com interrupções são mais ligados a eventos específicos, como problemas operacionais ou climáticos, e, portanto, não devem crescer na mesma proporção que a receita), fazendo com que ele reduza gradualmente até estabilizar-se em 3,4% a partir de 2028.
- **Custos com manutenção e reparo:** Composto pelos custos com motores, peças, componentes rotativos, rodas e freios, equipamentos de partida e decolagem, entre outros. Para o primeiro período projetivo, considerou-se um percentual de 8,8% sobre a ROL em 2025. Houve em 2024 alguns atrasos referentes à manutenção de motores, fazendo com que apenas 70% a 80% de suas aeronaves da companhia estivessem em pleno funcionamento. Esse atraso deve proporcionar um maior dispêndio com esse custo em 2025. Portanto, a partir de 2026, com os reparos já efetuados e considerando a nova frota de aeronaves mais tecnológica da companhia, os custos decaem gradualmente, até estabilizar-se em 4,4% a partir de 2029.

O gráfico a seguir apresenta a projeção dos custos operacionais de GOL:



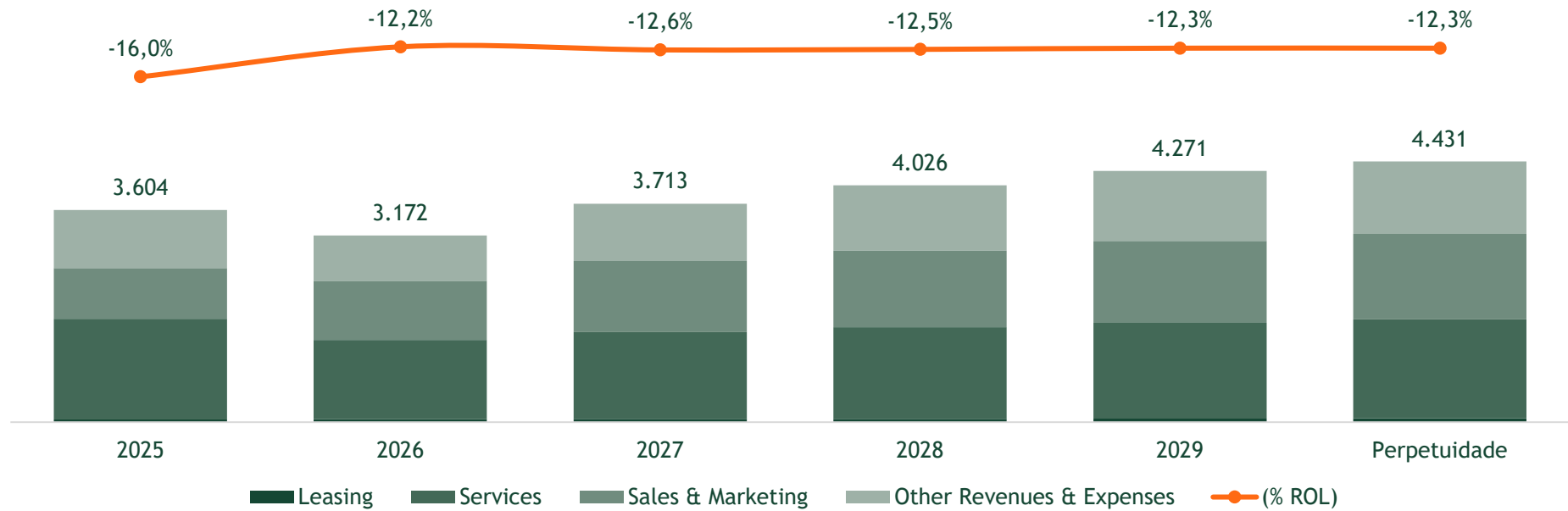
DESPESAS OPERACIONAIS

Para o cálculo das despesas operacionais da companhia, considerou-se um percentual variável sobre a ROL, de acordo com a variação de cada um dos dispêndios descritos a seguir.

- **Leasing:** Composto pelos dispêndios com aluguel de aeronaves (*aircraft*), motores (*engine*) e unidades de potência auxiliar (*APU*). Para todos os períodos projetivos, considerou-se um percentual fixo de 0,2% sobre a ROL.
- **Serviços:** As despesas com serviços englobam diversas categorias essenciais para a operação, incluindo despesas com consultoria, fretes, transportes de cargas, entre outros. Para o primeiro período projetivo, considerou-se um percentual de 7,6% sobre a ROL, reduzindo gradualmente a partir de 2026 até atingir uma estabilidade em 4,7% a partir de 2029. Essa redução está ligada a dois fatores: (i) Em 2025, uma parte do custo de serviços é composta pelas consultorias de reestruturação relacionadas ao *Chapter 11*, e, portanto, deve reduzir substancialmente a partir de 2026; e (ii) A maior parte desse custo tem natureza fixa, ou seja, não deve crescer na mesma proporção que a receita, gerando, portanto, ganhos de escala para os períodos de crescimento de receita acima da inflação.
- **Vendas & Marketing:** Composto por dispêndios com comissão de cartão de crédito, *marketing*, comissão de vendas, incentivos para vendas e despesas com *call center*. Para o primeiro período projetivo, considerou-se um percentual de 3,8% sobre a ROL, obtendo variações ao longo dos anos seguintes, atingindo uma estabilidade em 4,0% a partir de 2028. A companhia possui um programa de melhoria de resultados (*PIP*), que busca otimizar a eficiência operacional por meio da identificação e eliminação de custos desnecessários.
- **Outras Receitas e Despesas:** Correspondem aos dispêndios com seguro de aeronaves, impostos sobre *leasing*, *sale lease-back*, entre outros. Para o primeiro período projetivo, considerou-se um percentual de 4,4% sobre a ROL, obtendo variações ao longo dos anos seguintes, e estabilizando-se em 3,4% a partir de 2028.

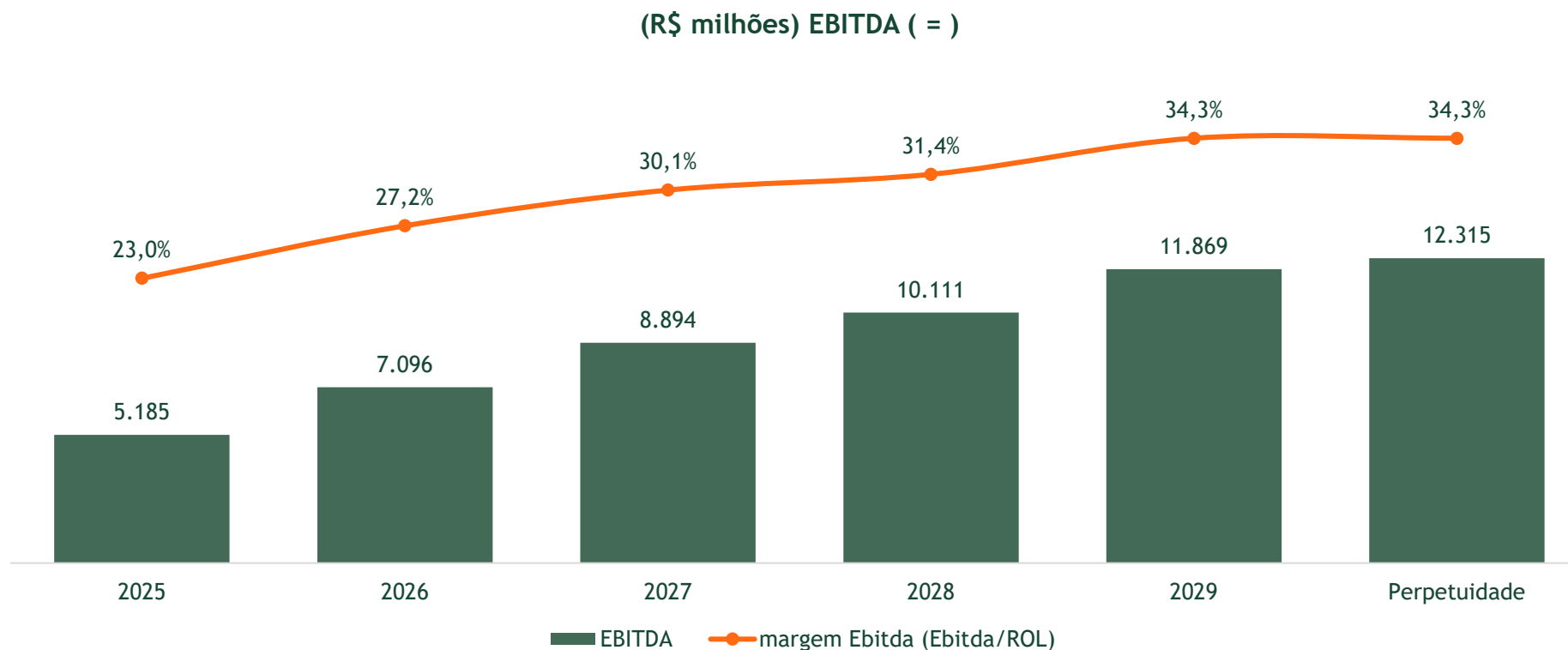
O gráfico a seguir apresenta as despesas operacionais de GOL:

(R\$ milhões) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS (-)



EBITDA (EARNINGS BEFORE INTEREST, TAXES, DEPRECIATION, AND AMORTIZATION)

O EBITDA projetado de GOL, resultante das premissas descritas anteriormente, é apresentado no gráfico abaixo.



IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social da GOL foram projetados considerando-se o regime de tributação de Lucro Real, ao qual a empresa está inserida. Dessa maneira, o IR foi estimado com uma alíquota de 15% sobre o lucro antes dos impostos inferior a R\$ 240 mil anuais, mais 10% sobre o excedente desse valor. Para a contribuição social, levou-se em conta a alíquota de 9% sobre o lucro antes dos impostos.

Adicionalmente, considerou-se o aproveitamento de prejuízo fiscal de R\$ 13.096 milhões na data-base, conforme fornecido pela administração, para abatimento da base tributável em até 30% para o pagamento de IRPJ e CSLL. Esse benefício fiscal foi aproveitado no período projetivo até o ano de 2029, de forma a não perpetuá-lo em 2030. No entanto, como ainda existia um saldo residual de aproveitamento após 2029 (esse benefício se encerra somente em 2033), o saldo residual foi trazido a valor presente e somado ao valor operacional obtido para a GOL.

DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

As taxas de depreciação e amortização utilizadas foram calculadas conforme composição do ativo imobilizado e ativo intangível, respectivamente, contabilizados no balanço da companhia na data-base, como mostram as tabelas a seguir.

CLASSES	IMOBILIZADO ORIGINAL (R\$ milhões)	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA (R\$ milhões)	IMOBILIZADO RESIDUAL (R\$ milhões)	TAXA DE DEPRECIAÇÃO (%)
Aeronaves - RoU (a) com opção de compra	1.379	(289)	1.090	10%
Aeronaves - RoU(a) sem opção de compra	9.065	(3.737)	5.328	18%
Peças e motores sobressalentes - próprios (c)	2.383	(1.006)	1.377	7%
Peças e motores sobressalentes - RoU	664	(224)	440	31%
Benfeitorias em aeronaves e motores (e)	4.200	(2.282)	1.918	43%
Ferramentas	80	(45)	35	10%
Veículos	13	(11)	2	20%
Máquinas e equipamentos	63	(53)	11	10%
Móveis e utensílios	36	(25)	11	10%
Computadores, periféricos e equipamentos	43	(29)	15	20%
Computadores, periféricos e equipamentos - RoU	40	(37)	3	33%
Benfeitoria em propriedade de terceiros	187	(184)	3	25%
Imóveis de terceiros - RoU	314	(97)	217	15%
Taxa de Depreciação Média Ponderada	18.467	(8.018)	10.449	22%

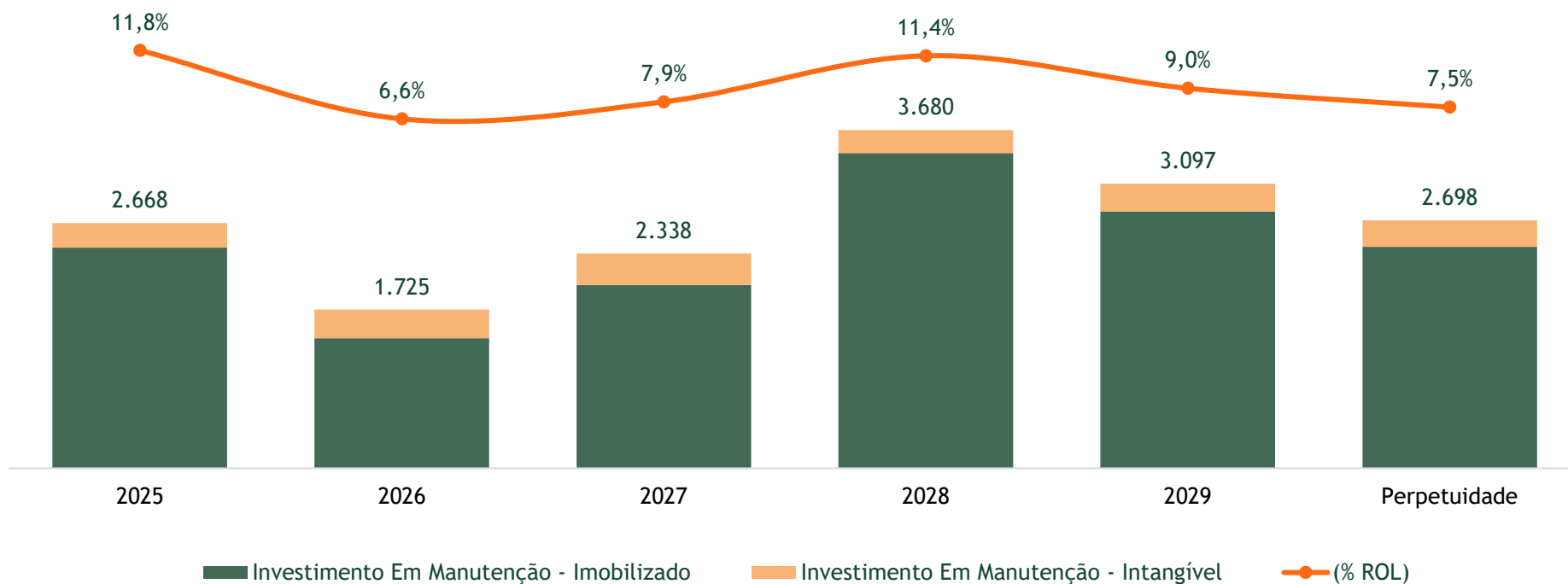
CLASSES	INTANGÍVEL ORIGINAL (R\$ milhões)	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA (R\$ milhões)	INTANGÍVEL RESIDUAL (R\$ milhões)	TAXA DE AMORTIZAÇÃO (%)
Softwares	810	(339)	471	33%
Taxa de Amortização Média Ponderada	810	(339)	471	33%

CAPEX

O investimento de GOL foi projetado considerando-se a necessidade de reposição do imobilizado para que haja a continuidade operacional da companhia. Dessa forma, foi adotado como premissa o investimento projetado no plano de negócios da GOL, que é composto por investimentos atrelados a adiantamentos para *leasing* de aeronaves, manutenção de peças e motores, expansão e reposição de *software* e manutenção dos ativos imobilizados.

A projeção de investimento em imobilizado pode ser analisada no gráfico a seguir.

(R\$ milhões) CAPEX - INVESTIMENTOS IMOBILIZADO E INTANGÍVEIS (-)



CAPITAL DE GIRO

A variação do capital de giro foi calculada considerando-se os parâmetros abaixo, a partir de janeiro de 2025. Foram analisados os prazos médios de cada ativo e passivo para os anos entre 2022 e 2024, adotando-se, para cada um, o período que melhor reflete a expectativa da administração da companhia para a definição dessa premissa, expurgando-se, dessa forma, prazos *outliers* em relação ao período analisado.

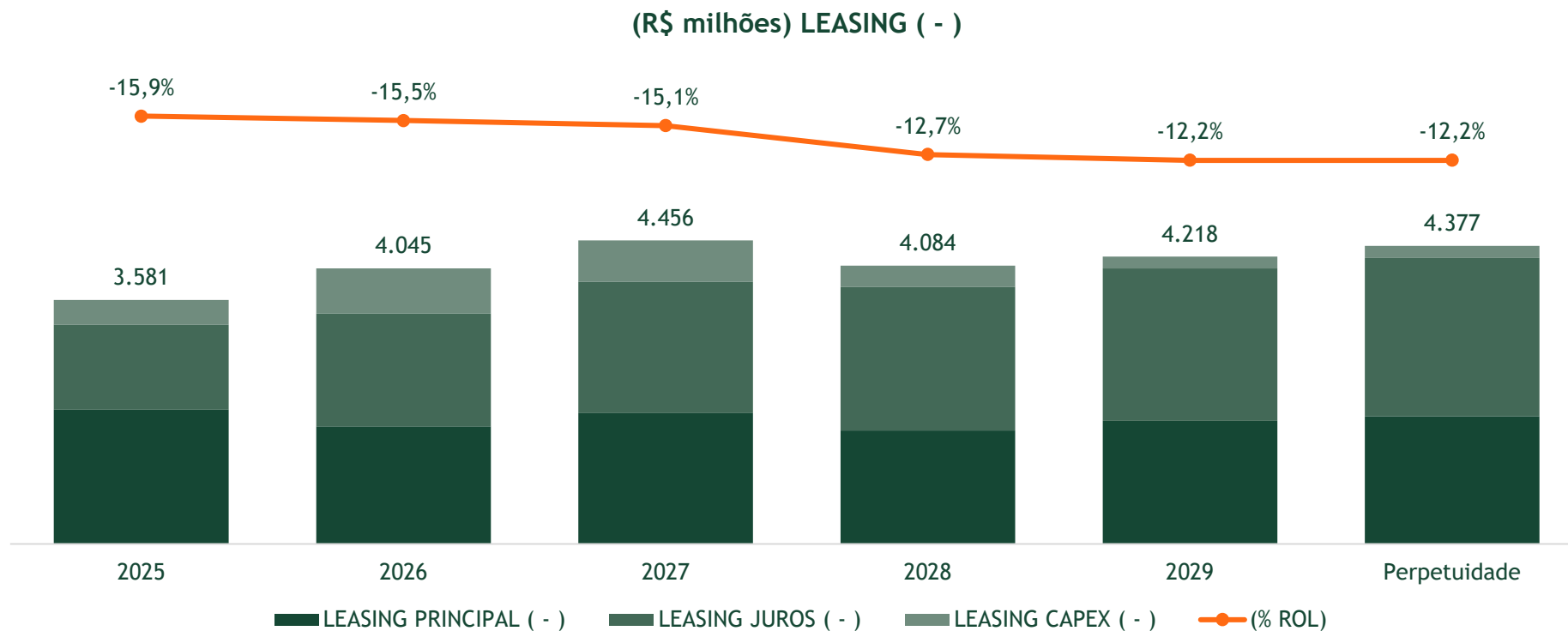
ATIVO CIRCULANTE	DIAS DE GIRO	FONTES	PREMISSA
Contas a Receber	60	Balanco Patrimonial - DEZ/2024	n. Dias de Rol
Estoques	15	Balanco Patrimonial - DEZ/2024, DEZ/2023 e DEZ/2022	n. Dias de Cmv
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	3	Balanco Patrimonial - DEZ/2024, DEZ/2023 e DEZ/2022	n. Dias de Rol
Adiantamento a fornecedores e terceiros	12	Balanco Patrimonial - DEZ/2024 e DEZ/2023	n. Dias de Cmv & Despesas
Outros créditos	39	Balanco Patrimonial - DEZ/2024 e DEZ/2023	n. Dias de Despesas Operacionais
PASSIVO CIRCULANTE	DIAS DE GIRO	FONTES	PREMISSA
Fornecedores	85	Balanco Patrimonial - DEZ/2024, DEZ/2023 e DEZ/2022	n. Dias de Cmv
Obrigações trabalhistas	88	Balanco Patrimonial - DEZ/2024, DEZ/2023 e DEZ/2022	n. Dias de Despesas Com Pessoal
Transportes a Executar	85	Balanco Patrimonial - DEZ/2024 e DEZ/2023	n. Dias de Cmv & Despesas
Impostos a recolher	4	Balanco Patrimonial - DEZ/2024, DEZ/2023 e DEZ/2022	n. Dias de Rol
Taxas e Tarifas Aeroportuárias	28	Balanco Patrimonial - DEZ/2024 e DEZ/2023	n. Dias de Cmv & Despesas
Programa de milhagem	38	Balanco Patrimonial - DEZ/2024, DEZ/2023 e DEZ/2022	n. Dias de Rol
Adiantamento de clientes	3	Balanco Patrimonial - DEZ/2024 e DEZ/2023	n. Dias de Rol
Outras obrigações	22	Balanco Patrimonial - DEZ/2024	n. Dias de Despesas Operacionais

LEASING

A GOL detém o direito de uso de determinados equipamentos de voo e aeronaves por meio de contratos de arrendamento, o que resulta em um passivo de arrendamento correspondente a esses ativos. Assim, no fluxo de caixa da companhia, foram considerados os desembolsos relacionados ao leasing e financiamento das aeronaves, além dos juros incidentes sobre o pagamento do principal dessas obrigações.

A companhia, por meio do processo de *Chapter 11*, conseguiu garantir acordos significativos, como a concessão de aproximadamente US\$ 1,1 bilhão junto aos arrendadores de aeronaves (*lessors*). Esses acordos incluem condições renegociadas nos contratos de *leasing* e financiamentos adicionais fornecidos pelos próprios *lessors* para a manutenção de motores.

Com base nesses acordos, as projeções financeiras da GOL foram elaboradas de acordo com o plano de reestruturação da empresa. As estimativas indicam um desembolso entre R\$ 3,6 bilhões e R\$ 4,4 bilhões em *leasing* ao longo do período projetado. Esses valores contemplam tanto os pagamentos de arrendamento quanto os respectivos juros associados às obrigações de *leasing*.



NECESSIDADE DE APORTE DE CAPITAL

Foi identificada a necessidade de um aporte de capital para cobrir a geração de caixa negativa prevista de aproximadamente R\$ 133 milhões no ano de 2025. De acordo com o entendimento junto à administração, a GOL buscará esse aporte de capital junto a terceiros. O objetivo desse aporte é suprir a necessidade de financiamento da companhia, permitindo que ela honre seus compromissos e dê continuidade ao planejamento de suas atividades, apesar do déficit de caixa projetado para o período.

DETERMINAÇÃO DA TAXA DE DESCONTO

A taxa de desconto foi calculada pela metodologia WACC, em que o custo de capital é determinado pela média ponderada do valor de mercado dos componentes da estrutura de capital (próprio e de terceiros).

ESTRUTURA DE CAPITAL	
EQUITY / PRÓPRIO	57%
DEBT / TERCEIROS	43%
EQUITY + DEBT	100%
INFLAÇÃO AMERICANA PROJETADA	2,0%
INFLAÇÃO BRASILEIRA PROJETADA	3,8%
CUSTO DO CAPITAL PRÓPRIO	
TAXA LIVRE DE RISCO (Rf)	3,3%
BETA d	1,00
BETA r	1,53
PRÊMIO DE RISCO (Rm - Rf)	6,2%
RISCO BRASIL	2,7%
RISCO ESPECÍFICO	7,8%
Ke Nominal em US\$ (=)	23,4%
Ke Nominal em R\$ (=)	25,5%
CUSTO DA DÍVIDA	
Kd NOMINAL EM R\$ (=)	17,6%
Kd Nominal com Benefício Fiscal (=)	12,4%
WACC	
CUSTO DO CAPITAL PRÓPRIO	25,5%
CUSTO DA DÍVIDA	12,4%
TAXA DE DESCONTO NOMINAL (=)	19,9%

- **Taxa livre de risco (custo do patrimônio líquido)** – Corresponde à média de rendimento (*yield* médio) do US T-Bond 20 anos (*Federal Reserve*) de 01/01/2020 até 31/12/2024. Fonte: http://www.treas.gov/offices/domestic-finance/debt-management/interest-rate/yield_historical.shtml.
- **Beta d** – Equivalente ao Beta histórico médio semanal no período de cinco anos do setor de aviação no qual a GOL está inserida. A amostra de comparáveis foi pesquisada no banco de dados da S&P Capital IQ.

- **Prêmio de risco** – Corresponde ao *spread* entre SP500 e US T-Bond 20 anos. Fonte: *Supply Side*.
- **Risco Específico** – Corresponde ao risco específico baseado na métrica de *Z Score*, que sugere a possibilidade de consideração de um prêmio adicional para empresas passando por estresse financeiro, com base em indicadores financeiros como liquidez, rentabilidade e alavancagem. Fonte: <https://www.kroll.com/-/media/assets/pdfs/publications/valuation/coc/dp-risk-premium-report-2009.pdf>.
- **Risco-Brasil** – Corresponde à média do risco-país entre 01/01/2020 até 31/12/2024. Fonte: EMBI+, desenvolvido por J. P. Morgan e fornecido por Ipeadata (www.ipeadata.gov.br).
- **Custo de captação** – É determinado pelo custo de captação da dívida *DIP Notes* da GOL na data-base, obtida com o objetivo de financiar a reestruturação da companhia no contexto do processo de Chapter 11.
- **Taxa efetiva de imposto de renda (*tax shield*)** - Considerada a taxa média ponderada projetada para GOL. Com base em nossos cálculos, essa taxa foi estimada em 29,6%.
- **Taxa de inflação americana de longo prazo** – Fonte: <https://www.federalreserve.gov/monetarypolicy/fomcprojtabl20181219.htm>.
- **Taxa de inflação brasileira de longo prazo** – Fonte: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicometas>.

CÁLCULO DO VALOR OPERACIONAL

A partir do fluxo de caixa operacional projetado para os próximos 05 (cinco) anos e considerando valor terminal após esse período, descontamos os resultados a valor presente, por meio da taxa de desconto nominal descrita no item anterior.

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

Foi considerado um endividamento líquido de R\$ 20.131 milhões na data-base, sem efeitos da reestruturação financeira mencionada no sumário, conforme a tabela a seguir.

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO GOL		(R\$ milhões)
Caixa e Equivalentes de Caixa	(+)	2.335
Aplicações financeiras LP	(+)	159
Empréstimos e financiamentos	(-)	(11.493)
Empréstimos e financiamentos LP	(-)	(10.347)
Debêntures	(-)	(171)
Debêntures LP	(-)	(614)
TOTAL		(20.131)

PASSIVO NÃO OPERACIONAL

Foi considerado um passivo não operacional de R\$ 3.311 milhões na data-base, conforme o quadro abaixo.

ATIVOS/PASSIVOS NÃO OPERACIONAIS GOL		(R\$ milhões)
Depósitos	(+)	221
Depósitos LP	(+)	3.218
Adiantamento a fornecedores e terceiros LP	(+)	24
Impostos a recuperar LP	(+)	9
Impostos diferidos	(+)	0
Outros créditos LP	(+)	21
Provisões	(-)	(1.102)
Obrigações com operações de derivativos	(-)	(4)
Obrigações trabalhistas LP	(-)	(198)
Impostos e contribuições a recolher LP	(-)	(622)
Taxas e tarifas aeroportuárias LP	(-)	(600)
Programa de milhagem LP	(-)	(158)
Provisões LP	(-)	(3.563)
Obrigações com operações de derivativos LP	(-)	(38)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(-)	(259)
Outras obrigações LP	(-)	(260)
TOTAL		(3.311)

VALOR ECONÔMICO DE GOL

Sintetizando os itens anteriormente mencionados, chegamos aos seguintes valores:

Taxa de retorno esperado	20,8%	19,9%	19,0%
Taxa de crescimento perpetuidade	3,8%	3,8%	3,8%
VALOR ECONÔMICO DE GOL			
FLUXO DE CAIXA DESCONTADO	4.815	4.925	5.039
VALOR RESIDUAL DESCONTADO	8.285	8.561	8.849
VP DO BENEFÍCIO FISCAL ESTIMADO	783	823	864
VALOR OPERACIONAL DE GOL (R\$ milhões) (Enterprise Value)	13.883	14.309	14.752
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	(20.131)	(20.131)	(20.131)
ATIVOS/PASSIVOS NÃO OPERACIONAIS	(3.311)	(3.311)	(3.311)
VALOR ECONÔMICO DE GOL (R\$ milhões) (Equity Value)	(9.559)	(9.133)	(8.690)
QUANTIDADES DE AÇÕES		4.198.483.614	
VALOR ECONÔMICO POR AÇÃO (R\$ milhões)	(2,28)	(2,18)	(2,07)

10. CONCLUSÃO

À luz dos exames realizados na documentação anteriormente mencionada e tomando por base estudos da APSIS, concluíram os peritos que os critérios previstos pelo artigo 170, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76, para determinação do preço de emissão das ações da GOL em aumento de capital, são os indicados na tabela a seguir.

METODOLOGIA	PERÍODO	VALOR ECONÔMICO (R\$ milhões)	R\$/AÇÃO
Patrimônio Líquido	31/12/2024	(29.091)	(6,93)
Valor por Fluxo de Caixa Descontado	31/12/2024	(9.133)	(2,18)
VWAP¹ 90 dias	02/10/2024 a 31/12/2024	5.384	1,28
VALOR ECONÔMICO DE GOL POR AÇÃO		(9.133)	(2,18)
QUANTIDADE DE AÇÕES		4.198.483.614	

O presente trabalho de consultoria não levou em consideração a avaliação do potencial em ASG (ambiental, social e governança) dos ativos analisados. Os impactos negativos e positivos de ASG para a sociedade podem ser avaliados em laudo independente, a ser contratado exclusivamente com essa finalidade, mediante aplicação de metodologia própria.

O Laudo de Avaliação AP-01257/24-01b foi elaborado pela APSIS (CREA/RJ 1982200620 e CORECON/RJ RF.02052), empresa especializada em avaliação de bens, abaixo representada legalmente pelos seus consultores, os quais estão à disposição para quaisquer esclarecimentos que, porventura, se façam necessários.

Rio de Janeiro, 08 de maio de 2025.

Diretor



11. RELAÇÃO DE ANEXOS

1. Cálculos avaliatórios
2. Glossário

A large orange triangle is positioned in the top-left corner of the page. A thin, dark green diagonal line extends from the bottom-left towards the center of the page.

ANEXO 1

PROJEÇÃO OPERACIONAL GOL	2025	2026	2027	2028	2029	Perpetuidade
(R\$ milhões)						
RECEITA OPERACIONAL BRUTA (ROB)	22.778	26.343	30.662	33.446	35.916	37.267
(% crescimento ROB)	19,1%	15,7%	16,4%	9,1%	7,4%	3,8%
Pax Revenue	18.355	21.475	25.142	27.514	29.552	30.664
(% crescimento)	20,6%	17,0%	17,1%	9,4%	7,4%	3,8%
Pax Revenue - Additional	845	889	1.046	1.132	1.224	1.270
(% crescimento)	-6,9%	5,2%	17,7%	8,3%	8,1%	3,8%
Charter Revenue	214	301	347	383	418	434
(% crescimento)	0,6%	40,5%	15,5%	10,2%	9,4%	3,8%
Cargo	1.528	1.563	1.643	1.727	1.815	1.883
(% crescimento)	20,1%	2,3%	5,2%	5,1%	5,1%	3,8%
Baggage	382	468	549	594	642	666
(% crescimento)	25,1%	22,4%	17,4%	8,2%	8,0%	3,8%
Fees Revenue	538	547	642	695	751	779
(% crescimento)	-14,9%	1,6%	17,5%	8,2%	8,1%	3,8%
Smiles Revenue	699	834	982	1.067	1.154	1.198
(% crescimento)	6,6%	19,4%	17,8%	8,6%	8,2%	3,8%
Other Revenues	218	268	310	334	359	372
(% crescimento)	0,0%	22,9%	15,8%	7,6%	7,3%	3,8%
IMPOSTOS E DEDUÇÕES	(235)	(287)	(1.132)	(1.229)	(1.316)	(1.366)
(% ROB)	-1,0%	-1,1%	-3,7%	-3,7%	-3,7%	-3,7%
ICMS	(68)	(61)	(71)	(77)	(83)	(86)
(% ROB)	-0,3%	-0,2%	-0,2%	-0,2%	-0,2%	-0,2%
PIS e COFINS	(160)	(226)	(1.061)	(1.152)	(1.233)	(1.279)
(% ROB)	-0,7%	-0,9%	-3,5%	-3,4%	-3,4%	-3,4%
ISS	(4)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
(% ROB)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

PROJEÇÃO OPERACIONAL GOL (R\$ milhões)	2025	2026	2027	2028	2029	Perpetuidade
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (ROL)	22.544	26.056	29.530	32.217	34.600	35.901
CUSTOS OPERACIONAIS	(13.755)	(15.788)	(16.923)	(18.080)	(18.460)	(19.155)
(% ROL)	-61,0%	-60,6%	-57,3%	-56,1%	-53,4%	-53,4%
Personnel	(3.187)	(3.570)	(3.979)	(4.322)	(4.645)	(4.819)
(% ROL)	-14,1%	-13,7%	-13,5%	-13,4%	-13,4%	-13,4%
Fuel	(6.467)	(7.677)	(8.339)	(8.739)	(9.057)	(9.397)
(% ROL)	-28,7%	-29,5%	-28,2%	-27,1%	-26,2%	-26,2%
Departure & Landing Fees	(1.281)	(1.502)	(1.714)	(1.888)	(2.053)	(2.130)
(% ROL)	-5,7%	-5,8%	-5,8%	-5,9%	-5,9%	-5,9%
Pax Costs & Expenses	(825)	(933)	(1.023)	(1.106)	(1.169)	(1.213)
(% ROL)	-3,7%	-3,6%	-3,5%	-3,4%	-3,4%	-3,4%
Maintenance & Repair	(1.994)	(2.106)	(1.868)	(2.025)	(1.538)	(1.595)
(% ROL)	-8,8%	-8,1%	-6,3%	-6,3%	-4,4%	-4,4%
DESPESAS OPERACIONAIS	(3.604)	(3.172)	(3.713)	(4.026)	(4.271)	(4.431)
(% ROL)	-16,0%	-12,2%	-12,6%	-12,5%	-12,3%	-12,3%
Leasing	(45)	(52)	(55)	(57)	(60)	(62)
(% ROL)	-0,2%	-0,2%	-0,2%	-0,2%	-0,2%	-0,2%
Services	(1.713)	(1.344)	(1.474)	(1.558)	(1.626)	(1.687)
(% ROL)	-7,6%	-5,2%	-5,0%	-4,8%	-4,7%	-4,7%
Sales & Marketing	(862)	(1.006)	(1.210)	(1.300)	(1.396)	(1.448)
(% ROL)	-3,8%	-3,9%	-4,1%	-4,0%	-4,0%	-4,0%
Other Revenues & Expenses	(985)	(770)	(974)	(1.110)	(1.190)	(1.234)
(% ROL)	-4,4%	-3,0%	-3,3%	-3,4%	-3,4%	-3,4%

IMOBILIZADO GOL (R\$ milhões)	Data-base 31/12/2024	2025	2026	2027	2028	2029	Perpetuidade
INVESTIMENTO TOTAL (MANUTENÇÃO + EXPANSÃO)	-	2.400	1.413	1.994	3.431	2.793	2.408
DEPRECIAÇÃO INVESTIMENTO	-	264	683	1.058	1.654	2.339	2.408
IMOBILIZADO CUSTO (ORIGINAL)	18.467	18.467	18.503	18.503	18.503	18.503	18.503
VALOR RESIDUAL	10.449	7.988	5.563	3.098	632	-	-
DEPRECIAÇÃO IMOBILIZADO ORIGINAL	-	2.461	2.461	2.466	2.466	632	-
DEPRECIAÇÃO TOTAL	2.461	2.725	3.144	3.523	4.120	2.971	2.408

DEPRECIAÇÃO DOS NOVOS IMOBILIZADOS	31/12/2024	2025	2026	2027	2028	2029	Perpetuidade
2025		264	528	528	528	528	25
2026		-	155	311	311	311	311
2027		-	-	219	439	439	439
2028		-	-	-	377	755	755
2029		-	-	-	-	307	614
Perpetuidade		-	-	-	-	-	265

INTANGÍVEL GOL (R\$ milhões)	Data-base 31/12/2024	2025	2026	2027	2028	2029	Perpetuidade
INVESTIMENTO TOTAL (MANUTENÇÃO + EXPANSÃO)	-	268	313	343	249	305	291
AMORTIZAÇÃO INVESTIMENTO	-	44	141	249	305	300	291
INTANGÍVEL CUSTO (ORIGINAL)	810	810	810	810	810	810	810
VALOR RESIDUAL	471	203	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO INTANGÍVEL ORIGINAL	-	268	203	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO TOTAL	268	313	343	249	305	300	291

AMORTIZAÇÃO DOS NOVOS INTANGÍVEIS	31/12/2024	2025	2026	2027	2028	2029	Perpetuidade
2025		44	89	89	46	-	-
2026		-	52	103	103	54	-
2027		-	-	57	114	114	59
2028		-	-	-	41	82	82
2029		-	-	-	-	50	101
Perpetuidade		-	-	-	-	-	48

CAPITAL DE GIRO GOL (R\$ milhões)	2025	2026	2027	2028	2029	Perpetuidade
ATIVO CIRCULANTE	5.532	6.244	7.019	7.625	8.108	8.413
Contas a Receber	3.760	4.346	4.926	5.374	5.771	5.988
<i>n. Dias de Rol</i>	60	60	60	60	60	60
Estoques	591	678	727	777	793	823
<i>n. Dias de Cmv</i>	15	15	15	15	15	15
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	203	235	267	291	312	324
<i>n. Dias de Rol</i>	3	3	3	3	3	3
Adiantamento a fornecedores e terceiros	587	642	698	748	769	798
<i>n. Dias de Cmv & Despesas</i>	12	12	12	12	12	12
Outros créditos	390	344	402	436	463	480
<i>n. Dias de Despesas Operacionais</i>	39	39	39	39	39	39
PASSIVO CIRCULANTE	12.486	13.972	15.332	16.502	17.180	17.827
Fornecedores	3.231	3.708	3.975	4.246	4.336	4.499
<i>n. Dias de Cmv</i>	85	85	85	85	85	85
Obrigações trabalhistas	778	872	972	1.055	1.134	1.177
<i>n. Dias de Despesas Com Pessoal</i>	88	88	88	88	88	88
Transportes a Executar	4.096	4.473	4.869	5.215	5.363	5.565
<i>n. Dias de Cmv & Despesas</i>	85	85	85	85	85	85
Impostos a recolher	271	313	355	387	415	431
<i>n. Dias de Rol</i>	4	4	4	4	4	4
Taxas e Tarifas Aeroportuárias	1.336	1.459	1.588	1.701	1.749	1.815
<i>n. Dias de Cmv & Despesas</i>	28	28	28	28	28	28
Programa de milhagem	2.361	2.729	3.093	3.375	3.624	3.761
<i>n. Dias de Rol</i>	38	38	38	38	38	38
Adiantamento de clientes	196	227	257	281	302	313
<i>n. Dias de Rol</i>	3	3	3	3	3	3
Outras obrigações	217	191	223	242	257	266
<i>n. Dias de Despesas Operacionais</i>	22	22	22	22	22	22
CAPITAL DE GIRO	(6.953)	(7.728)	(8.312)	(8.878)	(9.072)	(9.414)
VARIAÇÃO CAPITAL DE GIRO	(1.122)	(774)	(585)	(565)	(195)	(341)

ESTRUTURA DE CAPITAL	
EQUITY / PRÓPRIO	57%
DEBT / TERCEIROS	43%
EQUITY + DEBT	100%
INFLAÇÃO AMERICANA PROJETADA	2,0%
INFLAÇÃO BRASILEIRA PROJETADA	3,8%
CUSTO DO CAPITAL PRÓPRIO	
TAXA LIVRE DE RISCO (R_f)	3,3%
BETA d	1,00
BETA r	1,53
PRÊMIO DE RISCO ($R_m - R_f$)	6,2%
RISCO BRASIL	2,7%
RISCO ESPECÍFICO	7,8%
Ke Nominal em US\$ (=)	23,4%
Ke Nominal em R\$ (=)	25,5%
CUSTO DA DÍVIDA	
Kd NOMINAL EM R\$ (=)	17,6%
Kd Nominal com Benefício Fiscal (=)	12,4%
WACC	
CUSTO DO CAPITAL PRÓPRIO	25,5%
CUSTO DA DÍVIDA	12,4%
TAXA DE DESCONTO NOMINAL (=)	19,9%

FLUXO DE CAIXA GOL (R\$ milhões)	2025	2026	2027	2028	2029	Perpetuidade
RECEITA OPERACIONAL BRUTA (ROB)	22.778	26.343	30.662	33.446	35.916	37.267
<i>(% crescimento ROB)</i>	19,1%	15,7%	16,4%	9,1%	7,4%	3,8%
DEDUÇÕES/IMPOSTOS (-)	(235)	(287)	(1.132)	(1.229)	(1.316)	(1.366)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (ROL)	22.544	26.056	29.530	32.217	34.600	35.901
CUSTOS OPERACIONAIS (-)	(13.755)	(15.788)	(16.923)	(18.080)	(18.460)	(19.155)
LUCRO BRUTO (=)	8.789	10.268	12.607	14.137	16.139	16.746
<i>margem bruta (LB/ROL)</i>	39,0%	39,4%	42,7%	43,9%	46,6%	46,6%
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS (-)	(3.604)	(3.172)	(3.713)	(4.026)	(4.271)	(4.431)
EBITDA (=)	5.185	7.096	8.894	10.111	11.869	12.315
<i>margem Ebitda (Ebitda/ROL)</i>	23,0%	27,2%	30,1%	31,4%	34,3%	34,3%
DEPRECIACÃO/AMORTIZAÇÃO (-)	(3.037)	(3.487)	(3.772)	(4.425)	(3.271)	(2.698)
EBIT (=)	2.147	3.609	5.122	5.687	8.598	9.617
RESULTADO FINANCEIRO (+/-)	(1.245)	(1.661)	(1.925)	(2.105)	(2.238)	(2.323)
EBT (=)	902	1.948	3.197	3.582	6.359	7.294
IMPOSTO DE RENDA/CONTRIB. SOCIAL (-)	(191)	(440)	(737)	(829)	(1.489)	(2.456)
<i>Taxa de IRCS Efetiva (IRCS/ EBIT)</i>	-21,1%	-22,6%	-23,0%	-23,1%	-23,4%	-33,7%
LUCRO LÍQUIDO OPERACIONAL / NOPAT (=)	712	1.508	2.460	2.754	4.870	4.838
<i>margem líquida (LL/ROL)</i>	3,2%	5,8%	8,3%	8,5%	14,1%	13,5%
FLUXO DE CAIXA LIVRE (R\$ milhões)						
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL	6.116	7.431	8.742	9.848	10.574	10.200
EBITDA (+)	5.185	7.096	8.894	10.111	11.869	12.315
IMPOSTO DE RENDA/CONTRIB. SOCIAL (-)	(191)	(440)	(737)	(829)	(1.489)	(2.456)
VARIAÇÃO CAPITAL DE GIRO (-)	1.122	774	585	565	195	341
FLUXO DE CAIXA DE INVESTIMENTOS	(2.668)	(1.725)	(2.338)	(3.680)	(3.097)	(2.698)
INVESTIMENTOS IMOBILIZADO E INTANGÍVEIS (-)	(2.668)	(1.725)	(2.338)	(3.680)	(3.097)	(2.698)
FLUXO DE CAIXA FINANCEIRO	(3.581)	(4.045)	(4.456)	(4.084)	(4.218)	(4.377)
LEASING PRINCIPAL (-)	(1.973)	(1.723)	(1.927)	(1.666)	(1.805)	(1.873)
LEASING JUROS (-)	(1.245)	(1.661)	(1.925)	(2.105)	(2.238)	(2.323)
LEASING CAPEX (-)	(364)	(660)	(604)	(314)	(174)	(181)
FLUXO DE CAIXA LIVRE DO ACIONISTA [FCFE]	(133)	1.661	1.949	2.084	3.258	3.125
<i>Período Parcial</i>	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
<i>Mid-Year Convention</i>	0,50	1,50	2,50	3,50	4,50	
<i>Fator de Desconto @ 19,9%</i>	0,91	0,76	0,64	0,53	0,44	
Fluxo de Caixa Descontado	(122)	1.265	1.238	1.104	1.440	
<i>Saldo a ser Perpetuado</i>						3.125
<i>Perpetuidade @ 3,76%</i>						19.372
Valor presente da perpetuidade						8.561
VALOR OPERACIONAL (Enterprise Value) (R\$ milhões)	13.486					

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO GOL		(R\$ milhões)
Caixa e Equivalentes de Caixa	(+)	2.335
Aplicações financeiras LP	(+)	159
Empréstimos e financiamentos	(-)	(11.493)
Empréstimos e financiamentos LP	(-)	(10.347)
Debêntures	(-)	(171)
Debêntures LP	(-)	(614)
TOTAL		(20.131)

ATIVOS/PASSIVOS NÃO OPERACIONAIS GOL		(R\$ milhões)
Depósitos	(+)	221
Depósitos LP	(+)	3.218
Adiantamento a fornecedores e terceiros LP	(+)	24
Impostos a recuperar LP	(+)	9
Impostos diferidos	(+)	0
Outros créditos LP	(+)	21
Provisões	(-)	(1.102)
Obrigações com operações de derivativos	(-)	(4)
Obrigações trabalhistas LP	(-)	(198)
Impostos e contribuições a recolher LP	(-)	(622)
Taxas e tarifas aeroportuárias LP	(-)	(600)
Programa de milhagem LP	(-)	(158)
Provisões LP	(-)	(3.563)
Obrigações com operações de derivativos LP	(-)	(38)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(-)	(259)
Outras obrigações LP	(-)	(260)
TOTAL		(3.311)

UTILIZAÇÃO DO ATIVO FISCAL RESIDUAL	2030	2031	2032	2033
LAIR/EBIT (=)	7.294	7.423	7.638	8.177
Prejuízos acumulados BoP	8.299	6.111	3.884	1.593
Prejuízo utilizado	2.188	2.227	2.291	1.593
Prejuízos acumulados EoP	6.111	3.884	1.593	-
Prejuízo utilizado @ 34%	744	757	779	542
<i>Fator de Desconto @ 19,9%</i>	<i>0,37</i>	<i>0,31</i>	<i>0,26</i>	<i>0,21</i>
Benefício fiscal descontado	274	233	200	116
Valor presente do benefício fiscal	823			

Taxa de retorno esperado	20,8%	19,9%	19,0%
Taxa de crescimento perpetuidade	3,8%	3,8%	3,8%
VALOR ECONÔMICO DE GOL			
FLUXO DE CAIXA DESCONTADO	4.815	4.925	5.039
VALOR RESIDUAL DESCONTADO	8.285	8.561	8.849
VP DO BENEFÍCIO FISCAL ESTIMADO	783	823	864
VALOR OPERACIONAL DE GOL (R\$ milhões) (Enterprise Value)	13.883	14.309	14.752
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	(20.131)	(20.131)	(20.131)
ATIVOS/PASSIVOS NÃO OPERACIONAIS	(3.311)	(3.311)	(3.311)
VALOR ECONÔMICO DE GOL (R\$ milhões) (Equity Value)	(9.559)	(9.133)	(8.690)
QUANTIDADES DE AÇÕES		4.198.483.614	
VALOR ECONÔMICO POR AÇÃO (R\$ milhões)	(2,28)	(2,18)	(2,07)

PREÇO DAS AÇÕES DE GOL		
METODOLOGIA	PERÍODO ENTRE	PREÇO DA COTA (R\$)
Preço de fechamento na data-base	31/12/2024	R\$ 1,30
VWAP ¹ 90 dias	02/10/2024 31/12/2024	R\$ 1,28
Fonte: S&P Capital IQ. Acessado em: 07/04/2025		
¹ Volume weighted average price ou preço médio ponderado por volume		

METODOLOGIA	PERÍODO	VALOR ECONÔMICO (R\$ milhões)	R\$/AÇÃO
Patrimônio Líquido	31/12/2024	(29.091)	(6,93)
Valor por Fluxo de Caixa Descontado	31/12/2024	(9.133)	(2,18)
VWAP ¹ 90 dias	02/10/2024 a 31/12/2024	5.384	1,28
VALOR ECONÔMICO DE GOL POR AÇÃO		(9.133)	(2,18)
QUANTIDADE DE AÇÕES		4.198.483.614	

A large orange triangle is positioned in the top-left corner of the page. A thin, dark green diagonal line extends from the bottom-left towards the center of the page.

ANEXO 2

GLOSSÁRIO

A

ABL

Área bruta locável.

ABNT

Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Abordagem da renda

Método de avaliação pela conversão a valor presente de benefícios econômicos esperados.

Abordagem de ativos

Método de avaliação de empresas em que todos os ativos e passivos (incluindo os não contabilizados) têm seus valores ajustados aos de mercado. Também conhecido como patrimônio líquido a mercado.

Abordagem de mercado

Método de avaliação no qual são adotados múltiplos comparativos derivados de preço de vendas de ativos similares.

Ágio por expectativa de rentabilidade futura (fundo de comércio ou goodwill)

Benefícios econômicos futuros decorrentes de ativos não passíveis de serem individualmente identificados nem separadamente reconhecidos.

Amortização

Alocação sistemática do valor amortizável de ativo ao longo de sua vida útil.

Amostra

Conjunto de dados de mercado representativos de uma população.

Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)

Refere-se à certificação de Engenheiros e Arquitetos.

Aproveitamento eficiente

Aquele recomendável e tecnicamente possível para o local, em uma data de referência, observada a tendência mercadológica nas circunvizinhanças, entre os diversos usos permitidos pela legislação pertinente.

Área Boma

Somatório de parte da área comum com a área útil.

Área equivalente de construção

Área construída sobre a qual é aplicada a equivalência de custo unitário de construção correspondente, de acordo com os postulados da ABNT.

Área homogeneizada

Área útil, privativa ou construída com tratamentos matemáticos, para fins de avaliação, segundo critérios baseados no mercado imobiliário.

Área privativa

Área útil acrescida de elementos construtivos (tais como paredes, pilares etc.) e *hall* de elevadores (em casos particulares).

Área total de construção

Resultante do somatório da área real privativa e da área comum atribuídas a uma unidade autônoma, definidas conforme a ABNT.

Área útil

Área real privativa subtraída a área ocupada pelas paredes e por outros elementos construtivos que impeçam ou dificultem sua utilização.

Arrendamento mercantil financeiro

O que transfere substancialmente todos os riscos e benefícios vinculados à posse do ativo, o qual pode ou não ser futuramente transferido. O arrendamento que não for financeiro é operacional.

Arrendamento mercantil operacional

O que não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo. O arrendamento que não for operacional é financeiro.

Ativo

Recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados dos quais se esperam benefícios econômicos futuros para a entidade.

Ativo imobilizado

Ativos tangíveis disponibilizados para uso na produção ou no fornecimento de bens ou serviços, na locação por outros, investimento, ou fins administrativos, esperando-se que sejam usados por mais de um período contábil.

Ativo intangível

Ativo identificável não monetário sem substância física. Tal ativo é identificável quando: a) for separável, isto é, capaz de ser separado ou dividido da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, tanto individualmente quanto junto com contrato, ativo ou passivo relacionados; b) resulta de direitos contratuais ou outros direitos legais, quer esses direitos sejam transferíveis quer sejam separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Ativo tangível

Ativo de existência física como terreno, construção, máquina, equipamento, móvel e utensílio.

Ativos não operacionais

Aqueles não ligados diretamente às atividades de operação da empresa (podem ou não gerar receitas) e que podem ser alienados sem prejuízo do seu funcionamento.

Ativos operacionais

Bens fundamentais ao funcionamento da empresa.

Avaliação

Ato ou processo de determinar o valor de um ativo.

B

BDI (Budget Difference Income)

Benefícios e Despesas Indiretas. Percentual que indica os benefícios e as despesas indiretas incidentes sobre o custo direto da construção.

Bem

Coisa que tem valor, suscetível de utilização ou que pode ser objeto de direito, que integra um patrimônio.

Benefícios econômicos

Benefícios como receitas, lucro líquido, fluxo de caixa líquido etc.

Beta

Medida de risco sistemático de uma ação; tendência do preço de determinada ação a estar correlacionado com mudanças em determinado índice.

Beta alavancado

Valor de beta refletindo o endividamento na estrutura de capital.

C

Campo de arbítrio

Intervalo de variação no entorno do

estimador pontual adotado na avaliação, dentro do qual se pode arbitrar o valor do bem desde que justificado pela existência de características próprias não contempladas no modelo.

CAPEX (Capital Expenditure)

Investimento em ativo permanente.

CAPM (Capital Asset Pricing Model)

Modelo no qual o custo de capital para qualquer ação ou lote de ações equivale à taxa livre de risco acrescida de prêmio de risco proporcionado pelo risco sistemático da ação ou lote de ações em estudo. Geralmente utilizado para calcular o Custo de Capital Próprio ou Custo de Capital do Acionista.

CFC

Conselho Federal de Contabilidade.

Códigos alocados

Ordenação numeral (notas ou pesos) para diferenciar as características qualitativas dos imóveis.

Combinação de negócios

União de entidades ou negócios separados produzindo demonstrações contábeis de uma única entidade que reporta. Operação ou outro evento por meio do qual um adquirente obtém o controle de um ou mais negócios, independente da forma jurídica da operação.

Controlada

Entidade, incluindo aquela sem personalidade jurídica, tal como uma associação, controlada por outra entidade (conhecida como controladora).

Controladora

Entidade que possui uma ou mais controladas.

Controle

Poder de direcionar a gestão estratégica política e administrativa de uma empresa.

CPC

Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Custo

Total dos gastos diretos e indiretos necessários à produção, manutenção ou aquisição de um bem em uma determinada data e situação.

Custo de capital

Taxa de retorno esperado requerida pelo mercado como atrativa de fundos para determinado investimento.

Custo de reedição

Custo de reprodução, descontada a depreciação do bem, tendo em vista o estado em que se encontra.

Custo de reprodução

Gasto necessário para reproduzir um bem, sem considerar eventual depreciação.

Custo de substituição

Custo de reedição de um bem, com a mesma função e características assemelhadas ao avaliando.

Custo direto de produção

Gastos com insumos, inclusive mão de obra, na produção de um bem.

Custo indireto de produção

Despesas administrativas e financeiras, benefícios e demais ônus e encargos necessários à produção de um bem.

CVM

Comissão de Valores Mobiliários.

D

Dado de mercado

Conjunto de informações coletadas no mercado relacionadas a um determinado bem.

Data-base

Data específica (dia, mês e ano) de aplicação do valor da avaliação.

Data de emissão

Data de encerramento do laudo de avaliação, quando as conclusões da avaliação são transmitidas ao cliente.

DCF (Discounted Cash Flow)

Fluxo de caixa descontado.

D&A

Depreciação e Amortização.

Depreciação

Alocação sistemática do valor depreciável de ativo durante a sua vida útil.

Dívida líquida

Caixa e equivalentes, posição líquida em derivativos, dívidas financeiras de curto e longo prazo, dividendos a receber e apagar, recebíveis e contas a pagar relacionadas a debêntures, déficits de curto e longo prazo com fundos de pensão, provisões, outros créditos e obrigações com pessoas vinculadas, incluindo bônus de subscrição.

Documentação de suporte

Documentação levantada e fornecida pelo cliente na qual estão baseadas as premissas do laudo.

E

EBIT (Earnings Before Interests and Taxes)

Lucro antes de juros e impostos.

EBITDA (Earnings Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization)

Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização.

Empreendimento

Conjunto de bens capaz de produzir receitas por meio de comercialização ou exploração econômica. Pode ser: imobiliário (ex.: loteamento, prédios comerciais/residenciais), de base imobiliária (ex.: hotel, shopping center, parques temáticos), industrial ou rural.

Empresa

Entidade comercial, industrial, prestadora de serviços ou de investimento detentora de atividade econômica.

Enterprise value

Valor econômico da empresa.

Equity value

Valor econômico do patrimônio líquido.

Estado de conservação

Situação física de um bem em decorrência de sua manutenção.

Estrutura de capital

Composição do capital investido de uma empresa entre capital próprio (patrimônio) e capital de terceiros (endividamento).

F

Fator de comercialização

Razão entre o valor de mercado de um bem e seu custo de reedição ou substituição, que pode ser maior ou menor que 1 (um).

FCFF (Free Cash Flow to Firm)

Fluxo de caixa livre para a firma, ou fluxo de caixa livre desalavancado.

Fluxo de caixa

Caixa gerado por um ativo, grupo de ativos ou empresa durante determinado período de tempo. Geralmente o termo é complementado por uma qualificação referente ao contexto (operacional, não operacional etc.).

Fluxo de caixa do capital investido

Fluxo gerado pela empresa a ser revertido aos financiadores (juros e amortizações) e acionistas (dividendos) depois de considerados custo e despesas operacionais e investimentos de capital.

Fração ideal

Percentual pertencente a cada um dos compradores (condôminos) no terreno e nas coisas comuns da edificação.

G

Gleba urbanizável

Terreno passível de receber obras de infraestrutura urbana, visando ao seu aproveitamento eficiente, por meio de loteamento, desmembramento ou implantação de empreendimento.

Goodwill

Ver Ágio por expectativa de rentabilidade futura.

H

Homogeneização

Tratamento dos preços observados, mediante a aplicação de transformações matemáticas que expressem, em termos relativos, as diferenças entre os atributos dos dados de mercado e os do bem avaliando.

I

IAS (International Accounting Standard)

Normas Internacionais de Contabilidade.

IASB (International Accounting Standards Board)

Junta Internacional de Normas Contábeis.

Idade aparente

Idade estimada de um bem em função de suas características e estado de conservação no momento da vistoria.

IFRS (International Financial Reporting Standard)

Normas Internacionais de Relatórios Financeiros, conjunto de pronunciamentos de contabilidade internacionais publicados e revisados pelo IASB.

Imóvel

Bem constituído de terreno e eventuais benfeitorias a ele incorporadas. Pode ser classificado como urbano ou rural, em função da sua localização, uso ou vocação.

Imóvel de referência

Dado de mercado com características comparáveis às do imóvel avaliando.

Impairment

Ver Perdas por desvalorização.

Inferência estatística

Parte da ciência estatística que permite extrair conclusões sobre a população a partir de amostra.

Infraestrutura básica

Equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, redes de esgoto sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de acesso.

Instalações

Conjunto de materiais, sistemas, redes, equipamentos e serviços para apoio operacional a uma máquina isolada, linha de produção ou unidade industrial, conforme grau de agregação.

IVSC

International Valuation Standards Council.

L

Liquidação forçada

Condição relativa à hipótese de uma venda compulsória ou em prazo menor que a média de absorção pelo mercado.

Liquidez

Capacidade de rápida conversão de determinado ativo em dinheiro ou em pagamento de determinada dívida.

Loteamento

Subdivisão de gleba em lotes destinados a edificações, com abertura de novas vias de circulação de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das já existentes.

Luvas

Quantia paga pelo futuro inquilino para assinatura ou transferência do contrato de locação, a título de remuneração do ponto comercial.

M

Metodologia de avaliação

Uma ou mais abordagens utilizadas na elaboração de cálculos avaliatórios para a indicação de valor de um ativo.

Modelo de regressão

Modelo utilizado para representar determinado fenômeno, com base em uma amostra, considerando-se as diversas características influenciadoras.

Múltiplo

Valor de mercado de uma empresa, ação ou capital investido, dividido por uma medida da empresa (EBITDA, receita, volume de clientes etc).

N

Normas Internacionais de Contabilidade

Normas e interpretações adotadas pela IASB. Elas englobam: Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS); Normas Internacionais de Contabilidade (IAS); e interpretações desenvolvidas pelo Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRIC) ou pelo antigo Comitê Permanente de Interpretações (SIC).

P

Padrão construtivo

Qualidade das benfeitorias em função das especificações dos projetos, de materiais, execução e mão de obra efetivamente utilizados na construção.

Parecer técnico

Relatório circunstanciado ou esclarecimento técnico, emitido por um profissional capacitado e legalmente habilitado, sobre assunto de sua especificidade.

Passivo

Obrigações presentes que resultam de acontecimentos passados, em que se espera que a liquidação desta resulte em fluxo de recursos da entidade que incorporam benefícios econômicos.

Patrimônio líquido a mercado

Abordagem de ativos.

Perdas por desvalorização (*impairment*)

Valor contábil do ativo que excede, no caso de estoques, seu preço de venda menos o custo para completá-lo e despesa de vendê-lo; ou, no caso de outros ativos, seu valor justo menos a despesa para a venda.

Perícia

Atividade técnica realizada por profissional com qualificação específica para averiguar e esclarecer fatos, verificar o estado de um bem, apurar as causas que motivaram determinado evento, avaliar bens, seus custos, frutos ou direitos.

Pesquisa de mercado

Conjunto de atividades de identificação, investigação, coleta, seleção, processamento, análise e interpretação de resultados sobre dados de mercado.

Planta de valores

Representação gráfica ou listagem dos valores genéricos de metro quadrado de terreno ou do imóvel em uma mesma data.

Ponto comercial

Bem intangível que agrega valor ao imóvel comercial, decorrente de sua localização e expectativa de exploração comercial.

População

Totalidade de dados de mercado do segmento que se pretende analisar.

Preço

Quantia pela qual se efetua uma transação envolvendo um bem, um fruto ou um direito sobre ele.

Prêmio de controle

Valor ou percentual de um valor pró-rata de lote de ações controladoras sobre o valor pró-rata de ações sem controle, que refletem o poder do controle.

Profundidade equivalente

Resultado numérico da divisão da área de um lote pela sua frente projetada principal.

Propriedade para investimento

Imóvel (terreno, construção ou parte de construção, ou ambos) mantido pelo proprietário ou arrendatário sob arrendamento, tanto para receber pagamento de aluguel quanto para valorização de capital, ou ambos, que não seja para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, como também para fins administrativos.

R

Rd (Custo da Dívida)

Medida do valor pago pelo capital provindo de terceiros, sob a forma de empréstimos, financiamentos, captações no mercado, entre outros.

Re (Custo de Capital Próprio)

Retorno requerido pelo acionista pelo capital investido.

Risco do negócio

Grau de incerteza de realização de retornos futuros esperados do negócio, resultantes de fatores que não alavancagem financeira.

S

Seguro

Transferência de risco garantida por contrato, pelo qual uma das partes se obriga, mediante cobrança de prêmio, a indenizar a outra pela ocorrência de sinistro coberto pela apólice.

Sinistro

Evento que causa perda financeira.

T

Taxa de desconto

Qualquer divisor usado para a conversão de um fluxo de benefícios econômicos futuros em valor presente.

Taxa interna de retorno

Taxa de desconto em que o valor presente do fluxo de caixa futuro é equivalente ao custo do investimento.

Testada

Medida da frente de um imóvel.

Tratamento de dados

Aplicação de operações que expressem, em termos relativos, as diferenças de atributos entre os dados de mercado e os do bem avaliando.

U

Unidade geradora de caixa

Menor grupo de ativos identificáveis gerador de entradas de caixa que são, em grande parte, independentes de entradas geradas por outros ativos ou grupos de ativos.

V

Valor atual

Valor de reposição por novo depreciado em função do estado físico em que se encontra o bem.

Valor contábil

Valor em que um ativo ou passivo é reconhecido no balanço patrimonial.

Valor da perpetuidade

Valor ao final do período projetivo a ser adicionado no fluxo de caixa.

Valor de dano elétrico

Estimativa do custo do reparo ou reposição de peças, quando ocorre um dano elétrico no bem. Os valores são tabelados em percentuais do Valor de Reposição e foram calculados através de estudos dos manuais dos equipamentos e da experiência em manutenção corretiva dos técnicos da Apsis.

Valor de investimento

Valor para um investidor em particular, baseado em interesses particulares no bem em análise. No caso de avaliação de negócios, este valor pode ser analisado por diferentes situações, tais como sinergia com demais empresas de um investidor, percepções de risco, desempenhos futuros e planejamentos tributários.

Valor de liquidação forçada

Valor de um bem colocado à venda no mercado fora do processo normal, ou seja, aquele que se apuraria caso o bem fosse colocado à venda separadamente, levando-se em consideração os custos envolvidos e o desconto necessário para uma venda em um prazo reduzido.

Valor de liquidação imediata

Igual ao Valor de Liquidação Forçada, mas com percentual de liquidação mais agressivo.

Valor depreciável

Custo do ativo, ou outra quantia substituta do custo (nas demonstrações contábeis), menos o seu valor residual.

Valor de reposição por novo

Valor baseado no que o bem custaria (geralmente em relação a preços correntes de mercado) para ser reposto ou substituído por outro novo, igual ou similar.

Valor de seguro

Valor pelo qual uma companhia de seguros assume os riscos e não se aplica ao terreno e às fundações, exceto em casos especiais.

Valor de sucata

Valor de mercado dos materiais reaproveitáveis de um bem, na condição de desativação, sem que estes sejam utilizados para fins produtivos.

Valor em risco

Valor representativo da parcela do bem que se deseja segurar e que pode corresponder ao valor máximo segurável.

Valor em uso

Valor de um bem em condições de operação no estado atual, como uma parte integrante útil de uma indústria, incluídas, quando pertinentes, as despesas de projeto, embalagem, impostos, fretes e montagem.

Valor (justo) de mercado

Valor pelo qual um ativo pode ser trocado de propriedade entre um potencial vendedor e um potencial comprador, quando ambas as partes têm conhecimento razoável dos fatos relevantes e nenhuma está sob pressão de fazê-lo.

Valor justo menos despesa para vender

Valor que pode ser obtido com a venda de ativo ou unidade geradora de caixa menos as despesas da venda, em uma transação entre partes conhecedoras, dispostas a tal e isentas de interesse.

Valor máximo de seguro

Valor máximo do bem pelo qual é recomendável que seja segurado. Este critério estabelece que o bem com depreciação maior que 50% deverá ter o Valor Máximo de Seguro igual a duas vezes o Valor Atual; e aquele com depreciação menor que 50% deverá ter o Valor Máximo de Seguro igual ao Valor de Reposição.

Valor presente

Estimativa do valor presente descontado de fluxos de caixa líquidos no curso normal dos negócios.

Valor recuperável

Valor justo mais alto de ativo (ou unidade geradora de caixa) menos as despesas de venda comparado com seu valor em uso.

Valor residual

Valor do bem novo ou usado projetado para uma data, limitada àquela em que o mesmo se torna sucata, considerando estar em operação durante o período.

Valor residual de ativo

Valor estimado que a entidade obteria no presente com a alienação do ativo, após deduzir as despesas estimadas desta, se o ativo já estivesse com a idade e condição esperadas no fim de sua vida útil.

Variáveis-chave

Variáveis que, *a priori* e tradicionalmente, são importantes para a formação do valor do imóvel.

Variáveis independentes

Variáveis que dão conteúdo lógico à formação do valor do imóvel, objeto da avaliação.

Variáveis qualitativas

Variáveis que não podem ser medidas ou contadas, apenas ordenadas ou hierarquizadas, de acordo com atributos inerentes ao bem (por exemplo, padrão construtivo, estado de conservação e qualidade do solo).

Variáveis quantitativas

Variáveis que podem ser medidas ou contadas (por exemplo, área privativa, número de quartos e vagas de garagem).

Variável dependente

Variável que se pretende explicar pelas independentes.

Variável dicotômica

Variável que assume apenas dois valores.

Vida remanescente

Vida útil que resta a um bem.

Vida útil econômica

Período no qual se espera que um ativo esteja disponível para uso, ou o número de unidades de produção ou similares que se espera obter do ativo pela entidade.

Vistoria

Constatação local de fatos, mediante observações criteriosas em um bem e nos elementos e nas condições que o constituem ou o influenciam.

Vocação do imóvel

Uso economicamente mais adequado de determinado imóvel em função das características próprias e do entorno, respeitadas as limitações legais.

W**WACC (Weighted Average Cost of Capital)**

Modelo no qual o custo de capital é determinado pela média ponderada do valor de mercado dos componentes da estrutura de capital (próprio e de terceiros).

WARA (Weighted Average Return on Assets)

Taxa média ponderada de retorno esperado para os ativos e passivos que compõem a companhia objeto de análise, incluindo o *goodwill*.



Rio de Janeiro

+55 21 2212-6850

apsis.rj@apsis.com.br

São Paulo

55 11 4550-2701

apsis.sp@apsis.com.br

Minas Gerais

+55 31 98299-6678

apsis.mg@apsis.com.br

apsis.com.br



**ANEXO V – ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO CONTENDO AS ALTERAÇÕES
PROPOSTAS**

(Este anexo inicia-se na próxima página.)

(Restante da página intencionalmente deixado em branco.)

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

CNPJ/MF nº 06.164.253/0001-87

NIRE 35.300.314.441

Companhia Aberta

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, PRAZO DE DURAÇÃO E OBJETO

ARTIGO 1º - A Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações, que se regerá pelas leis e usos do comércio, por este estatuto social ("Estatuto Social") e pelas disposições legais aplicáveis.

§1º - Com a admissão da Sociedade no segmento especial de listagem denominado Nível 2 de Governança Corporativa, da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sujeitam-se a Sociedade, seus acionistas, diretores, e membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA ("Regulamento"). A Sociedade, seus administradores e acionistas deverão igualmente observar o disposto no Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários, incluindo as regras referentes à retirada e exclusão de negociação de valores mobiliários admitidos nos mercados organizados administrados pela BM&FBOVESPA.

§2º - As disposições do Regulamento prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

ARTIGO 2º - A Sociedade tem por objeto o exercício do controle acionário da VRG Linhas Aéreas S.A. ou sua sucessora a qualquer título e, por intermédio de sociedades controladas ou coligadas, explorar também:

- a) serviços de transporte aéreo regular e não regular de passageiros, cargas ou malas postais, em âmbito nacional e internacional, na conformidade das concessões das autoridades competentes;
- b) atividades complementares de serviço de transporte aéreo por fretamento de passageiros, cargas e malas postais;
- c) a prestação de serviços de manutenção, reparo de aeronaves, próprias ou de terceiros, motores, partes e peças;
- d) a prestação de serviços de hangaragem de aviões;
- e) a prestação de serviço de atendimento de pátio e pista, abastecimento de comissaria de bordo e limpeza de aeronaves;
- f) o desenvolvimento de outras atividades conexas, correlatas ou complementares ao transporte aéreo e às demais atividades descritas acima; e
- g) a participação no capital de outras sociedades como sócia, quotista ou acionista.

Parágrafo único - A alienação do controle acionário da VRG Linhas Aéreas S.A. será considerada uma mudança no objeto social para fins do exercício do direito de retirada pelos acionistas da Sociedade.

ARTIGO 3º - A Sociedade tem sede e foro na Cidade e Estado de São Paulo, podendo, por deliberação do Conselho de Administração, alterar o endereço da sede, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

ARTIGO 4º - O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

CAPÍTULO II

CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

ARTIGO 5º - O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 4.202.543.932,30 (quatro bilhões duzentos e dois milhões quinhentos e quarenta e três mil novecentos e trinta e dois reais e trinta centavos), dividido em 3.202.276.835 (três bilhões duzentos e dois milhões duzentos e setenta e seis mil oitocentos e trinta e cinco) ações, sendo 2.863.682.500 (dois bilhões, oitocentos e sessenta e três milhões, seiscentas e oitenta e duas mil e quinhentas) ações ordinárias e 338.594.335 (trezentos e trinta e oito milhões quinhentos e noventa e quatro mil trezentos e trinta e cinco) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

§1º - As ações da Sociedade serão nominativas, facultada a adoção da forma escritural, hipótese em que serão mantidas em contas de depósito abertas em nome de seus titulares, em instituição financeira devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("**Lei das S.A.**").

§2º - A cada ação ordinária corresponde um voto nas Assembleias Gerais.

§3º - As ações preferenciais não terão direito a voto, exceto quanto às matérias especificadas no parágrafo 4.º abaixo, consistindo as preferências e vantagens em:

- a) prioridade em relação às ações ordinárias no reembolso do capital, em caso de liquidação da Sociedade, no valor por ação preferencial correspondente à divisão do valor do capital social da Sociedade pelo número total de ações de emissão da Sociedade, multiplicado por 35 (trinta e cinco);
- b) direito de serem incluídas na oferta pública em decorrência de alienação de controle, nas mesmas condições e ao preço pago por ação equivalente a 35 (trinta e cinco) vezes o preço por ação ordinária pago ao Acionista Controlador Alienante (conforme definido no Regulamento);
- c) direito ao recebimento de dividendos por ação iguais a 35 (trinta e cinco) vezes o valor dos dividendos por ação ordinária; e
- d) direito ao recebimento, em caso de liquidação da Sociedade, após o reembolso prioritário do capital e o reembolso do capital das ações ordinárias, de 35 (trinta e cinco) vezes o valor atribuído a cada ação ordinária no momento da repartição de quaisquer recursos remanescentes que couberem aos acionistas.

§4º - As ações preferenciais terão direito a voto em quaisquer deliberações da Assembleia Geral sobre ("**Matérias Especiais**"):

- a) transformação, incorporação, cisão e fusão da Sociedade;
- b) aprovação de contratos entre a Sociedade e o Acionista Controlador (conforme definido no

Regulamento), diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades, nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembleia Geral;

- c) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Sociedade;
- d) escolha de instituição ou empresa especializada para determinação do Valor Econômico da Sociedade, conforme definição e termos do item 10.1.1. do Regulamento;
- e) mudança do objeto social da Sociedade;
- f) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1. do Regulamento, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Participação no Nível 2 de Governança (conforme definido no Regulamento);
- g) alteração ou revogação dos Artigos 12 a 16, 18 §3º, 5º e 6º, 36 a 38 e 50; e
- h) qualquer alteração aos direitos de voto previstos neste parágrafo e qualquer alteração dos parágrafos 5º e 8º abaixo.

§5º - Caso o Acionista Controlador passe a deter ações de emissão da Sociedade que representem, em conjunto, Participação nos Dividendos igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento), a aprovação das Matérias Especiais previstas nos incisos (a) a (f) acima pela Assembleia Geral dependerá de aprovação prévia em Assembleia Especial, observados os quóruns de instalação e aprovação aplicáveis estabelecidos em disposições específicas deste Estatuto Social e do Regulamento. Independentemente da Participação nos Dividendos do Acionista Controlador, a aprovação das Matérias Especiais previstas nos incisos (g) e (h) acima pela Assembleia Geral sempre dependerá de aprovação prévia em Assembleia Especial, observados os quóruns de instalação e aprovação aplicáveis estabelecidos em disposições específicas deste Estatuto Social.

§6º - Na hipótese de retirada de acionistas, o montante a ser pago pela Sociedade a título de reembolso pelas ações detidas pelos acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados pela Lei das S.A., deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação aceito pela Lei das S.A., sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial apurado de acordo com o artigo 45 da Lei das S.A.

§7º - Observadas as restrições à transferência de ações indicadas no Capítulo IX deste Estatuto Social, os acionistas poderão, a qualquer tempo, converter ações da espécie ordinária em preferencial, à razão de 35 (trinta e cinco) ações ordinárias para 1 (uma) ação preferencial, desde que integralizadas e observado o limite legal. Os pedidos de conversão deverão ser encaminhados por escrito à Diretoria. Os pedidos de conversão, realizados nos termos deste Estatuto Social, recebidos pela Diretoria deverão ser homologados na primeira reunião do Conselho de Administração a se realizar.

§8º - Quaisquer direitos conferidos por lei aos acionistas em função de sua titularidade de determinado percentual do capital social poderão ser exercidos por acionistas que sejam titulares de ações representando igual percentual de Participação nos Dividendos nos termos deste Estatuto Social.

ARTIGO 6º - Observados os limites legais cabíveis, a Sociedade fica autorizada a aumentar o seu capital social em até R\$17.000.000.000,00 (dezessete bilhões de reais).

§1º - Dentro do limite autorizado neste artigo, poderá a Sociedade, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária, mediante a emissão de ações, bônus de subscrição ou mediante a emissão de debêntures

convertíveis em ações, sem guardar proporção entre as diferentes espécies de ações. O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

§2º - A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência, ou ser reduzido o prazo para seu exercício, na emissão de ações ou debêntures convertíveis em ações cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei.

§3º - A Sociedade poderá, dentro do limite de capital autorizado neste artigo e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Sociedade ou à sociedade sob seu controle.

ARTIGO 7º - É vedado à Sociedade emitir partes beneficiárias.

CAPÍTULO III ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 8º - A assembleia geral de acionistas ("Assembleia Geral") tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Sociedade e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sendo convocada, instalada e realizada para os fins e na forma prevista na Lei das S.A., tomando-se as deliberações com o quórum legalmente previsto. A Ata da Assembleia Geral registrará o número de votos lançados pelos acionistas detentores de direito de voto a favor e contra cada deliberação e indicará a Participação nos Dividendos total dos acionistas que votaram a favor e contra cada deliberação.

§1º - A Assembleia Geral deve ser convocada por meio de edital publicado com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência, em primeira convocação, e com 8 (oito) dias de antecedência, em segunda convocação.

§2º - Todos os documentos a serem analisados ou discutidos em Assembleia Geral serão disponibilizados aos acionistas na BM&FBOVESPA, bem como na sede social, a partir da data da publicação do primeiro edital de convocação referido no parágrafo anterior.

§3º - Qualquer acionista poderá ser representado nas Assembleias Gerais por procurador, na forma do Artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das S.A., devendo os respectivos instrumentos de mandato, devidamente regularizados na forma da lei, serem depositados na sede social, com 03 (três) dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral. O acionista ou seu representante deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade.

§4º - Sem prejuízo do disposto acima, o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos referidos no parágrafo acima, até o momento da abertura dos trabalhos em assembleia, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

ARTIGO 9º - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, em sua falta ou impedimento, por outro membro do Conselho de Administração ou ainda, na falta destes, por qualquer dos Diretores da Sociedade presentes.

Parágrafo único - O Presidente da Assembleia escolherá um ou mais secretários.

ARTIGO 10 - Os acionistas se reunirão em Assembleia Geral Ordinária dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, cabendo-lhes decidir sobre as matérias de sua competência, previstas na Lei das S.A.

ARTIGO 11 - Os acionistas se reunirão em Assembleia Geral Extraordinária sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas e nos casos previstos na Lei das S.A. e neste Estatuto Social.

CAPÍTULO IV ASSEMBLEIA ESPECIAL

ARTIGO 12 - Nos termos do parágrafo 5º do artigo 5º deste Estatuto Social, a aprovação de uma Matéria Especial em Assembleia Geral poderá depender de prévia aprovação por parte dos acionistas detentores de ações preferenciais, reunidos em assembleia especial ("Assembleia Especial").

ARTIGO 13 - A Assembleia Especial deve ser convocada por meio de edital publicado com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência, em primeira convocação, e com 8 (oito) dias de antecedência, em segunda convocação.

Parágrafo único - Todos os documentos a serem analisados ou discutidos em Assembleia Especial serão disponibilizados aos acionistas preferencialistas na BM&FBOVESPA, bem como na sede social, desde a data da publicação do primeiro edital de convocação referido no caput deste Artigo.

ARTIGO 14 – A Assembleia Especial será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, em sua falta ou impedimento, por outro membro do Conselho de Administração ou ainda, na falta destes, por qualquer dos Diretores da Sociedade presentes.

Parágrafo único - O Presidente da Assembleia Especial escolherá um ou mais secretários.

ARTIGO 15 - A Assembleia Especial será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das ações preferenciais e, em segunda convocação, com a presença de acionistas representando qualquer número de ações preferenciais, ressalvadas as hipóteses previstas no Regulamento. As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos acionistas presentes, se quórum de votação diverso não for exigido pela Lei das S.A. ou pelo Regulamento. A ata da Assembleia Especial registrará o número de votos lançados pelos acionistas detentores de direito a voto a favor e contra cada deliberação e indicará a Participação nos Dividendos total dos acionistas que votaram a favor e contra cada deliberação.

ARTIGO 16 - Qualquer acionista poderá ser representado nas Assembleias Especiais por procurador, na forma do Artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das S.A., devendo os respectivos instrumentos de mandato, devidamente regularizados na forma da lei, serem depositados na sede social, com 3 (três) dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Especial. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade.

Parágrafo único - Sem prejuízo do disposto acima, o acionista que comparecer à assembleia geral munido dos documentos referidos acima, até o momento da abertura dos trabalhos em assembleia, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

CAPÍTULO V ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

ARTIGO 17 - A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

Parágrafo único - A Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração dos Administradores (conforme definido no Regulamento), cabendo ao Conselho de Administração, em reunião, fixar a remuneração individual dos Conselheiros e Diretores.

SEÇÃO I

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 18 - O Conselho de Administração será composto por, no mínimo 5 (cinco) e no máximo 10 (dez) membros, residentes no País ou não, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição. A Assembleia Geral designará também o Presidente do Conselho, sendo vedada a acumulação do cargo de Presidente do Conselho de Administração com o cargo de Diretor Presidente ou principal executivo da Sociedade.

§1º - O membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada e experiência profissional necessária para o desempenho de suas funções, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, quem tiver ou representar interesse conflitante com a Sociedade. Sem prejuízo da deliberação soberana da Assembleia Geral, os membros do Conselho de Administração devem preferencialmente ter experiências e qualificações profissionais e negociais diversas, incluindo atributos como liderança na gestão sênior de companhias de grande escala, conhecimento e experiência no setor de aviação civil e de suas operações, conhecimento e experiência na gestão financeira, contábil e de riscos, conhecimento e experiência na gestão de investimentos, conhecimento e experiência na gestão comercial, e conhecimento e experiência na condução de um Conselho de Administração de Companhia aberta.

§ 2º - No mínimo 20% (vinte por cento) dos conselheiros deverão ser Conselheiros Independentes (conforme definido no Regulamento) e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado como independente o conselheiro eleito mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §4º e 5º da Lei das S.A. Caso, em decorrência da observância do referido percentual, resulte número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

§3º - Sem prejuízo do disposto acima, deverão ser observadas as seguintes regras adicionais na composição do Conselho de Administração, sendo certo que, em decorrência da observância dos percentuais estabelecidos nas alíneas “a” a “c” deste parágrafo, resulte número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

- a) Caso o Acionista Controlador, a qualquer tempo, passe a deter número de ações que represente uma Participação nos Dividendos igual ou inferior a 35% (trinta e cinco por cento), mas superior a 15 (quinze por cento), pelo menos 40% (quarenta por cento) dos conselheiros deverão ser Conselheiros Independentes, sendo que os detentores de ações preferenciais terão direito de eleger, em votação em separado, 1 (um) dos Conselheiros Independentes.
- b) Caso o Acionista Controlador, a qualquer tempo, passe a deter número de ações que represente uma Participação nos Dividendos igual ou inferior a 15% (quinze por cento), mas superior a 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento), pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos conselheiros deverão ser Conselheiros Independentes, sendo que os detentores de ações preferenciais terão direito de eleger, em votação em separado, 02 (dois) dos Conselheiros Independentes.
- c) Caso o Acionista Controlador, a qualquer tempo, passe a deter número de ações que represente uma Participação nos Dividendos igual ou inferior a 7,5% (sete inteiros e cinco

décimos por cento), pelo menos 60% (sessenta por cento) dos conselheiros deverão ser Conselheiros Independentes, sendo que os detentores de ações preferenciais terão direito de eleger, em votação em separado, 02 (dois) Conselheiros Independentes.

§4º - Caso os detentores de ações preferenciais elejam um membro do Conselho de Administração nos termos do artigo 141, §4º da Lei das S.A., o direito previsto no Parágrafo 3º, alínea “a” não será aplicável e, nas hipóteses previstas no Parágrafo 3º, alíneas “b” e “c”, os detentores de ações preferenciais terão o direito de eleger, em votação em separado, apenas 1 (um) dos Conselheiros Independentes.

§5º - Adicionalmente ao disposto no Parágrafo 3º acima, caso o Acionista Controlador, a qualquer tempo, passe a deter uma Participação nos Dividendos igual ou inferior a 35% (trinta e cinco por cento), deverá ser instalado o Comitê de Governança Estatutário, cujo funcionamento e funções observarão o disposto neste Estatuto Social.

§6º - Adicionalmente ao disposto no Parágrafo 3º acima, caso o Acionista Controlador, a qualquer tempo, passe a deter uma Participação nos Dividendos igual ou inferior a 15% (quinze por cento), os Conselheiros Independentes somente poderão ser destituídos no curso do respectivo mandato mediante prévia aprovação da Assembleia Especial.

§7º - Os membros do Conselho de Administração tomarão posse mediante a assinatura do termo respectivo, lavrado em livro próprio, sendo a posse condicionada à assinatura do Termo de Anuência dos Administradores (conforme definido no Regulamento). Os Conselheiros deverão, imediatamente após a investidura no cargo, comunicar à BM&FBOVESPA a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Sociedade de que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

§8º - Os membros do Conselho de Administração não reeleitos exercerão suas atribuições até a posse dos seus substitutos.

§9º - Exceto se ocorrer vacância no Conselho de Administração que resulte em composição inferior a 5 (cinco) membros do órgão, as vagas dos membros do Conselho de Administração, não havendo suplente, deverão ser preenchidas na primeira Assembleia Geral que se realizar após tal vacância, nos termos deste Artigo 18. Caso ocorra vacância no Conselho de Administração que resulte em composição inferior a 5 (cinco) membros do órgão, os conselheiros em exercício nomearão substituto(s) para que o órgão seja recomposto a 5 (cinco) membros, que deverão permanecer no cargo até o final do mandato corrente.

ARTIGO 19 - O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado pelo Presidente ou por 03 (três) de seus membros. Os Conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de conferência telefônica ou vídeo conferência.

§1º - A convocação será feita com antecedência mínima de 7 (sete) dias, por carta protocolada, ou outros meios escritos, com breve descrição da ordem do dia, considerado regularmente convocado o membro presente à reunião.

§2º - Das reuniões serão lavradas atas.

§3º - As reuniões serão instaladas estando presentes pelo menos a maioria dos membros do Conselho, nas 2 (duas) primeiras convocações, e com a presença de qualquer número de membros na terceira convocação, e as deliberações serão tomadas por maioria de votos dentre os membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

§4º - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que compareçam todos os membros.

§5º - Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal podem comparecer às reuniões do Conselho de Administração, com direito a voz, mas não a voto.

ARTIGO 20 - Compete ao Conselho de Administração deliberar sobre as matérias descritas no artigo 142 da Lei das S.A. e no presente Estatuto Social (e, quando for o caso, manifestar-se favoravelmente às deliberações privativas da Assembleia Geral), pelo voto favorável da maioria dos presentes.

ARTIGO 21 - Compete ao Conselho de Administração:

- a) Determinar a orientação geral dos negócios da Sociedade;
- b) Eleger e destituir os Diretores da Sociedade;
- c) Avocar e decidir sobre qualquer assunto que não se compreenda na competência privativa da Assembleia Geral ou da Diretoria;
- d) Deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral e da Assembleia Especial, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei das S.A.;
- e) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Sociedade e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
- f) Escolher e destituir os auditores independentes;
- g) Convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários;
- h) Apreciar o relatório da administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;
- i) Aprovar os orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento, bem como acompanhar sua execução;
- j) Aprovar a constituição de subsidiária e a participação da Sociedade no capital de outras sociedades, no País ou no exterior;
- k) Aprovar ou estabelecer alçada da Diretoria para aprovar, a alienação mesmo fiduciariamente, ou oneração de bens sociais do ativo permanente, inclusive hipotecar, empenhar, caucionar, dar em anticrese, dar aval ou fiança, confessar, renunciar a direito, dispensar obrigações de terceiros para com a Sociedade, transigir, estabelecer ainda, quando julgar conveniente, quais dentre os membros da Diretoria deverão praticar o ato autorizado, podendo, nos casos que definir, exigir a prévia autorização do Conselho de Administração como condição de validade do ato;
- l) Autorizar a Sociedade a prestar garantias a obrigações de terceiros;
- m) Zelar pelo cumprimento das políticas de transações da Sociedade com suas partes relacionadas;
- n) Aprovar a abertura, transferência ou encerramento de escritórios, filiais, dependências ou outros estabelecimentos da Sociedade, bem como a alteração da sede da Sociedade;
- o) Deliberar sobre a aquisição pela Sociedade de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;
- p) Outorgar opção de compra de ações a seus administradores e empregados nos termos de plano aprovado pela Assembleia Geral, sem direito de preferência para os acionistas;

- q) Deliberar sobre a emissão de debêntures simples, conversíveis em ações ou não conversíveis, com ou sem garantia real;
- r) Autorizar a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam "bonds", "notes", "commercial papers", e outros, de uso comum no mercado, deliberando ainda sobre as suas condições de emissão e resgate;
- s) A seu critério, fixar periodicamente parâmetros de valor envolvido, tempo/prazo, extensão de efeitos e outros que julgar convenientes, pelos quais determinados atos societários e/ou financeiros, inclusive empréstimos ativos ou passivos, possam ser praticados pela Diretoria;
- t) Autorizar a tomada de empréstimos, bem como a concessão de empréstimos ou outros créditos, pela Sociedade;
- u) Dispor, observadas as normas deste Estatuto Social e da legislação vigente, sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento;
- v) Autorizar qualquer aumento do capital social da Sociedade mediante emissão de ações até o limite do capital autorizado, nos termos do artigo 6º deste Estatuto Social;
- w) Manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Sociedade, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Sociedade; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Sociedade; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; e
- x) Definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Sociedade, nos casos de oferta pública de aquisição de ações para cancelamento de registro de Sociedade aberta ou para saída do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA.

§1º - A Sociedade e os Administradores deverão, pelo menos uma vez ao ano, realizar reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à sua respectiva situação econômico-financeira, projetos e perspectivas.

§2º - Compete ainda ao Conselho de Administração a instituição de Comitês e o estabelecimento dos respectivos regimentos e competências, sendo de funcionamento permanente os Comitês de Auditoria e de Gestão de Pessoas e, sendo previsto, ainda, um Comitê de Governança Estatutário, instalado nos termos do Artigo 27.

SEÇÃO II DIRETORIA

ARTIGO 22 - A Diretoria será composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 7 (sete) Diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Vice Presidente Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores e 4 (quatro) Diretores Vice Presidentes, todos residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, com mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

§1º - As atribuições dos Diretores serão especificadas pelo Conselho de Administração que também estabelecerá a remuneração fixa de cada membro da Diretoria e distribuirá, quando for o caso, a participação nos lucros fixada pela Assembleia Geral.

§2º - Compete fundamentalmente aos Diretores zelar pela observância da Lei e deste Estatuto Social.

§3º - Ao Diretor Presidente cabe, especialmente, coordenar o andamento das atividades regulares da Sociedade, incluindo as seguintes atividades:

- a) fazer cumprir o Estatuto Social e as diretrizes e as deliberações tomadas em Assembleias Gerais, nas reuniões do Conselho de Administração e nas suas próprias reuniões;
- b) administrar, gerir e superintender os negócios sociais, e emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários, para se fazer cumprir a orientação geral do Conselho de Administração acerca dos negócios da Sociedade, nos termos do Artigo 21, "a", do presente Estatuto Social;
- c) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Sociedade e o andamento de suas operações;
- d) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;
- e) elaborar e propor, ao Conselho de Administração, os orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento; e
- f) exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração;

§4º - O Diretor-Presidente será o representante da Sociedade frente aos diversos públicos e, nas responsabilidades de relacionamento e políticas institucionais, tendo para tanto, o apoio do Presidente do Conselho de Administração.

§5º - Ocorrendo vacância de cargo de Diretor, ou impedimento do titular, caberá ao Conselho de Administração eleger o novo Diretor ou designar o substituto, fixando, em qualquer dos casos, o prazo da gestão e os respectivos vencimentos.

§6º - A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, e a sua convocação cabe ao Diretor Presidente, que também presidirá a reunião.

§7º - A reunião instalar-se-á com a presença de Diretores que representem a maioria dos membros da Diretoria.

§8º - As atas das reuniões e as deliberações da Diretoria serão registradas em livro próprio.

§9º - Os membros da Diretoria tomarão posse mediante a assinatura do termo respectivo, lavrado em livro próprio, sendo a posse condicionada à assinatura do Termo de Anuência dos

Administradores (conforme definido no Regulamento). Os Diretores deverão, imediatamente após a investidura no cargo, comunicar à BM&FBOVESPA a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Sociedade de que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

ARTIGO 23 - A Diretoria terá todos os poderes e atribuições que a Lei, o Estatuto Social e o Conselho de Administração da Sociedade lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Sociedade, podendo decidir sobre a prática de todos os atos e realizações de todas as operações que se relacionarem com o objeto da Sociedade e que não forem da competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, ou ainda que deste último não exigirem prévia manifestação.

§1º - Observado o disposto acima, compete à Diretoria:

- a) a representação da Sociedade, na forma estatutária, em juízo ou fora dele, observadas as atribuições de Lei, além da nomeação de procuradores ad negotia ou ad judicia;
- b) a elaboração e execução dos planos e da política de investimentos e desenvolvimento, bem como os respectivos orçamentos, observada a competência deliberativa do Conselho de Administração; e
- c) o controle e a análise do comportamento das sociedades controladas, coligadas e subsidiárias com vistas aos resultados esperados.

§2º - A Diretoria poderá designar um dos seus membros para representar a Sociedade em atos e operações no país ou no exterior, ou constituir um procurador apenas para a prática de ato específico.

ARTIGO 24 - Além das atribuições do Artigo 22, parágrafo 3.º supra, são poderes privativos do Diretor Presidente da Sociedade convocar e presidir as reuniões da Diretoria e fiscalizar o cumprimento das deliberações gerais.

ARTIGO 25 - Todos os atos que criarem responsabilidade para com a Sociedade, ou dispensarem obrigações de terceiros para com ela, incluindo a representação da Sociedade em juízo, ativa e passivamente, só serão válidos se aprovados de acordo com o Estatuto Social e se tiverem:

- a) a assinatura do Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor; ou
- b) a assinatura conjunta de dois Diretores; ou
- c) a assinatura de um Diretor em conjunto com um procurador; ou
- d) a assinatura conjunta de dois procuradores da Sociedade.

§1º - Os mandatos serão sempre assinados por dois membros da Diretoria e serão outorgados para fins específicos e por prazo determinado, salvo os que contemplarem os poderes da cláusula ad judicia.

§2º - A Sociedade será representada isoladamente por qualquer dos membros da Diretoria, sem as formalidades previstas neste artigo, nos casos de prestação de depoimento pessoal, e na qualidade de prepostos em audiências.

SEÇÃO III COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 26 – O Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração e de funcionamento permanente, terá as atribuições estabelecidas pela Instrução

da CVM nº 308, de 14 de maio de 1999, conforme alterada, neste Estatuto Social e no seu regimento interno.

§1º - O Comitê de Auditoria possuirá autonomia operacional e dotação orçamentária, anual ou por projeto.

§2º - O Comitê de Auditoria deverá possuir meios para receber denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à Sociedade, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades.

§3º - No desenvolvimento de suas atividades, o Comitê de Auditoria poderá contratar e utilizar especialistas externos e independentes.

§4º - O Comitê de Auditoria será composto por no mínimo 3 (três) membros, todos eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 10 (dez) anos e observado o disposto na Instrução CVM nº 308 acima referida, sendo que, na hipótese de impedimento definitivo ou vacância do cargo de membro do Comitê de Auditoria, competirá ao Conselho de Administração eleger substituto que deverá completar o mandato do membro substituído.

§5º - Ao menos 1 (um) dos membros do Comitê de Auditoria deve possuir reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

§6º - Compete ao Comitê de Auditoria, além das funções, atribuições e poderes a ele conferidos pelo Conselho de Administração e em seu regimento interno, e observada a regulamentação em vigor:

- a) supervisionar o relacionamento da Sociedade com seus auditores externos, incluindo (i) opinar sobre a sua contratação e destituição e acerca de sua remuneração; (ii) recomendar a contratação de outros serviços à empresa de auditoria externa; (iii) avaliar a sua independência, qualidade e adequação dos serviços prestados; e (iv) mediar eventuais conflitos e controvérsias entre a Administração da Sociedade e os auditores externos;
- b) supervisionar as atividades (i) da área de controles internos da Sociedade; (ii) da área de auditoria interna da Sociedade; e (iii) da área responsável pela elaboração das demonstrações financeiras da Sociedade;
- c) monitorar a qualidade e integridade (i) dos mecanismos de controles internos; (ii) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Sociedade; e (iii) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras;
- d) avaliar e monitorar as exposições de risco da Sociedade, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com (i) a remuneração da administração; (ii) a utilização de ativos da Sociedade; e (iii) as despesas incorridas em nome da Sociedade;
- e) avaliar e monitorar, juntamente com a Administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Sociedade;
- f) tomar as iniciativas e medidas necessárias ao conhecimento e apuração de reclamações relativas a matérias referentes às demonstrações financeiras, controles internos e auditoria externa; e
- g) elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (i) suas atividades, resultados e conclusões alcançados e recomendações feitas; e (ii) quaisquer situações nas quais exista divergência

significativa entre a administração da Sociedade, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras da Sociedade.

§7º - Sem prejuízo do disposto acima, o Comitê de Auditoria exercerá também as funções de comitê de auditoria (Audit Committee) para os fins da legislação norte-americana, especialmente o "Sarbanes-Oxley Act".

§8º - Os membros do Comitê de Auditoria escolherão um de seus pares para ocupar o cargo de coordenador, que deverá ser membro independente do Conselho de Administração e terá a prerrogativa de convocar reuniões extraordinárias e determinar a pauta das discussões a serem realizadas, observado que o Comitê de Auditoria reunir-se-á no mínimo em periodicidade que permita que as informações contábeis da Sociedade sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação. Todas as deliberações tomadas em reuniões do Comitê de Auditoria constarão de atas assinadas pelos membros presentes.

§9º - O regimento interno do Comitê de Auditoria conterá regras e procedimentos complementares ao previsto neste Estatuto Social para a realização das reuniões do órgão.

§10 - O Comitê de Auditoria, ou seu coordenador, deverá reunir-se com o Conselho de Administração ao menos trimestralmente e comparecer à Assembleia Geral ordinária da Sociedade.

SEÇÃO IV

COMITÊ DE GOVERNANÇA ESTATUTÁRIO

ARTIGO 27 – O Comitê de Governança Estatutário será instalado na hipótese do Acionista Controlador deter número de ações que represente uma Participação nos Dividendos inferior a 35% (trinta e cinco por cento).

§1º - O Comitê de Governança Estatutário, quando instalado, será composto por no mínimo 3 (três) membros, sendo a maioria dos membros Conselheiros Independentes.

§2º - O Comitê de Governança Estatutário será coordenado por um Conselheiro Independente, que terá a prerrogativa de convocar reuniões extraordinárias e determinar a pauta das discussões a serem realizadas.

ARTIGO 28 – Compete ao Comitê de Governança Estatutário:

- a) pronunciar-se sobre a indicação dos Conselheiros Independentes feita pelo Acionista Controlador, podendo se manifestar reservada e antecipadamente à Assembleia Geral caso seja instado pelo Acionista Controlador;
- b) emitir recomendações sobre a composição do Conselho de Administração tendo em vista as experiências e qualificações profissionais que devem preferencialmente estar representadas no Conselho de Administração, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 18, deste Estatuto Social;
- c) recomendar ao Conselho de Administração um conjunto de diretrizes de governança corporativa aplicáveis à Sociedade, supervisionando sua implementação;
- d) analisar e aprovar anualmente o Código de Conduta da Sociedade; e
- e) analisar e se manifestar sobre situações de potenciais conflitos de interesses entre conselheiros e a Sociedade.

Parágrafo único - Caso o Comitê de Governança Estatutário verifique que a(s) indicação(ões) de Conselheiros Independentes realizada(s) pelo Acionista Controlador não preenche(m) os requisitos necessários para qualificá-los como Conselheiros Independentes (conforme definido no

Regulamento), o Comitê de Governança Estatutário deverá comunicar tal fato ao Conselho de Administração para que este notifique o Acionista Controlador acerca de tal fato, solicitando a indicação de novo(s) candidato(s).

CAPÍTULO VI CONSELHO FISCAL

ARTIGO 29 - A Sociedade terá um Conselho Fiscal, composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros e suplentes em igual número, não tendo caráter permanente, e só será eleito e instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas, nos casos previstos na Lei das S.A.

Parágrafo único - Os membros do Conselho Fiscal tomarão posse mediante a assinatura do termo respectivo, lavrado em livro próprio, sendo a posse condicionada à assinatura do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal (conforme definido no Regulamento). Os Conselheiros Fiscais deverão, imediatamente após a investidura no cargo, comunicar à BM&FBOVESPA a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Sociedade de que sejam titulares direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

ARTIGO 30 - O Conselho Fiscal reunir-se-á sempre que convocado por qualquer um de seus membros, em periodicidade de, no mínimo, uma vez por trimestre. O funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação, podendo os seus membros serem reeleitos.

ARTIGO 31 - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os elege.

CAPÍTULO VII EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO E RESULTADOS

ARTIGO 32 - O exercício social terá a duração de um ano, e terminará no último dia do mês de dezembro de cada ano.

ARTIGO 33 - Ao fim de cada exercício social serão elaborados, com base na escrituração mercantil da Sociedade, as seguintes demonstrações financeiras previstas em lei:

- a) balanço patrimonial;
- b) demonstrações das mutações do patrimônio líquido;
- c) demonstração do resultado do exercício; e
- d) demonstração das origens e aplicações de recursos.

§1º - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto Social e na Lei das S.A.

§2º - O Conselho de Administração poderá determinar o levantamento de balancetes a qualquer tempo, respeitados os preceitos legais, e aprovar a distribuição de dividendos intercalares com base nos lucros apurados.

§3º - A qualquer tempo, o Conselho de Administração também poderá deliberar a distribuição de dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes.

§4º - O valor pago ou creditado a título de juros sobre o capital próprio nos termos do artigo 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249/95 e legislação e regulamentação pertinentes, poderá ser imputado ao

dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Sociedade para todos os efeitos legais.

§5º - Dividendos intermediários e intercalares deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório.

ARTIGO 34 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.

§1º - Sobre o lucro remanescente apurado na forma do caput deste artigo, será calculada a participação estatutária dos Administradores, até o limite máximo legal.

§2º - Do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o parágrafo anterior, destinar-se-á:

- a) 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social integralizado;
- b) do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o parágrafo anterior e ajustado na forma do artigo 202 da Lei das S.A., destinar-se-ão 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendo obrigatório a todos os seus acionistas;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembleia Geral aprovar, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, nos termos do artigo 197 da Lei das S.A.; e
- d) o saldo remanescente terá a destinação que lhe for atribuída pelo Conselho de Administração, no pressuposto da aprovação pela Assembleia Geral e caso esta não delibere diversamente, nos termos do artigo 196 da Lei das S.A.

CAPÍTULO VIII LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 35 - A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral, e se extinguirá pelo encerramento da liquidação.

Parágrafo único - O Conselho de Administração nomeará o liquidante, as formas e diretrizes a seguir e fixará os seus honorários.

CAPÍTULO IX REGRAS PARA A TRANSFERÊNCIA DAS AÇÕES

ARTIGO 36 – O Acionista Controlador, conforme determinado em 23 de março de 2015, deverá observar as seguintes restrições para a alienação das 31.463.850 (trinta e um milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, oitocentos e cinquenta) ações preferenciais que detinha em 23 de março de 2015:

- a) até 23 de março de 2016, o Acionista Controlador e seus cessionários permitidos, nos termos dos Parágrafos 1º e 2º deste Artigo 36, deverão deter ininterruptamente pelo menos 31.463.850 (trinta e um milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, oitocentos e cinquenta) ações preferenciais; e
- b) após o prazo estabelecido no item (a) acima, por um período adicional de 1 (um) ano, o Acionista Controlador e seus cessionários permitidos, nos termos dos Parágrafos 1º e 2º deste Artigo 36, deverão deter ininterruptamente pelo menos 15.731.925 (quinze milhões, setecentos e trinta e um mil, novecentos e vinte e cinco) ações preferenciais, podendo

alienar 15.731.925 (quinze milhões, setecentos e trinta e um mil, novecentos e vinte e cinco) sem incorrer nas restrições do Artigo 37 abaixo.

§1º - Até 23 de março de 2017, o Acionista Controlador, conforme determinado em 23 de março de 2015, somente poderá transferir ações preferenciais abrangidas por este Artigo 36 em operações privadas, fora do ambiente de bolsa ou mercado de balcão organizado, para adquirentes que concordem em cumprir com as restrições previstas neste Artigo 36. Para fins deste parágrafo, a alienação de ações preferenciais pelo Acionista Controlador em oferta pública distribuída com esforços restritos, nos termos da Instrução da CVM nº476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, ou por meio de leilão para venda em lote único, serão consideradas operações privadas, desde que sejam condicionadas ao compromisso do adquirente em assumir as obrigações aqui estabelecidas.

§2º - Qualquer alienação privada subsequente das ações preferenciais alienadas inicialmente pelo Acionista Controlador, conforme determinado em 23 de março de 2015, nos termos do Parágrafo 1º acima dentro dos períodos de restrição previstos neste Artigo 36 somente poderá ser realizada se o novo adquirente de tais ações preferenciais concordar em cumprir as restrições previstas neste Artigo 36.

§3º - As restrições para transferência de ações preferenciais previstas neste Artigo 36 não se aplicam às ações preferenciais que resultem da conversão de ações ordinárias ou que venham a ser adquiridas pelo Acionista Controlador após 23 de março de 2015.

ARTIGO 37 - A transferência de ações ordinárias de propriedade do Acionista Controlador, ou de ações preferenciais resultantes da conversão de ações ordinárias, estará sujeita às restrições deste Artigo 37.

§1º - A transferência, em uma ou mais operações privadas, fora do ambiente de bolsa ou mercado de balcão organizado, de ações ordinárias de propriedade do Acionista Controlador, ou de ações preferenciais resultantes da conversão de ações ordinárias, somente poderá ser realizada, independentemente do percentual de ações ordinárias ou preferenciais objeto de tal operação, se o adquirente de tais ações ordinárias ou preferenciais concordar em não alienar em bolsa ou mercado de balcão organizado as ações adquiridas pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data da operação. Nestas hipóteses, o Acionista Controlador não poderá realizar uma nova transferência, em uma ou mais operações privadas, fora do ambiente de bolsa ou mercado de balcão organizado, de ações ordinárias ou de ações preferenciais resultantes da conversão de ações ordinárias pelo prazo de 6 (seis) meses a contar da data da operação.

§2º - Qualquer alienação privada subsequente das ações alienadas inicialmente pelo Acionista Controlador nos termos do Parágrafo 1º acima dentro do referido período de 12 (doze) meses somente poderá ser realizada se o novo adquirente de tais ações concordar em não alienar tais ações em bolsa ou mercado de balcão organizado até o término do período de 12 (doze) meses contados da data em que tais ações foram alienadas pelo Acionista Controlador.

§3º - Exceto se observado um processo de venda organizado, conforme previsto no Parágrafo 4º abaixo, o Acionista Controlador não poderá alienar, em cada operação realizada em ambiente de bolsa ou mercado de balcão organizado, uma quantidade de ações preferenciais que representem Participação nos Dividendos superior a 3% (três por cento). A realização de cada operação de venda em ambiente de bolsa ou mercado de balcão organizado automaticamente impedirá o Acionista Controlador de realizar uma nova alienação de ações preferenciais, em ambiente de bolsa ou mercado de balcão organizado, pelo prazo de 6 (seis) meses a contar da data em que se realizar referida venda em bolsa ou mercado de balcão organizado, sem prejuízo do disposto no Parágrafo 4º abaixo.

§4º - A alienação de ações preferenciais que representem Participação nos Dividendos superior a 3% (três por cento) somente poderá ser realizada por meio de oferta pública registrada perante a CVM, ficando o Acionista Controlador sujeito apenas às restrições sobre transferências que forem acordadas no âmbito da oferta pública.

ARTIGO 38 – As restrições para transferência previstas neste Capítulo IX cessarão automática e definitivamente a partir do momento em que (a) seja realizada uma oferta pública de aquisição de ações em função da alienação do controle da Sociedade, conforme prevista no Artigo 40; ou (b) o Acionista Controlador passe a deter ações de emissão da Sociedade que representem Participação nos Dividendos igual ou inferior a 15% (quinze por cento).

Parágrafo único – Caso o Acionista Controlador detenha Participação nos Dividendos superior a 15% (quinze por cento) e seja constituído por um grupo de acionistas, vinculado por um acordo de acionistas ou qualquer outra forma, as restrições estabelecidas neste Capítulo IX não se aplicarão aos acionistas integrantes de tal grupo que detenham menos de 15% (quinze por cento) de Participação nos Dividendos. Para os fins de apuração da Participação nos Dividendos prevista neste Artigo 38 deverão ser agregadas todas as ações de emissão da Sociedade que sejam de propriedade de acionistas que estejam sob Controle comum.

ARTIGO 39 – Caso o Acionista Controlador venha a adquirir ações preferenciais após 23 de março de 2015, tal Acionista Controlador poderá alienar ações preferenciais em número igual às ações preferenciais adquiridas após tal data, sem que sejam aplicadas quaisquer das restrições dispostas nos Artigos 37 e 38 ou à alienação de tais ações preferenciais.

CAPÍTULO X

DA ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO, DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE SOCIEDADE ABERTA, DA DESCONTINUIDADE DE PRÁTICAS DIFERENCIADAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E DA AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO RELEVANTE

ARTIGO 40 – Sem prejuízo do disposto no Capítulo IX deste Estatuto Social, a alienação do controle da Sociedade, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Adquirente do controle (conforme definido no Regulamento) se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Sociedade, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante (conforme definido no Regulamento).

Parágrafo único - O preço da oferta pública a que se refere o caput deste artigo (a) será o preço pago por ação do bloco de controle, para os titulares de ações ordinárias de emissão da Sociedade, e (b) será igual a 35 (trinta e cinco) vezes o preço pago por ação do bloco de controle para os titulares de ações preferenciais de emissão da Sociedade.

ARTIGO 41 - A oferta pública referida no artigo anterior ainda será exigida:

- a) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação do Controle da Sociedade (conforme definido no Regulamento); e
- b) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Sociedade (conforme definido no Regulamento), sendo que, neste caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA, o valor atribuído à sociedade nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

ARTIGO 42 - Sem prejuízo do disposto no Capítulo IX deste Estatuto Social, aquele que venha a adquirir o Poder de Controle da Sociedade, em razão de contrato particular de compra de ações

celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

- a) efetivar a oferta pública referida no Artigo 40 deste Estatuto Social; e
- b) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento, sendo que o valor a ser pago por ação preferencial, nos termos deste item (b) corresponderá a 35 (trinta e cinco) vezes o preço pago por ação ordinária. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Sociedade nos pregões em que o Adquirente (conforme definido no Regulamento) realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

ARTIGO 43 - A Sociedade não registrará qualquer transferência de ações para o Adquirente do Poder de Controle, ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores (conforme definido no Regulamento).

ARTIGO 44 - A Sociedade não registrará acordo de acionistas que disponha sobre o exercício de Poder de Controle enquanto seus signatários não subscreverem o Termo de Anuência dos Controladores.

ARTIGO 45 - Fica estabelecida a obrigatoriedade do Acionista Controlador ou da Sociedade de efetivar oferta pública de aquisição de ações para cancelamento do registro de Sociedade aberta. O preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado no laudo de avaliação de que trata o item 10.1 do Regulamento, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis e observados os direitos econômicos distintos de cada espécie de ação.

ARTIGO 46 - Fica estabelecida a obrigatoriedade:

- a) do Acionista Controlador efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Sociedade, no caso de saída da Sociedade do Nível 2 para que as ações da Sociedade passem a ter registro para negociação fora do Nível 2; e
- b) do Acionista Controlador efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Sociedade, na hipótese de reorganização societária da qual a Sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 de Governança Corporativa no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação.

§1º - Em ambos os casos, o preço a ser ofertado deverá corresponder, no mínimo, ao Valor Econômico, a ser apurado na forma prevista na Seção X do Regulamento, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

§2º - O Acionista Controlador estará dispensado de proceder à oferta pública de aquisição de ações referida caput deste artigo se a Sociedade sair do Nível 2 de Governança Corporativa em razão da celebração do contrato de participação da Sociedade no segmento especial da BM&FBOVESPA denominado Novo Mercado ("Novo Mercado") ou se a Sociedade resultante de reorganização societária obtiver autorização para negociação de valores mobiliários no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação.

ARTIGO 47 - O laudo de avaliação de que trata o artigo 45 deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente do poder de decisão da Sociedade, seus Administradores e/ou Acionista(s) Controlador(es), devendo o laudo também

satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei das S.A. e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo da referida Lei.

§1º - A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Sociedade é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, e cabendo a cada ação, independentemente de espécie ou classe, o direito a um voto, ser tomada por maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação (conforme definido no Regulamento) presentes naquela assembleia, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

§2º - Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

ARTIGO 48 - Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Sociedade do Nível 2 de Governança Corporativa para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Nível 2 de Governança Corporativa, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 de Governança Corporativa ou no Novo Mercado, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no artigo 46 acima.

§1º - A assembleia geral que aprovou a referida operação deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

§2º - Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de reorganização societária, conforme os termos do Parágrafo 1.º acima, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

ARTIGO 49 - A saída da Sociedade do Nível 2 de Governança Corporativa em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o artigo 47 acima, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

§1º - O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput deste artigo.

§2º - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Nível 2 de Governança Corporativa referida no caput decorrer de deliberação da assembleia geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput.

§3º - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Nível 2 de Governança Corporativa referida no caput ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os Administradores da Sociedade deverão convocar assembleia geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento ou, se for o caso, deliberar pela saída da Sociedade do Nível 2 de Governança Corporativa.

§4º - Caso a assembleia geral mencionada no Parágrafo 2.º acima delibere pela saída da Sociedade do Nível 2 de Governança Corporativa, a referida assembleia geral deverá definir o(s)

responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no caput, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

ARTIGO 50 – Sem prejuízo do disposto nos artigos 40 a 49 deste Estatuto, qualquer pessoa ou grupo de pessoas (“Comprador Relevante”), que venha a adquirir ou se torne titular, por qualquer motivo, de ações de emissão da Sociedade que representem Participação nos Dividendos igual ou superior a 30% (trinta por cento), seja ou não acionista da Sociedade anteriormente à operação específica que resultar na titularidade de tais ações, deverá efetivar uma oferta pública de aquisição de ações específica para a hipótese prevista neste Artigo 50 (“OPA de 30%”), para aquisição da totalidade das ações de emissão da Sociedade, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da BM&FBOVESPA e os termos deste Artigo. O Comprador Relevante deverá solicitar o registro, caso exigido, ou lançar a referida OPA de 30% no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações ou direitos representando Participação nos Dividendos igual ou superior a 30% (trinta por cento).

§1º - A OPA de 30% deverá ser (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Sociedade, (ii) efetivada em leilão a ser realizado na BM&FBOVESPA, (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no Parágrafo 2º deste Artigo, e (iv) paga à vista, em moeda corrente nacional.

§2º - O preço de aquisição na OPA de 30% de cada ação de emissão da Sociedade será determinado com base no maior preço pago pelo Comprador Relevante por ações da Sociedade em qualquer tipo de negociação, de qualquer espécie ou classe, no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA de 30% nos termos deste Artigo 50, ajustado por eventos societários, tais como distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio, grupamentos, desdobramentos ou bonificações. Se o maior preço pago pelo Comprador Relevante no período de 12 (doze) meses se referir a ações ordinárias, tal preço será o preço de aquisição na OPA de 30% para cada ação ordinária de emissão da Sociedade, e o preço de aquisição na OPA de 30% para cada ação preferencial será de 35 (trinta e cinco) vezes o preço para cada ação ordinária. Inversamente, se o maior preço pago pelo Comprador no período de 12 (doze) meses se referir a ações preferenciais, tal preço será o preço de aquisição na OPA de 30% para cada ação preferencial de emissão da Sociedade, e o preço de aquisição na OPA de 30% para cada ação ordinária será de 1/35 (um dividido por trinta e cinco) vezes o preço para cada ação preferencial.

§3º - A realização da OPA de 30% não excluirá a possibilidade de outro acionista da Sociedade, ou, se for o caso, a própria Sociedade, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

§4º - O Comprador Relevante deverá atender eventuais solicitações ou exigências da CVM dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável.

§5º - Na hipótese do Comprador Relevante não cumprir com as obrigações impostas por este Artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para a realização ou solicitação do registro, caso exigido, da OPA de 30%; ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Sociedade convocará Assembleia Geral, na qual o Comprador Relevante não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Comprador Relevante que não cumpriu com qualquer das obrigações impostas por este Artigo, conforme disposto no Artigo 120 da Lei das S.A., sem prejuízo da responsabilidade do Comprador Relevante por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este Artigo 50.

§6º - Para fins do cálculo da Participação nos Dividendos igual ou superior a 30% (trinta por cento) nos termos do caput deste Artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Sociedade com o cancelamento de ações.

§7º - A obrigação de realização de OPA de 30% não se aplicará (i) ao Acionista Controlador, conforme apurado em 23 de março de 2015, bem como aos seus cotistas, sócios indiretos, herdeiros e sucessores, desde que tal Acionista Controlador ou os seus cotistas, sócios indiretos, herdeiros e sucessores, mantenham ininterruptamente a propriedade de ações de emissão da Sociedade que representem uma Participação nos Dividendos igual ou superior a 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) a partir de 23 de março de 2015 até a data em que venham a adquirir ou se torne titular, por qualquer motivo, de ações de emissão da Sociedade que representem Participação nos Dividendos igual ou superior a 30% (trinta por cento), nos termos do caput deste Artigo 50; e/ou (ii) àqueles que se tornarem titulares de novas ações da Sociedade (incluindo seus respectivos cotistas, acionistas e/ou investidores diretos ou indiretos, bem como respectivos sucessores) em função da implementação do plano de reorganização de dívidas da Sociedade no âmbito do procedimento de Chapter 11, iniciado nos Estados Unidos da América pela Sociedade e por suas controladas, nos termos do U.S. Bankruptcy Code, inclusive por meio de aumento de capital mediante capitalização de créditos.

ARTIGO 51 - A Sociedade ou os acionistas responsáveis pela efetivação da oferta pública de aquisição de ações prevista neste Capítulo X, no Regulamento ou na regulamentação da CVM poderão assegurar sua realização por intermédio de qualquer acionista ou terceiro. A Sociedade ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de efetivar a oferta pública de aquisição de ações até que a mesma seja concluída com observância das regras aplicáveis.

ARTIGO 52 - É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição de ações, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo X, no Regulamento ou na regulamentação da CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição de ações e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

CAPÍTULO XI INTERPRETAÇÃO

ARTIGO 53 - Para fins deste Estatuto Social:

- a) a Participação nos Dividendos detida por qualquer acionista ou representada por um determinado número de ações será expressa como uma porcentagem, que não levará em consideração a existência de lucro ou sua distribuição em determinado exercício social, e determinada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$PnD = \frac{100 \times [XON + 35 \times (XPN)]}{TON + 35 \times TPN}$$

Onde:

PnD = expressão em porcentagem da Participação nos Dividendos de determinado acionista;

XON = número de ações ordinárias de emissão da Sociedade detidas pelo acionista ou envolvidas no negócio em questão na data de apuração;

XPn = número de ações preferenciais de emissão da Sociedade detidas pelo acionista ou envolvidas no negócio em questão na data de apuração;

TON = número total de ações ordinárias emitidas pela Sociedade na data de apuração;

TPN = número total de ações preferenciais emitidas pela Sociedade na data de apuração.

- b) o Acionista Controlador é o(s) acionista(s) ou o grupo de pessoas (i) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum ("Grupo de Acionistas"), que efetivamente exerça(m) o poder de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Sociedade, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao Grupo de Acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas 3 (três) últimas assembleias gerais da Sociedade, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

CAPÍTULO XII

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 54 - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S.A., respeitado o Regulamento.

ARTIGO 55 - A Sociedade, seus Acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das S.A., no Estatuto Social da Sociedade, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento, do Regulamento de Sanções (conforme definido no Regulamento), do Contrato de Participação no Nível 2 de Governança da BM&FBOVESPA e do Regulamento de Arbitragem (conforme definido no Regulamento).

ARTIGO 56 - Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contando da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Sociedade.

ARTIGO 57 - A Sociedade observará os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei das S.A., cabendo à administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias aos respectivos termos, e ao Presidente da Assembleia Geral e ao Presidente do Conselho de Administração abster-se de computar os votos lançados contra os mesmos acordos.

* * *

ANEXO VI – JUSTIFICATIVAS E IMPACTOS DA ALTERAÇÃO AO ESTATUTO SOCIAL

Segue abaixo relatório detalhando a origem e justificativa das alterações propostas e analisando os seus efeitos jurídicos e econômicos, nos termos do artigo 12, inciso II, da Resolução CVM 81:

Original	Alteração	Justificativa
Artigo 50º. (...) §7º - A obrigação de realização de OPA de 30% não se aplicará ao Acionista Controlador, conforme apurado em 23 de março de 2015, bem como aos seus cotistas, sócios indiretos, herdeiros e sucessores, desde que tal Acionista Controlador ou os seus cotistas, sócios indiretos, herdeiros e sucessores, mantenham ininterruptamente a propriedade de ações de emissão da Sociedade que representem uma Participação nos Dividendos igual ou superior a 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) a partir de 23 de março de 2015 até a data em que venham a adquirir ou se torne titular, por qualquer motivo, de ações de emissão da Sociedade que representem Participação nos Dividendos igual ou superior a 30% (trinta por cento), nos termos do caput deste Artigo 50	Artigo 50º. (...) §7º - A obrigação de realização de OPA de 30% não se aplicará <u>(i)</u> ao Acionista Controlador, conforme apurado em 23 de março de 2015, bem como aos seus cotistas, sócios indiretos, herdeiros e sucessores, desde que tal Acionista Controlador ou os seus cotistas, sócios indiretos, herdeiros e sucessores, mantenham ininterruptamente a propriedade de ações de emissão da Sociedade que representem uma Participação nos Dividendos igual ou superior a 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) a partir de 23 de março de 2015 até a data em que venham a adquirir ou se torne titular, por qualquer motivo, de ações de emissão da Sociedade que representem Participação nos Dividendos igual ou superior a 30% (trinta por cento), nos termos do caput deste Artigo 50; <u>e/ou (ii) àqueles que se tornarem titulares de novas ações da Sociedade (incluindo seus respectivos cotistas, acionistas e/ou investidores diretos ou indiretos, bem como respectivos sucessores) em função da implementação do plano de reorganização de dívidas da Sociedade no âmbito do procedimento de Chapter 11, iniciado nos Estados Unidos da América pela Sociedade e por suas controladas, nos termos do U.S. Bankruptcy Code, inclusive por meio de aumento de capital mediante capitalização de créditos.</u>	Tendo em vista que a quantidade de ações a serem emitidas no contexto do aumento de capital, a ser deliberado na Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 30 de maio de 2025 ("Aumento de Capital"), será expressiva, e considerando que tal evento ocorrerá para implementação dos passos previstos no plano de reorganização apresentado, em 9 de dezembro de 2024, no contexto do procedimento judicial de reestruturação financeira de que trata o <i>Chapter 11</i> do <i>U.S. Bankruptcy Code</i> ("Plano" e "Procedimento de Chapter 11", respectivamente) para viabilizar o soerguimento da Companhia no âmbito do Procedimento de <i>Chapter 11</i>, a administração da Companhia propõe a alteração do parágrafo 7º do artigo 50 do Estatuto Social, para esclarecer que eventual concentração de direitos econômicos decorrentes do Aumento de Capital ou de quaisquer obrigações adicionais previstas no Plano serão excetadas das hipóteses de incidência do referido dispositivo estatutário, de forma que a realização da oferta pública de ações, para a aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, prevista no caput do artigo 50 do Estatuto Social, não será obrigatória, caso o atingimento da Participação nos Dividendos em montante igual ou superior a 30% decorra exclusivamente da implementação do Plano. A administração da Companhia esclarece que a referida alteração é uma condição do Plano e se faz necessária para que o disposto no mesmo seja integralmente cumprido, sem a criação de obrigações e/ou ônus adicionais à Companhia e aos credores vinculados ao Plano, além daqueles expressamente previstos no Plano, aprovados e homologados pelo juízo do Procedimento de <i>Chapter 11</i>.